



4 a 7 de Junho de 2014
FAFICH – UFMG

**Anais Eletrônicos do II Encontro de
Pesquisa em História da UFMG–II EPHIS:**

ISBN: 978-85-62707-57-5

Volume I: Simpósios Temáticos 1 a 5

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG
2013

Organizadores:

Bruno Carvalho Corrêa
Carmem Marques Rodrigues
Débora Cazelato de Souza
Fabiana Léo Pereira Nascimento
Gabriela Silva Galvão
Paloma Porto Silva
Raul Amaro de Oliveira Lanari

**Anais Eletrônicos do II Encontro de
Pesquisa em História da UFMG–II EPHIS:**

Volume I

Simpósios Temáticos 1 a 5:

- 01:** As dimensões do trabalho humano na sociedade brasileira: do Império ao Estado Novo, avanços e retrocessos na construção da cidadania
- 02:** Manifestações artísticas e religiosas no Universo luso-brasileiro
- 03:** Sociedade, Política, Cultura e Religião na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)
- 04:** História política e culturas políticas no Brasil contemporâneo (1945-2013)
- 05:** História, Saúde e Divulgação Científica

1ª edição

ISBN: 978-85-62707-57-5

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG

2013

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

Reitor

Clélio Campolina Diniz

Vice-reitora

Rocksane de Carvalho Norton

Diretor da FaFiCH

Jorge Alexandre Barbosa Neves

Vice-diretor da FaFiCH

Mauro Lúcio Leitão Condé

Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Adriane Vidal

Subcoordenador do Colegiado de Graduação em História

André Pereira Miatello

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em História

Betânia Gonçalves Figueiredo

Chefe do Departamento

Tarcísio Rodrigues Botelho

Subchefe do Departamento

João Pinto Furtado

Comissão Organizadora:

Bruno Carvalho Corrêa
Carmem Marques Rodrigues
Débora Cazelato de Souza
Fabiana Léo Pereira Nascimento
Gabriela Silva Galvão
Paloma Porto Silva
Raul Amaro de Oliveira Lanari

Design Gráfico:

Guilherme Marques Rodrigues

Apoio:

Centro Acadêmico de História – CaHis
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS
Departamento de História
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FaFiCH
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Sumário

Anais Eletrônicos – Vol.1

| | |
|---|----|
| Prefácio | 8 |
| Simpósio Temático 01: As dimensões do trabalho humano na sociedade brasileira: do Império ao Estado Novo, avanços e retrocessos na construção da cidadania | 9 |
| “De corpos desvalidos a corpos úteis: o asylo de meninos desvalidos da cidade do Rio de Janeiro (1875-1894)” | |
| Eduardo Nunes Alvares Pavão | 10 |
| Abolicionismo, família e trabalho. Mariana, 1871-1920 | |
| Marileide Lázara Cassoli..... | 19 |
| Classe trabalhadora, instituições e reformismo na nascente Belo Horizonte (1897-1930) | |
| Daniela Oliveira Ramos dos Passos | 31 |
| A biografia-histórica como via de acesso à cultura Anarquista: Adelino de Pinho, professor, anticlerical e sindicalista | |
| Vitor Augusto Ahagon..... | 49 |
| O futuro da nação: A Juventude Brasileira como um projeto de mobilização nacional no Estado Novo | |
| Aline de Almeida Hoche | 63 |
| Simpósio Temático 02: Manifestações artísticas e religiosas no Universo luso-brasileiro | 75 |
| Imitação e Cópia na Pintura Luso-Brasileira do Século XVIII | |
| Clara Habib de Salles Abreu | 76 |
| Ser oficial mecânico no Antigo Regime: Estratégias de mobilidade social em Portugal e em Vila Rica no século XVIII | |
| Fabrcio Luiz Pereira..... | 89 |
| Jose Pereira Arouca: O artífice de Mariana | |
| Monica Maria Lopes Lage | 99 |

Iconografia e Produção Artística Barroca no Século XVIII: A Devoção Ilustrada nos Ex-Votos Mineiros

Vanessa Cerqueira Teixeira..... 107

O quadro nascimento de Maria na Basílica em Congonhas: o problema da identificação temática

Herinaldo Oliveira Alves..... 123

As representações iconográficas de Nossa Senhora do Carmo e São Simão Stock nas Capelas das Ordens Terceiras do Carmo de Minas Gerais – Séculos XVIII e XIX

Leandro Gonçalves de Rezende..... 139

A procissão do enterro do senhor e as suas imagens em Sabará/MG

Rosana de Figueiredo Angelo..... 159

Aspectos iconográficos e as representações das invocações dos Cristos da Paixão e Cristo Morto nas esculturas dos retábulos laterais da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto (MG)

Lia Sipaúba Proença Brusadin 178

Fotografia em foco: reflexão preliminar sobre as imagens da banda de música da polícia militar do Ceará

Inez Beatriz de Castro Martins 197

O Conselho da Presidência e o Conselho Geral na organização política e institucional das províncias brasileiras (1823-1824)

Renata Silva Fernandes 205

Um rastro de poeira e tinta. Substratos para a pesquisa sobre a pintura de forro do santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Santo Antônio do Pirapetinga, séculos XVIII e XIX.

Kellen Cristina Silva e Guilherme Augusto do Nascimento e Silva..... 219

Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a *Marília de Dirceu*: Irmã e Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto Séculos XVIII e XIX

Ana Cristina Magalhães Jardim 233

Construindo a Nação: o Lugar das Artes no Império

Mariana Guimarães Chaves 248

D. Miguel da Silva e Francisco de Holanda: Influências romanas na doutrina da Pintura Antiga

Rogéria Olimpio dos Santos 263

Um historiador da arte portuguesa e a ditadura: Estado salazarista, Igreja Católica e a arte na obra de Luís Reis Santos (1945 - 1967)

Rhuan Fernandes Gomes 270

ST 03: Sociedade, Política, Cultura e Religião na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-85) 282

O sonho não acabou: “vazio cultural” e música no Brasil dos anos 1970

Victor H. de Resende 283

Arte(lharia): a obra plástica como meio de contestação na década de 1970

Mariana Albuquerque Gomes 302

JANGO E JANGO: uma análise da representação de João Goulart no documentário de Sílvio Tendler

Georgia Oliveira 311

Ouvir para contar – A entrada da mulher no curso técnico de Química Industrial da Escola Técnica de Belo Horizonte na segunda metade da década de 1960.

Fábio Liberato de Faria Tavares 328

A agenda política da Comissão de Anistia: sentidos e recepções das políticas de reparação nos depoimentos do Projeto Marcas da Memória

Glenda Gathe Alves 336

Radioamadorismo e imaginário político nacionalista no Projeto Rondon (1973-1978)

Gabriel Amato Bruno de Lima 350

História e historiografia: o Regime Militar e as concepções de História Política na produção acadêmica brasileira (1964-1985)

Luana Aparecida Almeida Paiva 358

Trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora/MG: Uma análise do movimento operário na experiência democrática (1945-1964)

Luisa de Mello Correard Pereira 375

Charge, o desenho da crítica política

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

| | |
|---|------------|
| Marcelo Romero | 388 |
| Articulações indígenas na primeira década do século XXI: associações indígenas no Vale do Javari. | |
| Ana de Melo | 398 |
| As “Diretas Já” e a cultura política de conciliação: uma análise a partir das capas dos jornais <i>Folha de São Paulo</i> e o <i>Estado de Minas</i> (1983-1984) | |
| Rochelle Gutierrez Bazaga | 408 |
| Usos políticos do humor gráfico nas páginas do jornal <i>Pasquim</i> sob censura (1969-1975) | |
| Mélanie Toulhoat | 424 |
| ST 05: História, Saúde e Divulgação Científica..... | 437 |
| História e historiografia da medicina em minas colonial: apontamentos e possibilidades | |
| Lucas Samuel Quadros..... | 438 |
| Médicos e Medicina no século XIX | |
| Iamara da Silva Viana..... | 448 |
| Uma História dos Hospitais e da Assistência Hospitalar na província de Minas Gerais (Século XIX) | |
| Ana Caroline Freitas Magalhães e Nathália Tomagnini Carvalho..... | 457 |
| Progresso, civilização e higiene no sertão: as questões sanitárias na imprensa de Diamantina e Serro. (séculos XIX-XX) | |
| Carolina Paulino Alcântara | 470 |
| Sexualidade feminina em “A Vida Sexual”, de Egas Moniz (1901 – 1933): um discurso sobre o corpo e suas patologias | |
| Eliza Teixeira de Toledo Mestranda | 484 |
| Um panorama sanitário da cidade de Governador Valadares: algumas impressões | |
| Ricardo Conrado Lopes | 499 |
| Uma análise bibliográfica sobre a dengue na perspectiva educativa e comunicativa | 511 |
| Bárbara Elisa Santos Carvalha e Mara Regina Batista | 511 |

Prefácio

É com muito prazer que, finalmente, lançamos os Anais Eletrônicos do II Encontro de Pesquisa em História da UFMG. Muitos foram os contratemplos ocorridos para chegarmos até aqui e por isso gostaríamos de pedir desculpas por quaisquer transtornos causados. A organização de um evento é sempre um desafio e o nosso não fugiu à regra.

O II EPHIS foi realizado entre os dias 4 e 7 de junho de 2013 e foi, sem dúvida alguma, um sucesso. Contamos com a presença de cerca de 400 inscritos entre ouvintes, participantes dos quatro minicursos oferecidos e pesquisadores que apresentaram seus trabalhos em 14 Simpósios Temáticos e mais de vinte mesas de Comunicações Livres. Sempre gostamos de ressaltar que o evento é uma iniciativa discente, o que nos torna ainda mais orgulhosos dos seus feitos. Nunca é tarde para agradecermos todos aqueles que confiaram no Evento para expor e discutir suas pesquisas.

Aproveitamos também a oportunidade para demonstrar todo nosso carinho e gratidão aos Professores que acreditaram em nosso trabalho e aceitaram participar de nossas mesas de debates. Prof^ª Ângela de Castro Gomes, Prof. Luiz Mott, Prof. Luiz Carlos Villalta, Prof. Lucas Pereira (Barrão), Prof^ª Míriam Hermetto, Prof^ª Soraia Dutra e Prof. Pablo Lima: muito obrigado! Não podemos deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG pelo apoio logístico e financeiro, ao Centro Acadêmico de História pelo auxílio inestimável e aos alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História pela participação e apoio ao evento.

Os trabalhos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus/suas autores/autoras e por isso pedimos que os eventuais problemas sejam diretamente reportados aos mesmos.

Comissão Organizadora
Bruno de Carvalho Corrêa
Carmem Marques Rodrigues
Débora Cazelato Souza
Fabiana Léo Pereira Nascimento
Gabriela Silva Galvão
Paloma Porto Silva
Raul Amaro de Oliveira Lanari

**Simpósio Temático 01: As dimensões do trabalho humano
na sociedade brasileira: do Império ao Estado Novo,
avanços e retrocessos na construção da cidadania**

Cleidimar Rodrigues de Sousa Lima

Doutoranda em História/UFMG

Profa. Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA

Elizabete Maria Espíndola

Mestre em História/PUCSP

Doutoranda em História Social da Cultura/UFMG

Professora do Departamento de História da UNIVÁS

Marleide Lázara Cassoli

Mestre em História/UFOP

Doutoranda em História Social da Cultura/UFMG

Bolsista Capes

“De corpos desvalidos a corpos úteis: o asylo de meninos desvalidos da cidade do Rio de Janeiro (1875-1894)”

Eduardo Nunes Alvares Pavão
Doutorando – UERJ
Agência financiadora: CAPES
enap2010@yahoo.com.br

RESUMO: A formação do Asylo de Meninos Desvalidos do Rio de Janeiro criado pelo decreto nº 5532 de 24 de janeiro de 1874, sendo inaugurado no dia 14 de maio de 1875, com 13 meninos, pelo então Ministro do Império João Alfredo Corrêa d’Oliveira, que o regulamentou por decreto nº 5849 de nove de janeiro de 1875 estava relacionada com a formação de uma mão de obra especializada para o mercado de trabalho ou estava inserida na preocupação com a constituição de um cidadão? O objetivo desse trabalho é analisar o projeto pedagógico dessa instituição, atentando-se à sua preocupação em transformar estes sujeitos “desvalidos” em “corpos úteis”. Analisar não apenas a formação de mão de obra, mas, sobretudo, à constituição desses indivíduos dispostos a contribuir para a noção de nação e cidadania a ser forjada no último quartel do século XIX, mais claramente a partir de 1889, quando os ideais republicanos entram efetivamente em cena. A instituição era indicada para meninos órfãos e pobres, entre seis e doze anos de idade e uma vez no asilo, tendo terminado a educação de primeiro grau e instrução em algum ofício, eram obrigados a trabalharem três anos nas oficinas da escola. Através da análise dos impressos, das fotografias, dos regulamentos, dos relatórios ministeriais e das informações prestadas pelos diretores do Asylo de Meninos Desvalidos é possível se compreender as concepções de cidadão presentes nos debates realizados por médicos, advogados, professores e jornalistas. A formação dessa instituição decorre de projetos sociais que conformam a relação entre poderes públicos e privados em fins do século XIX. A instituição era mantida com a subvenção do Estado e, em grande medida, através de doações feitas por particulares. Estava inserida, portanto, em uma lógica de funcionamento que correspondia não apenas aos interesses do Estado, mas também de grupos privados.

PALAVRAS-CHAVE: Asilo, Infância desvalida, Cidadania.

Compreensão das falas e gestos de diferentes sujeitos.

O interesse em trabalhar com a infância “desvalida” esteve presente em minha vida acadêmica desde finais dos anos de 1990 quando comecei a pesquisar o cotidiano de crianças e adolescentes de “rua” atendidos pela Associação Beneficente São Martinho, situada na Lapa, na cidade do Rio de Janeiro. Graças aos meus estudos das representações sobre crianças e adolescentes “desvalidas” realizei a monografia para o curso de especialização em Sociologia Urbana – *Vai um amendoim aí tio?* No entanto, logo percebi que se tratava de apenas o início de um longo trajeto.

Naquela ocasião, fortemente marcado pelo interesse em possibilitar a emergência das falas e gestos daqueles sujeitos e atores sociais, procurei identificar a relação dos mesmos com o

espaço urbano (a rua), a família, o trabalho e a escola, evidenciando não apenas as formas e condições em que viviam, mas, sobretudo, suas representações e formas de significação do mundo. O resultado da pesquisa foi minha Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 1999 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) intitulada - *Um estudo de caso: As representações das crianças e dos adolescentes pobres de rua atendidos pela linha emergencial da associação beneficente São Martinho da rua, da família, da escola e do trabalho.*

Ao terminar o curso de mestrado, o interesse em continuar pesquisando a *História de crianças e adolescentes de rua na cidade do Rio de Janeiro* ainda era grande, mas em decorrência de questões profissionais decidi seguir novos rumos e protelar o desejo. Passada quase uma década, desde a defesa do mestrado, eis que o interesse, ainda latente, ressurgiu, quando tive acesso ao acervo do Arquivo do Asylo de meninos desvalidos (AMD)¹, inaugurado no ano de 1875, na cidade do Rio de Janeiro. Rico pela sua quantidade e diversidade de documentos, o acervo, doado em 1990, pelo Colégio Estadual João Alfredo, à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é capaz de dar forte testemunho não só da História da Educação no Brasil, mas também da História da Assistência à infância desvalida e suas nuances sociais, políticas e econômicas.

Diante daquele acervo imenso surgiram, então, algumas problemáticas: Por que a criação de um Asilo para Meninos “desvalidos” na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX? Quem eram esses meninos? Como eram esses meninos? E de onde vinham as crianças admitidas naquela instituição? Quais eram os critérios usados para a classificação de uma criança como desvalida? Depois de admitidas na instituição como era o cotidiano dessas crianças? E mais, aquela instituição seguia apenas o seu objetivo explícito de educar as crianças pobres e inseri-las no mercado de trabalho ou atendia a outros interesses como, por exemplo, o projeto de higienização dos espaços públicos e controle social na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX?

Foi diante de tais perguntas que surgiu o meu interesse em investigar as condições históricas que possibilitaram o surgimento de uma instituição como o AMD e suas políticas de ação cotidianas, marcadas por constantes relações de poderes e contrapoderes, disciplina e controle intensos. Além disso, me interessa, especialmente, compreender como estes poderes que

¹ Daqui em diante será utilizada a sigla AMD para se referir ao Asylo de Meninos Desvalidos.

incidem sobre os corpos dessas crianças agem não apenas sobre estes corpos, mas também sobre seus modos de subjetivação transformando, em grande medida, “corpos desvalidos” em “corpos úteis”. E úteis não apenas no sentido marxista de corpos potentes para o trabalho, mas dispostos a contribuir para o novo conceito de nação e cidadania a ser forjado pela elite brasileira no último quartel do século XIX, sobretudo a partir de 1889 quando os ideais republicanos entram efetivamente em cena. Afinal de contas, foi justamente no período em que o Brasil vivia um afrouxamento da ordem escravocrata e a reestruturação de novas formas de trabalho e inserção dos homens livres no meio social e, conseqüentemente, a necessidade da construção de um novo conceito de nação por parte da elite, principalmente intelectual, que surgiu esta instituição. Haveria alguma relação direta?

O tema desta apresentação é o título do meu projeto de pesquisa em História Política (nível doutorado) pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), iniciado em 2012.

A questão da assistência aos desvalidos no Império.

No Império passa a vigorar, através de leis e decretos, o recolhimento. Esta preocupação aparece atrelada à primeira lei penal do Império, o Código Criminal de 1830. Essa lei estabelece a “responsabilidade penal para menores a partir dos 14 anos” (RIZZINI, 1995, p.104). O recolhimento dos menores passa a visar sua correção em instituições denominadas Casas de Correção, que mantinham alas separadas. Uma de cunho correcional, para menores delinquentes, mendigos e vadios; e outra destinada à divisão criminal.

Neste período, o recolhimento de crianças e órfãos, amparados na legislação da época, tem ainda sua tônica fundada na ideologia cristã. As medidas praticadas pela Igreja Católica eram de caráter “religioso e caritativo” (RIZZINI, 1995, p.105).

Na segunda metade do século XIX é que começa a aparecer mais claramente na legislação da época, outra característica das medidas de amparo à infância pobre no Império: a formação educacional das crianças. A atitude do Império em relação à infância está dentro do discurso da construção dos projetos políticos que visam a definir o futuro da ex-colônia. Essas perspectivas foram formuladas nos Anais da Assembleia Constituinte, de 1823, no Rio de Janeiro.

Neste período, o tema infância ganha importância nas pesquisas acadêmicas. Foram registradas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de 1836 a 1870, 81 teses acadêmicas tendo como tema a criança. Sendo que 34 dessas se referiam à infância pobre; à exposição de

órfãos na Santa Casa de Misericórdia; à prostituição infantil, à baixa frequência escolar, à higiene dos escravos, às altas taxas de mortalidade infantil - seja por doenças da puerícia, seja por abandono dos recém-nascidos.

Por outro lado, a infância, sobretudo a infância pobre, passou a ser também um assunto de polícia. Em 1836, Euzébio Coutinho Mattoso de Queirós - Chefe de Polícia da Corte intencionava mobilizar a polícia para “caçar” crianças “pobres”, “vadias” e “vagabundas” e encaminhá-las aos Arsenais de Marinha e Guerra e às Casas de Correção.

Com a consolidação do Estado Imperial, a preocupação com as crianças e sua educação passou a envolver diferentes setores da sociedade. Em 24 de janeiro de 1874, pelo Decreto nº 5.532, são criadas dez escolas públicas de instrução primária na Corte. O ensino primário e secundário foi regulamentado pelos Decretos Nº 630, de 17 de setembro de 1851, e Nº1331-A, de 17-2-1854. As crianças pobres são contempladas por esses decretos. O artigo 57, de 1854, determina a admissão de “alunos pobres” em escolas da rede particular, mediante pagamento por parte do Governo, assim como a medidas quando estiverem pelas ruas em estado de “pobreza” ou “indigência”. A estes “se fornecerá igualmente vestuário decente e simples, quando seus pais, tutores, curadores ou protetores o não puderem ministrar, justificando previamente sua indigência perante o Inspetor Geral, por intermédio dos Delegados dos respectivos distritos” (VOGEL, 1995, p. 306).

A partir de 1850, são regulamentadas as leis acerca de escravos e seus filhos. A chamada “Lei do Ventre Livre ou dos ingênuos”, Lei de nº2.040 de 28 de setembro de 1871, declarava livres os filhos de mulheres escravas nascidos após esta data. Estipulava obrigações para os senhores de escravos e para o governo, proibia a separação dos filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe. Segundo Abreu & Martinez, a lei de 1871, tem como preocupação o futuro dos descendentes de escravos, tônica dos debates públicos da época (ABREU & MARTINEZ, 1997, p. 25).

A Lei 2040 obrigava os senhores a criarem os filhos das escravas até à idade de oito anos, após este período poderiam receber uma indenização do Estado ou os usarem como trabalhadores até à idade de 21 anos. Num quadro econômico agroexportador, escravista e monocultor, a postura dos senhores de escravos tinha muitos defensores. Após 1871, descendentes de escravos libertos, menores em geral (imigrantes e mestiços) se tornaram objeto da elite pensante no Brasil. A partir desse período, os discursos dos homens públicos, dos

reformadores e dos filantropos propunham a “fundação de escolas públicas, asilos creches, escolas industriais e agrícolas de cunho profissionalizante, além de uma legislação para menores”. Buscava-se inserir nas práticas jurídico-policiais o encaminhamento para Casas de Educação, Educandários e Reformatórios “para os chamados menores abandonados e delinquentes” (ABREU & MARTINEZ, 1997, p. 25).

No Império começa-se a traçar também metas para a formação da futura nacionalidade, calcadas em padrões europeus, numa ordem científica. Corrigindo tudo aquilo ou todo aquele que divergisse da ordem estabelecida e considerada condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma nação moderna e civilizada. Gradativamente na segunda metade do século XIX são debatidos modelos de modernidade e civilidade na imprensa, na tribuna política e na Academia de Medicina.

Em que consistia o Asylo de Meninos Desvalidos?

O AMD, para cuja criação estava o poder executivo autorizado por decreto, desde fevereiro de 1854, só foi finalmente criado vinte anos depois pelo decreto nº 5532 de 24 de janeiro de 1874, sendo inaugurado no dia 14 de maio de 1875, com 13 meninos, pelo então Ministro do Império João Alfredo Corrêa d’Oliveira, que o regulamentou por decreto nº 5849 de nove de janeiro de 1875. O Asilo tinha como objetivo fundamental a assistência à infância desvalida, sobretudo, meninos órfãos de pai e/ou mãe que não tinha quem os sustentasse e garantisse a continuidade de seus estudos.

Localizado em Vila Isabel, Rio de Janeiro, essa instituição sofreu várias mudanças em sua denominação ao longo de sua história – Asylo dos Meninos Desvalidos (1875-1894), Instituto Profissional (1894-1898), Instituto Profissional Masculino (1898-1910), Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933), Escola Secundária Técnica João Alfredo (1933-1934) e Escola Técnica Secundária João Alfredo (1934-1956), atualmente, Colégio Estadual João Alfredo. Essas nomeações diferenciadas no decorrer dos anos corresponderam às mudanças estruturais pelas quais passou esse estabelecimento.

A procura pela instituição era feita, em geral, por pessoas extremamente pobres que não tinham meios para manter-se e aos filhos. Geralmente, recolhia meninos pobres, “de rua”, “indigentes” e “órfãos”, crianças, entre seis e doze anos de idade, que perambulavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, sem terem para onde ir, cometendo, às vezes, furtos e outros crimes. Uma vez no Asylo, tendo terminado a educação de primeiro grau e instrução em algum ofício,

eram obrigados a trabalhar três anos nas oficinas da escola. Depois desse período, os “órfãos” ficavam à disposição do Estado, na figura de um “juiz de Órfãos”, enquanto os outros eram encaminhados às suas famílias. Ambos, entretanto, tinham como certa a sua inserção no processo de trabalho, em empresas públicas ou privadas (Cf. LOPES, 1994).

A instituição era mantida com subvenção do Estado e, em grande medida, através de doações feitas por benfeitores, dentre eles empresários e industrialistas, interessados com a formação de jovens trabalhadores para suas fábricas. Estava inserida, portanto, em uma lógica de funcionamento social que correspondiam não apenas aos interesses do Estado, mas também de grupos privados:

Daí, postulamos a ideia de um projeto educacional vinculado a um projeto social mais amplo e a uma estratégia geral de poder. Aqui, a compreensão da instituição enquanto um aparelho privado de hegemonia está calcada, dado constituir-se um dos meios de atingir os objetivos da burguesia industrialista de várias formas: uma, formando força de trabalho qualificada e ‘adestrada’ do ponto de vista técnico e moral. Outra, constituindo-se alternativa efetiva de poder, já que consegue carrear par si a participação do Governo Imperial (LOPES, 1994, p. 88).

Depreendendo-se que a construção do AMD decorre de projetos sociais muito mais amplos, que conformam a relação entre poderes públicos e privados em fins do século XIX. No entanto, analisar as políticas de funcionamento de uma instituição com estas características, por um viés predominante econômico, pensar o projeto pedagógico levado a cabo pelo controle e a disciplina, apenas interessado em formar mão de obra técnica e qualificada para o trabalho nesta sociedade que se desponta como industrial, é muito pouco e até mesmo pobre. Partilho, seguindo outro viés, das ideias de Michel Foucault que pensa a importância em trabalhar este modelo de instituição não do ponto de vista interno, de “dentro” para “fora”, mas partindo de “fora” para “dentro”, buscando compreender como esta “máquina” (instituição) funciona como a materialização de políticas sociais mais complexas que transcendem seus muros. Políticas estas que se concretizam e se materializam por via das estratégias de poder. Em outras palavras, não fazer uma História do AMD, mas compreender como as suas políticas de funcionamento interno conformam com as políticas sociais mais abrangentes em determinado contexto histórico. E mais, como estas políticas, tornadas possíveis através dos dispositivos de poder, atravessam corpos individuais e os transforma.

Então, se traçou como objetivos: 1) Identificar o perfil da clientela atendida pelo AMD neste período e suas formas de admissão; 2) Pesquisar a relação entre a Medicina e as políticas de educação, principalmente no que diz respeito à higiene física e mental das crianças, políticas

públicas de saúde e profilaxia das doenças; 3) Entender o processo de “atravessamento” da instituição educação, AMD, por outras instituições como a saúde, a religião, a política, a economia, a prisão, o quartel, o hospital, etc.; 4) Identificar as estratégias de poder utilizadas e suas formas de funcionamento no cotidiano, considerando também a possibilidade da existência de contra poderes por parte dos asilados, manifestos através de resistências, indisciplinas e formas mais sutis, como processos de somatização, etc.; 5) Verificar as condições de moradias, vestimentas, alimentação das crianças asiladas.

O pensamento higienista, fundamentado nos valores da ciência, tinha como objetivo, em sua ação, a prevenção da desordem. As instituições de amparo social criadas para servir aos “desprovidos”, aos desvalidos, tinham como objetivo, neste sentido, prevenir a delinquência, proteger a infância e fazer de sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade (Cf. RIZZINI, 1997). Sendo esta afirmação balizada pelo Decreto Nº 5849 de nove de Janeiro de 1875, que estabelecia que o Asilo era um internato destinado a recolher e educar meninos de 6 a 12 anos de idade.

O artigo 2º salientava como primeira ação a se dar: a vacinação dos meninos recolhidos, no caso da falta desta. No entanto os que porventura viessem a sofrer algum tipo de doença, exteriormente ao Asilo teriam tratamento. Continua este mesmo artigo enfatizando que “Não serão admitidos os que sofrerem de moléstias contagiosas ou incuráveis, nem os que tiverem defeitos físicos que os impossibilitem para os estudos e para a aprendizagem de arte ou ofícios” (Decreto Nº. 5849 de 9 de Janeiro de 1875).

Segundo o Regulamento do Asylo o ensino compreendia instrução primária do 1º e 2º, álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; Escultura e desenho; Música vocal e instrumental; Artes tipográfica e litográfica; Ofícios mecânicos de encanador, alfaiate, carpinteiro, marceneiro, torneiro, entalhador, funileiro, ferreiro, serralheiro, surrador, correeiro e sapateiro. A inspeção da instituição estava a cargo de um Comissário do Governo Imperial e a este competia desde inspecionar o Asilo, até controlar a admissão de asilados ou o seu desligamento, servindo de elo entre a instituição asilar e o Ministro do Império. O Asilo de Meninos Desvalidos tinha como empregados o diretor, 3 professores (um professor de instrução primária, um professor de álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes, e um professor de escultura e desenho), 1 escrivão, 1 almoxarife, 1 médico e 1 capelão e mestres e artes e ofícios. Além desse conjunto de empregados pressupunha a contratação de repetidores, inspetores de alunos, criados e serventes. Alguns empregados do asilo tinham as suas funções

regulamentadas pelo decreto. O médico tinha como incumbência visitas de rotina ao asilo com orientações de higiene e relatórios sanitários ao diretor do movimento na enfermaria, dos atendimentos prestados e relação de itens necessários para o pleno exercício de sua atividade. Já ao capelão cabia dizer missa e explicar o Evangelho assim como os demais ofícios do seu ministério. No entanto, as normas de funcionamento e ordenamento da instituição vão sofrendo modificações ao longo das administrações de Rufino Augusto d’Almeida, João Joaquim Pizarro e Daniel Oliveira Barros d’Almeida.

A leitura e análise dos ofícios e relatórios dos diretores do Asilo de meninos desvalidos do período de 1875 a 1885² que se encontram no Arquivo Nacional se mostrou bastante rica pela gama de informações pertinentes ao meu projeto. No entanto, como as fontes primárias se encontram dispersas, estou realizando a pesquisa por etapas. Para o próximo semestre está prevista a continuação da leitura e análise dos relatórios dos ofícios dos diretores do Asilo no período de 1886 a 1892 relacionando com a legislação referente à Assistência aos desvalidos; e nos semestres subsequentes voltarei a minha análise para as teses médicas, pastas, fichas de avaliação e de registro dos asilados.

Considerações Finais

O tema de criança desvalida já foi objeto de inúmeras abordagens. Neste texto se procurou discorrer algumas considerações sobre higiene, controle, vigilância, disciplina presentes na instituição na segunda metade do século XIX.

Primeiramente, esta assistência teve um cunho religioso, sendo praticada pelos jesuítas que, além de um interesse humanitário, procuravam atrair seguidores para o catolicismo. A assistência, neste sentido, tinha uma característica de caridade atrelada a interesses religiosos.

Somente mais tarde é que aparecem políticas de Estado para a assistência à Infância Desvalida. Sobretudo a partir dos anos 1850, quando os escravos começaram a figurar na ordem dos homens livres e o governo teve que se preocupar com os filhos que passaram a circular pelo centro urbano. Neste contexto, a assistência assume um caráter de ordem e controle social, a fim de se evitar a “violência” e “criminalidade”.

² Arquivo Nacional. IE5 – 22 (1875-1876).

_____. IE5 – 23 (1877).

_____. IE5 – 24 (1878).

_____. IE5 – 25 (1879-1880).

_____. IE5 – 26 (1881-1882).

_____. IE5 – 27 (1883-1884).

_____. IE5 – 83 (1885).

A “medicalização” da sociedade, das relações sociais, da assistência às crianças desvalidas, assim como nas distintas esferas de poder se deu gradativamente.

Referências Bibliográficas

- ABREU & MARTINEZ. *Olhares sobre a criança no Brasil – séc. XIX e XX*. Rio de Janeiro: 1997.
- LOPES, Luiz Carlos Barreto. *Projeto educacional Asylo de Meninos Desvalidos: Rio de Janeiro (1875-1894) – Uma contribuição à História social da educação no Brasil*. Dissertação de mestrado aprovada pela Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: março de 1994.
- RIZZINI, Irene. *Deserdados da sociedade: Os “meninos de rua” da América Latina*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995.
- RIZZINI, Irene (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR: Ministério da Cultura: USU ed. Universitária: Anais, 1997.
- VOGEL, Arno. “Do Estado ao Estatuto”. In: *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.
- Decreto N° 5849 de 9 de Janeiro de 1875.

Abolicionismo, família e trabalho. Mariana, 1871-1920

Marileide Lázara Cassoli
 Doutoranda – UFMG
 Agência financiadora: CAPES
 ml.meyer@uol.com.br

RESUMO: Os estudos recentes sobre o pós-abolição têm apontado para a diversidade de soluções e estratégias elaboradas por ex-senhores e ex-escravos ao se defrontarem com a nova realidade social imposta pela “Áurea lei de 1888”. Dessa forma, o conceito de *transição*, para os estudos de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, torna-se inadequado para uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos que englobam a passagem da sociedade e dos seus membros com passado ou ascendência escrava para um mundo “novo”. Mundo esse, em princípio, regido por relações contratuais e impessoais surgidas no bojo de um projeto republicano o qual visava a modernização definitiva e ordeira do País. A família, ou as trajetórias familiares de libertos, prestam-se, nesse contexto, como ricos informantes da complexa teia de mudanças e continuidades que conformaram as relações sociais e de trabalho no final do Império e na nascente República brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Abolicionismo, Família, Mercado de trabalho.

As trajetórias individuais e familiares de libertos mostram que, de variadas maneiras, as vivências da escravidão se projetaram sobre o período pós-abolição, definindo e orientando escolhas, atitudes, expectativas e projetos de liberdade. Assim é possível desvendar significados e sentidos da liberdade para os que emergiram do cativeiro. E, aqui, não se trata de continuidade ou ruptura com velhos padrões de comportamento; essas noções simplificariam bastante a complexa dinâmica das relações e dos conflitos que emergiram na Bahia pós-escravista. Trata-se, na verdade, de perceber, na dinâmica das relações cotidianas, como as vivências passadas poderiam retornar em forma de lembranças, memórias e aspirações. (FRAGA FILHO, 2006, p. 26)

O debate nacional acerca da extinção do cativeiro, no decorrer do século XIX, esteve imerso em realidades locais e regionais bem diversas. O cenário descrito acima por Walter Fraga Filho para o Recôncavo baiano encontrou eco em outras províncias do Império. Os conflitos entre ex-senhores e ex-cativos não foram eliminados pela força da lei, ao contrário, viver como liberto exigiu a reelaboração de resistências, de arranjos e de estratégias de sobrevivência por parte desses últimos. Um novo jogo impunha-se agora, não mais o “jogo da peteca”, entre a propriedade e a liberdade, em que os contendores limitavam-se a dois¹. O novo campo de batalha

¹ Sobre o “jogo da peteca” ver: CHALHOUB, 1990, p. 102-108. A discussão feita pelo autor versa sobre o artigo 179 da Constituição do Império que garantia o “Direito de propriedade em toda a sua plenitude”, mas, ao mesmo tempo, previa a possibilidade de desapropriação mediante indenização e em nome do bem público. Antes que a Lei de 1871

compreendia a existência de múltiplos contendores, com novas regras a serem assimiladas, absorvidas e moldadas pelos mesmos e antigos adversários. A opção do Império pela abolição gradual da instituição escravista não garantiu a eliminação dos conflitos, das tensões sociais, das demandas e das diferentes compreensões de liberdade elaborada pelos diversos atores sociais envolvidos nesse processo. Se para os ex-escravos e seus descendentes a liberdade identificava-se com autonomia e movimento, para o Estado e os ex-senhores, o fim da escravidão, associado ao processo concomitante de formação de um mercado de trabalho livre no Brasil, vinculava-se aos princípios de controle e de fixação da mão de obra

A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém. (...) Mas é claro que proprietários e governantes tinham projetos diferentes de futuro, e entenderam as atitudes dos negros como evidência de que eles eram vadios por natureza, sendo que essa ânsia de autonomia não passava de rejeição ao trabalho. (CHALHOUB, 2003, p. 80)²

Compreender como os diversos atores sociais perceberam e reagiram a essas transformações em suas vivências cotidianas enriquece o estudo regional

Questionar as noções de “região” e “fronteira”, tal qual aparecem num mapa geopolítico que localiza áreas e personagens, compondo um retrato dos impactos produzidos pela Abolição no país, nos parece o primeiro passo em direção a uma ampliação dos estudos sobre a pós-emancipação. Ao relativizar o recorte regional e deslocar o eixo político tradicionalmente proposto para pensar a Abolição e a “transição”, quisemos imaginar outros espaços de significação nos quais a liberdade tenha sido (re) interpretada na experiência. Ao abordar a questão das estratégias, identidades e costumes como elementos que traçariam uma linha de continuidade (ou ruptura) entre a crise da instituição escravista e o pós-abolição, quero esclarecer que acredito que tais “ações” variaram frente às situações enfrentadas pelos atores em cena, ao longo do período estudado. (CUNHA & GOMES, 2007, p. 9)³

oficializasse a alforria forçada por indenização de valor, muitos juízes adotaram o referido artigo para justificar a sentenças favoráveis à liberdade para escravos envolvidos em partilhas de herança ou possuidores de pecúlio.

² A discussão sobre as diferentes concepções de liberdade estendem-se para o pós-abolição. Segundo FRAGA FILHO, 2006. p. 213-244, para os antigos senhores, a liberdade incondicional havia possibilitado aos libertos a prerrogativa de negociação sobre as condições de trabalho. Para estes últimos, entretanto, a expectativa era de obtenção de novos espaços de independência e melhoria nas condições de vida. A questão da identificação da liberdade com autonomia e mobilidade é também abordada por GUIMARÃES, 2009. A abordagem da autora aponta a mobilidade associada ao trabalho sazonal, alternando a lida nas áreas rurais e nas urbanas, em função dos ciclos da agricultura. Viver “de fazenda em fazenda” não necessariamente denotava vadiagem, mas sim o trabalho ocasional em períodos em que o trabalho rural era oferecido em maior quantidade como nas colheitas, sementeiras, etc. Ver ainda RIOS, 1990, p. 195-204. Em seu estudo sobre os descendentes de libertos do Vale do Paraíba fluminense, a autora aponta para a mobilidade como uma prática comum, identificando-os como “camponeses itinerantes”.

³ Sobre o diálogo entre a dinâmica interna da região e suas conexões com o contexto nacional, ver: MATTOS, 2004, p. 36.

Para Peter Burke, discutir o repensar da produção histórica, leva-nos a questionamentos sobre os agentes da história e as relações entre as estruturas sociais, políticas e culturais e as possibilidades de resistência a essas mesmas estruturas pelos grupos ou indivíduos

Hoje em dia, entretanto, como sugere Giovanni Levi em seu ensaio sobre a micro-história, os modelos mais atraentes são aqueles que enfatizam a liberdade de escolha das pessoas comuns, suas estratégias, sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas através das quais possam se introduzir em frestas em que consigam sobreviver (BURKE, 1992, p. 31-32).

Vale ainda ressaltar o conceito de “estratégia” e sua importância para os estudos dos grupos subalternos ao privilegiar as percepções e ações dos atores sociais, os quais se conformam ou se confrontam com as normas instituídas, buscando novos espaços e significados em suas relações com uma dada realidade

Na outra vertente da micro-análise histórica, a da contextualização social (...) seriam outros tipos de procedimento analítico que se mostrariam operacionais; eles se interessam pela reconstrução de redes de relações e pela identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas), donde o destino ambíguo do termo “estratégia” que sem dúvida é portador de um conteúdo hiper-racionalista, mas por outro lado introduz um tipo de situação que a historiografia clássica reservava apenas às elites. (GRENDI, 1998, p. 253)

Terra, trabalho e formas de controle colocaram em disputas e conflitos vários setores sociais em diversos contextos históricos. A redefinição das formas de dominação, proximidade, dependência, tutela e proteção, assim como, inevitavelmente, sua contrapartida, ou seja, a requalificação das experiências e das vivências do cativo, após o término formal da escravidão, permearam e moldaram as relações entre antigos senhores e escravos. Escravidão e liberdade, nesse sentido, não se apresentariam como termos antitéticos, mas sim complementares: “a liberdade não foi restaurada; ao contrário, foi inventada e experimentada por aqueles que não a conheciam” (CUNHA & GOMES, 2007, p. 13).

A partir dessa discussão inicial propomo-nos, nesse artigo, a indicar a importância da inserção do Município de Mariana/MG no contexto mais amplo dos debates sobre a conformação de um mercado de trabalho livre no país, a partir do âmbito da pesquisa de doutorado em andamento⁴.

Nos anos de 1980, novos trabalhos apontaram para uma realidade, econômica e demográfica, que em tudo se opunham à imagem cristalizada de decadência e atrofia econômica

⁴ Esse texto é uma versão resumida das discussões que norteiam o desenvolvimento de nossa tese de doutoramento intitulada: *A construção da liberdade: abolicionismo, família e trabalho. Mariana, 1871-1920.*

atribuído à província mineira⁵. Esta definir-se-ia pela existência de uma economia escravista diversificada, caracterizada por uma flexibilidade que permitiu a capacidade de reprodução do sistema escravista. Neste contexto, inserir-se-iam Mariana e seu Termo. Integrante da região Metalúrgica-Mantiqueira, o município, indubitavelmente, foi atingido por este processo de diversificação econômica, intensificado após o declínio da mineração⁶. As condições socioeconômicas que forjaram as especificidades de Mariana e de seus distritos no decorrer do século XIX, acreditamos, contribuíram para as respostas possíveis forjadas por senhores e escravos diante da construção da liberdade nos anos finais da escravidão e no pós 1888.

Mais especificamente, nesta região, nas primeiras décadas dos oitocentos, a agropecuária, a mineração, o artesanato, a importação e a reprodução natural de escravos conformaram o mosaico socioeconômico e delimitaram o espaço possível de elaboração de estratégias de sobrevivência no decorrer do século XIX, e, acreditamos, com repercussões para o início do século XX. Esta *reinvenção*, por sua vez, não descartou a utilização do braço cativo, como fonte principal de mão de obra. Pelo contrário, a antiga Minas do ouro manteve sua posição de proprietária do maior plantel escravo do país, durante todo o decorrer dos oitocentos.

Segundo ALMEIDA, 1994; o período de 1750-1850 pode ser dividido em três subperíodos: 1750-1770, com a mineração como principal atividade; 1780-1810, quando as atividades agropecuárias passaram a ser o eixo central; 1820-1850, com a consolidação da economia mercantil de subsistência. A coexistência da mineração com as atividades agropecuárias, no município de Mariana, foi observada ainda por Francisco Andrade, para a

⁵ Autores como Celso Furtado e Francisco Iglésias compartilharam a tese da decadência mineira após a opulência do ouro nos setecentos. Já, para autores como Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Mafalda Zemella, a região do sul de Minas é considerada uma exceção no quadro de decadência característico dos oitocentos, em função do desenvolvimento da agricultura e da pecuária ter sido aí maior que em outras regiões de economia similar. Ver GRAÇA FILHO, 2002, p. 19. A discussão acerca das respostas da região Metalúrgica-Mantiqueira à crise da mineração e os debates acerca do apego e reprodução da mão de obra cativa estão referidos em: MARTINS, 1982, p. 1. LIBBY, 1988, p. 19-20. Em trabalhos posteriores, Roberto Martins redefine o papel do setor de exportação e a importância do setor minerador de ouro e diamantes como destino dos escravos importados, pelo menos até a metade do século XIX. Ver PAIVA, 1996, p. 27-28; LUNA, 1986, p. 13. Sobre a diversificação da economia mineira nos anos finais do século XVII e iniciais do XIX, podemos apontar ainda: BOTELHO, 1998. MENESES, 2000. RODARTE, 2008.

⁶ Apesar das variações territoriais sofridas pelo Termo de Mariana entre 1850-1888, em função da criação ou da transferência de Freguesias que a ele pertenciam originalmente para outros Termos, no decorrer do período, algumas localidades permaneceram vinculadas à sede municipal ao longo dos anos referidos, a saber: Nossa Senhora da Assunção de Mariana, sede do município, Nossa Senhora da Conceição de Camargos, Nossa Senhora de Nazareth do Inficionado, Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira do Brumado, São Caetano do Ribeirão Abaixo, Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora do Rosário de Paulo Moreira, São José da Barra Longa e o distrito de Passagem de Mariana. Em 1911, o Município compreendia: Mariana, São Sebastião, Sumidouro, Cachoeira do Brumado, São Caetano, Cláudio (São Domingos), Furquim, Barra Longa, Boa Vista (Acaíaca), Santa Rita Durão, Camargos, Passagem, São Gonçalo do Ubá.

primeira metade do século XIX. De acordo com o autor, não teria ocorrido uma estruturação simultânea em todo o município, do predomínio das atividades agrícolas e, por extensão, das artesanais⁷.

Apesar da heterogeneidade econômica marcante entre os núcleos que conformavam o Termo de Mariana, a hierarquia social expressava-se de forma homogênea, ou seja, por meio da propriedade de escravos. Dois universos distintos foram traçados a partir desse parâmetro: o dos não proprietários de escravos, ou proprietários de pequeno porte, representado pelos roceiros ou agricultores de Catas Altas e o dos médios e grandes proprietários, agricultores e agropecuaristas, da Freguesia de Furquim. Segundo o autor, agropecuária, mineração, artesanato, importação e reprodução natural de escravos mescladas compunham o mosaico socioeconômico que transformava o Termo de Mariana em parte integrante de um processo de *reinvenção* pelo qual passava a província mineira e, mais especificamente, a região Metalúrgica-Mantiqueira nas primeiras décadas dos oitocentos. E quanto ao restante dos oitocentos? Como teria se comportado o município nos anos compreendidos entre o fim do tráfico atlântico, em 1850, e o final da escravidão em 1888⁸?

O trabalho de Heloisa Teixeira sobre as famílias escravas em Mariana, 1850-1888, analisa, a partir dos inventários *post-mortem*, a dinâmica dos plantéis e das famílias escravas bem como o perfil da economia local e a sua evolução no período delimitado

Desde o declínio da mineração, Mariana esteve integrada à economia voltada para a produção de subsistência e o abastecimento do mercado inter e intraprovincial. O garimpo, em menor escala, manteve-se presente, mas aparecia conjugado às atividades agrícola, pecuária, comercial e manufatureira. Alguns indícios apontam para a possibilidade de Mariana atuar como abastecedora de gêneros alimentícios para outras regiões, no entanto, as fontes analisadas não nos permitem estimar seu potencial mercantil. Podemos com mais segurança, notada a disseminação das roças de subsistência, das criações de animais e do grande número dos engenhos de cana, destacar Mariana como uma região auto-suficiente. O desenvolvimento de ofícios, especialmente os de ferreiro e tecelão, ajudam a confirmar esta idéia. (TEIXEIRA, 2001, p. 136)

A vocação para a diversificação econômica, pelo que tudo indica, prevaleceu ao longo da segunda metade do XIX. Assim como o apego ao braço cativo. Os escravos constituíram os bens mais representativos entre as posses deixadas pelos inventariados no total da riqueza, embora sua participação no *monte mor* tivesse declinado com o decorrer do tempo: de 51,4% em 1850 passou

⁷ Acerca das especificidades das condições geográficas e históricas dos núcleos que integravam o Termo de Mariana, ver ANDRADE, 2008. p. 62-101.

⁸ Os dados referentes às características econômicas de nosso recorte geográfico, para o início do século XX, apontam para uma manutenção da atividade agropecuária como principal atividade econômica, seguida da indústria extrativa e da indústria de transformação. Ver: SILVA, 1957.

para 27,5% nos anos 1880⁹. Tal fato, pode ser atribuído, segundo Heloisa Teixeira, ao abalo decorrente das transformações da época, principalmente no tocante à legislação escrava. Quanto à participação de crianças nos plantéis cativos, aqueles com até cinco escravos registraram uma menor participação. Já nos plantéis maiores, a participação de crianças era mais significativa.

A presença de crianças, indiretamente, remete não apenas à questão da reprodução natural dos escravos mas à presença da família escrava. Para as duas últimas décadas da escravidão, a autora resgatou o parentesco para mais da metade dos cativos da amostra documental; sendo que, para os anos de 1880, esse resgate abrangeu 69,4% dos escravos. As crianças tinham ainda um maior grau de inserção em famílias do que os homens e mulheres adultos, e as mulheres, por sua vez, tiveram maior descrição de laços familiares que os homens. Pela própria condição de geradora de novos escravos, a condição de mãe foi mais descrita que a de pai. A autora aponta ainda a correlação entre o tamanho do plantel e as possibilidades de estabelecimento das relações de parentesco. Os plantéis com até cinco escravos, pelo alto índice de masculinidade apresentado e menor número de indivíduos, restringiam as possibilidades de uniões matrimoniais e, conseqüentemente, tinham uma menor incidência de laços de parentesco¹⁰.

A dinâmica escravista do Termo de Mariana foi também objeto central do trabalho de Camila Flausino. Analisando as transações de compra e venda de escravos registradas em Mariana, entre 1850 e 1886, Flausino aponta para as especificidades que esse comércio adquire no município, contradizendo a teoria de que o declínio da população cativa, nas últimas décadas da escravidão, teria sido resultante de sua transferência para outras regiões da província e do Império. Pelo contrário, segundo a autora, das 353 escrituras anotadas nos livros de registro de compra e venda de escravos, 256, ou seja, 72,5% tiveram como vendedores indivíduos que residiam dentro dos limites do município. Este mesmo predomínio prevaleceu, quando foi observado o local de residência dos compradores dos escravos negociados, já que 216, ou 61,2%, destes também viviam no município.

As condições em que se desenrolaram essas transações comerciais permitem inferir que o município estaria passando por um reajuste interno, no que se refere ao braço cativo, em função da própria dinâmica de seu mercado interno. Contudo, mesmo predominando o tráfico intra e

⁹ Ver TEIXEIRA, 2001, p. 31. Sobre o declínio da população escrava nos Termos de Ouro Preto e Mariana, ver COTA, 2007, p. 33.

¹⁰ TEIXEIRA, 2001, p. 138. Sobre os padrões de nupcialidade escrava e sua correlação com o tamanho do plantel ver: SLENES, 1999, p. 77-137. Segundo Slenes, há uma maior facilidade de estabelecer os laços familiares para os escravos pertencentes a plantéis maiores.

intermunicipal, onde a maioria das transferências foi feita entre a cidade de Mariana e suas freguesias e entre a Metalúrgica-Mantiqueira como um todo, o saldo negativo de escravos predominou, ou seja, o volume de vendas foi maior do que o volume de compras: 499 contra 397, respectivamente. A afirmação é válida para outras regiões da província, com exceção da Zona da Mata Mineira¹¹. Apesar da constatação de que Mariana perdeu mais escravos do que adquiriu, não ocorreram transferências tão vultosas para outras regiões, consideradas mais dinâmicas, como a Zona da Mata, onde o café já predominava. Ameniza-se, assim, a correlação direta entre a perda de escravos registradas nas antigas áreas mineradoras e o crescimento dos plantéis dos municípios ligados à agro exportação, o que corrobora a ideia de que a região possuía um dinâmico mercado interno capaz de absorver e redirecionar os cativos anteriormente empregados na mineração de acordo com a demanda local, por meio do tráfico interno.

Mesmo com a predominância da agropecuária e com um certo “congelamento” do desenvolvimento urbano para o período, 1850-1888, dados como os fornecidos por Camila Flausino, acerca do tráfico intra e intermunicipal para o Termo de Mariana, permitem inferir a ocorrência de um fortalecimento das redes de relações sociais e familiares estabelecidas entre os cativos da região, que, mesmo separados, não necessariamente, perdiam o contato entre si. Ainda de acordo com os dados apresentados pela autora, este mesmo comércio privilegiaria a venda individual dos cativos em detrimento dos grupos familiares, 68,0% de um total de 700 escravos teriam sido vendidos sozinhos¹². Aparentemente contraditório, afinal, se por um lado, havia um predomínio de separação dos grupos familiares, por outro lado não podemos nos esquecer de que havia na verdade um “tráfico interno local” ao Termo de Mariana, que, acabou possibilitando a preservação dos laços familiares apesar das separações por venda ou partilhas de herança.

Mediante as novas dinâmicas econômicas e as mudanças na demografia da população escrava, que marcaram a Metalúrgica-Mantiqueira, as relações entre senhores e seus cativos certamente não passaram incólumes por esse processo. Se aceitamos, como ponto pacífico, que, já no século XVIII, a região mineradora caracterizava-se por uma diversidade econômica marcante, podemos nos questionar, então, como pautavam-se as relações escravistas nesse contexto¹³. Seja pela maior mobilidade, mesmo dentro dos limites traçados pela condição de

¹¹ Ver FLAUSINO, 2004-2005, p. 130.

¹² FLAUSINO, op. cit, p. 126.

¹³ Embora nosso recorte temporal abranja o final do século XIX e o início do século XX, retroceder ao século XVIII tem por objetivo reforçar a importância dos laços familiares e das redes sociais de solidariedade na dinâmica das relações escravistas que se forjaram, na região, a partir do declínio da mineração. Eduardo França Paiva, ao analisar a dinâmica social da escravidão, na Minas Gerais do século XVIII, retoma a questão da atuação de escravos e de libertos como agentes transformadores da história. Ainda de acordo com França Paiva, entre as estratégias utilizadas

cativo, seja por intermédio da família, as redes de relações sociais são construídas pelos escravos, assim como as identidades, ambas esboçadas em cada ação cotidiana¹⁴. Considerando-se que a região caracterizou-se pela predominância dos pequenos e médios plantéis no decorrer do século XIX, onde muitas vezes o braço cativo trabalhava lado a lado com os seus senhores e/ou com trabalhadores livres pobres na lida diária, a questão que se impõe é o quanto esta proximidade se prestou ao fortalecimento ou à fragilização dos laços de sociabilidade e solidariedade entre estes atores sociais após o 13 de maio de 1888.

Pensar os (re)arranjos socioeconômicos que teriam marcado a região de Mariana no pós-abolição, possibilita estabelecer um diálogo entre este período e aquele que o antecede, ou seja, a crise da instituição escravista, com ênfase nas possíveis permanências e rupturas entre estes dois momentos históricos. A partir da investigação dos grupos familiares de libertos, propomo-nos, em nosso estudo, perceber o papel dos laços e memórias familiares como elementos de fixação destas famílias na região. Acreditamos que, tais laços prestar-se-iam para a preservação dessa mão de obra preexistente nas fazendas e nas demais atividades econômicas que marcaram a *Leal Cidade de Mariana* nos anos finais do Império e início da República. O acesso à terra, e em quais condições, as possíveis estratégias de sobrevivência, o papel das redes de solidariedade no processo de conformação de um mercado de trabalho livre, por parte de libertos e ex-senhores, são outras reflexões suscitadas pelo tema.

A análise de elementos sobre dos rumos dessa mão de obra, agora livre, no pós 1888, e os possíveis impactos dessa liberdade, não apenas nas atividades econômicas aí desenvolvidas mas também nas relações sociais que se estabeleceram desde então, contribuirão para o enriquecimento dos debates que envolvem a região Metalúrgica-Mantiqueira e os estudos sobre o pós-abolição em Minas Gerais. O recorte temporal aqui proposto, compreende os anos de 1871 a 1920. A partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, o Estado Imperial colocava em xeque não apenas o princípio de legitimação da instituição escravista estabelecido pela Carta Constitucional de 1824 - o inviolável direito de propriedade - mas também a exclusividade da prerrogativa

pelos cativos e pelos seus senhores, embora com finalidades diferentes, estava a família escrava. Para os escravos, esta representava proteção e solidariedade; para os senhores, controle sobre a escravaria e sobre a sociedade colonial, além, claro, de garantir, via reprodução natural, a diminuição com os gastos de aquisição de africanos. Ver: PAIVA, 2001.

¹⁴ A complexidade de formação da identidade social do escravo na capitania mineira é colocado por Marco Antonio Silveira: “As Minas eram, em parte, um mundo urbano em que a mobilidade dos escravos coexistia com sua proximidade dos brancos. Era exatamente nesse ponto que se estabelecia a indistinção: embora se tratasse de uma sociedade permeada pelos valores estamentais, a lógica do mercado e da urbanização, assim como o modo particular assumido pelo escravismo, fazia com que a vida social oscilasse entre referenciais variados”. SILVEIRA, 1997, p. 116. Contudo, essa proximidade e essa oscilação não constituíram fatores impeditivos para que escravos acionassem seus senhores na justiça, demandando pela liberdade. O trabalho se refere ao século XVIII.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

senhorial sobre a liberdade do escravo. Partindo desse pressuposto, ao considerarmos o ano de 1871 como marco inicial de nosso trabalho, buscamos traçar uma linha de continuidade entre dois momentos a princípio distintos, porém não excludentes: a escravidão e a liberdade. Quanto ao marco final, 1920, explicar-se-ia não apenas por ser um período de adaptação à nova ordem estabelecida no país após o fim da escravidão e a instalação do regime republicano, como também por possibilitar o acompanhamento de pelo menos duas gerações das famílias beneficiadas pela Lei do Ventre Livre e suas regulamentações. Finalmente, consideramos a realização do Recenseamento Geral do Brasil de 1920, cujos dados relativos à agricultura e às atividades industriais, certamente, possibilitam traçar um perfil das propriedades, da produção e dos proprietários de terras, dados que, acreditamos, ofereçam indícios sobre o acesso dos libertos à terra¹⁵.

Descortinar as vivências cotidianas de escravos e libertos não consiste em tarefa simples. Ao discutir o desdobramento do uso de biografias e de trajetórias de vida na historiografia, MAMIGONIAN, 2010, destaca que

Em primeiro lugar, seguir indivíduos tem servido aos historiadores como recurso metodológico para observar de perto o desenrolar dos processos históricos e, especialmente, devolver a eles protagonismo e indeterminação. Isso porque, no conjunto, os registros individuais revelam as alternativas disponíveis aos indivíduos em dado momento histórico e, especialmente, as escolhas que fizeram e, em última instância, seu impacto na história. Em segundo lugar, esse procedimento tem facilitado aos historiadores aproximar-se dos indivíduos pertencentes a grupos silenciados pela história, ou anônimos, frequentemente a maioria. Num primeiro momento, essa aproximação de determinados grupos se fez de forma quantitativa, com dados agregados, mas de algum tempo para cá os historiadores atentos às “classes subalternas” têm-se preocupado em distinguir os indivíduos e identificar diferenças no seio do grupo social do qual faziam parte. O objetivo principal é resgatar do esquecimento as experiências daqueles que não deixaram seus próprios registros nem ficaram marcados na memória coletiva. (MAMIGONIAN, 2010, p. 75-76)

Traçar trajetórias implica em percorrer caminhos obscurecidos pelo tempo e pelo desconhecimento daqueles, que, por meio de agências simples, não sabiam estar “fazendo a história”. Redimensionar tais agências e articulá-las aos múltiplos pertencimentos dos indivíduos ou grupos, assim como às questões de seu tempo, estabelece nuances que enriquecem a

¹⁵ Trabalhos como o de CASTRO, 1987. e de SOUZA, 2007, p. 200; fazem uso do Recenseamento agrícola e populacional de 1920 como ferramenta de construção do perfil de produção, propriedades e proprietários agrícolas. Mesmo levando em consideração que o Recenseamento de 1920 teve como referência os empreendimentos com produção anual de acima de 500\$000, o silêncio acerca dos demais constitui um dado relevante a ser analisado. A comparação entre os dois recenseamentos, o de 1920 e o de 1872, possibilitaria a comparação entre as possíveis mudanças, ocorridas ou não, no perfil das atividades econômicas, das propriedades e dos proprietários na região de Mariana.

compreensão da história social. Mesmo diante do “silêncio das fontes”, tão significativo quanto o registro explícito de relatos, os testemunhos e os discursos, deixam falar os indícios que podem trazer à tona a forma como os atores sociais se posicionaram e atuaram em situações historicamente dadas.

Segundo Carlo Guinzburg (GUINZBURG, 1989), o nome constitui-se em elemento que distingue um indivíduo de outro qualquer e presta-se como guia no “labirinto documental”. Finalmente, resta-nos fazer uma observação quanto às dificuldades de aplicação do método para os estudos relacionados à escravidão e ao pós-abolição. Os registros de nomes nem sempre tornaram escravos e libertos “indivíduos”, pelo contrário, uma gama de Marias, Joãos, Evas e Antonios somente se individualizaram ao receberem os sobrenomes senhoriais ou os qualificativos de cor: preto, pardo, cabra, mulato, ou ainda, de sinais físicos. As mudanças ou mesmo a incorporação de nomes e sobrenomes dificultam, muitas vezes, situar estes atores no tempo e no espaço. Superar tal obstáculo é um desafio que se impõe à metodologia da “ligação nominativa das fontes”. Recorrer à diferentes fontes documentais trona-se assim, condição *sine qua non* para delinear as trajetórias individuais e familiares destes sujeitos históricos, possibilitando, ainda, o processamento de dados quantitativos concomitantemente à reconstituição das redes de relações interpessoais das trajetórias a serem traçadas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana – 1750-1850*. 220f. Dissertação (Mestrado em História Social Moderna e Contemporânea) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1994.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: rocceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Editora UFV. 2008.

BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil no século XIX*. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

COTA, Luis Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2007.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FLAUSINO, Camila Carolino. O mercado de escravos em Mariana: 1850-1886. *LPH – Revista de História*, Mariana, n. 14-15, 2004-2005.

FRAGA FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-Emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume, 2009.

GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 251-262.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1804), In: COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 13 (Relatório de Pesquisa, 27).

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. In: *Topoi*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 75-91.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004. p 36.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, MG: Maria Fumaça Editora Ltda, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese (Doutoramento em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1996. p. 27-28.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1870-1920*. Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais oitocentista*. 2008. 365 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.

SILVA, Hildebrando Martins da (Coord.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estado, 1957.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SLENES, Robert W. Comments on “Slavery in a nonexport economy”. *The Hispanic American Historical Review*, 63 (3): 569-581, 1983.

_____. Os múltiplos de porcos e diamantes – centro dinâmico e mercado interno em Minas oitocentista. *Cadernos IFCH*. Unicamp. Junho/1985.

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru: EDUSC, 2007.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e Famílias Escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 2001.

Classe trabalhadora, instituições e reformismo na nascente Belo Horizonte (1897-1930)

Daniela Oliveira Ramos dos Passos
Doutoranda – UFMG
ddanipassos@gmail.com

RESUMO: No decorrer do desenvolvimento da cidade capital mineira tornou-se expressivo o aparecimento de trabalhadores belorizontinos, dentro do espaço urbano, com tendências a se associar, agregando elementos políticos, ideológicos e culturais em sua estruturação, organização e mobilização; bem como é possível perceber as respostas governamentais às questões sociais levantadas por estes operários. Partindo deste pressuposto, este trabalho tem por objetivo analisar a formação da classe operária belorizontina no contexto de construção da cidade capital mineira. Para tanto, foram analisadas as associações classistas Liga Operária (1900), Centro Operário (1903), a Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais (1905), Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais (1907), Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais (1909) e Confederação Católica do Trabalho (1919).

PALAVRAS-CHAVE: Belo Horizonte, Associações classistas, Reformismo.

Introdução

Guiados pelas possibilidades de mudança social e melhores condições de trabalho, os operários belorizontinos, do início do século XX, se nutriram de esperanças para lutar pela consolidação de seus interesses. Tendo à frente as associações classistas, das quais eram filiados, os trabalhadores se lançaram rumo a um projeto de mudança e seguiram em busca da materialização dos seus ideais.

Dentro desta ótica, este trabalho propõe refletir, com base na abordagem institucional, sobre as práticas de luta e reivindicações adotadas pela classe trabalhadora belorizontina, no contexto de construção da nova capital mineira (1893-1930), que tinham por intuito conseguir consolidar os direitos trabalhistas ou mesmo lutar por melhores condições de trabalho e vida.

Para esse propósito adotaremos o conceito de instituição, elaborado por Elster (1994, p.174) que a define como “um mecanismo de imposição de regras, que governam o comportamento de um grupo bem definido de pessoas, com sanções externas e formais”. As instituições, que nos interessam para esta pesquisa, são as de caráter privado¹, cujas sanções se

¹ De acordo com Elster (1994, p.174) as instituições podem ser privadas ou públicas, dependendo da natureza das sanções. As instituições privadas incluem empresas, sindicatos, organizações religiosas e universidades. A principal sanção esta relacionada a expulsão do grupo. Já as instituições públicas incluem o Congresso, a Comissão de Seguridade e Intercâmbio, a Suprema Corte e os diversos Conselhos públicos. Suas sanções, apoiadas pelo sistema de

baseiam na expulsão de algum membro do grupo; e sua adesão é oferecida por meio de benefícios que variam da ajuda mútua (no que se refere às pensões e seguros favoráveis) e a valorização da classe trabalhadora, ao serem adeptas das reivindicações em busca de melhores condições de trabalho.

A finalidade de pensar as associações trabalhistas de Belo Horizonte, formadas no início do século XX, como organizações institucionais, teve por objetivo analisar o problema da ação coletiva e sua possível resolução: como as associações trabalhistas conseguiram agir em prol dos interesses de um determinado grupo? Para ilustrar esta questão analisamos as ações das entidades: *Associação Beneficente Tipográfica, Liga Operária, Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais, Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais, Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais e Confederação Católica do Trabalho.*

Estas associações, entidades e centros classistas procuravam desempenhar uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem diretos trabalhistas, desenvolviam práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Apoiavam, ainda, a ideia da criação de um partido operário mineiro que pudesse lançar a candidatura, se possível em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

No que se refere à metodologia, o trabalho baseou-se na análise qualitativa de fontes primárias e complementares e de uma pesquisa bibliográfica de suporte à leitura. Quanto ao estudo das fontes primárias, analisamos os periódicos produzidos pelas associações classistas. Sendo eles: *O Operário* (Liga Operária – 1900), *O Labor* (Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais – 1905), *O Confederal* (Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais – 1907) e *O Operário* (Confederação Católica do Trabalho -1919/1920).

Outros documentos também foram estudados, visando complementar este trabalho, sendo eles: os estatutos das associações, disponíveis no periódico *Minas Gerais* (órgão da Imprensa Oficial do Estado), revista comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte, uma representação encaminhada à Câmara dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas

aplicação de leis, incluem subsídios, taxas, multas e prisão. As regras que vigoram incluem leis, decisões judiciais, decretos administrativos e ordens executivas.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Gerais, e por fim os Anais do Conselho Deliberativo da capital, documentos estes produzidos pelo poder público da cidade de Belo Horizonte.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se que as instituições podem deixar todos em situação melhor, ao tentar resolver o problema da ação coletiva. Neste sentido, as associações trabalhistas, tidas enquanto organizações institucionais, puderam oferecer benefícios especiais aos seus membros, ao mesmo tempo em que proporcionaram aos trabalhadores a interação com seus semelhantes, alertando para a união classista em busca de melhores condições de trabalho e vida.

Associações trabalhistas vistas enquanto instituições sociais: a busca por melhores condições de trabalho e vida.

A classe trabalhadora, de meados do século XIX e início do século XX, foi incorporada ao processo político por uma forte e intensa solidariedade de classe, trazida em consciência revolucionária por suas organizações. Mesmo havendo diferenciações na forma de luta, variando de país para país, podemos dizer que verificou-se um padrão relativamente homogêneo em busca da consolidação dos interesses da classe trabalhadora, concretizado no papel exercido pelos partidos e pelos sindicatos. “Ao partido, cabia a solidariedade de classe em termos ideológicos e ao segundo representar seus interesses imediatos frente ao capital”. Desta forma, a entrada da classe trabalhadora na arena política, trouxe consigo uma tradição política ideológica articulada em torno de seus próprios interesses. (PRATES, 1986, p.01)

A formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte data, desde o início da fundação da cidade, quando se fez necessário a contratação de operários para trabalhar nas diversas áreas da construção civil e nas atividades comerciais e industriais da nova capital mineira. Os trabalhadores passaram a se reunir e organizar-se politicamente no intuito de conquistar principalmente condições mais dignas de trabalho. Esta formação teve características diversas, mas com interesses comuns de luta e reivindicações, onde procuravam criar centros para defesa de seus interesses.

As primeiras associações classistas que se têm registros possuíam características de sociedades mutuais, cujos objetivos eram a arrecadação mensal financeira a fim de custear auxílios para os sócios em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral, etc. Nas sociedades de socorro mútuos os trabalhadores encontrariam o meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros, ou mesmo, poderiam ajudar os trabalhadores a adquirir a capacidade de organização,

“civilizando” as classes operárias (BATALHA, 2010, p.21).

Além da ajuda mútua entre os seus sócios, as sociedades de socorro mútuos também poderiam cumprir funções sindicais, ao reivindicar melhores condições de trabalho incluindo salários dignos. Portanto poderiam conviver em um mesmo contexto sociedades ditas sindicalistas e mutualistas, sendo “fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre elas.” (BATALHA, 2010, p. 16-17). Onde, poderiam se unir em prol de uma coletividade, formando redes que pudessem levar a superação dos entraves de grupos, na tentativa de resolver o problema da ação coletiva.

Uma das mais importantes associações classistas surgidas na cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, e que possuía características de uma sociedade mutualista, foi a Associação Beneficente Tipográfica, fundada no ano de 1900. A entidade era formada exclusivamente por tipógrafos e empregados da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e tinha como principal característica o mútuo socorro, ou seja, zelava pela ajuda mútua, instrução, recreação e educação moral de seus sócios e não tinha partido político, religioso e filosófico específico.

O estatuto da associação tinha como principais fins:

1º auxiliar pecuniariamente ao sócio que se enfermar gravemente e ficar impossibilitado de trabalhar; 2º concorrer com auxílios para o enterramento de qualquer sócio efetivo que falecer; 3º trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também pelos seus interesses.²

De acordo com o estatuto da Associação Beneficente Tipográfica, era oferecido aos seus membros pensão mensal ao sócio enfermo, e auxílio funeral, além de empréstimos, em dinheiro, ao associado que tivesse algum membro familiar doente³. O objetivo principal da Associação Beneficente Tipográfica, assim como a maioria das mutuals do país, era oferecer aos seus sócios proteção, no que tange aos mecanismos que hoje conhecemos como previdência pública, já que no período em questão havia uma ausência deste tipo de auxílio.

A Associação Beneficente Tipográfica, foi uma entidade que constituiu-se em torno de uma categoria profissional que possuía certo nível de coesão e de interesses materiais próprios. Tinha como característica principal o mutualismo, mas atuava, também, por vezes, como uma sociedade que admitia práticas políticas sindicais. Procurava agregar e compartilhar identidades e

² *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

³ *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

interesses, reforçando “laços de solidariedade” entre seus membros, além de construir espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes e acima de tudo, buscava construir uma identidade coletiva baseada na valorização do ofício (JESUS; VISCARDI, 2007, p.24).

Analisando o caso da Associação Beneficente Tipográfica podemos aludir que os mecanismos de proteção social reforçavam os traços comuns do mutualismo. A ideia de proteção, em situações de enfermidades e moléstias que impossibilitassem os sócios de trabalhar, além do custeio de funerais, remédios e de ajuda nos casos em que os associados estivessem presos, fazia parte do cotidiano das associações (JESUS; LACERDA, 2010, p.133).

Seguindo a mesma linha de luta, proposta pela Associação Beneficente Tipográfica, podemos citar a Liga Operária. Fundada em 15 de julho de 1900, durante uma reunião composta de 700 operários, presidida pelo italiano Donato Donati⁴ e sediada no teatro Soucassaux⁵, a Liga Operária, tinha por objetivo lutar, reivindicar e propor melhores condições de trabalho para os proletários residentes na cidade capital. Dentre a pauta da sessão estava a de organizar os trabalhadores a fim de motivá-los a defender, através de ações legalistas, os direitos e interesses dos operários. As propostas se resumiam em:

(...) formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos, sob o penhor de procurador idôneo; reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES⁶, regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energicamente pela adoção das leis favoráveis aos operários, a exemplo das nações mais cultas, e pelo fiel cumprimento das que já existem prevenindo e protegendo o trabalhador; da publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões (...).⁷

Durante a reunião também ficou deliberado à criação e publicação quinzenal do periódico denominado *O Operário*, sendo a folha considerada o órgão oficial da Liga Operária.

Cabe ressaltar que a imprensa operária, atuante nas primeiras décadas do século XX, fazia

⁴ Donato Donati foi um jornalista italiano nascido na cidade de Florença (Toscana) no ano de 1866, imigrando para o Brasil em 1890. Primeiramente se estabeleceu na cidade de São Paulo, onde fundou o jornal anarquista *Avanti!*. Em Belo Horizonte, Donato Donati também propôs, ao fundar a Liga Operária, criar uma folha que fosse a porta voz oficial da associação, sendo este o primeiro momento que se exporia a ideia de criar e publicar quinzenalmente um jornal de cunho operário.

⁵ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

⁶ Os vales funcionavam como uma espécie de tickets, que o operário trocava em algum comércio, com o intuito de abastecer sua residência de produtos alimentícios em geral.

⁷ *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

parte do cotidiano das associações, ligas, sindicatos ou uniões trabalhistas que fossem fundadas. Os jornais tinham por meta expor os problemas das classes operárias e publicar as reivindicações trabalhistas por melhores condições de labuta. Mesmo não sendo produzidas especificamente por operários, as folhas visavam a este público. Os periódicos estavam quase sempre ligados a alguma organização trabalhista e procuravam informar, conscientizar e mobilizar o seu leitor que de alguma forma tinha interesses comuns e participava da mesma associação.

O jornal começou a circular no mês de Julho (29/07/1900). O primeiro número trouxe explícito o projeto de estatutos da Liga que tinha como principais fins:

(...) a) unir e organizar os elementos e as energias do operariado; b) manter um jornal de propaganda, ou conseguir publicidade para suas ideias, em algum jornal existente; c) fundar, quanto for possível, uma biblioteca própria para operários e respondente aos fins da Liga Operária; d) organizar conferencias sobre argumentos econômicos e sociais; e) **defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias;** f) **propor as autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajá-las os trabalhadores;** g) **tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária.**⁸

Através destes pontos podemos perceber como a Liga Operária buscou estruturar-se, baseando, acima de tudo, em noções reformistas e buscando melhores condições de trabalho através das medidas legais, ao procurar tomar partido em eleições e sustentar candidatos que fossem solícitos com as classes trabalhadoras. O principal intuito da Liga era conseguir a regularidade dos pagamentos salariais. Na cidade capital era comum o atraso do pagamento e quando este “ficava na ordem do dia” era feito em forma de vales.

Seguindo os ideais reformistas, a Liga Operária encaminhou uma petição ao governo estadual solicitando medidas e soluções para a questão salarial dos trabalhadores belorizontinos. O documento referia-se as formas de pagamento, requerendo principalmente a extinção dos vales, o pagamento salarial regular – pelo menos uma vez ao mês – e a justiça gratuita e eficaz para os operários que se sentissem lesados no que se refere a questão salarial⁹.

No ano de 1909, Donato Donati também fundou, na capital mineira, a entidade classista denominada Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Com princípios semelhantes ao da Liga Operária a Federação também procurava agir de forma legalista, recorrendo quase sempre ao governo a fim de conquistar melhorias para a vida do operariado belorizontino.

⁸ O *Operário*, Belo Horizonte, 29/07/1900. (grifo nosso).

⁹ O *Operário*, Belo Horizonte, 19/08/1900

Prova disto esta no documento encaminhado ao poder público estadual especificamente, à Câmara dos Deputados Estaduais, no ano de 1918, sugerindo alguns pontos ditos “essenciais” para que fosse definida uma legislação trabalhista. Entre os tópicos destacaram-se:

(...) 1º Dia de trabalho normal de 8 horas. Descanso semanal de 36 horas consecutivos. Para todos os trabalhadores, operários e empregados, sem exceção, da indústria, da agricultura e do comércio. Liberdade ampla para os patrões de terem abertos os seus estabelecimentos todo o tempo que quiserem com tal que nenhum dos seus dependentes trabalhe mais de 8 horas. 2º Fixação, pelo menos semestral, dos salários mínimos, feita por comissões mista de operários e patrões, de acordo com o custo local da vida e consultadas as condições da indústria. (...) 6º Igualdade de salários, serão igual a produção para os homens e para as mulheres. Proibição do trabalho noturno às mulheres. Proibição do trabalho dos menores de 14 anos, salvo em casos especiais e com o consentimento das comissões mistas já lembradas. 7º Pensões suficientes aos velhos e aos inválidos. Indenização razoável às vítimas dos infortúnios no trabalho ou em relação com o trabalho. 8º Garantia dos meios de vida e completo tratamento médico e farmacêutico aos operários doentes e às suas famílias, até o pleno restabelecimento(...).¹⁰

De acordo com a Federação, era necessário tomar providências legislativas que fossem capazes de melhorar consideravelmente as condições do proletariado em geral, pois somente com garantias legais os trabalhadores poderiam ter uma vida tranquila e serem pacientes e calmos, sabendo aguardar pacificamente pela “evolução da sociedade”.¹¹

A princípio, tendo por base as ações empreendidas pela Liga Operária e pela Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, podemos concluir que quando algum órgão público era questionado pelos trabalhadores belorizontinos (ou suas lideranças) era feito na forma de assembleias, petições governamentais ou mesmo por noticiários de imprensa. Deduzimos que as reivindicações se davam de forma legalista, recorrendo, quase sempre, ao Estado em busca de medidas que os beneficiassem.

Em face dessa contingência, outra entidade, fundada na capital, como o intuito de unir os trabalhadores belorizontinos em prol dos ideais de luta e reivindicações em busca de melhores condições de vida e trabalho foi a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas

¹⁰ APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918.

¹¹ APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918.

Gerais. O objetivo era instituir uma sociedade operária para “socorrer” os trabalhadores¹².

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais foi uma associação extremamente diversificada em sua motivação, clientela e objetivos. Sua finalidade era agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram a filantropia, a sociabilidade e a instrução, e dentre seus objetivos constava os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para criar pensões aos órfãos e uma comissão de beneficência.

O jornal que representava a associação era o periódico, *O Labor*, que teve o primeiro número publicado em junho de 1905. A folha teve um total de 12 números publicados, o último jornal datando de 31 de março de 1906. Em cada número, a redação dizia-se sujeita a apreciação de qualquer artigo, de qualquer pessoa, sendo das classes operárias ou não, desde que os textos fossem em prol dos trabalhadores¹³.

Na edição de 18 de junho de 1906, a Confederação publicou um artigo no qual alegava ser favorável a “tutela”, por parte do Estado, para com os trabalhadores belorizontinos. Considerava que as classes operárias não tinham a possibilidade de se “auto gerirem” sem a presença do Estado para “instruí-las”:

Não há quem não perceba que as constituições, por mais liberais que sejam, não dão remédio ao mal estar, ao descontentamento que reina entre as classes operárias, vexadas pelas amarguras do presente e pelas apreensões do futuro. Mas o que as constituições não podem fazer, realizará ate certo ponto o Estado, cuidando de tornar seguros e respeitados os direitos de todos, distribuindo prodigamente a instrução e favorecendo a atividade dos cidadãos, desconhecidos os privilégios que corrompem e estragam o organismo social (...).¹⁴

O jornal também foi enfático, em várias folhas¹⁵, ao relatar a necessidade de união dos operários, a fim de conquistarem melhores condições de trabalho. Pregavam a adesão dos trabalhadores via associações ou centros confederativos, alegando que somente assim os operários conseguiriam alcançar seus direitos; para a Confederação se “os operários estivessem todos unidos pelo vínculo sacrossanto da associação, teriam galgado o ponto culminante da vida”¹⁶, podendo então ter condições de trabalho dignas.

E, segundo os líderes da Confederação, esta união não precisava ser conflitante e

¹² MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d’El Rey: 12/12/1964.

¹³ *O Labor*, Belo Horizonte: 11/02/1905

¹⁴ *O Labor*, Belo Horizonte: 18/07/1905.

¹⁵ *O Labor*, Belo Horizonte: 07/07/1905; 18/07/1905; 09/11/1905.

¹⁶ *O Labor*, Belo Horizonte: 07/07/1905.

provocadora, ou seja, a entidade dizia aceitar “todo o tipo de operário que estivesse prestes a se alistar nas fileiras de luta” por melhores condições, porém era clara que concordava com protestos apenas pacíficos, visando à paz e procurando os meios legais de fazer valer os direitos da classe¹⁷.

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais continuou atuando até meados da década de 1920, em prol dos trabalhadores junto ao poder público da época. Cabe ressaltar que a intervenção do governo na construção e no planejamento da cidade de Belo Horizonte, foi fundamental para influenciar a formação da ideologia reformista da classe trabalhista belorizontina.

No que tange a Confederação Auxiliadora dos Operários, de acordo com Maria Auxiliadora Faria e Ione Grossi (1982, p.189), a entidade, cuidaria de conseguir a harmonia do “corpo social” da cidade de Belo Horizonte, isto a partir de uma visão positivista e influenciada pela perspectiva racional do modelo de cidade “disciplinada”, com conceitos, condutas e traçados que se expusessem tudo e ensinassem como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser (ideais pregados pela Comissão Construtora da cidade de Belo Horizonte), ao desempenhar uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem direitos trabalhistas, a Confederação (assim como as outras associações trabalhistas) desenvolveram práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências.

Diante desse cenário, no ano de 1907, outra associação surgia na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de unificar e organizar os operários mineiros: o Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais. A criação do Centro aconteceu durante o 1º Congresso Operário Mineiro, na cidade de Sabará, e tinha como proposta o apoio à representação política, em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas, a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

É importante destacar que no ano anterior (1906), a cidade do Rio de Janeiro havia sediado o 1º Congresso Operário do país, sendo o encontro um acontecimento significativo no

¹⁷ *O Labor*, Belo Horizonte: 31/03/1906.

que se refere à ascensão do ideário anarquista entre os meio trabalhistas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro¹⁸. Em Minas Gerais, aconteceu o contrário. Os operários se reuniram, durante cinco dias (02/04 a 06/04) no ano de 1907, na cidade de Sabará, para a realização de um congresso que tinha como objetivo difundir os ideais reformistas.

O Congresso teve como principal proposta a criação do Partido Operário Mineiro Independente, com a finalidade de tentar eleger representantes nas assembleias parlamentares, que poderiam vir a validar os direitos trabalhistas.

O Congresso Operário Mineiro também tinha por objetivo organizar as classes operárias do Estado, através da criação de uma confederação que reunisse as entidades classistas da capital: o Centro Confederativo dos operários de Minas Gerais, cuja sede seria na cidade de Belo Horizonte.

Entre as associações filiadas ao Centro estavam: da capital, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, o Centro Operário, a Liga de Resistência Operária e a Associação Beneficente Tipográfica; da cidade de Sabará, o Club Operário Sabarense; de Maria Custódia, o Grupo de Lavradores; de Nova Lima e Honório Bicalho, o Grupo de Obreiros; da cidade de Curvelo, a União Operária Beneficente; de Diamantina, a União Operária Beneficente; do município de Montes Claros, a Liga Operária; de Ouro Preto, a Sociedade Beneficente Operária; do distrito de Passagem de Mariana, a União Operária Beneficente; e por fim da cidade de Barbacena, a Agremiação Socialista¹⁹.

Durante o Congresso Operário Mineiro, foi redigida ainda uma resolução na qual estavam expostos os princípios de luta do Centro Confederativo e propostas que visavam melhores condições de trabalho aos operários do Estado. Entre os itens conclusivos constava o de fundar uma “imprensa livre” para “preparar o operariado do Estado para a luta profícua pelos seus direitos”. O jornal, porta voz do Centro ficou conhecido como o *Confederal*²⁰. O periódico teve o primeiro número lançado em 02 de maio de 1907, iniciando a publicação no dia 1º do mês seguinte (01/06/1907), e sua última edição finalizou em 07 de agosto de 1907.

O Centro Confederativo tinha por orientação o reformismo e lutava por dois principais

¹⁸ (...) “O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral” (PINHEIRO; HALL, 1979. p. 46)

¹⁹ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²⁰ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

pontos. O primeiro seria a instrução dos trabalhadores, por meio de propostas a serem encaminhadas para o governo sobre a necessidade de fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais, de escolas profissionais e de belas-artes, além da concessão de auxílios às escolas fundadas pelas associações²¹.

O segundo ponto seria a participação dos trabalhadores nos sistemas parlamentares, através da eleição de representantes nas esferas do poder, sejam elas municipais, estaduais e/ou federais, para a defesa dos direitos trabalhistas. Para tanto, caberia às associações, que faziam parte do Centro Confederativo, apoiar e concorrer às eleições através do Partido Operário Mineiro Independente, que deveria ser criado²².

De imediato, o Centro Confederativo apoiaria o Partido Operário Independente de Juiz de Fora, como meio de fazer representar-se nas assembleias públicas em prol das questões classistas que fossem benéficas para os trabalhadores em geral, até que o partido único fosse criado.

A ideia da formação de um Partido Operário Mineiro se fazia presente no Centro Confederativo porque os líderes da associação acreditavam que a luta operária deveria acontecer de forma legalista, buscando apoio no poder público, e acreditavam que:

(...) do Estado dependem: a diminuição e fixação das horas do trabalho; a regulamentação do salário; a criação das corporações de arte e ofícios; o estabelecimento de caixas de socorro para os inválidos, viúvas e órfãos de operários; a educação física, moral e intelectual dos filhos de operários; a fundação de sociedades cooperativas de produção e de consumo, auxiliadas pelo Estado; o imposto progressivo sobre a herança e a renda; um imposto mais pesado e quase proibitivos sobre o luxo; a supressão do trabalho das crianças e mulheres casadas, que sem a intervenção do Estado dificilmente se realizaria²³.

Com o apoio do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais o Partido Operário Independente de Juiz de Fora lançou, no ano de 1907, como candidato a deputado federal Francisco Bernardino. O candidato teria servido também de intermediário entre o Centro Confederativo e o Congresso Nacional, encaminhando uma petição, ao parlamento – formulada pelo Centro Confederativo e embasada no que ficou deliberado no 1º Congresso

²¹ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²² O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²³ O *Confederal*, Belo Horizonte: 15/07/1907

Operário Mineiro –, exigindo medidas em benefício dos trabalhadores em geral²⁴.

Entre as medidas constavam a fundação de escolas noturnas nas associações fabris e agrícolas, a proibição do trabalho infantil e de mulheres em minas ou mesmo em oficinas e fábricas, criação de uma lei indenizatória aos operários inválidos por acidentes de trabalho e por fim, uma lei que regulasse a jornada de trabalho para oito horas diárias²⁵.

Do que estava na pauta da petição, apenas a jornada de trabalho, para oito horas e a criação de uma lei indenizatória para acidentes de trabalho, foram atendidas. Mesmo assim, somente nos anos de 1912 e 1919 respectivamente, e sob a ação de outras manifestações. Em maio 1912, após a agitação grevista, ocorrida na capital, conseguiu-se chegar a um acordo quanto à diminuição das horas trabalhadas (de nove para oito horas); e em março de 1919 entrava em vigor o decreto número 3.724 de 15 de janeiro regularizando as indenizações no que se refere aos acidentes de trabalho.

No ano de 1912 o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais mudou sua denominação para Confederação Operária Mineira, participando, no mesmo ano, do IV Congresso Operário Nacional. O Centro continuou atuando até a década de 1920, sendo que em 1921 contava com 500 (quinhentos) membros filiados ao Centro.

Na mesma década, surgiu na cidade de Belo Horizonte outra entidade que pressupunha a participação conjunta de diferentes categorias profissionais, em torno de um sindicato: a Confederação Católica do Trabalho. Mesmo sendo caracterizada como uma confederação, a Confederação Católica do Trabalho, não tinha filiados fora do Estado de Minas Gerais, sendo que a maioria das entidades ligadas à associação se concentrava em Belo Horizonte (AMARAL, 2007, p.50). De forma geral, podemos conceituá-la como uma “espécie de central de sindicatos católicos”, ou seja, uma associação intersindical fundada com o objetivo de buscar soluções favoráveis aos conflitos trabalhistas, embasada na educação moral e religiosa (BATALHA, 2000, p.28). Neste caso, a Confederação Católica do Trabalho, considerada enquanto uma associação institucional, tinha como finalidade proporcionar os trabalhadores, filiados a ela, em uma situação melhor, propondo (assim como as demais associações descritas) resolver o problema da ação coletiva.

Entre os sindicatos filiados à Confederação Católica do Trabalho, no ano de 1925, existiam 18 entidades, sendo elas: Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Marceneiros,

²⁴ *O Confederal*, Belo Horizonte: 04/06/1907.

²⁵ *O Confederal*, Belo Horizonte: 01/07/1907.

Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Pintores, Sindicato Misto, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Condutores e Motorneiros, Sindicato dos Bombeiros, Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas, Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos, Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central, Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Empregados dos Correios, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato dos Padeiros Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue, Sindicato das Empregadas Domésticas e Sindicato dos Alfaiates²⁶. Ainda no ano de 1925 a Confederação possuía 890 sócios e em fins de 1929, esse número chegou a 1.000.

Além dos sindicatos profissionais e mistos, a Confederação também contava com a adesão de outras associações operárias existentes na capital mineira, no que se refere à união para que juntas assinassem petições e requerimentos, para serem encaminhadas ao Conselho Deliberativo do Estado e à prefeitura. Entre as associações estavam a Associação Beneficente Tipográfica, a União dos operários em calçados, o Centro dos *Chauffeurs*, a Liga Operária Mineira e a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais.

A Confederação Católica do Trabalho era “típica representante do sindicalismo cristão”, e tinha por objetivos principais divulgar a educação católica ao operário e organizar um sindicato, inspirado na Encíclica Papal *Rerum Novarum*, criada no ano de 1891 pelo Papa Leão XIII. A encíclica procurava mostrar o caráter estadista proposto pela Igreja, que era contra as ideias liberais e a ausência de uma política social mais humana para os trabalhadores. Ela aponta para uma prática de ação católica que pudesse regenerar a sociedade civil²⁷.

Assim como as demais associações analisadas, a Confederação Católica do Trabalho também tinha um periódico que publicava os ideais, manifestos e ações empreendidas pela Confederação: *O Operário*. De acordo com Joaquim Nabuco Linhares, este seria o terceiro e último jornal com este nome publicado na capital. O primeiro número foi lançado em 19 de junho de 1920 e o último em 20 de setembro de 1925. E a partir de 1938 *O Operário* teve como seu continuador o periódico *Vida Nova* (LINHARES, 1995, p. 201-202).

No primeiro número o jornal publicou os princípios que norteavam o programa de ação da Confederação, que eram os de;

- a) tornar conhecida e forte a Confederação Católica do Trabalho; b) defender os legítimos interesses e os direitos dos trabalhadores, como indivíduos e como classe; c) pleitear a vitória das reivindicações operárias baseadas na justiça; d) promover a defesa dos trabalhadores sindicalizados

²⁶ *O operário*, Belo Horizonte: 10/05/1925.

²⁷ Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. 1978. p. 36.

quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infame; e) promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores; f) promover a fundação de confederações idênticas em todas as localidades mineiras onde isso seja possível e fazendo de todas uma única confederação no Estado; g) fidelidade do homem para com Deus, como indivíduo, como família, como sociedade; h) toda a ação operária não deve excluir Cristo e a Igreja; i) toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; toda ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.²⁸

Por meio do envio de petições aos poderes públicos, de fiscalização e/ou denúncia de empresas que não cumpriam os acordos trabalhistas (denúncias estas realizadas através do periódico *O Operário*) e através da mediação, quando possível, nas soluções para os conflitos entre patrões e empregados, a Confederação Católica do Trabalho buscava fazer valer os direitos trabalhistas, em forma de reivindicações que, em geral, aconteciam através dos meios legais ou em artigos publicados no jornal. Em meio as principais demandas exigidas pela Confederação encontraremos as reivindicações relacionadas a diminuição da jornada de trabalho (para oito horas), para todos os setores trabalhistas, a conquista de habitações populares e o descanso dominical.

Ao ser mediadora das negociações trabalhistas, a Confederação Católica do Trabalho construía uma forma de ação que considerava ser o caminho para se evitar greves e violências. Percebemos que o meio de agir em favor da classe obreira da capital, fazia com que a Confederação Católica do Trabalho (assim como as outras associações analisadas) garantisse a harmonia social tão preconizada pelo governo belorizontino, concretizando assim a “ordem e o progresso”, almejados pelos construtores da cidade capital. Para exemplificar, Belo Horizonte teve apenas 03 (três) movimentos grevistas no período de 1917 a 1930 (contexto de atuação da Confederação Católica do Trabalho), sendo elas, a greve de 1919 dos trabalhadores do ramal da Estrada de Ferro; a de 1926 dos Barbeiros e a manifestação de 1922 dos *Chauffeurs* (DUTRA, 1988, p. 128).

A partir da década de 1930 a Confederação teria sua influência reduzida, isto porque novas associações, de caráter religioso (principalmente católicas), surgiram dentro dos meios trabalhistas. Os *Círculos Operários* e a *Juventude Católica (JOC)* seriam algumas entidades que iniciariam uma nova etapa no sindicalismo cristão.

²⁸ *O operário*, Belo Horizonte: 19/06/1920.

Conclusão

O presente estudo se constituiu em uma tentativa de compreendermos a atuação de algumas associações classistas, que surgiram na capital mineira, no decorrer de seu processo de construção, tendo por base uma abordagem institucional. O objetivo foi o de tentar pensar as associações trabalhistas enquanto organizações institucionais, que na medida em que conseguiam assegurar um consenso nos ideais de seus membros, concretizavam valores básicos que davam suporte a estes centros de lutar em busca de melhores condições de trabalho e vida para os proletários à elas associados. Neste sentido, tais organizações poderiam ser consideradas como as principais articuladoras de demandas e interesses da classe trabalhadora, tentando solucionar o problema da ação coletiva.

Para atingir o objetivo pretendido, realizou-se um estudo qualitativo do material produzido por algumas associações trabalhistas específicas: *Associação Beneficente Tipográfica*, *Liga Operária*, da *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais*, do *Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais*, da *Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais* e da *Confederação Católica do Trabalho*.

A apreciação do discurso partiu do princípio que as entidades possuíam em comum características de sociedades mutuais, que tinham por objetivo a cobrança de mensalidades de seus sócios a fim de propiciar aos membros auxílios, como os relacionados à doença, invalidez, funeral, desemprego e principalmente por zelar pelos interesses classistas. Além de agir em prol dos direitos trabalhistas, empenhando ações de cunho político – sindical, cujas práticas e ações visavam defender os interesses trabalhistas e conquistar os direitos dos operários belorizontinos em geral, através de atuações político/partidárias (tentativa de fundar partidos operários ou mesmo lançando candidatos próprios - ou personalidades políticas que fossem comprometidas com o interesse dos trabalhadores em geral - às eleições parlamentares) e da formação de sindicatos.

As associações procuravam concretizar os métodos de ações através de questionamentos perante o poder público que se caracterizava pelo envio frequente de petições ao congresso (tanto municipal quanto estadual) ou mesmo no apelo visionado nos noticiários de imprensa.

A partir dessas considerações, este estudo buscou examinar a união dos operários belorizontinos em associações trabalhistas (fundada no início do século XX) que tinham por características arranjos institucionais, cujos métodos giravam em torno da resolução dos problemas relacionados aos interesses comuns, neste caso, a busca por melhores condições de

trabalho e vida para os proletários da cidade de Belo Horizonte.

Fontes

APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918

Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Associações: 1898-1946. Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d'El Rey: 12/12/1964.

MhAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Livro Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) - Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

Minas Gerais. Ouro Preto, 28 out. 1891. In: Imprensa Oficial, 1927 (edição especial).

Minas Gerais. Ouro Preto, 17 dez. 1893. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais Belo Horizonte, 16 de jul. de 1900, In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais, Belo Horizonte 15 out. 1910. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte: 02 mai.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 04 jun.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 01 jul.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jul. 1907 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Belo Horizonte: 11 fev.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 07 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 09 jul. 1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 18 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 02 ago. 1905 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo

Horizonte Belo Horizonte: 31 mar.1906. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O *OPERÁRIO*, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O *OPERÁRIO*, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 jul. 1920 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O *OPERÁRIO*, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 mai. 1925. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O *Operário*, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 29 jul. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O *OPERÁRIO*, órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 19 ago. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O *Operário*, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)* 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), Belo Horizonte, 2007.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. v.2, p.11-44.

_____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. In: *Revista Mundos do Trabalho*, 2010. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro, p. 12-22 Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm>> acesso em 15/04/2011.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Parte Três: Instituições sociais, p. 174-186.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas, V, 1977, Belo Horizonte. V *Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.165-199.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3ªed. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. Parte IV: República: 1889-1964. 193-295

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

JESUS, Ronaldo Pereira. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. VISCARDI, Cláudia M. R. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: Ferreira, Jorge; Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-52

_____. LACERDA, David P. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista Mundos do Trabalho*, 2010. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro, p. 126-142. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm>> acesso em 15/04/2011.

Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 36.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte, 1895/1954*; estudo crítico e nota biográfica de Maria Céres Pimenta S. Castro. Ed: UFMG: Belo Horizonte, 1995.

MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro: 1880-1920*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e terra, 1979. v.6.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

OSTROM, Elinor; AHN, T.K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales y acción colectiva. In: *Revista Mexicana de Sociología*, 2003. vol. 65, n.1. p. 155-233.

PINHEIRO, Paulo Sergio de M. S.; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v.6

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1986. Vol. 1, n. 2. p. 1-17.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

**A biografia-histórica como via de acesso à cultura Anarquista: Adelino de Pinho,
professor, anticlerical e sindicalista**

Vitor Augusto Ahagon
Mestrando – USP
vitor.ahagon@hotmail.com

RESUMO: Este artigo objetiva refletir e entender como a cultura pode ser compreendida a partir do viés biográfico. Primeiro, busca-se analisar e definir como o historiador pode abordar a cultura para se realizar um trabalho em história que tenha como viés a biografia-histórica. Num segundo momento, faz-se uma reflexão sobre a história da biografia, mostrando como esse gênero transformou-se e ganhou novos contornos com os recentes debates historiográficos da nova história francesa, da historiografia inglesa de E. P. Thompson e Hobsbawn e da micro-história italiana. E, finalmente, é traçado um esboço biográfico do anarquista Adelino Tavares de Pinho e sua atuação na educação e seu envolvimento no meio sindical e anticlerical.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia, Anarquismo, Movimento operário.

Atualização da biografia pela História Cultural

A História vem sendo constantemente pensada e repensada durante sua própria história, e dentro desse movimento de eterna crítica de si mesma a História, por volta dos anos 1960, principalmente depois de 1968 e toda a década de 1970, buscou renovar seu olhar e sua forma de abordar o passado. Podemos dizer que essas mudanças ocorreram por questões internas à disciplina, mas também por questões externas a ela. Dentro de um caudal bastante complexo, podemos dizer que a História se renova por conta de três elementos chave: primeiro, a crescente massificação da sociedade voltada para uma padronização dos costumes e pensamentos, estabelecendo uma brutal homogeneização das diferenças, sejam elas cultural, social ou mesmo individual; o segundo elemento chave é o diálogo e a aproximação cada vez mais rica da História com as outras ciências sociais, tais como a antropologia e a literatura, enriquecendo o olhar dos pesquisadores no que concerne a cultura e os comportamentos humanos; e por último, é a própria crise dos paradigmas da História que tem origem e se estabelece a partir dos anos 1930, e que se desenvolvem ao longo dos anos 1960, tais paradigmas baseiam-se sob o olhar estrutural do passado, seja privilegiando uma perspectiva econômica ou o *tempo de longa duração* dos desenvolvimentos das sociedades humanas no que concerne sua mentalidade, demografia ou cultura¹ (SCHMIDT, 1996, p.171).

¹ Mas que nem por isso teve um fim, pois existem ainda hoje abordagens historiográficas que refinam e desenvolvem a História a partir desse paradigma e que tem contribuído sobremaneira os processos de sociais que concerne, por

Estes três elementos irão afetar de forma decisiva o desenvolvimento da História, assim como a própria produção das biografias que eram realizadas até então. Na França, onde a Escola dos Annales servia como modelo paradigmático de produção historiográfica, a biografia, sob a figura de Lucien Febvre, servia muito mais para introduzir os indivíduos dentro de uma escala comum a todos, do que mostrar como que alguns indivíduos destacavam-se como seres excepcionais, como até então era realizada pelas biografias de produção positivista. Febvre, em suas biografias, “reduz a autonomia dos grandes personagens, inserindo-os no contexto em que viveram, visto aqui como limite para a livre atuação individual” (SCHIMIDT, 1996, p.169), o indivíduo não é nada mais que o meio social e o que sua época permite. Por isso, no âmbito da historiografia francesa, a nova história encara a volta da biografia² com uma problemática profundamente renovada, pois a “biografia histórica nova, sem reduzir os grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e seus papéis”, (SCHIMIDT, 1996, p.172) por isso podemos encarar que as biográficas produzidas pela nova história francesa seguem a tradição dos Annales na medida em que a considera uma via de acesso para a compreensão de questões mais amplas, como foi o caso do trabalho de Georges Duby sobre Guilherme Marechal: “Procuro (...) examinar, na dimensão da individualidade, e por dentro da narrativa, questões mais amplas da sociedade feudal, tais como a constituições de redes de vassalagem, as relações de poder, o papel da mulher e dos filhos nas famílias da nobreza, as concepções sobre a morte, entre outros aspectos”.

Tais perspectivas acerca da produção biográfica foram da mesma forma profundamente alteradas pelas influências da historiografia britânica, principalmente aquela produzida por Edward Palmer Thompson. Notamos em sua produção que suas preocupações fundamentais foi a de recuperar a dimensão subjetiva dos processos sociais ao ressaltar a questão do *fazer-se* da classe operária, da capacidade de se autoproduzir nas *experiências* concretas enfrentadas por determinadas condições históricas, fugindo das categorias esquemáticas do marxismo ortodoxo (SCHIMIDT, 1996, p.174). Neste sentido, promove um novo olhar para sobre o indivíduo na medida em que abre “caminho para o resgate das experiências individuais como constitutivas do *fazer-se* da classe operária”, pois é a partir da compreensão da ação humana e seus

exemplo, a problemática do colonialismo e do pós-colonialismo Trabalhos que merecem destaque nessa área é de Lucio Van der Walt e Michael Schmidt *Black Flame, the revolutionary class politics os anarchism and syndicalim, counter power* editora AK Press, 2009, e de Benedic Anderson *Bajo tres Banderas, anarquismo e imaginación anticolonial*, Editorial La Malatesta, 2008.

² Podemos citar como exemplos de importantes biografias sob a tradição dos Annales as produções de Georges Duby, “Guilherme Marechal”, e a biografia de São Luís de Jacques Le Goff.

condicionamentos históricos que podemos entender a trajetória de indivíduos que possuíam, “aspirações válidas nos termos de sua própria experiência” (SCHMIDT, 1997, p.82).

Na Itália, no final da década de 1960, com o surgimento da micro-história, a biografia, e por conseguinte o indivíduo, é retomado sob outra perspectiva, sua “ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”, deixando de ser absolutamente condicionado por uma mentalidade, o indivíduo atua nas brechas e contradições dos sistemas normativos que os governam (LEVI, 1992, p135). Para tanto, o olhar sobre o indivíduo solicita uma mudança de escala que é tida como um procedimento analítico para propósitos experimentais, onde “usam seus personagens como microcosmos dos problemas investigados”, fazendo com que as trajetórias individuais ofereçam “um ângulo de visão a partir do qual torna-se possível revelar dimensões de problemas maiores (...) não perceptíveis em um enfoque macroscópico” (SCHMIDT, 1997, p.83-84).

Fazendo da biografia uma via de acesso para o entendimento de questões mais gerais da história, dessa forma “na micro-história italiana a biografia é pensada como um ângulo de observação de problemas que transcendem a individualidade” (SCHMIDT, 1996, p.176). A história que privilegiava as estruturas econômicas ou aquelas que se modificavam lentamente num tempo de longa duração conferia maior relevância às “regularidades, em detrimento do acidente, às repetições em detrimento do incidente” (REVEL, 2000, p.10), por isso a “observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p139) como as múltiplas facetas que compõe o indivíduo. Ginzburg quando nos conta a história de Menocchio, busca apreender esses diversos aspectos da vida do moleiro friulano ao nos falar de suas ideias, fantasias e aspirações, assim como as suas atividades econômicas e a vida de seus filhos (GINZBURG, 1987, p.16). Podemos pensar também sobre “a tensão e não oposição entre o individual e o social, entre o pessoal e o contextual” (SCHMIDT, 1996, p85) quando observamos a trajetória de um indivíduo “a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social” ela permite, sobretudo “destacar ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra – a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve” (REVEL, 2000, p.17).

A realidade observada de forma microscópica nos revela um quadro extremamente complexo, complexificando igualmente o indivíduo ao observarmos as múltiplas variáveis que o

atravessam, onde as propriedades das estruturas que o habitam não são estáticas e muito menos imutáveis, mas sim “um conjunto de inter-relações moveis dentro de configurações em constante adaptação”, levando em conta “aspectos diferentes, inesperados, multiplicados pela experiência coletiva” (REVEL, 2000, p.17-18).

Não sendo as únicas, essas três perspectivas nos ajudam a entrever quais são as questões fundamentais da biografia: a preponderância da história de “pessoas comuns” em detrimento daquela dos “grandes homens”; a tensão que existe entre indivíduo e coletivo; a volta da narrativa; e o resgate das diversas facetas das personagens, tais como seus sentimentos, o inconsciente, a cultura, a vida privada, a inserção classista, política e religiosa e a vida cotidiana.

Todavia, a volta da biografia não se dá de forma pacífica e sem conflitos, muito pelo contrário, diversos intelectuais criticaram ferozmente a retomada da biografia, a exemplo de Pierre Bourdieu quando aponta alguns “pressupostos dessa teoria”. Diz ele que a biografia “desenrola-se segundo uma ordem cronológica que é também uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, e também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu fim, que é também um objetivo, uma realização (telos)” (BOURDIEU, 2008, p.74-75).

O que Bourdieu nos alerta nesse tipo de fazer biográfico é o perigo da unidade do indivíduo e por isso de sua linearidade teleológica. A história dos grandes feitos dos estadistas ou líderes operários se constrói de tal forma que conseguimos encontrar suas qualidades de líderes, ou qualquer outra característica socialmente valorizada, desde os primeiros anos de suas vidas, logo expressões como “desde muito cedo” ou “sempre foi...” são recorrentes neste tipo de biografia, pois quando observamos o indivíduo o vemos como um ser racional e plenamente consciente de seus atos, onde a coerência manifesta-se no conjunto de todas as relações de causa e efeito, à vista disso, o problema de se fazer uma biografia é de se seguir um modelo onde se privilegia a ordenação cronológica, na qual reconhece uma personalidade coerente e estável, sem variações de comportamentos e ideias, onde cada escolha não está tomada pela incerteza (LEVI, 2006, p.169).

Tais críticas foram fundamentais para se construir uma nova perspectiva sobre o indivíduo, tendo em vista que

limitar a existência à pesquisa de uma improvável unidade de sentido revela uma ingenuidade imperdoável, ainda mais que, neste século [XX], a literatura não cessou de desvelar a natureza descontínua e provisória do real (LORIGA, 2003, p.18).

A visão de um indivíduo monolítico dá lugar à fragmentação do sujeito

visando romper com esta ideia de uma identidade individual unitária e imutável, diversos historiadores buscam capturar os personagens biografados a partir de múltiplos ângulos (...) aproximando-os da multifacetada existência concreta dos homens (SCHMIDT, 1996, p.185)

Existência que se funda numa realidade extremamente imprevisível, pois ora o indivíduo pode se comportar de um jeito e ora pode se comportar de outro, a ambiguidade desse novo sujeito biografado provoca acidentes que no percurso de sua vida e a trajetória de sua existência assemelha-se ao caminhar de um bêbado, ora avança ora retrocede, pende para a direita, mas cai para a esquerda, levanta-se e continua seu caminho tortuoso. “A própria complexidade da identidade, sua formação progressiva e não linear e suas contradições se tornaram os protagonistas dos problemas biográficos” (LEVI, 2006, p.176) e ao explorar a descontinuidade promovida pela pluralização das facetas do indivíduo produz um novo tipo de fazer biográfico onde concebemos o singular como um elemento de tensão entre o particular e o geral. O indivíduo não é representativo da humanidade; ao contrário, é justamente a singularidade e individualidade dos sujeitos que é ressaltada. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes. Portanto, um dos pontos centrais para se produzir tal biografia é maneira que iremos narrar a história de personagens tão plurais e descontínuos.

A narrativa na biografia, por muito tempo, caminhou lado a lado com a literatura, em certo momento até mesmo se confundiam. No entanto, a narrativa das novas biografias históricas não se resume, apenas, a questões estéticas e estilísticas, mas possui como finalidade dois objetivos. O primeiro refere-se ao fato de apesar da historiografia contemporânea ressaltar as influências recíprocas entre história e literatura, anular as fronteiras que distingue uma da outra é apagar o que um conhecimento tem de único em relação ao outro. Acredito que ao apagarmos essa fronteira, perdemos a dimensão da especificidade do conhecimento histórico, pois ter “maior consciência da dimensão narrativa, não implica uma acentuação das possibilidades cognoscitivas da historiografia, mas ao contrário, sua intensificação” (GINZBURG, 2007, p.239). Neste sentido, a narrativa não se opõe, ou exclui, a explicação, muito pelo contrário, as narrativas histórico-biográficas, longe de se centrar única e exclusivamente na história de indivíduos servem para esclarecer as estruturas que experienciaram tais indivíduos, abordando temas e problemas muito mais amplos, aprofundando a reflexão sobre a tensão entre indivíduo e coletivo. A segunda importante característica da narrativa é aquela que se refere às dificuldades enfrentadas pelos

historiadores no momento de sua pesquisa, assim como os procedimentos em si de sua realização, apontando as lacunas, as limitações documentais e as construções interpretativas. A narrativa revela, portanto, o lugar que fala o pesquisador, contextualizando e historicizando sua prática, rompendo claramente com um tipo de escrita da história que se diz apresentar a realidade objetiva do passado. “O leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico” (LEVI, 1992, p.153). Um dos exemplos mais emblemáticos dessa abordagem é conferido à Ginzburg quando “acompanha as vicissitudes de Menocchio, tendendo compreender como sua cosmogonia peculiar havia sido possível. Cada peça é analisada e testada, será o moleiro anabatista ou suas ideias correspondem a um genérico luteranismo?” (LIMA, 2007, p.102).

Dentro de todo este debate, a biografia vem se consolidando cada vez mais como um conhecimento histórico importante, campo de trabalho este que para Giovanni Levi toca a maioria das questões fundamentais da metodologia historiográfica contemporânea, sobretudo no que diz respeito “às relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas” (LEVI, 2006, p.168).

Investigar estas outras racionalidades humanas é também averiguar a existência de subjetividades outras, sujeitos que outrora ofuscados pela figura do “grande homem” foram excluídos da memória. Reabilitar tais sujeitos é revolver os escombros do passado, apropriando-se daquela reminiscência que nos falava Walter Benjamin. Fixar este passado que perpassa veloz, foi a tarefa de algumas biografias realizadas ao longo dos últimos anos e que tiveram como protagonistas militantes anarquistas. A história do movimento anarquista só recentemente veio ter a atenção da universidade³, e ainda mais recente é a produção de biografias históricas de anarquistas, analisemos, pois, algumas destas produções.

Um esboço biográfico: A figura de Adelino Tavares de Pinho

Adelino Tavares de Pinho, filho de Francisco Tavares de Pinho e de Maria de Jesus Almeida, nasceu em 21 de janeiro de 1885 na província de Aveiro, norte de Portugal, chegou ao Brasil em 1906, aportando, aparentemente, em Belém do Pará. As informações sobre sua juventude são bastante escassas, mas o que se sabe é que começa sua militância muito cedo, ainda

³ A produção acadêmica sobre o movimento anarquista tem início nos anos 1970, nos anos 1980 ganha maior importância e nos dias de hoje existem muitos trabalhos que se debruçam tanto sobre o movimento operário quanto anarquista especificamente.

quando residia em Portugal, militando em um grupo anarquista chamado *Propaganda Libertária*⁴ e traduzindo o livro “A Mulher” de José Prat em 1904, conhecido anarco-sindicalista ibérico. Segundo Antônio Candido foi guarda livros, “motorneiro, e analfabeto até a idade adulta. Instruindo-se por conta própria, graças à intensa paixão cultural dos meios anarquistas”, o que nos mostra a grande importância para os anarquistas do autodidatismo e do ensino mutuo, realizados em sindicatos e associações operárias (VELVERDE, 1996). Notamos, então, que sua atuação nos meios operário e anarquista ocorre desde muito cedo, mas podemos afirmar que toda sua militância de fato amadurece quando de sua vinda ao Brasil, tendo como primeiro espaço de atuação, Campinas. Neste local, logo quando chega em 1906, começa a trabalhar na Companhia Paulista, conhecida companhia férrea e, posteriormente, tornando-se professor da Escola Social, vinculada à Liga Operária de Campinas, coloca em prática, já em meados de 1907, a pedagogia racionalista, sendo, sem dúvida, um de seus pioneiros divulgadores. A escola foi inaugurada em 24 de fevereiro de 1907, contando com Renato Salles como professor, além do próprio Adelino. Verifica-se também a presença de representantes de diversas entidades operárias da região e representantes da recém organização trabalhadora, a Federação Operária de São Paulo (FOSP), em atividade desde o ano de 1905.

Por motivos que nos são obscuros até o momento, Adelino toma uma decisão repentina e resolve voltar para Portugal no ano de 1911, não tendo tempo ao menos de se despedir de companheiros próximos, como Edgar Leurenroth e outros. Em Portugal, estreita laços com Neno Vasco, conhecido anarquista ibérico que também havia passado um tempo em terras brasileiras, mas que já havia retornado a Portugal. Ambos foram muito importantes em fazer a ponte do movimento anarquista no Brasil e na Europa, com destaque de Neno Vasco. Já em terra natal, Adelino começa a trabalhar como comerciante de livros e outros materiais, porém, por lá enfrenta grandes dificuldades e resolve voltar para o Brasil (SAMIS, 2009). Nessas idas e vindas do Brasil para Portugal e de Portugal para o Brasil, notamos uma latente inquietação de nosso personagem. Essa constante movimentação faz-nos crer que Adelino além de buscar para si um estado de bem estar onde pudesse desfrutar de uma vida menos sofrida, também nos faz refletir sobre a coragem daqueles migrantes que se jogaram frente ao desconhecido, enfrentando os mares agitados e as intempéries sociais dos locais por qual passaram. Os desenraizamentos sofridos por esses imigrantes foram cruciais para a (re)construção de suas identidades em culturas outras, onde muitas vezes o que ocorria era afirmação da sua cultura de origem. No entanto, para

⁴ Existe uma variedade imensa de informações sobre o movimento autônomo de Portugal administrado pelo projeto MO.S.C.A. disponível no site: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php>

os anarquistas, e Adelino sendo um deles, o desenraizamento promove um enraizamento no próprio movimento de um espaço à outro na medida em que encontra-se sob a base internacionalista do anarquismo, afirmando a concepção de uma identidade fundada a partir da imagem do trabalhador, explorado pelo Capital, oprimido pelo Estado e dominado pela Igreja, forças que atuavam de forma também internacional e que afetavam trabalhadores de todo o mundo.

Depois, já em São Paulo, juntamente com João Penteado, agiliza os trabalhos do Comitê pró-Escola Moderna. Adelino foi um grande entusiasta do educador anarquista catalão Francisco Ferrer y Guardia, sendo um dos divulgadores mais entusiasmados de sua pedagogia, o ensino racionalista. Ambos, Penteado e Adelino, foram diretores das Escolas Modernas (EM) de São Paulo, o primeiro foi diretor da Escola Moderna (EM) nº1 e Adelino da nº2. As escolas foram inauguradas no ano de 1912, recebendo o apoio de sindicatos e da própria Confederação Operária Brasileira (C.O.B.). A EM nº2 foi instalada inicialmente na Rua Müller, 74, depois mudou-se para a Rua Oriente, 166 e, finalmente, fixou-se na Rua Maria Joaquina, 13. Desde sua fundação, aulas eram dadas para meninos e meninas juntos, firmando o princípio de co-educação de sexos propugnado por Ferrer. Também eram realizadas excursões para que os estudantes tivessem contato com a realidade cotidiana. O horário de funcionamento era assim organizado: ensino primário e médio para crianças e jovens (das 11h às 16h) e adultos (das 19h às 21h). Pagava-se a Escola de acordo com as possibilidades de cada um. Para atingir seus objetivos pedagógicos, também foi criado, em conjunto com a Escola Moderna nº 1, o jornal denominado *O Início*. Dirigido e redigido pelos estudantes, este jornal visava divulgar trabalhos escritos, fornecer informações de atividades sociais, debater a conjuntura nacional e internacional, registrar e rememorar as datas e fatos relevantes do movimento operário. As duas Escolas Modernas de São Paulo editaram o *Boletim da Escola Moderna*, a exemplo do que ocorria na Escola Moderna de Barcelona (1901-1906) (MORAES, s/d). No Boletim da Escola Moderna, tanto Adelino quanto João Penteado colaboraram em sua direção e na produção de textos.

Esse foi um período intenso na vida de Adelino, onde pôde colaborar com diversos jornais e revistas, inclusive nos espaços de atuação da organização sindical dos trabalhadores. De 1909 até 1915 Adelino contribuiu com *A Voz do Trabalhador*, jornal que era órgão oficial da C.O.B. Nele continham textos falando sobre as dificuldades e lutas dos trabalhadores da Liga Operária de Campinas, assim como a repressão sofrida por trabalhadores que atuavam contra a exploração do patronato na Companhia Mogiana. Isto demonstra o quão abrangente era a

militância de Adelino, uma vez que não separava sua atuação educacional da luta sindical. Também é nesse período que Adelino de Pinho escreve para o jornal *A Rebelião*. O endereço de produção indicado no cabeçalho do jornal era o mesmo endereço do local de funcionamento da Escola Moderna nº2 na sua primeira localização, então podemos supor que Adelino participava ativamente da produção desse periódico, tanto na sua edição quanto em sua colaboração com artigos.

Os escritos de Adelino n'A Rebelião direcionavam suas atenções, principalmente, para as questões cotidianas da vida das classes populares, por isso abordava temas que não concerniam apenas a vida do trabalhador da fábrica e oficina, mas também da vida mais ordinária, como por exemplo do vício causado pelo jogo do bicho e da tão “benevolente bondade” dos políticos que construíam as Vilas Operárias, quando que na verdade queriam somente apartar o trabalhador dos espaços públicos, locais onde a burguesia poderiam então *flanelar* tranquilamente.

Outra participação deste período intenso foi na revista *A Vida*. Tal revista abrigava uma série de artigos que abordavam diversos temas, como a questão da mulher em sociedade, do trabalho e, inclusive, da educação. Tais textos foram escritos por militantes que entendiam o anarquismo como a possibilidade de atuar criticamente no mundo em diversas frentes, dentre eles podemos destacar José Oiticica, Florentino de Carvalho, João Penteadado além do próprio Adelino de Pinho. No artigo intitulado *A Escola, Prelúdio da Caserna*, Adelino verticaliza, como já havia feito em seus livretos, a questão da educação, buscando fazer uma severa crítica à escola de sua época, fosse ela confessional ou governamental, dizendo que nestes lugares era promovida a “sistematização das violências”, isto por que

(...) os estados modernos, compreendendo perfeitamente que a decadência da religião com o desenvolvimento comercial e industrial das sociedades, era impossível manter na ignorância suína, dos tempos idos, as multidões. Abriram-se escolas, as mais que puderam, especialmente nas cidades onde os agrupamentos são maiores e onde as ideias se disseminam mais facilmente, porque há mais sociabilidade, para por esse meio lançarem mão dos cérebros infantis e modelá-los a seu bel prazer, enchendo-os de fórmulas metafísicas e abarrotando-os de palavões estragados, como *pátria, fronteira, estrangeiro e inimigos*, acostumando os ternos infantes a desconfiar dos outros povos e a precaver-se contra eles, o que leva os dos países estranhos a fazer o mesmo, e vice-versa. Os professores primários transformaram-se numa espécie de instrutores de soldados e a escola surgiu como antessala do quartel. A educação cívica e até os exercícios militares erigiram-se em dogmas infalíveis, em bíblia e em evangelho. As novas gerações, saídas desse antro de desmoralizações, que outra coisa poderiam dar a não ser bons soldados? A força de falarem ouvir de amor à pátria – dos ricos – de ver desfilar regimentos, de assistirem as paradas, de ouvirem e entoarem canções ferozes de *chauvinismo* e hinos triunfais de guerra, tomaram como fim e missão a atingir serem bons soldados, obedientes

à disciplina e à voz de seus chefes, prontos a arremessarem-se contra os trabalhadores em greve ou contra os povos de outros países, desde que os interesses dos monetários e ricos capitalistas assim o exigissem.

Após este período intenso, eclode a Greve Geral de 1917 e sua posterior repressão. Diversos militantes anarquistas, sindicalistas revolucionários e, depois, comunistas foram duramente perseguidos, os estrangeiros, que aqui viviam já há muito tempo e que constituíram famílias, foram deportados para os países de origem sem ao menos que suas famílias fossem informadas. As Escolas Modernas e seus diretores não ficaram isentos dessa repressão. As atividades escolares foram encerradas no ano de 1919, após a morte do diretor da Escola Moderna de São Caetano, vítima de explosão ocorrida em uma casa no Brás. Este fato serviu como justificativa para que o Diretor Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo, Oscar Thompson, caçasse, em caráter definitivo, a licença de funcionamento da Escola Moderna nº 1 e nº 2, já que o diretor da escola de São Caetano também era anarquista. Os recursos impetrados e o *habeas corpus* não surtiram efeito e as Escolas Modernas de São Paulo e de São Caetano foram definitivamente fechadas. Após o ocorrido, João Penteadado muda o nome da escola para Escola Nova, depois para Escola de Comércio Saldanha Marinho, onde Adelino irá lecionar por algum tempo (MORAES, s/d).

Nos anos 20 a repressão contra os movimentos radicais e operários cresce de maneira brutal. No caso específico de São Paulo, com a Revolta Tenentista em 5 de julho de 1924, todos aqueles que se colocavam contrários ao governo foram duramente reprimidos, pois foram através das leis de exceção que permitiu ao Estado perseguir todos aqueles que estivessem envolvidos com ações subversivas ou na vadiagem. O caso mais brutal de repressão foi a criação do campo de prisioneiros políticos na Colônia Agrícola de Clevelândia, no Amapá, durante o governo de Arthur Bernardes. *O inferno verde*, como era conhecida a prisão, foi o abrigo forçado de muitos anarquistas, “o confinamento preferencial de militantes libertários em Clevelândia esfacelou o movimento anarco-sindicalista que tanto assustava o patronato”⁵. Quando o jornal *A Plebe* volta a ser publicado no ano de 1927, começa-se uma extensa campanha de denuncia dos maus tratos e assassinatos que ocorreram nesse campo de concentração. *A Plebe* noticiou os nomes dos 15 anarquistas presos em Clevelândia, sendo que cinco deles morreram ou por doenças ou tentando fugir da prisão.

⁵Comentário feito pelo jornalista e escritor Domingos Meirelles, in SAMIS, Alexandre. *Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, São Paulo e Rio de Janeiro, Editora Imaginário e Editora Achiamé, 2002.

Com a reabertura d'*A Plebe* o movimento anarquista começa a se rearticular, no entanto a repressão sobre os “subversivos” continuava pesada, mesmo depois do fim do estado de sítio (1022-1926), tanto é que o editor do referido jornal, Rodolpho Felipe, foi preso e enquadrado dentro da chamada Lei Celerada, onde permitia o fechamento de sindicatos e jornais que incitassem à revolta. O jornal não foi empastelado, mas seu editor preso e encarcerado. É nesse momento que Adelino de Pinho aparece como um figura central para a manutenção do jornal, pois foi através de seus esforços que o jornal continuou a ser produzido e circulado entre os meios operários. Isso fica evidente quando observamos a ficha de Adelino em seu prontuário do DEOPS: “Ficamos sabendo que Rodolpho Felipe, na Plebe, não passa de simples figura decorativa, porque quem tudo faz é um tal de Adelino de Pinho.”⁶

Entender a posição que ocupa Adelino quando da ausência de Rodolpho Felipe é fundamental, pois nos revela a estima e importância que outros militantes tinham em sua pessoa. Já no jornal *A Lanterna* Adelino colaborou durante um longo período, este jornal circulava não apenas nos meios operários, mas, e principalmente, no meio livre-pensador, conferindo-lhe um caráter particular, já que os livres-pensadores pertenciam a outras classes sociais e tinham preocupações, muitas vezes, diferentes, porém solidárias, a dos trabalhadores. Os registros dos escritos de Adelino n'*A Lanterna* estendem-se de 1910 até 1933, afirmando sua posição anticlerical, rechaçando qualquer envolvimento da Igreja nas questões políticas e educacionais.

Na década de 1940 as atividades de Adelino declinam consideravelmente, sabemos que neste momento residia na região de Poços de Caldas dando aulas particulares e em diversos momentos trocava cartas com seus amigos João Penteado e Rodolpho Felipe. Em 1953 participa do Congresso Anarquista Nacional na Urca, Rio de Janeiro, mais precisamente no sótão da residência de José Oiticica. Depois vai morar em “Nossa Chácara”, sítio adquirido por anarquistas e naturistas, no bairro de Itaim.⁷ O fim de sua vida é um tanto incerto, certas fontes dizem que acabou ficando pela região de Poços de Caldas, outras dizem que não se sabe de seu paradeiro, porém segundo o arquivo do Memorial do Imigrante Adelino Tavares de Pinho retorna definitivamente para Portugal em 27 de março de 1957, escrevendo algumas cartas para João Penteado nesse período, em Roge e Maciera de Cambro (Portugal).

⁶ Doc.2, Prontuário DEOPS-SP no. 04 – Adelino de Pinho.

⁷ SILVA, Rodrigo Rosa e AHAGON, Vitor. op. cit., p.20.

Ou podemos mesmo supor que retornou de sua estada em seu país de origem, voltando para as terras onde se formou anarquista, através da pista deixada por Pedro Catallo, quando escreve suas memórias:

Adelino de Pinho foi proibido de lecionar ou manter escolas. Ao invés do Brasil reconhecer a extraordinária obra de alfabetização realizada por esse homem, por iniciativa própria, e quando havia escolas apenas para bem pouca gente, e quando era difícil encontrar entre o povo proletário alguém que soubesse ler, Adelino de Pinho não mais pôde lecionar e teve a sua vida enormemente complicada. Ainda nestes dias, em que estou escrevendo estas lembranças, foi trazido de carro por seu genro, para fazer-me uma visita. Ao me ver ficou de tal forma emocionado que temi que lhe acontecesse alguma coisa, chorava com as mãos postas no coração. Almoçou comigo, bastante lúcido e com 84 anos (CATALLO, 2007).

Se as informações de Catallo estiverem corretas, podemos dizer que Adelino Tavares de Pinho estava vivo, visitando um velho amigo anarquista em São Paulo em 1969⁸. Depois de 65 anos, desde o seu primeiro escrito acerca da tradução do livro do anarco-sindicalista José Prat, Adelino vai a casa de um antigo companheiro, lembrar e se emocionar das lutas que travaram outrora. Jogar luz sobre a figura de Adelino de Pinho é, pois, reconstruir não apenas a história de sua vida, mas também a história do movimento operário quando por lá agitou e bradou por um sindicalismo revolucionário e independente de qualquer força externa à ela, é contar também a história do movimento anticlerical quando lemos seus escritos n'A Lanterna, desferindo golpes de martelo nos pilares dos dogmas da Igreja Católica, e por fim é contar também, e inclusive, a história da educação racionalista no Brasil, fundamentada numa profunda crença na ciência e na emancipação humana.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes, *Usos & Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. Editora Cortez, São Paulo, 1988.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*, Campinas, SP, Editora Papirus, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Sobre a Retidão*, Coleção Remate de Males, n.5, 1925.

CANDIDO, Antônio. *Teresina e seus amigos*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

⁸ É provável que Pedro Catallo possa ter se confundido nas datas em seu relato, pois suas memórias foram escritas em 1965. Mas podemos supor que Adelino estava vivo e em São Paulo ainda na década de 1960 quando de sua visita.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

CATALLO, Pedro. *Subsídios para a história do movimento social no Brasil*. Revista Verve, nº11, São Paulo, PUC-SP.

DUARTE, Regina Horta. *A Imagem Rebelde: A trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. (Dissertação de mestrado) - UNICAMP, 1988.

FERRER, Francisco y Guardia. *Escola Moderna*, disponível em formato digital em: <http://ateneudiegogimenez.wordpress.com/2010/10/17/a-escola-moderna-francesc-ferrer-i-guardia/>

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

KROPOTKIN, Piotr. *A Anarquia, sua filosofia, seu ideal*, São Paulo, Editora Imaginário, 2001.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In.: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica*. Realizada por Benito Bisso Schmidt, Revista Métris: História & Cultura – v. 2, n. 3, jan./jun. 2003.

MOARES, José Damiro de. *Escolas Modernas nº1 e nº2*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_escola_moderna_n_1.htm e http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_escola_moderna_n_2.htm.

_____. *Educação Anarquista no Brasil na Primeira República*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html.

PINHO, Adelino Tavares de. *Pela Educação e Pelo Trabalho e outros escritos*. São Paulo, Editora Biblioteca Terra Livre, 2012.

RECLUS, Élisée. *Evolução, Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo, Editora Imaginário, 2002.

REVEL, Jacques. *A história ao revés-do-chão*. In. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial, trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000

RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros – 1*. Rio de Janeiro: Editores Associados, 1994.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista*. (Dissertação de mestrado). UNICAMP, 1998.

SAFÓN, Ramón. *O Racionalismo Combatente, Francisco Ferrer y Guardia*. Editora Imaginário, São Paulo, 2003.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura, apologias à Tucídides*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

SANTOS, Luciana E. *A trajetória anarquista do educador João Penteadó: leituras sobre educação, cultura e sociedade*. (Dissertação de mestrado). USP, 2009.

_____. *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Editora Letra Livre, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. *As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro*. Revista Anos 90, Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O gênero biografia no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação*. Revista Anos 90, Porto Alegre, n.6, dezembro de 1996.

VÁRIOS AUTORES. *História do Movimento Operário Revolucionário*, São Paulo, Editora Imaginário, 2004.

VALVERDE, Antônio Romero. *Pedagogia libertária e autodidatismo*. (Tese de doutorado) UNICAMP, 1996.

O futuro da nação: A Juventude Brasileira como um projeto de mobilização nacional no Estado Novo

Aline de Almeida Hoche
Mestranda – UERJ
Agência financiadora: CAPES
alinehoche@yahoo.com.br

RESUMO: O estudo sobre o Estado Novo possui um vasto campo a ser tratado, pois as produções textuais, musicais, artísticas, literárias e cinematográficas refletem de forma impressionante a ideologia de um regime sem precedentes no país. Contudo, o aspecto que aqui nos interessa consiste no caráter autoritário e mobilizador do regime e seu interesse em cooptar os jovens da sociedade brasileira, vistos como o futuro da nação. Esse projeto foi realizado com a criação da Juventude Brasileira, movimento que teve como objetivo principal a arrematamento da juventude contendo, também, um sério caráter patriótico.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo, Juventude Brasileira, Projeto de mobilização.

Em dez de novembro de 1937, Getúlio Vargas proferiu um discurso no rádio para todo o país que alteraria a história política do Brasil, instaurando assim, o Estado Novo. Momento ímpar da história brasileira que pode ser interpretado como um amálgama de ideologias que, por mais distintas que pudessem parecer, foram utilizadas de maneira concomitante e em conformidade com o projeto idealizado pelo governo.

Se para muitos, essa união de ideologias reflete a ausência de uma “doutrina oficial” (OLIVEIRA, 1982, p.32), ressaltamos que autores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral já vinham, desde os anos vinte, inspirando-se em modelos internacionais para dar conta de propor uma alternativa para o caso brasileiro.

Tais estudos ocorreram em um cenário que apontava para o esgotamento do modelo liberal-democrático, que já não conseguia solucionar suas próprias insuficiências, principalmente após o surgimento de diversos problemas no pós-Primeira Guerra Mundial.

Assim como a discussão sobre qual a melhor alternativa para a substituição do modelo liberal-democrático, outros assuntos fomentavam os debates em vários países do mundo, como, por exemplo, a iminência de uma segunda grande guerra.

Este perigo latente propiciou um ambiente de tensão mundial no qual cada país buscou preparar-se para tal situação. Dessa forma, tornava-se clara a necessidade de mobilizar e posicionar a nação a favor de toda e qualquer decisão que o seu governante pudesse tomar em

relação ao conflito. É neste sentido que os movimentos de cooptação da juventude surgiram e foram espalhando-se através do espírito do tempo.

A preocupação com os jovens se apresenta como uma das características dos regimes autoritários, que se instalaram em alguns países durante a primeira metade do século XX. Na Europa, Mussolini, Hitler e Salazar criaram organizações para arregimentar essa parte da população que era encarada como o futuro e a continuação do governo que a modelava.

É nesta direção que o presente trabalho caminha, tendo como objetivo principal estudar o significado dos jovens para o regime de Vargas, focando não somente nos aspectos políticos, como também, nos que dizem respeito aos de caráter ideológicos.

O Estado Novo empreendeu uma série de medidas que dessem conta de afirmar os ideais que o governo e o próprio presidente possuíam para o Brasil. Todas as esferas da sociedade foram, de certa forma, abarcadas por projetos ou fiscalizações. Sendo assim, o governo contava com os seus ministérios para a criação de leis que promovessem a construção do Brasil idealizado por políticos e intelectuais. Além disso, o sempre presente DIP realizava de forma conjunta esse trabalho, aliando a fiscalização de todo conteúdo cultural que circulava no período à produção de textos e de outros materiais que propagandassem, de forma positiva, o governo e o seu presidente.

O enorme acervo criado nessa época nos mostra quais eram as bases norteadoras da ideologia do Estado Novo, como, por exemplo, os materiais confeccionados pelo DIP ou pelos periódicos controlados pelo governo, assim como os decretos-leis, elaborados durante o regime, que mostram de fato o que se tornava obrigação para a população brasileira.

Foi por um desses decretos que surgiu, o que primeiro se conheceu como Organização Nacional da Juventude e, posteriormente, Juventude Brasileira, projetos que tinham como finalidade envolver as crianças e os jovens brasileiros na construção de um Brasil integrador e mobilizador, buscando a participação dessa parcela da sociedade em atividades cívicas e de culto aos símbolos nacionais, tornando prática regular o exercício nacional, exaltando assim, o governo e a figura de Getúlio Vargas.

Elaborado inicialmente pelo então Ministro da Justiça, Francisco Campos, em março de 1938, o projeto nomeado Organização Nacional da Juventude teria como função principal "assistir e educar a mocidade... promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da

nação." (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.140).

Ao estudarmos os pressupostos teóricos e ideológicos que conduziam as concepções políticas de Francisco Campos, podemos perceber que tal projeto era inspirado no modelo de arregimentação da juventude já existente nos países nazi-fascistas, como o modelo alemão, que possuía um sério caráter militarizante.

Tendo como “objetivo formar uma organização paramilitar de mobilização” (*Idem*, p.139) da juventude do país, o movimento, que seria patrocinado pelo Estado, não foi elaborado para sofrer interferências do Ministério da Educação e Saúde, fato que fugia de uma lógica quando pensamos que o plano “poderia ser entendido como de cunho também educativo.” (*Ibidem*).

Ficando sob os encargos dos Ministros da Justiça, da Marinha, do Estado da Guerra e do Presidente da República, a Organização Nacional da Juventude possuiria um caráter político-miliciano e sua estrutura, de viés hierarquizado, seria dividida em diversos cargos e funções, modelo similar ao da Juventude Hitlerista, que continha diversos comandos submetidos aos líderes de postos superiores.

Esse traço burocrático, que previa a criação de diversos cargos para o desenvolvimento da organização, tornava complexo o funcionamento do projeto de Francisco Campos, além de aumentar o seu custo devido aos salários que teriam que ser pagos para tais funcionários, um dos motivos para a recusa de sua implementação por parte de autoridades do Estado Novo.

O projeto da Organização Nacional da Juventude visava o preparo dos jovens para os serviços de guerra e de defesa do Brasil, tomando a frente na preparação do efetivo de soldados nos quadros brasileiros e visando a imputação do “‘sentimento de disciplina e da educação militar’ acrescentando-se que teriam ‘efeitos equivalentes aos da prestação do serviço militar exigida pelas leis em vigor.’” (*Idem*, p.140).

Tal caráter desagradou o alto escalão do governo. O general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, demonstrou sua contrariedade ao projeto em um parecer destinado ao presidente, tendo como questão principal seu descontentamento na pretensão de Campos em dirigir o ensino e a vida militar dos jovens, tarefa que para Dutra era exclusiva das forças armadas.

Getúlio Vargas também nunca teve a pretensão de criar uma organização de viés militar que fizesse frente à autoridade, principalmente, do exército. Esse fator é um dos pontos que afastam o Estado Novo dos regimes fascistas e nazistas que mantinham seu partido único fortemente militarizado.

Na opinião dos membros que integravam o círculo de confiança do presidente, o plano da Organização não se enquadrava nas reais necessidades do país, que não podia “imaginar-se uma campanha cívica, sem primeiro ser resolvido, ou convenientemente impulsionado, o importante problema do analfabetismo.” (*Idem*, p.142).

Entretanto, é importante compreendermos que a ideia de arregimentar a juventude não era recusada pelo governo e por seus membros, o que se pretendia era a sua adequação às necessidades e ao cenário brasileiro e não uma importação das organizações existentes nos países europeus, como explicitou o ministro da Guerra:

Em princípio, não pode deixar de ser aconselhável a arregimentação da mocidade em normas preestabelecidas de orientação doutrinária e cívica, em hábitos de disciplina e no culto do dever militar. No Brasil, e no momento atual, é mais do que indicado esse trabalho de educação moral, física e intelectual da mocidade. Mas, para que seja atingida a finalidade visada, torna-se necessário que a organização da juventude brasileira se faça de acordo com as nossas realidades, boas ou más, e nunca sob inspiração de modelos, que se não ajustam ainda ao nosso meio. (*Idem*, p.141 e 142).

Na citação exposta acima, podemos tomar a consciência do que realmente era desejado em torno do recrutamento da juventude. Primeiramente, fazia-se necessário, no tenso período pelo qual o mundo passava, enquadrar a Organização no “projeto político-ideológico do Estado Novo, que buscava o convencimento da sociedade para o estabelecimento de uma nova ordem” (BORGES, 2010, p.101), mobilizando a população para obter um apoio que seria necessário caso houvesse um conflito mundial, despertando, dessa forma, o ardor patriótico e aumentando a coesão nacional.

Em um segundo momento, podemos perceber que os planos para a juventude também passavam pela questão educacional, um projeto de complementação da educação que tinha como preocupações incutir os aspectos integradores do projeto ideológico do governo e cuidar da formação física e moral dos jovens.

Dessa forma “entre os anos de 1938 e 1940 [...] uma das metas do Ministério da Educação dirigido por Gustavo Capanema” foi “a criação de um órgão capaz de agregar os jovens e discipliná-los nos moldes do Estado autoritário.” (ROVAI, p.364).

O Ministério da Educação e o seu ministro apresentaram-se como peças chaves no novo projeto que se configurou em substituição ao da Organização Nacional da Juventude. Se para Francisco Campos, Gustavo Capanema não se envolveria com a questão da juventude, o mesmo não ocorreu com o General Eurico Gaspar Dutra e com Alzira Vargas, que viram como

importante a participação da pasta da educação na criação desse movimento.

E foi exatamente Gustavo Capanema quem ditou as diretrizes do novo projeto, quando encaminhou “ao presidente da República seu parecer, com data de 13 de setembro de 1938” modificando diversos dos seus aspectos, mas sem deixar de manifestar “seu aplauso e apoio a 'tão patriótica iniciativa.” (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.145).

Como primeiras alterações, modificou o nome a ser dado ao movimento que, a seu ver, deveria expressar o vínculo com o país já na sua nomenclatura, usando como exemplo o caso português da Mocidade Portuguesa, além de entender como desnecessária a extensa lista de atribuições à Organização que ampliava “desmesuradamente os encargos e a complexidade burocrática exigida para tal empreendimento.” (*Ibidem*).

Outra mudança implementada pelo ministro da Educação foi a extinção do “caráter excessivamente militar” (*Ibidem*) empregado por Campos na elaboração da Organização. Capanema se colocou de acordo com as críticas de Dutra e considerou que “dar a outro órgão o papel de preparar as reservas militares é enfraquecer, pela supressão da unidade de direção, a organização militar do país.” (*Ibidem*).

Para elaborar o projeto que instituiu a Juventude Brasileira, Capanema se inspirou no exemplo português, o que nos mostra qual foi o viés ideológico que orientou a preparação do movimento, já que a Mocidade Portuguesa não invadia a área de atuação paramilitar da Legião Portuguesa, destinando-se apenas ao “desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.” (*Idem*, p. 146).

Após dois anos de discussões em torno do projeto para a arregimentação dos jovens e das modificações no projeto inicial de Francisco Campos, oficializou-se o movimento que cuidaria da juventude aos moldes ideológicos estado-novistas.

Instituído no dia 8 de março de 1940 o Decreto-Lei nº 2.072 foi promulgado, estabelecendo uma “instituição nacional denominada Juventude Brasileira” que tinha como função dispor “sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude” (Decreto-Lei Nº 2.072 de 8 de março de 1940. P. 1.), assim como podemos observar no próprio documento:

É fundada uma instituição nacional, que se denominará Juventude Brasileira, destinada a promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de

contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem como cumprir os seus deveres para com a pátria. (*Ibidem*)

Tal Decreto tratou de estabelecer todas as bases que nortearam o funcionamento desse movimento. Nos seis capítulos que formavam o projeto e, posteriormente, com outros decretos, que foram criados para complementar o primeiro, podemos observar o cuidado em “moldar a sociedade [...] para a construção da nacionalidade brasileira”, tratando essencialmente “da formação cívica e moral” (FILHO, 1939. *Apud.* GUIMARÃES, p.16) da camada juvenil da sociedade.

O controle da educação física também integrava o projeto, visando inserir nos jovens “os hábitos e as práticas higiênicas” tendo “por finalidade a prevenção de toda a sorte de doenças, a conservação do bem-estar e o prolongamento da vida.” (Decreto-Lei N° 2.072 de 8 de março de 1940, p. 1.). Exibia-se assim, uma preocupação com o “aperfeiçoamento da raça”, conforme ideia corrente na época, para que o país possuísse apenas cidadãos saudáveis e aptos a uma vida de doação ao Brasil.

Esse aspecto ideológico também era compartilhado por pessoas de fora do núcleo dirigente do governo, como parte da imprensa, que apoiava as práticas eugênicas do regime, publicando diversas matérias de exaltação a tal política, que no caso brasileiro, adquiriu uma “interpretação bem própria, ao sabor da diversidade étnica brasileira.” (BARROS, 2005, p.7).

Em uma matéria do tendencioso jornal *A Manhã*, é possível entendermos como o conceito de eugenia foi trabalhado para se enquadrar no cenário de miscigenação brasileira, em um quadro conceitual a que denominaram *Eugenia e Democracia*, as explicações transcorrem não pela defesa de uma cor, mas sim pela saúde dos cidadãos, assim:

Não se encontrara na eugenia nenhum princípio, que defenda a ideia da multiplicação dos humanos de uma só cor, de um só tipo. E isto é o que pode haver de anti-democrático. Numa democracia todos devem ser livres de gerar. Mas essa liberdade, terá certamente aqueles limites da liberdade de falar e da liberdade de trabalho. Desde que não haja prejuízo para a sociedade, essa liberdade e outras são limitadas na boa democracia. Ora, o insano mental, o aleijado hereditário, o hemofílico, se gerarem, darão origem a outra geração de indivíduos que constituirão um peso morto para a sociedade. (*A Manhã*, 28.03.1943, [Arquivo OdeB DIP, pastas “Juventude” e “Ideol.”]).

No trecho acima podemos perceber muitos dos aspectos que caracterizam o regime de Vargas, além das explicações eugênicas a serem praticadas pelas políticas governamentais, ainda são abordados temas como a supressão das liberdades e a preocupação em se produzir uma geração forte para o futuro do país.

Era intencional unir a Juventude Brasileira às práticas de eugenia, confirmando o ideal da construção de uma “raça forte” para um Brasil em desenvolvimento, como nos aponta alguns dos trechos abaixo:

Raça nova para o Brasil. A política eugênica do governo. Integrando a juventude e a mocidade brasileira em geral dentro de um plano harmônico de reconstrução nacional, o governo vem empenhando todos os seus esforços no sentido de criar uma raça nova e forte, de acordo com os mais modernos princípios de eugenia [...] em todas as unidades da Federação, uma atividade incessante mobiliza os nossos jovens, dando-lhes uma nova consciência de Pátria, física, moral e espiritualmente forte [...] assim, desperta o Brasil, com todas as suas forças latentes, no civismo, na economia e na rija musculatura da sua mocidade, a quem cabe a generosa missão de engrandecer o patrimônio inalienável da grande pátria comum (*A Noite*, 17.08.1941, [Arquivo OdeB DIP, pastas “Juventude” e “Ideol.”]).

Colocada sob “a alta vigilância do Presidente da República”, que presidia o Conselho Supremo que era constituído, ainda, pelos Ministros da Educação, da Guerra e da Marinha, a Juventude Brasileira foi administrada pelo Ministério da Educação que recebia o apoio do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha em relação aos esclarecimentos quanto da realização das devidas atividades e ainda com a designação de oficiais que tinham como dever “cooperar na administração da Juventude Brasileira.” (Decreto-Lei Nº 2.072 de 8 de março de 1940. p. 3).

Ao poder público ficou a responsabilidade para a criação dos centros cívicos, que eram “estabelecimentos destinados à realização das atividades da Juventude Brasileira”. Tais espaços deveriam “possuir um conjunto de instalações próprias ao desenvolvimento das diferentes modalidades de educação a ser dada aos seus filiados.” (*Idem*, p.2).

O centro cívico do Colégio Batista, que funcionava no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi fundado em 25 de março de 1940, sendo o pioneiro de outros numerosos centros que foram sendo formados por todo o país, conforme relatavam os jornais.

Esses centros podiam ser extra-escolares, mas o mais comum eram as instalações no interior das instituições de ensino, nesses espaços deveriam ocorrer, de acordo com o artigo sétimo do Decreto-Lei, uma educação que seria a “base e complemento da educação ministrada pela escola e prolongamento da educação ministrada pela família” (*Idem*, pp. 1 e 2), podendo ainda propagar os ensinamentos religiosos se fosse do desejo dos pais ou dos responsáveis pela Juventude.

O projeto da Juventude Brasileira englobava uma ampla faixa etária, que iniciava com as

crianças de 7 a 11 anos – que integravam a Ala Menor – e a dos jovens de 12 a 18 anos - que pertenciam a Ala Maior.

Uma das principais funções da Juventude Brasileira era o ensino cívico, onde a exaltação da pátria era fundamental para a propagação dos ideais nacionais. Para tanto, prestavam culto à Bandeira Nacional e o Hino Nacional era “a expressão do seu fervor em cada dia.” (*Idem*, p.2). O nono artigo também previa a adoção de símbolos próprios para o movimento, como um estandarte e um cântico, que foram criados mediante a realização de concursos. Tais atribuições foram regularizadas em um novo decreto do ano de 1941, onde o estandarte e o vexilo foram descritos minuciosamente para que pudessem ser utilizados pelos jovens nos desfiles da Juventude.

Era oficial que o modo que a Juventude Brasileira possuía para realizar o seu propósito consistia na “educação ativa, realizando formaturas, solenidades, demonstrações, trabalhos, exercícios, excursões, viagens e divertimentos.” (*Ibidem*). Entretanto, foram as formaturas, ou desfiles, os eventos que se tornaram o principal caminho do regime para desenvolver os objetivos em torno do movimento.

As formaturas, que consistiam em exercícios de concentração ou de deslocamento, eram classificadas em ordinárias ou extraordinárias, “ordinárias as que se realizarem nos próprios centros cívicos, como exercícios de instrução; extraordinárias, as que se realizarem em público, com o caráter de solenidades.” (*Idem*, p.3).

As formaturas extraordinárias também eram divididas em duas categorias, a primeira, classificada de gerais, contavam com a participação de todos os integrantes da Juventude Brasileira e eram realizadas por ocasião de grandes datas comemorativas nacionais; e as parciais, que possuíam um caráter regional e para as quais apenas uma parcela dos membros tomava conhecimento do evento.

Dentre todos os eventos que propiciavam a mobilização da juventude, a comemoração da data da Independência do país era a que recebia a maior atenção dos governantes e dos membros do movimento. Nos anos de 1940 e 1941 saíram decretos oficializando o dia que receberia o desfile comemorativo do mês de setembro e, tão grande quanto o contingente que desfilava era o de pessoas que iam às ruas para assistir.

Outras datas eram comemoradas pela Juventude Brasileira, o “Dia da Raça”, por exemplo, que por ser celebrado no dia 4 de setembro acabou tendo sua comemoração fundida com a

Independência do Brasil; o 10 e o 15 de novembro que eram, respectivamente, o aniversário do Estado Novo e da Proclamação da República; o 1º de maio; e o dia em que fora instituído a criação do movimento, isto é, o 19 de abril, que era o dia da Juventude Brasileira e o aniversário do Presidente Getúlio Vargas.

Em uma ditadura como foi a do Estado Novo, onde os direitos civis foram cerceados e a mobilização política autônoma era quase nula, esse tipo de evento era muito bem recebido pela população que, mesmo de uma forma controlada pelo Estado, tinha a oportunidade de se manifestar e se mobilizar em torno de um ideal comum.

Os desfiles da juventude ocorreram por todo o país e durante o tempo que existiu, de 1940 a 1945, suas solenidades “chegaram a envolver dezenas de milhares de participantes, assistidas em certa ocasião por 200 mil pessoas, meticulosamente medidas pelo DIP.” (BARROS, 2005, p.3).

No rádio, o meio de comunicação de massa mais importante do período do Estado Novo, o movimento juvenil ganhou um programa intitulado “Hora da Juventude Brasileira”, ainda no ano de 1940, no qual diversos membros do Ministério da Educação e autoridades do ensino na Capital do país foram convidados para orientar a programação, que contava ainda com um esquema de promoções de lojas como a Mesbla, garantindo, assim, a apresentação das grandes vozes da época, como Lamartine Babo e Dorival Caymmi.

Os jornais sempre noticiavam de forma positiva a atitude do governo de criar um movimento para os jovens. Até mesmo aqueles periódicos que não possuíam a tendência a exaltar as medidas do regime viam o projeto como uma atitude acertada de Vargas, mas eram naqueles que estavam em total consonância com as políticas do Estado Novo que podemos perceber os aspectos mais pontuais desse tipo de mobilização.

Com a criação da Juventude Brasileira, percebeu-se a importância de ter ao lado do governo um setor que esbanjava energia para ir às ruas para demonstrar todo o seu apoio às medidas do regime. Com uma educação desenvolvida aos moldes estado-novistas e a imputação de sentimentos patrióticos, o Estado Novo formava uma ampla camada de brasileiros para defendê-lo nas mais variadas situações.

Em janeiro de 1942 o Brasil tornava oficial o apoio aos Estados Unidos e aos aliados no confronto mundial, rompendo de vez com os países do eixo. A situação ficou ainda mais complicada quando do torpedeamento dos navios brasileiros por submarinos alemães, fato que

mexeu com os sentimentos patrióticos de muitos brasileiros e que foi um trunfo a ser utilizado por Vargas quando da entrada do país na guerra.

Necessitando de grande apoio, já que uma situação de guerra nunca é fácil e enfrentá-la significa se expor a enormes sacrifícios, Getúlio Vargas necessitava de garantias de que a população ficaria ao seu lado em um momento de tamanha dificuldade.

Visando principalmente o suporte da Juventude, que ele já havia provado com tamanha eficiência, caso a situação beligerante se confirmasse, em fevereiro de 1942, um novo Decreto-Lei foi promulgado, esse:

modelando a organização de jovens de modo que se transformasse em um organismo mais ativo, mais abrangente e mais capaz de contagiar a sociedade como um todo, em seu sentimento de patriotismo e fervor nacional, servindo também para estimular a indignação geral diante dos atos de agressão do inimigo, fazendo aceitar as restrições que viriam, caso a guerra fosse declarada, o que de fato aconteceu. (*Ibidem*).

O Decreto-Lei Nº 4.101 do dia 9 de fevereiro de 1942 é fortemente marcado pela tentativa de direcionar o projeto nos moldes patriotas e atentar para a importância da defesa de nosso país, aspectos ideológicos que vemos em destaque devido à situação beligerante que o Brasil estava prestes a enfrentar.

O conflito mundial trouxe novo ânimo para as manifestações da Juventude, se até 1942 “as iniciativas cívicas e patrióticas se organizavam em torno de temas que beneficiavam especialmente a índole e a ideologia do Estado Novo”, a partir deste ano, o quadro de desfiles e mobilizações girou em torno de “ações de solidariedade em face da guerra.” (BARROS, 2009, p. 208).

Mesmo antes da entrada do país na guerra, os jovens já se organizavam em torno do apoio aos aliados e das vítimas dos ataques aos navios brasileiros, tais ações beneficiaram sobremaneira a imagem do governo perante a sociedade, era oportuno que a população visse que grande parte dos cidadãos estavam dispostos, e até mesmo, exigiam a entrada no conflito.

Do mês de junho até agosto, período que antecedeu o início da participação brasileira no conflito bélico, diversas manifestações organizadas por estudantes ocorreram na capital do país, como por exemplo, os alunos do Colégio Pedro II que se reuniram em prol da guerra, como nos aponta o autor Orlando de Barros:

No dia 12 de junho de 1942, um grupo de alunos do Externato saiu em visita às redações dos jornais, pedindo para divulgarem a passeata a se realizar no dia seguinte, convidando os alunos dos demais estabelecimentos para se juntarem a

eles [...] diziam querer manifestar o apoio incondicional ao governo Vargas por causa dos torpedeamentos, e que, por isso, estavam confeccionando um grande retrato do presidente com os seguintes dizeres: 'Apoiem o nosso Presidente', 'Viva o Estado Novo!' e 'Viva o Brasil!' (*Ibidem*).

As movimentações para a entrada do Brasil na guerra criaram um caminho de contestação em favor das liberdades democráticas para os jovens brasileiros. O ano de 1942 apresentou-se como decisivo para o futuro do governo de Getúlio Vargas, pois a Segunda Guerra Mundial e o estreitamento dos laços com os Estados Unidos, representaram o início da desestruturação do viés ditatorial e anti-liberal do regime.

O Decreto-Lei que estabeleceu o encerramento da Juventude Brasileira data do dia 20 de novembro de 1945, mesmo ano do fim do Estado Novo, já que:

Aproximando-se o fim da guerra, um novo quadro desenhou-se no país, com forças políticas se organizando para tomar suas posições no inevitável fim do Estado Novo [...] nesta altura, a simpatia por Vargas, antes predominante entre alunos e professores, começou a declinar rapidamente, até o ponto de franca oposição. (*Ibidem*).

Entendemos dessa forma, que a criação da Juventude Brasileira possibilitou ao governo ter ao seu lado um setor da sociedade que esbanjava energia para ir às ruas a fim de demonstrar todo o seu apoio às medidas do regime. Com uma educação desenvolvida nos moldes estado-novistas e a imputação de sentimentos patrióticos, o governo formava uma ampla camada de brasileiros para defendê-lo nas mais variadas situações.

Percebemos, ainda, uma preocupação que ia além de apenas uma geração. Era oportuno moldar de forma eficiente esses jovens para que pudessem transmitir os mais estimados valores do regime para as gerações futuras, garantindo assim a continuação do Estado Novo e de sua ideologia formadora.

Por fim, compreendemos que a Juventude Brasileira integrava um projeto ideológico do governo Vargas, mas que também fora utilizado como forma de cooptação dos jovens por outros países de regime autoritário, fazendo assim parte de um espírito do tempo que cercava o período ora estudado.

Fontes

Decretos-Leis

DECRETO-LEI N.º. 2.072, DE 8 DE MARÇO DE 1940. In: www.senado.gov.br

DECRETO-LEI N.º. 8.194, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1945. In: www.senado.gov.br

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Periódicos

A Manhã, 28.03.1943, [Arquivo Orlando de Barros DIP, pastas “Juventude” e “Ideologia.”].

A Noite, 17.08.1941, [Arquivo Orlando de Barros DIP, pastas “Juventude” e “Ideologia.”].

Referências Bibliográficas

BARROS, Orlando de. 2005. *Imagens da “Juventude Brasileira”*. Texto apresentado ao IX Congreso de la Sociedad Latinoamericana de estudios sobre América Latina y el Caribe (Solar).

_____. *O Colégio Pedro II no Estado Novo*. In. *Instituições Educacionais da cidade do Rio de Janeiro*. Um século de história (1850-1950). Org. Miriam W. Chaves, Sonia de Castro Lopes. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009.

_____. *A “Juventude Brasileira”: um experimento de mobilização de massa de inspiração fascista no Estado Novo (1938-1945)*. Programa Prociência / 2002 - Projeto de pesquisa.

BARTOLETTI, Susan Campbell. *Juventude Hitlerista: a história dos meninos e meninas nazistas e a dos que resistiram*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

BORGES, Mirelle Ferreira. O Brasil cantando a uma só voz: Heitor Villa-Lobos, o músico educador. In. *As repúblicas no Brasil, Política, sociedade e cultura*. Org. Jorge Ferreira. Niterói: Editora da UFF, 2010.

GUIMARÃES, Maria Elisa Wildhagen. *A Formação das Elites Dirigentes: Integralismo e Educação no Estado Novo*. Parte do projeto de mestrado.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Tradição e política: O pensamento de Almir de Andrade. In. *Estado Novo Ideologia e Poder*. Org. BOMENY, Helena. Estado Novo Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. *O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1939/1945)*. Artigo. Depto. De História da Universidade Federal de Ouro Preto, MG.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O altar da nação: Gustavo Barroso e a sacralização da juventude durante o Estado Novo. In. *História Agora*. A Revista de História do Tempo Presente.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena M. B. , COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Simpósio Temático 02: Manifestações artísticas e religiosas no Universo luso-brasileiro

Felipe Augusto Bernardi da Silveira

Doutorando em História/UFMG

Kellen Cristina Silva

Doutoranda em História/UFMG

Leandro Gonçalves de Rezende

Mestrando em História/UFMG

Natália Casagrande Salvador

Mestranda em História/UNICAMP

Rhuan Fernandes Gomes

Mestrando em História/UFJF

Imitação e Cópia na Pintura Luso-Brasileira do Século XVIII

Clara Habib de Salles Abreu
Mestranda - UFRJ
Agência Financiadora: Faperj Nota 10
clara.habib.hca@gmail.com

RESUMO: Coube à Antiguidade Clássica o papel definir a pintura como imitação da natureza. No Renascimento, a teoria humanista da pintura se apropriou e se adequou daquilo que entendeu ser o debate teórico da antiguidade sobre as qualidades da pintura e elaborou uma série de critérios e prescrições que orientariam o fazer artístico. Assim, uma das doutrinas mais importantes era a “*imitatio*” que orientava que a pintura deveria ser imitação da natureza. No rol desses princípios, os teóricos também faziam considerações importantes sobre “novidade” e “invenção”. O conceito de “novidade” do período é muito diferente do que entendemos por “novidade” atualmente, após o Romantismo. Para a teoria humanista da arte a “novidade” em pintura não consistia necessariamente num tema jamais visto, mas em uma disposição nova do tema. Então é possível compreender por que o fenômeno de cópias de outras obras também era autorizado e aconselhável. No caso do Renascimento os modelos eram obras da Antiguidade Clássica, tomadas como modelos de autoridade e perfeição.

O fenômeno de cópia de outras obras no universo luso-brasileiro do século XVIII foi muito comum, porém o modelo deixa de ser a produção da Antiguidade Clássica e passa a ser a produção dos períodos Renascentista e Barroco. Apesar de importante e comum, o fenômeno foi, por muitas vezes, mal visto por uma historiografia que procurava analisar a arte desse período com pressupostos do Romantismo que cultuam a “originalidade” e a figura do artista como “gênio criativo”. Porém com a utilização dos pressupostos adequados, pensados a partir da teoria humanista da arte, na qual a pintura era por excelência “imitação”, o entendimento do fenômeno de “cópia” de outras obras no universo luso-brasileiro se torna mais claro.

PALAVRAS-CHAVE: imitação, cópia, pintura luso-brasileira

É notório que na Antiguidade Clássica iniciou-se uma clara identificação da pintura com a imitação da natureza. Em “Imagens”, o sofista Filóstrato, O Velho, relata que: “Mas, para quem

investigar a origem da arte, a imitação é uma invenção mais antiga e mais próxima à natureza. Sábios a inventaram, chamando-a ora de pintura, ora de arte plástica”. (In: LICHTENSTEIN, 2004, vol. 1, p. 29)

Para entender a pintura como imitação da natureza é necessário refletir, primeiramente, sobre a própria noção de imitação, começando pelo conceito de “*mimese*” no pensamento da Antiguidade Clássica, principalmente na filosofia de Platão e de Aristóteles, fundamentais para a posterior construção de uma teoria específica da pintura.

A filosofia platônica concebe um sistema de pensamento metafísico no qual a realidade é dividida em duas esferas. O “Mundo das Ideias”, uma realidade inteligível, onde estariam as essências de todas as coisas, portanto, a Verdade. A outra esfera seria a realidade sensível entendida como o mundo físico, no qual a natureza é apenas um pálido reflexo das essências, portanto um simulacro da Verdade. Nisso consiste, grosso modo, a “Teoria das Ideias” que é desenvolvida por Platão ao longo de seus diversos diálogos. Na filosofia platônica o homem está destinado ao conhecimento da Verdade presente no “Mundo das Ideias”. Este conceito de Verdade, da filosofia platônica, é indissociável do conceito de Bem e de Belo, portanto Platão condena todas as atividades que visam unicamente o prazer sem preocupação com a busca da Verdade. Assim a pintura, entendida como uma arte da imitação, do prazer do simulacro, sem compromisso com o conhecimento da Verdade, é condenada na filosofia platônica.

No livro X de “A República”, Platão desenvolve a mais forte condenação da atividade da pintura. Com sua teoria da “*mimese*”, ele acusa a pintura de encontrar-se a três graus de distância da Verdade, pois ela imita o mundo sensível que por sua vez já é uma pálida imitação do “Mundo das Ideias”, aonde se encontram as essências das coisas. Assim, considera a pintura como um simulacro enganador e nocivo, atividade inútil, pois não produz objetos utilitários, e é inábil como instrumento para se chegar ao verdadeiro conhecimento. Assim Platão expulsa o pintor de sua sociedade ideal. Lichtenstein resume bem esse aspecto da filosofia platônica no seguinte trecho, quando relate que, para Platão, a pintura é:

Duplamente ineficiente, não só em relação à realidade inteligível, mas também em relação ao mundo sensível, ela não é nem um conhecimento verdadeiro nem uma técnica de fabricação. Totalmente imersa na aparência, é ao mesmo tempo sem fundamento e sem utilidade [...] (LICHTENSTEIN, 1994, p. 52.)

Platão desqualifica todas as atividades que considera como simples imitações, que buscam o prazer sem preocupação com o Verdadeiro, o Bom e o realmente Belo. Considerando a pintura essencialmente como imitação da natureza esta também é desqualificada como instrumento de conhecimento da Verdade. Mas a pintura pretendeu em algum momento ser tal instrumento? De acordo com Jacqueline Lichtenstein, Platão avaliou a pintura por critérios próprios da filosofia atribuindo a ela funções que nunca se propôs a realizar, legitimando, assim, sua condenação. De acordo com Lichtenstein:

A pintura é uma imitação que quer ser vista como tal; ela só busca enganar o suficiente para afirmar a glória do pintor e a perfeição do quadro, ou seja, só por um breve instante. É preciso ser filósofo para pensar (ou fingir pensar) que um pintor gostaria de se fazer passar por sapateiro, enganando-nos sobre a natureza dos sapatos que desenha na parede ou na tela. Nunca nenhum pintor procurou isto, o que impediria justamente que o reconhecêssemos como pintor. Sua intenção não é a de nos fazer acreditar na realidade de suas imagens. Pelo contrário: na medida em que descobrimos que aquilo em acreditávamos era só uma imagem, ou seja, quando não acreditamos mais naquilo, nos admiramos de que a pintura tenha conseguido produzir em nós um tal resultado. (LICHTENSTEIN, 1994, p. 55)

A condenação platônica da pintura pesou durante muitos séculos na teoria da arte, que precisava, antes de tudo, defender a pintura de tais acusações. Apesar de tais acusações, é possível encontrar, ainda na Antiguidade, alguns pensadores que não desqualificam a imitação ou condenam as atividades miméticas. As reflexões desses pensadores foram utilizadas posteriormente, pelos teóricos renascentistas da pintura, como argumentos de autoridade na luta por maior dignidade para a pintura. Já no pensamento aristotélico foram encontrados fortes argumentos para a defesa da pintura. Apesar de Aristóteles não possuir um pensamento sistematizado sobre esta atividade, a redefinição do conceito de “mimese” proposta por sua filosofia foi fundamental para teoria da pintura desenvolvida a partir do século XVI.

A filosofia de Aristóteles guarda semelhanças e diferenças quando comparada à filosofia de seu mestre, Platão. De acordo com Aristóteles é possível se chegar a um conhecimento da Verdade a partir da análise e estudo sistemático da realidade sensível e neste aspecto estaria a diferença fundamental entre ele e Platão. A filosofia de Platão tem um caráter “transcendente”, pois busca a Verdade em um mundo inteligível fora da realidade sensível, enquanto a filosofia de Aristóteles teria um caráter “imaneente”, pois busca o conhecimento a partir de um estudo sistemático das

coisas sensíveis. É possível entender que para Aristóteles a Verdade permeia as coisas sensíveis. No que diz respeito às semelhanças e diferenças entre o sistema filosófico de Platão e Aristóteles, Raquel Pifano resume no seguinte excerto:

A filosofia de Aristóteles, assim como a de Platão, concebe a realidade em termos de Idéias, essências, e defende a necessidade de se compreender o Verdadeiro, o Belo e o Justo (Bom). Porém, há uma diferença fundamental entre o aluno e o mestre, diferença determinante para toda a filosofia aristotélica: Aristóteles não separa o mundo das idéias do mundo sensível, a Idéia não é uma realidade em si, ela existe na realidade sensível. Graças à razão, ao logos, o homem pode conhecer o Verdadeiro, o Belo e o Justo, mas somente a partir da realidade sensível. [...] Assim, não pode haver uma hierarquia entre uma realidade ideal e uma realidade sensível que qualifica a imitação do mundo sensível como degradação. (PIFANO, 2008, p. 151)

Aristóteles também se aproxima da discussão sobre a questão da imitação. Em sua filosofia, a tendência para a imitação era vista como algo instintivo no homem e por meio dela era possível adquirir os primeiros conhecimentos e experimentar prazer, portanto não a condena como Platão.

A tendência para a imitação é instintiva no homem, desde a infância. Neste ponto distingue-se de todos os outros seres, por sua aptidão muito desenvolvida para a imitação. Pela imitação adquire seus primeiros conhecimentos, por ela todos experimentam prazer. [...] A causa é que a aquisição de conhecimentos arrebatada não só o filósofo, mas todos os seres humanos, mesmo que não saboreiem durante muito tempo essa satisfação. (ARISTÓTELES, p. 30)

As reflexões de Aristóteles sobre a "mimese" e as artes da imitação estão no tratado "Arte Poética". É necessário enfatizar que Aristóteles não possui um pensamento sistematizado sobre a pintura. Em "Arte poética" ele não aborda propriamente questões sobre a atividade pictórica, ele aborda principalmente a tragédia, a epopeia, enfim, gêneros literários, porém, as compara constantemente com a pintura, pois assim como elas, esta também é uma arte da imitação. Assim, não se torna ilegítimo refletir sobre a pintura a partir das reflexões de Aristóteles. Nas palavras de Aristóteles "Sendo o poeta um imitador, como o é o pintor [...]" (ARISTÓTELES, p. 88).

Em “Arte Poética” Aristóteles sistematiza um método para a prática da boa poesia. Ele inicia seu tratado discorrendo sobre a imitação e a função da poesia. De acordo com Aristóteles a função da poesia - que poderia ser comparada à função da pintura - consiste em imitar as ações humanas. A imitação da ação é o que ele chama de “mito” ou “fábula” que seria, grosso modo, o enredo, a história. De acordo com Aristóteles a “fábula” é a finalidade da tragédia, elemento mais importante de sua hierarquia.

É possível notar que a noção de “mimese” proposta por Aristóteles não é caracterizada por uma cópia literal da realidade sensível e sim por uma seleção dos aspectos considerados mais adequados. A ação humana não deveria ser imitada, necessariamente, como ela é, mas como poderia – ou, deveria - ser. A ação é representada pelas suas características mais representativas, “universais”, livre do que seria considerado imperfeito ou anormal, livre do particular. O Belo para Aristóteles, parece ligado a uma ordem e a devidas das proporções. Assim nasce a noção de “verossimilhança”.

[...] é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. [...] A poesia permanece no universal [...] O universal é o que tal categoria de homens diz ou faz em tais circunstâncias, segundo o verossímil ou o necessário. (ARISTÓTELES, p. 43)

Alguns novos critérios fundamentados no caráter técnico também foram levados em conta na avaliação de Aristóteles. Para ele o prazer causado pela pintura estava associado à habilidade e perfeição da execução como observa no seguinte trecho “Se acontece alguém não ter visto o original, não é a imitação que produz o prazer, mas a perfeita execução [...]” (ARISTÓTELES, 2003, p. 30). Assim, de certa forma, Aristóteles também valoriza as qualidades próprias das artes miméticas, desassociando o Belo do compromisso metafísico.

Essa mudança no conceito de “mimese” posposta pela filosofia de Aristóteles foi fundamental para o desenvolvimento de uma posterior teoria da pintura. Lichtenstein conclui que:

Atribuindo à atividade mimética uma finalidade que permite julgá-la em termos poéticos e não naturais, Aristóteles confere à problemática da imagem uma orientação radicalmente nova. Se as qualidades

representativas da imitação são mais importantes do que a fidelidade à realidade imitada, torna-se possível aplicar à obra de arte critérios intrínsecos à própria produção artística. Esta nova concepção de mimese não se contenta em legitimar as artes poéticas – ela implica uma transformação radical do estatuto da pintura.” (LICHTENSTEIN, 1994, p. 65/66)

A teoria renascentista da pintura se apropriou e se adequou daquilo que entendeu ser o debate teórico da Antiguidade sobre as qualidades da pintura e elaborou uma série de critérios e prescrições que orientariam o fazer artístico e alimentariam o debate sobre arte do século XVI. O debate sobre a imitação, evidentemente, foi importante tópica desta teoria. Uma das prescrições mais importantes refere-se à indicação de que a pintura deveria ser imitação da natureza, doutrina renascentista da *imitatio*, referendada pelos Antigos. A doutrina da *imitatio* e outros preceitos que orientavam o fazer artístico e as reflexões sobre uma nascente teoria da arte eram articulados em tratados que fomentaram grande debate no campo da arte.

Todo o tratado “De Pictura”, de Alberti, é baseado na máxima da pintura como imitação da natureza: “Todas essas coisas o pintor dedicado conhecerá pela natureza, e pessoalmente examinará com muita assiduidade de que modo cada coisa se apresenta, e continuamente estará atento, com olhos e mente, a esta investigação e trabalho.” (ALBERTI, p. 131). Sendo uma das funções do pintor representar as coisas belas, a imitação da natureza em Alberti, não deveria ser uma imitação literal, uma vez que a beleza dificilmente se encontra inteiramente em uma só forma ou corpo. Caberia ao artista ser apto a observar e encontrar esta beleza dispersa na natureza para compor sua pintura, fato que lembra, em muito, a noção de “verossimilhança” de Aristóteles.

E de tudo não apenas lhe será do agrado ater-se à semelhança, mas também acrescentar-lhe beleza, porque, na pintura, a formosura, além de ser grata, é uma exigência. [...] Por isso será útil retirar de todos os corpos belos as partes mais apreciadas e devemos nos aplicar com empenho e dedicação para apreender toda a formosura. É verdade que isso é coisa bastante difícil porque em um só corpo não se encontra a beleza acabada que está dispersa e rara em muitos corpos. (Alberti, 131/132)

No rol desses princípios, os teóricos da pintura também faziam considerações sobre “novidade” e “invenção”. O conceito de “novidade” do período é muito diferente do que se

entende por “novidade” atualmente, pós-romantismo. Para a teoria humanista da arte a “novidade” em pintura não consistia necessariamente num tema jamais visto, mas em uma disposição nova de temas já conhecidos, muitas vezes modelos de autoridade. “Inventar” então, não era buscar um tema na subjetividade do artista como acontece muitas vezes após o Romantismo. Assim é possível compreender melhor o princípio da *inventio*, o conceito de “invenção”, vigente até o final do século XVIII. De acordo com Pifano:

[...] a noção de *inventio* humanista não é incompatível com a noção de *imitatio*, como haveria de supor o homem moderno. Na verdade, tal equação resolvia-se na noção de emulação. No processo de imitação de um modelo de autoridade, interferia a invenção que resultava em obra distinta sem, contudo, ocultar o modelo primeiro, ou seja, a novidade da obra era revelada pela obra imitada, ou melhor, emulada. Lembremos o elogio de Alberti a Brunelleschi, Donatello, Masaccio por terem superado a arte antiga, valorizando-lhes o engenho. Como a doutrina da *imitatio* prescrevia a imitação da natureza, que, por sua vez, era atravessada pela noção de imitação da arte antiga, a cópia da arte antiga não era de maneira alguma um procedimento reprovável, ao contrário. (PIFANO, 2008, p. 69/70)

Então, de acordo com esses pressupostos não só a “imitação” da natureza se torna justificável, mas também a “imitação” ou “cópia” de outras obras. No caso da arte realizada durante o Renascimento Italiano, obras de arte da Antiguidade Clássica, tomadas como modelos de autoridade e perfeição, eram frequentemente copiadas. O teórico italiano Lodovico Dolce, em seu tratado *Dialogo della Pittura, intitolatto L’Arentino*, do século XVI, acredita que não é possível encontrar a perfeição do corpo humano em apenas um modelo existente na natureza, pois mesmo nos melhores modelos, a natureza apresenta seus defeitos. Então, o artista que deseja aprimorar a natureza e assim superá-la, precisa ser guiado não só pela observação da natureza, mas pelo estudo da arte antiga, pois as estátuas antigas, para ele, continham toda a beleza e perfeição da natureza já representadas pela arte. Lee nos esclarece mais sobre a teoria de Dolce no seguinte excerto:

Dolce discusses two ways whereby the painter may, to repeat Aristotle's phrase, represent life not as it is, but as it ought to be. By a method which Aristotle would have approved, he may go direct to nature, and selecting the fairest parts from a number of individuals, produce a composite figure more perfect than commonly exists. This was the celebrated method of Zeuxis in painting the divine beauty of Helen, and one that few writers on painting after Alberti ever forgot to extol. Or he may use as perfect a single model as he can find, following the example of Apelles and Praxiteles

who rendered their celebrated images of Aphrodite after Phryne, most beautiful of courtesans. Now in the golden age of antiquity an Apelles who had a Phryne for a model could succeed by this really unorthodox method. But a modern artist, Dolce insists, cannot find a standard of perfection in a single woman, for nature even under the best conditions is never without her defects. If then the artist, correcting her imperfections, would “surpass nature”, would render her fairer than she is, he must be guided by a study of the faultless antique. For the antique is already that ideal nature for which the painter strives and “the ancient statues contain all the perfection of art.”
 (LEE, 1940, p. 205)

De modo geral, esse foi o modelo em vigor até as modificações trazidas pelo final do século XVIII na Europa, ou seja, até o Romantismo, momento no qual foi cunhado o conceito de “originalidade” que assumiu maior vulto na Modernidade e se tornou critério de julgamento da arte desde então.

O final do século XVIII foi um período de intensas modificações no mundo e no modo de pensar do homem. As transformações ocorrem tanto nas esferas política, econômica e social como na esfera cultural. Segundo o pensamento de Giulio Carlo Argan, em *Arte Moderna*, o móvel ideológico, que tantas vezes se transforma em explicitamente político, ocupa o lugar do princípio metafísico da natureza-revelação na arte do período.¹ Assim o modelo da arte deixa de ser a natureza e passa a se encontrar na individualidade do próprio artista.

A cesura na tradição se define com a cultura do Iluminismo. A natureza não é mais a ordem revelada e imutável da criação, mas o ambiente da existência humana; não é mais o modelo universal, mas um estímulo a que cada um reage de modo diferente; não é mais fonte de todo o saber, mas o objetivo da pesquisa cognitiva. (ARGAN, 1992, p. 12)

Com o deslocamento do modelo da arte da natureza ou dos modelos de autoridade para o indivíduo os conceitos de “novidade” e “invenção” passam por modificações, a “imitação” passa a ser desqualificada e perde alguma das funções que tinha anteriormente. A partir do final do século XVIII, “novidade” passa a ser o jamais visto antes, nascido na interioridade do indivíduo, a partir de sua “criatividade”. Assim, a boa obra precisa ser “original” e o bom artista passa a ser considerado um “gênio criativo”. Sob esses pressupostos o processo de imitação, tão comum na arte dos períodos anteriores, passa a ser mal visto. Charles Baudelaire diz:

¹ Ver: ARGAN, 1992. Capítulo 1. Clássico e Romântico.

Nos últimos tempos, temos ouvido de mil maneiras diferentes: “copie a natureza, copie somente a natureza. Não há maior prazer ou triunfo mais belo do que uma excelente cópia da natureza”. Pretendia-se aplicar essa doutrina, inimiga da arte, não só à pintura, mas a todas as artes, mesmo ao romance e à poesia. A esses doutrinadores tão exultantes com a natureza, um homem imaginativo certamente teria o direito de responder: “Acho inútil e enfadonho representar o que existe, porque nada que existe me satisfaz. A natureza é feia. Prefiro os monstros da minha fantasia à trivialidade positiva”. (BAUDELAIRE in: LICHTENSTEIN, vol. 5, 2004, p. 118)

As modificações trazidas pelo século XVIII e as reflexões de Baudelaire foram de fundamental importância para o pensamento da Modernidade no qual é possível identificar uma verdadeira fetichização do novo. Porém, como observado, os pressupostos para a produção da arte e os critérios para a sua avaliação antes do século XVIII eram outros.

O fenômeno de cópia de outras obras no universo luso-brasileiro do século XVIII foi frequente e por muitas vezes, mal visto por uma historiografia que procurava analisar a arte desse período com pressupostos do Romantismo que cultuam a “originalidade” e a figura do artista como “gênio criativo”. Porém com a utilização dos pressupostos adequados, pensados a partir da teoria humanista da arte, na qual a pintura era por excelência “imitação”, o entendimento do fenômeno de “cópia” no universo luso-brasileiro se torna mais claro.

Como observado, a arte anterior ao final do século XVIII era orientada pela doutrina da *imitatio*. O modelo da arte luso-brasileira, porém, não parece ter sido a natureza ou obras de autoridade da Antiguidade Clássica, mas obras de arte executadas a partir do Renascimento Italiano que chegavam à metrópole portuguesa e à colônia por meio de gravuras. Essas gravuras eram responsáveis pela divulgação de obras dos grandes mestres do Renascimento e Barroco e circulavam pela Europa e colônias. Essas gravuras não podem ser consideradas apenas réplicas das grandes pinturas. É importante considerar a possibilidade do “valor intrínseco da obra (...) ser conservado e transmitido integralmente [...]” (ARGAN, 2004, p. 16) como discorre Argan, argumentando que “a reprodução por gravura equivale a uma tradução ou transcrição, e não uma simples cópia ou repetição.” (ARGAN, 2004, p. 17) Mesmo que as dimensões, o suporte e o procedimento guardem inúmeras diferenças, pode-se considerar que a gravura carregue o valor integral da obra, pois assim como a pintura ela está fundamentada no desenho que desde a antiguidade é o elemento que liga a arte à razão. Assim Argan elucidada no seguinte trecho:

[...] admite-se que a gravura não transmite apenas a imagem ou o tema, mas também, mesmo operando em um nível distinto e através de uma série de mediações, o valor integral da obra original. Essa convicção pode em parte ser explicada pelo conceito de “desenho”, tal qual como foi formulado pelos teóricos do Maneirismo: no sentido de que a gravura possa reconstruir e reproduzir uma “idéia” formal precedente à sua realização mediante a técnica da pintura e, por seu caráter universal, igualmente realizável mediante outros procedimentos técnicos. (ARGAN, 2004, p. 17)

Se a gravura é capaz de reproduzir o valor integral da obra de arte então, de certa forma, seria possível acessar e aprender certos aspectos de uma tradição a partir da cópia de gravuras. De acordo com Raquel Pifano:

A gravura foi a grande responsável pela divulgação de valores e preceitos artísticos em todo continente europeu e colônias. Capaz de traduzir códigos letrados para códigos visuais, tornou acessível a todos o conjunto de noções e princípios pictóricos resultante de estudos de grandes humanistas e literatos em geral, que muitas vezes sequer escreviam em língua vernácula. Entretanto, a gravura não foi responsável somente pela tradução de códigos letrados, uma vez que reproduziu, e ao fazê-lo, operou uma tradução de valores plásticos, obras de grandes pintores que se tornaram modelo para a produção das imagens visuais. A gravura de tradução, como chamou Argan, foi um elemento vital para a divulgação de preceitos artísticos na colônia. (PIFANO, 2008, p. 12)

Além de promover o acesso a uma tradição, observa-se também uma importância ideológica na circulação e cópia dessas gravuras. Para a Igreja da Contra Reforma o bom uso das imagens era de extrema importância. Ela usava a difusão de imagens sacras como meio eficiente de propaganda religiosa, pois a imagem com suas qualidades instruem pela emoção se tornando muito eficiente. Argan explica no seguinte trecho:

A razão prática da difusão mediante a reprodução por gravura de tema religioso é conhecida: A Igreja católica revalorizou as imagens que a Reforma depreciara e proibira; encorajou a formação e a difusão de uma nova iconografia sacra, que fornecesse a todos os fiéis os mesmos objetos e os mesmos símbolos para uma devoção em massa; e serviu-se das gravuras figuradas como um meio poderoso de propaganda religiosa. (ARGAN, 2004, p. 17)

Continuando o raciocínio ele diz que

Há o propósito de que a educação para a vida religiosa seja antes de tudo uma educação dos sentimentos. Não se visa à expressão de um sentimento religioso popular, mas a difusão, entre o povo, de uma religião culta que tenha (e também nesse ponto ela se distingue da religião reformada e de sua espera pela graça) um fundamento na história. Se a reprodução por gravura de obras de assunto religioso tem uma eficácia educativa, esta se dá precisamente na medida em que a gravura comunica, junto com a imagem, o valor estético que lhe é correlato, ou seja, a grandiosa concepção do mundo que os artistas expressam em imagens. (ARGAN, 2004, p. 18)

A cópia de temas e composições conhecidas e autorizadas pela Igreja era aconselhável ao artífice e fazia parte do processo de educação promovido pela Igreja, educava e sensibilizava o público e era muitas vezes exigência dos comitentes que gostariam de mostrar temas facilmente reconhecíveis para os fiéis. Assim percebemos que no contexto luso-brasileiro a “cópia” não tem somente uma função de aprendizado técnico, prático, mas também (e, principalmente) tem a função de ser um instrumento para uma educação ideológica se tornando veículo de expressão do pensamento e da sensibilidade de uma época. Assim a “cópia” é, principalmente, produto final apresentado ao público e não somente estudo técnico.

Em seu estudo “A Cópia na Pintura Portuguesa do Século XVIII: O Gosto do Encomendador como Forma de Poder na Representação”, Nuno Saldanha observa que os pintores do período não tinham liberdade na escolha do que produzir, pois estavam em função das escolhas e restrições impostas pelos encomendantes; e também do gosto do público que se satisfazia com temas já conhecidos. “Na seleção do tema, o compromisso com um desenho ou gravura é geralmente o mais habitual, devendo o pintor executar a obra de acordo com o modelo estabelecido, submetido a um posterior controle da parte do cliente.” (SALDANHA, 1995, p. 275)

É possível concluir, então, que o fenômeno da cópia de outras obras no contexto Luso-brasileiro é explicado por alguns motores. O primeiro motor mostra que a partir do exercício da cópia é possível o acesso a preceitos da tradição artística. O segundo, e mais importante, mostra que por meio da cópia de obras autorizadas é possível para Igreja divulgar e ensinar seus dogmas. Podemos inferir a partir do pensamento de Saldanha que a cópia na sociedade Lusitana (e isto se aplica ao contexto colonial) promove uma educação moral e ideológica, sendo, portanto,

importante forma de expressão da sociedade do período. Segundo Saldanha, e como observado anteriormente, a partir do final do século XVIII esse paradigma começa a se transformar:

Passa-se então de um conceito antigo de arte que visava a perfeição, seguindo a imitação de modelos paradigmáticos, a uma valorização da criação baseada na originalidade. Nasce assim o ideal moderno do *gênio* criador, onde o individualismo se pode desenvolver [...] (SALDANHA, 1995, p. 281)

Assim, a função ideológica da “cópia” passa a perder seu espaço, porém ela não é excluída do sistema das artes após a esse período, ela continua, principalmente com o objetivo de promover uma educação formal. De acordo com Saldanha

Com a crescente laicização da sociedade, a pintura religiosa tende a entrar em decadência, onde o processo de cópia mais se centrava, acompanhada pelo declínio quer da função propagandística, quer do deleite, como bases da comunicação visual

Isto não quer dizer, no entanto, que a cópia desapareça como factor fundamental da produção pictórica. Ela começa a desaparecer como tendência marcante do gosto estético para se converter em necessidade prática. De um *fim* em si, torna-se em *meio*. [...]

A cópia vai prevalecer sobretudo [...] como reprodução fiel do original, mero exercício acadêmico indispensável ao exercitamento da prática da pintura. (SALDANHA, 1995, p. 282)

Concluimos, assim, que, com o deslocamento do modelo da arte da natureza (ou de modelos de autoridade) para a individualidade do sujeito combinado com a crescente laicização da sociedade, o fenômeno de copiar perde uma de suas importantes funções, a da educação ideológica. De expressão artística - e muitas vezes religiosa - de uma sociedade que vê a pintura como “imitação”, a cópia passa a funcionar somente como exercício acadêmico de prática de pintura, raramente apresentado como produto final.²

Referências Bibliográficas

² Nota-se que a utilização da cópia como produto final, expressão de uma sociedade que acredita na pintura como “imitação”, sobrevive no Brasil até meados do século XIX, assim como todo o pensamento que envolve a sua produção, diferente do que ocorre na Europa. As modificações trazidas pelo Romantismo chegam ao Brasil somente a partir do século XIX e muitas vezes sobrevivem junto com as manifestações dos séculos anteriores.

- ARGAN, G. C. *Arte Moderna*. Trad. Denise Bottmann e Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- ARGAN, G.C. O Valor Crítico da Gravura de Tradução. In: *Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.
- ARISTOTELES. *Arte Poética*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- BAUDELAIRE, C. Salão de 1850 In: LICHTENSTEIN, J. *A Pintura: Textos Essenciais vol. 5: Da Imitação à Expressão*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- DOLCE, L. *Dialogo della pittura intitolato L'Aretino*. 1735.
- LEE, R. W. Ut pictura poesis: the humanistic theory of painting. *The Art Bulletin*, v. 22, n. 4, p. 197-269, 1940.
- LICHTENSTEIN, J. *A Cor Eloqüente*. Trad. Maria Elizabeth Chaves de Mello e Maria Helena de Mello Rouanet. São Paulo: Siciliano, 1994.
- LICHTENSTEIN, J. *A Pintura: Textos Essenciais vol. 1 O Mito da Pintura*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- LICHTENSTEIN, J. *A Pintura: Textos Essenciais vol. 5 Da Imitação à Expressão*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- PIFANO, R.Q.A. *A arte da pintura: prescrições humanistas e tridentinas na pintura colonial mineira*. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Rio de Janeiro, 2008.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- SALDANHA, N. A Cópia na Pintura Portuguesa do Século XVIII: O Gosto do Encomendador como Forma de Poder na Representação. In: *Artistas, Imagens e Ideias na Pintura do Século XVIII: Estudos de Iconografia, Prática e Teoria Artística*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

Ser oficial mecânico no Antigo Regime: Estratégias de mobilidade social em Portugal e em Vila Rica no século XVIII

Fabrizio Luiz Pereira
 Mestrando – UFOP
 Agência financiadora: CAPES
 fabricioluizp@yahoo.com.br

RESUMO: A concepção de arte no século XVIII remonta ao pensamento da Antiguidade Clássica. De forma concisa, sua divisão ocorre em dois conjuntos distintos: as artes mecânicas e as liberais. Entende-se por arte mecânica, o conjunto de atividades manuais que necessitam de um maior aporte corporal. Em contrapartida, nas liberais o uso das mãos daria espaço ao saber e a criação. Essa separação apresenta-se como uma das muitas hierarquias encontradas no interior do terceiro Estado, pensando aqui numa sociedade Estamental. O objetivo desta comunicação é compreender as estratégias utilizadas pelo oficialato mecânico para se incorporarem à sociedade de Antigo Regime. Dessa forma, apontaremos um conjunto de leis sobre essa categoria social e discutiremos a Pragmática de 1758 em Vila Rica, incorporando a possibilidade de distinção social através do trabalho manual na colônia.

PALAVRAS-CHAVE: Oficiais mecânicos, Sociedade Corporativa, Terceiro Estado.

A concepção de ordenamento social, entrelaçado a uma Ordem Natural e Divina favoreceu a ideia de uma sociedade dividida em três ordens. Os artífices mecânicos comporiam o terceiro estado, devido às atividades que exerciam com o uso das mãos e o conseqüente estigma do defeito mecânico. Numa sociedade hierarquizada, conforme demonstrado principalmente nos estudos de António Manuel Hespanha, a possibilidade de mobilidade social era quase inexistente. O impedimento aos cargos públicos, o que era garantido, especialmente, à nobreza, era possibilidade sempre refutada pelas autoridades régias aos mecânicos.

Em um Alvará de 27 de setembro de 1641, por exemplo, ficava decretado a não ascensão de mecânicos para exercerem os cargos da governança da Vila da Castanheira (Portugal)³. No Alvará, o rei utilizava-se do argumento da petição enviada pelos homens nobres da dita vila que

³ Transcrevo parte do Alvará: “Eu el-rei faço saber aos que este Alvará virem, que, havendo respeito ao que me enviaram dizer, pela petição atrás escrita, os homens nobres, moradores na Vila da Castanheira, acerca de eu mandar que daqui em diante se cumpra a Provisão, de que na dita petição fazem menção, e que não entrem, nem sejam admitidos, oficiais mecânicos nos cargos da governança da dita Vila de Torres Verdros, e seu parecer – Hei por bem e me praz [sic] que daqui em diante se guarde e se cumpra inteiramente o Alvará de que na dita petição fazem menção, e assim a Ordenação do Livro 1º título 61, que ordena que os ofícios de Juizes, e Vereadores, Procuradores, Almotacés, e de [petilorio] [sic] dos Órfãos, sejam sempre dos mais nobres do lugar, e que não entrem nem sejam admitidos oficiais mecânicos nos cargos da governança da dita Vila”. Alvará de 27 de setembro de 1641. Nos cargos da governança da Vila da Castanheira não entrem oficiais mecânicos. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=102&id_obra=63&pagina=1281 acesso: Março/2013.

faziam menção a Ordenação do Livro 1º Título 61, “que ordena que os ofícios de juízes, e vereadores, procuradores, almotacés [...], sejam sempre dos mais nobres do lugar, e que não entrem nem sejam admitidos oficiais mecânicos nos cargos da governança⁴”.

O distanciamento ao estigma do trabalho manual era condição fundamental para o reconhecimento em camadas sociais superiores. No decreto de 10 de julho de 1694, as Ordenações reais deixavam clara a possibilidade de oficiais mecânicos e peões conseguirem a honra de Cavalaria, com a condição de abandonar as práticas do trabalho manual⁵. O decreto foi feito após a petição que André de Miranda, filho natural de Antonio Miranda Campello, o qual clamava para que lhe fosse reconhecida a honraria dada ao pai ainda em vida. Antônio Miranda Campello foi oficial mecânico, cordoeiro, e teve, até a hora de sua morte, sua loja aberta. Além de ter participado da Casa dos Vinte e Quatro, tendo sido Escrivão do Povo e Irmão da Misericórdia. Entretanto, o filho dizia que, na época de seu nascimento, seu pai já era nobre. Tinha sido agraciado com a mercê de “o tomar por Cavaleiro da Casa, com moradia de setecentos reis por mês”. Como era um oficial mecânico, o foro de nobreza política era o de Cavaleiro simples, “que costumava dar aos oficiais mecânicos da minha Casa”, dizia o decreto real.

Antonio de Miranda conseguira o estatuto de nobre, sob a condição de não exercitar seus ofícios vis. Dizia sua majestade,

(...) ainda que o privilégio fosse dado, como a Cordoeiro da minha Casa, era necessário, que ele não usasse mais do ofício mecânico de fazer cordas; porque então, tendo armas e cavalo, podia levantá-lo a nobreza, e extinguir a mecânica, porque no exercício dela não podia gozar do privilégio de Cavaleiro, e porque toda a sua justiça pendia da interpretação do dito privilégio do Foro de Cavaleiro simples (...)⁶.

⁴ Collecção chronologica da Legislação Portuguesa - 1675 - 1683 e Suplmento à Segunda Série 1641 - 1683. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=102&id_obra=63&pagina=1281 Acesso: 15/04/2013.

⁵ De acordo com Wilson Rios, com a reformulação dos estatutos das Ordens Militares, em 1574, o acesso a cavalaria estabelecia a barreira ao ofício mecânico, mas foi descaracterizado o ofício como impeditivo ao acesso, ou seja, foram criados mecanismos para a aceitação de artesãos, desde que abandonassem as atividades vis. RIOS, Wilson de Oliveira. *A lei e o estilo. A inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira: Salvador e Vila Rica (1690-1750)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói(RJ), 2000.p. 59.

⁶ Collecção chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, Publicadas em 1603 - Tomo I. Que Compreende os Reinados de Filipe II e III, e os dos Senhores D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V. *Decreto em que se declara que esta Ordenação somente procede naqueles que, sendo peões e mecânicos, chegarão a lograr a honra de Cavalaria, deixando os ofícios e exercícios mecânicos, que com ela se não podem compadecer – 1694*. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=70&id_obra=67&pagina=417 Acesso: 15/04/2013.

No entanto, o decreto reconhecia que Antonio Miranda já gozava do privilégio de Cavaleiro da Casa há mais de 20 anos e nem poderia ser julgado como peão, pois havia mantido a fábrica e loja de cordeiro sem exercer o labor, “por ter nela oficiais examinados”, o que supostamente o eximia da atividade manual, por empregar outros homens. O decreto real mantinha a tradição de manutenção da ordem social, conforme podemos verificar a condição de mecânico deveria ser renegada por Antonio Miranda para adquirir a nobreza, assim, vinha escrito no Decreto:

Procede naqueles, que sendo peões e mecânicos, chegaram a lograr essa tal qual honra de Cavalaria simples, e para a lograrem deixaram os ofícios e exercícios mecânicos, que com eles se não podiam compadecer; porque se o que é verdadeiramente nobre, usando do seu ofício mecânico, renuncia a nobreza, como seria possível, que o mecânico e vil a adquirisse? [...] e não sendo o que assim costuma andar a Cavallo ofício mecânico; porque o contrario seria avaliar-se tão baixamente a honra da Cavalaria, que a houvessem de lograr homens mecânicos, sem aqueles merecimentos, para cuja satisfação estas vantagens na estimação se instituíram⁷.

Ao defender a ascensão do cordeiro à nobre, o decreto real assentava-se no Código Filipino (1603) em diferentes ordenações. A primeira dizia respeito ao uso de armas e cavalos que deveria ser próprio da nobreza,

Os cavaleiros, para gozarem do privilégio da Cavalaria, são obrigados ter armas e cavalo, para o que sua honra, e nosso serviço cumprir. Por tanto mandamos, que assim eles, como pessoas, a que dermos os ditos privilégios e liberdades, não lhes sejam guardados, se não fizerem certo, como tem armas e cavalos de estada, e que não andem a pascer (...) ⁸.

O privilégio de possuir armas também tinha suas ressalvas, os nobres não poderiam andar a noite em posse de seu armamento, com a pena de pagar 500 réis por elas⁹. A validade de andar armado no Reino e em qualquer paragem do Império era proibida. No Livro 05, título LXXX, *Das armas, que são defesas, e quando se deve perder*, ficava estabelecido que não se andasse de posse de armas de chumbo, ferro, “nem de pedra feitiça”, caso denunciado ou encontrado homem portando o armamento, este iria preso, pagaria multa de 400 mil réis e seria açoitado publicamente. Obviamente, as pessoas de qualidade, principalmente, nobres e fidalgos, não seriam açoitadas, mas como pena seriam degredados para a África por dois anos.

⁷ Idem.

⁸ Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal - Livro II, Título LX. *Que os Cavalleiros não gozem dos privilegios de Cavalleria sem serem confirmados, e terem cavallos e armas.* Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=85&id_obra=65&pagina=139 Acesso: 15/04/2013.

⁹ Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal - Livro 05, título LXXX. *das armas, que são defesas, e quando se devem perder.* Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=88&id_obra=65&pagina=158 Acesso: 15/04/2013.

O uso de espada, punhal, ou adaga era expressamente proibido depois que as “Ave Marias” fossem rezadas. A única exceção era dada aos oficiais mecânicos de Lisboa, e todos aqueles que viviam de seus ofícios manuais, “porque estes poderão depois do sino ir de suas tendas para casa, ou da casa para as tendas com estas armas”. No *Epilogo Juridico* de António Vanguerve Cabral, de 1729, encontramos um relato sobre a posse de armas com oficiais mecânicos e como as Ordenações foram aplicadas naquele contexto.

Em maio de 1719, saindo da Ribeira das Naus, um oficial carpinteiro foi denunciado por outro artífice do mesmo ofício, por andar depois das horas de Ave Maria com um compasso de medida de um palmo pelas ruas. Ao Corregedor da reparição da Rua Nova, o artífice denunciado confessou que era costume cada carpinteiro levar o seu compasso ao fim do dia. Além do compasso, levavam outras ferramentas miúdas evitando o furto ou desaparecimento de seus instrumentos de trabalho. O carpinteiro dizia que esse era um costume antigo entre os artífices e por essa razão o Legislador não procedeu nada contra o oficial mecânico. O argumento utilizado pelo Legislador era uma comparação com o uso das armas dos pastores, segundo ele, “porque não sendo proibidas as armas dos pastores, com que guardam os gados, o mesmo se deve praticar nos instrumentos dos oficiais mecânicos com que trabalham¹⁰”.

Entretanto, o jurista, chama atenção para o fato de que a permissão era dada àqueles que usavam as ferramentas para o labor. Nesse sentido, o melhor a se fazer era “averiguar, que tais oficiais trazem os ditos instrumentos com ânimo, e propósito de fazer mal legitimamente, incorrem nas penas da Lei¹¹”, ou seja, conferir se o uso da arma não tinha propósito criminal.

Feita a ressalva quanto ao uso de armas, o caso de Antonio de Miranda se esbarrava em outra norma, o recebimento da herança. De acordo com o Código Filipino, Livro 04, Título XCII, *Como o filho peão sucede ao pai*, ficava estabelecido que;

E se ao tempo, que os tais filhos nascerem, o pai, for Cavaleiro, ou Escudeiro, ou de outra semelhante condição, que costume andar a cavalo, não sendo o que assim costuma andar a cavalo, Oficial mecânico, nem havido e tratado por peão, não herdarão os tais filhos sua herança, nem entrarão a partilha com os filhos legítimos nem com outros filhos ascendentes¹².

¹⁰ CABRAL, António Vanguerve. *Epilogo juridico de varios casos civéis, e crimes concernentes ao especulativo e practico ...* com humas insignes annotaçõens à ley novissima da prohibição das facas e mais armas promulgada em 4 de Abril de 1719 ... / author Antonio Vanguerve Cabral. - Lisboa Occidental : Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1729. P. 221-223.

¹¹ Idem.

¹² Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal – Livro IV – Título XCII – *Como o filho peão sucede ao pai*. Disponível em: http://www.iuslusitaniae.fch.unl.pt/verlivro.php?id_parte=87&id_obra=65&pagina=246 Acesso em 15/04/2013. *Grifo nosso*.

Desse modo, André Miranda conseguiu provar que seu pai já era nobre na data de seu nascimento e já não trabalhava com as mãos, mantendo a fábrica através do trabalho de outros oficiais examinados. Assim, a honraria de Cavaleiro Simples poderia ser usufruída por ele. Nota-se que no jogo de representações políticas do Antigo Regime, a qualidade, aqui visualizada através Cavalaria simples, poderia ser passada de geração a geração, pois se mantinha o ordenamento social, visto que a partir daquele momento Antônio Miranda já não era considerado mecânico, e para se livrar do estigma, deveria abandonar as práticas do labor e conduzir-se como um nobre, usando armas e cavalos.

Ao que parece a ascensão à categoria de cavalaria simples possibilitou uma nobilitação, ainda que de maneira limitada, a um oficial cordeiro. Nesse aspecto, cabe questionarmos quais os limites da mobilidade numa sociedade corporativa. Uma vez que, a natureza jurídica, ressaltada principalmente na obra de António Manuel Hespanha, deixa pouca margem para a mobilidade social. Destarte, atravessaremos o atlântico, bem como milhares de portugueses o fizeram durante o século XVIII. Veremos através da Pragmática de 1758, como os homens pardos da Confraria de São José utilizavam-se do argumento de possuírem um ofício, e portanto não serem “vadios”, já era considerado um mecanismo de distinção social.

Em 06 de março de 1758, os homens pardos da Confraria de São José de Vila Rica (Minas Gerais) solicitavam ao rei o direito de usar espadim à cinta. A Pragmática datada de 24 de maio de 1749 havia proibido “o uso de espada ou espadim à cinta às pessoas de baixa condição, como eram os aprendizes de ofícios mecânicos, lacaicos [sic], mochilas [sic], marinheiros, barqueiros, fragateiros e negros e outros de igual ou inferior condição¹³”. A lei, como vimos, mantinha uma tradição antiga de limitar o uso de armas a pessoas que não fossem nobres. De acordo com o jurista António Vanguerve Cabral (1729), o Rei podia proibir o uso de armas, bem como permitir seu uso a quem fosse mais conveniente, principalmente aos nobres. À vista disso, ficava restrito o uso de espada ou espadins, “que não tenham menos de três palmos de comprimento fora o punho”, e os que possuíam esse privilégio deveriam trazê-los a cinta “para que se possa ver”, assim como as outras armas e instrumentos que traziam consigo¹⁴.

O interessante, no entanto, é o argumento utilizado pelos homens pardos no intuito de não serem abrangidos pela pragmática. Diziam eles na petição que;

¹³ Requerimento dos homens pardos da Confraria de São José de Vila Rica das Minas solicitando o direito de usar espadim à cinta – 06.03.1758 – AHU Seção MG. Cx. 73/27.

¹⁴ Anotação IX. CABRAL, António Vanguerve, *op. Cit.* p. 223.

sendo legítimos vassallos de VMaj e nacionais daqueles domínios, onde vivem com reto procedimento; uns são Mestres aprovados pela Câmara da dita vila em seus ofícios mecânicos, e subordinados a estes trabalham vários oficiais e aprendizes; outros se vêem constituídos Mestres em Artes Liberais, como os Músicos, que o seu efetivo exercício e trabalho é pelos templos do Sr. e procissões públicas, onde certamente é grande indecência irem de capote, não se atrevendo vestir em corpo por se verem privados do adorno e compostura dos seus espadins, com que sempre se trataram; e finalmente outros, aspirando a mais, se acham Mestres em Gramática, Cirurgia e Medicina, e na honrosa ocupação de Mineiros, sendo muitos destes filhos de homens nobres, que como tais são reconhecidos, além da geral comunicação que, por causa de negócios e outras semelhantes dependências têm uns com os outros, portando-se em tudo como homens brancos e gozando da mesma estimação conforme o merecimento e posses de cada um¹⁵.

Assim sendo, podemos pontuar o argumento destes em dois aspectos. O primeiro diz respeito a hierarquização dos ofícios como representação distinção social naquela sociedade. Uns eram mestres examinados pelas Câmaras, mas possuíam aprendizes e tinham vários artífices que trabalhavam para eles, provavelmente jornaleiros. Outros já possuíam uma distinção ainda maior, eram artistas liberais. No entanto, “aspirando a mais”, também congregavam na irmandade mestres em gramática, cirurgia e medicina. O outro argumento pontuado refere-se a “qualidade” destes homens, muitos deles eram filhos de nobres e portavam-se como brancos, distanciando-se dos negros e construindo uma identidade mais próxima a elite local.

Ao pedirem a graça de usar o espadim à cinta nos atos ecumenicos da Irmandade, principalmente, nas procissões, os pardos reclamavam por uma honraria que era permitida somente aos brancos. Contudo, o que nos interessa mais detidamente aqui é o argumento final do Procurador da Fazenda em resposta aos membros da Irmandade de São José, dizendo em 13 de março do mesmo ano que;

E dando-se da referida representação vista ao Procurador da Fazenda disse que entende que os Suplicantes se não devem julgar compreendidos na Lei só pela cor, mas que se lhes deve permitir ou negar o uso de espada segundo a vida e exercício que tiverem [...] não tivessem officio e emprego vil e dos quais a Lei o proibe¹⁶.

Obviamente, aqui, estamos diante de uma realidade diferente da vivida na metrópole portuguesa. São homens pardos, que formam uma outra categoria social, distinta ao mesmo

¹⁵ Requerimento dos homens pardos da Confraria de São José de Vila Rica das Minas solicitando o direito de usar espadim à cinta – 06.03.1758 – AHU Seção MG. Cx. 73/27.

¹⁶ Idem.

tempo do branco português e do negro africano. As contingências locais exigiam que estes homens galgassem distinções dos mais variados aspectos, como o uso de espadim à cinta.

Todavia, vemos que o ofício mecânico continua representando um impedimento à mobilidade social. Ao apresentarem os mestres examinados pela Câmara, os suplicantes fazem questão de ressaltar que estes possuíam aprendizes e jornaleiros sob seus comandos. No entanto, a mobilidade social é expressa de outra maneira, mais ligada à condição de pardo, filho de pai branco e, portanto, afastada da senzala e dos trabalhos forçados¹⁷.

Em vista disso, a petição escrita em Minas Gerais coloca em pauta a teoria corporativa apresentada até o momento. Homens mecânicos e que não possuíam somente essa “desqualificação social” compartilhavam, sobretudo, uma identidade de pardos, pediam para usarem armas a mostra, aproximando dessa maneira mais dos nobres do que a camada negra da população, da qual também eram originários. Por conseguinte, apresenta-se não só a possibilidade de se pensar em uma mobilidade social, bem como de repensar os estatutos de uma sociedade de Antigo Regime na sua dimensão, enquanto reino de colônias em diferentes continentes.

Nesse ponto, ressaltam-se as pesquisas de Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, os quais propõem pensar na unidade imperial através do conceito de “monarquia pluricontinental”. Em contraponto ao conceito de “monarquia compósita” de J.H.Elliott, pensado para a monarquia espanhola, na qual “integravam sob vinculação a uma mesma dinastia reinante em territórios com diversas histórias e com uma existência anterior enquanto entidades políticas autônomas” (MONTEIRO, 2007, p.23). Portugal, em seu turno, também, tinha na figura do rei a “cabeça” do corpo social e sua estrutura política era corporativa e polissinodal. Entretanto, além do reino na Europa, devem-se levar em consideração as conquistas do além-mar. Logo, esse desproporcionado império colonial “fornecia à coroa portuguesa recursos financeiros largamente independentes da pressão tributária sobre o interior do território” (Idem, p.24).

O conceito de monarquia pluricontinental considera que os pactos políticos entre nobreza da terra e os agentes da Coroa era o que possibilitava a ordem em meio ao caos de poderes

¹⁷ Para uma discussão mais refinada sobre as discretas formas de resistência dos pardos no intuito de galgarem por distinção social ver: SILVEIRA, Marco Antônio. Acumulando Forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808), Revista de História, São Paulo, n. 158, p. 131-156, jan./jun. 2008. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Professor Marco Antônio pela referência documental e pela gentileza de repassar o documento já transcrito.

disseminados. A nobreza, dessa forma, não é entendida enquanto grupo corporativo com uma identidade forte. Ao contrário, ao longo do século XVIII, como demonstra Nuno Monteiro, as oligarquias municipais apresentaram conformações sociais de seus membros distintas em cada localidade do reino. Criticando trabalhos de cunho jurídico, nos quais distinguem-se uma cultura política hostil à possibilidade de mobilidade social, Monteiro verifica que embora a ascensão social fosse limitada, em algumas condições e conjunturas ela era possível e aceita. Chama a atenção o fato da mobilidade social estar imposta a velhas classificações de estatuto. Em vista disso, o caso apresentado anteriormente de André Miranda pode ser representativo dessa transição consentida e reconhecida, pois, a partir daquele momento, ele deveria ser considerado Cavaleiro simples e não mais oficial mecânico. Ao analisar as elites locais no fim do Antigo Regime, Nuno Monteiro, verificou ainda, que em distintas províncias de Portugal encontravam-se marítimos, lavradores e até mesmo oficiais mecânicos com assento nas vereações.

Na colônia portuguesa da América, as hierarquias se tornavam ainda mais complexas. O grande número de escravos traria outros contornos à realidade local, diferenciando-a dos que configurariam a metrópole. Maria Beatriz Nizza da Silva, ao discorrer sobre o *status* de nobreza no Brasil colonial, aponta para o discurso de Domingos Loreto Couto, em Pernambuco, no qual reclamava para as autoridades reais que a possibilidade de enriquecimento e aquisição de escravos fazia com que alguns homens esquecessem a sua origem plebeia, dizia ele,

não é fácil determinar nestas províncias quais sejam os homens da plebe, porque todo aquele que é branco na cor, entende estar fora da esfera vulgar. Na sua opinião, o mesmo é ser alvo, que ser nobre, nem porque exercitam ofícios mecânicos perdem esta presunção (SILVA, 2005, p. 19).

Exemplo disso, Silva relata o caso de Aleixo Lopes São Cristóvão, que se tornara um dos homens de maior cabedal no Pará, após arrematar em 1751 o contrato das madeiras para a Ribeira das Naus (Idem).

O poeta Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, enfrentou alguns problemas para a obtenção do hábito de Cristo. Os avós paternos do inconfidente viviam de arar o campo e vender azeite, e, ao que parece, o avô também exercia atividades mecânicas. Isso parece ter sido o motivo pelo qual, em 2 de maio de 1770, a Mesa de Consciência considerou o bacharel indigno de entrar para a Ordem de Cristo. No entanto, o inconfidente não se conformou com a decisão e alegou que tais defeitos não recaíam sobre ele, ou sobre seus pais, mas sim sobre seus avós. Argumentou que possuía formação de bacharel em Coimbra e que um de seus irmãos já era

cavaleiro de Cristo, além disso, contabilizava na época quase vinte anos de serviços prestados ao rei, na vereança da Câmara, procuradoria da Fazenda e na secretaria de governo. Dessa forma, em setembro do mesmo ano, a Mesa dispensou Cláudio Manuel dos defeitos dos avós, e no mês seguinte passou a certidão do hábito de Cristo ao poeta (SOUZA, 2011, PP. 110-115).

Em sociedade na qual a posição social e o reconhecimento da honra determinavam o ser, ainda que de forma corporativa e não individual, o estigma do trabalho manual seria um empecilho para a obtenção de honrarias e privilégios. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, atribuiu o desdenho ao trabalho manual como uma das mazelas associadas ao atraso do desenvolvimento econômico do Brasil. Holanda destaca que,

uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação (HOLANDA, 1995, p. 38).

Por um lado, o argumento de Sérgio Buarque de Holanda parte de uma concepção ibérica, da qual o sustento com as mãos e a privação de armas e cavalos era a antítese da honra. Por outro lado, o debate sobre o labor repousa sobre uma sociedade escravocrata, na qual a ideia de trabalho recaí sobre o elemento africano.

Em 1782, por exemplo, o Desembargador José João Coelho Teixeira Coelho, em suas “*Instruções para o governo da Capitania de Minas Gerais*”, reclamava dos homens e mulheres livres da Capitania que se recusavam ao labor diante ao enorme contingente de escravos daquela sociedade, segundo Teixeira Coelho,

não há, na Capitania de Minas, um homem branco mecânico e pobre, nem uma mulher branca da mesma qualidade que queiram servir, porque se persuadem que semelhante emprego não compete às pessoas livres. Deste modo, centos de escravos e centos de escravas que se ocupam dos serviços domésticos deixam de se ocupar na cultura das terras e na extração do ouro. Eu não digo que os brancos sirvam com ocupações vis, pois isso diminuiria o respeito que lhes devem ter os escravos; só digo que as pessoas brancas devem vir nas ocupações decentes¹⁸.

A indisposição da camada branca e pobre em servir ofícios domésticos e ofícios mecânicos somava-se a uma preocupação com a camada de vadios e mulatos, expressa, sobretudo, na figura do pardo. Na continuação de suas instruções, Teixeira Coelho reflete ainda,

¹⁸ COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Organização, transcrição documental de Caio César Boschi, preparação de textos e notas de Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007. p. 370.

que: “aquela presunção dos brancos [sobre a indisposição ao trabalho] tem passado aos mulatos e negros, porque, uma vez que são forros, não querem trabalhar nem servir (idem)”.

Portanto, as replicações das estruturas feudais e do Antigo Regime não podiam ser feitas em sua totalidade. Estamos diante de uma estrutura escravocrata. Por conseguinte, Laura de Melo e Souza, em *O sol e a sombra*, lança luz “as especificidades da América Portuguesa, que não residiu na assimilação pura e simples do mundo do Antigo Regime, mas na sua recriação perversa (SOUZA, 2007, p. 68)”. Uma sociedade “pluriétnica e pluricultural, tributária de moldes europeus, mas fadada a buscar arranjos novos e a camuflar sua natureza, quase sempre considerada ameaçadora (idem, p.76)”. Assim, a autora chama atenção para a concepção de Antigo Sistema Colonial, termo cunhado por Fernando Novais, mas que em relação com a concepção de Antigo Regime deve levar em conta o escravismo, o capitalismo comercial e a produção em larga escala de gêneros coloniais, como o açúcar, por exemplo.

Por fim, o que objetivamos ao longo dessa comunicação foi apresentar mecanismos de distinção social, ou ainda, as estratégias discursivas utilizadas pelos oficiais mecânicos para ascenderem socialmente. Por uma questão de recorte não discutimos, por exemplo, a representação desses homens enquanto arrematantes de obras públicas, ou pertencimento a ordens religiosas. No entanto, percebemos através das fontes apresentadas, que o trabalho manual embora fosse caracterizado com o estigma do defeito mecânico, poderia ser contornado através da prática de abandono do trabalho manual. Pois, estrategicamente, esses homens utilizavam um discurso de repúdio do exercício do labor, porém, mantinham suas tendas e fábricas “supervisionando” seus aprendizes, outros oficiais examinados, jornaleiros e escravos.

Referências Bibliográficas

- HESPANHA, Antonio Manuel. *As estruturas políticas em Portugal na época moderna*. Universidade Nova de Lisboa, 2003. Disponível em pdf pelo site: www.unl.pt acesso: 20/03/2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- SOUZA, Laura de Melo e. *Claudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RIOS, Wilson de Oliveira. *A lei e o estilo. A inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira: Salvador e Vila Rica (1690-1750)*. Tese (Doutorado em História) -Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói(RJ), 2000.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Jose Pereira Arouca: O artífice de Mariana

Monica Maria Lopes Lage
Doutoranda – UFMG
mmlage@hotmail.com

RESUMO: Por volta de 1745, aproximadamente, desembarcou na cidade de Mariana/MG um português chamado José Pereira Arouca. Moço jovem, corajoso e destemido, fato que a historiografia comprovou mais tarde, ao apontá-lo como um dos homens que influenciaram diretamente no desenvolvimento urbanístico, social e arquitetônico que Mariana sofrera ao longo da segunda metade do século XVIII. Arouca exerceu cargos públicos, sendo juiz dos ofícios de pedreiro e carpinteiro, cargos religiosos, sendo irmão na Ordem Terceira de São Francisco de Assis e atuou diretamente na construção de alguns dos principais monumentos arquitetônicos que a cidade de Mariana recebeu ao longo deste período, construindo edifícios públicos, religiosos e particulares, dentre eles cito: Casa da Câmara e Cadeia, Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Casa Capitular Aljube, hoje: Museu Arquidiocesano, Igreja de São Francisco de Assis, Igreja de São Pedro dos Clérigos, entre outros, além de ter construído pontes, estradas, chafarizes, aquedutos, sepulturas e etc. Com tamanha participação no desenvolvimento da primeira cidade mineira, José Pereira Arouca, vem timidamente aparecendo no cenário historiográfico, com pequena citação ao seu nome em um trabalho ou outro, entretanto, muito se tem a revelar sobre este homem e a contribuição dada por ele para o desenvolvimento de Mariana, pois suas obras carecem de estudos. Nesta comunicação pretendemos ressaltar a influência deste português para o desenvolvimento da Mariana setecentista, sua vida pública, política e profissional. Apontando as principais obras construídas por ele bem os processos de arrematação que levaram a construção das mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: Artífice, Arrematante, Obras.

No ano de 1745 desembarcou em Mariana, Minas Gerais, um português vindo do Douro, região norte de Portugal, seu nome, José Pereira Arouca. Como ele, milhares de portugueses vieram para as minas. A descoberta do ouro na região motivou a vinda destes imigrantes e o desejo de acumularem riquezas, os moveram até às Gerais. “Portugal perdeu, em média, oitocentas mil pessoas que vieram povoar as regiões das Minas ou as regiões litorâneas limítrofes do norte e sul”¹.

A princípio, José Pereira Arouca foi mais um a migrar-se para a região, entretanto, sua história se diferencia na medida em que os documentos apontam que sua participação na vida social, política, econômica e urbana de Mariana foi ativa e contribuiu para o desenvolvimento desta recente² cidade. No quadro de suas atribuições consta que ele foi, mestre-de-obras,

¹ BAZIN; Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Editora Record – Rio de Janeiro, 1956. p. 161.

² Até o ano de 1745, Mariana era considerada vila, em 1745 foi nomeada a primeira cidade mineira.

pedreiro, carpinteiro, entalhador, exercia função de engenheiro e arquiteto, foi autor e riscador de vários projetos, dava pareceres técnicos das obras e participava diretamente do processo de arrematação de obras públicas.

Sabe-se através do seu testamento, que José Pereira Arouca nasceu na Freguesia de São Bartolomeu na Vila de Arouca, do Bispado de Lamego, Comarca do Porto, filho de Manuel Pereira Flor e Mésia de Pinho Vyeira. Teve uma irmã por nome de Maria Pereira e três sobrinhas, Maria, Felliciana e Mariana. Pouco se sabe sobre a sua formação enquanto pedreiro, carpinteiro ou entalhador, porém, Afonso Costa Veiga, acredita ser provável que José Pereira Arouca tenha estudado na escola de pedreiros e entalhadores do Mosteiro de Arouca, e tenha sofrido influencia do arquiteto Carlos Gimac³.

Não excluimos a hipótese de José Pereira Arouca, desde muito jovem, talvez ainda criança ou adolescente, ter feito a sua primeira aprendizagem na escola de pedreiros e entalhadores do mosteiro de Arouca, projetando nos seus trabalhos, em Mariana, traços característicos de sua arquitetura. É muito provável que tenha colhido influencia, de forma direta, ou indireta do arquiteto Carlos Gimac e do mestre e pedreiro Conimbricense, Gaspar Ferreira⁴.

Como já foi dito, José Pereira Arouca chegou a Mariana no ano de 1745, sobre sua idade, neste período, pairam dúvidas, pois alguns documentos sugerem que ele tenha nascido no ano de 1731, outros em 1733, de acordo com essas datas ele teria doze ou quatorze anos quando aqui aportou. Sua primeira aparição dá-se no ano de 1753, ou seja, oito anos após a sua chegada ao Brasil, e trata-se de um documento onde ele aparece como fiador de José Pereira dos Santos na assinatura de um contrato, onde o último executaria a obra da capela da igreja de São Pedro dos Clérigos em Mariana⁵.

Segundo Germain Bazin⁶, os mestres de obras, pedreiros, carpinteiros e entalhadores que mais se destacaram em Minas Gerais no decorrer dos séculos XVIII e XIX foram – José Pereira dos Santos, Francisco Pereira dos Santos, José Coelho de Noronha, Domingos Moreira de Oliveira, Antônio Pereira de Souza Calheiros, Francisco de Lima Cerqueira, Manuel Francisco de

³ Carlos Gimac foi um arquiteto famoso italiano, inventor e diretor da obra da Basílica de Santa Anastácia em Roma, também teve participação no projeto do Mosteiro do Arouca, a Vila do Arouca em Portugal. A identidade do pedreiro Gaspar Ferreira, ainda é desconhecida.

⁴ VEIGA, Afonso Costa - José Pereira Arouca: Mestre, Pedreiro e carpinteiro. Mariana – Minas Gerais séc. XVIII. Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda 1999 – Coleção figuras e factos de Arouca 2ed. P 24

⁵ MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n27. Rio de Janeiro, 1974. Pg 60

⁶ BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa barroca no Brasil. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Editora Record – Rio de Janeiro, 1956. p 210.

Araújo, Mestre Tiago Moreira, Miguel da Costa Peixoto, Manuel Francisco Lisboa (pai de Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho) e José Pereira Arouca. Estes nomes também são lembrados em outros trabalhos, como exemplo: no dicionário de artistas e artifices do século XVIII e XIX em Minas Gerais, publicado em 1974 por Judith Martins⁷, e no trabalho de André Guilherme Dornelles Dangelo⁸. Neste estudo o autor revela a contribuição dada por cada um deles para o desenvolvimento da arquitetura colonial mineira.

Após a primeira aparição de José Pereira Arouca como fiador de José Pereira dos Santos na obra da capela da igreja de São Pedro dos Clérigos em 1753, inicia-se uma série de aparições do artifice em vários documentos, ora como arrematante principal, ora como reparador e ajustador de detalhes, ora oferecendo pareceres técnicos das obras. Segundo Afonso Costa Veiga, José Pereira Arouca construiu em média 50 obras na cidade de Mariana, entre obras públicas, religiosas e particulares. Dentre as inúmeras obras realizadas por Arouca e citadas por Judith Martins no dicionário de Artistas e Artífices do século XVIII e XIX em Mariana, encontram-se:

Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Casa da Câmara e Cadeia; Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; Igreja do Bom Jesus; Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Matriz de Santo Pereira e de São Sebastião, Casa Capitular-aljube, estrada que liga Mariana a Ouro Preto, além de pontes, chafarizes, aquedutos, sepulturas e residências da alta sociedade marianense.⁹

Arouca detinha o conhecimento técnico, sabia construir, dominava o estilo colonial da arquitetura mineira, porém nas obras que arrematava, ele contava com a participação dos seus escravos, que segundo consta em seu testamento, e ressalta Judith Martins, correspondia mais de cinquenta homens. “Foi homem abastado, tendo deixado por ocasião de sua morte para sima de sincoenta escravos”¹⁰

Nas minas coloniais o conhecimento técnico era repassado de mestre para aprendiz nas oficinas mecânicas, algumas delas instaladas até mesmo no fundo das casas. Foi em espaços semelhantes a este que Arouca ensinou seus escravos a arte de lidar com as rochas típicas da região, como o itacolomito, quartzo e a pedra sabão, além de lhes ensinar a arte da cantaria que corresponde ao aperfeiçoamento manual da pedra, com uso de ferramentas adequadas, para ser

⁷ MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, n27. Rio de Janeiro, 1974.

⁸ DANGELO; André Guilherme Dornelles - A Cultura Arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: Arquitetos, Mestres de obras e construtores - o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais Setecentistas. (tese de doutorado FAFICH/UFMG)

⁹ MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, n27. Rio de Janeiro, 1974.

¹⁰ Idem, pg 60

utilizada em construções, ou como elemento estrutural ou como ornamentação. “É importante ressaltar a utilização de outras rochas como o quartzo, clorita ou xisto que estão presentes principalmente nas obras arrematadas por José Pereira Arouca em Mariana”¹¹.

As encomendas das obras se davam da seguinte forma: as obras públicas, prédios públicos, chafarizes, pontes, calçadas, estradas, aquedutos, etc., eram encomendadas pela Câmara Municipal, onde um arauto em praça pública anunciava à demanda, àquele que oferecesse as melhores condições, envolvendo preço, prazo e uso de material adequado para a execução da obra, este a arrematava. Decidido o construtor, fazia-se então o contrato, conhecido também por “autos ou termos de arrematação”, eram acordos firmados entre a administração local e o arrematante. “Na presença dos oficiais e do arrematante eram estabelecidos preços, forma de pagamento, o tipo de obra, tempo e condições de execução”¹². Esta última correspondia à forma como o arrematante deveria proceder na edificação da obra em relação aos materiais, as técnicas construtivas, e os fiadores que se comprometiam a concluí-la caso o responsável se tornasse impossibilitado de fazê-lo.

Um levantamento sobre os principais arrematantes de obras públicas em Mariana, na segunda metade do século XVIII, feito pela estudante Crislayne Gloss Marão mostrou que José Pereira Arouca foi o homem que mais arrematou obras públicas em Mariana. “José pereira Arouca trabalhando num período de vinte e seis anos, foi o principal arrematador de obras públicas em Mariana, não apenas arrematou o maior número de obras como também as obras de maior valor”¹³.

No que tange às obras religiosas, eram as irmandades quem contratavam os construtores, artistas e artifices, ficando estes sob a responsabilidade de prestar conta de todo o processo para esta instituição. Segundo Caio Boschi, as irmandades funcionavam como “agentes de solidariedade grupal congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidade frente à realidade social”¹⁴. A irmandade contratava o artifice, o entalhador, o pintor, o carpinteiro, todos os profissionais envolvidos na obra, eram contratados por ela. Segundo Adalgisa Campos, “Podemos considerar as ordens religiosas como clientes do trabalho artístico, pois elas estabeleciam transações e ajustes com arquitetos, pedreiros, artesãos e

¹¹ A arte da cantaria/organizado por: Carlos Alberto Pereira; Antônio Liccardo, Fabiano Gomes da Silva. Colaboradores: Aderlaine Patrícia de Souza; Michele Cardoso Brandão, Diogo dos Ramos Nunes. Editor Fernando Pedro da Silva – Belo Horizonte: C/Arte, 2007. 120p – ISBN:978-85-7654-046-5. Pg 23.

¹² ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. Contratos de arrematação de obras públicas, possibilidade de pesquisa (Mariana, séc. XVIII e XIX) Trabalho de conclusão de curso em história, UFOP, 2000.

¹³ Idem, pg 06.

¹⁴ Idem, p 14.

artistas”¹⁵. A autora ainda reforça: “A ordem encomenda a obra e remunera o artista – desenhos arquitetônicos, talhas, esculturas, pinturas, policromia, ourivesaria, música, etc”¹⁶.

A documentação comprova que José Pereira Arouca construiu muitas igrejas em Mariana e trabalhou para muitas irmandades. Algumas igrejas foram totalmente arrematadas por ele, como por exemplo, a igreja de São Francisco de Assis, considerada um belo monumento religioso setecentista, em outras, ele realizou pequenos trabalhos, como a feitura de uma pia batismal, da capela-mor ou sacristia, ou até mesmo o conserto de uma porta, ou a instalação de uma campa funerária, etc.

A praça “Minas Gerais” em Mariana, que abriga os três monumentos considerados símbolos da arquitetura colonial e do barroco mineiro: Igreja de São Francisco de Assis, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, e Casa da Câmara e Cadeia, possuem dois de seus monumentos sendo de responsabilidade do mestre Arouca, risco e obra, a igreja de São Francisco de Assis e Casa da Câmara e Cadeia.

A igreja de São Francisco de Assis foi a obra religiosa de maior dimensão construída por José Pereira Arouca, obra iniciada em 1768, sendo seu risco também de responsabilidade do artífice. Apesar de não ter sido o construtor da igreja de Nossa Senhora do Carmo, existem documentos onde o mestre aparece oferecendo pareceres técnicos sobre a obra. “A dezessete de junho de 1771, examinou os riscos do pórtico, dos arcos do coro e do lavatório da sacristia, tendo dado seu parecer a respeito”¹⁷.

A Casa da Câmara e Cadeia foi arrematada por José Pereira Arouca no ano de 1782 pela importância de 37.000 reis, é considerada por Salomão de Vasconcelos um dos exemplares mais interessantes da arte colonial mineira.

Todo de pedras, desde a base as cimalthas, os portais e vergas em pedra verde claro, com talhas e aplicações artísticas e encimando o pórtico um bonito florão com as armas reais, foi planejado e executado pelo hábil projetista, construtor de quase toda a Mariana de Gomes Freire¹⁸.

A história da Casa da Câmara e Cadeia de Mariana, nasce juntamente com a história da fundação da Vila em 1711. Os primeiros vestígios apontam que a falta de um lugar apropriado

¹⁵ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Arte sacra no Brasil Colonial/prefácio de Francisco Taborda SJ; coordenação editorial de Fernando Pedro da Silva e Marília Andrés Ribeiro; revisão de Alexandre Vasconcelos e Melo, projeto gráfico e capa de Rafael Chemicatti. Belo Horizonte; C/Arte, 2011 INBS 978-85-7654-084-7 p 39.

¹⁶ Idem;

¹⁷ MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, n27. Rio de Janeiro, 1974. Pg 73

¹⁸ VASCONCELOS, Salomão de. Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana. Belo Horizonte, 1947. p 26.

para as reuniões da Câmara, levaram os oficiais a se reunirem em casa de empréstimo, no caso da vila do Carmo, estas reuniões aconteceram na casa do primeiro juiz ordinário, Pedro Frazao de Brito, e também um importante minerador do núcleo de Matacavalos.

Em 1715 foi adquirida uma sede para a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, desta vez, tratava-se de uma casa, onde o proprietário se chamava Manoel Antunes de Lemos. Neste estabelecimento, o edifício permaneceu por um tempo. Em 1741 foi concluída a primeira construção de uma nova sede para a Casa de Câmara e Cadeia, que ficava na praça matriz, com o tempo, as péssimas condições do lugar, constantemente sujeito a inundações, levaram os representantes do senado à repensarem a localização do edifício. Concluíram, que o terreno deveria obedecer as regras estabelecidas pela Coroa Portuguesa, deveria ser em um lugar alto e longe das ameaças da chuva. Desta forma, em 1782 inicia-se a construção de uma nova sede para a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, obra arrematada por José Pereira Arouca.

Além de obras públicas e religiosas, Arouca também construiu um elevado número de residências, destinadas a elite socioeconômica local, documentos indicam que alguns casarões localizados na atual rua direita em Mariana foram de autoria dele. Em seu testamento José Pereira Arouca elenca uma serie de moradas construídas na cidade. “Declaro que fiz huma morada de cazas a José Magalhaes Queiros, na chapada, e outra a Domingos de Souza Bitancur, nesta cidade, e outra Antônio Fritz Vieyra, e outra ao Capitão Antônio Almeida Castro”¹⁹.

É correto afirmar que o construtor Arouca empregou no Brasil um estilo de construção muito próximo ao praticado em Portugal no decorrer no século XVIII, também chamado de barroco português. Entretanto, muitas críticas ao emprego do termo “barroco mineiro”, tem sido levantadas por pesquisadores que afirmam que não podemos usar este termo para a arquitetura colonial mineira, uma vez que o encontro da cultura portuguesa com a cultura mineira produziu uma nova forma de se construir, para estes pesquisadores o termo correto que devemos empregar é arquitetura vernacular, que usa técnicas construtivas tradicionais locais, além de materiais e recursos do ambiente aonde vai se erguer a edificação, é uma arquitetura baseada nos costumes. Porém associamos a arquitetura colonial mineira ao barroco português devido a semelhança no estilo, marcado pela imponência, pela variedade de efeitos, decorações complexas, aspirais, curvas, detalhes, aspectos que têm a função de impressionar, de causar impacto. José Pereira Arouca se apropriou deste estilo em suas obras, suas igrejas são suntuosas, possuem planta alongada, altares e arcos majestosos, pilastras, corredores centrais, tribunas, sacristias e capela mor.

¹⁹ Testamento: José Pereira Arouca – Casa Setecentista/Mariana

Além da contribuição dada por Arouca na construção de Mariana, ele teve muita participação na vida social e política da cidade, foi irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, ou seja, fazia parte da elite local, atuou como juiz de ofício de pedreiro e juiz de ofício de carpinteiro, cargo que conferia o direito de representação das artes e ofícios perante poderes institucionais. A um juiz de ofício era dada a autoridade de diplomar um aprendiz, transformando-o em mestre. Desenvolveu atividades como tesoureiro da Câmara de Mariana, administrador da renda das aferições e porta estandarte da segunda companhia do primeiro regimento auxiliar de Mariana, como honraria recebeu o título de alferes.

Como vimos José Pereira Arouca foi homem de muita importância histórica para a cidade de Mariana, com suas obras e sua participação na vida política e social da cidade ele alterou e influenciou o cotidiano desta sociedade. Podemos dizer que a história de Mariana está intimamente ligada a história deste português, desde homem que ligou estas duas regiões, Portugal e Minas Gerais, deixando um legado ainda visível pelas ruas e praças de Mariana.

Referencias bibliográficas:

A ARTE DA CANATRIA. Org. (Carlos Alberto Pereira; Antônio Liccardo; Fabiano Gomes da Silva; Colaboradores: Aderlaine Patrícia de Souza; Michele Cardoso Brandão; Diego dos Ramos Nunes). Editor Fernando Pedro da Silva – Belo Horizonte: C/Arte, 2007 – ISBN 987-85-7654-046-5.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. Contratos de arrematação de obras públicas, possibilidade de pesquisa (Mariana, séc. XVIII e XIX) Trabalho de conclusão de curso em história, UFOP, 2000.

BAZIN, Germain. Arquitetura religiosa barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record. 1982, v.1 e v.2.

BURY, JHON. Arquitetura e arte no Brasil colonial. Org. Myriam Andrade de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991.

CAMPOS, Adalgisa. Arte sacra no Brasil Colonial/prefácio de Francisco Taborda SJ; coordenação editorial de Fernando Pedro da Silva e Marília Andrés Ribeiro; revisão de Alexandre Vasconcelos e Melo, projeto gráfico e capa de Rafael Chemicatti. Belo Horizonte; C/Arte, 2011.

DANGELO; André Guilherme Dornelles - A Cultura Arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: Arquitetos, Mestres-de-obras e construtores - o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais Setecentistas. (tese de doutorado FAFICH/UFMG)

MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artifices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, v.1.

PEREIRA, José Fernandes. Verbete Arquitetura. In DOCIONÁRIO da arte Barroca em Portugal. Direção de José Fernandes Pereira. Lisboa: Presença, 1989.

VASCONCELOS; Salomão de. Mariana e seus templos – era colonial 1708-1797. Gráfica Queiroz BREYNER Ltda. Belo Horizonte 1938.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R.A.O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C.M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

VEIGA. Afonso costa. José Pereira Arouca: Mestre, Pedreiro e Carpinteiro; Mariana, Minas Gerais – Séc. XVIII. Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda. 1999 (Coleção figuras e factos de Arouca, 2 ed.

**Iconografia e Produção Artística Barroca no Século XVIII:
A Devoção Ilustrada nos Ex-Votos Mineiros**

Vanessa Cerqueira Teixeira
Graduada – UFV
vanessa.teixeira@ufv.br

RESUMO: Os ex-votos são objetos ofertados a um santo protetor como pagamento de promessa atendida, vindos de tradições muito antigas e adaptados à cultura barroca, frequentes em algumas localidades no Brasil até os dias de hoje. Das diferentes tipologias existentes, os ex-votos escolhidos para este trabalho foram os quadrinhos pintados em têmpera ou óleo sobre madeira cedro. Este artigo tem por objetivo uma análise dos ex-votos pertencentes ao Museu da Inconfidência de Ouro Preto; Museu Aleijadinho - Igreja São Francisco de Assis de Ouro Preto e Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, tendo em vista seu caráter devocional e artístico. Assim como promover uma introdução sobre a produção artística barroca em Minas Gerais durante o século XVIII, refletindo sobre as especificidades de tal estilo artístico e como ele se transforma em um estilo de vida, uma cultura barroca propriamente dita.

PALAVRAS-CHAVE: Ex-votos, Devoção, Produção Artística Barroca.

Introdução

O Concílio de Trento, realizado no século XVI, teve como principal objetivo conter a ameaça protestante, promovendo diversas modificações na Igreja Católica no contexto da Contra Reforma, estabelecendo doutrinas católicas e decretos disciplinares. Alguns exemplos são a legitimação dos sete sacramentos, imposição do celibato clerical, regulamentação das obrigações dos bispos e culto aos santos, imagens e relíquias. Sendo assim, promoveu o incentivo à veneração das imagens visto que os protestantes condenavam qualquer adoração aos santos, então comparados aos ídolos pagãos. (CASTRO, 1994) Na colônia portuguesa a adoração aos santos foi também empregada em busca de uma aproximação entre as religiões africana e católica, facilitando o contato entre portugueses e escravos. No intuito português de converter os africanos e no interesse destes em mascarar a devoção à sua própria cultura, os ícones do sagrado e os ancestrais africanos são adaptados aos santos católicos. Como a transferência de Ogum, Xangô ou Iemanjá para seus equivalentes católicos, São Miguel, Santa Bárbara ou a Virgem Maria. (BURKE, 2003) Portanto, a formação de um sincretismo religioso marcou profundamente a cultura colonial do século XVIII.

A representação artística gerada neste período marca o estabelecimento do Barroco, com destaque para o caso de Minas Gerais por sua expansão após a descoberta do ouro. Os santos foram, portanto, utilizados no ensino religioso e representados nas igrejas no intuito de atrair os fiéis, tanto contra a ameaça protestante quanto na possível conversão dos africanos. As grandes

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

obras de arte e mesmo as formas mais simples carregam traços religiosos profundos, como o caso dos ex-votos mineiros analisados neste trabalho como exemplos de devoção, de representação artística e de popularização da cultura. Em suma, este trabalho procura a relação constante entre religião e representação artística na vida colonial, sendo que a escolha dos ex-votos ocorre pela acessibilidade deste costume, comum a todas as camadas da população, sendo exemplo do sincretismo religioso.

Produção Artística e Cultura Barroca

Os primeiros críticos e estudiosos do estilo Barroco classificaram sua criação limitada à sua estética, uma inovação nas artes visuais, considerando a arquitetura, pintura e escultura. Contudo, tal visão se ampliaria até alcançar um estilo cultural, um fenômeno tão abrangente que se relacionaria à música, teatro, festas, literatura e principalmente ao espírito de uma época. (ÁVILA, 1984)

O Barroco é um estilo artístico que surge no século XVI e vigora até o século XVIII, mantendo uma padronização em suas características, porém adicionando certas especificidades dependentes da localidade e sociedade em que se manifesta. Além de uma formação estética, o Barroco se mostrou também um estilo de vida, um espírito de uma época, estabelecendo uma cultura própria. Marcado pela exuberância de detalhes, pela dramatização e teatralidade, pelo exagero em sua composição, com seu jogo de claro e escuro e contornos contrastantes ao modelo formal e proporcional propostos pelo classicismo que vigorava na arte europeia até então. Segundo Ávila (1984), foi originado na França e se expandiu para Alemanha, Península Ibérica e América, interagindo com diferentes manifestações culturais e se adaptando às condições encontradas em tempo e espaço.

Foi no século XIX, após o período neoclássico com a “febre antibarroca”, que o estilo receberá sua valorização apropriada e Wölfflin o abordara por duas óticas, mostrando como se formou o espírito de uma época:

Uma sociológica considera o barroco uma fase histórica e a outra, formalista, uma categoria estética. No primeiro enfoque, devemos assinalar a dificuldade em se falar de unicidade da arte, apesar de um estado geral do pensamento, religião, condições econômicas e cultura impor uma preferência estética comum. (Wölfflin apud TRIADO, 1991, p. 5)

Arnold Hauser (1988) estabeleceu uma diferenciação entre um Barroco da burguesia protestante e um Barroco vindo da Igreja e da Corte, sempre de caráter absoluto. Os artistas almejavam sua valorização como nobres e de sua arte como liberal, contudo, as manifestações

artísticas vindas de encomendas da Corte e da Igreja teriam suas temáticas pré-estabelecidas, convertendo o artista em mero executor contratado.

Duas manifestações artísticas possuem caráter fundamental no mundo barroco: a arquitetura e a festa. A primeira integra a arquitetura, a pintura e a escultura. A festa possui caráter lúdico e solene estabelecendo também sua função participativa e integradora da sociedade, intensificada por sua teatralidade. É possível estabelecer alguns pontos de destaque na pintura barroca: crueldade, sofrimento, diagonal, luz no ponto central, horizonte baixo, composição aberta, força interna para o exterior do quadro e criação de um todo unitário. Sendo assim, é impossível isolar os elementos, não tendo conexão fora do espaço para onde a peça foi criada, a luz e a cor criam sua espacialidade plástica. Vale ressaltar ainda o didatismo do teor pedagógico, além da persuasão promovida pela linguagem acessível às massas. Quanto aos santos, indispensáveis como intermediários de tal acessibilidade, Triado apresenta:

As vidas dos santos e dos mártires, com todas as suas virtudes, representando-se, principalmente, os mais recentes, cuja canonização tenha-se dado no século XVII, são temas habituais na plástica religiosa. A imagem da Virgem Imaculada e de São José com o Menino, devoções bastante arraizadas naqueles dias, são novos exemplos. [...] Essa iconografia da Virgem foi tema predileto de pintores e escultores, que habitualmente a representavam com túnica branca e manto azul, rodeada de anjos e com a meia-lua a seus pés. (TRIADO, 1991, p.33)

Ao tratar do contexto do Barroco brasileiro, Bardi (1977) aponta que, como já mencionado antes, havia a necessidade imposta ao artesão em executar suas obras baseadas nas ordens estabelecidas em sua encomenda, na maioria das vezes por parte da Igreja. Como exemplifica ao falar das cores: “[...] branco e preto, severidade; pardo e cinza, desprezo e abjeção; azul e branco, pureza e castidade; vermelho, amor e caridade; verde, penitência e esperança; roxo, luto.” (BARDI, 1977, p. 107)

No caso brasileiro, o estilo foi trazido pelos artistas e artesãos de Portugal, ganhando aqui suas especificidades tanto em seu conteúdo quanto em seus materiais, como a pedra-sabão de Minas. Diferente do litoral, o caso mineiro, foco deste trabalho, forma suas especificidades pelo contexto vivido no século XVIII, contemporâneo ao ciclo do ouro, também responsável por sua riqueza material e pelo luxo proporcionado a parte de sua população. Vale ressaltar também o contexto social estabelecido pelas associações leigas que ganhavam espaço frente à proibição da entrada de ordens religiosas em Minas, tais associações seriam fundamentais no impulso às manifestações artísticas na colônia. No caso mineiro se evidencia, portanto, uma autonomia regional por parte da população mineira em oposição ao acatamento das decisões de ordens

religiosas no litoral. “Os escultores, a par dos pintores, são dirigidos pelo clero e obedecem à tradição que ia se formando desde a imaginária dos fins do século XVI.” (BARDI, 1977, p. 112) Bardi reconhece ainda uma distinção entre arte “erudita” e “popular” desde a cultura europeia, posteriormente transplantada ao Brasil. Sua afirmação quanto ao caráter “popular” consta da presença de temáticas pagãs e uma espontaneidade tradicional inserida na religião cristã. Sendo assim, o autor reconhece na arte Barroca a união de características vindas de um padrão oficial proposto por uma elite e características místicas herdadas de tradições passadas.

Dos estilos para aqui transplantados o barroco é o mais jeitoso. Vindo da Península Ibérica, ele nos chega apurado na sua espontaneidade popular, brotada das mitologias naturalistas e dos ritos pagãos inseridos na liturgia católica. [...] As paredes das igrejas tornam-se um bricabraque onde é pendurado tudo o que se possa imaginar, do ex-voto à relíquia, o objeto de milagre e o da devoção faustosa. (BARDI, 1977, pp. 67-68)

O autor estabelece uma divisão social ao apontar características populares, reconhecendo estas como fontes de originalidade e especificidades, tanto no caso europeu quanto brasileiro. No entanto, reconhece o sincretismo entre diversas culturas ao tratar de intercâmbios continentais – como Europa e América – e aborda ainda o uso de novidades chinesas na elaboração do rico rococó. Ao longo de seu texto Bardi não busca a fixação de itens específicos a uma determinada classe social ou outra, apenas mostra um misto de características culturais vindas de tradições diferentes. O Barroco brasileiro possui grande influência europeia, como também indígena, africana, árabe e judaica. Brancos, mulatos e negros, como também carpinteiros, pintores, entalhadores e escultores formavam o conjunto produtor do Barroco mineiro; tal fato se justifica também pela grande influência das ordens terceiras, irmandades e confrarias, impulsionando a produção artística colonial. (LEMOS, 2008)

Adalgisa Arantes Campos (2007) mostra como se desenvolveu a temática escatológica em Minas, visto que cenas macabras, martírios intensos ou demônios assustadores foram “suavizados” se comparados ao Barroco europeu.

No barroco, especialmente o que vicejou nas Minas, não houve inclinação para representar cenas patéticas e traumáticas – martírios, motivos macabros, almas sendo suplicadas por serpentes ou demônios. Eivados de intenção retórica e persuasória, tais motivos não têm lugar expressivo no conjunto das artes da Capitania. Não se pretende impressionar ou subjugar os fiéis com uma arte ascética, de sentido penitencial ou ainda dotada de pormenores de fácil fixação, ainda que se tenha uma ânsia infinita de salvação eterna. (CAMPOS, 2007, p. 414)

Sendo assim, podemos ver que independente das influências promovidas por um “transplante” Barroco de Portugal ao Brasil, a representação artística se adapta às necessidades encontradas em tempo e espaço específico, como também demonstra um reflexo da sociedade que a produz. Como todo estilo artístico, o Barroco possui suas características fundamentais que o consagram como tal, contudo, analisar suas especificidades garantidas pelo contexto colonial e pela peculiar manifestação da religiosidade em Minas é de suma importância ao abordar sua temática estética.

Arte e Devoção: Os Ex-votos Mineiros como Amostras de Milagres

Os ex-votos são amostras de milagres, ou seja, pagamentos de promessas realizados por meio de pinturas, esculturas ou objetos pessoais, também classificados como parte da produção artística barroca mineira do século XVIII e, de forma menos intensificada, do XIX. Durante o período colonial se tornou uma tradição comum herdada de Portugal desde o século XVI, no entanto sua origem vem de regiões e tempos muito anteriores, como Egito e Grécia.

De Portugal esse hábito veio para o Brasil, mantendo o mesmo aspecto de arte popular, a mesma disposição dos elementos no quadro, o mesmo processo de pintura a têmpera sobre madeira, sistema arcaico, abandonado desde o século XV pelos pintores eruditos europeus. (CASTRO, 1994, pp. 11-12)

Os ex-votos demonstram a devoção aos santos e uma religiosidade incomparável quanto à crença em milagres, são provas de fé. Cada região possui suas peculiaridades e utiliza produtos típicos para sua produção. As formas pictóricas são em sua maior parte mineiras, com descrições dos acontecimentos e o nome dos envolvidos, sendo bem mais simples do que as obras nordestinas. De acordo com diversos autores, como Márcia de Moura Castro (1994), são obras consideradas populares, inclusive em Portugal, sendo assim trazidas ao Brasil, formadas por um sistema de elaboração arcaico (se comparados às técnicas mais desenvolvidas de estilos artísticos europeus) e por não serem produzidas por pintores “eruditos” desde o século XV na Europa.

No caso colonial, sua produção é realizada por artífices e artesãos comuns, mas são encomendados e utilizados por todas as camadas sociais, são momentos de troca entre o fiel e seu orago. Márcia de Moura Castro ainda aponta que com a vinda de pintores para a colônia, estes se dedicaram à arte sacra e deixaram seu legado por todas as igrejas, mas a pintura paisagística e a arte do retrato já desenvolvidas na Europa ficaram aqui esquecidas. Os retratos vindos de Portugal exibiam representações de suas principais autoridades, mas tal tradição não se adaptaria às condições das Minas durante o ciclo do ouro. A solução apontada pela autora foi ver

nas tábuas votivas, produzidas por simples trabalhadores, a responsabilidade pela transmissão dos hábitos, dos ambientes e dos vestuários daquela época. E sobre os artistas Castro ainda afirma:

Um primeiro exemplo refere-se à indistinção entre o trabalho do pintor de obras monumentais, de obras efêmeras, de manuscritos ou de imaginária religiosa. A formação prática do artista passava tanto pelo trabalho das oficinas, onde aprendia e aperfeiçoava seu ofício, quanto pela utilização de livros de referência impressos: os manuais de pintura e de caligrafia. O uso de técnicas e materiais semelhantes para a pintura em diversos suportes acabava por tornar o pintor apto (às vezes nem tanto) a realizar trabalhos que, em teoria, deveriam ser especializados, propagando amplamente aspectos formais específicos de determinados suportes da arte. (CASTRO, 1994, pp. 17-18)

Uma tradição pode ser percebida na elaboração destes ex-votos quando observados em comparação aos portugueses, cabendo aos artistas sempre a representação de uma obra padrão. As inscrições e os santos em nuvens acabam mostrando um modelo de representação dessas imagens, afirmando ainda a circulação de modelos no período colonial. (ABREU, 2005)

Uma das formas mais comuns de representar as cenas votivas — principalmente aquelas referentes às enfermidades — obedecia a um esquema tradicional: pintava-se a imagem do enfermo em uma cama, em uma das extremidades os santos, geralmente visíveis em nuvens, e algumas tinham como elementos na composição da imagem a família ou a representação de autoridades religiosas ou médicas. (ABREU, 2005, p. 196)

Para os envolvidos, a estética ou a originalidade das pinturas não era fundamental, sua função era exclusivamente a de representar o milagre obtido, os artífices apenas reproduziam imagens de outros ex-votos, como também as imagens dos santos, vistos nas igrejas.

O costume da entrega do ex-voto às igrejas pela realização de um milagre ou desejo atendido não se limitava aos brancos livres, como também negros, mestiços, mulheres e crianças eram adeptos a tal tradição. Roger Chartier (1995) e Peter Burke (1995) são grandes pesquisadores da discussão entre “erudito” e “popular” e em *Cultura Popular na Idade Moderna* Burke aborda a visão de Chartier de que não adianta tentar segregar a cultura popular por alguma ação, costume ou artefato, “tais como ex-votos ou a literatura de cordel, porque esses objetos eram na prática usados ou ‘apropriados’ para suas próprias finalidades por diferentes grupos sociais, nobres e clérigos assim como artesãos e camponeses.” (BURKE, 1995, p. 20)

A prática votiva deve, portanto, ser vista como processo de interação, troca de valores e ponto de contato entre diferentes culturas, não devendo, neste caso, ser vista como uma representação exclusivamente popular.

Tabela 1: Apresentação dos Ex-votos Pesquisados¹

| Santo de Devoção | Número | Nome do Fiel | Localização | Data | Motivo da promessa | Local de Exposição |
|---|--------|--|-------------|---------------|--------------------------------------|---|
| N ^a . S ^a . das Dores | 1 | Francisca de Barros (branca) | - | 1775 | Ferida na cabeça | Museu Aleijadinho ² |
| N ^a . S ^a . de Sant' Anna | 3 | 1 – Escravo sem nome; 2 – Escravo Luis; 3 – Escravo sem nome | - | 1758; 1732 | Doença; Perna quebrada; Doença | 1e 2 - Museu Aleijadinho; 3 - Museu de Arte Sacra, Mariana |
| São Benedito ³ | 1 | João Amaro (negro) | - | - | Doença | Museu da inconfidência, OP |
| N. S. Bom Jesus da Agonia | 1 | Leandro, escravo de Padre | - | Séc. XIX | Doença | Museu da inconfidência, OP |
| S. Francisco de Paula | 1 | Maria Cunha (branca) | - | - | Doença | Museu da inconfidência, OP |
| N ^a . S ^a . dos Remédios ⁴ | 1 | Pessoa branca | - | - | Segunda metade do séc. XVIII | Museu da inconfidência, OP |
| N ^a . S ^a . de Nazaré e almas | 1 | Manoel Ribeiro (branco) | - | 1743 | Confronto na estrada - dois tiros | Museu da inconfidência, OP |
| Sagrado Coração de Jesus | 1 | Antônio Caetano Sousa (branco) | Mariana | 1887 | Levou um tiro | Museu da inconfidência, OP |

¹ Tabela elaborada pela autora.

² Vinculada à Igreja S. Francisco de Assis, Ouro Preto (MG).

³ Ex-voto deteriorado com partes ilegíveis.

⁴ Ex-voto sem descrição e formato distinto do padrão.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

| | | | | | | |
|----------------|---|----------------|---|---|-----------------|------------------------------|
| Santa Efigênia | 1 | Maria (mulata) | - | - | Espinhela caída | Museu de Arte Sacra, Mariana |
| São Gonçalo | 1 | Clara (branca) | - | - | Caiu da escada | Museu de Arte Sacra, Mariana |

Uma observação deve ser feita em relação aos motivos dos ex-votos encontrados, alguns especificando o acidente ou a situação envolvida, enquanto uma maioria só se referia à palavra “doença”. Tal fato pode estar relacionado aos desconhecimentos de causa, podendo o doente estar simplesmente “de cama”, como são representados, sem saber sob qual mal estivera submetido. Outro ponto importante a ser observado é a ocorrência da ação votiva pelo dono do escravo, mostrando sua fé na interseção feita por ele de um pedido para outrem, como possivelmente o caso do escravo do padre, sendo este também mencionado na descrição e não somente o nome do doente.

Quanto aos ex-votos pesquisados nas atuais cidades de Ouro Preto e Mariana, seis foram encontrados no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), sendo que cinco deles mostram o devoto em sua cama (Fig. 1), sempre retratadas com grandes cabeceiras ou representadas pelas exuberantes camas de dossel, como o ex-voto pertencente à Maria da Cunha (Fig. 2). Este tendo como devoto Francisco de Paula, nos mostra uma riqueza de detalhes no acabamento da cama, tanto em sua cabeceira quanto em um tratamento representado como renda da parte superior do dossel, além dos detalhes expostos na colcha e a noção de volumes e contornos.



Fig. 1 – Ex-Voto Bom Jesus da Agonia, Museu da Inconfidência de Ouro Preto.
 Foto: Vanessa Teixeira.



Fig. 2 – Ex-Voto São Francisco de Paula, Museu da Inconfidência de Ouro Preto.

Foto: Vanessa Teixeira.

Quanto aos ex-votos do Museu de Arte Sacra de Mariana, podemos ver também a preferência pela retratação das camas no ex-voto à Santa Efigênia (santa negra que tem os negros como maior público de fiéis, não deixando de ser adorada pelos brancos, mulatos e mestiços), em que o artista tenta também representar o dossel. Independente ao devoto ser negro ou branco, livre ou escravo, a cama de dossel é sempre representada, certas vezes muito bem trabalhada e com certa noção de profundidade, outras vezes mostrando a dificuldade do artesão em conseguir representar o móvel em perspectiva. É possível perceber a tendência da retratação da cama como uma forma de *status* social, sendo representada também em camas de escravos. Contudo, vale ressaltar que o foco da elaboração do quadro é estritamente religioso e as características artísticas se diferem de acordo com a produção de cada artesão, quase sempre anônimos.

Os três ex-votos consultados na Igreja São Francisco de Assis de Ouro Preto (MG) sob a guarda do Museu Aleijadinho também nos mostram características comuns aos do Museu da Inconfidência, principalmente quanto às cores, sempre em tons de marrom, preto, vermelho e azul. Dois destes ex-votos também representam o devoto em sua cama (Fig. 3), já o terceiro representa a cena em que o escravo de nome Luis quebra a perna e recebe auxílio de três homens brancos representados com cabelos longos arrumados e roupas e sapatos alinhados. A cena se passa dentro de uma suposta casa com uma porta tendo vista para fora, a santa representada é Santa Ana ao lado de Nossa Senhora, sendo aquela a mais recorrente entre os quadrinhos pesquisados. A cor vermelha no ex-voto (Fig. 4) é representada na roupa do indivíduo central, mas também é recorrente em outros quadrinhos em cortinas da cama e nas colchas, como nos ex-votos a Nossa Senhora das Dores e Santa Ana, também da Igreja São Francisco de Assis.

Sendo assim, o que se pode ver é que em uma região de destaque em Minas Gerais poucos ex-votos restaram de uma prática tão corriqueira nos séculos XVIII e XIX. Seu estado de deterioração também é notado em grande parte dos consultados nestes três museus, perdendo certas informações, tendo alguns sido submetidos à restauração. O fato dos ex-votos terem sido locados nas igrejas de forma recorrente, por não serem assinados por seus autores e ainda por seu caráter esteticamente simples podem ser alguns critérios estabelecidos para sua eliminação ao longo do tempo. Com isso a história perde representações artísticas devocionais de todo um período, representações de como a crença a um determinado santo era valorizada para fins de doenças e acidentes graves. Além disso, a própria história da arte Barroca perde uma vertente de

sua iconografia, muitas vezes menosprezada, mas não deixando de ser um exemplo da execução de seus temas e conceitos.



Fig. 3 – Ex-Voto Santa Ana, Museu Aleijadinho de Ouro Preto.
 Foto: Vanessa Teixeira.



Fig. 4 – Ex-Voto Santa Ana, Museu Aleijadinho de Ouro Preto.
Foto: Vanessa Teixeira.

No livro *Fé e Milagre* de Julita Scarano (2004) são retratados diversos ex-votos de localidades distintas, como Ouro Preto, Mariana, Congonhas, São Paulo, Parati e São João Del Rey. Em alguns é possível ver certo requinte, detalhamento, noção de perspectiva, melhor aproveitamento do espaço e acabamento, tratados pela autora como “maior grau de erudição”, principalmente quando analisada sua escrita. Alguns ex-votos se distinguem muito dos outros, mas em geral seguem mesmo padrão e modelo, focando em seu valor religioso. Outro ponto que se deve analisar é que o “grau de erudição” estabelecido pela autora não se restringe aos ex-votos de pessoas brancas, como no caso apresentado neste artigo do negro auxiliado por três indivíduos, tendo a perna quebrada.

Nos ex-votos expostos pela autora uma distinção é recorrente em relação aos formatos, muitas vezes não se restringem ao quadro retangular, produzindo diferentes formas. Outros dois pontos que também proporcionam distinções, tanto nos ex-votos pesquisados quanto nos apresentados por Scarano são quanto às pessoas representadas, diversas vezes só retratando o ofertante e outras retratando familiares, ajudantes, donos (quando escravos), padres, etc.; como também a retratação da cena, certas vezes representando exclusivamente a cama, outras mostrando cenas de acidentes ou as situações vividas e em alguns casos apresentados pela autora com a representação do fiel de joelhos, sem nenhuma caracterização maior.

Ao tratar da denominação “popular” destinada aos ex-votos, Julita Scarano aponta a distinção entre as tipologias dos objetos ofertados. Um ex-voto se qualifica como tal simplesmente por seu valor simbólico através da graça concedida por Deus pela intervenção de um santo, não se limitando ao seu padrão estético, como um quadro-padrão. Um ex-voto pode ser a representação em madeira ou cera da parte do corpo envolvida na promessa, objetos pessoais do devoto ou a construção de igrejas ao santo intermediador. Scarano nos mostra ainda a presença de grandes obras de arte encomendadas e entregues às igrejas como pagamento de promessa como ex-votos de cunho “erudito”. Outra forma encontrada pela autora para justificar a denominação “popular” se refere à relação de tais pinturas votivas com o catolicismo popular, termo em muita discussão nos dias de hoje. Scarano nos mostra que de início os ex-votos eram muito relacionados às práticas místicas, no entanto, a Igreja toma-os pra si adaptando-os às manifestações oficialmente católicas, gerando posteriormente novos conflitos quanto sua

simbologia. Sendo assim, a relação entre a Igreja e a prática votiva foi sempre conflitante, hora defendendo sua utilização, hora condenando por suas semelhanças aos ritos mágicos e pagãos.

Considerações Finais

Uma prática comum até os dias de hoje em certas localidades, os ex-votos são vistos como produções populares por sua ingenuidade estética já que sua funcionalidade ganha maior proporção. Considerando sua razão de ser em contraposição ao seu acabamento pouco trabalhado, sua explicação consta de uma tradição realmente antiga, vinda de tempos muito remotos. Seu padrão foi mantido e sua devoção se mostra sempre em primeiro lugar, não perdendo espaço para um refinamento desnecessário. Por ter sido uma prática recorrente em tempos passados por todas as camadas sociais, inclusive as camadas menos favorecidas, tais ex-votos deviam estar ao alcance de todos, tendo em vista o contexto de insegurança e de poucas condições medicinais em que a fé seria a solução mais facilmente encontrada para o alívio do devoto.

Sendo assim, desde sua origem o ex-voto corresponde a uma intencionalidade religiosa, antigamente vinda de culturas pagãs e aprimorado pela religião cristã durante a Idade Média. Contudo, analisado por seu conteúdo artístico, não deve se bastar a uma classificação simplória, devendo, no entanto, ser pensado como uma arte produzida para um fim determinado. As considerações propostas por este trabalho não procuram necessariamente a crítica ao termo “popular”, nem seu desmerecimento em meio aos pesquisadores que utilizam de tal classificação. No entanto, a utilização deste termo se torna conflituosa podendo estar direcionada a diferentes aspectos, formando ambiguidades ou possíveis mal entendidos. Ou seja, tal denominação é empregada pela distinção social de quem utilizava a prática votiva? Destina-se ao tipo de profissional que a realizava ou pelas técnicas e materiais empregados? Refere-se ao tipo de religiosidade, como o catolicismo popular ou o oficial, a que está relacionada? Ou por estar relacionada à comparação aos diferentes estilos artísticos “mais refinados” existentes no período? Talvez apenas por se tratarem de práticas corriqueiras vistas como superstições e tidas como semelhantes ao folclore? Ficam aqui alguns questionamentos a serem respondidos.

Michel Vovelle (1997) aborda tal discussão da seguinte forma: ao estabelecer seu uso por diferentes camadas sociais, mostra que a prática votiva não se restringe a uma camada social específica, contudo, os ex-votos são classificados como populares por atenderem a uma demanda sempre padronizada. Julita Scarano (2004) aponta inúmeras considerações que justificariam a conceptualização “popular” dos quadros votivos e um dos elementos principais expostos pela

autora é o fato de sua representação iconográfica ter sido “herdada” de obras de artistas renomados, sendo um dos exemplos apontados a cama com colcha vermelha tradicional nas obras de Fra Angelico.

Independente das opções expostas acima é lugar comum a conceptualização da prática votiva como popular, mas tais classificações que demarcam ou desqualificam uma produção artística em detrimento de outras por seu conteúdo, seu refinamento e seu público consumidor ou produtor são empobrecedoras, não reconhecendo uma simbologia maior presente em diferentes tradições.

Até que ponto esses quadrinhos fazem parte do que as gerações passadas chamavam de ‘belas artes’ ou do que foi considerado como ‘arte popular’ é difícil dizer-se, mesmo porque tais classificações não permaneceram imutáveis ao longo dos tempos. Entretanto, mais comumente, os ex-votos se veem classificados como ‘arte popular’. (SCARANO, 2004, p. 71)

A produção dos ex-votos se distingue em relação ao tempo e região em que são fabricados e cada tipologia deve ser analisada de forma distinta, principalmente no que se refere ao contexto histórico do período em questão, neste caso, o colonial mineiro do século XVIII. O ex-voto é utilizado neste trabalho por sua utilização no Brasil e especificamente no caso mineiro, em que diversas obras barrocas ganham maior destaque por sua originalidade, principalmente no que se refere a Aleijadinho. Mas o caráter estético dos ex-votos pintados em madeira corresponde à permanência de uma tradição padronizada muito anterior ao século XVI, período em que chegaram ao Brasil.

Ao refletirmos sobre as características da produção popular nos dias de hoje é possível identificar a falta de técnica apurada, ingenuidade, arte não acadêmica fundamentada em técnicas tradicionais de uma região, limitada em reproduzir o mundo que a cerca, vinculada a uma tradição nativa, apegada a padrões já assimilados e focada em sua funcionalidade. (MARTINS, 1977) Sendo assim, analisados com a visão de hoje seria comum o reconhecimento dos ex-votos neste padrão estipulado, principalmente se comparado a uma arte acadêmica vista hoje como “oficial”. No entanto, os ex-votos são fontes históricas que nos mostram as adaptações e trocas realizadas no cotidiano da colônia, uma realidade distante das práticas votivas atuais, eram momentos em que diferentes raças se encontravam em um costume em comum movidos pela crença em sua devoção. Portanto, suas características não precisam ser vistas como formas de segregação social ou artística, mas como formas de união entre diferentes culturas. Por fim, quanto ao caráter documental dos ex-votos, estes refletem aspectos da sociedade que os produziram. O historiador

pode, portanto, analisar valores e perceber o que era considerado importante a ser retratado e relatado em determinados períodos. Independente do fato da ambientação estar condicionada ao acidente ocorrido ou pedido atendido, o fiel retratava apenas o que desejava, não se importando com algumas modificações. (ABREU, 2005) Este artigo propõe um primeiro estudo sobre temáticas artísticas e religiosas em Minas Gerais no período colonial, tendo ainda muito a ser pesquisado, tendo sempre em vista a importância das pequenas práticas religiosas na arte brasileira, sendo transmitidas pelo universo luso e adaptadas às novas condições coloniais.

Referências Bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. As Tábuas Votivas e a Religiosidade Popular nas Minas do Século XVIII. *História Social*, São Paulo, n 11, 2005, p. 193-210. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/index> Acesso 06/04/2013.

ALVES, Célio Macedo. A Imaginária Religiosa Setecentista em Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007.

ÁVILA, Affonso; Gontijo, João Marcos Machado; Machado, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e ornamentação*. 3. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

_____. *Iniciação ao Barroco Mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984.

BARDI, P. M. *História da Arte Brasileira: Pintura, Escultura, Arquitetura e Outras Artes*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BAZIN, Germain. *O Alejadinho e a Escultura Barroca no Brasil*. Trad. Mariza Murray. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1971.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2003.

_____. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Variiedades de História Cultural*. Trad. de Alda Porto 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco nas Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007.

CASTRO, Márcia de Moura. *Ex-Votos Mineiros. As Tábuas Votivas no Ciclo do Ouro*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

HAUSER, Arnold. *Teorias da Arte*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1988.

LEMOS, Maria Alzira Brum. *Alejadinho. Homem Barroco, Artista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garamond: Fundação Nacional. 2008.

MARTINS, Saul. *Arte Popular Figurativa*. Belo Horizonte: Edições Carranca, 1977.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

OLIVEIRA, Myriam A. R. de. Barroco e Rococó na Arquitetura Religiosa da Capitania de Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org) *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SCARANO, Julita. *Fé e milagre. Ex-votos pintados em madeira século XVIII e XIX*. São Paulo: EDUSP, 2004.

TRIADO, Juan-Ramon. *Saber ver a arte barroca*. Trad. José Maria Valeije Bojart. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VOVELLE, Michel. Os Ex-votos no Território Marselhês. In: *Imagens e Imaginário na História: Fantasmas e Certezas nas Mentalidades desde a Idade Média até o Século XIX*. São Paulo: Ática, 1997.

O quadro nascimento de Maria na Basílica em Congonhas: o problema da identificação temática

Herinaldo Oliveira Alves
Mestrando – UFMG
hisalves@yahoo.com.br

RESUMO: o problema da identificação temática Louis Réau, em sua obra *Iconografia del arte cristiano*: introducción general levanta, dentre outras questões, o problema da identificação iconográfica, discorrendo acerca de diversos equívocos que alguns pesquisadores cometem. É necessário, afirma Réau, voltar às fontes inspiradoras dos artistas para formulação de interpretações e possível identificação. Um desses enganos refere-se a um dos quadros existentes no interior da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas/MG, intitulado O nascimento de Maria. Trata-se de uma obra de João Nepomuceno Correa de Castro, executada no período de 1777 a 1782, havendo também, na escrituração do Santuário, pagamentos diversos para o mesmo pintor entre os períodos de 1784 a 1790, os quais são caracterizados como “ajustes” ou simplesmente como “acréscimos”, sem delimitação mais precisa do trabalho por ele efetuado. Desde a primeira publicação sobre o Santuário, de autoria de Julio Engrácia, datada de 1908, este quadro de Nepomuceno é identificado – de forma impropriedade – como uma pintura baseada na tradição popular ou nos evangelhos apócrifos, versão reiterada por inúmeros textos posteriores. Nosso artigo visa refletir, ainda que sinteticamente, sobre as modalidades de apropriação do religioso pelas expressões culturais e artísticas, oficiais ou não, apresentando também uma nova identificação para quadro, que nos parece mais adequada. Para tanto, será inicialmente tecida uma interpretação histórica, com base no cotejamento de documentos da segunda metade do século XVIII com a trajetória biográfica do pintor; em seguida, procederemos a uma descrição iconográfica do quadro e, por fim, uma análise iconológica, com proposição de uma nova identificação para a pintura em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Identificação, Pintura, Religião.

Introdução

Este artigo recorta como objeto de análise um dos quadros existentes na Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinho, em Congonhas/MG, obra executada por João Nepomuceno Correa de Castro intitulado o *Nascimento de Nossa Senhora*. Dentro da devoção ao Bom Jesus, bem como da temática presente nos demais painéis existentes no templo, não se observa uma lógica tão clara para uma pintura que tenha, por temática, o nascimento de Maria. Primeiramente por não ter, a igreja em questão, nenhuma invocação mariana como orago, mas sim, cristológica, o Bom Jesus; segundo, que na ordem dos quadros, a apresentação do nascimento de Maria fugiria da sequência lógica das vinte e oito telas existentes (sem levar em consideração coro e sacristia que possuem qualidade inferior às demais). Observava-o, principalmente nos últimos anos, com certo questionamento. Nosso artigo visa refletir, ainda que sinteticamente, sobre as modalidades de

apropriação do religioso pelas expressões culturais e artísticas, oficiais ou não, apresentando também uma nova identificação para o quadro que nos parece mais adequada.

O aporte teórico que utilizaremos para análise dos elementos formais, dentro das concepções iconográficas e iconológicas, será baseado nas categorias desenvolvidas pelos autores como Panofsky (Panofsky, 1979), Heinrich Wölfflin (Wölfflin, 2000) Werner Weisbach no livro “*El Barroco: arte de la contra-reforma*”¹. Hyppolyte Taine (Taine, 1944), por sua vez, foi o primeiro autor a trabalhar a questão da análise da obra dentro do contexto de produção da mesma. Ajudar-nos-á, a partir de suas categorias, a pensar o local de produção destas obras, motivo da inserção, neste artigo, de uma breve biografia do pintor. Procederemos a uma descrição iconográfica do quadro e, por fim, uma análise iconológica com proposição de uma nova identificação para a pintura em questão.

Além destes autores, a obra *A pintura*, organizado por Jacqueline Lichtenstein (Lichtenstein, 2005), chama-nos a atenção para a necessidade de voltar-se para as fontes inspiradoras dos artistas, tema este já apontado por Annha Levy (Levy, 1978), além das possíveis interpretações da obra e sua identificação. Louis Réau, por sua vez, apresenta vários exemplos das identificações errôneas decorrentes, dentre outros motivos, pela falta de conhecimento dessas fontes inspiradoras, como também das atribuições que cada santo possui dentro da iconografia Cristã, em especial. Voltando às fontes inspiradoras podemos identificar a obra com mais precisão. Para tanto, será inicialmente tecida uma interpretação histórica, com base no cotejamento de documentos, seja os evangelhos apócrifos ou aqueles considerados canônicos, como também da documentação gerada na segunda metade do século XVIII pela administração da Capela do Bom Jesus.

Breve discussão teórica

Louis Réau ao fazer a análise de algumas obras observava, na galeria de Thussen, equívocos na identificação temática. Um desses problemas, apresentado pelo autor, foi levantado em um dos quadros por ele analisado que, pelo catálogo, referia-se como sendo “encomendado por uma corporação de sapateiros” e por isso, patrono dos sapateiros de Paris (Louis, 2005. p. 74). Na verdade, a pintura em questão era Moisés de joelhos diante da sarça ardente, onde Deus lhe havia

¹ WEISBACH, Werner. *El Barroco: arte de la contrarreforma*. Traducción y Ensayo Preliminar de Enrique Lafuente Ferrari. In.: *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-americana*. Madrid: Espasa-Calpes, s/d. p. 55.

recomendado retirar as sandálias, devido a sacralidade do lugar. Este é o sentido das sandálias depositadas atrás de Moisés, no quadro, ignorada pelo elaborador do catálogo. Estas questões pontuais fazem-nos pensar acerca da identificação que muitas vezes se propõem à algumas obras que fogem completamente do contexto que estão inseridas, como também das possíveis fontes inspiradoras dos artífices que as executaram.

Arnold Hauser, escritor que fez sua produção anterior a Panofsky, desenvolve sua teoria da arte afirmando que os artistas nem sempre compreendem o que estão representando em suas obras. Sua base teórica provém dos estudos feitos sobre Marx, Engels e a Psicanálise. Não somente um artista, mas a maior parte dos indivíduos e dos grupos sociais também permanecem inconscientes acerca do que é racionalizado por eles. Hauser afirma que o pensamento dessas pessoas “está condicionado pelas condições materiais da vida” (Hauser, 1998. p. 25). Os homens não são capazes de expressarem seus pensamentos de forma integral: ou por serem contrários às leis vigentes na sociedade, ou por serem influenciados pelas condições políticas, econômicas e culturais durante suas vidas. Aponta o exemplo de Balzac “um entusiasta da monarquia absolutista, da Igreja Católica e da aristocracia francesa; mas isso não o impediu de escrever a mais extraordinária apologia da burguesia!” (Hauser, 1998. p. 32).

O mesmo autor considera que as obras de arte estão ligadas profundamente a sua época ao invés de uma idéia de arte como processo unitário:

as criações artísticas estão muito mais intimamente ligadas à sua própria época do que estão à idéia de arte em geral ou à de história da arte como um processo unitário. As obras de diferentes artistas não têm objetivo ou modelo comuns; uma não continua a outra nem é o seu suplemento; cada uma começa pelo seu princípio e atinge o seu objetivo o melhor que pode. Não há realmente qualquer progresso em arte; (...) as obras de arte são, de fato, incomparáveis (Hauser, 1998. p. 38).

A obra que hora vamos analisar é fruto, dentre outras coisas, de vários elementos culturais, religiosos e políticos. O artífice insere-se em um contexto de rápida e complexa formação social nas Minas do Ouro (Silveira, 2004. p. 283), atual Minas Gerais, tendo, já nos fins do século XVIII, uma decadência na produção aurífera. Deve-se lembrar, ainda, a religiosidade mineira marcada pelos ditames do Concílio de Trento, pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e pela presença institucional da Igreja, seja a partir do clero ou do Bispo. É um pouco deste contexto e da vida do pintor, João Nepomuceno Correa de Castro, que nos permite compreender parte das apropriações feitas por ele, e pela sociedade em que se insere, permitindo a produção de determinadas obras.

Da produção

Hippolyte Taine, no século XIX, no livro intitulado *Filosofia da Arte*, demonstra a necessidade de analisar a obra de arte dentro do contexto onde foi produzida e não isoladamente (Taine, 1944. p. 14). Além disso, afirma o mesmo autor, o artista possui um estilo peculiar que o distingue de outros, seja na paleta, no processo de execução da obra, na preferência por determinados pigmentos ou *topoi* (tipos) que utiliza. Para Taine, esse seria o primeiro conjunto de que depreende uma obra de arte (Taine, 1944. p. 14).

O segundo conjunto destacado por Taine visa identificar a qual corrente ou escola associa-se determinado artista, nomeando como *família de artista*. Taine aponta para uma característica comum a um determinado grupo de artistas que desenvolve seus trabalhos em um determinado período e região. Por isso a necessidade de trabalhos comparativos entre artistas próximos, contemporâneos, para melhor compreender a produção de determinada pessoa:

estas famílias de artistas, por sua vez, estão compreendidas num conjunto mais vasto, *que é o mundo que a cerca* e cujo gosto é conforme ao seu. Visto que o estado de costumes e do espírito é o mesmo para o público e para os artistas, estes não são homens isolados (Taine, 1944. p. 14, 15).

A citação de Taine acima já menciona, também, qual é o terceiro conjunto de que depreende uma obra de arte. Para compreender melhor a obra de um artista, é preciso situá-lo dentro do estado geral do espírito e dos costumes a que pertence. Assim, é possível determinar o estilo, as preferências por tal gênero de pintura, características básicas, etc. (Taine, 1944. p. 15). O contexto social, político, econômico e cultural influenciam diretamente os artistas na composição de suas obras. Segundo Taine:

a obra de arte tem por fim manifestar qualquer caráter essencial ou predominante, portanto, qualquer idéia importante, mais claramente do que o fazem os objetos reais. Ela consegue, empregando um conjunto de partes ligadas, cujas relações modifica sistematicamente. Nas três artes de imitação, escultura, pintura e poesia, estes conjuntos correspondem a objetos reais (Taine, 1944. p. 31).

Werner Weisbach, no livro *El Barroco: arte de la contra-reforma*, se propõe a entender como a arte respondeu ao movimento Reforma e foi um dos elementos utilizados pelo Concílio de Trento para responder ao avanço do protestantismo. O autor aceita a hipótese de que as idéias espirituais da Igreja e os impulsos psíquicos possuem uma representação plástica dentro do movimento. Desta forma, os elementos culturais, em geral, podem ser traduzidos por meio de elementos intuitivos e o mundo da religião e da Igreja pode utilizar expressões e formas

simbólicas que o identifique (Weisbach, s/d. p. 55). As obras de arte, neste sentido, poderão ser consideradas como intuições representativas de diversas categorias: culturas religiosas, éticas, políticas etc. A arte representa o ambiente histórico do período de sua produção, tratando-se, desta forma, de um ponto de referência para o artista: “(...) a obra de arte se nos aparece como uma livre criação da fantasia do artista (criador) ou como um fenômeno estético na esfera somente do irracional regida por leis psíquicas e artísticas” (Weisbach, s/d. p. 56).

No entanto, a arte da Contra-Reforma é portadora de um caráter espiritual e sacro transmitindo a efemeridade do tempo e da vida além de reforçar o poder da Igreja no mundo. Ao ser usada a serviço dessa instituição para representar a sua tradição e propagar as verdades de fé, adquiriu um caráter sagrado. O sentimento religioso da arte não precisa estar ligado a nenhuma religião podendo brotar da individualidade do artista ou daquele que adquiriu ou observa a obra (Cf.: Weisbach, s/d. p. 56).

Vida e obras de João Nepomuceno Correia de Castro

João Nepomuceno Correa de Castro faleceu na cidade de Mariana no ano de 1795, no segundo dia do mês de janeiro com 42 anos. Era filho legítimo de Domingos Correa e Dona Paschoa de Ressurreição de Castro. Fora casado com Germana Cândida Xavier de Noronha, de cujo matrimônio não gerou descendentes (Martins Hudson, 2011. p. 642).²

Sua atuação como pintor, em Minas, tem como marco o ano de 1774. Observa-se, no livro de termos da irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica (atual Ouro Preto), sua nomeação para dar o *louvor à obra* (Avila, *et all.* 1980 p. 60), neste caso, a pintura no teto da capela mor executada por Bernardo Pires (Martins Judith. Vol. 1. p. 171). Este *laudate*, ou louvor a obra, era prática comum no setecentos. Apenas pessoas de público e notório conhecimento de seu ofício eram convidadas para tal serviço. Como exemplo desta prática, podemos destacar, dentre eles, Manuel Francisco Lisboa, o pai do Aleijadinho, que fora contratado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento para dar o *louvor* às obras da igreja de Catas Altas do Mato Dentro (AEAM, Códice P 30 f. 17). Outra atuação deste gênero foi praticada também por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, na igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto conforme demonstra o historiador Cônego Raimundo Trindade. Além desses, poderíamos citar Francisco de Lima Cerqueira e Tomas da Maya Brito, ambos registros de

² Sobre a biografia de João Nepomuceno Correa de Castro, veja trabalho recente de: MARTINS, Hudson Lucas Marques. *João Nepomuceno Correia Castro, a trajetória de um dos maiores pintores das Minas setecentistas*. In.: Anais da VI Semana de História Política | III Semana Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (ISSN 2175-831X)

louvação realizado na Igreja de São Francisco de Assis, Vila Rica - Ouro Preto (Trindade, 1951. p. 374).

Essa atividade de *avaliador* da qualidade de uma obra mostra a expressividade que João Nepomuceno tinha no cenário artístico já nos idos de 1774. A prática de avaliadores era firmada, muitas vezes, já nos acordos da pintura ou da obra como também os valores estipulados a serem pagos. Parte dessa verba era entregue no início dos trabalhos, outro montante durante a execução e os valores restantes apenas depois que o *louvor a obra* fosse dado. Desta forma, a irmandade (contratante) teria uma garantia da qualidade da execução e dos serviços prestados. Aquele que era chamado para dar o *laudate* também recebia pelos seus serviços.

Outra obra executada por João Nepomuceno foi o risco feito para os altares laterais da igreja do Carmo de Ouro Preto em 1784 (Martins Judith. Vol. 1. p. 171). Há também trabalho deste artista na cidade de Itabirito, na igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde executou a pintura na capela mor, sacristia e corpo da Igreja no ano de 1786. Entre os anos de 1790/91 e 1793/94 trabalhou na igreja de São Francisco de Assis de Mariana. Nesta mesma cidade, há obras de sua autoria executada para a irmandade de Nossa Senhora da Conceição (Martins Judith. Vol. 1. p. 172). A obra de maior vulto, seja pelo número e mesmo pela qualidade técnica dos trabalhos, no rigor dos traços das principais figuras ou nas cores, sombreamento, panejamentos, foi executada por este pintor no Arraial das Congonhas do Campo, Capela do Senhor Bom Jesus, atual Santuário Basílica. Durante os anos de 1777 a 1782, e depois nos anos de 1784, 1787, 1789 e 1790, vêem-se, no livro caixa do Santuário, pagamentos ao referido artífice por diversas obras de pintura executadas para a capela. Dentre elas, podemos citar: todos os quadros que ornamentam o interior da Basílica em Congonhas (obras de vulto, tendo alguns painéis tamanho superior a dois metros de altura), narrando, de forma pictórica, diversas passagens bíblicas que iniciam com a Anunciação de Nossa Senhora, na nave da igreja, culminando, na capela mor, com a crucificação incluindo, ao bojo das obras, uma lâmina de Nossa Senhora das Dores e diversos ajustes (AEAM. Códice H 26. f. 11 à 22).³ Este é o maior conjunto de obras desse artista num único lugar. Ainda no Arraial das Congonhas do Campo, em 1784, João Nepomuceno firma contrato com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário para pintar a capela dedicada a mesma santa.

³ MARIANA. ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Gastos com a pintura do corpo da capela pagas a João Nepomuceno. In.: *Primeiro Livro de Contas da Basílica do Senhor Bom Jesus das Congonhas do Campo*. Prateleira H, número 26. 1757-1840. f. 11 (1776); f. 11 V (1777); f. 14 V (1782); f. 15 (1783); f. 6 (1784); f. 18 V (1787); f. 20 V (1789); f. 22 (1790). Nestas folhas e anos encontram-se pagamentos a João Nepomuceno por obras de pintura realizada na capela do Bom Jesus.

Esta visão geral da produção de João Nepomuceno apenas nos coloca a par do legado que chegou até nossos tempos. Neste trabalho, iremos analisar apenas um dos quadros que compõem o acervo pictórico da Capela do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas. Esta obra encontra-se do lado direito de quem entra na igreja pela porta principal. Foi registrado pelos principais escritores que desenvolveram trabalhos sobre o Santuário como sendo o nascimento de Nossa Senhora.⁴ Monsenhor Julio Engracio, o primeiro a escrever sobre o Santuário, publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro como também uma edição pelas escolas profissionais Salesiana em 1908, confirma ser a obra em questão o *Nascimento de Maria*. Este autor faz uma narrativa, no início do livro, apresentando ao leitor o templo com seus objetos. Ao passar pelos quadros faz a identificação dos mesmos. Sobre a obra analisada o autor descreve o seguinte:

No teto da tribuna existem dois grandes quadros, representando um o anjo anunciando a Santa Ana o nascimento dessa criatura predestinada entre as filhas de Israel, profetizada e esperada virgem que daria luz o Redentor da humanidade; outro Santa Ana e São Joaquim contemplando – Maria – adormecida em seu bercinho. Na parede outros quatro menores sendo os dois da esquerda o florescimento que fez Santa Ana de sua filha o recolhimento do templo de Jerusalém, e sua anunciação a Mãe do Verbo Divino, e os dois da direita, os desponsórios de Maria e Jose, e a visita que fez a sua prima Izabel, mão do Batista (Engrácio, 1908. p. 245).

Outro autor que também analisa os quadros da nave da igreja do Bom Jesus é Edgard de Cerqueira Falcão. Na prancha 20 afirma ser a obra a representação pictórica do nascimento de Nossa Senhora. Edgard Cerqueira Falcão afirma, na referida obra, que alguns quadros possuem “motivo da tradição eclesiástica”, sendo eles: 1º Anunciação a Santa Ana; 2º Nascimento de Nossa Senhora; 3º Apresentação de nossa Senhora no Templo; 4º Esponsais de Nossa Senhora e São José (Falcão, 1962. p. 141).

Seria o quadro em questão a representação do nascimento de Maria, a mãe de Jesus? A análise iconográfica ajudar-nos-á a compreender melhor a obra para, a partir dos elementos centrais, fazermos a identificação da obra de arte.

Análise iconográfica

⁴ ENGRACIO, Mons. Julio. Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes. *Revista do Arquivo publico Mineiro*. Imprensa Official de Minas Geraes: Belo Horizonte, 1903 & ou ENGRACIO, Padre Julio. *Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1908; BAZIN, Germain. *Aleijadinho :e a escultura no Brasil*. Trad.: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Record, 1973; FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *A Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. Coleção Brasiliensia Documenta. Vol. III; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho*. Ed. Dubolso: Cataguases, 1981.

Os três elementos de análise no qual Panofsky se refere (pré-iconografia, iconografia e iconologia) dizem respeito a aspectos de um mesmo fenômeno, ou seja, à obra de arte como um todo (Panofsky, 1979. p. 64). O primeiro passo, de acordo com os conceitos de Panofsky, é fazer uma análise pré-iconográfica da obra estudada. Através da identificação das formas puras, é possível apreender o *tema primário* ou *natural*, subdividido em *fatual* e *expressional*. De acordo com Panofsky, trata-se de identificar

certas configurações de linha e cor, ou determinados pedaços de bronze ou pedra de forma peculiar, como representativos de objetos naturais tais que seres humanos, animais, plantas, casas, ferramentas e assim por diante; pela identificação de suas relações mútuas como acontecimentos; e pela percepção de algumas qualidades expressivas, como o caráter pesado de uma pose, ou a atmosfera caseira e pacífica de um interior (Panofsky, 1979. p. 50).

Estes aspectos do ambiente permitem uma primeira observação da composição da obra analisada. Trata-se de um ambiente fechado, um quarto, tendo, num plano central, três personagens: a primeira, uma mulher, mais nova, sentada, vestida de manto cor azul, tendo sobre a cabeça um véu amarelo, com olhar direcionado para uma criança no berço, aqui colocada como segunda personagem; em pé, atrás do berço, uma figura masculina, terceira personagem, usando uma vestimenta azul e, sobre os ombros, um manto vermelho símbolo distintivo da nobreza; barbas brancas, rosto sério, contemplando a criança no berço. Além dessas três figuras centrais há, ao fundo da pintura, no terço superior direito da obra, uma pessoa na cama, com traços marcantes o que a deixa com expressão de uma pessoa mais velha. Usa um manto azul desbotado, com tonalidade mais fraca que as vestes azuis das outras figuras. Olhar melancólico e de aparência cansada, lança-o para o observador. Em torno da cama, um cortinado pintado em tonalidades de azul da prússia.

A descrição pré-iconográfica é conhecida como uma enumeração dos motivos da obra. Constitui, assim, como a apresentação de “objetos e eventos, cuja representação por linhas, cores e volumes constituem o mundo dos motivos, podem ser identificados (...) tendo por base nossa experiência prática” (Panofsky, 1979. p. 55). Esse método consiste em distinguir, reconhecer a forma e o comportamento dos animais, plantas e homens, se estão alegres ou zangados, como estão dispostos nas obras de arte, como mencionado acima. Isso permite entrar numa análise mais detalhada, contribuindo para oferecer, ao leitor, alguns possíveis significados.

O tema secundário ou convencional, segundo Panofsky, diz respeito ao fato de saber que determinados elementos são representativos de certas personagens, como por exemplo: as chaves

são atributos de São Pedro; o livro aberto diante de uma figura feminina mais velha pode representar Santa Ana. Associar as imagens representadas (os motivos) ou uma combinação delas com estórias e alegorias, constitui o campo da iconografia (Panofsky, 1979. p. 50/51). Para que a análise iconográfica esteja correta é preciso identificar de forma exata as imagens. Isso quer dizer que se devem dar os nomes corretos aos elementos representados nas obras de arte. Trata-se de um método descritivo.

Assim, a iconografia é, portanto, a descrição e classificação das imagens, (...); é um estudo limitado e, como que auxiliar, que nos informa quando e onde temas específicos foram visualizados por quais motivos específicos. Diz-nos quando e onde o Cristo crucificado usava uma tanga ou uma veste comprida; quando e onde foi Ele pregado à cruz, e se com quatro ou três cravos; como o Vício e a Virtude eram representados nos diferentes séculos e ambientes (Panofsky, 1979. p. 53).

Desta forma, a iconografia permite não apenas a identificação dos temas da obra de arte como também do período em que foi executada (Louis, 2005. p. 74).

No objeto estudado, a ideia de profundidade, que mais facilmente pode-se observar, foi criada a partir do piso, que, na horizontal, leva o olhar do observador para a cena principal. O chão é quadriculado, tendo cinco pisos e meio na primeira fileira e seis deles na segunda. À direita, a ponta de uma mesa invade o canto da obra, sendo este objeto coberto por um pano de cor azul.

Num segundo plano, na parte central do quadro, a figura de três pessoas roubam o olhar do observador. Uma mulher, do lado direito, sentada em uma cadeira cujo mobiliário é inspirado na estética Luís XV, com ornamentos rococó, encosto almofado de cor vermelha, observa a criança no berço. A mão esquerda encontra-se sobre a região do coração e o volume que a veste azul proporciona sobre a barriga, deixando a região entre os seios e as pernas arredondada, induz que a jovem está grávida. As vestimentas que usa, além do



manto azul que cobre inclusive os pés, é composta por um véu de cor amarelo que cobre a

cabeça e cai sobre os ombros indo até a altura do antebraço. A mulher está de perfil repousando a mão direita sobre o berço. Este encontra-se sobre uma superfície mais elevada, lisa, sem fissuras. Na parte estrutural, logo acima das pernas do berço, há, na região central, uma decoração em rocailha⁵ e, acima da rocailha, uma grade de baixa estatura que cerca o lugar onde fica a criança. No interior do berço há um forro branco e sobre ele uma criança, desproporcional a um recém nascido. Este menino é envolvido em faixas brancas, tendo os olhos direcionados para a jovem sentada. Atrás do berço um velho, de barbas brancas, de cabeça um pouco inclinada, com uma auréola sobre ela, observa o recém nascido. Usa uma túnica azul e sobre esta roupa um manto de cor vermelha. A mão esquerda junta às duas partes do manto que é aberto na frente, enquanto a mão direita encontra-se sobre o peito, como quem a reza. Ao fundo, uma parede, com duas pilastras rematadas em capitéis, tendo, na região central das ilhargas, das referidas pilastras, estruturas de rocailha. À esquerda, uma janela de madeira, almofadada, fechada. A janela fechada pode ser explicada, dentre outros motivos, pelo horário que a cena acontece, período noturno, ou por não desejarem que a criança, recém nascida, receba nenhum vento frio, ou mesmo uma questão econômica do artista que, propondo uma janela fechada, não necessita apresentar, ao observador, nenhuma paisagem que descortinar-se-ia como extensão do olhar caso estivesse aberta. Desta forma, a representação deste vedamento arquitetônico fechado, e não aberto, pode ser visto como um artifício utilizado por João Nepomuceno para, além de lhe economizar tempo e material, poupar-lhe trabalho.

No terço direito superior, ao fundo, em um terceiro plano, sobre dois degraus, uma cama e nela há uma pessoa deitada, coberta por uma colcha vermelha, usando como roupa um manto azul mais claro, cobrindo, inclusive, a cabeça. Uma mulher mais velha, com a mão esquerda sobre a cama e a direita sobre o peito observa a cena no meio do quarto onde estão o velho, a jovem e o recém nascido. A mulher está numa cama que é rematada por um *lambrequim*, “um tipo de cortinado” (Koch, 2004. p. 166), de cor azul, que foi recolhido pelo lado direito, como que amarrado por uma fita, criando um volume na parte superior. Este elemento foi trabalhado pelo artista com um jogo de luzes para oferecer a ideia de volume e profundidade. No entanto, para as partes mais claras, o pintor não usa a técnica de sombreamento/clareamento com a sobreposição do verde sobre o azul. Para obter este efeito de claridade, deveria usar o *amarelo decadimo*, conhecido também como amarelo limão, possibilitando um realce maior para a

⁵ Ornamento decorativo do barroco em forma de concha .Cf.: AVILA, Affonso. GONTIJO, João Machado. MACHADO, Reinaldo Guedes. Op. cit. verbete: rocalha.

claridade. O artífice usa o branco, que oferece um destaque maior para as partes claras. Isto, no entanto, não cria problemas para a obra, que permanece, no conjunto, com certa harmonia. A parede ao fundo é feita com uma cor marrom contrastando com as demais. A luz do quadro vem do lado esquerdo, fazendo com que as pessoas e os objetos façam sombras, de maneira bem delicada, sobre o chão deitando-se para o lado direito.

Análise iconológica

Quanto à análise iconológica, “trata-se de um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise” (Panofsky, 1979. p. 54). Alguns aspectos já foram mencionados acima, para facilitar a compreensão. Mas, para realizar uma interpretação iconológica, é preciso fazer corretamente a análise das imagens, estórias e alegorias contidas na obra estudada.

O objeto de interpretação da iconologia são os significados intrínsecos ou conteúdos, que formam os valores simbólicos da obra de arte (Panofsky, 1979. p. 64;65). Quanto à obra o “O nascimento de Maria” é necessário buscar os elementos que corroboram ou não que a obra realmente retrate o nascimento de Maria. Para isto, é necessário utilizar de textos que, por ventura, os artistas tenham lido como fonte inspiradora, ou, conforme Reáu, “voltar às fontes inspiradoras dos artistas para formulação de interpretação e possível identificação” (Louis, 2005, p. 74). No caso do nascimento de Maria, seriam textos apócrifos por não existir, no rol de livros e textos que compõem a Bíblia com os chamados textos canônicos, referência sobre o nascimento de Maria, mãe de Jesus. No entanto, alçarmos mão destes escritos especialmente ao do Novo Testamento, que por ventura poderiam ter sido utilizados pelo autor como fonte inspiradora. São Lucas, no Evangelho que escreve, traz, no prólogo, uma genealogia de Jesus. O objetivo da genealogia é outro, para o contexto em que a obra foi escrita: mostrar a descendência de Jesus, de ilustres varões, confirmando as promessas do Antigo Testamento e a concretização das profecias. Não faremos análise de iluminuras existentes em missais ou livros de piedade de época disponíveis em bibliotecas de obras raras ou arquivos. Deteremos, aqui, a textos escritos.

Dentre os evangelhos Apócrifos consultados,⁶ dois falam do nascimento de Nossa Senhora: o *Proto Evangelho de Tiago* e o *Evangelho Secreto de Maria*. Descrevem o nascimento de Maria como evento testemunhado apenas pela parteira, não tendo a presença de São Joaquim, esposo de Ana, pai de Maria. Tiago, a quem é atribuído a autoria do livro, diz apenas:

⁶ EVANGELHO APÓCRIFICO. *São José e o Menino Jesus*. História de José o carpinteiro e Evangelho do pseudo-Tomé. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1991; EVANGELHO APÓCRIFICO. *Proto Evangelho de Tiago*. Petrópolis: Vozes, 1991; MARTIN, Santiago. *O Evangelho Secreto da Virgem Maria*. Trad. Yolanda e Hilton Amaral. São Paulo: Mercury: Paulus, 1999.

O tempo de Ana cumpriu-se e no nono mês deu à luz. Perguntou a parteira: a quem deí a luz? A parteira respondeu: uma menina. Então Ana exclamou: minha alma foi enaltecida – e reclinou a menina no berço. Ao fim do tempo marcado pela lei, Ana purificou-se, deu o peito a menina e pôs-lhe o nome de Maria.⁷

Tanto Ana como Joaquim eram de idades avançadas, o que levou os primeiros estudiosos do Santuário (Monsenhor Júlio Engrácio e Edgard Cerqueira Falcão) a afirmarem ser a obra o nascimento de Maria, estando em pé, junto ao berço, Joaquim e na cama, no fundo da cena, Ana. Em contrapartida, nos evangelhos canônicos, dentre eles o narrado por São Lucas, lê-se também sobre o nascimento de uma criança filhos de um casal idoso: Zacarias e sua esposa Isabel. Estes, de idade avançada, não tinham filhos. Quando Zacarias estava no templo um anjo lhe apareceu e disse que Isabel iria ficar grávida.⁸ No sexto mês de gestação, Maria, mãe de Jesus e parenta de Isabel, ficou sabendo da gravidez de sua prima e subiu a “região montanhosa, dirigindo-se, às pressas, a uma cidade da Judéia”, narra São Lucas.⁹ Com Isabel, Maria permaneceu durante três meses, até o nascimento de João Batista.¹⁰

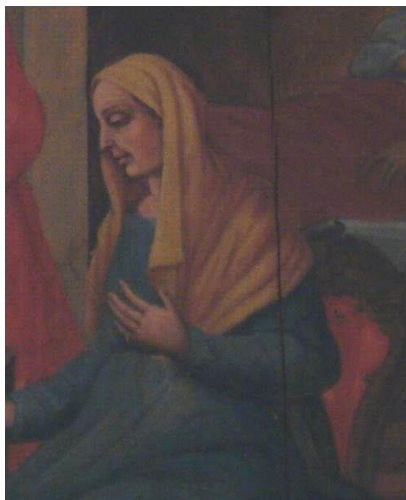
Propõe-se uma análise dos rostos das mulheres, pois apresentam informações importantes. Na cama, uma senhora que deu à luz ao menino do berço. Traços fortes no rosto revelam idade avançada. Assentada ao lado do berço, uma jovem, grávida, com a mão na parte superior da barriga. Tanto Ana (mãe de Maria) e Isabel são tidas pela tradição como pessoas “de idade avançada”. Este deve ser o motivo da confusão na identificação temática do quadro. No entanto, o atributo de Santa Ana, o livro aberto, não aparece na cena. Uma outra observação é a não inexistência, nos textos apócrifos, da presença masculina no nascimento de Maria. O texto de São Lucas mostra-se mais adequado para ler o quadro. Primeiro, pela tradição e orientações tridentinas, segundo, pela invocação da Capela, o Senhor Bom Jesus, e a proposta da ornamentação que traz, em sua temática, a história da Salvação. Terceiro, a presença de Zacarias quando João Batista nasce, quando retoma a fala, pois desde a aparição do anjo está mudo, e dá o nome ao menino de João. Este possui importância impar na vida de Jesus (anuncia que o messias virá e batiza-o antes do início da vida pública).

⁷ EVANGELHO APÓCRIFO. *Proto Evangelho de Tiago*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 11.

⁸ BIBLIA SAGRADA. In.: *Bíblia Pastoral*. 21º Ed. São Paulo: Paulus, 1997. Evangelho de Jesus narrado por São Lucas. Capítulo 1, versículo 10-20.

⁹ BIBLIA SAGRADA. In.: *Bíblia Pastoral*. 21º Ed. São Paulo: Paulus, 1997. Evangelho de Jesus narrado por São Lucas. Capítulo 1, versículo 39.

¹⁰ BIBLIA SAGRADA. In.: *Bíblia Pastoral*. 21º Ed. São Paulo: Paulus, 1997. Evangelho de Jesus narrado por São Lucas. Capítulo 1, versículo 56.



O rosto de uma jovem. Foto do autor.



A face de uma pessoa mais idoso. Foto do autor.

Além da informação da gravidez de Isabel, parenta de Maria, São Lucas fala que Maria também estava grávida. Esta sobe a montanha e fica com a prima durante três meses. É possível observar a gravidez da jovem ao lado do berço, no quadro, sendo demonstrado pelo artista de maneira muito sutil. A jovem sentada próximo ao berço está grávida, com uma pequena barriga e tem a mão esquerda sobre ela, próxima a região do coração. Lendo os textos do evangelho apócrifo e depois a narrativa canônica, quando sobreposta a tela, torna-se mais fácil a identificação. A pintura não retrata o nascimento de Maria mãe de Jesus, mas sim o nascimento de João, o Batista. A senhora que encontra-se na cama seria Isabel, parenta da jovem sentada, grávida, junto ao berço. O velho que encontra-se em pé seria Zacarias, narra São Lucas.

Na imagem pintada por João Nepomuceno, as vestes de Maria possuem duas cores: amarelo e azul. O amarelo é uma cor que traz luz e vida, “sendo de essência divina, o amarelo se torna, na terra, o atributo do poder dos príncipes, reis, imperadores, para proclamar a origem divina de seu poder” (Chevallier; Gheerbrant, 1999. p. 40), como também pode ser aplicado para aquele que dela iria nascer – Jesus Cristo. Pela tradição e dogmas da Igreja, Maria é conhecida como a *teotokos*, Mãe de Deus, a *Regina Caelorum*, Rainha dos Céus, e por isso, digna do manto com a respectiva cor amarelo. Há, na pintura, uma apropriação da experiência cristã católica de uma expressão cultural mariana tão cara ao mundo religioso regido, mesmo que não fortemente, pelos ditames tridentinos além da forte presença eclesiástica e os dogmas católicos.

Além disso, o azul é considerada a mais profunda das cores, “(...) nele o olhar mergulha sem encontrar qualquer obstáculo, perdendo-se até o infinito, como diante de uma perpétua fuga

de cor” (Chevallier; Gheerbrant, 1999. p. 107). O azul também é a mais imaterial das cores, sendo apresentada pela natureza apenas como transparente, como se fosse um vazio. “O vazio é exato, puro e frio. O azul é a mais fria das cores e, em seu valor absoluto, a mais pura, a exceção do vazio total do branco neutro. O conjunto de suas aplicações simbólicas depende apenas dessas qualidades fundamentais” (Chevallier; Gheerbrant, 1999. p. 107). Essa cor retrata bem a qualidade de pureza das personagens bíblicas. São lembrados como protótipos de santidade para a comunidade cristã.

Considerações finais:

A obra *O nascimento de Maria* merece um novo olhar, com novas definições e interpretação. As discussões e reflexões propostas visam oferecer não apenas um novo título ao quadro, mas sim uma interpretação mais ampla da obra, aqui não esgotada, onde buscamos, não apenas pela análise iconográfica, mas também pelas fontes inspiradoras dos artistas, pelas apropriações e re-apropriações feitas pelos artífices dos elementos cristãos e da tradição, nossas fontes.

Deve-se ressaltar, também, que as pinturas nos lugares considerados e tidos como ambientes sagrados para determinados grupos, no caso cristãos Católicos Romanos, são de fundamental importância para ajudar a comunidade a recordar os ensinamentos que haviam recebido e que deveriam manter vivos. Os quadros tornam-se instrumentos catequéticos fundamentais para uma sociedade iletrada como a do século XVIII nas Minas Gerais. O papa Gregório, o Grande, que viveu no final do século VI d.C., deu determinadas orientações que recordava aos fiéis e demais autoridades que as pinturas serviam principalmente para as pessoas que não possuíam o domínio da leitura. As imagens funcionavam como desenhos de um livro ilustrado, uma *pictura est literatura laicorum*, ou seja, podem “fazer pelos analfabetos o que a escrita faz para os que sabem ler” (Gombrich, 1985. p. 85).

Para os estudiosos da arte, cabe, no processo de identificação e estudo de uma obra, tentar voltar às fontes que determinado artista utilizou para fazer seu trabalho como também da tradição de uma época. Isso pode ajudar a identificar a obra como também a esclarecer muitos dos elementos que nela se contêm. Nesta obra houve um problema de atribuição por não ter tão claramente os atributos que marcam cada uma dessas personagens. Foi necessário recorrer ao texto escrito, no caso os Evangelhos, que possibilitaram uma releitura, refletindo acerca de sua identificação temática. Não foi utilizada iluminuras, que poderiam ser encontrados nos missais ou livros de piedade de épocas, ou mesmo “estampas, riscos, e debuxos” como o próprio João

Nepomuceno Correa de Castro possuía e que deixou, em testamentos, para seus discípulos “Francisco de Paula, e Bernardino da Serra, seus aprendizes”, (Martins Hudson. Op. Cit. p. 645). Nosso texto visou rever as análises e propor uma nova interpretação para a obra a partir dos textos escritos. A obra de João Nepomuceno Correa de Castro pode ser intitulada *O nascimento de João Batista*. Eis a importância de recorrer às fontes inspiradoras dos artistas e de se conhecer os atributos da iconografia cristã, em especial, para uma melhor identificação.

Fonte primárias

ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. *Livro de entradas e despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Catas Altas do Mato Dentro*. Prateleira P, livro número 30. Ano de 1743-1852.

ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Gastos com a pintura do corpo da capela pagas a João Nepomuceno. In.: *Primeiro Livro de Contas da Basílica do Senhor Bom Jesus das Congonhas do Campo*. Prateleira H, número 26. 1757-1837.

Referências Bibliográficas

AVILA, Affonso. GONTIJO, João Machado. MACHADO, Reinaldo Guedes. Barroco Mineiro – Glossário de Arquitetura e ornamentação. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1980.

BAZIN, Germain. Aleijadinho: e a escultura no Brasil. Trad.: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Record, 1973.

BIBLIA SAGRADA. 21º Ed. São Paulo: Paulus, 1997. Bíblia Pastoral.

CHEVALLIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionários de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 13ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ENGRACIO, Padre Julio. Relação chronologica do Sanctuario e irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1908

EVANGELHO APÓCRIFO. Proto Evangelho de Tiago. Petrópolis: Vozes, 1991.

EVANGELHO APÓCRIFO. São José e o Menino Jesus. História de José o carpinteiro e Evangelho do pseudo-Tomé. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. A Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962. Coleção Brasiliensia Documenta. Vol. III

GOMBRICH, E. H. A história da arte. 4º ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HAUSER, Arnold. Teorias da Arte. 2ª edição. Trad.: F. E. G. Quintanilha. Lisboa: Presença, 1998.

KOCH, Wilfried. Dicionário dos estilos arquitetônicos. Trad.: Neide Luzia de Rezende. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LOUIS, Réau. Iconografia da arte cristã. In.: LICHTENSTEIN, Jacqueline. A pintura – descrição e interpretação. Trad. Magnólia Costa et alii. São Paulo: Editora 34, 2005.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

MARTIN, Santiago. O Evangelho Secreto da Virgem Maria. Trad. Yolanda e Hilton Amaral. São Paulo: Mercury: Paulus, 1999.

MARTINS, Hudson Lucas Marques. João Nepomuceno Correia Castro, a trajetória de um dos maiores pintores das Minas setecentistas. In.: Anais da VI Semana de História Política III Semana Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (ISSN 2175-831X)

MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Publicação do Instituto do patrimônio histórico e Artístico Nacional. Vol. 1º.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O Santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho. Ed. Dubolso: Cataguases, 1981
MARTINS, Judith. Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Publicação do Instituto do patrimônio histórico e Artístico Nacional. p. 173. Vol. 1º.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVEIRA, Marco Antonio. Sociedade. In.: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Viana. Dicionário Histórico das Minas Gerais. Belo Horizonte: Autentica, 2004. Verbete: sociedade.

TAINÉ, Hippolyte. Filosofia da Arte. Trad. Helena Barbosa e Bruno Barbosa. São Paulo: Edições Cultura, 1944. Série “O Romance da Arte”

TRINDADE, Cônego Raimundo. São Francisco de Assis de Ouro Preto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.

WEISBACH, Werner. El Barroco: arte de la contrarreforma. Traducción y Ensayo Preliminar de Enrique Lafuente Ferrari. In.: Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-americana. Madrid: Espasa-Calpes, s/d

WOLFFLIN, Heinrich. Conceitos fundamentais da história da Arte. Trad. João Azenha Júnior. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

As representações iconográficas de Nossa Senhora do Carmo e São Simão Stock nas Capelas das Ordens Terceiras do Carmo de Minas Gerais – Séculos XVIII e XIX

Leandro Gonçalves de Rezende
Mestrando – UFMG
Agência financiadora: CAPES/REUNI
lgrufmg@gmail.com

RESUMO: Contrariando a proibição do estabelecimento de clérigos regulares nas Minas, os ideais das Ordens Mendicantes fizeram-se presentes nessa região, desde meados do século XVIII, quando alvoreceram as associações de leigos denominadas Ordens Terceiras. Essas possuíam uma espiritualidade depurada, embasada nas determinações que provinham de instâncias superiores das Ordens. Por conseguinte, apresentavam repertório iconográfico bem específico, de acordo com valores defendidos por cada instituição fraternal. No caso das Ordens Terceiras do Carmo mineiras destacam-se imagens e símbolos que exaltam a vivência carmelita, aludindo a acontecimentos históricos, míticos e místicos para transmitir sua mensagem de fé, tal como a aparição de Nossa Senhora do Carmo a São Simão Stock, considerado o fundador histórico da Ordem. Segundo a tradição, a Virgem, vestida com o hábito do Carmelo, coroada de estrelas, cercada de anjos e tendo nos braços o Menino Jesus, revelou ao monge inglês que Deus estava satisfeito com suas penitências e orações, entregando-lhe o santo escapulário, que passou a ser o principal distintivo dos Carmelitas. Logo, pretende-se analisar iconograficamente as representações desse momento hierofânico existentes nas seis Capelas das Ordens Terceiras do Carmo mineiras, produzidas em diferentes suportes, entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Iconografia Carmelita, Nossa Senhora do Carmo, São Simão Stock, Ordem Terceira do Carmo.

Introdução

O presente artigo almeja analisar iconograficamente as representações pictóricas existentes nas Capelas de Ordem Terceira do Carmo, em Minas Gerais (doravante OTC), cuja temática alude ao momento hierofânico em que Nossa Senhora do Carmo entrega o escapulário de sua Ordem ao monge inglês São Simão Stock, fato ocorrido em meados do século XIII. Esse trabalho complementa o processo de pesquisa do mestrado em História, que examina a dinâmica religiosa e devocional que norteou o ideário dos terceiros carmelitas em Minas Gerais, da segunda metade do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, tendo em vista a cultura artística

e o repertório iconográfico referente à decoração dos seis templos erigidos em honra a Nossa Senhora do Carmo.¹

A iconografia carmelita é riquíssima e deslumbrante, pois advém dos longos séculos de história da Ordem, nos quais fatos reais, lendários e místicos se mesclam e se completam na composição de um sofisticado repertório iconográfico, que visa transmitir valores, condutas e regras louváveis àqueles que professam na família carmelita. Esse caráter histórico, lendário e místico se traduz em símbolos e representações que remetem à origem emblemática ainda no Antigo Testamento, com Elias² e Eliseu; à fundação histórica no século XIII, com Simão Stock; à reforma do Carmelo Descalço, conduzida por Teresa D'Ávila e João da Cruz; aos outros santos da ordem; e não menos importante, à hierofania,³ ou seja, a manifestação do sagrado nas várias aparições de Nossa Senhora do Carmo.

Tais devoções ou momentos singulares e representativos para a história da Ordem Carmelita deixaram registro permanente de sua existência na arte figurativa que enriqueceu a decoração dos templos carmelitas de modo geral. Todavia, nosso recorte geográfico corresponde às Minas Setecentistas, onde a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo instalou-se legalmente em São João Del Rei (1749), Mariana (ant.1751), Vila Rica (1752), Tejuco (1758), Sabará (1761) e Vila do Príncipe (1761).⁴ Os regulares não puderam estabelecer-se na região mineradora, haja visto a proibição da Coroa Portuguesa expressa em várias cartas régias, a exemplo da de 9 de novembro de 1709, que além de nomear Antônio de Albuquerque governador da Capitania de São Paulo e Minas, ordenou que, em conjunto, o Arcebispado da Bahia e o Bispado do Rio de Janeiro expulsassem “a todos os clérigos que se acharem nas Minas sem emprego necessário, que seja alheio ao seu estado”. Ou ainda a de 9 de junho 1711, exigindo que “não consinta que nas minas assista frade algum, antes os lance fora a todos e com violência,

¹ Agradecimento: à organização do II Encontro de Pesquisa em História da UFMG pela oportunidade; aos amigos Natália, Kellen, Rhuan e Felipe que dividiram comigo a alegria de organizar, no referido encontro, o Simpósio Temático “Manifestações artísticas e religiosas no universo luso-brasileiro”; à Professora Doutora Adalgisa Arantes Campos, orientadora no mestrado, que agradeço pela gentil e considerável colaboração.

² No I EPHIS apresentamos uma comunicação analisando o modelo iconográfico do profeta Elias em Minas. Cf.: REZENDE, Leandro Gonçalves. As representações iconográficas do Profeta Elias nas Ordens Terceiras do Carmo em Minas Gerais: um modelo de santidade. In: I Encontro de Pesquisa em História da UFMG, 1º, 2012, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos*, v.3. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012, p.88-99. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlGhpc3VmbWd8Z3g6NDUyOTlhZThmOGVmZDg1Ng>

³ Hierofania é a manifestação do sagrado. Cf.: ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁴ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p.214-223.

se por outro modo não quiserem sair”.⁵ Portanto, as grandes experiências arquitetônicas de Minas recaíram unicamente sobre as construções religiosas seculares, paroquiais e capelas de confrarias, uma vez que as ordens monásticas foram proibidas nesta região.⁶

Uma ordem terceira constitui-se em uma associação de leigos católicos, que, agregados sob a devoção de um patrono, se reúnem em comunhão espiritual, fraterna e social. Praticam sua religiosidade norteando-se pelos preceitos de um estatuto, todavia não professam os votos solenes de obediência, castidade e pobreza, típicos de ordens primeiras e segundas – as Ordens Regulares. O fenômeno das ordens mendicantes é próprio dos séculos XII e XIII,⁷ momento de transformações políticas, econômicas e sociais na Europa, com o renascimento urbano e comercial. Os regulares logo trataram de congregar os membros leigos criando as ordens terceiras, de modo que todos podiam praticar a fé em estreita comunhão, numa relação de complementaridade, formando o que se chama de “corpo místico”,⁸ acumulando benefícios, graças e indulgências tanto na vida terrena quanto no Além.

No caso específico dos carmelitas, a bula *Mare magnum*, do Papa Sixto IV, em 1476, aprovou a criação das Ordens Terceiras, com sua própria regra, na qual “*se exponen y explican sus votos, obligaciones e manifestaciones externas*”.⁹ Entre essas manifestações externas encontramos as festas, precisões e as orações que o fiel aprendia no noviciado, ou seja, no momento de preparação espiritual que ele fazia antes de professar na ordem. Nesse sentido, os terceiros carmelitas seguiam o calendário festivo da Ordem Regular exaltando a Virgem do Carmo e seus santos. Desta forma, criava-se uma coerência interna entre os irmãos expressa, por exemplo, no seu modelo de vida contemplativo, nos meios de experiência de fé e na iconografia.

Durante as pesquisas realizadas na iniciação científica, com bolsa FAPEMIG, de março de 2010 a fevereiro de 2011, ficou evidente que, apesar de uma vasta produção bibliográfica

⁵ BOSCHI, Caio C. (org). *Coleção sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretária do Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a título separados*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, APM, 2010, p.49 e 150. A ordem de expulsão é clara para aqueles clérigos que não tinham função necessária. No entanto, na região das Minas, tivemos a presença, mesmo que esporádica, de alguns regulares, em visitas pastorais, por exemplo.

⁶ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983, v.1, p.195.

⁷ LIMA VAZ, H. C. Fisionomia do século XIII. In: *Escritos de Filosofia I – Problemas de Fronteira*. São Paulo: Loyola, 1998, 2ª edição, p.11-33.

⁸ MARTINS, Willian de Souza. *Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*. São Paulo: Edusp, 2009, p.29. A alusão hierárquica ao corpo místico é nítida na Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios, na qual o autor afirma: “como o corpo é um, embora tenha muitos membros, e como todos os membros do corpo, embora sejam muitos, forma um só corpo, assim também acontece com Cristo”. Cf.: 1Cor 12, 12-31.

⁹ SMET, Joaquim. *Los Carmelitas*. Historia de la Orden del Carmen. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1991, p.157.

acerca das associações religiosas nas Minas Setecentistas, a grande maioria dos trabalhos negligenciavam ou abordavam superficialmente a iconografia carmelita. Há uma lacuna na historiografia desse assunto, uma vez que poucas pesquisas focaram especificamente a religiosidade, a iconografia e o simbolismo próprios das OTC. Essa lacuna historiográfica evidencia a necessidade de uma investigação que priorize e verticalize os aspectos artísticos e iconográficos dos carmelitas, no território das Minas, residindo, nesse aspecto, nossa contribuição ao estudo das artes e da religiosidade mineira. Poucos estudos enfocam a parte artística e arquitetônica, contudo há uma lamentável horizontalidade quanto à iconografia. Símbolos e imagens são erroneamente identificados¹⁰ e, além disso, não são tratados em sua historicidade, permanecendo, portanto, como meras ilustrações. Assim, pretende-se analisar a iconografia carmelitana em sua essência, recorrendo à sua rica, lendária e mística história para entender o porquê que se buscou tal imagem, símbolo ou alegoria para se representar nos templos carmelitas mineiros, uma vez que as imagens, em sua função pedagógica, constituem importantes meios para se narrar histórias e transmitir valores, condutas religiosas, morais e éticas.

Com efeito, nossa revisão bibliográfica parte as obras de referência para o estudo das manifestações artísticas em Minas, principalmente as publicações da “geração heroica” do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.¹¹ Tais trabalhos buscavam as singularidades das igrejas mineiras, privilegiando aspectos artísticos, arquitetônicos e históricos, numa vertente de valorização de ícones da cultura artística nacional, que ia ao encontro das ideias propostas pelos modernistas desde a década de 1920.

Em 1940, foi publicado pelo SPHAN, o trabalho de levantamento e transcrição documental feito por Zoroastro Vianna Passos. *Em torno da história de Sabará* traz importantes informações sobre o processo de criação da Ordem Terceira, ressaltando o litúgio que a Ordem de Ouro Preto moveu contra a recém criada em Sabará. Além disso, Passos faz um valioso

¹⁰ Como exemplo de falhas na análise iconográfica, citamos Carlos Del Negro na obra *Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira*. Ao analisar a pintura do forro da capela-mor da OTC de Sabará, o autor pergunta se a pintura refere-se a São Simão Stock, questionando o porquê da cena do inferno, que segundo ele é descontinua e “repintada pessimamente”. Fica claro que Del Negro desconhecia a história de São Simão Stock, pois esta cena, típica em templos carmelitanos, representa o momento miraculoso, no qual a Virgem do Carmo entrega o Santo Escapulário a São Simão, prometendo-lhe salvar as almas dos fiéis carmelitas que padecem no Purgatório. Também ao analisar a mesma iconografia existente no forro da nave da OTC de Mariana, Del Negro fala da “entrega do escapulário a S. João Stock”. Cf.: DEL NEGRO, Carlos. *Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1958, p.117-123.

¹¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre o Barroco na geração heroica do IPHAN: fontes e métodos. In: MELLO, Magno M. Moraes (org). *Ars, Techné, Technica: a fundamentação teórica e cultura da perspectiva*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.19-30.

compêndio sobre a construção do templo, levantando e transcrevendo documentos sobre o local, os materiais e os construtores. Sua preocupação é justamente a datação e identificação das peças que compõem a capela, revelando qualidades próprias de cada artista e artífice, culminado na “extraordinária” obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Zoroastro assume por completo o espírito dos modernistas ao apontar, na figura genial de Aleijadinho, o símbolo máximo de talento e originalidade da arte nacional. Da mesma forma, o livro *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*, de Francisco Antônio Lopes, traz um breve histórico e uma cronologia das transformações arquitetônicas e artísticas do templo da OTC de Ouro Preto. Seu apurado levantamento documental também enaltece os grandes nomes que trabalham para o sodalício, principalmente Manuel Francisco Lisboa (pai de Aleijadinho), o próprio Aleijadinho e o pintor Manoel da Costa Ataíde.

Para a Capela do Carmo de Mariana, nossa referência é o livro *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*, do Cônego Raimundo Trindade, publicado em 1945 pelo SPHAN. Para ele esse é um “precioso monumento que nos fala com eloquência dos sentimentos religiosos de nossos antepassados”.¹² Da mesma forma, Salomão de Vasconcelos, em *Mariana e seus templos*, faz uma sumaria descrição da capela, que, segundo ele, é o mais belo e harmonioso templo da cidade. Infelizmente, a capela da OTC de Mariana perdeu muito do seu encanto e beleza, em consequência do incêndio de 1999.

Sobre o Carmo de São João Del Rei, em 1973, foi publicado na *Revista de História* o artigo de José da Paz Lopes, intitulado “Uma corporação religiosa: vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de São João Del Rei, durante os séculos XVIII e XIX, segundo o seu próprio arquivo”. Lopes aborda a Ordem através de seus livros de contas, inventários, compromisso e termos, porém sem tecer qualquer interpretação vertical sobre a documentação. O autor se limita a citar e comentar trechos fundamentais na história dessa associação religiosa, não aprofundando questões simbólicas ou iconográficas.

Para as OTC de Diamantina e do Serro temos a pesquisa da Fundação João Pinheiro, publicada na *Revista Barroco*, em seu número 16, levantando aspectos arquitetônicos e artísticos dos monumentos religiosos da região do Norte de Minas. O templo de Diamantina é o principal legado do pintor e guarda-mor José Soares de Araújo, autor dos forros da nave e da capela-mor em perspectiva ilusionista, completando “magnificamente a decoração interna do templo,

¹² TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945, p. 99.

acentuando o aspecto de preciosismo e opulência já sugeridos pelo douramento dos retábulos e imagens”.¹³ Já o templo do Serro, embora sem qualquer lance excepcional, “é agradavelmente harmonioso na combinação de seus elementos de talha e pintura”,¹⁴ representando, com eloquência, o repertório iconográfico carmelitano.

Com efeito, tais estudos justificam-se pelo fato de que importantes artistas e artífices trabalharam na edificação dos templos das OTC. Corroborando essa justificativa, Judith Martins, no clássico *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, destaca as OTC como grandes canteiros de obras, no qual renomados pedreiros, carpinteiros, pintores e escultores trabalharam. Deste modo, identificamos uma situação favorável nas OTC em Minas, pois agrupando confrades distintos e influentes, elas gozavam de certa estabilidade, de modo a superar os reveses do tempo, evitando a decadência, que enfraqueceu precocemente irmandades mineiras, ainda no século XVIII.

Cabe salientar que os mais completos estudos de iconografia são aqueles feitos por membros da ordem. Frei Hikspoor em parceria com outros frades carmelitas publica em 1930 uma pequena galeria hagiográfica, na qual “bem se colecionaram e se catalogaram os principais vultos (...) da Ordem, a qual dão tanto lustre e renome e a cujos membros servem de modelo”.¹⁵ Da mesma forma e com o mesmo princípio edificante, o carmelita espanhol Ismael Martinez Carretero publica *Los Carmelitas: Figuras del Carmelo*, no qual faz um sumário sobre a vida dos principais santos carmelitas, elaborando uma história “rica em santidad y sabiduria espiritual de las que conservamos memoria com gratitud e admiración”.¹⁶ Ainda temos o artigo “A ordem Carmelita”, de Adalgisa Arantes Campos, publicado em 2011 na revista *Per Musi*, que aborda, numa ótica menos catequética, a história dos carmelitas, lembrando seus principais santos e símbolos.

Ao percorrer os meandros do estudo da iconografia cristã, não poderíamos legar ao esquecimento as obras de dois grandes especialistas no assunto: Émile Mâle e Louis Réau. Ambos fornecem um útil referencial teórico-metodológico para trabalhar e interrogar as imagens religiosas em sua historicidade. Pioneiro, Mâle reabilita o estudo da arte cristã em França, e seu mérito consiste no cotejamento de imagens com a oralidade e com a literatura teológica elaborada

¹³ Minas Gerais- Monumentos Históricos e Artísticos – Circuito do Diamante. *Revista Barroco*, nº.16, Belo Horizonte, p.297.

¹⁴*Revista Barroco*, nº.16, p.170.

¹⁵ HIKSPOORS. Frei Pedro Thomaz, et alli. *Vida dos Santos da Ordem Carmelitana*. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1930, p.9.

¹⁶ CARRETERO, Ismsel Martinez. *Los Carmelitas*. Figuras del Carmelo. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos. 1991, p.XV.

nos longos séculos da História da Igreja. Em *L'art religieux après le Concile de Trente* (1932), o autor volta-se para a arte religiosa barroca, redescobrimo-a iconograficamente em seus monumentos e em sua espiritualidade. Já Réau, na obra *Iconographie de l'Art Chretien*, além da análise iconográfica dos principais temas cristãos, aponta definições e aplicações do método iconográfico para os estudos em História da Arte. Para ele o iconógrafo é aquele que de forma interdisciplinar descreve imagens com a intenção de classificá-las e interpretá-las, em função de seu conteúdo, não se importando com a forma, a estética ou a autoria. Assim,

la iconografía no es solamente una distracción de diletante, ni tampoco una ciencia auxiliar o ancilar, sino una ciencia independiente por su objeto y sus métodos que, aun prestado servicio a la arqueología y a la historia del arte, abre horizonte a la historia general de la civilización, a la evolución del pensamiento y del sentimiento religioso y contribuye, tanto como la estilística, a la comprensión de la vida profunda de las imágenes.¹⁷

Da mesma forma, pretende-se, nesta análise, utilizar a metodologia de Erwin Panofsky, especialmente suas reflexões acerca da iconologia, que segundo ele distinguir-se-ia da iconografia por se voltar para o significado intrínseco, ou seja, para “os princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, um período, classe social, crença religiosa ou filosófica, qualificados por uma personalidade e condensados numa obra”.¹⁸ Mas afinal, há uma nítida separação entre iconografia e iconologia? Pelo que percebemos não, pois ambos os campos de estudo são complementares. Bazin, em *História da História da Arte* afirma que “a iconologia tende a contaminar a iconografia”.¹⁹ Nesse sentido, e pela tradição, a iconografia seria a análise do significado simbólico de imagens inseridas num contexto religioso, e por isso justificamos em nossas pesquisas o uso do termo e da metodologia iconográfica.

Destarte, cotejando imagens com a literatura hagiografia e levando em conta o método iconográfico/iconológico posposto e utilizado por E. Panofsky, Émile Mâle²⁰ e Louis Réau, é que analisaremos as representações iconográficas de São Simão Stock.

Nossa Senhora do Carmo e São Simão Stock

¹⁷ REAU, Louis. Definición y aplicaciones de la iconografía. In: *Iconografía del arte cristiano*. Introducción general. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2000, p.24.

¹⁸ PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.52

¹⁹ BAZIN, Germain. *História da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.189.

²⁰ MALE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*. México, Fondo del Cultura, s/d.

A história do culto a Nossa Senhora do Carmo é antiga e se tornou muito popular em decorrência da atuação do clero regular professo nessa Ordem, bem como pela atuação dos leigos nas Ordens Terceiras que se espalharam pela Europa e pelos impérios coloniais. Desde antes do seu nascimento, Maria é honrada e reconhecida como a Santíssima Mãe do Salvador. Segundo a tradição, Elias, profeta do Antigo testamento, que viveu em cerca de 880 a.C., teria reconhecido a augusta Mãe de Deus ao avistar uma branca nuvenzinha, que subindo do mar em direção a terra, trazia a chuva fecunda que libertava o solo da esterilidade de um longo período de seca.²¹ Tal presságio ocorreu no alto do Monte Carmelo e, portanto, este lugar passou a ser venerado como local místico e digno de louvor. Dessa forma, a memória simbólica do monte foi incorporada ao brasão carmelita significando o triunfo da elevação espiritual. Também, segundo a tradição, desde o século IV da era cristã, no Monte Carmelo, grupos de devotos construíram pequenas ermidas, pois tinham Elias como um modelo de espiritualidade profunda, penitência constante, e, acima de tudo, um testemunho de fé que deveria ser imitado. Além disso, acreditavam nos favores da Santíssima Virgem que ali se manifestara. Estes ermitões permaneceram nas encostas do monte, com seu fervor mariano, até serem expulsos pelas investidas dos muçulmanos, no século XIII. Desde então, a Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo se espalhou pela Europa.

Todavia, a devoção à Nossa Senhora do Carmo só ganha força e destaque com as aparições que ocorreram no período medieval, principalmente as ocorridas ao monge inglês Simão Stock, em 1251, e ao papa João XXII, pontífice que instituiu a Bula Sabatina em 1322.²² Simão Stock nasceu em uma das mais ilustres famílias da Inglaterra, no Castelo de Harford, condado de Kent, onde seu pai era Governador, por volta de 1175. Desde muito jovem, Simão tinha especial devoção à Nossa Senhora, sendo consagrando a ela. Viveu por muitos anos no oco de um tronco de árvore por isso recebeu a alcunha de “Stock”, que em inglês arcaico significa “tronco”. Conta-se que teria viajado para Jerusalém atraído pela vida contemplativa dos carmelitas e pela devoção mariana ali cultivada, professando na Ordem. Ao voltar para a Europa, fundou vários conventos. Foi o sexto general da ordem, visitando instituições carmelitas em toda a Europa. Morreu em Bordeaux na França, em 1285.

²¹ Cf.: I RS 18, 44: “O servo disse: ‘Eis que sobe do mar uma nuvem, pequena como a mão de um homem’. Então Elias disse-lhe ‘Vai dizer a Acab que prepare o carro e desça, para que a chuva não o detenha’”.

²² Sobre os privilégios concedidos via bula sabatina. Cf.: CAMPOS, A. A. A Ordem Carmelita. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.24, p.54-61, 2011; GONÇALVES, Flávio. O Privilégio Sabatino na Arte Alentejana. *Separata de A cidade de Évora*. Évora, p.1-12, 1963.

Simão Stock não cessava de invocar o nome e a proteção de Maria Santíssima, tanto que chegou a compor uma pequena antífona em honra à Nossa Senhora. Essa oração ficou conhecida como “Flor do Carmelo” cujo texto em latim é o seguinte: *“Flos Carmeli,/ Vitis florigera/ Splendor Caeli/ Virgo puerpera/ Singularis!/ Mater mitis,/ Sed vir nescia./ Carmelitas da privilegia,/ Stella Maris”*.²³ Ainda de acordo com a tradição, Simão Stock ao recitar essa oração, em 16 de julho de 1251, na solene festa de Nossa Senhora do Carmo, foi favorecido com uma aparição miraculosa, na qual a Virgem, vestida com o hábito da Ordem, coroada de estrelas, cercada de anjos e tendo nos braços o Menino Jesus, revelou-lhe que Deus estava satisfeito com suas penitências e orações. Nessa ocasião, ela entregou-lhe o santo escapulário dizendo:

Meu muito amado filho, recebe este Escapulário da tua Ordem, sinal da minha confraternidade, privilégio para ti e todos os Carmelitas. Quem com ele morrer, não padecerá no fogo eterno. Eis o sinal da salvação, a salvação nos perigos, pacto de paz a aliança para sempre.²⁴

Diante desta manifestação hierofânica, Simão Stock se manteve firme na fé, uma vez que se sentia protegido contra a inveja e a malícia dos homens, e livre das penas do “fogo eterno”. Desta forma, o escapulário passou a ser o principal distintivo dos carmelitas. Inicialmente, ele consistia numa espécie de avental, que se usava sobre os ombros no cotidiano para não sujar o hábito dos frades e freiras na lida diária. Com o tempo tal peça foi incorporada ao repertório simbólico, na forma dos conhecidos “bentinhos”.

Ainda no século XIV a Ordem Carmelita conquistou inúmeros adeptos graças a Bula Sabatina (*Sacratíssimo uti culmine*) que foi concedida pelo Papa João XXII, em 1322, quando a Virgem, em aparição num sonho, lhe prometeu retirar do Purgatório as almas de todos os devotos que em vida tivessem pertencido à Ordem do Carmo ou à Confraria do Santo Escapulário do Carmo, no sábado seguinte à sua morte. Essa regalia ficou conhecida como Privilégio Sabatino e foi propagada por todo o ocidente, pelos carmelitas. Então com “o uso do escapulário, símbolo de devoção e consagração à Virgem, o devoto passou a gozar de indulgências plenas ou parciais”.²⁵

²³ A tradução em português dessa oração é a seguinte: Flor do Carmelo,/ Videira florescente,/Esplendor do céu,/Virgem fecunda/ Singular!/ Mãe afável,/ Mãe sempre Virgem./Aos carmelitas, daí privilégios,/ Ó Estrela do Mar. Cf. SOLENE NOVELA em Louvor a Nossa Senhora do Carmo. Sodalício da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Ouro Preto. Gráfica Ouro Preto, 2009.

²⁴ HIKSPOORS. Frei Pedro Thomaz, et alli. *Vida dos Santos da Ordem Carmelitana*, p.146.

²⁵ CAMPOS, A. A. A Ordem Carmelita, p.56.

Portanto, tendo em mente a narrativa da manifestação miraculosa de Nossa Senhora do Carmo a São Simão Stock, podemos entender o conteúdo expresso em algumas das pinturas e imaginária encontradas nas OTC de Minas Gerais.

São Simão Stock e suas representações

A veneração a São Simão Stock é restrita aos carmelitas, não sendo encontrada em outras capelas ou matrizes. Célio Alves Macedo no artigo *Imaginária Religiosa em Minas Gerais* afirma que com o surgimento das Ordens Terceiras “também aparece toda uma classe inédita de santos e santas”.²⁶ O tipo básico de sua iconografia é o momento herofânico no qual recebe o escapulário, essa representação pode ser feita usando-se diversas técnicas e sobre vários suportes.

Enquanto representado na imaginária, ou seja, enquanto imagem de culto, o monge inglês aparece vestido com o hábito da ordem: túnica marrom, com escapulário e manto branco. Seus atributos são o próprio escapulário e as chamas do Purgatório. Nas OTC de Minas Gerais levantamos duas imagens: uma no altar lateral lado evangelho em Sabará e outra no corredor lateral em São João Del Rei. À primeira vista, ambas estão sem seus atributos. Todavia, a falta do distintivo se justificaria na composição da cena, na qual estas imagens fariam parte, isto é, são imagens confeccionadas para serem usadas em armações efêmeras, nas quais se reviveria o momento da aparição de Nossa Senhora do Carmo.

No estatuto da OTC de Sabará, no capítulo 38 (Forma em que se deve compor a Procissão do Triunfo que faz a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo no Domingos de Ramos) consta que o “Nono andor de nossa santíssima May Senhora do Carmo dando o escapulário a São Simão Estoque será conduzido por quatro irmãos professores”.²⁷ Nota-se que a imagem de São Simão Stock de Sabará, formosa peça esculpida por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, em 1778, por 50 oitavas de ouro, seria usada na composição desse andor. De fato, a imagem apresenta olhar distante e direcionado para o alto, como se estivesse em êxtase diante de uma visão. A “anatomia do santo mostra veias e nervos saltando sobre a pele e um ar de enlevo diante da visão celestial”.²⁸ As mãos estão em posição de quem

²⁶ ALVES, Célio Macedo. A imaginária religiosa setecentista em Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.427-450

²⁷ Sabará. Arquivo da Ordem Terceira do Carmo de Sabará. OTC- S. Livro de Compromisso – Século XVIII, capítulo 38, folhas não numeradas.

²⁸ SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Características Específicas e Escultores Identificados. In: COELHO, Beatriz (org). *Devoção e Arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Editora da USP, 2005, p.137. Ver também: COELHO, Beatriz e QUITES, Maria Regina Emery. Duas esculturas do Aleijadinho: São Simão Stock e São João da Cruz. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v.12, n.40, junho 2008.

recebe um presente, no caso o escapulário. Já em SJDR a imagem de São Simão é uma imagem de vestir, e apresenta elementos distintivos semelhantes, portando um bentinho na mão direita.

Em nosso levantamento nas OTC mineiras encontramos duas representações de São Simão Stock que são singulares, não pela iconografia, mas pelo suporte na qual foram concebidas. Trata-se do frontispício da portada da OTC do Serro e de um dos painéis de azulejos da capela-mor da OTC de Ouro Preto. O medalhão da portada no Serro é composto de duas grandes tarjas entalhadas na madeira, fato peculiar no contexto da arte mineira, que deu preferência aos frontispícios em pedra. Contudo, dada inexistência de pedras esculpiéis na região de Diamantina e Serro, buscou-se, na madeira policromada, uma solução para a portada. Na parte superior temos, no relevo central, a tradicional representação de São Simão Stock, ajoelhado, recebendo o escapulário de Nossa Senhora do Carmo e na inferior temos, entre volutas e ornatos, o brasão da ordem carmelita com monte e estrelas. O medalhão ficou muitos anos sujeito as intempéries, o que resultou em sua deterioração, sendo que, atualmente, foi substituído por uma cópia e encontra-se no coro da OTC.²⁹ Já em Ouro Preto, São Simão Stock é representado, na sua iconografia tradicional, em um dos painéis de azulejos que compõem a capela-mor (Imagem 1). Os azulejos da capela-mor da OTC da antiga Vila Rica são muito especiais, pois estes são os únicos exemplares do gênero nas Minas Setecentistas. Em estilo rococó, eles provavelmente foram produzidos nas oficinas de Lisboa, entre 1770 a 1785 e seu desenho é atribuído ao pintor Francisco Jorge da Costa, um grande artista lisboeta do período.³⁰

²⁹ Sobre o processo de restauração/preservação do medalhão da portada da OTC do Serro cf. Belo Horizonte. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Superintendência de Minas Gerais. Centro de Documentação e Informação (CDI). Arquivo Permanente/ Série 1. Serro – Igreja do Carmo.

³⁰ Sobre os azulejos da OTC de Vila Rica ver: LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1942; NEVES, Maria Agripina e COTTA, Augusta de Castro. *Do Monte Carmelo a Vila Rica: Aspectos Históricos da Ordem Terceira e Da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Ouro Preto: Edição do Autor, 2011; OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de e CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010, p.69.



Imagem 1 – “S. Simão Estoque”. Azulejos das ilhargas da capela-mor da OTC de Ouro Preto. Foto: Leandro Gonçalves de Rezende

Em geral, é na pintura que encontramos as mais significativas representações de São Simão recebendo o santo escapulário, como ocorre na capela-mor da OTC de Diamantina, Sabará e Serro³¹; na nave de Mariana, perdida no incêndio; sacristia da OTC Ouro Preto e no painel procedente dessa ordem, atribuído a Manoel da Costa Ataíde e que atualmente se encontra no Museu da Inconfidência.³² As cenas ocupam posição central, estão envoltas por rocalhas ou trama arquitetônica, de acordo com o estilo e época do artista. A cena configura-se da seguinte

³¹ No Serro, há duas representações de São Simão Stock na capela-mor, a do forro, aludindo a entrega do escapulário e nas ilhargas, aludindo ao encontro de Simão Stock com o papa.

³² Sobre esta e outras obras de Manoel da Costa Ataíde veja. CAMPOS, A. A. *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

forma: Nossa Senhora do Carmo coroada, cercada de anjos, a entregar o escapulário a São Simão Stock, que do lado esquerdo, estende a mão admirado. É comum representar o tronco de árvore ao lado e na parte inferior chamas do Purgatório e almas sendo resgatadas, de acordo com a promessa de Nossa Senhora.

Nessa oportunidade, observaremos alguns detalhes do forro da sacristia de Ouro Preto e da capela-mor de Sabará. A pintura do forro da sacristia da OTC de Ouro Preto foi, por muito tempo, erroneamente atribuída ao mestre Ataíde, que, entre 1809 e 1829, elaborou várias obras para os terceiros carmelitas ouro-pretanos. Todavia, levando em conta a paleta e as características da pintura, é mais condizente que a obra seja de autoria de Manoel Ribeiro Rosa (1758/1808), artista marianesse, que trabalhou na OTC e nas Capelas de São José dos Homens Pardos, Rosário dos Pretos e na Matriz do Pilar de Ouro Preto.³³ Essa requintada obra é resultado do mecenato do clero diocesano, como se observa na tarja que compõe a pintura: “O vigário e os sacristães do ano de 1805 foram os devotos que mandaram pintar essa obra” (transcrição atualizada).³⁴

O forro é retangular, artesoadado³⁵ e composto por quatro painéis de formato caprichoso que circulam o medalhão oval com representação de Nossa Senhora do Carmo em glória, coroada por anjos, enquanto entrega o escapulário ao frade inglês São Simão Stock. Em volta do medalhão temos anjos, guirlandas de flores e recalhas, ligando-o aos demais quadros, com a figuração de Elias, Santa Teresa D’Ávila no momento da transverberação, Santo Alberto e Santa Maria Madalena de Pazzi (no mesmo painel) e São João da Cruz (Imagem 2). O painel principal é significativo no contexto da obra e encontra-se em perfeita harmonia com o restante da composição. Nele um dos anjos sustenta vários escapulários (na forma de bentinho) juntamente

³³ Sobre Manoel Ribeiro Rosa ver: ALVES, Célio Macedo. *Manoel Ribeiro Rosa: genial, injustiçado e florido*. *Revista Telas & Artes*. Belo Horizonte, Ano II, n.10, p.29-33, jan./fev. 1999; CAMPOS, A. A. Contribuição ao estudo da pintura colonial: Manoel Ribeiro Rosa (1758/1808). In: *Anais do XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro, 2010, p.567-577. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2010/anais/site/pdf/completo2010copia.pdf>; REZENDE, Leandro Gonçalves de e LEOPOLDINO, Armando Magno de Abreu. Pintores coloniais nas Minas Setecentistas: a vez de Manoel Ribeiro Rosa. In: VIII Encontro de História da Arte – História da Arte e Curadoria, 2012, Campinas. *Anais do...* Campinas: Unicamp, 2012, p.329-340. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/cha/atas/2012/Leandro%20Goncalves.pdf>

³⁴ De acordo com as pesquisas de NEVES e COTTA, em 1805, o vigário do culto divino era Inácio Gonçalves Dias e os sacristães eram: Jacome Thimatio de Araujo, Joaquim José Sant’Anna, Inácio Cassemiro, Antônio Simplício, Domingos Ferreira Netto, Bernardo Francisco Xavier e João Pedro de Magalhães.

³⁵ Segundo o Glossário de Arquitetura e Ornamentação de Affonso Ávila, atesoado é o tipo de forro com divisões entre molduras. Os forros de divisões de desenho mais simples e formas retangulares são comumente chamadas de caixotões. Cf. ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado e MACHADO, Reinado Guedes. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Coleção Mineiriana – Obras de Referência. Disponível em CD-ROM.

com alguns corações, de modo que Nossa Senhora do Carmo, em atitude austera, entrega o escapulário a São Simão Stock, enquanto o Menino Jesus, que está no braço direito da Virgem, docilmente recebe o coração. Essa cena edificante exprime o fato de que aquele que recebe o escapulário passa a ter uma vida dedicada ao serviço divino e em contrapartida recebe os favores celestes, haja vista que o escapulário é um objeto indulgenciável ao seu portador.



Imagem 2 – Forro da Sacristia da OTC de Ouro Preto. Obra atribuída a Manoel Ribeiro Rosa. Foto: Sílvio Luiz R. V. Oliveira

Em Sabará, a composição da pintura da capela-mor tem gosto popular, com cores carregadas e sombreado mal resolvido, mas em relação à temática vemos muita semelhança com a representação anterior. Segundo o Inventário de Bens Móveis e Integrados do IPHAN³⁶ o forro é de tábuas corridas em abobada de berço. A pintura de perspectiva é composta por balcão parapeito azul com frisos nas cores branco e rosa, circundando toda a periferia. Completando a obra temos oito púlpitos em tambor semi cilíndricos amarelos, onde, nos ângulos, se localizam santos da ordem³⁷ e oito bases azuis com frisos rosas, onde se assentam anjos, com símbolos da

³⁶ IPHAN – CDI. IBMI: Sabará, Igreja da OTC.

³⁷ A saber: Santo André Corsini, Santo Alberto, São Luís e Santo Eduardo.

ladainha de Nossa Senhora³⁸ (Imagem 3). Ao centro, uma grande rocalha, com a aparição miraculosa da Virgem. Figurativamente, temos Nossa Senhora do Carmo, cercada por nuvens e anjos (não tantos como na sacristia da OTC de Ouro Preto), a entregar o escapulário a São Simão Stock. Todavia, o escapulário aqui representado não é o bentinho e sim a peça de pano que se sobrepõe aos ombros. São Simão Stock é calvo, idoso e trás consigo o lírio, símbolo da pureza e um cão, símbolo da fidelidade. No entanto, o que é mais chamativo na figura é o anjo intercessor resgatando almas que ardem nas chamas do Purgatório.³⁹ Isso sintetiza bem a promessa que Nossa Senhora do Carmo fez a São Simão Stock, quanto lhe entregou o escapulário. De acordo com Zoroastro Vianna Passos, os trabalhos de pintura da sacristia, do consistório, da capela-mor e da nave, bem como o seu douramento ficaram a cargo de Joaquim Gonçalves da Rocha,⁴⁰ em contratos firmados em 14 de setembro de 1812 e 17 de abril de 1818.⁴¹

³⁸ A saber: Torre de Marfim, Rosa Mística, Lua, Sol, Casa de Ouro, Sede de Sabedoria, Porta do Céu e Estrela da Manhã.

³⁹ Sobre a doutrina do purgatório ver: LE GOFF, J. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editora Estampa, 1993.

⁴⁰ Carlos Del Negro aponta a possibilidade do Alferes José Ribeiro da Fonseca ser o autor de repinturas nos tetos desta Capela, bem como dos anjos da capela-mor.

⁴¹ PASSOS, Zoroastro, Vianna. *Em torno da História do Sabará*. BH: Imprensa Oficial, 1942, p.117-118.



Imagem 3 – Forro da capela-mor da OTC de Sabará. Obra atribuída a Joaquim Gonçalves de Rocha. Foto: Acervo Adalgisa Arantes Campos.

Considerações Finais

Após analisar os padrões devocionais adotados pelos terceiros carmelitas nas Minas, conclui-se que se trata de uma espiritualidade depurada, embasada nas determinações que provinham de instâncias superiores da Ordem. Isso se justifica, pois ao definir e delimitar um repertório iconográfico garantir-se-ia maior propriedade sobre as ideias cultivadas pelos fiéis

seculares das Ordens Terceiras, uma vez que essas estariam em íntima ligação com os ideais das Ordens Regulares, o que era conferido periodicamente pelo visitador designado para vistoriar cada uma das OTC e suas presídias, conferindo e corrigindo aspectos dogmáticos, doutrinários e litúrgicos do culto. Logo, na decoração e na imaginária há recorrência dos temas, variando apenas as características próprias de cada executor.

Portanto, a arte figurativa e os símbolos são importantes, pois sintetizam dispositivos narrativos persuasivos, que além do convencimento e da instrução, garantiriam maior intensidade espiritual nas práticas religiosas, aproximando os fiéis leigos da doutrina católica e transmitindo os valores edificantes que norteavam a Ordem Mendicante. A experiência visual, se pensarmos nos órgãos dos sentidos,⁴² com certeza é uma das mais requisitadas na Cultura do Barroco,⁴³ tendo em vista a profusão de imagens e ornamentos. Como enfatizou Maravall: “é próprio das sociedades nas quais se desenvolveu uma cultura massiva de caráter dirigido apelar para a eficácia da imagem visual. O Barroco, por um e por outro lado, tinha de ser, pois, como de fato o foi, uma cultura da imagem sensível”.⁴⁴ Contudo, ter-se-ia mais do que a simples visão da matéria, pois os olhos seriam como janelas da alma, captando as belezas do mundo exterior, comovendo os corações, de modo a se fazer uma experiência divina.

Nesse sentido, por serem mediadores entre os homens e a divindade, os santos e suas representações são dignos de especial veneração na Igreja Católica, e nesse aspecto São Simão Stock é muito querido entre carmelitas, pois legou ao Ocidente um distintivo solene que legitimou e impulsionou a devoção a Nossa Senhora do Carmo. Destarte, é fundamental salientar que não nos cabe arguir se tais milagres, aparições e/ou bênçãos foram, de fato, verdadeiros e inquestionáveis. Eles formam um conjunto de crenças e tradições importantes na constituição da iconografia da Ordem Carmelita, construindo uma realidade, mesmo que poética, na qual São Simão Stock é modelo e inspiração espiritual. É fundamental entender que as imagens e os símbolos são elementos de relevância histórica e artística, mas acima de tudo, para o fiel, tais

⁴² De modo geral, os órgãos dos sentidos são importantes na Cultura Barroca, uma vez que esta valoriza as experiências sensoriais. Nesse sentido, em contexto religioso, utiliza-se de artifícios para chamar a atenção dos fiéis, impregnando-os com sensações que promovam o louvor e a oração. Por exemplo: o incenso ativa o olfato, a música e o badalar dos sinos sensibilizam a audição, etc.

⁴³ Em consonância com Maravall, entendemos o Barroco como cultura, ou seja, como uma construção histórica que contempla dimensões políticas, econômicas, sociais, religiosas, artísticas, etc. Para ele a Cultura Barroca é uma cultura dirigida, massiva, urbana e conservadora. Cf. MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.

⁴⁴ MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco*, p.389.

ornatos são testemunhos da fé e, de certa forma, compõem meios para melhor praticar e viver a espiritualidade e o culto católico.

Fontes

Belo Horizonte. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Superintendência de Minas Gerais Centro de Documentação e Informação (CDI). Arquivo Permanente/ Série 1. Serro – Igreja do Carmo.

IPHAN – CDI. IBMI: Sabará, Igreja da OTC.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução CNBB. São Paulo: Editora Canção Nova, 2010.

Sabará. Arquivo da Ordem Terceira do Carmo de Sabará. OTC- S. Livro de Compromisso – Século XVIII, capítulo 38, folhas não numeradas

SOLENE NOVELA em Louvor a Nossa Senhora do Carmo. Sodalício da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Ouro Preto. Gráfica Ouro Preto, 2009.

VIDE. D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

Referências Bibliográficas

ALVES, Célio Macedo. A imaginária religiosa setecentista em Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.427-450.

_____. *Manoel Ribeiro Rosa: genial, injustiçado e florido*. *Revista Telas & Artes*. Belo Horizonte, Ano II, n.10, p.29-33, jan./fev. 1999;

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado e MACHADO, Reinado Guedes. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Coleção Mineiriana – Obras de Referência. Disponível em CD-ROM.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. *História da História da Arte: de Vasari aos nossos dias*. São Paulo: Martins Fontes, 1989

BOSCHI, Caio César. (org). *Coleção sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretária do Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a título separados*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, APM, 2010.

_____. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A Ordem Carmelita. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.24, p.54-61, 2011.

_____. Considerações sobre o Barroco na geração heroica do IPHAN: fontes e métodos. In: MELLO, Magno Moraes (org). *Ars, Techné, Technica: a fundamentação teórica e cultura da perspectiva*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.19-30.

_____. Contribuição ao estudo da pintura colonial: Manoel Ribeiro Rosa (1758/1808). In: *Anais do XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro, 2010, p.567-577.

Disponível em:
<http://www.cbha.art.br/coloquios/2010/anais/site/pdf/completo2010copia.pdf>

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____. *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

CARRETERO, Ismsel Martinez. *Los Carmelitas*. Figuras del Carmelo. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos. 1991.

COELHO, Beatriz e QUITES, Maria Regina Emery. Duas esculturas do Aleijadinho: São Simão Stock e São João da Cruz. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v.12, n.40, junho 2008.

CUNNINGHAM, Lawrence S. *Uma breve história dos Santos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

DEL NEGRO, Carlos. *Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1958.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GONÇALVES, Flávio. O Privilegio Sabatino na Arte Alentejana. *Separata de A cidade de Évora*. Évora, p.1-12,1963.

HIKSPHOORS. Frei Pedro Thomaz, et alli. *Vida dos Santos da Ordem Carmelitana*. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1930.

LE GOFF, J. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editora Estampa, 1993.

LIMA VAZ, H. C. Fisionomia do século XIII. In: *Escritos de Filosofia I – Problemas de Fronteira*. São Paulo: Loyola, 1998.

LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1942.

LOPES, José da Paz. Uma corporação religiosa: vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de São João Del Rei, durante os séculos XVIII e XIX, segundo o seu próprio arquivo. *Revista de História*, São Paulo, p.127-166, jan-mar.1973.

MALE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*. México, Fondo del Cultura, s/d.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, 1974.

MARTINS, Willian de Souza. *Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*. São Paulo: Edusp, 2009.

Minas Gerais- Monumentos Históricos e Artísticos – Circuito do Diamante. *Revista Barroco*, n°16, Belo Horizonte.

NEVES, Maria Agripina e COTTA, Augusta de Castro. *Do Monte Carmelo a Vila Rica: Aspectos Históricos da Ordem Terceira e Da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Ouro Preto: Edição do Autor, 2011.

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de e CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PASSOS, Zoroastro, Vianna. *Em torno da História do Sabará*. BH: Imprensa Oficial, 1942.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

REAU, Louis. Definición y aplicaciones de la iconografía. In: *Iconografía del arte cristiano*. Introducción general. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2000.

REZENDE, Leandro Gonçalves. As representações iconográficas do Profeta Elias nas Ordens Terceiras do Carmo em Minas Gerais: um modelo de santidade. In: I Encontro de Pesquisa em História da UFMG, 1º, 2012, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos*, v.3. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012, p.88-99. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlcGhpc3VmbWd8Z3g6NDUyOTlhZThmOGVmZDg1Ng>

REZENDE, Leandro Gonçalves de e LEOPOLDINO, Armando Magno de Abreu. Pintores coloniais nas Minas Setecentistas: a vez de Manoel Ribeiro Rosa. In: VIII Encontro de História da Arte – História da Arte e Curadoria, 2012, Campinas. *Anais do...* Campinas: Unicamp, 2012, p.329-340. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2012/Leandro%20Goncalves.pdf>

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Características Específicas e Escultores Identificados. In: COELHO, Beatriz (org). *Devoção e Arte*: imaginária religiosa em Minas Gerais. São Paulo: Editora da USP, 2005, p.123-150.

SGARBOSSA, Mário. *Os santos e os beatos da Igreja do Ocidente e do Oriente*. São Paulo: Paulinas, 2012.

SCOMPARIM, Almir Flávio. *A iconografia na Igreja Católica*. São Paulo: Paulus, 2008.

SMET, Joaquim. *Los Carmelitas*. Historia de la Orden del Carmen. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1991.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945.

VASCONCELOS, Salomão. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Queiroz Breyner, 1938.

A procissão do enterro do senhor e as suas imagens em Sabará/MG.

Rosana de Figueiredo Angelo
Mestre – UFMG
rosanafangelo@gmail.com

RESUMO: segundo Paulo Castagna, a procissão do enterro da sexta-feira da paixão, tem as suas origens no período medieval (sécs. XII/XIII) em Portugal, no mosteiro de Vilar de frades e foi incluída à liturgia do bispado de Braga. Resistiu às restrições do concílio de Trento (1545-63) e difundiu-se pelo vastíssimo império português nas suas áreas coloniais da Àsia, África e América.¹ no Brasil esta solenidade é bastante difundida, de certa maneira, preservada e ainda praticada. Nas cidades antigas de Minas Gerais, como Ouro Preto, Mariana, Sabará, Diamantina, São João del Rei, entre outras, a semana santa é festejada de maneira mais tradicional atraindo um grande número de devotos e turistas. Neste artigo pretendemos apresentar e analisar alguns aspectos a procissão do enterro da cidade de Sabará, em especial a devoção e o culto à imagem do senhor morto, sua história e a importância que assumiu enquanto patrimônio religioso e cultural daquela localidade. Para isso, iremos trabalhar com bibliografia de referência sobre o tema, com a documentação produzida pelos terceiros carmelitas e pelos irmãos de São Francisco (sécs. XVIII/XIX/XX), além de entrevistas atuais concedidas por alguns membros da comissão responsável pela organização das solenidades da semana maior sabarense.²

PALAVRAS-CHAVE: Semana santa, Imagens, Patrimônio.

O enterro e o velório do senhor em sabará

A Procissão do Enterro acontece na Sexta-Feira da Paixão, dia paralitúrgico, ou seja, não há a consagração da eucaristia já que o Cristo está morto, comunga-se a hóstia consagrada no dia anterior. Tal dia é considerado o mais popular do período quaresmal e Tríduo Sacro por concentrar um número significativo de ritos como a Adoração da Cruz, Sermão do Calvário, Descendimento do Senhor da Cruz seguido pela procissão. Destaca-se por suscitar nos fiéis sentimentos comoventes e dramáticos bem ao gosto das mentalidades do homem barroco e moderno.

Em Sabará a Irmandade dos Passos foi instituída somente em 1850, assumindo, segundo Campos, as cerimônias que eram executadas pelos carmelitas e irmãos do Santíssimo

¹ CASTAGNA, 2001.

² Sobre a Semana Santa em Sabará conferir: ANGELO, 1999. Para a realização desse trabalho agradeço as entrevistas concedidas pelos membros da Comissão organizadora da Semana Santa em Sabará, em especial ao historiador José Arcanjo do Couto Bouzas e a senhora Efigênia das Graças Pinto.

Sacramento.³ Até então, a Procissão do Enterro era prerrogativa da Ordem Terceira do Carmo conforme previsto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.⁴ Além dessas confrarias constatamos a participação dos Irmãos de São Francisco (Meados séc. XIX /séc. XX) em algumas solenidades alusivas ao calendário da Paixão, como a tradicional Procissão da Penitência, na Quarta-Feira de Cinzas (1830, 1855, 1857), o Septenário da Senhora das Dores (1847), Procissão dos Passos (1857), solenidades na Sexta-Feira da Paixão (1864) e, especificamente como foco desse trabalho, a Procissão do Enterro (1901, 1902, 1906, 1937).⁵

Em meados do século XVIII, a Procissão do Enterro, promovida pelos Terceiros Carmelitas de Sabará, tinha início às três horas da tarde, após o Sermão do Calvário havia o descendimento do Senhor da Cruz que era acomodado no esquife, logo em seguida, percorriam as ruas públicas em visitação aos sete passos da Paixão de Cristo.

Far-se há esta procissão a horas competentes que se faça maior edificação nos ânimos de todos, e para o que seguirá pelas ruas públicas, pois que tanto edifica aos fiéis, e accredita a devoção, e piedade dos Irmaons Terceiros para o que accudarão todos como são obrigados com os seus hábitos, e velas, ou Brandoens, e para que nenhum falte, nem possa alegar ignorância se fixarão Editais por todas as Freguesias, Capellas e Províncias da Ordem em attenção ao que Ella faltar, e nas mais funções semelhantes ser punido, e castigado conforme exposto neste Estatuto [...]⁶

O cortejo era composto da seguinte maneira: a sua frente ia a cruz da ordem coberta por um véu roxo, levada pelo Irmão sacerdote e ladeada por dois ciriais (lanternas), conduzidos por irmãos professos, em seguida, vinham os Irmãos Noviços em profundo silêncio. Logo atrás o anjo do Triunfo, o estandarte da Ordem segurado por mais anjos, figuras do antigo testamento, profetas da Lei Escrita, outros anjos vestidos de roxo, segurando os Martírios da Paixão (A coroa de espinhos, os três cravos, o martelo, a escada, o torquês, a esponja de vinagre, a lança, chicotes e o galo). A seguir os membros das Mesas Administrativas da Ordem (atual e anterior), e atingindo a culminância do cortejo, marcada pela presença do pálido, o esquife com a imagem do Senhor Morto carregado por quatro irmãos sacerdotes. Composto ainda esse grupo, seguiam as figuras que representavam São João Evangelista e Maria Madalena vestidas a caráter. As varas do

³ CAMPOS, 2004.

⁴ VIDE, 1853, livro 3º, Título XIV.

⁵ Arquivo Casa Borba Gato, Caixa: Irmandade de São Francisco. Sabará/MG.

⁶ Arquivo da Ordem Terceira do Carmo de Sabará, séc. XVIII, Capítulo 40 - Da Função da Sexta-Feira Maior e da Procissão do Enterro do Senhor.

pálio, assim como as lanternas que ladeavam esse conjunto eram seguradas pelos membros mais beneméritos e antigos da Ordem do Carmo.

Acompanhando o filho morto, era apresentado o andor da Senhora da Soledade ao pé da cruz e o Santo Sudário nas mãos, levado pelos irmãos professores de graduação mais destacada, seguidos por mais quatro ciriais, o centurião e a guarda romana, diante desse grupo, o reverendo padre comissário.⁷

As procissões são campos privilegiados para a percepção e análises de muitos elementos que compõem as mentalidades do homem moderno, como as hierarquias, o gosto pelo lúdico e pela teatralidade e a primazia dos elementos visuais. Essas características podem ser verificadas, entre vários outros aspectos, através da presença marcante das imagens e andores, ambientes decorados, figuras vestidas à trágica de acordo com os papéis que estavam representando (Cristo, Maria Madalena, São João Batista, anjos), além dos membros da Ordem com suas opas próprias para estas ocasiões, segurando velas, ciriais, cruzeiros e brandões, entoando cantos, seguindo com toda a pompa (luxo e hierarquias) pelas vias costumeiras, de acordo com a tradição das localidades.⁸

Eram grandes cortejos constituindo uma trama teatral, a sociedade mineira colonial expressou um grande interesse pelos efeitos visuais. A arte barroca procura impressionar os espectadores pelos sentidos, recorrendo aos efeitos maravilhosos, às construções efêmeras e à dramatização colocando em cena temas que expressavam e reafirmavam pensamento católico contra-reformista.

O esmero decorativo traduzia, como se sabe, uma das índoles definidoras do Barroco, que não era apenas a de fazer do elemento ornamentístico a natural complementação do trabalho de arquitetura como tal, porém – mais do que isso – a de imprimir à obra de arte uma destinação objetiva como instrumento de expressão a um só tempo de glória e do poder da Igreja, instrumento capaz de suscitar maior empenho do sentimento religioso pela via do impacto e fascínio visual.⁹

⁷ Arquivo da Ordem Terceira do Carmo de Sabará, séc. XVIII, Capítulo 40 - Da Função da Sexta-Feira Maior e da Procissão do Enterro do Senhor e Capítulo 41- Da Composição da mesma Procissão. É interessante notar que nos Estatutos seguintes da Ordem do Carmo, ou seja, dos anos de 1828 e 1840, somente no primeiro são mencionadas as solenidades de Sexta-Feira Santa. A associação mantém, de acordo com as possibilidades financeiras, a Procissão do Triunfo de Ramos e seu empenho maior é executar as funções da Quinta-Feira Maior.

⁸ Sobre o conceito de pompa cf: CAMPOS, 1990/92.

⁹ ÁVILA, 1984, p. 45.

A arte barroca é sensitiva, estimula o devoto a liberar a imaginação ao contemplar os objetos e as representações de cenas sagradas e ao decifrar os significados de signos e símbolos, deixando-se então persuadir e convencer pelos sentidos.

A Ordem Terceira de São Francisco de Sabará, em meados do séc. XIX estava empenhada em garantir o respeito e a segurança durante as Procissões noturnas na época da Quaresma, para isso comunica a ocorrência da solenidade ao Delegado de Polícia da localidade o Snr. Dr. Francisco Leite Costa Belém.

Sendo já costume em todas as sextas-feiras da Quaresma sahir a Ordem 3ª de São Francisco em procissão à noite, visitando os Passos da Paixão, e finalizando na Matriz desta cidade, com o tocante acto de beijar o cordão do mesmo Senhor dos Passos, como é recomendado pelo nosso Compromisso, com tudo vamos participar a V. S. visto haver concorrência de povos apezar da submissão e respeito com que é praticado. He unicamente para sua inteligência. Deus guarde V. S. por muitos anos. Consistório em Sabará, 24 de fevereiro de 1857.¹⁰

Apesar das dificuldades enfrentadas as associações religiosas esmeravam-se em cumprir o seu calendário festivo, como em 1901, os irmãos franciscanos de Sabará, deliberam em reunião de Mesa executar a Procissão do Enterro na sexta-feira da Paixão.

O Irmão Ministro disse que achava difícil fazer a procissão por falta de padres; que o Vigário da Freguesia diz estar comprometido em São João Del Rei, e que em Santa Luzia do Rio das Velhas havia ou há ofícios de Semana Santa e que por essa razão todos os padres daqui e os vizinhos irão talvez para lá; então o Irmão muito digno Thesoureiro o Snr Faustino Martins disse que não parecia ter que deixasse a Ordem de fazer uma festa tradicional e que portanto ele ia ver se obtinha um padre que fizesse a festa. Foi em seguida nomeada uma comissão para angariar donativos para a festa composta dos Senr Faustino Martines, Luiz N. Gs. Ferreira, José M. Costa Sobrinho, Antônio Augusto Melo Vianna e Antônio Arcanjo. Depois do Ministras exposto as condições precárias dos cofres da Ordem muito agradeceu a todos e prometeu o auxiliar no que lhe fosse possível a Comissão do festejo. [...] ¹¹

Em 1902, foi decido por unanimidade pelos irmãos de Mesa de São Francisco que se fizesse a procissão do Enterro “[...] Em seguida o Irmão Ministro fez ver a Mesa que achava-se quase na Semana Santa e precisava tratar-se da Procissão de Enterro e consultando a Mesa se

¹⁰ Arquivo Casa Borba Gato. Caixa: Irmandade São Francisco. Correspondência, 24/02/1857. As procissões noturnas eram proibidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, sobre esse assunto conferir: VIDE, 1853. Livro 3, Título XV.

¹¹ Arquivo Casa Borba Gato. Caixa: Irmandade São Francisco. Doc 1 – Livro de Atas. 24/02/1901.

devia ou não fazê-la, foi deliberado por unanimidade de votos que se fizesse.”¹² Logo em seguida nomearam uma Comissão organizadora da solenidade. Assim como em 1906, quando além de nomearem a Comissão para “[...] tratarem dessa tradicional Procissão do Enterro” solicitaram a prestação de contas da Comissão do Enterro do ano anterior.

Esse Secretário e Procurador pediram a actual Mesa Administrativa que a extinta Mesa, não teve sciencia alguma da Comissão do Enterro do ano de 1905, resto a mesma não ter prestado as suas contas até hoje, e que a actual Mesa oficiasse a Comissão para vir presta-las de hoje a quinze dias visto já estar aproximando a ocasião do mesmo festejo ¹³.

No prazo determinado as contas foram apresentadas e aprovadas pelas Mesa Administrativa. Infelizmente, nesta Ata de 04/03/1906, não consta uma descrição detalhada dos gastos, mas apenas a menção dos livros de Talões e de Receita e Despesa.

No período das festividades religiosas o cotidiano das localidades era alterado. Segundo Campos, os ritos e solenidades que aconteciam durante a Quaresma e o Tríduo Sacro possuíam uma grande complexidade cultural e estimulavam o convívio social, já que na sua organização havia o envolvimento de amplos setores da sociedade, atestamos o trabalho de naturezas diversificadas que exigiam a contratação e o pagamento de vários profissionais como músicos, sermonistas, bordadeiras, costureiras, pintores, escultores, artesãos, comerciantes, etc. ¹⁴

Recebi do atual procurador da Ordem de São Francisco desta cidade o Ilmo Snr Claudiano José dos Santos, a quantia de mil e seiscentos reis importância de duas garrafas de vinho que comprou para os padres que solenizarão na Capela da dita Ordem o dia Sesta feira da Paixão, e por ter recebido a dita quantia de 1\$600 afirmo o presente. Sabará 26 de Março de 1864. Antônio Hilário de Souza Lopes.¹⁵

Para suprir todos os gastos com as festividades, os terceiros franciscanos, mesmo enfrentando momentos de crise financeira, recorriam às esmolas para suprir as suas demandas, revelando a persistência de uma visão providencialista em relação ao além, ou seja, as obras de piedade cristã deveriam trazer benefícios para aqueles que as praticassem.

¹² Arquivo Casa Borba Gato. Caixa: Irmandade São Francisco. Doc. 1- Livro de Atas. 19/03/1902.

¹³ Arquivo Casa Borba Gato. Caixa: Irmandade São Francisco. Doc. 1- Livro de Atas. 11/02/1906.

¹⁴ CAMPOS, 1997; 2004.

¹⁵ Arquivo Casa Borba Gato. Caixa: Irmandade São Francisco. Recibos, Contas. 26/03/1864.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

Exmo Snr Fábio Duarte, Tendo realizar a Procissão do Enterro nesta cidade venho pedir a V. Excía fineza de angariar algumas esmolas para a referida Procissão que se realizará no dia 26 de março do corrente ano. Desde já antecipamos os nossos agradecimentos e de Nosso Senhor Morto receberá a devida recompensa. Sabará, 28 de Fevereiro de 1937¹⁶.

Segundo os membros da comissão organizadora da Semana Maior em Sabará, a partir do século XX, “[...] O São Francisco é muito forte, é considerado o ícone da Semana Santa na nossa cidade”¹⁷.

Nos dias de hoje, a organização das festividades do período quaresmal e da Semana Santa, em Sabará, é feita pelos membros da Igreja e por uma Comissão composta por pessoas da cidade envolvidos, ativamente, em todas as etapas e detalhes das solenidades. A cidade é coberta de roxo e perfumada por manjerição.

Tradicionalmente, a Sexta-feira da Paixão inicia-se durante a madrugada com a via sacra de N. Sra das Dores que parte em procissão da Igreja de São Francisco até a Capela do Morro da Cruz. Além de acordar de madrugada, o íngreme caminho amplifica o caráter penitencial desse dia. Muitos devotos pagam as suas promessas seguindo o trajeto de joelhos, carregando pedras, cruzes, etc. No horário da tarde, acontece, na edificação carmelita o Sermão das Sete Palavras e a Adoração da cruz, conforme previsto e descrito no Livro de Compromisso dos carmelitas do século XVIII. O auge da Semana Santa é alcançado à noite, com a representação, muito realista, de cenas ao vivo da Paixão do Cristo que é flagelado, chicoteado pela Guarda Romana e seguido por uma multidão aflita de devotos, observadores e turistas. Todos são reconfortados pelo Canto da Verônica. O Cristo é crucificado e, em seguida é proferido o Sermão do Calvário.

A Sexta-Feira da Paixão é um dia de luto e profunda piedade levados ao extremo quando os pregadores impõem um ritmo dramático e persuasório a sua fala. Recorriam a exemplos morais e edificantes com o objetivo de comover aos fiéis, que eram conduzidos a refletir sobre as suas condutas.¹⁸

O sermão de inspiração barroca, elemento primordial no fasto fúnebre, apenas confirma uma evolução mais geral em que o adorno da linguagem,

¹⁶ Arquivo Casa Borba Gato. Caixa: Irmandade São Francisco. Correspondências e Diversos. 28/02/1937.

¹⁷ Entrevistas concedidas pelos membros da Comissão organizadora da Semana Santa sabarense, no dia 18//12/2012.

¹⁸ Sobre esse assunto conferir o trabalho de SANTOS, 1991.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

correspondendo a uma vincada exuberância estética e cerimonial, conflui para acentuar o efeito psicológico da comoção e do deslumbramento.¹⁹

A procissão do Enterro é armada pela Comissão organizadora com as figuras vivas representando os personagens bíblicos. O ator é substituído pela imagem do Cristo Morto que é acomodada no esquife ornamentado e coberto por um Pálio roxo sinalizando o lugar de maior relevância. O cortejo fúnebre é ainda composto pelo andor de N. Sra Das Dores, coral, banda e seguido pela comunidade comovida e silenciosa até a Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Os jovens participam muito disso aqui até porque, por exemplo, as figuras que saem na Semana Santa, as figuras bíblicas, nas procissões etc, isso ajuda muito a chamar os jovens, geralmente, são pessoas mais jovens que saem, isso ajuda muito, eles ficam interessados, principalmente, os grupos de teatro, depois que introduziu os quadros vivos, porque antes não eram quadros vivos, até os anos de 1969 era a imagem que era crucificada ... aí os jovens começaram a participar também, a partir daí as pessoas começaram a participar mais, essa introdução dos quadros vivos que compõem com o descendimento da cruz[...] a partir daí passou-se a fazer o descendimento da cruz com figura viva não a imagem, mais isso foi um pouco chocante, as pessoas mais tradicionais não gostaram [...] mas eu acho que isso serviu para atrair mais os jovens, eu acho que para isso não há retorno pelo menos enquanto houver gente fazendo isso[...] o grupo faz isso e os jovens acabam aderindo, uma adesão muito boa mesmo.²⁰

No dia anterior, na quinta-feira, assistimos a Abertura do Sepulcro, pontualmente às três horas da tarde. Esta solenidade acontece exclusivamente em Sabará e foi, por várias vezes, duramente criticada pelos membros da Igreja local que não participavam do rito, assim, era conduzido pela comunidade leiga que insistia em mantê-lo. Durante alguns anos essa cerimônia aconteceu na Capela do Rosário já que o padre nomeado para templo de São Francisco não concordava com a solenidade.

A Abertura do Sepulcro é a representação do velório do Cristo quando a imagem é exposta em um Sepulcro (nicho na mesa do altar mor) ornamentado por ricas alfaías, palmas barrocas, guirlandas de flores violáceas e manjerição. O Cristo do Sepulcro é reverenciado pelas pessoas que expressam a sua devoção beijando e tocando as Santas Chagas de joelhos. Cantos fúnebres são entoados por um coral de mulheres vestidas de negro aumentando o caráter dramático da solenidade. A imagem de N, Sra das Dores, em outra parte do recinto, também

¹⁹ D'ARAÚJO, 1989.p. 135.

²⁰ Membro da Comissão organizadora da Semana Santa sabarense em entrevista concedida no dia 18//12/2012. Sabará/MG. Optamos em transcrever as falas sem adequá-las a linguagem escrita evitando o risco de alterar o seu sentido.

recebe homenagens dos fiéis. Essas imagens são durante todo o rito, vigiadas por duas Guardas, uma composta por mulheres e a outra por homens vestidos com opas roxas e portando lanternas de prata nas mãos.

É importante ressaltar que muitas práticas, figuras e cerimônias aqui apresentadas já aparecem descritas na documentação antiga pesquisada e guardada nos arquivos históricos. A procissão do Enterro, minuciosamente detalhada pelo Livro de Compromisso dos Carmelitas do século XVIII, é exemplar nesse sentido, em pleno século XXI continuamos a encontrar os anjos do triunfo, ricamente vestidos, os anjos com roupas roxas conduzindo os martírios da Paixão, o padre segurando o Santo Lenho debaixo do pátio, dentre outras figuras. Assim, podemos afirmar que muitos elementos permanecem ao longo do tempo, resistindo às mudanças. São elementos que podem ser vistos como componentes de uma cultura residual barroca transplantada para a América Portuguesa durante o período colonial. Segundo Franco,

O gosto pela festa, pela pompa, pelo espetacular presente ainda hoje nas festas religiosas [...], retrata a manutenção de traços do quadro cultural setecentista e reafirma a existência de sistemas culturais, prolongados, segundo a teoria da ‘Longa Duração’ do historiador francês Fernand Braudel²¹

Segundo João José Reis, a Procissão do Enterro encenava o funeral de um Deus vitorioso, a quem os devotos desejavam encontrar depois de mortos. Assim, como os funerais dos Grandes, dos Monarcas, “do homem de valor”. Através do espetáculo, a sociedade enlutada manifesta a sua fidelidade póstuma através da “investidura fantástica pela Memória”.

[...] quanto mais intensa é a comemoração litúrgica da morte mais aguda se torna a consciência de salvar o tempo de uma vida, de transformar a sua recordação em História, e, conseqüentemente, em memória que se constrói, age e evoca.²²

Além das solenidades, as imagens e seus suportes exigem um tratamento especial nessas ocasiões e, no caso desse trabalho, gostaríamos de destacar os cuidados tomados com a imagem do Senhor Morto, seu esquife e sepulcro expostos e utilizados durante a Quinta e Sexta-Feira da Semana Santa.

As imagens da paixão: o senhor morto

²¹ FRANCO, 2003.

²² DÀRAUJO, 1989.

Segundo Emile Male, a arte serena do séc. XIII é substituída, nos séculos seguintes (XIV/XV), por representações apaixonadas e dolorosas. A arte italiana, influenciada pelo pensamento franciscano (teatro religioso), testemunha o nascimento de uma nova iconografia, passa a representar cenas trágicas, o sofrimento, a dor e a morte. As imagens do Cristo da Paixão são exemplares nesse sentido: o corpo de Jesus desnudo, coroado de espinhos, supliciado, ornamentado com os instrumentos da Paixão, lágrimas que compõem a essência do cristianismo, o sofrer. A partir do século XV, a Paixão de Cristo dirige-se ao coração dos fiéis, comovendo-os, o Cristo passa a ser representado em sua humanidade de forma patética.²³

As representações das Dores de Maria, de Nossa Senhora da Soledade, da Piedade, do Calvário, entre outras invocações, desenvolveram-se paralelamente às imagens da Paixão do Cristo, seguindo as determinações de Trento, a arte Barroca passa a destacar o culto à Virgem Maria, assim como, todos os dogmas da Igreja.

A idéia da Paixão da Virgem paralela à Paixão do Cristo é uma idéia favorita para os místicos que nunca separam em sua meditação a mãe do filho [...] Para eles, no mistério da Paixão, Jesus e Maria não somente estão unidos, mas que ambos formam um único ser.²⁴

A imagem de Nossa Senhora das Dores usada, tradicionalmente, a Procissão do Enterro faz parte do acervo da Igreja de São Francisco de Sabará. Segundo as informações do Cadastro de Bens Culturais/Inventário de Peças Móveis elaborado pelo IEPHA/MG nos anos 80, essa escultura em madeira data do 4º quartel do século XVIII, é policromada e de autoria desconhecida. Possui a estrutura de roca e vestimenta de tecidos, trás a mão esquerda ao peito e a direita sustentando um lenço para enxugar as lágrimas que lhe escorrem pela face. O rosto possui olhos de vidro, nariz afilado, boca fina e larga. A cabeleira é natural. Essa imagem possui uma cuidadora, moradora em Sabará, que é responsável por sua limpeza, vestes e preparação para as ocasiões solenes.

Na região da capitania das Minas Gerais desenvolveu-se um catolicismo peculiar, resultado das práticas dos leigos, dando-lhe um caráter confrarial apoiado nos aspectos exteriores e visíveis da fé e da pompa litúrgica. A religião católica, sustentada por dogmas e complexos princípios morais, resultava em dificuldade de compreensão aos fiéis. A arte Barroca, com o

²³ MÂLE, s/d, p. 96.

²⁴ MÂLE, s/d, p. 100.

apelo aos sentidos, vem facilitar esse processo, com a materialização, através de imagens de fatura erudita e popular, riqueza ornamental, aromas, música e pompa. Nas Minas, assim como em toda a América Portuguesa, houve uma expressiva difusão do culto e de obras alusivas à Paixão devido à sua capacidade de predispor sentimentos.²⁵

[...] essas imagens que todo mundo tem na mente, Sr. Do Passos, Sr. Morto, N. Sra. Das Dores e o manjeriço são coisas que estão na mente[...] quando a pessoa sente o cheiro do manjeriço em qualquer época lembra para ele a Semana Santa de Sabará [...] tem gente que planta porque gosta na culinária e por devoção [...] tem gente que avisa [...] não esquece de buscar, você precisa em qual Igreja para levar [...] às vezes a gente busca quando a pessoa não tem como levar, mas tem isso muito mesmo[...]²⁶

Neste trabalho iremos destacar, de forma especial, a imagem do Cristo Morto, que devido às articulações dos ombros, pode ser crucificada, descender da cruz e ser acomodada no esquife, para a Procissão do Enterro.

A versatilidade cênica é possível graças ao sofisticado sistema construtivo usado pelos artistas na concepção e elaboração das imagens processionais que podem ser divididas em imagens de roca, de vestir e articuladas. Segundo Quites, as imagens articuladas possuem a talha e a policromia bem elaboradas, semelhantes às imagens de talha inteira. Todavia, apresentam articulações encobertas por couro policromado. Algumas receberam pequenos detalhes de tecido ou rendas ornamentais, escondendo as articulações.²⁷ Assim, podemos afirmar que as imagens articuladas possuem um caráter bem mais dinâmico que as imagens de talha inteira, já que uma única peça pode desempenhar vários papéis.

A imagem do Senhor Morto encontra-se depositada no Sepulcro existente no altar mor da Igreja de São Francisco, antiga capela da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco. É de autoria desconhecida e foi executada em madeira, pintada a óleo com rubis incrustados, data da primeira metade do século XIX. Possui os olhos e a boca entreabertos, os cabelos esculpidos e a barba tratada em rolos. O tórax musculoso e os membros articulados. A pintura é muito expressiva e dramática, os ferimentos, os hematomas e as Santas Chagas são destacados.²⁸

²⁵ Sobre esse assunto conferir Ávila (2006), Campos (2010), Ângelo (1999).

²⁶ Membro da Comissão organizadora da Semana Santa sabarense em entrevista concedida no dia 18//12/2012.

²⁷ QUITES, 2001.

²⁸ IEPHA/MG, Cadastramento de Bens Culturais, Inventário de Peças Móveis, 24/05/1988.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

O motivo rememorado através de ritos e da homilética centra-se na humilhação e sofrimento humano do Cristo. Dor física, aflições e abandono assumem destacado valor expiatório, edificante e redentor da humanidade.²⁹

No Inventário de Alfaias da Irmandade de São Francisco estão arrolados vários objetos e imagens referentes à Paixão

1 imagem de Nosso Senhor crucificado de 3 palmos; 1 dita de Nossa Senhora das Dores; 1 dita de Nosso Senhor do Sepulcro; [...] 1 cruz de Santo Lengo dourada; [...] 1 imagem de N^a Sra da Piedade; [...] 1 cruz para a Via Sacra; [...] 1 tumba com colchão para as Procissões do Enterro; [...] 15 andores velhos; [...] 1 caderno de Septenário de N^a Sra das Dores; [...] 8 lanternas para Procissões; [...] 1 casula roxa; [...] 3 capas de asperges sendo: 1 branca, 1 preta e 1 roxa; [...] 1 véo e um pano preto que serve na 6^a feira da Paixão; [...] 1 peça de prata que orna a cruz e uma coroa de espinhos, com o peso de 440 gramas; 7 espadas, 1 diadema e uma pena de prata com peso de 140 gramas; [...] 1 diadema de N. S. do Sepulcro, com uma grisólita grande no centro, de prata, com peso de 585 gramas”³⁰



Imagem 1- Santo Sepulcro decorado com alfaias de renda e coroas de flores de tecido confeccionadas pela cuidadora da Imagem do Senhor Morto. Altar Mor da Igreja de São Francisco em Sabará/MG.

²⁹ CAMPOS, 2004.

³⁰ Arquivo Casa Borba Gato. Caixa: Irmandade de São Francisco. Inventário de Alfaias 05/08/1900. Sabará/MG.

Essa imagem é tratada com todos os cuidados pelas por gerações de famílias da comunidade. Além da imagem, essas pessoas decoram o Sepulcro onde o Cristo é exposto à adoração dos fiéis e o esquife do Senhor Morto que é utilizado na Procissão do Enterro.

[...] Mamãe dizia que ela fazia o papel de Madalena [...] eu limpo o corpo do Cristo [...] depois que a imagem foi restaurada eles proibiram o uso do perfume.
³¹

A imagem, atualmente, é limpa com um pano macio, levemente umedecido e perfumada pelos chumaços de algodão embevecidos em perfumes que preenchem as Chagas do Senhor. O perizônio é feito de cambraia de linho e rendas, alvejado e engomado e amarrado por um cordão branco.

[...] agora eu só ponho o perfume nas chagas [...] antigamente o perfume era doado pelas famílias, que todo ano mandavam um vidro de perfume, depois as pessoas foram morrendo [...] há uns três anos as pessoas pararam de dar, então a minha mãe ia no Boticário e a moça dava as amostrinhas [...] as pessoas gostam de por e tirar [o algodão] para levar para por em machucado, em dor, gente que tem crença com as Chagas ³².

O sepulcro é ornamentado por tecidos roxos e brancos finamente bordados e conservados por mais de um século, coroas de flores violáceas feitas de tecidos e metal e o manjeriço. Durante a Abertura as pessoas visitam o Sepulcro, oram e reverenciam a imagem do Cristo.

O esquife do Senhor morto é esculpido em jacarandá, forrado por um colchão de espuma e coberto por um lençol violáceo e um virol e fronha de linho bordados. A imagem do Senhor Morto, é acomodada no esquife e coberta por uma colcha centenária de veludo verde escura entremeada por tiras de crochê bege.

³¹ Membro da Comissão organizadora da Semana Santa sabarense em entrevista concedida no dia 18/12/2012.

³² Membro da Comissão organizadora da Semana Santa sabarense em entrevista concedida no dia 18/12/2012.



Imagem 2 – Alfaias guardadas e organizadas pela cuidadora da imagem: Colcha, lençol e perizônio do Senhor Morto. Quando os tecidos ficam muito puídos são substituídos por novos, entretanto, os bordados e trabalhos em crochê são preservados e transferidos para as novas peças.



Imagem 3 – Lençol centenário de cambraia de linho bordado usado para decorar o sepulcro e esquife do Senhor Morto.

Além das alfaias em tecidos, é uma tradição sabarense o uso das “Palmas Barrocas” na ornamentação dos templos e objetos usados nas procissões. Tratam-se de flores e folhas feitas de folhas de cobre, que são moldadas, cortadas e esculpidas, utilizando-se ferramentas e moldes próprios para tal trabalho e pintadas de cores variadas, no caso específico do período quaresmal e da Semana Santa, há o predomínio do roxo e do verde. Além dessas alfaias são usadas flores naturais e o manjeriço que perfuma todo o ambiente.



Imagem 4 – Palma Barroca pintada de roxo utilizada na decoração dos altares, sepulcro, andores e esquife do Senhor Morto durante o período quaresmal e Semana Santa.



Imagem 5- Ferramentas, moldes e folhas de cobre usados para a feitura das palmas barrocas.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos compreender como as Festas Religiosas tradicionais são praticadas e, de certa maneira, preservadas nas cidades antigas de Minas Gerais. Resultado de reminiscências ou resíduos da cultura do Barroco transplantada para a nossa região durante o período colonial, essas cerimônias são mantidas por pessoas sensíveis a estas manifestações que as identificam enquanto grupo social.

Conseguimos perceber transformações, semelhanças e rupturas nas práticas culturais expressas nessas solenidades e em todas as atividades que acontecem motivadas por elas. As permanências de certas práticas extrapolam o desejo de preservação da comunidade local, demonstrando, segundo Meneses (2012),

[...] a consciência de que vive e constrói um patrimônio pessoal que é, também, um patrimônio de todos. Uma autoconsciência de que faz parte de uma cultura

e de uma natureza que todos tomam como identitária de um viver valoroso que ninguém quer perder.³³

Muitas vezes acreditamos que a preservação dos patrimônios acontece graças, principalmente, a existência de políticas preservacionistas e projetos de Educação patrimonial que são constituídos e formulados a partir de uma prática acadêmica distanciada, na maioria das vezes, da vivência local, sem levar em conta as práticas preservacionistas já existentes no cotidiano das comunidades.

Nas entrevistas realizadas estão expressos os cuidados e a preocupação em se preservar a memória e as tradições. Não estamos de maneira alguma, desmerecendo a importância das ações voltadas para a Educação e valorização dos patrimônios das localidades, implementados por políticas do Estado ou por iniciativas privadas, mas, pretendemos destacar a necessidade de se valorizar as vivências locais e a participação das comunidades nesses processos.

[...] hoje são muitos jovens envolvidos, curiosamente isso estava desaparecendo, quando alguns padres vieram para cá eles começaram a deturpar ou sentir que as tradições da cidade eram aberrações [...] que bobagem, esse negócio de descendimento é um absurdo, em plena 5ª feira os leigos abrindo o Sepulcro e nas cerimônias da Igreja os padres falando mal, mas as pessoas enfrentaram os padres e nós vencemos, a cidade venceu, hoje eles aceitam [...] chegou um ponto que esse bispo que veio para aqui chamou a atenção dos padres dizendo que eles estavam prejudicando o andamento da Igreja indo contra as tradições da cidade que eles tinham que respeitar, se não queriam participar que, pelo menos, não falassem mal, houve uma reação muito forte da cidade contra isso. Os jovens, que vão sempre foram na Abertura do Sepulcro, sempre foram lá no sepulcro para beijar o Senhor Morto e o Senhor do Passos, que gostam de participar de Semana Santa, esses jovens que lutaram contra os padres, chamaram a atenção [...] fizeram até folhetos dizendo que tinham que respeitar as tradições [...] a gente fazia muito isso, aqui foi uma vitória da população, vitória da fé, da tradição, e isso hoje já está tranquilizado novamente, tanto que nós pudemos voltar com ele [Abertura do Sepulcro] lá para o São Francisco.³⁴

Da mesma maneira, representantes da expressam a sua visão em relação às atitudes relacionadas à preservação das solenidades tradicionais da Semana Santa,

Uma outra coisa que parece uma aberração, mas a imprensa ajudou muito isso, porque a gente trouxe a imprensa aqui e mostrou isso aí [...] a imprensa sempre teve muita força em termos de convencimento e isso fez com que os jovens passassem a achar interessante também fazer isso [...] é um negócio que até a

³³ MENESES, 2012, p.24.

³⁴ Membro da Comissão organizadora da Semana Santa sabarense em entrevista concedida no dia 18//12/2012.

imprensa mostra, por que nós não vamos fazer? [...] A imprensa parece que deturpa às vezes ou não, mas ela fez o papel dela bem aqui no caso de preservar por que isso estava caindo muito, no caso da participação dos jovens, a partir dos quadros vivos, da parte da imprensa falando e noticiando fez com que mantivesse as tradições, a gente então procura corresponder e não deixar deturpar e virar uma coisa carnavalesca.³⁵

É fundamental reconhecer o valor e a participação de cada membro das comunidades locais na construção e na interpretação dos bens culturais e não reduzir tais ações aos interesses exteriores descolados daquilo que efetivamente é importante para aquele grupo. A Memória seleciona, interpreta e dá sentido às experiências, portanto, quando falamos em desvendar e proteger os bens patrimoniais estamos preservando as vivências cotidianas.

O bem com valor de patrimônio, qualquer que seja a sua natureza, tem menos haver com as interpretações dos historiadores, etnólogos, arqueólogos e mais ligado com o sentimento de herança, de legado, de identidade, embora não se possa diminuir o valor das interpretações acadêmicas. Essas devem seguir um percurso de identificação e submeterem-se, serem sensíveis, à memória social construída e em construção pelas comunidades que guardaram os bens interpretados. Aí qualquer pasteurização interpretativa é execrável e não contribui com a preservação, e muito menos com a sua sustentabilidade e valorização por quem quer conhecer e entender o sentido das construções identitárias.³⁶

Os patrimônios Culturais são dinâmicos, sujeitos às mudanças e transformações, não são bens congelados e prisioneiros do passado, eles se fortalecem, também, através dos contatos e das trocas culturais e pela importância reconhecida e dada, fundamentalmente, pelas próprias comunidades.

Referências bibliográficas

ANGELO, Rosana de Figueiredo. *A Venerável Ordem Terceira do Carmo de Sabará: pompa barroca, manifestações artísticas e as cerimônias da Semana Santa (século XVIII a meados do século XIX)*. Dissert. Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 1999. 172p.

ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas Gerais: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2006.

_____. *Iniciação ao Barroco Mineiro*. SP: Nobel, 1984.

³⁵ Membro da Comissão organizadora da Semana Santa sabarense em entrevista concedida no dia 18//12/2012.

³⁶ MENESES, 2012, p.27.

- CAMPOS, Adalgisa Arantes. O Triunfo Eucarístico: Hierarquias e Universalidade. In: *Revista Barroco*, BH, n°15, p. 461-7, 1990/92.
- _____. Quaresma e Tríduo Sacro nas Minas Setecentistas: cultura material e liturgia. In: *Revista Barroco*, BH, n°16, p. 209/20, 1997.
- _____. “Piedade Barroca, obras artísticas e armações efêmeras: as Irmandades do Senhor dos Passos em Minas Gerais”. In: *Anais do VI colóquio luso-brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro: CBHA/PUC-Rio/UERJ/UFRJ, 2004.
- _____. *Arte Sacra no Brasil Colonial*. BH: C/Arte, 2011.
- CASTAGNA, Paulo. A Procissão do Enterro: uma cerimônia pré-tridentina na América Portuguesa. In: *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, volume II/István Jancsó, Iris Kantor (orgs). São Paulo:Hucitec:Ed. USP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001 – (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v. 3), p.829.
- D`ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. Morte, Memória e Piedade Barroca. In: *Revista de História das Idéias*, vol. II, 1989. p.141.
- FRANCO, Suely Campos. A obra colonial portuguesa em Minas Gerais: as festividades religiosas de ascendência ibero-barroca persistentes em Minas Gerais. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-obra-colonial-portuguesa-Suely-Campos-Franco.pdf>
- MÂLE, Emile. *El arte religioso Del siglo XII AL siglo XVIII*. México, Fondo Del Cultura.
- MENESES, Jose Newton Coelho. A Patrimonialização da Vida: vivência, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: *Valor Patrimonial e Turismo: limiar entre História, território e poder*/Evaldo Batista da Costa, Leandro Benedini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores). SP: Outra Expressões, 2012.
- QUITES, Maria Regina Emery. Imaginária processional: classificação e tipos de articulações. *Imagem Brasileira*, Belo Horizonte, n°1, p. 129-34, 2001.
- REIS, João José . *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX*. SP: Cia das Letras, 1991.
- SANTOS, Eugênio. Missões Populares e Festa Barroca: um aspecto da sensibilidade coletiva. In: *Congresso Internacional do Barroco*, I, Actas, 1991. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1991. p. 641-8. vol. II. p 641-8.
- VIDE, Dom Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. SP: Typographia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

Aspectos iconográficos e as representações das invocações dos Cristos da Paixão e Cristo Morto nas esculturas dos retábulos laterais da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto (MG)

Lia Sipaúba Proença Brusadin
Mestranda – UFMG
liaunesp@hotmail.com

RESUMO: No período Barroco a arte exercia função de ensinar e, especialmente, ensinar a ser um bom cristão. Durante o século XVIII no Brasil colônia na região das Gerais uma das formas de perpetuar a religiosidade cristã era por meio das procissões e suas imagens devocionais. Estas eram geralmente esculturas em madeira policromada divididas em três classificações: Imagens de Talha Inteira, Articulada e de Vestir. O presente estudo tem como objetivo analisar as invocações e representações iconográficas das esculturas de Jesus Cristo no momento de sua Paixão, presentes nos retábulos laterais da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto – MG, que correspondem às seguintes etapas da vida e morte de Cristo: Jesus no Horto; Jesus é Preso; Jesus é Flagelado; Eis o vosso Rei; Eis o Homem; Conduziu a pesada cruz; Cristo Morto. As imagens da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto são compostas por essas três classificações, e apresentam outra característica singular, nos retábulos em que se encontram, possuem a tarja com a inscrição em latim do momento da cena da Paixão que representam, excetuando a imagem do Senhor Morto. Sob esse âmbito, o critério de julgamento não é a conformidade com um modelo, mas seu poder de persuasão, em relação aos espectadores. Ao analisar iconograficamente as imagens que são o objeto de estudo desta pesquisa, pretendeu-se interpretar a mensagem que cada cena gostaria de passar e que para muitos ainda passa, assim, compreender aquele imaginário religioso do Homem do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Iconografia; Escultura; Ordem Terceira Nossa Senhora do Carmo - Ouro Preto.

Introdução

A imaginária devocional do século XVIII está diretamente associada ao local sagrado, não obstante faz parte da cultura barroca e do desejo de um realismo visual. As imagens devocionais devem ser reconhecidas como importante fonte histórica, sua atuação vai além do âmbito religioso, está imbricada na vida social, econômica e política dessa época, configurada no imaginário do Brasil colônia, especificamente na região das Gerais. Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo analisar as invocações e representações iconográficas das esculturas de Jesus Cristo no momento de sua Paixão, presentes nos retábulos laterais da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto – MG.

No contexto religioso luso-brasileiro os retábulos são importantes elementos litúrgicos, são móveis sacros que se configuram como uma estrutura ornamental, destinados ao santo padroeiro. Estes ficam localizados na parte superior do altar, mesa aonde se rezavam as missas, por vezes, genericamente são chamados de altar¹. Nessa análise, os retábulos são compreendidos como estruturas narrativas que dialogam com as imagens que os compõem.

Os retábulos laterais da Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto possuem a tarja com a inscrição em latim do momento da cena da Paixão que cada escultura representa, excetuando a imagem do Senhor Morto. A tarja ocupa o alto do retábulo, e também frequentemente o coroamento do arco cruzeiro, quase sempre é guarnecida de ornatos, como flores e festões, que emolduram o escudo, composto por um símbolo ou alguma inscrição².

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto é a única da cidade que apresenta as tarjas de seus retábulos laterais com a inscrição em latim. Tal característica facilita na leitura iconográfica das imagens que os compõem, na busca dos temas referentes aos textos religiosos da Bíblia. Os temas iconográficos presentes nesses retábulos correspondem às seguintes etapas da vida e morte de Cristo: Jesus no Horto; Jesus é Preso; Jesus é Flagelado; Eis o vosso Rei; Eis o Homem; Conduziu a pesada cruz; Cristo Morto.

Nesse sentido, as imagens devocionais fazem parte do culto religioso, todavia, são objetos de devoção e adoração popular, visto que estavam onipresentes no cotidiano social, político e econômico setecentista e por toda região das Gerais. Estas eram geralmente esculturas em madeira policromada³, de vulto⁴ e divididas em três classificações: Imagens de Talha Inteira, Articulada e de Vestir⁵. As imagens da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto compõem as três categorias de classificação, genericamente essas imagens são denominadas por Imagens Processionais.

¹ Cf. ÁVILA; GONTIJO; MACHADO, 1997, p. 170.

² Idem, p. 176.

³ As esculturas policromadas são ornamentadas com douramentos e cores variadas, aonde suporte e superfície formam um todo indissociável, dessa maneira são compostas por forma e cor. Cf. SERCK-DEWAIDE, 2005, p. 1 a 6.

⁴ De acordo com Quites as Imagens de vulto completo ou redondo são caracterizadas por ter suas dimensões de altura, largura e profundidade livres do espaço; podendo ser tratadas como objeto completo isolado de seu contexto. Cf. QUITES, 1997, p. 43.

⁵ Sobre a classificação geral das esculturas policromadas em madeira ver: QUITES, 2006, p. 245 a 257.

Esse tipo de imaginária era muito utilizada nas procissões e festividades da Semana Santa, como na Procissão do Triunfo e Procissão do Enterro⁶, no caso da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto, estas eram datas oficiais do calendário litúrgico e comemorações das ordens terceiras e irmandades, onde tais imagens saíam a céu aberto, sendo de grande apelo devocional e de sociabilidade entre os fiéis.

A partir da análise da iconografia das esculturas da Paixão e do Cristo Morto nos seus retábulos, foram identificados os seus respectivos temas e a mensagem que cada representação queria transmitir didaticamente para os fiéis cristãos daquela época. Nesse sentido, pensar na interpretação dessas imagens, tendo em vista que são imagens formalmente do estilo rococó, mas que na composição simbólica fazem parte de uma mentalidade barroca fundamentada na leitura visual.

Destarte, iniciaremos a análise das invocações e representações de Jesus Cristo, isto é, as etapas da vida e morte de Cristo, de forma cronológica dos acontecimentos e também na ordem que se apresentam em seus retábulos.

Senhor no Horto das Oliveiras ou Getsemani

É a passagem de quando Jesus e os apóstolos deixam o Cenáculo e se dirigem ao Monte ou Horto das Oliveiras. Jesus vai com os apóstolos a uma propriedade chamada Getsemani. A descrição mais comovente sobre a agonia de Jesus no Jardim do Getsemani encontra-se no Evangelho de Lucas (22: 39-44)⁷:

Jesus obedece ao pai – Jesus saiu e, como de costume, foi para o monte das Oliveiras. Os discípulos o acompanharam. Chegando ao lugar, Jesus disse para eles: “rezem para não caírem na tentação.” Então, afastou-se uns trinta metros e, de joelhos, começou a rezar: “Pai, se queres, afasta de mim este cálice. Contudo, não se faça a minha vontade, mas a tua!” Apareceu-lhe um anjo do céu, que o confortava. Tomando de angústia, Jesus rezava com mais insistência. Seu suor se tornou como gotas de sangue, que caíam no chão.

De acordo com Maria José Assunção da Cunha (1993), essa invocação, normalmente é representada de joelhos, em atitude de oração e tristeza, suando sangue, podendo, por vezes, incluir um anjo alado trazendo um cálice nas mãos.

⁶ Mais informações a respeito da Procissão do Triunfo Cf: CAMPOS, 2003, p. 99 a 109.

⁷ Essa cena está presente nos seguintes Evangelhos: Mc. 14, 32-36; Mt. 26: 36-42.

Analisando iconograficamente o cálice, que é por vezes substituído por uma cruz, representa a passagem da Páscoa ou a Última Ceia. A antiga Páscoa foi transformada em Ceia do Senhor quando Jesus Cristo se reúne com seus apóstolos para comemorarem juntos a ceia pascal. Assim, o cálice de vinho simboliza a morte de Jesus Cristo e a nova aliança por ele ratificada com seu sangue, reconciliando os Homens com Deus.

Já a cruz, é o símbolo por excelência dos cristãos, ensinando que por meio dela Jesus Cristo realizou a redenção dos Homens. Visto que, em Chevalier (2009), a cruz simboliza o Crucificado, isto é, Jesus Cristo, o Salvador, e é ainda mais que a figura de Jesus, a cruz se identifica com a história humana, é também a ligação desta história com a de Jesus, filho de Deus Pai.

Na representação da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto sobre Jesus no Horto das Oliveiras, se tem a figura de Jesus Cristo, em tamanho natural, de joelhos com uma peruca de cabelos naturais e uma auréola na cabeça, indicando o sagrado. Veste uma túnica púrpura cingida por uma corda marrom, a cor púrpura ou violeta é a da temperança representa o equilíbrio entre terra e céu, é a cor da Paixão.



Imagem 1: Retábulo consagrado a Jesus no Horto
 Lia Sipaúba 02/04/2013

A expressão de Jesus é de agonia, com os olhos voltados para o anjo presente na cena. Com relação à figura do anjo, também conhecido por anjo da amargura, veste uma túnica branca, cor da teofania, olha para Jesus em gesto de acolhimento e segura um cálice nas mãos.

As tarjas presentes no coroamento desses retábulos seriam mais uma forma de ensinar a doutrina cristã, ou reafirmar aquela passagem configurada através da escultura presente nesses retábulos. As Ordens Terceiras seguiam uma iconografia específica, baseada nos programas e modelos das ordens européias.

Antigamente, essas ordens eram compostas por homens de posse, estes, por sua vez, teriam a possibilidade de um maior acesso as Letras e a um entendimento do que aquelas inscrições nas tarjas queriam passar, que no caso, são passagens bíblicas das cenas que as esculturas representam. Era uma forma de diferenciação dos membros dessa ordem terceira em relação às demais irmandades.



Imagem 2: Detalhe da Tarja e Anjos Adoradores com a inscrição em latim:
"Angelus de caelo confortans eum"
 Lia Sipaúba 02/04/2013

Ademais, na região do coroamento do retábulo, se tem anjos adoradores, aonde se observa que um deles segura um cálice, atributo correspondente a cena retratada, já o outro anjo

adorador perdeu seu atributo. Nas decorações barrocas, os anjos em adoração estão normalmente situados nas partes mais altas, segurando ou mostrando tarjas com emblemas referentes aos donos dos altares.

Jesus é Preso

No julgamento terreno, Jesus passou por um processo religioso, ou seja, o processo judaico, ante ao sumo sacerdote, e por um processo político, o romano, ante ao governador Pilatos. Assim, o processo religioso começou na Casa de Anás, onde foi conduzido atado por cordas, depois de ter sido denunciado por Judas no Horto das Oliveiras. O interrogatório, que não era oficial, queria averiguar no que consistia a doutrina religiosa pregada por Jesus e seus seguidores. Somente São João trata desse episódio (Jo 18: 19-23)⁸.

Testemunho de Jesus diante do poder religioso – então o sumo sacerdote interrogou Jesus a respeito dos seus discípulos e do seu ensinamento. E Jesus respondeu: “Eu falei às claras para o mundo. Eu sempre ensinei nas sinagogas e no Templo, onde todos os judeus se reúnem. Não falei nada escondido. Por que você me interroga? Pergunte aos que ouviram o que eu lhes falei. Eles sabem o que eu disse.” Quando Jesus falou isso, um dos guardas que estavam aí deu uma bofetada em Jesus e disse: “É assim que respondes ao sumo sacerdote?” Jesus respondeu: “Se falei mal, mostre o que há de mal. Mas se falei bem, por que você bate em mim?”.

No exemplar dessa passagem no Carmo de Ouro Preto Jesus veste uma túnica púrpura, tem o pescoço e as mãos atadas por cordas e apresenta um machucado na bochecha esquerda devido à bofetada que levou do soldado na casa de Anás.

⁸ Ver: Lc 22: 54-65; Mc 14: 53-65; Mt 26: 57-68.



Imagem 3: Detalhe do rosto da imagem de Jesus
 retábulo consagrado a Jesus Preso
 Lia Sipaúba 01/04/2013

Esse retábulo contém ainda, no frontal do altar, uma tarja com uma representação de uma das passagens do profeta Jeremias. A inscrição na tarja se refere ao quarto período das ações proféticas de Jeremias que corresponde à queda de Jerusalém (586 a. C.) e ao sofrimento de Jeremias ao ser preso.



Imagem 4: Tarja com a inscrição em latim:
 “*coerum eum miserunt in carcerem*” (Jeremias, cap. 37, v. 14)
 Traduzida por: “*Mutilado, enviaram-no para o cárcere*”
 Lia Sipaúba 01/04/2013

Como Jeremias, Jesus também foi aprisionado e declarado traidor por falar a verdade de Deus, essa inscrição mostra que a palavra profética não fica aprisionada, ela se concretiza pela salvação divina.

Esse tipo de iconografia está relacionado com a arte religiosa simbólica da Idade Média do século XVII, sendo o Antigo Testamento a prefiguração do Novo Testamento. Segundo Hansen (2006), a interpretação tipológica distingue *tipos* nas personagens e eventos do Antigo Testamento, é a forma cristã e medieval da alegoria dos teólogos ou hermenêutica, segundo a qual uma personalidade histórica, na Bíblia, é a *figura* encarnada da Revelação a vir. Os tipos antecipam a salvação a vir com Cristo e prefiguram sua pessoa e sua obra.

Cristo Flagelado ou Senhor da Coluna

Tal passagem é contada pelos quatro Evangelistas⁹ de maneira mais simplificada, e é somente no Evangelho de Mateus que se estende mais sobre este fato. Para ter certeza de que Jesus seria condenado à morte, foi necessário conduzir também o julgamento perante o governador romano, Pilatos. De tal modo, diante Pilatos Jesus é flagelado, condenado à morte e entregue aos soldados.

Pilatos perguntou: “E o que eu vou fazer com Jesus, que chamam de Messias?” Todos gritaram: “Seja crucificado!” Pilatos viu que nada conseguia, e que poderia haver uma revolta. Então mandou trazer água, lavou as mãos diante da multidão, e disse: “Eu não sou responsável pelo sangue desse homem. É um problema de vocês.” O povo todo respondeu: “Que o sangue dele caia sobre nós e sobre nossos filhos.” Então Pilatos soltou Barrabás, mandou flagelar Jesus, e o entregou para ser crucificado (Mt 27: 22-26).

Essa invocação do Cristo flagelado também pode ser denominada como Senhor da Coluna, onde Cristo flagelado tem as mãos atadas por cordas, caídas sobre o ventre ou uma coluna. Seu corpo apresenta sangramentos e hematomas. No caso da escultura presente na Igreja do Carmo de Ouro Preto, Jesus está vestindo o perizônio branco esculpido, apresenta os sinais da flagelação, tem os braços cruzados e atados por uma corda, e ao seu lado esquerdo está à coluna, que simbolicamente significa suporte, eixo da solidez de uma construção.

⁹ Consultar: Jo 19: 1; Lc 23: 22-25; Mc 15: 12-15.



Imagem 5: Retábulo consagrado a Jesus Flagelado
 Lia Sipaúba 31/03/2013

Os anjos adoradores carregam os símbolos do martírio de Cristo, a palma e a coluna:



Imagem 6: Anjos Adoradores com os símbolos do martírio
 Lia Sipaúba 31/03/2013

Eis o Vosso Rei, Cristo da Coroação de Espinhos, Senhor da Cana Verde ou Senhor da Pedra Fria

Os evangelhos de Marcos e Mateus dão uma versão muito parecida sobre esta passagem, a qual é contada por todos os evangelistas¹⁰. Acontece quando Jesus volta novamente ao Pretório e o vestem como um rei burlesco, com um manto vermelho, uma coroa de espinhos e lhe põe na mão direita uma cana para imitar um cetro.

O verdadeiro rei – Em seguida, os soldados de Pilatos levaram Jesus ao Palácio do governador, e reuniram toda tropa em volta de Jesus. Tiraram a roupa dele e o vestiram com um manto vermelho; depois teceram uma coroa de espinhos, puseram a coroa em sua cabeça, e uma vara em sua mão direita. Então se ajoelharam diante de Jesus e zombaram dele, dizendo; “Salve, rei dos judeus!” (Mt 27: 27-29).

Na imagem de Cristo, presente na Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto, Jesus está sentado, com chagas por todo o corpo, as mãos atadas por uma corda; veste o manto vermelho, a cana verde está ao seu lado direito. Na cabeça não apresenta a coroa de espinho, o que é usual nesse tipo de representação, apresenta a auréola, mostrando sua divindade.

¹⁰ Consultar: Jo 19: 2-3; Lc 23: 11; Mc 15: 16-18.



Imagem 7: Retábulo consagrado a Eis o Vosso Rei
 Lia Sipaúba 04/04/2013

Na arte cristã, a imagem de Cristo tenta transmitir aos fiéis o que Ele significa como redentor. É o centro da religião cristã e verdadeiro rei, pois se apresenta como salvador da humanidade. Essa representação também conhecida como Senhor da Cana Verde, Cristo da Coroação de Espinhos ou Senhor da Pedra Fria.

Ecce Homo, Eis o Homem

É um dos temas iconográficos mais difundidos da Paixão, faz parte do imaginário da Idade Média Tardia, dá ênfase ao patético, e se encontra somente no Evangelho de João (19, 5): “Então Jesus foi para fora. Levava a coroa de espinhos e o manto vermelho. Pilatos disse-lhes: ‘Eis o Homem!’”. Este é o momento em que Jesus ensanguentado é apresentado por Pilatos ao povo da porta ou janela do Pretório.

A imagem da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Ouro Preto apresenta-se de pé, corpo flagelado, com o pescoço e as mãos atados por uma corda, veste a capa vermelha e tem a cana verde ao seu lado direito. À frente desta imagem se tem uma espécie de

guarda-corpo, representando as portas ou janelas do Pretório, ocasião em que Jesus é apresentado ao povo por Pilatos.



Imagem 8: Retábulo consagrado a Jesus no Pretório
Lia Sipaúba 03/04/2013

Como no retábulo que representa a passagem de Jesus Preso, o retábulo dedicado ao *Ecce Homo*, possui na região frontal do altar uma tarja com uma imagem entalhada e uma inscrição. Essa tarja remete ao Antigo Testamento, constando o livro de Jó, que têm como principal tema o movimento da Sabedoria, Jó era um homem temente a Deus, e que apesar de tudo se manteve paciente e fiel ao mesmo. Assim como Jesus Cristo, Jó mesmo tendo o corpo coberto por chagas continuam a manter sua confiança em Deus.



Imagem 9: Tarja com a inscrição em latim:

“Satan a facia domini percussit Job ulcere Pessimum, a planta pedis” (Jó, Cap. 2, v. 7)

Traduzida por: *“Satanás saiu da presença do Senhor e feriu Jó com horrível chaga, desde a planta do pé até o alto da cabeça”*

Lia Sipaúba 03/04/2013

Os fiéis, ao verem esta tarja, devem refletir sobre sua vida cotidiana a fim de aprender a articular com a experiência religiosa, através da figura de Jesus bem como com a representação da passagem de Jó. Mostra também a teodicéia, a coexistência de Deus e do mal, Satanás, temas característicos da cultura barroca.

Segundo Benjamin (2011) o teatro da vida humana (aonde as artes são encenação), afligida pelo pecado, pela morte e por Satã, que humilham a triste carne enquanto a divertem e agitam, são motivos associados ao luto, a fugacidade do tempo, o da vaidade e da morte. Jeremias e Jó são homens, *exemplo, figura ou tipo* que prefiguram Cristo cada um em seu tempo. Este era o modo medieval de formar e interpretar alegoricamente, pelo qual uma ação ou personagem histórica é a prefiguração, no tempo, de uma ação posterior.

Jesus Carregando a Cruz-às-Costas, Senhor dos Passos ou Jesus Nazareno

Essa cena representa o caminho de Cristo do Pretório até o Calvário, narrada pelos quatro evangelistas e com maior detalhamento da cruz que Jesus leva no evangelho de João (19: 16-17): “Então, finalmente, Pilatos entregou Jesus a eles para que fosse crucificado. **O Crucificado** – Eles levaram Jesus. Jesus carregou a cruz nas costas saiu para um lugar chamado “Lugar da Caveira”, que em hebraico se diz “Gólgota”.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Em sua maioria as imagens que representam esta invocação são de vestir, com cabelos e roupas naturais, geralmente saem nas procissões da Semana Santa. Nessa cena, Jesus Cristo carrega a cruz no ombro esquerdo, em posição genuflexa, apresenta sangramentos pelo corpo e usa a coroa de espinhos. Veste uma túnica roxa, amarrada na cintura por um cordão (CUNHA, 1993, p. 37). A imagem do Carmo de Ouro Preto tem um resplendor preso à cabeça, o que é comum nesse tipo de representação.



Imagem 10: Retábulo consagrado ao Senhor dos Passos
Lia Sipaúba 02/04/2013

Essa invocação, de Jesus carregando a cruz-às-costas, ou Jesus de Nazareno, ficou conhecida no Brasil como Senhor dos Passos, é um tema iconográfico muito difundido na Península Ibérica e nas colônias americanas do sul. A representação do Senhor dos Passos era sempre de grande dramaticidade e sofrimento, com o intuito de mostrar os passos percorridos por Jesus Cristo, “carregando a sua cruz”, ou seja, seu fardo, para os Homens obterem a sua salvação.

Nesse retábulo, os anjos adoradores também seguram os símbolos da crucificação de Cristo, o primeiro uma cruz e o segundo os cravos que serão utilizados para pregar Jesus à cruz na cena da Crucificação.



Imagem 11: Detalhe dos anjos adoradores segurando os símbolos da crucificação
 Lia Sipaúba 02/04/2013

Senhor Morto

A arte e o destino humano estavam entrelaçados na configuração da perpetuação da religião cristã, artifício que vem desde a Idade Média e foi restituído pelo ideal da Contra-Reforma. Destarte, fez nascer um novo tipo de arte, com suas próprias leis e regras, a arte é didática, a morte e o sofrimento são enfatizados, essa escatologia trata da fugacidade da vida terrena e dos bens materiais. Nada Melhor que a representação da Paixão e da Morte de Cristo, o qual por meio de seu suplício ensinou os mais nobres sentimentos da fé cristã.

A morte do Senhor é o momento depois da crucificação, o corpo de Jesus foi envolvido em faixas de linho, ungido com aromas e deposto num túmulo cavado na rocha¹¹. José de Arimatéia, que era discípulo às escondidas de Cristo, pois tinha medo das autoridades dos judeus, evita-lhe a desonra final de ser enterrado em uma fossa comum, juntamente com Nicodemos

¹¹ Consultar: Lc 23: 50-53; Mc 15: 42-47; Mt 27: 57-60.

retira o corpo de Cristo da Cruz: “Então eles pegaram o corpo de Jesus e o enrolaram com panos de linho junto com perfumes, do jeito que os judeus costumavam sepultar” (Jo 19: 40).

De acordo com os estudos de Cunha (1993), essa é a representação de Jesus Cristo descendido da cruz, a caminho do sepulcro, geralmente são imagens de tamanho natural colocadas em esquifes, e levadas na Procissão do Enterro. Pode possuir peruca de cabelos naturais. A cabeça fica levemente inclinada e os cabelos caem nos ombros, os braços estão rente ao corpo, e as mãos e pés apresentam os estigmas da crucificação. O Senhor Morto do Carmo de Ouro Preto exhibe estas características e está coberto por um lençol branco e deita a cabeça sobre um travesseiro da mesma cor.



Imagem 12: Cristo Morto
 Frontal do altar do retábulo consagrado a Jesus no Horto
 Lia Sipaúba 05/04/2013

Esse tipo de escultura, que são anatomizadas e apresentam articulações em especial na área dos ombros, também eram utilizadas para representar a cena da crucificação, isto é, Jesus Crucificado. O motivo disso é a possibilidade de mudança de posição dos braços, onde, na primeira representação o Cristo apresenta os braços suspensos na cruz, sendo a invocação do Nosso Senhor do Bonfim, e a segunda, a qual Cristo tem os braços junto ao corpo e deitado, se tornando o Senhor Morto.

Nesse sentido, a representação do cadáver de Cristo, está intimamente relacionada ao tema do *vanitas*, ou vaidade da vida, lema central da cultura Barroca. Este tem a finalidade moral

de ensinar a lição dos Eclesiastes (2: 24-26), que a vã vida humana sobre a terra, não passa de mera vaidade e aflição do espírito a aqueles que bens pareçam honra, glória, riqueza ou distinção. Assim, na vida é preciso ser prudente, pois a vida sem Deus é vazia, inútil e muito triste, dessa forma, Deus ensina ao homem a alegria última não na vida, mas sim nele. Essa doutrina de que não há alegria e nem satisfação para que vive sem Deus foi o objetivo propagandista da Contra-Reforma tendo como instrumento a própria arte.

A imagem do Cristo Morto tem a finalidade de fazer o homem barroco pensar na fugacidade da vida e de que tudo é passageiro e que a verdadeira salvação está nos céus e por meio da religião cristã. Desde a idade Média, o morrer bem, ou seja, a boa morte foi umas das principais representações didáticas e das mais belas na arte dentro do universo das imagens religiosas nas igrejas cristãs.

Considerações Finais

As imagens da Paixão de Cristo e Senhor Morto tiveram um papel fundamental de devoção e contemplação no imaginário barroco. Dessa maneira, as representações das cenas da Paixão refaziam os momentos de sofrimento, os Passos, do filho de Deus, eram verdadeiros espelhos para os fiéis que compartilhavam a sua dor e que buscavam em Cristo o caminho para a salvação.

Os homens do período barroco eram homens visuais, todo dogma, conceito, ideia era transformado em uma imagem, estes homens eram envolvidos por um universo de imagens que por vezes não compreendiam. A vida era trágica e festiva ao mesmo tempo, e as imagens religiosas ensinavam a contemplação e a busca a vida celeste.

As esculturas presentes nos retábulos laterais da Ordem Terceira do Carmo se caracterizam por seus argumentos teóricos, e as tarjas estão lá para reafirmá-los, e isso ressalta a importância que se deu à experiência visual. O espectador deveria ler as imagens e apreender a doutrina cristã.

Portanto, a pesquisa iconográfica de um tema religioso além de auxiliar na apreensão da história da arte também ajuda a compreender as mudanças de crenças, bem como sentimento religioso e devocional. Ademais, facilita na compreensão do imaginário de dada época, a

compreender seus temores, aflições e também seus anseios e tradições culturais por meio de seus valores simbólicos.

As variedades iconográficas são reflexos do pensamento e indícios de uma mentalidade e de uma situação social, visto que o estudo iconográfico deve ser tido como parte integrante da memória e o seu desenvolvimento metodológico deve ser estimulado, e com isso, consequentemente, a proteção, conservação e restauração dos acervos iconográficos.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Governo de Minas Gerais. 1997.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral-Paulus: São Paulo, 1990.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Cultura Artística e Calendário Festivo no Barroco Luso Brasileiro: as Ordens Terceiras do Carmo. In: *Imagem Brasileira - Centro de Estudos da Imaginária Brasileira - CEIB*, n°2, Belo Horizonte, 2003.

_____. *Introdução ao Barroco Mineiro: cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

_____. A Ordem Carmelita. *Per Musi*, Belo Horizonte, n. 24, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Iconografia e História. In: *Revista Resgate*, Campinas: Unicamp, v. 1, n. 1, 1990, ISSN – 0103-5444.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

COELHO, Beatriz (org.). *Devoção e Arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2005.

CUNHA, Maria José Assunção da. *Iconografia Cristã*. Ouro Preto: UFOP/IAC, 1993.

DAVID, Alexander. *O Mundo da Bíblia*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria – construção e interpretação da metáfora*. São Paulo, SP: Hedra; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

HILL, Marcos. Alguns comentários sobre as origens do retábulo enquanto invenção paralitúrgica. In: *Coletânea*: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; Editora Lumen Christi, Ano X, Fascículo 20, Jul-Dez, 2011, ISSN: 1677-7883.

MÂLE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1952.

_____. *El Arte Religioso de la Contrarreforma*: estudio sobre la iconografía del final del siglo XVI y de los siglos XVII y XVIII. Madrid: Ed. Encuentro, 2001.

NEVES, Maria Agripina; COTTA, Augusta de Castro. *Do Monte Carmelo a Vila Rica*: aspectos históricos da Ordem Terceira e da Igreja do Carmo de Ouro Preto. Ouro preto: Edição da autora, 2010

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta (Roteiros do Patrimônio; 10), 2010.

QUITES, Maria Regina Emery. *Imaginária Processional na Semana Santa em Minas Gerais*. Estudo realizado nas cidades de Santa Bárbara, Catas Altas, Santa Luzia e Sabará. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Belas Artes – CECOR, 1997.

_____. *Imagem de Vestir*: revisão de conceitos através de estudo comparativo entre as Ordens Terceiras Franciscanas no Brasil. 2006, 387 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.

RÉAU, Louis. *Iconografia da Arte Cristã*. A pintura: Textos essenciais, vol 8: Descrição e interpretação. Editora 34, São Paulo, 2005. p. 66-82.

SERCK-DEWAIDE, Myriam. Bref historique de l'évolution des traitements des sculptures. Bulletin do IRPA – Institut Royal Du Patrimoine Artistique. Bruxelles, n. 27, p. 157-174, 199/1998. Tradução para o português por Beatriz Coelho, no *Boletim do CEIB*, v. 9, n. 31, jul. 2005.

SCHENONE, Hector H. *Iconografía Del Arte Colonial*: Jesucristo. Buenos Aires: Fundación Tarea, 1998.

Fotografia em foco: reflexão preliminar sobre as imagens da banda de música da polícia militar do Ceará

Inez Beatriz de Castro Martins
Doutoranda – UFMG
inezbeatrizmartins@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação propõe uma reflexão preliminar sobre o tema da fotografia em interface com a disciplina da História. O assunto é aqui abordado na perspectiva do uso desse artefato enquanto documento histórico e na discussão de algumas possibilidades metodológicas para a análise das fotografias enquanto fonte histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia, História, Metodologia

Introdução

Em julho de 2012 o jornal Folha de São Paulo anunciava o seguinte título: “Fotografias da ditadura são liberadas para consulta”.¹ O texto informava que cerca de 5000 fotografias tiradas no período da ditadura militar brasileiro (1964-1985) estavam sendo liberadas para consulta pelo Arquivo Nacional em acordo com a lei de acesso a informação. Dentre essas, haviam várias fotografias do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) que foi encontrado morto na prisão após sofrer torturas e cujo registro imagético marcou a história desse período do Brasil. No dia 27 de maio de 2013 a Comissão da Verdade chamou para depor na Câmara Municipal de São Paulo o fotógrafo que tirou as fotos de Herzog a fim de ouvir sua versão sobre o caso.² Em seu depoimento, ele disse que ao fazer a foto percebeu que era uma cena montada e que não se tratava realmente de suicídio.

A leitura dessa reportagem transparece questões relacionadas ao uso da fotografia enquanto documento histórico, a especificidade de sua leitura, o seu questionamento enquanto representação de uma realidade. Esses tópicos serão debatidos neste texto que também apresentará algumas propostas metodológicas de análise da fotografia como fonte histórica. Essa

¹ FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1115936-fotografias-da-ditadura-sao-liberadas-para-consulta.shtml>. Acesso em: 05 jun. 2013.

² AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-27/fotografo-do-corpo-de-vladimir-herzog-visita-dependencias-do-antigo-doi-codi>. Acesso em: 05 jun 2013.

reflexão preliminar tem sua fundamentação na pesquisa de doutorado em que a presente autora está desenvolvendo é que utiliza como fonte documental seis fotografias sobre a banda de música da Polícia Militar do Ceará tiradas no período de 1879 a 1932.

As imagens

Os registros iconográficos têm sido usados nas mais novas gerações de historiadores brasileiros como uma fonte privilegiada e que em associações com outros registros, informações, usos e interpretações transformaram-se em certidões visuais do passado (PAIVA, 2006, p.11-14). Mas essa realidade nem sempre foi assim. As imagens demoraram a serem aceitas como fontes históricas pelos historiadores devido às resistências de muitos sugerindo uma “ambigüidade” e uma leitura abrangente dessas fontes. Burke (2004, p.i) contra-argumenta essa questão apontando que, até mesmo os textos escritos não estão isentos de uma interpretação ambígua. Isso só demonstra a necessidade de saber “ler” a imagem, de possuir ferramentas específicas para sua análise e compreensão.

Outra questão ligada à resistência do uso da imagem como fonte está relacionada à herança positivista que compreendia, de um lado, as fontes escritas como “estatuto de verdade” e de outro, as imagens como muito subjetivas. Essas porém, deveriam ser usadas somente pelos historiadores da arte. Como qualquer fonte escrita, os registros imagéticos precisam de cruzamentos com outros suportes. Por si só, esses registros são mudos e, por maior que seja a riqueza de informações reveladas, as imagens permanecerão mudas. Quem pode fazer “falar” essas fontes são os próprios historiadores, cabendo a eles formularem as perguntas certas às suas fontes a fim de que elas revelem a riqueza de suas informações (BARBOSA, 2009, p.73-75).

As imagens são captadas por meio da nossa percepção. O olhar como meio de capturar esse visual é construído historicamente. É por isso que a educação do olhar já era preconizada por Platão desde a Antiguidade. O mito da caverna nos lembra que, sem o uso da razão a realidade é lida como um simulacro do real. Da mesma forma que o pintor, o fotógrafo-artista quer representar mais que informar, condensar no retrato artístico as qualidades e o essencial do indivíduo como imagem simbólica (BORGES, 2011, p.23-44). A invenção fotográfica modifica a perspectiva do olhar no interior da caverna.

Essa insaciabilidade do olho que fotografa altera as condições de confinamento na caverna: o nosso mundo. Ao nos ensinar um novo código visual, as fotos

modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética de ver (SONTAG, 2004, p.13).

Sendo, portanto, uma construção histórica, não se pode dizer que a imagem tem um sentido universal. Afinal, elas retratam indivíduos, grupos, classes e governos, sujeitos sociais que adquirem novas posições ao longo da História. Também objetos, natureza, paisagens se modificam no decorrer dos anos e assumem diferentes significações ao longo do tempo (BARBOSA, 2009, 74).

Numa breve retrospectiva dos pioneiros historiadores que usaram as imagens como recurso documental pode-se citar o francês Jules Michelet (1798-1874) que, por meio da análise de pinturas, esculturas e arquiteturas estudou as tumbas como índices da transformação das atitudes do homem perante a morte. Jacob Burckhardt (1818- 1897) seguiu estudando pinturas e esculturas do período renascentista. A utilização de imagens pelo holandês Johan Huizinga (1872-1945) permitiu com que ele comparasse o entendimento histórico com uma “visão do passado”. Aby Warburg (1866-1929) usou os afrescos do palácio de Ferrara na Itália explicando-os através da astrologia. Warburg funda a escola de Hamburgo de onde surgirá o método da iconografia e iconologia das imagens (IDEM, 2009, 75-76)

A fotografia

Barbosa (2009, p.78) e Vasquez (2002, p.08) estabelecem o ano de 1839 como o marco histórico da criação da fotografia. Essa data é difundida por ser o ano que Louis Daguerre anuncia oficialmente em Paris sua criação. Borges (2011,p.115-117) delinea um perfil cronológico anterior a esta data. Em 1814 Joseph Niépce inicia suas pesquisas para a fixação de imagens por meio de um processo chamado de heliografia. Em 1826, consegue, pela primeira vez, fixar uma imagem sobre a câmara escura após 14 horas. Em 1829 Niépce se junta com Daguerre para dar continuidade a estas pesquisas.

Tanto Borges (2011, p. 116) quanto Kossoy (2012, p.153) comentam que, em 1932, já havia um francês radicado no Brasil chamado Hercules Florence e que no interior de São Paulo estava a fazer estudos sobre a reprodução de imagens com produtos químicos. Tal experiência ele chamou de *photographie*. Esse fato brasileiro faz Kossoy propor que a fotografia tenha tido múltiplas paternidades. Mesmo entendendo que a descoberta desse invento poderia ocorrer em

qualquer lugar independentemente do “grau de civilização” que se encontrasse esse país, o seu “desenvolvimento, aperfeiçoamento e absorção pela sociedade [...], somente poderia ocorrer [...] em contextos socioeconômicos e culturais totalmente diversos daquele onde Florence viveu: nos países onde se processava a Revolução Industrial” (KOSSOY, 2012, p. 154).

Em janeiro de 1840, o daguerreótipo já circulava pelo Brasil por meio do abade francês Louis Compte, capelão da fragata *L'Orientale*. A nova invenção teve um adepto bastante importante para a divulgação da fotografia no Brasil: o imperador Pedro II. Mesmo com pouco tempo para se dedicar ao ofício, o imperador adquiriu uma importante coleção de fotografias que posteriormente foi doada para a Biblioteca Nacional quando deixou o Brasil. Seu interesse por esse tipo de imagem o fez conceder honrarias aos fotógrafos. A fase inicial da fotografia na corte vai de 1840 a 1860 quando os processos iniciais deram lugar ao uso do negativo de colódio úmido e das cópias sobre papel albuminado (VASQUEZ, 2002, p. 08-10). Neste início predominam as fotos de retratos de pessoas, de famílias para, em seguida, surgir as de paisagens.

Kossoy (2012, p. 37-63) discute importantes questões teóricas sobre o tema e sua relação com o campo da História. A primeira delas é a constatação da existência de três elementos constitutivos da fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. O fotógrafo é aquele que seleciona um assunto para ser registrado mediado pelo uso de uma tecnologia. A fotografia representa, portanto, o fragmento de um momento histórico que é congelado, interrompido, isolado em seu tempo e que foi selecionado por uma pessoa para ser registrado.

Essa premissa desconstrói a ideia da fotografia como sendo uma testemunha fiel da vida, do tempo histórico. Se ela como objeto-imagem é consequência de uma escolha feita por aquele que registra a imagem, consequentemente essa mesma imagem selecionada e registrada foi construída pelo autor da imagem. “[...] entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os nossos olhos podem ver. A fotografia – para além da gênese automática, ultrapassando a ideia de *analogon* da realidade – é uma elaboração do vivido” (MAUAD, 1996, 75).

Dando continuidade a sua reflexão teórica Kossoy aponta para duas realidades apresentadas pela fotografia. A primeira é aquela na qual é possível “recuperar a vida passada”. Neste caso, a fotografia é prova dessa existência, desse instante histórico fotografado. A segunda realidade consiste na autonomia que este objeto adquire, no caminho que traça enquanto documento. Enquanto artefato, a fotografia também tem sua trajetória. Seu primeiro estágio

consiste no momento em que houve a intenção dela existir; o segundo, quando deu origem a sua materialização e, por fim, o terceiro estágio no qual revela os caminhos percorridos por esta fotografia, as mãos por onde ela passou, as emoções provocadas, os locais em que ela foi fixada.

A matéria do fotógrafo, a fotografia, é uma representação plástica, um objeto-imagem. E como artefato no qual se pode detectar as questões técnicas de um período é que o original fotográfico se constitui em uma fonte primária. Já a sua reprodução, realizada em períodos posteriores, nas quais são detectadas outras questões diferentes aos da época retratada no original, constitui-se numa fonte secundária.

A fotografia é ao mesmo tempo um estudo das ciências e da arte. Ela, ao mesmo tempo dá indícios de seus elementos constitutivos como também das informações acerca do tempo/espaço retratado. Sendo assim, Kossoy propõe uma distinção teórica a partir do uso da fotografia como objeto de investigação. Neste sentido propõe uma história da fotografia enquanto “estudo sistemático desse meio de comunicação e expressão em seu processo histórico” e uma história através da fotografia quando da utilização deste meio iconográfico de apoio à pesquisa, de conhecimento visual de uma época passada (KOSSOY, 2012, p. 57)

Metodologias para análise

Erwin Panofsky (1892-1968), historiador da arte da escola de Hamburgo, sintetizou as ideias dessa escola sobre um método iconográfico/iconológico e que foram publicadas em um ensaio no ano de 1939. Para esse grupo de historiadores que se dedicavam prioritariamente as pinturas, essas imagens não deveriam ser somente observadas, mas também lidas. A ideia de leitura das imagens se tornou hoje uma questão já incorporada para aqueles que trabalham com imagens (BURKE, 2004, p. 44-45)

O método de leitura imagética de Panofsky (2209, p.47-64) está dividido em três níveis: o primeiro, chamado de pré-iconográfico, consiste na compreensão dos significados primários e naturais manifestado nos motivos artísticos; o segundo, o nível iconográfico em que consiste a compreensão dos significados convencionais, ou seja, os assuntos e conceitos que são representados na utilização dos elementos artísticos; o terceiro, o nível iconológico, é a interpretação das imagens, das estórias e alegorias compreendidas no nível anterior.

Kossoy (2012, p. 67-134) se utiliza do método iconográfico/iconológico de Panofsky e o aplica para a análise da fotografia. Na utilização deste método ele ressalta que estes níveis estão muito imbricados pela própria condição dual do objeto e do conteúdo que este suporte apresenta. Para este autor, é importante iniciar a investigação com o levantamento da procedência e da trajetória do documento imagético, ou seja, saber da indicação de época e lugar da fotografia, a origem da fonte quanto ao tempo, o lugar da qual precede e as trajetórias por onde ela passou. Faz-se necessário também realizar uma análise técnica da fotografia com o intuito de reconstituir o processo que a gerou como artefato, ou seja, o conjunto das informações técnicas que caracterizam sua configuração material.

A análise iconográfica tem o propósito de analisar as informações que compõem o conteúdo do documento. Por fim, propõe a realização de um roteiro cujo objetivo é registrar e recuperar dados referentes à procedência, conservação, identificação e dos elementos constitutivos. Quando trabalhando com fontes secundárias, aquelas que são reproduções de originais, e particularmente as impressas, Kossoy propõe outro tipo de roteiro que leva em consideração a autoria da foto e o assunto. Neste caso ele usa dois níveis de referência em que chama de ID, na qual refere-se à identidade do documento e suas características individuais, e o ICON, ligado ao registro fotográfico propriamente dito. Na análise iconológica, Kossoy centra sua reflexão “no indivíduo enquanto intérprete de sua história” (IDEM, 2012, p. 111).

Ana Maria Mauad (1996, 73-87) propõe uma metodologia de análise fotográfica que denominou de histórica-semiótica. Para ela a fotografia é uma fonte histórica entendida na perspectiva semiótica, ou seja, como um índice (imagem/documento) que informa sobre determinados aspectos do passado; e como um símbolo (imagem/monumento) cuja imagem representa aquela que, no passado, a sociedade escolheu para permanecer para o futuro. Compreendendo que “a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo” (IDEM, 1996, p. 80), a autora propõe que este suporte documental deva ser analisado pela ótica da crítica interna e externa, e só depois deve ser agrupada em séries fotográficas por ordem cronológica.

A partir daí passa-se a análise do material em três fases: a primeira consiste em compreender como em uma sociedade os códigos e seus diversos níveis se articulam e coexistem gerando significados culturais; em seguida, compreender o processo de construção de sentido da

imagem, aquilo que não está aparente, mas dá sentido social a foto; por fim, avaliar a relação do sujeito que olha e a imagem que elabora. Após essas três fases, propõe a decomposição das fotografias em unidades culturais em duas fichas de análises que trate da forma e expressão de cada fotografia selecionada.

Considerações finais

Em um mundo hoje cada vez mais visual, Ulpiano Bezerra de Meneses (2003, p. 11-36) propõe o debate aos historiadores de uma ampliação do campo das fontes visuais para se pensar em uma cultura visual. Na reflexão sobre o tema ele aponta a experiência da metodologia de análise das fotografias como interessante e a utiliza na construção dessa proposta. Ele leva em consideração três níveis de análise do documento imagético: primeiro, ver as imagens na perspectiva de um documento produzido por aquele que vê a imagem; segundo, o documento é visto como registro de um momento, de uma sociedade observada; terceiro, a relação entre o que vê e aquilo que se é visto.

É importante frisar que o uso de fotografias como objeto de investigação é um tema interdisciplinar que perpassa não somente os campos da História e da Arte, mas também outras disciplinas como, por exemplo, a Antropologia e a Sociologia. Essa característica de interface demonstra assim a riqueza de possibilidades investigativas que este objeto/imagem proporciona para as pesquisas de diversas áreas.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. História Visual: um balanço introdutório. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & GARCIA, Tânia da Costa (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. Vol. 1. São Paulo: Depto. de História da FFLCH–USP; Humanitas, p. 86-98, 2009. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/leha>
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Coleção História e Reflexões, 4).
- BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Ver. téc.: Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: EDUSC, 2004.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 4. Ed. São Paulo: Ateliê Cultural, 2013.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e História Interfaces. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, v.1, n°2, p.73-98, 1996.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n°45, p.11-36, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>> Acesso em: 16 ago 2012

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção História e Reflexões, 1).

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da Arte da Renascença. Significado nas Artes Visuais. In: **Significado nas artes visuais**. Trad. Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.47-87. (Debates, 99) Título original: Meaning in the Visual Arts.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. Tra: Rubens Figueiredo São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VASQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

O Conselho da Presidência e o Conselho Geral na organização política e institucional das províncias brasileiras (1823-1824)

Renata Silva Fernandes
Mestranda – UFSJ
Agência Financiadora: CAPES
renatacjm@gmail.com

RESUMO: Este trabalho em como escopo a análise dos debates ocorridos na Assembleia Constituinte de 1823 para o estabelecimento do Conselho da Presidência da Província, a Constituição de 1824, que cria o Conselho Geral de Província e as discussões realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado para a elaboração do regimento do Conselho Geral de Província. O objetivo é contribuir para compreensão das tensões verificadas no processo de regionalização do poder e a importância da província em meio a um momento de indefinições institucionais e estruturação político-administrativa do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho da Presidência, Conselho Geral de Província, instituições políticas.

O período que se seguiu à Independência do Brasil foi marcado pelo processo de estruturação do arranjo institucional e político no novo Estado. Buscava-se o estabelecimento de uma nova ordem soberana que pressupunha a adoção de um regime representativo de governo (SLEMIAN, 2007), permeado pela incorporação de ideais constitucionais, sobretudo, a partir do movimento Vintista português (Cf. BERBEL, 2009). Não obstante o caráter da novidade constitucional, o Estado que nascia estava imerso em uma sociedade tributária da tradição, de referenciais jurídico-políticos e institucionais forjados ao longo do Antigo Regime, muitas vezes recuperados frente às novas situações e desafios diante da tarefa de construção de um Estado soberano.

Neste contexto, a influência de autores da virada do século XVIII para o XIX se fazia presente, resultando em concepções diversas, mas que promoviam a valorização da ordem institucional a partir da compreensão do Estado como instância que poderia intervir na sociedade para seu bem estar e progresso, elaborando leis e reformas norteadas pela razão e pelo bem-comum (SOUSA, 1999: 188). Mas a construção do Estado Nacional também envolveria perspectivas divergentes acerca de pontos nodais na estruturação político-administrativa como os desacordos sobre representação, locus de soberania, divisão de poderes e a centralização ou

descentralização política, decorrentes tanto de influências políticas e intelectuais múltiplas como da relação diferenciada entre as províncias e o centro administrativo.

A historiografia, neste sentido, buscou a partir de diferentes caminhos compreender este processo, e diversas abordagens traçaram balizas que marcariam as pesquisas voltadas ao assunto, sobretudo, ressaltando um caráter centralizador da monarquia. Dentre estas teses está a de José Murilo de Carvalho, que defendeu na obra *A Construção da Ordem* a existência de um Estado forte e centralizado forjado por uma elite política portadora de ideologia comum e; aquela defendida por Ilmar Mattos em *O tempo de Saquarema: a formação do Estado Imperial*, de acordo com a qual, o processo de construção do Estado teria se concretizado através da ação de uma classe senhorial liderada por um pequeno grupo de políticos ativos, os Saquaremas, os quais, mediante a atuação no centro (Rio de Janeiro) transplantaram seu projeto político para as demais regiões do Império.

Nas últimas décadas, entretanto, perspectivas diferenciadas têm sido adotadas, principalmente, sob a influência de novas abordagens da história política. Esta historiografia tem ressaltado que o processo de construção do Estado Nacional foi caracterizado pela disputa entre diferentes projetos e grupos; que envolveu distintas esferas de poder; negociações entre o projeto nacional e interesses diferenciados das elites locais/regionais; a manutenção de elementos de referência a práticas políticas e de sociabilidade do Antigo Regime, associados às modificações introduzidas pela nova organização administrativa, dentre outras diretrizes e abordagens.

Nesta direção, muitos historiadores têm buscado ressaltar as relações existentes entre e intra as instâncias local, regional e geral e, os olhares têm se voltado para as províncias e para as diferentes conexões que interligavam os grupos espalhados por elas. Em tal âmbito, podemos mencionar os trabalhos de Miriam Dolhnikoff (2005), que se opõe a tese de uma elite centralizada, salientando as atuações das elites regionais e os de Maria de Fátima Gouvêa (2008) que analisa a monarquia constitucional através da dinâmica política provincial. Também podemos referenciar as pesquisas de Maria Fernanda Vieira Martins (2007) que percebe através do estudo do Segundo Conselho de Estado os nexos entre “o pensamento do governo” e os interesses dos grupos dirigentes e das elites que o compunham e os de Ana Rosa Coclet da Silva (2005) que busca perceber as relações entre as distintas alçadas de poder analisando as Juntas Provisórias, o Conselho Geral de Província e a Presidência da Província, alguns dentre diversos outros estudos.

As pesquisas direcionadas à compreensão do relacionamento entre as instâncias de poder regional e geral se centram, sobretudo, em um período posterior ao Ato Adicional de 1834,

considerado, não obstante as divergências historiográficas acerca do direcionamento político por ele representado, como ocasião em que, por meios legais, ocorria uma ampliação da autonomia das províncias, com o estabelecimento das Assembleias Legislativas Provinciais (Cf. MARTINS, 2007; SLEMIAN, 2007). Entretanto, as possibilidades de autonomia provincial e de diálogo entre distintas instâncias de poder desde o início das propostas relativas à organização política e institucional do Império figuram como assuntos centrais de debate. A matéria entraria em pauta cinco dias após a instalação da Assembleia Geral e Constituinte de 1823, que instituiu a presidência da província e o conselho da presidência e, também esteve presente na Constituição de 1824, que manteve o cargo de presidente de província e criou o conselho geral província.

A organização provincial na Assembleia Constituinte de 1823.

No dia vinte e seis de maio de 1823 a nova organização do governo das províncias foi anunciada como ordem do dia. Logo nas primeiras falas sobre o assunto as divergências despontaram. Diferentes deputados questionavam a validade da pauta com argumentos que perpassavam pela espera dos representantes das localidades que ainda não haviam chegado à Assembleia, defesa das Juntas de Governo Provisório e existência de partidos inimigos, que inviabilizariam a execução das propostas.

Porém, o assunto foi considerado urgente e o projeto apresentado pelo deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva¹ foi escolhido como base para as discussões sobre a matéria. O Projeto se assentava em princípios de racionalização do governo e na premissa de que administrar é tarefa de um homem enquanto deliberar é tarefa de muitos. Para Andrada Machado existiriam três elementos que constituem a administração: a execução, que poderia ocorrer somente através de uma vontade única; e o exame e juízo, cuja essência seria a pluralidade.

Assim propunha que o governo das províncias ficasse confiado provisoriamente a um presidente e conselho. O presidente seria o executor e administrador geral, nomeado amovível pelo Imperador, que despacharia e decidiria por si só tudo que não estivesse previsto no regimento exigindo a cooperação do conselho. Nas províncias maiores, tal Conselho seria

¹ Nasceu em Santos em 1773 e faleceu em 1845. Formado em Leis e Filosofia pela Universidade de Coimbra, ocupou diversos cargos públicos como Ouvidor e Corregedor em Olinda, Desembargador da Relação da Bahia e deputado pela Província de São Paulo nas Cortes de Lisboa. Se envolveu com o movimento Pernambucano de 1817. Deputado da Constituinte de 1823, após sua dissolução ficou exilado por quase cinco anos na Europa. De volta ao Brasil, foi Deputado da Assembleia Geral na 4ª Legislatura, foi Ministro do Império de 1840 e 1842 e nomeado senador pela Província de Pernambuco no ano de sua morte.

formado por seis integrantes e nas menores por quatro, estabelecendo-se que o magistrado mais condecorado e maior patente de ordenanças da capital seriam membros natos, enquanto o restante seria eletivo.

Em defesa do Projeto podemos elencar os argumentos relativos à necessidade de uma nova organização político-administrativa em nível regional devido ao “clamor dos Povos” e à anarquia presente nas províncias em virtude da atuação das Juntas de Governo, acusadas nas representações de instigadoras de desordens e semeadoras da discórdia. Muniz Tavares², cujo discurso é exemplar desta alegação, afirmava que “não podemos nem devemos ensurdecer-nos aos clamores dos Povos; estes desde que apareceu o sempre memorável Decreto de 29 de setembro clamão energicamente [...] os efeitos tem aparecido; a causa do mal está patente” (AAC, 17 de julho de 1823: 122-3).

O pressuposto de que a execução é coisa de um só e a deliberação de muitos foi recorrentemente retomado por Andrada Machado e por outros deputados, indicando a presença de um dos pilares da crença liberal na racionalização das formas de funcionamento dos governos para atender os “anseios dos Povos” (SLEMIAN, 2007). Este aspecto é central para compreensão destes debates tendo em vista a influência teórica de suas diretrizes. Não obstante assumir concepções e apropriações variadas, uma teoria do Estado racional estava presente nas muitas vertentes jusracionalistas modernas, que remontavam na realidade ao Antigo Regime, incluindo autores como Locke, Hobbes, Rousseau e Pufendorf, não dissociados do paradigma individualista e voluntarista, com desdobramentos no contratualismo liberal³. Deste modo, estas tradições se sobrepõem, sendo o próprio liberalismo influenciado por aspectos anteriores, apropriados e adaptados para atender os novos anseios⁴, no caso específico, estando presente a ideia de racionalização, mas também de distribuição de poderes.

Do princípio de que a execução não pode ser de muitos, advinha à necessidade de atribuição de responsabilidades e separação de poderes, envolvendo debates sobre conflitos de

² O Padre Muniz Tavares, nasceu em 16 de fevereiro de 1793 em Recife, filho de João Muniz Tavares e Rita Soares de Mendonça. Doutor em Teologia pela Universidade de Paris, foi ordenado Padre em 1815 e, mais tarde, monsenhor. Faleceu em 23 de outubro de 1876.

³ De acordo com Hespanha e Xavier (1996), o paradigma individualista voluntarista ainda se desdobraria no providencialismo (poder como livre vontade de Deus) e no contratualismo absolutista (pacto social transferiria aos governantes todos os poderes dos cidadãos).

⁴ A ideia de estabelecimento de um governo racional remonta, em Portugal, as reformas ilustradas. Em finais do Antigo Regime o governo gradativamente vai assumindo as características de uma atividade dirigida pelas “razões do Estado”, que tendem a ordenar a sociedade, inaugurando uma era de administração ativa, com quadros distintos da administração passiva jurisdicionalista (SUBTIL, 1996).

jurisdição, como a relação a ser traçada entre o comando militar e o presidente e conselho e a possibilidade proposta pelo projeto de Andrada Machado de que os presidentes em conselho pudessem suspender magistrados.

Já entre os deputados contrários a necessidade de uma nova forma de organização das províncias, bem como opositores a algumas doutrinas centrais apresentadas pela proposta de Andrada Machado, como o estabelecimento do cargo de presidente da província e as atribuições do presidente e conselho, distingue-se, sobretudo, dois argumentos centrais e muitas vezes simultâneos: aqueles que debatem em favor das Juntas e os que temem os partidos de oposição presentes nas províncias. Em comum, todos não consideram o momento apropriado para a mudança na forma de governo.

Dentre estes receios, uma possível associação do presidente de província aos antigos Governadores e Capitães Gerais seria frequentemente aventada e envolveriam, paralelamente, outros debates, como temor dos partidos opositores, despotismo, separação de poderes, definição de atribuições e responsabilidades e, autonomia das províncias. Neste sentido, é possível perceber as tensões existentes para o estabelecimento da nova unidade político-administrativa, mas que também significam a recorrência a elementos antigos para reordenação institucional, tanto no sentido de apropriação como de exemplo a não ser seguido.

E perpassando em última instância, por todos os temas supracitados, se situa o ponto crucial destes debates: o equilíbrio de poderes dentro das províncias e destas em relação ao poder central. A valorização da esfera provincial como locus de poder em detrimento das Câmaras, que até então eram o principal âmbito de conexão entre as localidades e o poder central, efetuada pelo decreto da Assembleia Constituinte de 20 de outubro de 1823, envolveu conflitos, que invariavelmente, possuíam implicações nas possibilidades de maior autonomia das províncias ou maior ingerência do poder executivo.

Uma possível centralização das decisões no Rio de Janeiro foi, desde o início dos debates, aventada. Sintetizando este receio, o Padre Martiniano de Alencar, afirmava que os Povos desconfiavam que o Governo do Rio de Janeiro e seus empregados pretendiam tornar o Brasil despótico (AAC, 16 de junho de 1823). Já o deputado Arouche Rendon afirmava ser de parecer “que as províncias dependam menos da Corte”, afinal “resulta disso crescer a Capital e definharem-se as províncias [...] Por isso Portugal era um mostro, porque tinha uma cabeça desproporcionada a seu corpo” (AAC, 14 de julho de 1823: 401-402).

As divergências relativas a nomeação do presidente da província pelo Poder Executivo, proposta pelo Projeto e, as demarcações ou não de quais indivíduos poderiam ocupar o cargo, assim como daqueles que poderiam ser eleitos para o conselho, por exemplo, interferiam diretamente nas possibilidades de autonomia provincial e envolviam distintos projetos sobre a estruturação do Estado, perpassando pela definição do lócus de soberania (Povos, Imperador, províncias), proposta de que a administração deveria ser feita por indivíduos ligados ao local de atuação, fortalecimento do executivo ou do legislativo, etc.

Os debates e as oposições a propostas mais intervencionistas demarcam uma tentativa de limitar a ingerência do executivo central nos negócios da província. Além disso, o intuito de criação de um conselho eletivo ou parcialmente eletivo envolve mais do que a ideia de ser necessária a representação dos Povos. É acima de tudo o reconhecimento da província como instância legítima de negociação, ainda mais em um contexto no qual a ausência destes lócus para defesa dos interesses provinciais poderia culminar em uma fragmentação do território. Retomando as palavras de Andrada Machado “que [o Povo] tenha parte no que lhe interessa localmente, por meio de representantes locais, assim como trata os negócios gerais pelos seus representantes gerais” (AAC, 03 de julho: 125).

Ao fim, o decreto 20 de outubro de 1823 estabelecia o cargo de presidente da província, que seria nomeado pelo Imperador e passível de remoção, responsável pela execução e administração provincial, contando para tal, com o auxílio de um conselho. Também haveria em cada unidade político-administrativa um vice-presidente, cargo a ser ocupado pelo conselheiro que obtivesse maior número de votos. O conselho seria composto por seis membros eleitos da mesma forma que se elegiam os deputados da Assembleia Geral e não poderiam ser eleitos cidadãos com menos de trinta anos e sem no mínimo seis anos de residência na província.

Cabia ao presidente em conselho propor o estabelecimento de câmaras, decidir temporariamente conflitos de jurisdição, atender as queixas contra funcionários públicos e remetê-las ao Imperador. E mais, promover a educação da mocidade, propor obras novas e concerto de antigas, agenciar a catequização dos índios, formar censo e estatísticas, cuidar do bom tratamento dos escravos, examinar as contas da receita dos conselhos, depois de fiscalizadas pelo corregedor da respectiva comarca e, as contas do presidente da província. A administração da Justiça e a Força Armada seriam independentes, porém, o presidente em conselho poderia suspender o comandante militar e, onde houvesse Relação, os magistrados. Quanto às finanças, o

conselho teria a sua disposição para despesas ordinárias, “a oitava parte das sobras das rendas da respectiva província” e cabia ao presidente em conselho determinar as despesas extraordinárias, não sendo porém estas determinações postas em execução sem aprovação prévia do Imperador. Já “quanto às outras determinações do conselho serão obrigatórias, enquanto não revogadas, e se não opuserem às leis existentes” (Decreto de 20 de outubro de 1823).

A criação e regulamento do Conselho Geral de Província.

A Carta Constitucional outorgada em 1824 possuía muitos elementos tributários dos trabalhos da Constituinte de 1823, mas evidentemente, continha diferenças significativas. O cargo de presidente da província foi confirmado e também foi criado o Conselho Geral de Província pelo capítulo V (Dos Conselhos Gerais de Província, e suas atribuições). Ao criá-los, a Constituição reconhecia e garantia o “direito de intervir todo o Cidadão nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares”, o que seria feito mediante as câmaras e os Conselhos Gerais. A “idade de vinte e cinco anos, probidade, e decente subsistência” eram as exigências para ser membro do Conselho Geral e, não poderiam ser eleitos o presidente da província, o secretario e o comandante das armas (Constituição Política do Império do Brasil de 1824).

Os principais objetivos do Conselho Geral seriam “propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências”. Por outro lado, não poderia deliberar sobre projetos de interesses gerais da nação, ajustes com outras províncias ou iniciativas de competência das Câmaras dos Deputados. As câmaras deveriam remeter seus negócios oficialmente ao secretario do conselho, local no qual seriam discutidos a portas abertas, assim como todos os outros objetos. As resoluções seriam, por intermédio do presidente da província, remetidas diretamente ao poder executivo e por este à Assembleia Geral. Caso a assembleia não estivesse reunida o Imperador poderia mandar executar as resoluções temporariamente. Se reunida, os objetos seriam enviados pela respectiva secretaria de Estado, para então serem propostos como projetos de lei e obter a aprovação da assembleia por uma única discussão em cada câmara (Constituição Política do Império do Brasil de 1824).

Como determinado pela Constituição, a Assembleia Geral deveria elaborar um regimento para os Conselhos Gerais de Província. Tal regimento foi aprovado apenas em 27 de agosto de 1828 em virtude de divergências entre a Câmara dos Deputados e o Senado, mas a matéria, desde

o início dos trabalhos do Parlamento, surgiu como tema de discussão, e, por diversas vezes, foi mencionada como fundamental para efetiva implementação da Constituição nas províncias.

A regulação dos Conselhos Gerais de Província apareceu pela primeira vez nos trabalhos do Senado do Império no dia 17 de maio de 1826, quando o Visconde de Caravelas⁵ apresentou um Projeto de Regimento, que entrou na ordem dos trabalhos, composto por 117 artigos que versavam sobre as sessões preparatórias, competências e modos de atuação do presidente e secretário, forma das votações, de apresentação das propostas, moldes das discussões e das comissões, das pessoas empregadas no conselho e policia interna e externa. As determinações pareciam ser, em sua maioria, consensuais, uma vez que, os artigos foram aprovados sem muitos debates ou propostas de emendas e aditamentos.

Entretanto, alguns temas geraram intenso debate, como os receios das associações entre os conselhos e as instituições legislativas, bem como a oposição veemente de alguns deputados a essa possível relação. Quanto à atribuição de responsabilidades, é possível identificar alguns senadores inquietados com a exposição dos votos no conselho, como denota a exclusão do voto nominal e a presença da proposta de votação por escrutínio. As divergências sobre o assunto ressaltam a importância que adquiria a publicidade das ações dos “representantes”.

Na Câmara dos Deputados, o projeto elaborado pelo Senado foi acrescido de duas emendas. A primeira delas se refere a modificação das palavras “ofícios do governo” por “ofícios e representações”, única indicação feita pela Câmara dos Deputados aceita pelo Senado posteriormente. A outra se referia a inviolabilidade do conselheiros, não aceita pelo Senado, e em virtude desta discordância, o projeto de regimento teve sua votação adiada por 2 anos.

A partir de então, seriam feitas propostas na Câmara dos Deputados para a retirada das emendas. O argumento central era a necessidade dos Conselhos Gerais para plena execução da Constituição e benefício dos povos das províncias.

O assunto seria retomado apenas em 10 de maio de 1828, através de indicação feita por Manoel Caetano Almeida e Albuquerque⁶, que propôs uma resolução para que fosse aprovado

⁵ O visconde de Caravelas, natural de Salvador, nasceu em 4 de março de 1768 e faleceu em 8 de setembro de 1836. Ministro do Império, também integrou a Regência Trina Provisória que governou de 7 de abril a 17 de junho de 1831

⁶ Nasceu em 1780 em Pernambuco e faleceu em 1844. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, atuou como Juiz de Fora e depois Corregedor na Ilha da Madeira. Foi Desembargador na Relação da Bahia e na Casa de Suplicação da Corte. Além de deputado na Assembleia Constituinte, foi Deputado Geral pela Província de Pernambuco na 1ª Legislatura, senador em 1838 e Ministro do Supremo tribunal de Justiça em 1829.

interinamente o regimento dos Conselhos Gerais de Província, proposto pelo Senado, para servir até que ocorresse a reunião das duas Câmaras. Argumentava que:

Nós nos achamos no 5º ano depois de jurada a constituição do império, e um dos direitos mais apreciáveis que a constituição reconhece e garante aos cidadãos brasileiros, é o de intervir nos negócios públicos. Este direito tem estado paralisado, e eu temo muito que a falta do seu gozo venha a produzir a perda total de um direito tão apreciável como este (Apoiados.) {...} Entretanto, as províncias estão privadas de um remédio indispensável, porque a constituição não sei que em algumas províncias do norte possa ter andamento sem os conselhos gerais de província, e muito menos nas províncias remotas. estas províncias não parecem pertencer á família brasileira !! (Apoiados) Só as Províncias do sul é que estão gozando dos benefícios da constituição (Apoiado). Nós não sabemos o que se passa nas províncias do norte e como saberemos as necessidades daquele povo? E pois de necessidade estabelecer já e sem demora os conselhos provinciais (DAGC, 10 de maio de 1828: 39).

Neste momento, a maioria dos deputados se pronunciou a favor da retirada das emendas e o Projeto foi sancionado como lei pelo Imperador em 27 de agosto de 1828.

Indefinições institucionais

O conselho da presidência não é mencionado na Constituição de 1824, mas funcionou entre 1824 e 1828 como a única instância representativa provincial e, a partir deste ano até 1834, simultaneamente ao conselho geral em diversas províncias do Brasil. Em decorrência, há dificuldades de delimitar as atuações respectivas destes conselhos mediante a legislação de suas criações. Há indicações, entretanto, em leis e decretos que visavam à organização institucional de outras instâncias.

Muitas das atribuições legadas ao conselho da presidência foram transferidas para a alçada do conselho geral de província a partir de suas instalações e mediante a lei de 01 de outubro de 1828, que definia a nova forma das câmaras municipais, suas atribuições e o processo de sua eleição e também dos juízes de paz.

A lei determinava que as câmaras examinassem os provimentos e as posturas para remeter a aprovação do conselho geral. As posturas municipais envolviam as previsões de administração e policia das municipalidades como limpeza e iluminação das ruas, cemitérios, construção de estradas, matadouros, fiscalização de salubridade, espetáculos públicos, casas de caridade, inspeção de escolas, segurança, saúde etc. Também deveriam submeter para aprovação suas receitas e despesas, meios de aumentar as rendas, aplicá-las extraordinariamente ou realizar obras de importância com o auxílio de sócios ou empreendedores. Participariam os maus tratos e atos de crueldade aos escravos e dariam parte anualmente, quando conviesse ao presidente de

província e ao conselho geral das infrações a Constituição e prevaricações ou negligencia dos empregados. Ainda precisavam de autorização do presidente de província em conselho, até que os conselhos gerais não estivessem instalados, para vender, aforar ou trocar bens imóveis. A única atribuição delegada definitivamente ao presidente em conselho era a confirmação dos arrendamentos dos bens dos concelhos. Deste modo, o conselho geral de província foi responsável pela fiscalização e aprovação da economia e administração política das municipalidades mineiras, apesar da autonomia das câmaras em deliberar sobre assuntos exclusivamente municipais, com exceção daqueles determinados na lei que precisavam da aprovação do conselho.

Já o presidente de província em conselho teve um papel de destaque na organização da segurança a partir da lei de 18 de agosto de 1831 que criou as Guardas Nacionais. Os presidentes em conselho poderiam mandar reunir os guardas nacionais aos de outros municípios caso não formassem companhia ou batalhão, as suspender em certos casos, determinar lugares para as companhias, seções de companhias, esquadrões ou corpos de cavalaria, nomear a partir de proposta do chefe da legião o quartel-mestre e o cirurgião-mór, suspender oficiais, desde que participando ao governo, aprovar o regulamento do serviço ordinário, mandar criar corpos, dentre outras atribuições.

Mesmo com a legislação suplementar, os limites das atuações do conselho geral e do conselho presidencial eram passíveis de conflitos de jurisdição. Na historiografia é possível identificar trabalhos que não realizam uma distinção entre eles que, ao contrário, são tratados como a mesma instituição⁷. Os contornos destes limites eram controversos mesmo para os contemporâneos e as próprias câmaras enviavam demandas a um conselho que correspondiam a atribuições de outro.

Além disso, a relação travada entre os dois conselhos e o grau de influência mútua também era complexo. Neste sentido, é preciso mencionar que estas instituições não estavam prontas e acabadas mediante suas leis de criação. Era preciso fazer ajustes e esclarecimentos em virtude de

⁷ Alguns dos trabalhos que não realizam esta distinção são de Silva (2006), Sales (2005), Gouvêa (2008) e Dolhnikoff (2005). Cabe mencionar, entretanto, que algumas pesquisas efetuam a separação entre o conselho da presidência e conselho geral de província, tratando-os como instituições diferentes. Mais especificamente as pesquisas de Slemian (2009) que ao analisar a constituição e unidade nacional pelo viés da normatização legal distingue o Conselho da Presidência e o Conselho Geral; de Leme (2008) cujo foco de análise é o Conselho Geral da Província de São Paulo, mas o trata como instância diferenciada do Conselho da Presidência e; de Vinhosa (1999) que faz um levantamento das fontes e leis do Conselho dos Procuradores Gerais de Província, Conselho da Presidência e Conselho Geral de Província em Minas Gerais.

dúvidas e problemas que surgiam com sua efetiva implementação. Sintomático deste aspecto são as cerca de quarenta medidas legislativas e executivas⁸, entre leis, decretos e decisões, que envolvem, de diferentes modos, estes conselhos.

As indefinições eram ainda potencializadas pela ocupação do cargo de conselheiro da presidência e conselheiro geral simultaneamente pelo mesmo indivíduo. A questão entrou em pauta de discussão na Câmara dos Deputados e no Senado em 1831. O debate teve início por ocasião da discussão do projeto de lei que pretendia marcar as atribuições da regência. O artigo 6º do projeto propunha que a atribuição de aprovar e suspender interinamente as resoluções dos conselhos provinciais fosse exercida pela regência e pelos presidentes de província em conselho, com exceção do que se refere ao aumento ou diminuição de força, quantias excedentes ao previsto na lei de orçamento e aquilo que não fosse de competência do conselho geral.

Diversas foram às críticas feitas ao artigo. O deputado Antonio Pereira Rebouças⁹ afirmava não achar justo considerar o conselho da presidência como superior ao conselho geral e, que o artigo representava uma confusão de poderes. Os deputados Ferreira França¹⁰ e Venâncio Henriques de Resende¹¹, por outro lado, julgavam que o objetivo do projeto era limitar a regência e não conferir atribuições do poder moderador a outros cargos. Ferreira França lembrava que os conselhos presidenciais já exerciam algumas atribuições do moderador como suspender o comandante das armas, mas não considerava que convinha aumentar seus poderes, enquanto Castro e Silva¹² dizia o mesmo em relação à suspensão dos magistrados (DAGC, sessão de 21 de maio de 1831: 76).

Já o deputado Rezende utilizou como contra-argumento ao artigo o fato dos conselhos serem ocupados pelos mesmos membros, assim, caso as deliberações dos conselhos gerais

⁸ Levantamento elaborado com base nas informações de Francisco Luiz Teixeira Vinhosa (1999) e na Coleção de leis do Império do Brasil

⁹ O baiano Antônio Pereira Rebouças foi deputado por diversas vezes, eleito pela Bahia, e conselheiro do Imperador. Era considerado especialista em direito, mesmo não tendo frequentado a Faculdade de Direito de Coimbra. Faleceu em 1880.

¹⁰ Ernesto Ferreira França nasceu na Bahia em 1804 e faleceu em 1872. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra e atuou como Juiz de Fora da Comarca de São Paulo, Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Ouvidor da Comarca do Recife e desembargador da Relação do Maranhão, também foi deputado por diversas vezes e Ministro nos Estados Unidos, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Supremo Tribunal Federal.

¹¹ Natural de Pernambuco, nasceu em 1784 e faleceu em 1866. Participou da Revolta Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador em 1824. Posteriormente foi deputado da Assembleia geral na 2ª Legislatura (1830-1833); 3ª (1834-1837); 4ª (1838-1841); 5ª Legislatura, ocupando a cadeira como suplente (1843-1844) e 8ª (1850-1852). Também foi vice-presidente da Província de Pernambuco.

¹² Vicente Ferreira de Castro e Silva foi eleito deputado pela província do Ceará. Nasceu em 1792 e faleceu em 1873.

fossem aprovados pelos provinciais trariam inconvenientes e o próprio presidente de província ficaria nulo (DAGC, sessão de 21 de maio de 1831:77). Outros deputados utilizaram a mesma justificativa como Amaral¹³, que afirmou que votaria pelo artigo apenas se aprovassem uma lei para que os membros do conselho da presidência não pudessem ser nomeados conselheiros gerais.

A partir da indicação, na sessão de 03 de junho de 1831 entrou em discussão na Câmara dos Deputados o Projeto que versava sobre esta proibição. O deputado Rego Barros¹⁴ defendia “que queria preparar as províncias para uma federação (...) e que a presente medida era um dos meios que deveria empregar-se para aquele fim” (DAGC, sessão de 03 de junho de 1831: 123). Os deputados Ferreira de Mello¹⁵ e Rebouças, em oposição, argumentavam que a resolução era prejudicial, pois, no Brasil, em algumas províncias, não havia número de pessoas capazes o suficientemente para ocupar os empregos públicos (DAGC, sessão de 03 de junho de 1831: 123). Já Bernardo Pereira de Vasconcellos¹⁶ não considerava haver incompatibilidade no exercício dos empregos eletivos de conselheiro do governo, geral e vereador, “até porque a maioria é que decide nestes corpos e não o voto de um membro que pertence igualmente a outro corpo” e afirmava estimar que lhe mostrassem que não era possível preparar a federação sem esta resolução (DAGC, sessão de 03 de junho de 1831: 125). Apesar das divergências na Câmara o projeto foi ali aprovado, tal como no Senado, onde não ocorreram maiores debates, dando origem à lei de 12 de agosto de 1831, que declarava que os membros das câmaras municipais e conselhos presidenciais não poderiam o ser dos conselhos gerais.

O conselho geral de província e o conselho da presidência tiveram vigência até 1834. Neste ano, a partir do Ato Adicional, o conselho geral de província foi substituído pelas Assembleias Legislativas Provinciais e o conselho da presidência extinto pela a lei de 03 de outubro de 1834, que previa um regimento para os presidentes de província.

Considerações Finais

¹³ O major Antônio José do Amaral era representante do Rio de Janeiro.

¹⁴ Francisco do Rego Barros, conde da Boa Vista, nasceu em Cabo de Santo Agostinho em 1802 e faleceu no Rio de Janeiro em 1870. Militar e político, foi deputado pela província de Pernambuco e nomeado senador em 1850.

¹⁵ O padre José Bento ferreira de Mello foi deputado pela província de Minas Gerais. É retratado muitas vezes como propagador das reformas liberais. Também era dono do periódico O Pregoieiro Constitucional.

¹⁶ Natural de Ouro Preto, filho de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e Maria do Carmo Barradas nasceu em 27 de agosto de 1795 e faleceu em 01 de maio de 1850. Deputado da Constituinte de 1823; da Assembleia Geral Minas Gerais em todas as legislaturas de 1826 até 1838; vice-presidente de Minas, 1833; Deputado Provincial (1ª e 2ª Legislatura); Ministro da Fazenda (1831), do Império (1840) e da Justiça (1837-1839). Foi também presidente da Província de Minas Gerais (1833) e, nomeado senador em setembro de 1838.

A criação do conselho da presidência e conselho geral de província, mais que indicativa da coexistência de antigas e novas ideias, está diretamente relacionada às possibilidades de autonomia das províncias. Estas instituições foram instrumentos de integração e ordem em um esforço do governo imperial para manutenção da unidade diante a heterogeneidade das províncias. Simultaneamente, o aparato provincial era um dos espaços para agregação das elites políticas ao governo, âmbito de disputas que envolviam variados grupos pelo controle dos poderes locais/ regionais e pela própria margem de afirmação do poder central.

Também é preciso ponderar os nexos existentes entre a prática institucional e a influência na vida social (GIL PUJOL, 2006), considerando que as instituições políticas não são alheias à sociedade. As definições relativas a prisões e hospitais, a distribuição das obras, como pontes e estradas, as fixações dos lugares dos vadios, os projetos civilizatórios, os vínculos com a justiça e controle das autoridades, o desmembramento administrativo das províncias, dentre outros elementos que eram atribuições de um dos conselhos ou de ambos, interferiam no cotidiano. Suas atuações afetavam a vida da população, seja como locus de exercício de participação política dos cidadãos, privilégios, influência nas práticas econômicas, legitimação de valores, educação pública ou tutela dos cidadãos não ativos, vadios, escravos e indígenas.

Considerar estas instituições como espaço de diálogo, agregação e disputa permite compreender a montagem da esfera pública de poder e a sociedade na qual ela foi concebida, demonstrando a importância da província, expressa pela criação dos conselhos, em meio a um momento de indefinições institucionais e de uma releitura da política diante a emancipação e, principalmente, denotar que os domínios regionais e locais não eram agentes passivos no processo de formação e consolidação do Estado Nacional.

Fontes Impressas

AAC. Anais da Assembleia Nacional e Constituinte do Império do Brasil de 1823. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824.

COLEÇÃO de leis do Império do Brasil. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

DAGC. Diários da Assembleia Geral/ Câmara dos Deputados (1826-1828). Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

- BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821- 1822. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. 206 p.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem. A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1880. 450 p.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. 330 p.
- GIL PUJOL, Xavier. **Tiempo de política**: perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006. 430 p.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. A fidalguia escravista e a construção do Estado Nacional Brasileiro. In: Espaço Atlântico de Antigo Regime, 2008, Lisboa. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime**: poderes e sociedades, 2008.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. 362 p.
- LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Geral da Província de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. vol.28, n.55, p. 197- 215, 2008.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 436 p.
- MATOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994. 300 p.
- SALES, Zeli Efigênia Santos de. **O Conselho Geral da Província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825- 1835)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2005.
- SILVA, Ana Rosa Coclet da. De Comunidades a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). **Almanack Brasiliense**, n. 2, p. 43-63, novembro 2005.
- SLEMIAN, Andrea. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (1822-1834). **Lócus**: Revista de História- Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v. 24, p. 37- 1, 2007.
- SLEMIAN, Andrea. **Sob o Império das Leis**: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Hucitec, 2009. 334 p.
- SOUSA, Iara Lis Carvalho de. **Pátria Coroada**: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: Unesp, 1999. 396 p.
- SUBTIL, José. Os Poderes do Centro. In: MATOS, José. **História de Portugal**: Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1996. v. 4. 442 p.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. Administração provincial em Minas Gerais (1822-1834). **Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. a.160, n. 403, 1999.

Um rastro de poeira e tinta. Substratos para a pesquisa sobre a pintura de forro do santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Santo Antônio do Pirapetinga, séculos XVIII e XIX.

Kellen Cristina Silva
Doutoranda– UFMG
kellen_poetisa@hotmail.com
Guilherme Augusto do Nascimento e Silva
Mestrando– UFSJ
guilnascimento@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade apresentar o possível caminho percorrido pelo artista Joaquim José da Natividade pela capitania de Minas Gerais em fins do século XVIII e início do XIX. Acreditamos que o pintor pode ter atuado na realização da pintura de forro da igreja matriz de Santo Antônio do Pirapetinga, antiga Bacalhau, distrito da freguesia de Guarapiranga. Desta maneira, pretendemos expor um panorama do vale do rio Piranga e do pequeno vilarejo de Bacalhau, verticalizando com a produção pictórica ocorrida na região. Ao realizarmos uma análise iconológica da pintura de forro da dita igreja, várias questões podem ser compreendidas, questões essas que são importantes tanto para a História da Arte quanto para a própria História Colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Pintura; Iconografia; Guarapiranga.

Introdução

A busca do historiador pelos seus personagens reais é densa e, muitas das vezes, fracassada. Quando nos propomos a estudar a História da Arte colonial brasileira, com ênfase na atividade realizada em Minas Gerais, sabíamos o quão penoso seria o caminho a trilhar. Dos arquivos, muitas das vezes desorganizados, aos documentos imagéticos que sofrem com a ação do tempo e com o descaso, tentamos reconstruir uma trajetória, tentamos reconstruir uma intenção, tentamos reconstruir uma realidade.

Mesmo sabendo que a realidade nunca será alcançada, buscamos respostas para aquilo que nos encanta e incomoda. No caso de nosso presente trabalho, o que nos incomoda é a ausência de informações sobre os artistas da Comarca do Rio das Mortes. Queremos trazer da escuridão do esquecimento personagens que transformaram a paisagem e tocaram o coração dos homens e mulheres devotos das Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Dessa forma, esse trabalho se propõe a apresentar os substratos para a pesquisa iconológica sobre as obras existentes na Comarca do Rio das Mortes, tomando como estudo de caso a pintura de forro do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, pertencente a Santo Antonio do Pirapetinga, distrito localizado no município de Piranga.

Alvorecer piranguense – o contexto das tintas

A região do vale do rio Piranga ainda é pouco conhecida e estudada pela historiografia sobre as Minas Gerais. Localizada ao sul da cidade de Mariana e oeste da antiga vila de Queluz, a freguesia de Guarapiranga (vila de Piranga a partir de 1841), é banhada pelo rio de mesmo nome.

As notícias sobre a ocupação de Guarapiranga remontam a fins do século XVII. No *Códice Costa Matoso* encontra-se uma carta, datada de 10/12/1750, na qual Luís José Ferreira Gouveia informa as diversas etapas da ocupação das imediações do rio. A primeira notícia é a de que no ano de 1691 uma bandeira de paulistas chegou ao rio de Guarapiranga e que estes “se arrancharam em uma capoeira do gentio à beira-rio, em o qual descobriram ouro, e em um córrego que nele faz barra”. O autor da carta informa a existência de algumas outras bandeiras que se fixaram na beira dos córregos locais e nos descreve a origem do nome do rio: “E como naquele tempo havia muito pássaro vermelho no rio, e pequenos, intitularam ao rio Guarapiranga, que é o que quer dizer este nome (*guará, vermelho, piranga, pequeno*), e lhe ficou o nome a este distrito dos ditos pássaros” (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999: 257).

Em 1695, foi construída a primeira capela da localidade, com invocação de Nossa Senhora da Conceição, que se tornaria a padroeira da cidade. Waldemar Barbosa nos informa que o arraial foi elevado à categoria de freguesia em 1724. Guarapiranga manteve-se como freguesia por mais de um século até que, em abril de 1841, foi criada a vila de Piranga. Posteriormente, em 1870, a vila foi elevada à categoria de cidade (BARBOSA, 1995: 254).

Pelos indícios encontrados, a região de Piranga estava em pleno desenvolvimento no decorrer do Oitocentos, reforçando as conclusões da historiografia mineira, que aponta uma economia dinâmica nas Minas, desvinculada em certo grau dos setores agroexportadores, com

ampla e variada produção de gêneros alimentícios, enquadrando-se na chamada *agricultura mercantil de subsistência*.¹

Entre os tipos de atividade econômica da freguesia de Guarapiranga, Gusthavo Lemos aponta que a produção agrícola foi atividade primordial, em relação a atividades como pecuária e extração mineral. Dentre estas atividades agrícolas, o cultivo da cana de açúcar e a produção de seus derivados – açúcar, aguardente e rapadura – era predominante. A produção canavieira da região é seguida de um grande cultivo de milho. Eram principalmente as produções destas duas culturas agrícolas que se direcionavam aos mercados intraprovinciais e talvez até interprovinciais. Além destas culturas, advindas principalmente de fazendas de maior porte, havia também uma produção diversificada de alimentos, como o feijão, a mandioca e o arroz, destinada principalmente ao autoconsumo e à manutenção das escravarias. Estes alimentos eram amplamente produzidos pelas pequenas unidades agrícolas. (LEMOS, 2009).

Nesse contexto, circulavam pessoas e idéias. No nosso caso, os artistas e a iconografia iam de encontro ao “mecenato”, que acontecia em vários cantos de Minas colonial. Onde havia um fazendeiro com posses, haveria uma capela para ser trabalhada. Onde havia um grande grupo de pessoas com posses, existiria uma irmandade e, conseqüentemente, uma capela, uma igreja, um santuário. Foi esse o ambiente que propiciou a construção da igreja de Bom Jesus de Matosinhos, monumento que focaremos neste trabalho.

No canteiro de obras: relações entre mestres e aprendizes

Difícilmente, no universo colonial mineiro, existiam artistas pictóricos que trabalhavam sozinhos. O que havia era um grupo ou apenas mais um ajudante/aprendiz, que contribuía com as obras do artista, pondo em prática as lições que aprendiam. Em um forro pintado, por exemplo, podemos notar a presença de “várias mãos”, ou seja, a presença não só do artista principal que arrematou a obra, como também de seus aprendizes (CAMPOS, 2002: 257-258).

Nessa realidade, inexistiam escolas e academias para o ensino sistemático da pintura, escultura, talha e risco. O que predominava era a aprendizagem nos canteiros de obras e ateliês, tendo na pessoa do artista qualificado, o mestre.

¹ Para uma discussão mais ampla sobre este tema e sua relação com a escravidão na região de Piranga no decorrer do século XIX, conferir: SILVA, Guilherme A. N. Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos. In: *Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2012.

Nos primeiros tempos da colonização, os mestres eram aqueles artistas que vinham de além-mar e arrematavam as obras públicas e eclesiásticas. Com a falta de lugares próprios ao ensino e de mão-de-obra qualificada para auxiliá-los, os artistas europeus usavam de seus escravos para ajudá-los nas tarefas mais básicas da composição da obra, como preparar as tintas e arrumar os andaimes. Com o tempo, esses homens perceberam que precisavam de ajuda para conseguir entregar as obras em tempo hábil e arrematar outras. Foi nesse contexto que os escravos especializados e os aprendizes surgiram no universo colonial brasileiro.

Aliado a isso que apresentamos, esse mundo era regido pelas *dinâmicas de mestiçagem*,² onde a circularidade cultural era sentida nos impressos que atravessam o mar e serviam como fonte para os artistas, nos ensinamentos religiosos, nas práticas trazidas pelos africanos e daquelas que os nativos da terra apresentavam para o homem europeu. Homens livres, escravos, cristãos novos, mestiços, todos conviviam nesse universo dinâmico, e os canteiros de obras produziram artefatos que nos apontam para essa coexistência e para as mesclas que se fizeram.

Os canteiros de obras devem ser analisados por essa perspectiva, justamente porque esses lugares agregavam vários homens de ofício, desde o pedreiro e obreiro, até o mais importante artista pictórico contratado. Nesse período de análise, os maiores contratantes de serviços eram as irmandades leigas. Em Minas Gerais não foi permitida a atuação das Ordens Primeiras, devido a questões relacionadas à descoberta de ouro e ao Padroado (BOSCHI, 1986: 61). Esse laço entre Coroa e Igreja permaneceu atuante e conciliado nas colônias portuguesas, o que marcou profundamente a religiosidade e as obras artísticas na região que se transformaria em Minas Gerais.

Com o afastamento das Ordens Primeiras, a população acabou encontrando a solução para o problema religioso em suas próprias raízes: as irmandades.³ Apesar de nascerem com intenções

² Utilizando do conceito forjado por Eduardo França Paiva, enxergamos o ambiente colonial no que tange às relações entre mestre/aprendiz como conexões que ocorreram em torno de contatos efêmeros, forçados ou voluntários. Concordamos com o conceito, sobretudo porque o ambiente colonial era um espaço móvel, com diversos elementos que se misturavam ou não. A diversidade de saberes e viveres eram o que moldava esse ambiente, que se exemplifica na presença de escravos atuando como aprendizes dos artistas e artífices mineiros. PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Tese de Professor Titular em História do Brasil apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

³ Myriam Ribeiro ressalta que apesar das associações leigas se expressarem de forma mais característica em Minas Gerais, justamente devido à ação proibitiva do Padroado, elas também estiveram presentes, e de forma marcante, no Rio de Janeiro, Pernambuco e em outras regiões já abarcadas pela Igreja (OLIVEIRA, 2003: 167).

religiosas, essas irmandades se transformaram também em um mecanismo de diferenciação social, justamente porque eram nas igrejas que se dava o maior convívio, e conseqüentemente, suas diferenciações hierárquicas.

Pertencer a uma irmandade era mais que apenas se ligar a uma devoção, era compartilhar de um *status* social e manter relações de sociabilidade dentro de um ambiente em que as angústias e os problemas enfrentados eram semelhantes. Aliada a tais questões, a religiosidade mineira se desenvolveu de forma exterior, dando ênfase às festas e ornamentações materiais de suas diferenças, no caso, as igrejas.

Sendo assim, as irmandades propiciaram a existência de um “canteiro de trocas”, onde ocorriam as dinâmicas de aprendizagem entre as pessoas. Cabe ressaltar que a ausência de academias e escolas especializadas aumentou consideravelmente a importância das relações no ato do trabalho, pois esse aprendizado artístico garantia aos seus executores um lugar de destaque no interior das sociedades em que viviam. Camila Santiago salienta a presença maciça de escravos atuando como aprendizes em Minas Gerais, além de chamar a atenção para o trabalho em equipe, encabeçado por um mestre e realizado, em grande parte, pelos aprendizes. Foram essas relações entre mestres e alunos, cativos ou forros, que propiciaram um ofício e uma distinção futura dentro dessas sociedades.

Eduardo França Paiva, por sua vez, ressalta que quanto menor o número de escravos, mais próxima era a relação entre senhor/cativo (PAIVA, 2001: 88-89). Embasado nesse arcabouço historiográfico, podemos supor que a relação entre mestre e aprendiz cativo era ainda maior, o que pode ser comprovado na análise empírica da documentação testamental, como nos aponta Santiago (SANTIAGO, 2009: 103).

Claro que a vida desses artistas e artífices mecânicos provindos do universo do cativo era, sem dúvida, muito mais complexa se comparada com a dos homens brancos pobres, que também tentavam uma mudança de *status* social. É interessante lembrar que os crioulos e os pretos forros reproduziam o universo dos brancos, o que causava também certa estabilidade ao regime escravocrata; e apesar do mundo colonial ser hierárquico, esses homens de cor encontravam brechas para sua ascensão social, pois mesmo atuando como auxiliares dos mestres brancos, alguns artistas mestiços conseguiam arrematar obras e exercer concorrência. Com essa

prática, iam aos poucos se associando a outras irmandades, estreitando laços de sociabilidade e garantindo arremates de pequeno porte.

Isto posto, podemos lançar as bases para nossa pesquisa sobre a possível relação entre mestre João Nepomuceno Correia e Castro e aprendiz Joaquim José da Natividade. Esse trabalho tem como finalidade apenas apontar os caminhos para um trabalho de maior fôlego, respaldado na metodologia iconológica e na micro-história.

Um rastro de poeira e tinta

Joaquim José da Natividade foi um pintor colonial mineiro, com grande atuação ao sul da Comarca do Rio das Mortes. Apesar de ter deixado grande obra, a mesma não é tão conhecida nem pelos mineiros e muito menos estudada a fundo pelos historiadores da arte. Assim, nos propomos à árdua tarefa de discutir sobre seu caminho, tanto como homem quanto como artista. Mas para tal, devemos voltar à Comarca de Vila Rica, onde um grande mestre pictórico estava atuando de forma ativa na construção de belíssimos forros em perspectiva, além de painéis e diversos quadros: João Nepomuceno Correia e Castro.

De acordo com Hudson Martins (MARTINS, 2010: 01-68), João Nepomuceno Correia e Castro nasceu por volta de 1752, era filho de pai português e mãe branca nascida na colônia e foi batizado na cidade de Mariana. Martins afirma que pouca coisa se sabe sobre a formação artística do Mestre Correia e Castro, mas aventa a possibilidade de contato do futuro artista com os impressos religiosos, como a Bíblia, ainda na sua juventude (MARTINS, 2010:52).

O artista volta a aparecer na documentação após os 21 anos, e em uma posição bastante diferenciada, pois era reconhecido como pintor e com distinção, uma vez que já julgava as obras de seus semelhantes. De acordo com Rodrigo Mello Franco de Andrade, tal posição indicava que Nepomuceno Correia e Castro já era reconhecido como *mestre*, pois para atuar como jurado de uma obra, a perícia e o talento eram requisitos fundamentais (ANDRADE, 1978: 29).

Por essa pequena introdução realizada sobre João Nepomuceno Correia e Castro, fica claro a posição que o artista ocupa. Ser mestre era, não só apenas ter reconhecido o talento, como um mecanismo de diferenciação social e também de rentabilidade. Correia e Castro foi um artista que podemos qualificar como polivalente. Trabalhou em diversas Vilas mineiras, tendo como centro principal a obra no Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo.

Vai ser em Congonhas do Campo que os caminhos do mestre João Nepomuceno Correia e Castro e Joaquim José da Natividade vão se cruzar documentalmente. Judith Martins (MARTINS, 1974: 67) aponta em seu verbete sobre Joaquim José da Natividade dois registros de trabalhos justamente em Congonhas, durante os anos de 1785 e 1790. No primeiro trabalho, realizado em 1785, Natividade executa a pintura de uma caixinha para o Ermitão da casa. Já em 1790, o artista pinta a encarnação da imagem de São Francisco.

Desta forma, nosso artigo tem a finalidade de balizar o caminho para a pesquisa documental que vamos exercer durante o doutoramento, mas a bibliografia nos apresenta possibilidades de teses, ou seja, hipóteses que podem ou não, serem refutadas com a confrontação documental e também imagética, no caso, com a análise estilística e formal das obras em questão.

Nesse caso, nossa tese se baseia no testamento de João Nepomuceno Correia e Castro e na documentação apresentada por Judith Martins a respeito de Joaquim José da Natividade e sua atuação em Congonhas. No testamento de Correia e Castro, aparece claramente a condição de aprendiz ligada a Joaquim da Natividade.

O problema dos homônimos é enorme nos estudos de Minas colonial, entretanto, com o cruzamento dessa informação com os apontamentos de Judith Martins, aliado ainda à documentação imagética, podemos afirmar que o aprendiz que o testamento se refere é realmente o mesmo artista que vai atuar no sul da Comarca do Rio das Mortes.

Isto posto, apresentamos aqui o forro em questão: o da nave da igreja de Bom Jesus de Matosinhos de Santo Antonio do Pirapetinga (ou Bacalhau).

Surge em meio a nuvens douradas a presença de um homem jovem, com dorso desnudo e com uma capa vermelha caindo dos ombros sobre as pernas. O jovem segura com a mão direita uma cruz de madeira e com a esquerda divide o cetro real com a figura de um ancião sério, com toca branca e capa azul transpassada na cintura com um cinto. O ancião divide o cetro com o jovem e se apoia do lado esquerdo sobre um globo azul. Sobre o cetro empunhado conjuntamente, uma pomba branca parece planar. Cabe ressaltar a presença de um triângulo sobre a cabeça do ancião, fazendo as vezes da auréola. Composto o restante da cena podemos ver cabecinhas aladas que surgem sobre os raios de um sol bastante estilizado e também sobre as

nuvens douradas. Além das cabecinhas aladas encontramos os anjos de corpo inteiro, em movimento, na parte debaixo da composição. Para fechar tal cena, o artista escolheu uma balaustrada cheia de volutas e flores, que “seguram” a abertura celestial. Essa estrutura apresenta alguns problemas relacionados à perspectiva, mas nada que mude o sentido de arrebatamento que a obra trazia para os fiéis.

A balaustrada apresenta lugares de honra para quatro homens que estão estrategicamente localizados nos quatro ângulos do forro. Cada homem carrega um livro aberto e um animal. Dois desses homens fazem movimentos distintos, como o de explanação e outro de atenção à leitura. Já os outros dois se apresentam portando penas e concentrados nos livros que carregam.



Figura 1: Forro da nave da Igreja de Bom Jesus de Matosinhos. Santo Antônio do Pirapetinga. Autoria em discussão. c. Sec. XVIII. Foto: Kellen Silva.

Depois de descrever a imagem, podemos identificar os personagens que compõe a cena principal do forro da nave. Trata-se de uma representação da Santíssima Trindade, que tem como personagens Jesus Cristo – Jovem com o dorso desnudo – Deus-pai – Ancião que segura o globo – e o Espírito Santo – a pompa que se encontra acima do cetro que liga pai e filho.

Podemos aventar algumas possibilidades para a escolha, apenas analisando bem superficialmente a obra. Como a igreja é em honra ao Bom Jesus de Matosinhos, a cena principal da nave deveria contemplar justamente Jesus Cristo. O que temos na nave é a presença do pai, do filho e do Espírito Santo em triunfo nos céus. Não há um personagem principal na cena, há a Santíssima Trindade, diferente da capela-mor, onde temos apresentada na iconografia do forro a ressurreição de Jesus Cristo, cópia de gravura de missal.



Figura 2: Missal Romano - Séc XIX. Arquivo Eclesiástico de São João Del Rei

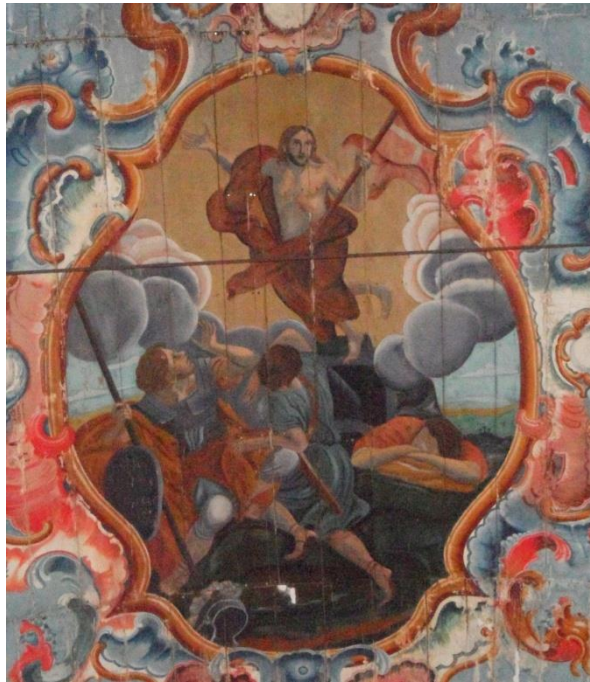


Figura 3: Forro da capela-mor da Igreja Bom Jesus de Matosinhos, Santo Antônio do Pirapetinga, c.Séc XIX. Atribuição.

Cabe ressaltar que o artista não ficava preso apenas às imagens. Ele tinha um arcabouço muito maior de possibilidades, como os próprios livros religiosos e os sermões proferidos na oralidade, pelos padres locais. Essas dinâmicas de troca possibilitavam adaptações iconográficas de acordo com o sentido religioso de cada momento. O artista era o mediador dessas tendências para o campo da arte, inclusive quando trabalhava para a religiosidade. As aflições cotidianas do “homem barroco” estão em cada obra que observamos, não só em Minas, mas em vários outros lugares do mundo Ibero-americano. Somente analisando a iconografia, é que podemos visualizar um pouco desse imaginário.

O aprendiz arrematador de detalhes

Bem, depois de apresentarmos uma pequena e superficial análise iconográfica, partimos para a parte mais complexa, a dos apontamentos para a tese sobre a atuação de Joaquim José da Natividade na realização das obras em Santo Antônio do Pirapetinga.

Iniciamos o artigo demonstrando a relação mestre/aprendiz entre o mencionado Natividade e o grande mestre João Nepomuceno Correia e Castro. Os dois trabalharam em Congonhas no mesmo período, só que em situações e obras bem distintas. Quando ambos estavam em Congonhas, a igreja de Santo Antonio do Pirapetinga começava a ser levantada. Miranda afirma que para tal obra foram chamados não apenas os artistas e artífices locais, mas também “mestres de fora”, com atuação documentada em Mariana e Congonhas (MIRANDA, 1998: 396,402).

Todos esses apontamentos documentais nos levam a cercar a obra pictórica com maior atenção, atrás do risco do artista. Em análises formais, levando em consideração o estilo e o traço do artista, notamos a semelhança entre as flores encontradas em Bom Jesus do Matosinhos e outras obras já atribuídas à Joaquim José da Natividade.

A pintura que se encontra na capela-mor tem todas as características atribuídas à obra de Francisco Xavier Carneiro, e para tal obra há documentação que registra o pagamento feito pela irmandade ao referido artista, coisa que não encontramos, ainda, para a nave da igreja de Bom Jesus de Matosinhos. Diferentemente da capela-mor, no forro da nave há tramas arquitetônicas que destoam daquelas usadas por Xavier Carneiro, mas que se aproximam das tendências formais utilizadas por Nepomuceno Correia e Castro. Tais aberturas, com presença marcada de balcões, muros, parapeito e ramalhetes de variadas flores, além de guirlandas encimando diversos elementos arquitetônicos, podem também ser encontradas de forma muito significativa nas obras de Joaquim José da Natividade.

Em nossa primeira observação formal, notamos as flores como uma assinatura de Natividade em suas obras. Por onde passava, seja como aprendiz, como mero ajudante ou como artista arrematador principal, as flores eram sua assinatura, era aquilo que o diferenciava perante os outros trabalhadores do canteiro de obras. São esses detalhes que nos atemos em uma primeira observação. Em uma segunda observação/indagação, pensamos na influência do mestre sobre o aprendiz, justamente na perpetuação das tramas arquitetônicas e das rocalhas fechando a cena principal retrata. Elemento que vai, aos poucos, sendo diluído até desaparecer completamente na obra-prima de Natividade, localizada na matriz de São Tomé das Letras.

Identificamos uma seqüência de flores que se repete nas obras do possível caminho do artista. São flores encorpadas e bem desenhadas, sendo geralmente arrematadas por galhinhos

verdes e flores miúdas, como as do campo. A preferência do artista era pela tríade floral composta por um cravo, um crisântemo e uma rosa, arrematados por galhinhos e outras pequenas flores.

As flores são elementos recorrentes na iconografia religiosa e aparecem em abundância nas pinturas e ornamentações da arte colonial mineira. Cabe ressaltar que as flores são elementos simbólicos importantíssimos para a alegoria mariana, pois são atributos da beleza e da graça, além de rememorarem o paraíso. Essa rememoração se dá pela qualidade de “advogada dos pecadores” dada à Virgem Maria. Com as imposições da Contrarreforma para a iconografia e com o advento do estilo Rococó, as flores passaram a povoar os impressos, ao lado das rocalhas, o que propiciou sua remodelação em terras coloniais.

Joaquim José da Natividade dava ênfase a esses detalhes. Suas flores se apresentam sempre de forma particular, com um traçado mais firme e cuidadoso, mesmo seguindo a receita de seus antecessores. Sua tríade não é *apenas* sua. A rosa, o crisântemo e o cravo foram flores utilizadas em quase todas as obras e quase sempre da mesma maneira. Mas o que mais marca e chama a atenção para esse traço do artista é justamente a forma como ele escolheu para trabalhar essas flores, sempre enfatizando a presença das três flores supracitadas.

E essas três flores, em especial, se repetiam na forma, mas mudavam de cor, de acordo com a vontade (talvez) do artista ou de seus comitentes. Encontramos a rosa, o cravo e o crisântemo variando entre azul/branco, azul/vermelho, vermelho/branco e rosa/vermelho. O uso do verde era restrito na paleta de Natividade, sendo que ele optava por tons de azul para compor os ramos de mato que figuravam entre as flores.

Todos esses apontamentos são apenas hipóteses que vão guiar nossas análises sobre a obra do artista que percorreu variado caminho, até realizar sua obra prima bem ao sul de Minas Gerais. Nosso artigo aventa mais possibilidades do que uma solução, mas já apresenta elementos que vão nos guiar durante o processo. Analisar os artistas de maneira formal é um dos caminhos para a identificação de traços pessoais e de influências de terceiros, como os mestres e os próprios impressos. O desafio foi aceito, esperamos apresentar melhores conclusões nos próximos encontros.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

- ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. A Pintura colonial em Minas Gerais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1978, p. 11-74. (Publicação da revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 18).
- BARBOSA, Waldemar. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder – Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Vida Cotidiana e produção artística de pintores leigos nas Minas Gerais: José Gervásio e Souza Lobo, Manoel Ribeiro Rosa e Manoel da Costa Ataíde. In: PAIVA, Eduardo F.; ANASTASIA, Carla. (Org.). *O Trabalho Mestiço: Maneiras de Pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2001, v. 1, p. 247-264.
- Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis.* – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.
- LEMOS, Gusthavo. *Família, propriedade e fortuna na freguesia de Guarapiranga na primeira metade do século XIX*. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal de Viçosa, 2009.
- MARTINS, Hudson Lucas Marques. *João Nepomuceno Correa Castro, pintor nas minas setecentistas*. Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2010.
- MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1974. 2v. (Publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 27).
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. A pintura de perspectiva em Minas Gerais; o ciclo rococó. *Barroco*, Belo Horizonte, set. 1982-83. v. 12. p. 171-180.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PAIVA, E. F. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI E XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Tese de Professor Titular em História do Brasil apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.
- SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. Cativos na arte, artífices da liberdade: a participação de escravos especializados no Barroco Mineiro. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.
- SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1830). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÊO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

SILVA, Guilherme A. N. Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos. In: *Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2012.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

**Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a *Marília de Dirceu*.
Irmã e Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto
Séculos XVIII e XIX**

Ana Cristina Magalhães Jardim
Mestranda – UFOP
anajardim10@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo busca estudar as relações de Maria Dorotéia, seu pai, tia e irmã com a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, observando a importância da inserção das famílias mineiras nas associações religiosas, no período colonial, como forma de sociabilização e distinção. O trabalho foi realizado a partir de fontes documentais da Ordem, referentes ao objeto de pesquisa em questão e bibliografia sobre as irmandades religiosas.

PALAVRAS-CHAVE: Marília de Dirceu, Irmandades, Minas Gerais.

Perfil biográfico

O levantamento e as indagações feitas no presente artigo são parte integrante da pesquisa de mestrado denominada “A apropriação de heróis românticos no processo de formação da Nação Brasileira: o mito de Marília de Dirceu – séculos XVIII e XIX” em andamento no Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP e pretendem traçar a natureza das fontes e a metodologia para interpretá-las no estudo biográfico sobre Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (1767-1853). A biografia aqui proposta será apenas um elemento usado para a compreensão historiográfica do mito. Os documentos são o ponto de partida para traçarmos linhas paralelas e pouco exploradas entre a mineira Maria Dorotéia e a personagem lírica do livro de poemas *Marília de Dirceu*, como é mais conhecida. Seu estudo nos obriga seguir paralelo à história de Tomas Antônio Gonzaga, da Inconfidência Mineira, do Romantismo e da formação da nacionalidade brasileira.

O trabalho feito a partir das fontes aqui mencionadas é apenas uma parte da biografia feita para a pesquisa de mestrado e tenta reconstituir o panorama das intrincadas relações e os lugares sociais e de poder, vivenciados por diferentes grupos da sociedade mineira nos séculos XVIII e XIX. Tal exercício de aferição nos permitirá afastar e aproximar Maria Dorotéia de uma existência às vezes ordinária e às vezes encoberta pelo maravilhamento nebuloso da figura lírica de *Marília de Dirceu*.

Para o traçado da vida de Maria Dorotéia levamos em conta a aproximação com as preocupações metodológicas de Pierre Bourdieu em seu artigo *A ilusão biográfica*. Utilizamos ainda a escrita de algumas biografias propriamente ditas como os trabalhos *São Luis* de Jacques Le Goff, a biografia de Cláudio Manuel da Costa feita por Laura de Mello e Souza, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – o outro lado do mito* de Junia Ferreira Furtado e os trabalhos de João José Reis.

Le Goff faz um trabalho minucioso da vida do rei francês, dos escritos sobre ele e que levaram ao fortalecimento de uma imagem que forjou historicamente a existência de São Luis, o rei santo. Mas mesmo sendo tão meticuloso o pensamento de Le Goff é alinhado ao de Bourdieu e ele nos alerta que é preciso

saber respeitar as falhas, as lacunas que a documentação deixa, não querer reconstruir o que os silêncios [...] escondem, também as discontinuidades e as disjunções, que rompem a trama e a unidade aparente de uma vida (LE GOFF, 1999: 21).

Ainda sobre incertezas e lacunas nas fontes disponíveis ao historiador, Laura de Mello e Souza trata, por exemplo, da quase impossibilidade de conferir um rosto ao poeta Cláudio Manuel da Costa. A autora se refere à ausência de imagens fidedignas do conjurado uma vez que, até onde se sabe, nunca se fez um retrato dele.

Mas mesmo que o retratassem: Cláudio continuaria enigmático, os detalhes de sua vida escapando por entre os dedos do pesquisador, esgarçando-se em contradições e se chocando uns com os outros em traços irredutíveis. Durante muito tempo, sequer sobre a data de seu nascimento houve consenso, e menos ainda sobre o lugar onde veio ao mundo (SOUZA, 2011:12-3)

Na pesquisa sobre Chica da Silva, Júnia Furtado diz que “conhecê-la em sua plenitude é impossível, porém a Chica da Silva que aqui descrevemos procura se aproximar da mulher real que viveu no Tejuco no século XVIII”. Furtado nos diz ainda que “Ao inseri-la e contextualizá-la em seu tempo e em seu espaço, buscou-se construir uma personagem historicamente verdadeira” (FURTADO, 2003: 20). O trabalho de Junia não guarda nenhuma semelhança com o mito da negra lasciva que seduziu o contrador com grandes artifícios amorosos. A pesquisa nos mostra, dentre inúmeras outras questões, que a união dos dois gerou treze filhos, nove meninas e quatro meninos, demonstrando a existência de uma relação afetiva estável e duradoura com o

desembargador e contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, o que foge completamente à imagem do mito.

No caso do trabalho de João José Reis destacamos duas biografias, *Domingos Sodré um sacerdote africano - Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* e *O Alufá Rufino - Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. A segunda foi escrita em conjunto com Marcus J. M. de Carvalho e Flávio dos Santos Gomes. Ambas tratam de escravos libertos no Brasil do século XIX e seu perfil é traçado a partir de um conjunto de fontes recolhido nas instituições públicas e casos levados à justiça. O trabalho de REIS também busca uma forma alternativa de trabalhar com a escassez das fontes sem preencher com incertezas a interpretação historiográfica ao se deparar com os vazios encontrados pelo caminho

Ao mesmo tempo em que foi possível desvendar diversos aspectos de sua biografia, muitos outros permanecem obscuros. Por isso, o leitor perceberá que nosso personagem sai frequentemente de cena para dar lugar ao seu mundo e a outros personagens que o povoam, através dos quais sua história é em grande medida contada. Esse método narrativo cabe em qualquer biografia, pois qualquer um vive em certo contexto, imediato ou amplo do qual fazem parte outros indivíduos mais ou menos próximos (REIS, 2008:16).

Tendo como guia esses modelos historiográficos tentaremos unir e compreender alguns pontos encontrados sobre a vida de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas.

Fontes documentais, contexto social e possibilidade de aproximação biográfica

A inexistência de fontes totalmente inéditas sobre Maria Dorotéia até o momento não implica dizer que os documentos aqui trabalhados sejam amplamente conhecidos ou analisados¹. Acreditamos que a figura lírica de *Marília de Dirceu* e sua ampla repercussão a partir dos séculos XVIII e XIX contribuíram para turvar o interesse e a visão sobre essas fontes. A maioria das publicações conserva um tom reverente e laudatório com foco na adoração romântica à musa poética da Inconfidência Mineira sem demonstrar preocupação em separar história e literatura. Interpretar o acervo de documentos reunido é um dos objetivos do presente trabalho, sem o qual

¹ Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano VII – Fascículos I e II – Janeiro a Junho de 1902, p. 401-9. BRANDÃO, Thomaz. *Marília de Dirceu*. Ribeirão Preto: Biblioteca da Boa Viagem – Sociedade União dos viajantes, 1932. A transcrição dos documentos mencionados pelo autor é bastante fiel à documentação original consultada. GOMES, João Batista de Magalhães. *Documentário sobre Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966. Publicaram transcrição de documentos referentes a Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a *Marília de Dirceu*. Mesmo assim não é de nosso conhecimento que tenha produzido algum trabalho que interpretasse, por um viés historiográfico e sob a lente de metodologia atualizada, as práticas sociais atribuídas e relacionadas ao seu conjunto. Na maioria dos casos as interpretações ligadas à musa se repetem.

não é possível compreendermos a natureza da construção e apropriação do mito de *Marília de Dirceu*.

É importante citar que foram realizados muitos trabalhos de fôlego, sob uma abordagem literária, a respeito da obra poética *Marília de Dirceu* e sobre o autor Tomaz Antônio Gonzaga. Este último bastante pesquisado também dentro do tema da Inconfidência Mineira, sob várias abordagens, que vêm contribuindo para ampliar nosso entendimento sobre o tema². O casal Marília e Dirceu também recebeu alguma atenção³, mas as abordagens se repetem sem uma avaliação atualizada das fontes existentes.

Os documentos trabalhados na pesquisa de mestrado tratam de seu registro de batismo; entrada, profissão e expensa⁴ de Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto; pedido de emancipação; atas da Câmara Municipal de Ouro Preto com requerimento de Maria Dorotéia; registro de óbito e testamento. No presente artigo trataremos apenas das fontes que ligam Maria Dorotéia à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto.

Buscamos analisar e compreender a inserção de Maria Dorotéia e sua família nas práticas da sociedade mineira no período que vai desde o final do século XVIII até meados do século XIX. A compreensão da história das irmandades religiosas nos permite adentrar num mundo de intrincadas relações e atuação, tanto espiritual quanto política, das pessoas que viveram na sociedade colonial mineira

² LAPA, Rodrigues. *Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*; tradução de João Maia. São Paulo: Paz & Terra, 1977; ALCIDES, Sérgio. *A Pátria de Dirceu: Memória e invenção de uma lenda nacional no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC/RJ, 1994; FURTADO, Joaci Pereira (Notas e estabelecimento de texto). In: GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; JANCOS, István. *A sedução da Liberdade*. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral) & SOUZA, Laura de Mello e (organizadora do volume) *História da Vida Privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; GONÇALVES, Adeldo. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial*. São Paulo: Globo, 2004; VILLALTA, Luiz Carlos. *As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira*. In: *As Minas Setecentistas*. RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 579-608; OLIVEIRA, Ilca Vieira. *Os fios e os bordados: imagens de Gonzaga na ficção literária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

³ LIMA JR, Augusto de. *O amor infeliz de Marília e Dirceu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 1ª edição 1936.

⁴ Segundo o Dicionário BLUTEAU, Rafael. EXPENSAS significa: gasto, custa, dispêndio [...] expensa de suas esmolas [...] (disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/expensas>). Acesso em: 10 set. 2013.

A história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social das Minas Gerais do setecentos. Acompanhando suas constituições e desenvolvimento, acompanha-se a formação e a estruturação da sociedade mineira. (BOSCHI, 1986: 1).

No contexto trabalhado as irmandades religiosas tinham importante papel a desempenhar. Pertencer a uma Ordem Terceira na sociedade colonial trazia consigo significados simbólicos⁵ relevantes, tanto representantes das autoridades portuguesas e da Igreja quanto cidadãos valeram-se da influência das associações religiosas e da representatividade que carregavam consigo para arranjos sociais diversos em busca de um espaço que permitisse agrupamentos de controle, distinção e ascensão social.

Em Minas [...] a Igreja conta ainda com a multiplicação das Irmandades leigas, aliadas indispensáveis ao Estado metropolitano para o controle social e cotidiano de uma população particularmente rebelde. Ao lado do trabalho de assistencialismo aos pobres e ordenação do culto, conheciam uma dimensão política de primeira ordem, contribuindo para neutralizar o potencial de insatisfação causado pelo fisco e pela presença ostensiva das tropas. Em última análise minimizavam as tensões sociais que afetavam o próprio sistema colonial (FIGUEIREDO, 1997:31).

Interessa-nos mais especificamente a relação social que uma família, considerada distinta como a de Maria Dorotéia, poderia ter a partir da inserção na Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Pessoas da elite mineira procuravam as irmandades mais conceituadas e fechadas para dignificar-se. Por sua vez as irmandades que tinham pessoas de renome também se dignificavam com isso: estruturantes e estruturados das relações do poder simbólico (BOURDIEU, 1998). Pessoas ilustres pertencentes à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica podem ilustrar o seu prestígio. Dela fizeram parte, por exemplo, o Cônego Luiz Vieira da Silva “professor de filosofia em Mariana e considerado por alguns como um dos teóricos do movimento abortado da Conjuração Mineira, é de se registrar seu relevo entre os escritores do tempo [...] sua biblioteca compunha-se de 270 obras com cerca de 800 volumes” (SALLES, 2007: 112). O Cônego chegou a comissário da Ordem em 1770 mesmo não sendo do clero de Vila Rica e com cargo público em Mariana. Cláudio Manuel da Costa também foi da irmandade além de ter desempenhado a função de “advogado da Ordem desde 1771, recebendo anualmente para isso

⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Os elementos simbólicos são, ao mesmo tempo, estruturantes e estruturados de uma sociedade.

60 oitavas de ouro” (BANDEIRA, 2000: 89). Tereza Ribeiro de Alvarenga, mãe de Cláudio Manoel da Costa, também pertenceu à Ordem e foi eleita Ministra no ano 1766/7⁶. Não podemos deixar de citar artistas que contribuíram para a construção de seu templo, a Igreja de São Francisco de Assis, como Manoel da Costa Ataíde e Antônio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho”, dois dos mais ilustres responsáveis pelo traço, esculturas, pinturas e composição de seu templo. Tudo isso contribuiu para o prestígio e a imagem da Ordem para o qual “Concluimos que a Ordem Terceira de São Francisco era a irmandade dos intelectuais e altos funcionários” (SALLES, 2007:109). Ser aceito pela Ordem era receber um selo de distinção perante toda a sociedade colonial

Via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por serem associações das camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada. Haja vista o exemplo de Minas Gerais colonial, onde elas foram instituídas somente no momento em que a sociedade local se consolidou. (BOSCHI, 1986: 20)

Maria Dorotéia, seu pai Capitão Balthazar, sua irmã Emerenciana e pelo menos uma de suas tias pela lado materno, D^a Catarina, faziam parte da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto demonstrando sua inclusão no círculo das famílias mais conceituadas da colônia.

| Tabela 1 – Membros da família de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto | | | | |
|---|---------------------|-----------------------|-----------------|--|
| Nome | Entrada | Profissão | Ministra | Falecimento |
| Catarina Leonor da Silva Sotéria | 2 de agosto de 1779 | 2 de agosto de 1780 | 1785 | 5 de abril de 1817 |
| Capitão Balthazar João Mayrink | 1787 | | | 14 de janeiro de 1815 |
| Maria Dorotéia Joaquina de Seixas | 2 de agosto de 1793 | 18 de março de 1795 | 1804 1835* | 10 de fevereiro de 1853 |
| Emerenciana Joana Evangelista | 12 de abril de 1804 | 20 de janeiro de 1806 | 1815 | Na cidade do Rio de Janeiro a 6 de abril de 1837 |

Fontes: Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folhas 122, 171, 211 e 261

⁶ SOUZA, Cristiano Oliveira de. *Os Membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: Prestígio e Poder nas Minas (Século XVIII)*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008, p. 149.

*Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano VII – Fascículos I e II – Janeiro a Junho de 1902, p. 404. Transcrição do Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 3, folha 122 verso. Ver tabela 3.

Maria Dorotéia seguiu a tradição familiar, como permitido por sua condição social e econômica naquela irmandade religiosa, bem conceituada em toda colônia e igualando seus membros num alto conceito de distinção

Se há conceitos ou juízos de valor diferentes no interior de uma sociedade, que vive regida pelo absolutismo português, é de se concluir que as circunstâncias conjunturais do processo estimularam o dinamismo dessas diferenciações. A Ordem Terceira de São Francisco, por exemplo, apresenta em São Paulo, Minas e Pernambuco o caráter elitista [...] ostentando um comportamento uniforme em todas as regiões (SALLES, 2007: 84)

A irmandade à qual uma pessoa pertencia era sinônimo do seu lugar na sociedade, havendo distinção das instituições exclusivas para brancos, negros ou pardos. Após o exame da divisão racial o valor pago para entrada era outro fator seletivo e que permitia a acessibilidade ou não a determinadas associações religiosas. Ascendendo ainda mais nessa escala de valor estavam as famílias que dispunham de recursos para assumir algum cargo na Mesa Administrativa de uma Ordem Terceira. Essas instituições possuíam grande patrimônio, templos imponentes, chegaram a possuir escravos, movimentar grandes quantias em ouro e dinheiro e emprestar dinheiro a juros

As irmandades obedeceram à estruturação ideológica da sociedade e, ao mesmo tempo, intensificaram aquela norma codificada na ação prática, tirando as vantagens possíveis dentro das circunstâncias coloniais (SALLES, 2007: 85)

Outro aspecto importante para os seus membros era a visibilidade adquirida com o pertencimento àquelas ordens, cujos homens possuíam importantes cargos em outras instituições⁷ como em Ordens Militares, na Câmara ou no Senado, por exemplo

a profissão nas ordens terceiras era sinônimo de *status* e privilégio das classes dominantes. Ser admitido numa ordem terceira significava pertencer à “elite social” e ser de “origem racial branca e católica incontestável”. Ser aceito numa delas demonstrava prestígio e a obtenção de reconhecimento público de êxito

⁷ SOUZA, Cristiano Oliveira de. Em sua dissertação o pesquisador analisa a Ordem Terceira de São Francisco de Assis como instrumento de poder e prestígio nas Minas Gerais do Antigo Regime, cruzando a relação de seus membros com ocupantes de cargos e posições e traçando assim, a partir daquela ordem religiosa, o perfil dos homens mais influentes de Vila Rica.

pessoal e, assim, ser reconhecido socialmente; ter acesso a toda sorte de facilidades e benefícios (BOSCHI, 1986: 162)

A entrada em determinadas irmandades de brancos só se dava por inegável prestígio ou indicação de um dos irmãos e após um exame minucioso da origem da família

O ingresso nessas associações dava-se de forma diferenciada. Profundamente fechadas, as irmandades de homens livres, compostas pelas elites das localidades mineiras, restringiam enormemente a entrada de irmãos (FIGUEIREDO, 1993: 155).

A ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto foi fundada em 1746, mas a primeira eleição de Mesa ocorreu somente em 1751. No estatuto levado à aprovação em 1756 lê-se: “Cap I – De como se hão de examinar os que hão de entrar na Ordem (Proíbe a admissão de “mulatos ou cabra” e de “judeu, mouro, ou herege e seus descendentes até a quarta geração)” ” (TRINDADE, 1951: 23). O autor nos esclarece também que “Tais Estatutos não eram originais da Ordem de Vila Rica [...] mas adotados. Tinham sido copiados, palavra por palavra, dos Estatutos por que se regia a Ordem Terceira da penitência do Rio de Janeiro” (1951: 25) tratando-se de seus princípios em toda a colônia. “As ordens terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis eram as mais fechadas de Minas, revelando como a estratificação racial atuou nas irmandades e foi também influenciada por elas desde o princípio do século” (SALLES, 2007: 79). Segundo o Estatuto moralidade, bons costumes e dedicação religiosa também eram observados

Consta do Livro de Profissões, fl. 15 v. (ano 1751): Manuel de Araújo e Souza, morador no Alto da Cruz, caixeiro de Félix Rodrigues, não pôde ser aceito na Ordem, “foi recusado por ser casado com uma mulata”. (TRINDADE, 1951: 48)

Mas como, mesmo no período colonial, as regras possuíam suas exceções ou conveniências é preciso levar em conta uma certa maleabilidade

As confrarias chamam à ordem os associados de mau procedimento e estabelecem regras bastante estritas de moralidade. Entretanto, dificilmente tais regras poderiam ser mantidas em terras mineiras daquele período. Praticamente teria sido impossível que as associações tivessem prosperado se agissem com a severidade pregada pelos seus estatutos, excluindo muitos homens de categoria de seus quadros por seus crimes (SACARANO, 1978:37).

A aceitação das mulheres nas irmandades se dava pela indicação de parentes próximos, ou seja, por serem esposas, filhas ou irmãs de membros das Ordens Religiosas. Existiam significados

específicos para uma mulher como Maria Dorotéia, na Vila Rica do fim do século XVIII, enquanto membro daquela irmandade

As mulheres brancas, embora rompessem com o isolamento doméstico a que estavam submetidas, ao participarem das atividades das irmandades, não escaparam de encontrar aí barreiras e limitações que refletiam o autoritarismo existente no mundo exterior (FIGUEIREDO, 1993 : 153).

Embora elas representassem a minoria nessas instituições e não tivessem voz ou mando as irmandades religiosas eram um dos poucos locais que permitiam uma atuação social feminina. Pertencer a elas possibilitava às mulheres uma maior circulação e um trânsito lícito e honroso para os padrões morais da época.

A vida religiosa nas irmandades constituiu um dos principais canais de atuação social para as camadas femininas nas Gerais. Qualquer que fosse sua condição, cor e situação civil, encontrariam sempre lugar nestas instituições. O sentido e o modo de sua participação, entretanto, seriam diferenciados, o que, em verdade, refletiria objetivos distintos, de acordo com a posição ocupada pela mulher na sociedade (FIGUEIREDO, 1993 : 152).

Mulheres negras ou pardas teriam acesso às irmandades que sua condição social permitisse, podendo receber doações ou cuidados na doença, na pobreza ou na velhice, quando necessário. Às mulheres brancas como as da família de Maria Dorotéia, caberia a honra de pertencer às irmandades mais conceituadas e até de ser eleita Ministra, Mestra de Noviças, contribuindo com recursos financeiros substanciais para aquelas instituições

Sabe-se que, no período durante o qual sucederam os fatos aqui narrados, a moeda que corria era, em geral, o ouro em pó, cotado a 1\$200 por oitava. A oitava, que já era uma subdivisão do marco, subdividia-se, por sua vez, em vinténs – 32 vinténs [...] O vintém correspondia a \$037,5 réis; assim, é claro que 8 vinténs formavam $\frac{1}{4}$ de oitava; 16 vinténs – $\frac{1}{2}$ oitava; e 24 vinténs – $\frac{3}{4}$ de oitava. (TRINDADE, 1951: 477)

| Tabela 2 – Transcrição de valores pagos/devidos à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto | | | |
|--|----------|---------|---------|
| | Oitavas* | frações | vinténs |
| 1793 A Sr ^a . D ^a . Maria Dorotéia Joaquina de Seixas moradora nesta vila Sua recepção em 2 de agosto | 2 | 3/4 | 4 |
| Seu anual até 1795 | 2 | 3/4 | 4 |

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

| | | | |
|--|-----------------|------------|----------|
| 1795 Sua profissão em 18 de março | 2 | 3/4 | 4 |
| Idem anuais até 1803 - 8 anos | 8 | 3/4 | 4 |
| Idem expensa de Ministra em 1804 | 41 | 1/2 | 6 |
| 1080 Idem anuais --- 1808 abatendo anuais de Ministra | 3 | 1/2 | 6 |
| | 60 | 1/4 | 2 |
| | 72\$375 | | |
| Anuais até 1823 – 15 anos | 18\$000 | | |
| Anuais de 10 anos até 1833 | 12\$000 | | |
| Passou para Livro 3 folha 123 | Soma - 102\$375 | | |
| Fonte: Conta Corrente da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Livro 2, folha 211 | | | |
| *A oitava de ouro equivalia a 3,585 gramas de ouro ou 1\$200 (mil e duzentos réis) | | | |

Segundo a documentação Maria Dorotéia pagou como expensa de Ministra em 1804 o valor de 41 oitavas e 1/2 de ouro e 6 vinténs, muito superior ao anual para pertencer à Ordem. Sua tia Catarina, quando eleita Ministra em 1785, pagou o valor de 83 oitavas e 1/4 de ouro e 3 vinténs⁸, praticamente o dobro do valor pago pela sobrinha. O que se lê a partir do quadro é que entre 1793 e 1804 quando se tornou Ministra, a soma dos pagamentos de Maria Dorotéia à Ordem era de 60 e 1/4 de oitavas de ouro e 2 vinténs. A partir da linha seguinte o valor em ouro é convertido para 72 mil e 375 réis, seguindo os demais sempre na mesma moeda.

| Tabela 3 – Continuação - Valores pagos/devidos à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto | |
|---|-----------|
| A Irmã D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas – Antônio Dias, pelo que vem a dever a conta no L. 2 fls 211 até 1833 | 102\$375 |
| Engano na profissão | \$175 |
| O Secretário Cintra | |
| Anual de um ano até 1834 | 1\$200 |
| Expensa de Ministra em 1835 | 50\$000 |
| Anuais até 1849 | 16\$800 |
| D.os até 1851 | 2\$400 |
| Remida por despacho da Mesa de 18 de janeiro de 1852 pela quantia de | 63\$[9]70 |
| Falecida a 10 de fevereiro de 1853. Jaz na Matriz de Antônio Dias | |
| Fonte: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano VII – Fascículos I e II – Janeiro a Junhode1902, p. 404. Transcrição do Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 3, folha 122 verso | |

⁸ Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folha 171.

Os registros são transferidos do Livro 2 para o Livro 3. Destacamos acima a nova eleição de Maria Dorotéia como Ministra da Ordem em 1835 pagando desta vez pelo cargo a quantia de 50.000 réis, mesmo valor pago por Emerenciana para ocupar o cargo em 1815. O documento conclui com o falecimento e sepultamento dela em jazigo da família na Igreja Matriz de Antônio Dias a 10 de fevereiro de 1853 com a idade de 85 anos. Pouco menos de um ano antes disso sua dívida com a irmandade havia sido remida pela mesa por um valor menor que a soma real. A hipótese que pode se levantar é que talvez já em idade avançada e temendo seu falecimento cuidou de acertar as contas com a irmandade para garantir e facilitar aos herdeiros seu sepultamento.

Maria Dorotéia deixou registrado em seu testamento que “só recomendo que meu corpo será sepultado em cova da Ordem de S. Francisco de Assis”⁹, mas o sepultamento foi feito no interior da Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias para o qual deduziu-se ao longo do tempo que “Não se cumpriu, portanto a vontade da testadora nesta parte, aliás de tão fácil execução”¹⁰.

De fato o desejo de ser sepultada no cemitério de São Francisco de Assis, conforme constava no seu testamento, não foi atendido, mas gostaríamos de refletir sobre essa interpretação

Em dezembro de 1829 foi presente à mesa o seguinte ofício: Ilms.Srs. – A Câmara Municipal desta Imperial Cidade, tendo proibido em virtude da Lei de 1º de abril de 1828, o enterramento dos Corpos dentro do Recinto dos Templos, e convindo tratar da Construção de um Cemitério Geral, resolveu que se oficiasse as Ordens 3^{as} e Irmandades para que declarem se dentro do prazo marcado nas Posturas, aprontam os seus cemitérios particulares ou se querem contribuir para as despesas do Geral que a Câmara pretende mandar fazer. (TRINDADE, 1951: 475)

Era direito que os irmãos em situação regular fossem sepultados nos cemitérios pertencentes aos templos de cada Ordem. Mesmo que não houvesse tempo de abrir seu testamento ou que esse desejo nele não fosse mencionado e ela falecesse repentinamente seria o mais natural. Tratava-se de uma irmã de família distinta, de descendentes de portugueses e residentes durante toda a vida naquela paróquia do Antônio Dias. Lembramos ainda que ela foi

⁹ Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano VII – Fascículos I e II – Janeiro a Junho de 1902, p. 404.

¹⁰ Ibidem. NOTA DA REDAÇÃO.

uma irmã professa e também que havia sido Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, das mais tradicionais da América Portuguesa. O mais natural seria ela ser sepultada ali em cova do cemitério de S. Francisco de Assis como havia declarado, uma vez que esse já havia ficado pronto em 1833, principalmente se considerarmos que estava proibido o sepultamento dentro das igrejas. Se não havia nenhum impedimento para tal por que o desejo registrado no testamento não foi cumprido?

Pelo que indicam as fontes o jazigo da família localizava-se na Matriz de Antônio Dias, templo mais antigo que o de São Francisco de Assis, embora sem cemitério. Até mesmo seu tio Marechal João Carlos Xavier da Silva Ferrão, pertencente à irmandade do Carmo, foi sepultado na Matriz do Antônio Dias a 18/11/1820, parece natural que Maria Dorotéia também o fosse

Em seu testamento [...] recomendou Dorotéia que fosse seu corpo sepultado em cova da ordem terceira de S. Francisco de Assis, de que era irmã remida. Esta disposição, porém, não foi cumprida, dizem porque o testamento foi encontrado e aberto, quando já não havia tempo para se providenciar em tal sentido. Esta explicação é aceitável até certo ponto. Entretanto, não é fora de razão admitir-se que tendo mudado de vontade no decurso do longo tempo que ainda viveu depois de feito o testamento, houvesse recomendado verbalmente a sua testamenteira que, em contrário do testado, fosse seu corpo sepultado na matriz onde estavam as cinzas de seus avós, das duas tias que a tinham criado, e do marechal João Carlos, seu tio e protetor (BRANDÃO, 1932: 405-6).

Analisando a proibição de sepultamento dentro dos templos podemos deduzir num primeiro momento que o fato mais atípico, depois de 1828, seria justamente ela ter sido enterrada dentro da Igreja na cova de número onze. Por outro lado a aplicação das leis precisa ser analisada em cada contexto histórico e “O que se pode provar é que a prática de sepultamentos no interior das igrejas continuou durante todo o século XIX” (VIEIRA, 2004: 175-183). Para fazê-lo a mesa diretora teve que ir de encontro a uma proibição oficial da Câmara em vigor desde 1828, mas não com tanta rigidez. Se isso ocorreu, pode ter sido por vários motivos, um deles a grande relevância ou consideração dada à sua família, possuidora de jazigo no interior do templo. Por isso entendemos que ter oferecido sepultamento a D^a Maria Dorotéia Joaquina de Seixas em local de tamanha distinção pode ser considerada uma grande honraria e consideração para que no fim da vida seus restos mortais descansassem ao lado dos de sua família. Portanto, deduzir que seu

sepultamento na matriz de Nossa Senhora da Conceição correspondeu a algum tipo de descaso e que simplesmente seu último desejo não foi levado em conta nos parece precipitado.

A análise das fontes da Ordem Terceira de São Francisco de Assis comprova a distinção que pode ser atribuída à família aqui retratada. Reiteramos que “somente uma pessoa de vasto cabedal econômico poderia ser eleita para qualquer cargo desta Ordem” (SALLES, 1951: 95) o que nos leva a concluir que tornar-se Irmã Ministra da Ordem Terceira de São Francisco de Assis não apenas uma, mas duas vezes, poderia ser facultado somente a pessoas de grande prestígio e/ou posses. Talvez possamos somar maior argumentação com a conclusão da pesquisa de mestrado em andamento, mas, por hora, os documentos comprovam um significativo poder econômico que permitia a participação de Maria Dorotéia junto àquela renomada Irmandade, mesmo que não possamos definir a forma com tal participação se deu.

Fontes

Museu do Aleijadinho. Livro de Entrada e Profissões - Conta Corrente da Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Assis de Ouro Preto - Livro 2, folhas 122, 171, 211 e 261

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano VII - Fascículos I e II - Janeiro a Junho de 1902, p. 404.

Referências Bibliográficas

ALCIDES, Sérgio. *A PÁTRIA DE DIRCEU: Memória e invenção de uma lenda nacional no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC/RJ, 1994.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Thomaz. *Marília de Dirceu*. Ribeirão Preto: Biblioteca da Boa Viagem – Sociedade União dos viajantes, 1932.

FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano. *Mulher e família na América portuguesa*. São Paulo: Atual, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FURTADO, Joaci Pereira (Notas e estabelecimento de texto). In: GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

- FURTADO, Joaci Pereira. *Uma República de Leitores: História e Memória na Recepção das Cartas Chilenas (1845 – 1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOMES, João Batista de Magalhães. *Documentário sobre Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1966.
- GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu. Edição do bicentenário (1792-1992)*. Prefácio e notas de Melânia Silva Aguiar. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1992.
- HELENA, Lúcia. *Tomás Antônio Gonzaga*. Rio de Janeiro: Agir – Edições Biblioteca Nacional, 2005.
- JANCSÓ, István. *A sedução da Liberdade*. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral) & SOUSA, Laura de Mello e (organizadora do volume) *História da Vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, capítulo 8, p.388 a 437; notas: p. 470-472.
- JANCSÓ, István. *O Brasil não comporta heróis populares*. In: *Revista de História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000, p.127-175.
- LAPA, Rodrigues. *Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- LE GOFF, Jacques. *São Luis: Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- LIMA JR. Augusto de. *O amor infeliz de Marília e Dirceu*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1998.
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*; tradução de João Maia. São Paulo: Paz & Terra, 1995.
- MAXWELL, Kenneth. *A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro*. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e terra, 1999, p.157-208.
- OLIVEIRA, Ilca Vieira de. *Gonzaga, tradição recepção e reescritas*. In: *Revista de Letras*. Santa Maria: UFSM, 2001, p.97-105.
- OLIVEIRA, Ilca Vieira de. *Os fios e os bordados: imagens de Gonzaga na ficção literária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- POLITO, Ronald. *Um coração maior que o mundo: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial*; prefácio Melânia Silva de Aguiar. São Paulo: Globo, 2004.
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

- REIS, João José. *O Alufá Rufino - Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SACARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro: Introdução ao Estudo do Comportamento Social das Irmandades de Minas no Século XVIII*. 2ª Ed. Ver. Ampl. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do indistinto – Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735 – 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, Cristiano Oliveira de. *Os Membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: Prestígio e Poder nas Minas (Século XVIII)*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008.
- SOUZA, Laura de Mello. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SOUZA, Rafael de Freitas e. *O Tiradentes Leitor*. Viçosa-MG: Suprema, 2008.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto – Crônica narrada pelos documentos da Ordem*. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1951. (Publicações DPHAN, nº 17).
- VIEIRA, Luiz Alberto Sales. In: GONÇALVES, Andréa Lisly (coordenação). *Termo de Mariana II*, 2004, p. 175-183.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira*. In: *As Minas Setecentistas*. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 579-608.

Construindo a Nação: o Lugar das Artes no Império

Mariana Guimarães Chaves
Mestranda – UFSJ
mariana.chaves.ufjf@gmail.com

RESUMO: A presente proposta tem como objeto de estudo a relação interdependente estabelecida entre a *Academia Imperial de Belas Artes* e o Governo Imperial, durante o período do Segundo Reinado (1841-1889). Originada a partir da dificuldade de encontrar respaldos documentais e bibliográficos para a questão da prática do Patronato no Brasil nos Oitocentos, esta pesquisa se insere na atual tendência da historiografia brasileira, buscando promover uma reavaliação crítica do contexto de produção artística do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: AIBA, Patronato, Arte.

Introdução

O Renascimento Italiano foi responsável pela gênese das academias de arte, tal como hoje as entendemos. Em meio ao contexto de surgimento do Absolutismo e do Maneirismo, a palavra academia¹ passou a significar, pela primeira vez, uma instituição exclusivamente dedicada ao ensino artístico, ancorada na proteção oferecida pelo Estado a seus artistas.

Contudo, ainda que o contexto humanista italiano estivesse estreitamente vinculado ao nascimento desse tipo de instituição, a partir do século XVII as academias de arte iniciaram um movimento de difusão por toda a Europa, alcançando seu ápice na França, onde predominaram o classicismo e o estreitamento dos laços estabelecidos entre a arte e os imperativos da Nação². Surgia, então, um modelo acadêmico mais burocrático, regrado e cuja principal característica consistia em seu vínculo com o Estado.

Deste modo, o poder absolutista propagava nas academias de arte a mesma concentração política verificada em outras esferas da sociedade. A rígida hierarquia interna e a dependência da boa vontade do rei tornavam mais fácil a imposição dos interesses da Coroa no campo da

¹ A historiadora Cybele Vidal Neto Fernandes afirma que o conceito de *academia* difere-se essencialmente do conceito de *escola*. Enquanto o primeiro destina-se a reunir artistas, intelectuais e mecenas, a fim de refletirem sobre as questões relativas às belas artes, o segundo visa apenas a formação de artistas em suas diferentes áreas de interesse (FERNANDES, 2001).

² A partir de 1830, o rei francês Luis Filipe define um projeto ideológico e cultural, no qual ele próprio se coloca como consequência lógica de todas as forças históricas nacionais (COLI In CHRISTO, 2007).

produção artística e cultural. Também o programa de ensino adotado pelas Academias manteve-se vigente durante todo o século XVIII e a maior parte do século XIX³. O Neoclassicismo, fruto da subordinação artística aos cânones da Antiguidade e da crença na pedagogia dos grandes gêneros artísticos⁴, transformou-se em arte do Estado, vinculando rapidamente o artista ao serviço da Corte (PEVSNER, 2005).

O modelo de ensino e produção das artes, propagado pela *Académie Royale de Peinture et de Sculpture*, inspirou a criação de instituições congêneres não apenas no ambiente europeu, mas também em países de tradição recente, nos recém-criados Estados latino-americanos (PEVSNER, 2005). A experiência artística brasileira deveu muito à repercussão e influência da academia francesa. O projeto de fundação de uma academia de arte e ofícios em território luso-brasileiro teve origem ao longo do Reinado de D. João VI, após a vinda a da família real para o Brasil. Transmigrada a Corte, era necessário dotá-la de uma nova história e outra memória. Assim, em uma sociedade majoritariamente analfabeta, a criação de uma iconografia oficial, através do ensino artístico acadêmico, parecia a solução perfeita para resolver o problema de representação dessa Corte transmigrada e de passado breve.

A contratação de um grupo de artistas estrangeiros, conhecido como Missão Artística Francesa, reuniu não só o desejo de construção de um aparato laico em relação às artes, mas também a intenção de impor à sociedade novas preferências artísticas, mais condizentes com a cultura dos países civilizados. Assim, ao menos teoricamente, “a ideia era formar um grupo sólido e centralizado, e, como na França, impor padrões, modelos, gêneros e gostos” (PEVSNER, 2005: 19). Na tentativa de colocar em prática essa missão real e artística, os artistas acadêmicos franceses tentaram criar uma imagem oficial para o Estado. O projeto da *Academia Imperial de Belas Artes*, embora tardasse em transformar-se em realidade, teria como objetivos principais o fortalecimento do monarca português e faria parte de uma estratégia de fortalecimento do próprio Estado, agora instalado na antiga colônia tropical (PEVSNER, 2005).

³ Após a Revolução Francesa, embora a criação artística tenha se estagnado e se conformado aos gostos dos compradores, alguns artistas conseguiram superar o jugo da tradição, sustentados por uma parte da crítica e por alguns amadores esclarecidos. Esses sujeitos são fruto da evolução intelectual, política e econômica. São eles os responsáveis pela utilização de novos temas nas artes plásticas e por uma nova maneira de representar, qualidades que vão, progressivamente, liberar o artista de suas obrigações cortesãs (LOBSTEIN, 2006).

⁴ Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os gêneros da pintura podiam ser classificados como de maior ou menor importância, de acordo com os encorajamentos a eles concedidos dentro do ambiente das academias de arte. Como exemplos de gêneros, maiores podemos citar: a Pintura Histórica e o Retrato. Por sua vez, como gêneros menores, podemos citar: a Paisagem, a Natureza Morta (considerada um gênero feminino) e a Pintura de Gênero.

Fundação e Consolidação da Academia Imperial de Belas Artes:

Durante todo o período colonial, o ensino artístico na América Portuguesa havia se limitado às relações entre mestre e aprendiz. Em 1800, deu-se a primeira tentativa de implantação de um ensino sistematizado, através da criação da *Aula Régia de Desenho e Figura*, dirigida pelo artista português Manuel Dias de Oliveira. Este artista brasileiro havia estudado em Portugal, na *Aula de Desenho da Casa Pia*, e em Roma, como pensionista da *Academia Portuguesa de Roma*⁵. Devido ao seu aperfeiçoamento na Itália, Manuel Dias de Oliveira tornou-se conhecido como O Romano, inaugurando a Aula do Nu e tornando-se Professor Régio de Desenho e Figura, além de Pintor e Decorador da Corte (FERNANDES, 2001). De acordo com Maraliz de Castro Vieira Christo, entretanto, os acontecimentos e as reviravoltas do século, infelizmente, não permitem avaliar o alcance e as perspectivas deste projeto inicial de sistematização do ensino artístico no território Luso-Brasileiro (CHRISTO, 2007).

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 foi responsável por uma grande transformação política, econômica e cultural na capital do Reino Unido. Entre as medidas implementadas por D. João VI no Rio de Janeiro, uma das mais significativas foi a mobilização em torno da criação de uma *Academia de Belas Artes*, que buscasse promover uma formação das elites e difundisse entre os membros mais notáveis da Corte os preceitos iluministas (PEREIRA, 2008). A contratação de artistas estrangeiros, provenientes da França, um dos países de maior referência artística do mundo, fazia parte de um projeto incumbido de transformar o Brasil em um lugar de cultura e civilização.

Joachim Lebreton, Secretário Perpétuo da Quarta Classe de Belas Artes do *Institut de France*, iniciou uma articulação junto ao Ministro português Francisco José Maria de Brito para a implantação, no novo reino português na América, de um projeto de desenvolvimento da indústria e das artes. Segundo Angela Ancora da Luz, “o grupo teria que criar e transformar as estruturas existentes, uma vez que não havia um desenvolvimento cultural que permitisse o modelo artístico de ensino como Le Breton sonhara: a criação de uma grande escola de formação de artistas na América do Sul” (LUZ, 2005: 51).

⁵ Também conhecida como *Colégio Português das Belas-Artes*, esta instituição funcionou em Roma, somente entre os anos de 1791 e 1798.

Em vinte e seis de março de 1816, os esforços de Lebreton permitiram a chegada ao Brasil de um grupo de artistas franceses, composto pelo arquiteto Grandjean Montigny, os pintores Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret, o escultor Auguste Taunay, o gravador Charles Pradier, o músico Sigismund Neukomm e os escultores Marc e Zéphérin Ferrez (CHRISTO, 2007). Lebreton agiu de maneira inteligente ao selecionar e contratar seus artistas e artífices: dentre eles, alguns experimentavam momentos de dificuldade com o governo francês; outros, por outro lado, simplesmente sentiam-se atraídos pelas experiências exóticas que a viagem ao Brasil poderia lhes proporcionar (FERNANDES, 2001). Este grupo heterogêneo ficou conhecido como Missão Artística Francesa.

A iniciativa foi coroada no dia doze de agosto do mesmo ano, data de promulgação do Decreto de criação da *Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios*. Entretanto, o Decreto deixa claro que os objetivos da recém-criada escola estariam muito ligados à modernização e ao progresso da ex-colônia. Além disso, o texto apontava não só para a necessidade do aprimoramento do gosto no campo das belas artes, mas principalmente para uma série de problemas imediatos que deveriam ser resolvidos de forma prática:

Atendendo ao bem comum que provem aos meus fiéis vassallos de se estabelecer no Brasil uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em que se promova e difunda a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio, de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, maiormente neste Continente, cuja extensão, não tendo ainda o devido e correspondente número de braços indispensáveis ao tamanho e aproveitamento do terreno, precisa dos grandes socorros da estatística para aproveitar os produtos, cujo valor e preciosidade podem vir a formar o mais rico e opulento dos Reinos conhecidos; fazendo-se portanto necessário aos habitantes o estudo das Belas Artes com aplicação e referência aos ofícios mecânicos, cuja prática, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos teóricos daquelas artes e difusivas luzes das ciências naturais, físicas e exatas; e querendo para tão úteis fins aproveitar desde já a capacidade, habilidade e ciência de alguns estrangeiros beneméritos, que têm buscado a minha real e graciosa proteção para serem empregados no ensino e instrução daquelas artes [...] (DECRETO DE 12/08/1816 In LUZ, 2005: 152).

O projeto inicial da *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios* consistia na criação de uma escola de belas artes, que servisse também como um centro de preparação de artífices. A formação de profissionais dependeria diretamente da capacidade, formação e competência de seus mestres e o

sistema de ensino das atividades artísticas e industriais estaria ancorado em disciplinas ligadas ao Desenho. Contudo, os planos ligados à *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios* nunca se cumpriram. Entre os entraves que impediram a realização do projeto, estão as lutas políticas internas, a lentidão da burocracia, a morte de alguns de seus principais idealizadores, como o Conde da Barca (1817) e Lebreton (1819), e a resistência dos portugueses à instalação de artistas franceses em território luso-brasileiro (FERNANDES, 2001).

Em meio às hostilidades provenientes de muitos artistas e políticos portugueses, os membros da Missão Francesa enfrentaram um período obscuro, sem um líder que encorajasse a implantação de uma *Academia de Belas Artes*, deixando-os desprovidos de certezas profissionais no país. Jean-Baptiste Debret teceu algumas considerações a este respeito, em sua obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*: “os artistas, privados então do seu Diretor, ficaram apenas com o apoio do Ministro das Finanças, pois em geral os outros membros do governo pouco se importavam por um estabelecimento que não existia em Portugal” (DEBRET apud FERNANDES, 2001: 60).

Não é difícil perceber, então, o motivo de a implantação de um modelo de ensino artístico no Brasil não ter sido imediata. A partir de 1820, uma sucessão de decretos recriou os parâmetros mais essenciais da instituição. Em doze de outubro de 1820, foi outorgado o decreto que transformava a *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios* em *Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil*. A nova instituição deveria alocar todos os artistas estrangeiros que já recebiam pensões provenientes da *Real Fazenda* e também todos os vassallos que se distinguiram no exercício das artes. Em vinte e cinco de novembro de 1820, outro Decreto foi promulgado, criando a função de professor pensionário e atribuindo ao artista português Henrique José da Silva os cargos de lente de Desenho e Diretor da Academia. Além disso, o planejamento de ensino elaborado para a instituição, baseado na instrução de Desenho praticada em Lisboa, não agradava nem um pouco aos franceses, os quais apontavam falhas no projeto e solicitavam liberdade para que os próprios professores desenvolvessem os planos de aula, de acordo com a sua disciplina (FERNANDES, 2001).

⁶ Jean-Baptiste Debret realizou a mesma trajetória de outros tantos artistas europeus viajantes, percorrendo o território brasileiro e registrando sua flora, fauna e seus costumes. O artista também atuou como pintor de corte e professor da Academia, dedicando-se principalmente aos temas históricos e retratos oficiais. Grande parte de seus desenhos, aquarelas e percepções foram reunidos em sua obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, cujos três tomos foram publicados em Paris, nos anos de 1834, 1835 e 1839.

Nos próximos anos, a Missão Francesa perderia mais três membros de seu grupo original: Nicolas-Antoine Taunay retornou à França e reassumiu suas atividades no *Institut de France*, de modo que sua vaga na academia foi preenchida por seu filho, Félix Émile Taunay; finalmente, Jean-Baptiste Debret e Grandjean de Montigny decidiram deixar a academia e lecionar por conta própria. Esses acontecimentos levaram o governo a baixar o Decreto de dezessete de novembro de 1823, que previa a instalação da Academia Imperial de Belas Artes (FERNNADES, 2001).

Assim, embora o projeto e os esforços de institucionalização do ensino artístico no país fizessem parte de uma aspiração antiga, a criação da *Academia Imperial de Belas Artes* na capital do Império só pôde ser concretizada no ano de 1826. Através do Decreto de número 125 daquele ano, foram lavrados os estatutos da Academia, inaugurada no dia cinco de novembro na presença do Imperador D. Pedro I e de sua filha D. Maria II. A academia inaugurou, enfim, o ensino artístico formalizado no país, apoiando-se nos preceitos básicos do classicismo (PEREIRA, 2008).

O Estatuto de 1826 resultara de uma conjugação dos projetos parciais elaborados em 1824 e que haviam sido organizados por Debret para apresentar ao Ministério das Finanças. De acordo com Cybele Vidal Neto Fernandes, “esse estatuto vigorou até 1831 e referia-se à Imperial Academia e Escola das Belas-Artes reunindo, assim, como nas academias europeias, um centro de estudo e outro de ensino, em uma só instituição” (FERNANDES, 2001: 63). Em 1829 e 1830, Debret conseguiu organizar, graças à intermediação de Manuel de Araújo Porto Alegre, as primeiras exposições dos alunos e professores da AIBA⁷. Com o objetivo de atrair o público e registrar os mais novos eventos artísticos do Rio de Janeiro, Debret utilizou seus próprios recursos financeiros e mandou imprimir catálogos das obras expostas. Estes não apenas foram distribuídos no Brasil, como também foram enviados à França, onde a prática já era comum desde a inauguração dos Salões.

As divergências entre o diretor e os artistas franceses geravam uma série de empecilhos ao funcionamento pleno da instituição, criando um sentimento geral de insatisfação em relação à AIBA. Mais uma vez, foi Debret quem tomou as rédeas da situação ao apresentar ao Ministério dos Negócios do Império um projeto de reelaboração dos Estatutos da Academia, publicados em

⁷ A primeira exposição foi intitulada como *Exposição da classe de Pintura Histórica da Imperial Academia das Belas Artes. No ano de 1829: terceiro ano de sua instalação. Jean-Baptiste Debret.*

1827⁸. Os novos *Estatutos da Academia de Belas Artes*, aprovados em 1831, também ficaram conhecidos como *Reforma Lino Coutinho* e deixavam clara a decepção com o funcionamento da Academia:

Sendo de sumo interesse para este Império aproveitar-se a mocidade brasileira no estudo das belas artes, para o qual a natureza parece haver-lhe dado um gênio e gosto particular; e achando-se a Academia das Belas Artes estabelecida nesta Corte, quase em uma perfeita nulidade, sem conseguir os fins para que fora criada, pois que nela não se encontra nem aplicação, nem regime, talvez pela absoluta falta de estatutos próprios, que regulem um e outro objeto, obrigando os alunos e os professores, uns a aprenderem, e outros a bem ensinarem as matérias das suas profissões: A Regência atenta em melhorar este ramo de instrução pública, A por bem, em Nome do Imperador, Aprovar o plano de reforma, que lhe foi apresentado [...] (ESTATUTOS DA ACADEMIA DE BELLAS ARTES DE 1831: 91).

Debret sequer esperou os resultados das negociações em favor da Academia, partindo para a França em julho do mesmo ano. Na prática, o Ministro Lino Coutinho apenas oficializou os Estatutos provisórios publicados em 1827 (FERNANDES, 2001). Entretanto, duas medidas tomadas nesse documento foram de fundamental importância para o futuro da instituição: em primeiro lugar, ficou estabelecido que, dali por diante, D. Pedro II seria considerado Fundador e Protetor Perpétuo da *Academia Imperial de Belas Artes*; em segundo lugar, o Ministro do Império assumiu o papel de Presidente do Corpo Acadêmico, tornando-se responsável pela instituição. Desse modo, “ficava referendado [...] o papel AIBA como órgão do Estado, o que lhe dava a proteção do monarca e lhe garantia espaço na agenda do ministério” (SQUEFF, 2004: 172).

Em 1833, Henrique José da Silva afastou-se da direção da AIBA por motivos de saúde, falecendo no ano seguinte, em vinte e nove de outubro de 1834. Grandjean de Montigny foi eleito novo diretor, mas recusou ocupar-se da diretoria da instituição. Após a realização do novo escrutínio, Félix-Émile Taunay, filho de Nicolas Antoine Taunay, recebe a maioria dos votos e assume a Direção da *Academia Imperial de Belas Artes* durante dezessete anos (de 1834 a 1851). Segundo Angela Ancora da Luz, Taunay “dedicou-se integralmente ao cargo e foi excelente administrador, organizando a Secretaria, o Arquivo, a pequena Biblioteca e a Pinacoteca (1843),

⁸ Elaine Cristina Dias cita Félix-Émile Taunay como o principal responsável pela reorganização dos Estatutos de 1831. Segundo a autora, “sua clara posição de representatividade e liderança no corpo acadêmico, a proteção ministerial e, ao mesmo tempo, a iniciativa de organização da estrutura da Academia mostra a chegada de novos tempos” (DIAS, 2005: 55).

formada a partir das obras trazidas pelos artistas franceses, acrescida pelas obras nela produzidas” (LUZ, 2005: 59). Nas mãos de Félix-Émile Taunay, a academia tornou-se, finalmente, um organismo completo.

Ao longo de sua gestão, Taunay preocupou-se em organizar e aperfeiçoar a metodologia de ensino, com o objetivo de formar profissionais competentes com lugar garantido no campo das artes e da arquitetura do Império. Tendo ao seu lado a forte presença de Grandjean de Montigny, o Diretor enfrentou as dificuldades de afirmação da academia nos espaços da Corte. Sempre atento aos problemas urbanos, presentes no Rio de Janeiro, Taunay transformou a arquitetura e a escultura em duas das principais vertentes da instituição. A retratística também ganhou um enfoque especial. Em um momento de necessidade de divulgação da imagem do Imperador, a confecção de retratos serviu como instrumento para o estreitamento dos vínculos entre a academia e o Governo Imperial (DIAS, 2005).

Por um lado, Félix-Émile Taunay buscou conquistar para a instituição um espaço na sociedade e na Corte, por meio da Arquitetura e da Retratística. Em um segundo plano, estimulou os estudos e a produção nas áreas da pintura histórica e da pintura de paisagem. As sólidas bases implantadas no sistema de ensino da *Academia Imperial de Belas Artes*, entre as décadas de 1830 e 1850, contribuíram não só para colocar a instituição no contexto de produção artística das nações civilizadas, como também colaboraram diretamente para a formação artística de brasileiros renomados, como Victor Meirelles e Pedro Américo (DIAS, 2005).

Uma das primeiras medidas de Taunay como Diretor da AIBA consistiu no refinamento dos princípios clássicos do ensino do desenho. A partir das emendas feitas aos Estatutos da Academia no ano de 1834, instituíram-se as aulas com modelos vivos, reforçou-se a necessidade da compra de gessos para o estudo da estatuária antiga e foram traduzidas as principais obras estrangeiras para o estudo da anatomia (DIAS, 2005).

Durante sua gestão, Félix-Émile Taunay administrou a Academia, mantendo ótimas relações com o Passo Imperial. A nova estabilidade institucional permitiu a implantação de um ensino próximo ao da *École des Beux-Arts de Paris* (CHRISTO, 2007). A tradição dos salões artísticos, iniciada por Jean Baptiste Debret foi retomada em 1834, data que marca a primeira distribuição pública de prêmios em cerimônia solene na presença do Ministro do Império (FERNANDES, 2001). O comparecimento do Imperador D. Pedro II à solenidade de abertura

das exposições anuais e às provas da AIBA representava um grande estímulo aos artistas e conferia aos salões um valor cada vez maior.

Entre 1834 e 1851 foram realizadas onze Exposições Gerais, que contribuíram para diversificar a vida artística na Corte. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos artistas da Academia, Taunay solicitou ao Imperador D. Pedro II que as exposições de alunos e professores se tornassem abertas, acolhendo também expositores sem formação acadêmica (CARTA DE 13/03/1840 In LUZ, 2005: 61). No dia doze de dezembro 1840, inaugurou-se na *Academia Imperial de Belas Artes*, a I Exposição Geral de Belas Artes do Império.

Ainda que as exposições anuais constituíssem um evento expressivo para a vida social na Corte do Rio de Janeiro, elas dependiam das verbas do governo, que nem sempre eram concedidas (FERNANDES, 2001). A crítica artística, ainda incipiente, dirigia-se mais para a organização das exposições e para o papel de Taunay na instituição do que para a análise das obras em si (DIAS, 2005).

Ao lado das Exposições Gerais, o Prêmio de Viagem ao exterior, instaurado em 1845, contribuiu significativamente para a formação dos artistas da *Academia Imperial de Belas Artes*. Inspirado no *Grand Prix de Rome* da *Académie Royale de Peinture et Sculpture* de Paris, o Prêmio de Viagem à Europa consistia em uma importante etapa do conjunto de medidas didáticas baseadas no modelo francês de ensino artístico. Os Prêmios de Viagem eram atribuídos através de concursos e os premiados tornavam-se, instantaneamente, pensionistas da Academia, recebendo uma quantia de três mil francos para as suas despesas no exterior. Em troca, deveriam frequentar os ateliês de artistas estrangeiros renomados, enviar exercícios e trabalhos para a AIBA e executar cópias de obras consagradas. Em geral, o cumprimento das obrigações impostas aos premiados era acompanhado pelo próprio Diretor da *Academia Imperial de Belas Artes* (LUZ, 2005).

Até 1855, Roma, considerada o berço do classicismo, foi o principal centro de estudos dos pensionistas brasileiros. Aos poucos, entretanto, a capital francesa foi ganhando espaço, devido ao seu status de metrópole cultural dos Oitocentos (SIMIONI, 2005). Ao retornarem ao Brasil, muitos dos artistas agraciados com o Prêmio de Viagem foram incorporados ao corpo acadêmico da Academia, formando um círculo fechado muito criticado no final do século XIX e início do século XX (PEREIRA, 2008). Além do objetivo de modernização do ensino artístico, os Prêmios de Viagem buscavam atender a uma demanda de complementação da formação do artista, de

modo que este não desistisse da carreira. O discurso de abertura do ano escolar na sessão pública de 1841 transmite claramente as preocupações do diretor acerca das possibilidades oferecidas pela carreira artística no Brasil:

É verdade que poucas são por hora as vantagens positivas que a carreira das belas artes vos oferece: pois nem até o fim dos vossos exercícios vos acompanha o patronato público. Quero falar da falta de uma prática seguida pelas nações cultas, a demandar sucessivamente para a Itália os seus estudantes artísticos, mais distintos e capazes. Porém, senhores, esta nobre lembrança aparece, entre outras de igual importância, no relatório da Secretaria do Estado de Negócios do Império de 1840, e é natural de pensar que a atenção dos legisladores, de novo despertada a este respeito pelo governo, se preste benévola às nossas necessidades (ATA DE 17/03/1841: 5-11).

Através da nova geração de mestres, brasileiros formados na Europa, o ensino artístico no país começava a mostrar resultados. Além disso, pouco a pouco, os eventos promovidos pela AIBA conseguiam mobilizar setores cada vez maiores da Corte (FERNANDES, 2001). Entretanto, os esforços de Taunay para transformar a *Academia Imperial de Belas Artes* em uma instituição produtiva do Governo Imperial pareciam não surtir efeito. As brigas internas, os problemas financeiros e a falta de clareza em suas leis fizeram com que muitos a encarassem como uma instituição superficial e injustificável. Assim, em 1848, o governo proibiu novas contratações de professores até ficasse decidido um novo rumo para a instituição. Diante das inúmeras críticas à sua administração, Félix-Émile Taunay pediu a exoneração do cargo de Diretor em trinta de junho de 1851 e, desde então, o Vice-Diretor da instituição, Job Justino d'Alcântara, assumiu suas funções interinamente.

O debate que precedeu a Reforma de 1855 dividiu os membros da Câmara entre os que preferiam reformular a instituição e aqueles que acreditavam que o seu fechamento seria a melhor a opção (SQUEFF, 2004). O clima de descontentamento em relação à reforma fez com que o próprio Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, tomasse as rédeas da discussão parlamentar. A Reforma Pedreira só foi aprovada graças ao grande prestígio do Ministro do Império⁹ e ao clima relativamente apaziguador do Gabinete de seis de setembro de 1853.

Projetos e Reformas Institucionais: A Reforma Pedreira.

⁹ Luiz Pedreira do Couto Ferraz foi convidado pelo Marquês de Paraná para assumir a pasta do Império no gabinete de seis de setembro de 1853. Ao assumir o cargo de Ministro do Império, ele se viu obrigado a realizar funções muito distintas, tais como: zelar pela saúde pública e pela instrução básica e profissional, regulamentar as profissões, cuidar das habitações urbanas, etc. (SQUEFF, 2004).

Já era de conhecimento geral os problemas enfrentados não só pela *Academia Imperial de Belas Artes*, mas também por órgãos como as *Escolas de Medicina* e a *Academia Militar*. A ampla reforma elaborada por Luiz Pedreira do Couto Ferraz tinha como objetivo principal a reestruturação dos estatutos imprecisos e obsoletos das referidas instituições, com vista a garantir certa uniformidade no ensino disponibilizado pelo Império brasileiro em seu território. De acordo com Leticia Squeeff, “o ‘Regulamento da instrução primária e secundária’ parece ter sido o primeiro documento do gênero no sentido de uniformizar a instrução no Império” (SQUEEFF, 2004: 176).

A Reforma Pedreira convergia com uma das principais preocupações que ocupavam a mente dos governantes em meados do século XIX: a eliminação dos localismos e a centralização da instrução imperial, através da criação de normas gerais de ensino. Parte de um duplo projeto do governo de D. Pedro II, a reforma empreendida no âmbito educacional cumpria uma função civilizatória dos cidadãos do Império e buscava consolidar uma identidade nacional una e coesa, ancorada em determinados símbolos e valores pré-estabelecidos (SQUEEFF, 2000).

Ao passo que o projeto pela reformulação dos Estatutos tramitava na Câmara, o Imperador viu-se obrigado a colocar na *Academia Imperial de Belas Artes* alguém que considerasse capaz de preparar e implantar a referida reforma. Assim, Manuel de Araújo Porto Alegre foi nomeado Diretor da Academia em vinte de abril de 1854, tornando-se o primeiro Diretor brasileiro da história da instituição (FERNANDES, 2007).

O nome de Porto Alegre havia se tornado destaque no cenário artístico e intelectual da Corte já na década de 1840. Homem extremamente culto, Porto Alegre atuaria como renomado artista, professor, historiador¹⁰ e crítico de arte. Nascido em São José do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, estudou Engenharia na *Escola Militar do Rio de Janeiro* e matriculou-se nas aulas particulares de Jean-Baptiste Debret, interessando-se pelas artes plásticas. Estudou na *École de Beaux-Arts* de Paris e voltou ao Brasil em 1837, onde tomou posse como professor de Pintura Histórica na *Academia Imperial de Belas Artes*. Crítico ferrenho da gestão de Taunay, Porto Alegre permaneceu no cargo até 1848, quando pediu transferência para a *Escola Militar* (LUZ, 2005). O artista e intelectual só voltaria a pisar na academia como seu Diretor, para implantar a tão necessária reforma de ensino.

¹⁰ Manuel de Araújo Porto Alegre também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A Reforma decretada em quatorze de maio de 1855 ficou conhecida como Reforma Pedreira e passou a substituir a Reforma Lino Coutinho, vigorando até o final do Segundo Reinado. O projeto aprovado pela Câmara era bastante ambicioso e, para colocá-lo em prática, Porto Alegre contou com uma quantia expressiva, oriunda do Governo Imperial¹¹. A disponibilidade de tais recursos permitiu a realização de uma grande reforma no edifício da instituição e a adição de um segundo andar, que concluiu, finalmente, o projeto idealizado por Grandjean de Montigny. O Diretor investiu também na compra de livros especializados e na construção da Pinacoteca, que crescia cada vez mais com a aquisição das obras premiadas e com os envios dos pensionistas (LUZ, 2005).

Porto Alegre elaborou, ainda, novos Estatutos para a instituição, que desta vez abordavam minuciosamente todos os aspectos administrativos e didáticos da *Academia Imperial de Belas Artes*. A nova regulamentação incidia sobre o conteúdo das disciplinas, as atribuições de todos os profissionais, os dias letivos, as exposições públicas, as premiações, o Prêmio de Viagem à Europa, a frequência dos alunos e a disciplina a ser adotada nos terrenos da instituição (SQUEFF, 2004). O Diretor também incluiu algumas novidades, como a incorporação do Conservatório de Música à Academia e a criação de aulas de Desenho Geométrico, Desenho de Ornatos, Matemáticas, Estética, Arqueologia e História das Belas Artes (LUZ, 2005).

Em geral, as mudanças propostas por Porto Alegre estavam em harmonia com aquelas coordenadas pelo Ministro do Império, uma vez que o novo Diretor buscava adequar a *Academia Imperial de Belas Artes* ao projeto civilizatório desenvolvido ao longo do Segundo Reinado:

Art. 10º. A Academia das Belas Artes no desempenho do fim de sua instituição, e no intuito de promover o progresso das Artes no Brasil, de combater os erros introduzidos em matéria de gosto, de dar a todos os artefatos da indústria nacional a conveniente perfeição, e enfim no de auxiliar o Governo em tão importante objeto, empregará na proporção dos recursos que tiver os seguintes meios: 1º. O ensino teórico e prático das matérias declaradas no art. 4º; 2º. Concursos públicos e particulares; 3º. Exposições públicas; 4º. Prêmios aos melhores trabalhos artísticos; 5º. Viagens de seus alunos mais distintos à Europa a fim de se aperfeiçoarem; 6º. Aplicação das matérias que formam o plano de seu ensino à Indústria nacional; 7º. Uma Biblioteca especial ao objeto de sua instituição; 8º. Sessões públicas em que se leiam escritos sobre as artes, e

¹¹ Porto Alegre teve a oportunidade de contar com mais recursos financeiros do que qualquer outro diretor da Academia jamais sonhara. Para realizar as mudanças propostas na Reforma Pedreira, cinco mil contos de réis anuais foram disponibilizados à instituição (LUZ, 2005).

se discutam matérias concernentes ao seu progresso; 9º. Publicação de um periódico constando de texto e estampas apropriadas (ESTATUTOS DA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES EM 1855: 3).

O projeto fazia com que a *Academia Imperial de Belas Artes* transcendesse seu objetivo inicial de ensino artístico no Brasil. A partir de 1855, ela deveria transformar-se na instituição máxima de fiscalização e centralização de tudo o que se referisse às artes no Império. Utilizando-se de uma visão orgânica das artes, capaz de interligar todos os campos da vida artística em única instituição, a medida instituía que na AIBA fossem reunidos todos os tipos de artistas, desde pintores, desenhistas, músicos, cantores e atores, até artífices industriais, considerados uma peça importante para o futuro da nação (SQUEFF, 2004). A ânsia de transformar a instituição em um organismo de formação artística completo levou Porto Alegre a instaurar, inclusive, um curso voltado para o ensino técnico, tornando a Academia “única entre suas congêneres no resto do mundo” (SQUEFF, 2004: 182).

Todos esses esforços, entretanto, possuíam o mesmo objetivo que, uma vez, Félix-Émile Taunay pretendeu alcançar: dar à Academia Imperial de Belas Artes um lugar de destaque no quadro das instituições imperiais. A compreensão de que era preciso não apenas formar novas gerações de intelectuais e artistas, mas também pessoas capacitadas para exercer a mão de obra no país, fez de Porto Alegre um dos grandes defensores da emancipação profissional do artista e da aplicação das belas artes na modernização do país:

Mocidade, deixai o prejuízo de almejar os empregos públicos, o telônio das repartições, que vos envelhece prematuramente, e vos conduz á pobreza e á uma escravidão continua; aplicai-vos ás artes e á industria: o braço que nasceu para rabote ou para a trolha não deve manejar a pena. Bani os preconceitos de uma raça decadente, e as máximas da preguiça e da corrupção: o artista, o artífice e o artesão são tão bons obreiros na edificação da pátria sublime como o padre, o magistrado e o soldado: o trabalho é força, a força inteligência, e a inteligência poder e divindade. Sr. Ministro do Império. Está dado o primeiro passo para a emancipação do artista, para o progresso fundamental das belas artes e da indústria brasileira. O coração de Vossa Ex^a. deve regozijar-se neste dia; deve provar aquela doce efusão que sente todo o varão animado da religião do patriotismo (PORTO ALEGRE In FERRARI, 2008: 17).

Contudo, aos poucos, os propósitos de Porto Alegre foram se enfraquecendo, devido à atuação dos remanescentes do grupo que tinha provocado o seu afastamento em 1848. Além disso, mesmo afastado, Félix-Émile Taunay continuava a exercer uma grande influência no

mundo das artes no Império (LUZ, 2005). Ao longo de sua administração, o Diretor ia aos poucos se indispondo com seus colegas. Seus princípios que o levavam a colocar a Reforma acima das artimanhas, praticadas há décadas no ambiente acadêmico, criando-lhe não poucas inimizades. Esses atritos atingiram o auge em dois de outubro de 1857, quando o Diretor apresentou ao Ministro sua renúncia ao cargo (FERNNADES, 2007).

A passagem de Manuel de Araújo Porto Alegre pela Academia Imperial de Belas Artes foi muito curta para que conseguisse implantar os novos Estatutos de 1855. Embora tenha tido o mérito de reconhecer os novos rumos da nacionalidade, o ex-diretor deixou praticamente apenas as bases teóricas para que o ensino artístico no Brasil prosperasse. Na prática, ainda que o país entrasse em um período de condições favoráveis ao desenvolvimento artístico, a Academia Imperial de Belas Artes teve sérias dificuldades para superar os entraves financeiros e organizacionais (DURAND, 1989).

Considerações Finais:

Os processos de edificação do Estado e da Nação e a conseqüente afirmação da soberania brasileira estão indubitavelmente ligados aos processos de construção do campo historiográfico e, posteriormente, do campo artístico no Brasil. Estes âmbitos encontraram seu espaço de solidificação através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Imperial de Belas Artes.

Nesse contexto, os campos de atuação estavam longe de apresentar uma separação definida. Ao contrário, *“o próprio termo ‘arte brasileira’ somente pôde ser pensado nos Oitocentos, concomitante ao processo de construção de uma identidade nacional”* (CASTRO, 2006: 172). Assim, é possível averiguar que tanto a AIBA quanto o IHGB participaram do processo de construção de uma memória nacional oficial de caráter celebrativo, ou seja, que exaltasse o Brasil.

Através deste diálogo, foi possível construir e perpetuar um passado glorioso e arquitetar uma identidade nacional, condizente com as propostas do Estado Brasileiro e que respaldasse seus interesses. Se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estava incumbido de escrever a História do Brasil, cabia à Academia Imperial de Belas Artes dar-lhe uma imagem oficial.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

Arquivo do Museu D. João VI / EBA / UFRJ, *Atas das Sessões Presidência-Diretor (1841-1856)*. Pasta 6151. Disponível em: <http://docvirt.com/MuseuDJJoaoVI>. Acesso em: 10 nov. 2011.

CASTRO, Isabel Pimentel. Arte & História: a concepção de arte nos Oitocentos e sua relação com a cultura histórica. In: *SEACULUM: Revista de História*, v. 14, João Pessoa, jan./jun. 2006.

CHRISTO, Maraliz, de C. V. (org.). *Anais do Museu Histórico Nacional: História e Patrimônio*. Rio de Janeiro: MHN, 2007.

DIAS, Elaine Cristina. *Félix-Émile Taunay: Cidade e Natureza no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de História, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Estatutos da Academia de Bellas Artes em 1831, referentes à chamada “Reforma Lino Coutinho”. Disponível em: <http://dezenovevinte.net>. Acesso em: 10 nov. 2011.

Estatutos da Academia Imperial de Belas Artes em 1855, referentes à chamada “Reforma Pedreira”. Disponível em: <http://dezenovevinte.net>. Acesso em: 10 nov. 2011.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. A Polêmica Atuação de Manuel de Araújo Porto-Alegre Como Professor e Diretor da Academia Imperial das Belas Artes. In: *Arquivos da EBA*, Rio de Janeiro, 2007. p. 43-62.

_____. *Os Caminhos da Arte: O ensino artístico na Academia Imperial das Belas Artes (1850-1890)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FERRARI, Paula (org.). Manoel de Araujo Porto-Alegre: Discurso pronunciado na Academia das Belas Artes em 1855, por ocasião do estabelecimento das aulas de matemáticas, estéticas, etc.. *19&20*, Rio de Janeiro, v. III, n. 4, out. 2008. Disponível em: www.dezenovevinte.net/txt_artistas/mapa_1855_discurso.htm. Acesso em: 10 nov. 2011.

LOBSTEIN, Dominique. *Les Salons au XIXe Siècle*: Paris, capitale des Arts. Paris: Éditions de la Martinière, 2006.

LUZ, Angela Ancora. *Uma Breve História dos Salões de Arte: da Europa ao Brasil*. Caligrama, 2005.

PEREIRA, Sonia Gomes. *Arte Brasileira no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2008.

PEVSNER, Nikolaus. *Academias de Arte: passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. A Viagem a Paris de Artistas Brasileiros no Final do Século XIX. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, jun. 2005.

SQUEFF, Letícia. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista. *Cadernos Cedex*, ano 20, n. 51, nov. 2000.

_____. *O Brasil nas Letras de um Pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

D. Miguel da Silva e Francisco de Holanda: Influências romanas na doutrina da Pintura Antiga

Rogéria Olímpio dos Santos
Doutoranda – UFJF
rogeriaolimpio@gmail.com

RESUMO: D. Miguel da Silva viveu na corte papal como embaixador de Portugal entre os anos de 1515 e 1525. Neste período estabeleceu um círculo de amizade e de influências que o acompanhará durante toda a sua vida. O artista português Francisco de Holanda no ano de 1537 inicia uma viagem à cidade de Roma a mando do rei D. João III com o objetivo de estudar a arquitetura militar italiana e trazer notícias das obras de arte antigas que encontrasse. Chegando lá convive com o mesmo círculo de amigos que D. Miguel da Silva se relacionava. O objetivo deste artigo é analisar uma possível influência de D. Miguel na obra de Francisco de Holanda.

PALAVRAS-CHAVE: D. Miguel da Silva; Francisco de Holanda; Renascimento.

D. Miguel da Silva

Em 1515, D. Manuel rei de Portugal, enviou uma embaixada à Corte do Papa Leão X. Fazia parte desta embaixada o bispo português D. Miguel da Silva que viajou como primeiro embaixador. D. Miguel da Silva nasceu em 1480 em Évora. Foi embaixador de D. Manuel na corte papal entre os anos de 1514 a 1525, “escrivão da puridade” de D. João III e depois, à revelia do parecer deste monarca, foi nomeado cardeal. Em Roma conviveu com diversos humanistas entre os quais Baldassare Castiglione que posteriormente lhe dedicou seu livro *Il Perfetto Cortegiano*. Este livro, fundamental para a cultura renascentista, insere-se na tratadística de comportamento. A pesquisadora francesa Sylvie Deswarte afirma que *O cortesão* de Castiglione é o retrato do homem social ideal, mas também é uma obra que contribuiu para a divulgação das teorias artísticas e neoplatônicas na Europa (DESWARTE, 1995: p. 517). Também em Roma, D. Miguel da Silva conheceu os artistas Rafael e Ticiano e frequentou os círculos intelectuais dos Médici e dos Farnese.

O período em que D. Miguel da Silva viveu em Roma compreendeu três pontificados: o de Leão X, o de Adriano VI e o de Clemente VII. Retornou a Portugal antes do saque sofrido pela cidade de Roma em 1527 e por este motivo, a imagem que D. Miguel possuía dessa cidade era a imagem da cidade feliz e brilhante do tempo entre aqueles três pontificados.

D. Miguel conhecia o grego e o latim, mas preferia usar o italiano como língua materna. Estudou inicialmente na Universidade de Lisboa, se formou em Siena, mas há indícios de que teria nesse intervalo passado um longo período em Paris. Foi ao fim dos seus estudos em Siena que conheceu a família Médici. Giovanni Rucellai, filho de Bernardo Rucellai e de Nannina di Piero de' Medici, irmã de Lorenzo o Magnífico, era um dos seus amigos. Durante o pontificado do papa Adriano VI, Giovanni foi nomeado por este, castelão do Castelo de Sant'Angelo. Lá, nos jardins do castelo, ocorreram diversas reuniões literárias das quais Deswarte encontra ecos no *Castellano del Trissino* de 1528 (DESWARTE, 1989).

Giovanni Rucellai era herdeiro da tradição artística e cultural da Florença de Lorenzo o Magnífico. Junto com seu irmão Palla estudou no *Studio Fiorentino* do humanista Francesco Cattani da Diacceto, discípulo e amigo de Marsílio Ficino. Bernardo Rucellai, pai de Giovanni, tentou preservar em seu horto, fora de Florença, próximo a Fiesole, a continuidade da grande época florentina quando durante o período da república os Médici foram expulsos de Florença. É Bernardo ainda quem salva as antiguidades dos Médici do saque de 1494. Reuniu em torno de si todos os que havia sobrevivido da Academia de Ficino, por exemplo Diacceto, Guicciardini, Alamanni e em seguida Machiavel. É em seu horto que nasceu o mito da época de ouro de Lorenzo de Medici. Sobre a sombra de um plátano – árvore por excelência dos neoplatônicos florentinos, citada por Platão em *Fedro* – se davam as reuniões daquele grupo de sobreviventes. As discussões em torno dessa árvore e sobre essa árvore relacionam-se à antiguidade e à herança clássica. O português João Rodrigues de Sá Meneses escreveu um diálogo intitulado *De platano*, dedicado a Luís Teixeira em 1527. Luís Teixeira foi aluno do poeta e humanista Angelo Poliziano. Em *De Platano* o autor se refere a uma discussão que tem D. Miguel ao centro, onde se questionava a existência dessa árvore em Portugal, na região entre Douro e Minho. No diálogo, D. Miguel fala de sua experiência florentina (DESWARTE, 1989).

Os dez anos que D. Miguel permaneceu como embaixador em Roma foram muito frutíferos. O melhor amigo de D. Miguel ele o encontra no ambiente dos Rucellai. Seu pai Bernardo Rucellai interessava-se profundamente por estudos de mecânica – tanto que encomenda a Leonardo da Vinci um projeto de máquina hidráulica. Existem também notícias do seu interesse pelo tratado *De sculptura* escrito por Pompônio Gáurico e publicado em Florença em 1504. As relações estabelecidas com os médicos renderam frutos que o acompanharam e

protegeram durante toda a sua vida. Giulio de Médici assumiu o pontificado após Adriano VI adotando o nome de Clemente VII. E foi sob a sua proteção que D. Miguel retornou a Portugal em 1525, sendo constante a correspondência entre este e o secretário do papa Blósio Palladio.

De regresso à pátria trouxe consigo sua rica biblioteca. Assumiu durante os quinze anos seguintes em que passou em Portugal, uma política cultural de contornos revolucionários, o que incluía a vinda para Portugal de um arquiteto de origem italiana sob as suas ordens, Francesco Cremona. Com os serviços deste recriou em sua propriedade em São João da Foz um ambiente classicista e antiquizante de matizes arqueológicos (SERRÃO, 2001: pp. 56-59). D. Miguel teve problemas com o rei D. João III. Em alguns problemas a serem resolvidos junto à Cúria romana D. Miguel não se empenhou tanto em fazer valer a vontade do monarca português, seja no que se refere ao casamento de seu pai D. Manuel com D. Leonor da Austria, que estava prometida a D. João, seja na oposição de D. Miguel à entrada da Inquisição em Portugal – causa de interesse de D. João III –, ou ainda no fato do Papa Paulo III ter concedido a D. Miguel o barrete cardinalício à revelia da opinião do monarca em 1539. Todos esses fatores contribuíram para que o bispo tomasse a decisão de fugir de Portugal em 1540 buscando mais uma vez a proteção romana, indispondo-se mais ainda com a Coroa portuguesa. Morreu em 1556 na cidade de Roma, cercado de todas as regalias que poderiam ser concedidas a um cardeal, mas desnaturalizado e acusado de traição pela monarquia portuguesa.

Francisco de Holanda

Francisco de Holanda foi pintor, arquiteto, medalhista, desenhista, decorador e tratadista. Nasceu em Lisboa no ano de 1517, filho do pintor e iluminador Antônio de Holanda. Através das relações estabelecidas entre este e seus comitentes Francisco conseguiu ser colocado, quando ainda adolescente em Évora, como moço de câmara do Infante D. Fernando e depois do Cardeal Infante D. Afonso, ambos irmãos de D. João III. Ocupou este lugar até partir para a Itália em 1537, integrando a comitiva do embaixador D. Pedro de Mascarenhas, com o objetivo de estudar a arquitetura militar italiana e a arte da pintura na Itália renascentista.

Francisco de Holanda passou sua juventude na cidade de Évora e existem provas de suas relações com alguns dos humanistas eminentes do período. Jorge Coelho e Antônio Pinheiro dedicaram-lhe epigramas, André de Resende denominou-o *Lusitanus Apelles* em um de seus poemas. Para Sylvie Deswarte-Rosa a experiência adquirida em Évora é de fundamental

importância para a obra de Holanda. “Tutta questa esperienza gli fornirà l’audacia e l’autorità necessarie per cominciare a scrivere sulla teoria dell’arte nel 1540, prima delle grandi edizioni di trattati di pittura in Italia”¹ (DESWARTE-ROSA, 2001: p. 369). Esta autora afirma ainda, que o tratado *Da Pintura Antiga* de Francisco de Holanda – fruto dessa experiência adquirida em Évora e completada em sua viagem – é o primeiro das grandes edições de tratados de pintura sobre a Itália, escrito na Europa, fora das fronteiras italianas.

Da viagem realizada à Itália resultou a série de anotações feitas por Francisco de Holanda utilizadas posteriormente na confecção dos seus tratados de arte. O primeiro deles recebe o título *Da Pintura Antiga* e engloba dois tratados distintos que são, no entanto, complementares: *Da Pintura Antiga* e *Diálogos em Roma*. Todo o tratado segue os três núcleos temáticos gerais, comuns à época: a arte da pintura, o artista-pintor e a obra da pintura.

No núcleo que trata da arte da pintura, Holanda situa-a numa visão teocêntrica, depois esboça uma definição da mesma, caracteriza o que é a ‘pintura antiga’ e suas regras, faz um ensaio histórico sobre a origem, decadência e renascimento da pintura e uma apologia da tradição católica do culto das imagens. Ao tratar do artista percebem-se nas entrelinhas alguns dados autobiográficos disfarçados, assim como reflexos da mudança do estatuto do pintor em Portugal neste período.

A maior parte do livro, porém, é dedicada à obra da pintura, em que ele discorre sobre os preceitos da pintura divididos em três categorias: invenção ou ideia, proporção ou simetria e decoro ou decência. Francisco de Holanda entende a pintura com o sentido de *disegno*, de *cosa mentale*, de matriz da criação artística. Refere-se à escultura como sendo a “pintura esculpida em pedras [...] filha da pintura” (HOLANDA, 1984a: p. 80), enquanto que a arquitetura é “empresa da pintura e próprio seu ornamento pela proporção e correspondência das partes dos edifícios e dos seus membros” (HOLANDA, 1984a: p. 81).

Enquanto o *Da Pintura Antiga* traz o arcabouço teórico defendido pelo autor, *Diálogos em Roma* escrito em forma de diálogos traz a exemplificação da doutrina da pintura antiga. Por ter sido esboçada durante a estadia de Holanda em Roma, relatando diálogos entre personagens conhecidas da vida cultural e social romana do período, tais quais o artista florentino Miguel

¹ Tradução livre: “Toda esta experiência lhe fornecerá a audácia e a autoridade necessária para começar a escrever a sua teoria da arte na década de 1540, a primeira das grandes edições de tratados de pintura sobre a Itália”.

Ângelo Buonarroti; Vitória Colonna, marquesa de Pescara; Lattanzio Tolommei, embaixador sienês; Frate Ambrosio di Siena; Diogo Zapata; D. Júlio de Macedônia; Valério de Vicenza, entre outros, foi estudada durante muitos anos como sendo um relato fiel do pensamento de Miguel Ângelo. Essa crença justifica o fato de *Diálogos em Roma* ter tido oito edições conhecidas do texto em português e oito edições em traduções estrangeiras, enquanto que do *Da Pintura Antiga* conhecem-se cinco edições portuguesas².

Influências romanas na doutrina da pintura antiga

Acredita-se que o modelo seguido por Francisco de Holanda na escrita do tratado *Da Pintura Antiga*, seja *Il Cortegiano* de Baldassare Castiglione, dedicado a D. Miguel da Silva. Quando de seu retorno a Portugal, D. Miguel assumiu o bispado da cidade de Viseu a partir de 1526. Depois de ver falido o seu desejo de ser designado cardeal (d. João III foi contrário à essa designação feita pela primeira vez por Leão X em 1521), a direção do episcopado de Viseu surgiu como uma hipótese de patrocinar algumas das novas soluções artísticas longamente maturadas no tempo de sua missão diplomática em Roma.

Com D. Miguel da Silva trabalhou Francesco de Cremona, arquiteto que trabalhou nas obras de São Pedro do Vaticano sob as ordens de Rafael de Urbino. Quando retorna a Portugal D. Miguel leva Francesco da Cremona consigo para Viseu. Dirigiu a diocese de Viseu de 1526 a 1547, apesar de em 1540, devido à crescente hostilidade movida contra ele por alguns círculos da corte, ter retornado a Roma. Segundo Vítor Serrão, D. Miguel

Amigo de Francisco de Holanda, descreveu-lhe as maravilhas da antiga Roma e abriu o interesse pela viagem que o moço artista e teorizador depois fará à cidade papal, com cartas de recomendação junto dos seus contatos romanos, o secretário Blósio Palladio e o embaixador senense Lattanzio Tolomei. Amigo pessoal do papa Clemente VII, também, e padrinho do cardeal Alessandro Farnese, D. Miguel da Silva era senhor de vasta cultura humanística, que explica o empenho e novidade da sua ação mecenática. (SERRÃO, 2001: p. 57)

Dessa ação mecenática resulta o apoio dado ao pintor Vasco Fernandes, além de várias obras iniciadas sob a supervisão de Francesco Cremona, como as traças do desaparecido Paço Episcopal de Fontelo e o claustro da Sé de Viseu, a Capela de São Miguel-o-Anjo e a igreja do Castelo da Foz na Foz do Douro.

² Essa informação encontra-se na obra de José da Felicidade Alves que data de 1986. Desconhecemos outras edições posteriores.

D. Miguel faleceu em 1556, mas existem evidências de que a sua ação em Portugal teria influenciado Francisco de Holanda na produção literária deste. Os textos de Holanda são vistos como imbuídos de um forte ideal neoplatônico. Nas viagens que este fez junto com seus protetores pelas cidades portuguesas é impossível que ele não tenha encontrado em algum momento com D. Miguel da Silva.

Luís Teixeira – a quem João Rodrigues de Sá Meneses dedicou *De platano* – foi preceptor de D. João III até 1526, alto magistrado do Paço Real (1525) e membro do Conselho Real. A Luís Teixeira pertencia o opúsculo intitulado *Epigrammata Antiquae Urbis*, que Francisco de Holanda levou como livro de cabeceira quando da sua viagem a Roma. Esta obra faz parte de um códice composto de três obras que está atualmente na seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. A primeira delas é de autoria de Jacobo Mazochio ou Jacobus Mazzochius, se intitula *Epigrammata Antiquae Urbis* e foi editada em Roma em 1521. Jacobo Mazochius foi colaborador de Rafael Sâncio quando este foi nomeado “comissário das antiguidades” pelo papa Leão X. Em 1515 este papa decidiu reconstruir a Igreja de São Pedro com as pedras antigas retiradas do subsolo de Roma, mas proibiu que as lápides epigráficas fossem destruídas. Rafael cercou-se de colaboradores. Flavio Calvio elaborou um plano arqueológico da urbe; Andrea Fulvio descreveu as antiguidades de Roma; e Jacobo Mazzochio trabalhou com a parte epigráfica. Mazzochio foi ainda o principal editor das obras arqueológicas da época de Rafael, sendo sucedido por Michele Tramezzini em Veneza.

A obra *Epigrammata Antiquae Urbis* é segundo Alves, uma “compilação, ilustrada com gravuras, de inscrições tiradas de diversos monumentos de Roma sobretudo das pedras reutilizadas nos pavimentos de igrejas”(ALVES, 1986: p. 16). Era uma obra essencial para quem quisesse conhecer a epigrafia romana. Este foi o roteiro de viagem que Holanda levou em sua ida a Roma. O exemplar da biblioteca está repleto de anotações deixadas pelo próprio Francisco de Holanda, anotações estas que corrigiam, comentavam ou complementavam os textos existentes no livro.

A presença de conceitos neoplatônicos no tratado de Francisco de Holanda demonstram uma intimidade com as ideias ficinianas creditadas por muito tempo ao contato que ele teria tido com o círculo de Miguel Angelo Buonarroti quando de sua estadia em Roma. As pesquisas desenvolvidas, porém, pela professora Sylvie Deswarte-Rosa tem demonstrado que, partindo do

pressuposto das relações existentes entre o artista Francisco de Holanda e o Bispo de Viseu, o contato com a doutrina neoplatônica florentina teria se dado por intermédio da influência de D. Miguel da Silva.

O tratado *De Sculptura* de Pompônio Gaurico, que era do interesse de Bernardo Rucellai na época em que D. Miguel convivia com aquela família é o único tratado italiano citado por Francisco de Holanda em seu tratado *Da Pintura Antiga*. É ponto comum que Francisco de Holanda já possuía grande parte dos conhecimentos que apresenta em sua produção literária antes de iniciada a sua viagem. O círculo humanista eborense é responsável por grande parte dessa formação, mas a influência da figura de D. Miguel da Silva explica muito dos conceitos apresentados por esse, tornando-se a ponte entre Francisco de Holanda e o pensamento italiano renascentista antes da sua viagem a Roma.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José da Felicidade. **Introdução ao estudo da obra de Francisco D'Holanda**. Lisboa: Horizonte, 1986.
- DESWARTE, Sylvie. **Idéias e imagens em Portugal na época dos descobrimentos: Francisco de Holanda e a teoria da arte**. Lisboa: Difel, 1992.
- _____. **Il “perfetto cortegiano” D. Miguel da Silva**. Roma: Bulzoni, 1989.
- _____. Neoplatonismo e arte em Portugal. In: PEREIRA, Paulo (dir.). **História da arte portuguesa**. 2. v. Do “modo” gótico ao maneirismo. Lisboa: Círculo de leitores, 1995.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie. Il modello italiano nell'arte. In: PICCHIO, Luciana Stegagno. **Il Portogallo**. 1. Dalle origini al seicento. Firenze: Passigli Editori, 2001.
- HOLANDA, Francisco. **Da pintura antiga**. Lisboa: Horizonte, 1984.
- _____. **Diálogos em Roma**. Lisboa: Horizonte, 1984.
- SERRÃO, Vítor. **História da arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)**. Lisboa: Presença, 2001.

Um historiador da arte portuguesa e a ditadura: Estado salazarista, Igreja Católica e a arte na obra de Luís Reis Santos (1945 - 1967)

Rhuan Fernandes Gomes
 Mestrando – UFJF
 rfg_pazuzu@hotmail.com

RESUMO: O trabalho em questão aborda uma problemática clássica na historiografia: o indivíduo e as estruturas de sua sociedade. Mais especificamente neste caso, o aparato de dominação do Estado salazarista e a Igreja católica são observados na narrativa histórica de Luís Reis Santos (1898-1967), historiador da arte cuja obra teve ampla recepção em Portugal, seu país de origem. Estruturante, estruturado. É deste ponto de vista que três obras de sua autoria são aqui observadas e entrecruzadas em busca da melhor compreensão do modo como percebeu e escreveu a História em relação com sua coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arte; Escrita da História; Estruturas sociais.

Luís Reis Santos não pode ser tratado como um ponto nevrálgico para a total compreensão da historiografia do Estado Novo português ou como questão chave para entendermos completamente a apropriação da arte lusitana na época da ditadura. É, contudo, um intelectual de grande importância em seu período, que representa parte primordial da fortuna crítica no que tange a área que dominava e cujo trabalho teve uma longa repercussão e aceitação, sendo subsequentemente citado pela academia, inclusive após o fim do regime. Tal aceitação de sua obra certamente pode ser explicada pelo sucesso que teve ao resgatar parte do que se pensava ser a verdade histórica nacional sobre a pintura portuguesa dos séculos XV e XVI e pela profusão de textos que publicou ao longo de sua carreira.

Reis Santos é extremamente respeitado por sua obra de enorme fôlego de pesquisa em arquivos e museus, que resultou na descoberta de diversas fontes, entrecruzadas em sua caça pela verdade e pela objetividade. Chama a atenção pelo modo como representou a figura de Vasco Fernandes, um dos mais importantes pintores do século XVI em Portugal. A recepção historiográfica das obras deste homem resultou na quase totalidade do corpus pictórico lusitano de sua época atribuído à figura mítica do Grão Vasco, epíteto mitográfico daquele que fez fama em Viseu por seu talento com as tintas.

As descobertas documentais realizadas por Reis Santos no que se refere a sua busca pela

real atribuição de pinturas a Vasco Fernandes não pode ser chamada, no entanto, de desconstrução ou mesmo de revisionismo. Ao menos não da maneira como agora entendemos estas palavras, hoje tão corriqueiras – desejadas e até fetichizadas - no cotidiano da historiografia. Dentro de sua obra, o tirar o pano de todo o imenso conjunto de retábulos que eram atribuídos ao pintor de Portugal do século XVI é apenas o primeiro ato de sua investigação.

Isto por que Reis Santos não ousava profanar a História de sua Nação. Não ousava e certamente não reconhecera alguém que o fizesse enquanto um investigador a ser levado a sério. A História, como ele a concebia, tinha limites razoáveis e bem delimitados para ser entendida enquanto tal. Isto institucionalmente, moralmente. A profundidade deste sentido no historiador português, deste *ethos*, é intrigante. O encontro com a obra de Pierre Nora forneceu alguma inspiração para parte da forma que esta reflexão vem ganhando.

O eminente historiador francês da 3ª geração dos Annales em seu *Entre Memória e História – A problemática dos lugares* afirma que em algum momento no século XX houve uma quebra entre a História e a Memória. Uma quebra da qual surge uma história mais crítica, menos impregnada de nacionalismos e não mais sagrada, mas sim profana. A História Memória teria sido abandonada por uma História que agora se autoquestionava, uma História que havia inventado a História da História que não mais era uma memória da História, mas sim uma nova via na qual nada de sagrado poderia se reafirmar. Opostas, Nora afirma:

[...] tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas censuras, projeções. A história, porque operação intelectual laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993: p. 9)

A partir da reflexão de Pierre Nora poderíamos aproximar a escrita de Luís Reis Santos da concepção de “História Memória”. Para além de todos os problemas que essa generalização pode trazer, inspira para a percepção de que é latente na narrativa daquele historiador da arte um aspecto que vai além do sagrado religioso. Trata-se de um sagrado cívico, relativo neste caso ao

sagrado pautado em uma história nacional não menos santa. A religião não é apenas a fé no catolicismo, mas em uma Nação. E em uma Nação que, neste caso, está sobremaneira ligada a Igreja Católica de forma quase simbiótica, é preciso lembrar. Cabe aqui uma última afirmação de Nora que poderia fazer menção a obra de Luís Reis Santos: “É pela Nação que nossa memória se manteve no sagrado.” (NORA, 1993: p. 11). E é no âmbito do sagrado que o historiador estabelece uma imagem da pintura portuguesa dos séculos XV e XVI. Desvenda assim o que entende como fatos da história da pintura para estabelecer uma nova imagem da “Arte” que serve as determinações de uma História sacralizada.

Mas quais os caminhos que permitem a sacralização do passado? O trabalho aqui em questão se propõe a iniciar um pensamento a respeito desta questão. O indivíduo Luís Reis Santos, imerso, como todo e qualquer ser humano em seu próprio tempo e em seu próprio espaço, compartilhou uma série de verdades, vivências e sentimentos com sua sociedade. Contribuiu ele mesmo para a criação de uma memória mitográfica nacional objetivamente dependente da memória em que havia se criado.

Estruturante, estruturado. Parte de uma memória coletiva, de uma sociedade de indivíduos, Luís Reis Santos está submetido a negociações com linhas de forças diversas. Obviamente, duas das mais importantes instituições a serem destacadas em sua vida e em sua obra são o Estado Novo português e a Igreja Católica, na qual muitos de seus contemporâneos se criaram, incluindo o ex-seminarista Oliveira Salazar.

O projeto que neste encontro se abre para debate é também orientado pelas ideias colocadas por Michel de Certeau em *A Operação Historiográfica*, ou seja, “[...] mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*” (CERTEAU, 2006: 66). Obviamente pautados pela força da *práxis* historiográfica que orienta Luís Reis Santos e observando a tessitura do conteúdo e das formas de sua redação, o trabalho aqui apresentado se propõe de forma geral, sobretudo, a observação do lugar social de onde fala o historiador da arte. “Da redação dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (Idem: 74), diria Certeau sobre os historiadores na sociedade.

Percorso de Luís Reis Santos: uma memória que se esvai.

Luís Reis Santos (1898-1967) nasceu na pequena aldeia de Turcifal, distrito de Torres Vedras, próximo a Lisboa, mas foi obter sucesso acadêmico na Universidade de Coimbra, a mais

tradicional instituição de ensino superior de Portugal e, decerto, extremamente poderosa politicamente a partir do momento em que Oliveira Salazar assume o conselho de ministros em 1932. Reis Santos se tornaria em Coimbra um eminente professor de História da Arte e um aliado do Estado Novo português como ele mesmo nunca escondeu. Mas sua obra, obviamente, vai além disto.

Foi um pesquisador extremamente produtivo e ainda serve como base para a historiografia mais recente. No entanto, pouco se reflete sobre a sua contribuição para a historiografia da arte e à respeito do que foi escrito sobre o assunto nas décadas em que viveu. Sobre a trajetória deste personagem, que é hoje nome de diversas ruas em Portugal, pouco se sabe. Entre uma reconhecida contribuição a História da Arte portuguesa e sua ligação ao regime, sua memória se esvai.

Sua profissão, na maior parte das vezes acompanha seu nome. Professor, Historiador da Arte e também Crítico de Arte, Luís Reis Santos teve uma reconhecida carreira acadêmica. Percorreu toda a Europa conhecendo museus, bibliotecas, arquivos, galerias de arte e leilões, fez intercâmbio durante alguns anos na Escola do Louvre e viajou diversas vezes a Flandres, em busca de uma melhor compreensão das obras de arte dos pintores flamengos dos séculos XV e XVI, tão fundamentais para o gosto e os modos de pintar lusitanos naquele período que ele mesmo relutou a chamar de Renascimento português. Obcecado pelas fontes desde o começo de sua carreira, sua busca por conhecimento técnico/ científico sobre as obras de arte e sua atividade de investigador do patrimônio móvel o levaram a ser nomeado, em 1944, conservador adjunto dos museus portugueses. É por volta desta época que sua carreira deslancha.

Em 1946 sai à publicação de sua primeira - e quase canônica – monografia: *Vasco Fernandes e os pintores de Viseu do século XVI*, que é considerada um marco na Historiografia da Arte portuguesa já que naquela época era atribuída a Vasco Fernandes, o Grão Vasco, a quase totalidade dos núcleos de pintura dos séculos XV e XVI que então se conhecia em Portugal (RODRIGUES, 2000, p.78). Esta, que seria a principal obra de sua vida, certamente contribuiu para que mais tardiamente o historiador fosse convidado para a direção do Museu Nacional Machado de Castro (MNNMC), em Coimbra, no ano de 1951.

Passa a ocupar ainda, a partir de 1953 – em paralelo com o cargo no Museu –, a cadeira de professor de História da Arte da Universidade de Coimbra, notabilizando-se para a consolidação dos estudos da História da pintura portuguesa e flamenga dos séculos XV e XVI. Ao mesmo

tempo, foi autor de uma admirável quantidade de livros, artigos em revistas e em jornais, tendo se destacado por mais uma monografia sobre o Grão Vasco e outras, relativas a famosos pintores portugueses. Foi ainda um dos fundadores e organizadores da AICA – Associação Internacional de Críticos de Arte – em Portugal e o representante da “Pátria Mãe” nesta associação de 1955 até sua morte em 1967.

O que certamente podemos afirmar é que Reis Santos foi considerado um amigo da Nação portuguesa no período do Estado Salazarista para ter ocupado os cargos que ocupou. Sua simpatia política pelo regime pode tê-lo levado a uma rápida ascensão. Este sentimento de acordo com as vontades do salazarismo, se confirmado, certamente pode ser visto também como um pacto seu com uma sociedade de indivíduos que, no geral, aceitavam aquele regime. É preciso colocar em destaque que a importância de sua obra leva a crer que caracterizá-lo como “nacionalista” ou “positivista”, como algumas vezes é feito, é insuficiente para entendermos como o mesmo enxergava o universo pictórico dos séculos XV e XVI em Portugal e muito pouco para compreendermos a escrita da história do professor de Coimbra.

Verdade, Estado e Fé: A pintura portuguesa do século XVI sob a perspectiva de um historiador no Estado Novo.

Na apresentação de *Vasco Fernandes e os pintores de Viseu do século XVI*, Luís Reis Santos faz questão de afirmar: “Omiti propositadamente nesta Bibliografia, certas publicações pretensiosas de escritores diletantes que, pelo significado intelectual, se me afiguram estéreis, quanto ao esclarecimento das ideias, e até nefastas para a cultura da Nação”. (REIS SANTOS, 1946).

Declaração que certamente faz lembrar o decreto 21:103, de 15 de abril de 1932:

[...] ao Estado compete fixar as normas que deve obedecer o ensino de História.[...]

Nesta há uma parte meramente expositiva, em que são indicados os factos, as datas, os nomes, e, portanto, inalterável, mas há também no ensino uma parte crítica - e essa é função do historiador. Tal historiador, tal atitude. Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjectivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional - quer dizer, a verdade que convém a Nação ¹.

¹https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&sqi=2&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.legislacao.org%2Fprimeira-serie%2Fdecreto-n-o-21103-248520&ei=JRiTUblHIpO30AGJroCoCA&usq=AFQjCNH1_Av7orFlqEy3Q0K5PARlrDvqgw&sig2=KPomJVqPFXkmOz4nRLJfJg&bvm=bv.46471029,d.eWU

A verdade conveniente à Nação não poderia ser diferente de elogiosos trabalhos sobre Vasco Fernandes e sobre a Arte portuguesa. Tendo presente e futuro bem projetados, os chefes do Estado Novo pretendiam o mesmo controle em relação ao passado de Portugal. “Não discutimos a Pátria e sua história”², diria Salazar.

Era desta forma que a força do Estado se fazia presente na vida cotidiana de cada cidadão. Não tendo necessidade de transformar a violência repressiva em algo corriqueiro, o apelo às convenções intermediárias, ao conservadorismo, ao controle cotidiano e a violência simbólica por vezes revelam-se, no entanto, extremos. Sobre este último, Bourdieu sustenta:

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 2007, p. 7)

E ainda

O efeito de legitimação da ordem estabelecida não incumbe somente, conforme se vê, aos mecanismos tradicionalmente considerados como pertencentes à ordem da ideologia, como o direito. O sistema de produção dos bens simbólicos ou o sistema de produção dos produtores desempenham, também – isto é, pela lógica mesma de seu funcionamento – funções ideológicas pelo fato de que se mantêm escondidos os mecanismos pelos quais eles contribuem para a reprodução da ordem social e para a permanência das relações de dominação. (BOURDIEU, 2002: 199 a 200).

No interior das Universidades o Estado empreendeu um razoável domínio sobre o corpo docente com afastamentos, punições e demissões de personagens dissonantes ao regime. Com isso, a intenção era também exercer autoridade no alunato, que deveria ser colocado em rédeas curtas. Exemplifica-se essa tentativa de controle também com a exclusão de direitos de representatividade e criação de Estatutos para as Associações Acadêmicas, como ocorreu na própria Universidade de Coimbra ainda nas primeiras décadas do regime.

Dentre as premissas apregoadas pelo Estado estavam, obviamente, os valores do cristianismo. Inconcebível sem o apoio institucional da Igreja Católica, o salazarismo revitalizaria a religião em Portugal. O regime, buscando desde o início o apoio dos católicos, promulgaria

² Na íntegra, o discurso de maio de 1936, patente do controle de presente, passado e futuro pretendido por Salazar: “Não discutimos Deus e virtude; não discutimos a Pátria e sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.” SALAZAR. **Discursos e notas políticas**, vol. II. Coimbra, 1945. Apud MEDINA, João. A ditadura portuguesa do “Estado Novo” (1926 – 1974). IN: TENGARRINHA, José (coord.). **A Historiografia portuguesa, hoje**. HUCITEC: São Paulo, 1999.

com a revisão constitucional de 1951, no auge de uma marcha de castração de liberdades religiosas, o catolicismo como “religião da Nação Portuguesa” (novo art. 45.º da Constituição, após a Lei n.º 2048, de 11 de Junho). No entanto, é preciso lembrar que já em 1935, a partir da lei 1910, de 23 de Maio, prescrevia-se que o ensino ministrado pelo Estado visaria à formação das virtudes morais, "orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País"³.

Com o apoio institucional da Igreja de Roma em Portugal, o ex-seminarista, formado e apoiado por aquela instituição da Fé e pelo seu séquito lusitano, promove uma aproximação em todos os campos com o catolicismo. A historiografia a isto não escapa, sendo orientada e por vezes formatada pelo pensamento de historiadores que viam o passado pelo viés de sua religião. Uma das mais eminentes figuras no jogo de forças político da aproximação Estado-Igreja, Manuel Gonçalves Cerejeira (1888 – 1977), o 14º Cardeal Patriarca de Lisboa é fundamental também por seu pensamento historiográfico.

Autor de *O Renascimento em Portugal – Clenardo* (1917-1918), Cerejeira aponta neste e em outros estudos uma forte defesa dos valores da Igreja na história. Optava pelas grandes sínteses valorativas da “consciência cristã” (TORGAL, 1996: 234) e pela defesa da Revelação da Fé frente ao Racionalismo e à verdade relativa deste. Sílvio Lima (1904 – 1993) mais tarde faria críticas à obra de Cerejeira, propondo a independência da Ciência em relação à Religião e anos depois seria afastado de seu cargo junto com muitos outros colegas de todo o país por ser considerado um opositor do Estado Novo. Segundo Torgal, suas críticas à obra de Cerejeira certamente pesaram em sua demissão, bem como sua orientação política republicana (Idem: 237). A partir disto, as conclusões óbvias são as que apontam para a força das estruturas políticas e religiosas em Portugal na época de Luís Reis Santos. A coerção exercida por estas estruturas deixavam poucas opções para os atores históricos.

Verdade, Pintura e Escrita da História em dois textos de Luís Reis Santos.

Uma parte importante da obra de Luís Reis Santos diz respeito a publicações de divulgação e a parcerias suas com o Secretariado de Propaganda Nacional (que posteriormente mudaria seu nome para Secretariado Nacional de Informação). Neste caso, podemos dizer que o pequeno *Santo António na Pintura Portuguesa* pertence à primeira categoria. Curto texto seguido de algumas outras páginas contendo as imagens citadas e suas respectivas referências técnicas, parece

³ <http://dre.pt/pdf1sdip/1935/05/11700/07210721.pdf>

se remeter a uma publicação anterior, que consta nas referências bibliográficas como publicação de mesma autoria na “Grande enciclopédia portuguesa e brasileira”, tomo II, 1943.

Nos chama a atenção neste trabalho à escolha do historiador da arte pela imagem que tece do santo homem em sua narrativa e nas estampas que escolheu reproduzir em impressões posteriores ao texto. É ainda interessante observar o que o autor escolheu concluir e o que preferiu não dizer. Esta obra é de certa forma importante para toda a sua carreira, não necessariamente por compartilhar objetivos ou até ideias com outras de seus textos, mas por revelar possíveis pressupostos do homem Luís Reis Santos. Por mais que este seu trabalho de 1945 seja dissonante em relação aos outros, é inegável que pode também refletir caminhos que deverão servir como guias para a melhor compreensão de suas ideias e do modo como lê e escreve a História da Arte dos séculos XV e XVI.

De solene criatividade estilística, o pequeno texto sobre a iconografia de Santo António é também interessante em seu conteúdo. As páginas revelam uma rápida hagiografia em forma de ode ao santo que é “de Lisboa, taumaturgo de Pádua” (REIS-SANTOS, 1945: 5). A escolha pela reafirmação do santo enquanto uma figura histórica com origens em Portugal se impõe entre os lusos à sua identificação padovana, sendo esta última a ele atribuída por ter morrido em terras italianas.

Com adjetivações diversas que dão ao texto um tom lírico, Luís Reis Santos notabiliza os diversos codinomes atribuídos ao Santo António de Lisboa e que celebram seu caráter de pregador e sua ação enquanto evangelizador. “Martelo dos hereges”, o santo da Igreja Católica é figurado nesta obra como “a figura histórica que possui mais rica e variada iconografia” (Idem) que será a seguir descrita pelo historiador da arte. O caráter informacional/didático da obra é colocado em destaque pelo autor, já que:

[...] mal conhecidas e desconhecidas até são muitas de suas imagens, porventura as mais belas, entre as quais se evidencia a série preciosa dos relevos, pinturas e vitrais ducentistas, quási todos ainda não publicados na pátria do Bem-aventurado que deslumbrou o Mundo com a natureza divina da sua alma e o renome dos seus feitos sobrenaturais (Ibidem).

Luís Reis Santos se dá a missão de apresentar sumariamente a evolução histórica e iconográfica de Santo António, o “Apóstolo Seráfico, conquistador evangélico dos hereges e da santa cruzada contra os Albingenses”. Contrapõe a tradição à desconhecida literatura sobre os caracteres físicos do sacro lisboeta, afirmando que a existência terrena daquele homem se “gravou

na alma popular” (Idem: 6) dos portugueses. Na alma popular, como não poderia ser diferente no caso deste historiador. É normal que encontremos este lugar comum, este tipo de referência à memória e a tradição do povo português na obra do historiador. Se não uma memória real e verdadeiramente popular, muitas vezes trata-se de uma vontade de atribuir aos portugueses um passado em comum e características compartilhadas por seus espíritos.

Se na memória popular estão impressos aspectos importantes da história oficial de Portugal, na obra de Luís Reis Santos, assim como em grande parte dos discursos de chefes do Estado Novo, inclusive nos de Salazar, erguem-se elogios à alma simples dos portugueses. Em 1963, em palestra proferida por ocasião do “Colóquio sobre a Influência do Ultramar na Arte”, editado e publicado em 1965, o historiador diria, remetendo-se ao *ethos* cristão que parecia fazer-se dominante na pátria onde a grande maioria era católica:

Quando a América do Norte pretende reunir dentro de um só Museu obras de Arte de todo o mundo, manifesta, evidentemente, um espírito imperialista que está em completo desacordo com nossa maneira de ser. Nós somos pobres... o que mais deslumbra é a grandeza... mas na moralidade por detrás dela, geralmente não se pensa! (REIS-SANTOS, 1965: 18)

Sobre a miscigenação da arte portuguesa com a de seus colonizados no processo complementa com um espírito de tolerância cristã:

Assim, mantivemos nós as melhores relações com os indígenas da Nigéria, apesar de professarmos uma religião diferente da sua, sempre dispostos a trazê-los ao nosso convívio, à nossa civilização, por meio da persuasão e não pela imposição, pelo emprego da força. (Idem).

E ainda em uma nota de rodapé: “*Com espírito de vingança e represálias não se civiliza. É costume dizer-se que a vingança é o prazer dos deuses. Sim, talvez, mas dos deuses da Antiguidade, não do nosso Deus.*” (Ibidem: 19).

A fala em 1963 obviamente mantém vários aspectos do pensamento de Luís Reis Santos em 1945. O que parece mais evidente é seu apego pela noção de “popular”, que aparece sob duas formas: enquanto tradição da população lusitana nos tempos e integrada às atribuições de simplicidade, rudeza, pobreza e ruralidade como importantes aspectos da alma lusitana. Assim, mantém características fundamentais da historiografia portuguesa desde os românticos do século XIX, transmutadas pelo modernismo e cooptadas pelo pensamento e pela escrita da história do Estado Novo. Na ideia de popular é preciso notar ainda que parece evidente nos adjetivos atribuídos pelos discursos oficiais e extraoficiais de Portugal uma integração a sua formação

histórica inseparável da trajetória da Igreja Católica em suas funções de formadora cultural e educadora. A simplicidade, a rudeza e a pobreza são caracteres inseparáveis da tradição da Igreja, basta lembrar. A ruralidade, à época evocada como alternativa para combater os virulentos vícios da cidade, forma, em acordo com os outros aspectos já citados, uma composição que lembra o *ethos* cristão e que será aqui atribuído por Luís Reis Santos à alma portuguesa, cujas características impregnam sua arte.

Inseparável de toda a questão moral colocada pelo historiador português é, no entanto, o problema com as colônias tardias de Portugal. Em maio de 1963 Luís Reis Santos inicia sua fala agradecendo o convite do Professor Adriano Moreira, personagem que está presente na fala do historiador. Ainda vivo, Moreira, Ministro do Ultramar na época do Estado Novo e envolto internacionalmente em polêmicas por ter assinado a reabertura do Campo do Tarrafal, possivelmente era também o organizador do evento acontecido entre 4 e 11 de Março de 1963. Os aspectos históricos das conquistas de Portugal e suas características pretensamente cordiais neste processo, típicas do espírito lusitano, aparecem em Reis Santos como um discurso de reafirmação nacional que se empenha em um debate político internacional. Era imperativo que a colonização portuguesa fosse reafirmada por seus valores. A imagem histórica do povo português tecida por Reis Santos no campo das artes, portanto, pretende se dissociar de um imperialismo pernicioso. Tratava-se, na verdade, de levar a civilização a povos inferiores.

Na tolerância portuguesa reafirmada pelo historiador, a noção de que Portugal era uma Nação superior. O dever do português é, portanto, levar o cristianismo e os valores da verdade àqueles povos bárbaros, inferiores. A convivência e mesmo o processo de “influência” da arte do ultramar são, portanto, uma benevolência do português, branco, católico em relação a povos mais miseráveis. É o espírito elevado do lusitano que permite a mistura, mesmo no campo arte, com outras formas mais bárbaras de manifestação cultural. Pelo prisma de Reis Santos, impunha-se ainda a necessidade de criação de uma consciência nacional, ainda mais em tempos tão difíceis como aqueles. Era já o terceiro mês da Guerra Colonial e a lembrança da benevolência de Portugal com suas conquistas fazia-se necessária.

A moralidade cristã e o espírito de persuasão para a conversão à civilização eram colocados em pauta quando o assunto era a influência do Ultramar na arte. Os mesmos aspectos também se fizeram presentes no texto de 1945 e poderiam ter sido evocados por Luís Reis

Santos em sua fala de 1963. Seu Santo António representa um homem “em luta pela verdade e contra o erro em um duelo tão velho quanto o Mundo” (REIS SANTOS, 1945: 9).

Torna-se simbólica no texto do historiador a apropriação que faz das representações de “Milagre dos Peixes”, momento icônico da trajetória de Santo António. Nesta ocasião, conta a tradição religiosa que, tendo o mesmo ido pregar em Rimini, os habitantes, em sua maioria hereges, resolveram, de comum acordo, não ouvi-lo. Frei Antônio subiu ao púlpito e pregou aos que ainda se faziam presentes e, inflamado pela fé falou com tal energia que convenceu a todos os ouvintes que se convertessem. Não contente com o resultado elevou preces a Deus para que toda a cidade se convertesse. Como forma de demonstrar a força de sua crença foi direto às praias do Adriático e clamou aos peixes que o ouvissem e celebrassem seus louvores. Diante da voz do santo os peixes ergueram suas cabeças da água e ficaram longo tempo imóveis, ouvindo-o.

A cena que representa um dos mais famosos milagres do santo tem o sentido de afirmação da verdade, para Luís Reis Santos. Vem em seu auxílio à busca incessante por ele empreendida pelos fatos da história de sua Nação. Nesse sentido, muitas vezes as estruturas da fé católica e da versão histórica da verdade do Estado Novo aparecem como lugares em comum de sua escrita com os discursos do regime. Para encerrar este princípio de reflexão sobre a relação de Luís Reis Santos com as estruturas de sua época, com os processos planejados e não planejados, como diria Norbert Elias ⁴, cito as linhas finais de *Santo António na Pintura Portuguesa do século XVI*:

A cena da Bevagna tem um colorido mais doce, a de Rimini um caráter mais comovente. É que a liberdade humana está aqui em jogo. A verdade e o erro disputam o império das consciências; e, neste duelo, velho como o Mundo, as criaturas privadas de razão, evocadas, tomam o partido da primeira, prestam-lhe testemunho, mudo, mas de uma eloquência irrefutável, e garantem-lhe um dos seus mais memoráveis triunfos.

Por isso, talvez, com o Milagre Eucarístico, A Aparição do Menino Jesus, o Milagre dos Peixes foi o episódio lendário que se ajustou melhor ao sentimento nacional, e por consequência, mais se encontra reproduzido n pintura portuguesa do século XVI. (Idem)

Referências Bibliográficas:

⁴ A citação completa de Norbert Elias:[...] a formação de mitos seculares consiste — pelo menos na forma dominante da pesquisa histórica, e em parte também na sociologia — em considerar a confiabilidade da produção de conhecimento acerca de detalhes, seja na forma do estudo cuidadoso de documentos históricos, seja na forma de medições estatísticas cuidadosas, como legitimação suficiente da cientificidade do próprio procedimento. (ELIAS, 2006: 213).

- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. IN: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 65 – 106.
- ELIAS, Norbert. *Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais*. IN: *Escritos e ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, vol. 1.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. IN: *Projeto História 10 – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. Nº 10. São Paulo, 1993
- REIS-SANTOS, Luís. Influência do Ultramar nas Belas-artes. IN: *Colóquio Sobre a Influência do Ultramar na Arte. Estudos de Ciências Políticas e Sociais*. Nº. 76, 1963. Anais de Congresso. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965. p. 11-34.
- _____. *Santo António na Pintura Portuguesa do Século XVI*. Lisboa: Editorial Ática, 1945.
- _____. *Vasco Fernandes e os pintores de Viseu no século XVI*. Lisboa, 1946.
- RODRIGUES, Dalila. *Modos de expressão na pintura portuguesa. O processo criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)*. Coimbra, 2000.
- SALAZAR. Discursos e notas políticas, vol. II. Coimbra, 1945. Apud MEDINA, João. A ditadura portuguesa do “Estado Novo” (1926 – 1974). IN: TENGARRINHA, José (coord.). *A Historiografia portuguesa, hoje*. HUCITEC: São Paulo, 1999.
- TORGAL, Luís Reis. Sob o signo da “reconstrução nacional. IN: CATROGA, Fernando; MENDES, Maria Amado & TORGAL, Luís Reis. *História da História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 219 – 239.

ST 03: Sociedade, Política, Cultura e Religião na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-85)

Ana Marília Carneiro

Mestranda em História/UFMG

Natália Cristina Batista

Mestranda em História/UFMG

Juliana Ventura de Souza Fernandes

Mestranda em História/UFMG

Rodrigo Pezzonia

Doutorando em História/USP

Luciane Silva de Almeida

Doutoranda em História/UFMG

O sonho não acabou: “vazio cultural” e música no Brasil dos anos 1970

Victor H. de Resende
 Mestre em História – UFSJ
 vhrjedi@yahoo.com.br

RESUMO: O texto a seguir visa demonstrar, por meio de fontes de imprensa, o discurso de vazio cultural e de fim de sonho no Brasil dos anos 1970. Num período de repressão e censura revistas, como *Visão*, enfatizaram a ideia de embotamento e de fossa cultural no país. Em outros periódicos e jornais posteriores também aparece certa memória sobre a falta de criatividade e as dificuldades de se produzir uma arte brasileira, devido ao regime ditatorial. Como contraponto a tais discursos ideológicos mostra-se, por meio da produção musical do período, que a cultura do país não estava tão vazia assim. Como exemplo, toma-se o rock e a contracultura dos anos iniciais da década de 70, suas apropriações e representações por parte de artistas brasileiros, fazendo parte da cultura e da trilha sonora brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Vazio cultural, Rock, Contracultura.

No começo dos anos 1970 havia o boato de que *o sonho havia acabado*. O movimento contracultural, no contexto norte-americano e europeu, experimentava seu esfacelamento. As utopias de liberdade alternativa, paz no campo, sexo livre, negação e contestação da guerra, ideias e práticas de comunidade e unidade, estavam sujeitas a uma avaliação ou auto avaliação por parte de seus atores principais: a juventude das classes médias. O *rock*, gênero musical apropriado pelos jovens do período para expressar formas alternativas de vida, expandia-se como produto cultural de consumo. John Lennon, ex-integrante da banda The Beatles, na música *God*, de 1970, cantava em bom som e melancolia: *the dream is over/ What can I say?/ The dream is over/ Yesterday/ I was the dreamweaver/ But now I'm reborn*¹. E numa entrevista, à revista Rolling Stone, proclamava: “o sonho acabou. E não estou falando só dos Beatles. Falo dessa transa de ‘geração’. Acabou e temos que encarar a chamada realidade” (*apud* MUGGIATI, 1981: 108).

No caso brasileiro, tomando-se como referência duas publicações sobre a história do gênero *rock* no Brasil, pode-se constatar a construção de uma memória pautada na ideia de *vazio cultural* e de fim de sonho que permeava o início dos anos 1970 no país e no mundo. De acordo com a revista *Rock – a música do século XX* (1981: 165):

¹ “... o sonho acabou/ que é que eu posso fazer?/ o sonho acabou/ ontem eu era um fabricante de sonhos/ mas agora nasci novamente”.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

Início dos anos 70. Corria o boato de que o sonho havia acabado. Uns concordam, outros não. No apartamento de Gutemberg, por exemplo, o pessoal se juntava e saiam as maiores discussões.

- Olha você, Guarabyra – dizia Luiz Carlos Sá – Ganhou o Festival Internacional da Canção com Margarida. Fez Casaco Marrom, que estourou com a Evinha. E está aí como eu. Tendo que se virar em mil bicos pra não morrer de fome. Que sonho é esse? Os caras das gravadoras ouvem o som da gente e dizem que não dá pra gravar porque é underground, não vende etc. e tal.

- Tá legal. Mas acho que o sonho continua nas cabeças. O Zé Rodrix aqui está se dando bem com o Som Imaginário. O conjunto acompanhou a Gal, gravou com o Milton, lançaram um LP.

- Mais ou menos, viu? A barra não tá fácil – Hoje mesmo o Wagner Tiso tava falando no ensaio do Som que...

Zé Rodrix foi interrompido por um detetive que entrou de sopetão e pôs todo mundo na rua: uma vizinha tinha dado queixa contra aqueles cabeludos que passavam o dia inteiro tocando. Os três foram morar num quarto da casa dos pais do Sá. É. O sonho tinha acabado. Mas, em vez de cáírem na fossa, resolveram optar pela batalha. Formaram o trio *Sá, Rodrix & Guarabyra* e logo depois lançavam o LP *Passado, Presente & Futuro*, em 1972, com composições suas. Era um disco de rock. Mas um rock diferente. Brasileiro e rural, com coisas country, sertanejas. As letras falavam do pessoal que, como eles, optou pelo natural. Estradas, mochilas [...] curtir o mato, aprender a conversar. O LP foi um sucesso, e no ano seguinte lançaram *Terra*, um pouco mais rockeiro, também sintonizado com a geração pós-sonho...

Em outra edição, da Revista Bizz, tratando do gênero *rock* no país, destacam-se “as dificuldades de quem fazia rock no Brasil nos idos dos anos 70” (s/d: 12). Na revista aparece, também, certa denúncia do fim do sonho:

Aqui, como no resto do mundo, o sonho também havia acabado. O endurecimento do regime e o fim da Tropicália, com a saída de seus líderes do país, serviam para aumentar ainda mais a sensação de vazío cultural. Os aplausos calorosos e as estrondosas vaias que agitavam os festivais já eram coisa do passado. No seu lugar, ficara um vasto e profundo silêncio, quebrado apenas por uma minoria que insistia em transitar no caminho aberto pelo pioneirismo dos Mutantes (Revista BIZZ, s/d: 12).

No início dos anos 1970, já se sinalizava para o problema do *vazio cultural* estabelecido no Brasil. Em artigo de Zuenir Ventura, para a revista *Visão*, em julho de 1971², o autor destaca:

Alguns sintomas graves estão indicando que, ao contrário da economia, a nossa cultura vai mal e pode piorar se não for socorrida a tempo. Quais são os fatores que estariam criando no Brasil o chamado “vazio cultural”? Respondendo a um questionário distribuído por *Visão* no princípio do ano e organizado com o objetivo de fazer o balanço cultural de 1970, muitos intelectuais manifestaram sua decepção e pessimismo em relação ao passado recente e preocupação em relação ao futuro. A conclusão revelava que a cultura brasileira estava em crise. Contrastando com a vitalidade do processo de desenvolvimento econômico, o processo de criação artística estaria completamente estagnado. Um perigoso “vazio cultural” vinha tomando conta do país, impedindo que, ao crescimento material, cujos índices estarrecem o mundo, correspondesse idêntico desenvolvimento cultural. Enquanto o nosso produto interno bruto atinge recordes de aumento, o nosso produto interno cultural estaria caindo assustadoramente (VENTURA, 2000: 40)³.

As expressões *vazio cultural*, *crise*, bem como *estagnação*, mostram a problemática da cultura brasileira em pleno período de crescimento econômico do país. Segundo Zuenir Ventura, alguns intelectuais assinalavam para a queda do “produto interno cultural” em contraste com a prosperidade econômica do Brasil. Preocupados com o futuro da arte brasileira, e, portanto, da manifestação e afirmação do caráter nacional do país, setores da *intelligentsia* demonstravam a falta de criatividade e engajamento da cultura, que antes, nos anos 1960, havia despertado o sentimento de construção nacional e de luta por um Brasil melhor. Como causas principais desse vazio (“fossa cultural” nos dizeres do autor) Zuenir Ventura, no mesmo artigo, aponta: “o Ato Institucional n.º 5 e a censura” (VENTURA, 2000: 40). Para o autor, os anos iniciais de 1970 não apresentavam “nem propostas novas nem aquela efervescência criativa que caracterizou o início dos anos 1960, antecipando alguns dos momentos da cultura brasileira, mais ricos em inovação e pesquisa” (VENTURA, 2000: 40). Na música, por exemplo, ressalta que nenhuma inovação havia se dado “como a Bossa Nova”, anteriormente (VENTURA, 2000: 40). O autor denunciava o aspecto sombrio dessa cultura, em que a quantidade estaria suplantando a qualidade, além da ausência de temáticas polêmicas e controversas, “a evasão de nossos melhores cérebros, o êxodo

² O artigo encontra-se na obra *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura* (2000). Organizado por Elio Gaspari, Heloísa Buarque de Hollanda e Zuenir Ventura, o livro traz artigos e críticas da época da censura e repressão – intensificadas a partir do Ato Institucional de número 5 – até o processo de ‘abertura’ do regime político do Brasil.

³ O autor esclarece que o artigo contou com a contribuição de pesquisas e levantamentos de intelectuais como: Wladimir Herzog, Tárík de Souza, Ana Amélia Lemos, Maria Costa Pinto, Duda Guenes, entre outros.

de artistas, o expurgo nas universidades [...] a mediocrização da televisão, a emergência de falsos valores estéticos, a hegemonia de uma cultura de massa buscando apenas o consumo fácil” (VENTURA, 2000: 41). Em seu artigo, Zuenir Ventura buscava compreender o que seria da cultura brasileira ao longo dos anos 1970 e buscava explicações da estagnação cultural do país não só no espaço intelectual e artístico, mas, também, nos “condicionamentos extra culturais gerados pelas alterações na estrutura social, política, econômica e psicológica por que tem passado o país nos últimos anos” (VENTURA, 2000: 41). Em primeiro lugar, o golpe de 1964, em que “o povo, que pensava conhecer e em nome do qual falava, se revelava um estranho” (VENTURA, 2000: 41). Para Ventura, a cultura ainda vivia momentos de produção crítica (o autor destaca o *Cinema Novo*, o show *Opinião*, movimentos ainda dentro de certa ‘legalidade’). Em decorrência do AI-5, ocorreria, para o autor, uma transformação radical da cultura brasileira: censura no campo cultural, cassações, expulsões, prisões, vários mecanismos de punição etc. Como consequência: “a fuga de cérebros para o estrangeiro” (VENTURA, 2000: 45). Mas, também, enfatiza certas dúvidas quanto ao vazio cultural: “o diretor de teatro Augusto Boal põe em dúvida o vazio cultural: ‘Pode ser que exista, mas as gavetas dos censores não estão vazias. Esvaziem-se as gavetas dos censores e se encherá de imediato vazio cultural que alguns sentem’” (VENTURA, 2000: 45-46). Para Bráulio Pedrosa⁴, segundo Ventura: “este vazio na verdade é mais uma sensação premonitória, caso prevaleçam os critérios cerceadores da liberdade de expressão” (VENTURA, 2000: 46). Nessa constatação da realidade ou caráter premonitório, dentro do devir revolucionário brasileiro, do Brasil do futuro, instalava-se um devir sombrio e vazio, atingindo todos os setores da vida social e cultural, nos meios intelectuais, de comunicação, da imprensa etc. Questionando o ônus dessa fossa cultural creditada apenas ao AI-5, Zuenir Ventura destaca:

Envolvidos no desespero de uma luta perdida em que estão em jogo a sua dignidade e a sua sobrevivência, os intelectuais brasileiros nem sempre tiveram lucidez para perceber que, independentemente do AI-5, a cultura vive uma fase de transição em que, como superestrutura, tenta adaptar-se às alterações infra-estruturais surgidas no país (VENTURA, 2000: 47).

Trata-se do avanço e consolidação da indústria cultural no país, concomitante ao aumento do nível de consumo da população, dentro de um processo de modernização autoritária e

⁴ Autor de teatro e de novelas para TV, como: *Beto Rockefeller* e *O cafona* (VENTURA, 2000: 46).

conservadora, com a racionalização nos diversos setores da vida social brasileira. Nesse contexto, Ventura destaca o processo cultural brasileiro se desenvolvendo ainda de forma híbrida: “não se libertou completamente dos resquícios artesanais das épocas anteriores e vai incorporando características de uma cultura típica dos países industrializados” (VENTURA, 2000: 48), seguindo aqui, as leis de mercado e mudanças no comportamento cultural dos consumidores:

Coincidindo com a elevação de vida das camadas médias da população urbana, nota-se a emergência de uma “cultura industrializada” cada vez mais condicionada pelas leis da produção (altos custos, fabricação em série, consumo em massa), mas que está encontrando barreiras naturais e atitudes contraditórias de resistência. Além dos obstáculos opostos pela complexa realidade brasileira – onde ao lado das “ilhas de consumo” coexistem o analfabetismo em massa, o baixo índice de escolarização e o baixo poder aquisitivo –, há a resistência daqueles que, apegados a padrões estéticos e formas de produção cultural típicos de uma época passada, combatem o novo processo em nome da qualidade, que seria incompatível com esse tipo de cultura, e em nome da liberdade de criação, que estaria subordinada à demanda do mercado. Tendo que atender mais ao requerido pelo consumo do que aos seus próprios impulsos e preferência, esses intelectuais se considerariam produtores e não criadores – fabricantes de produtos em série e não criadores de objetos únicos (VENTURA, 2000: 48).

Ocorria nas análises de Ventura o embate entre criação e massificação, em que “na música popular, a interrupção do veio inventivo começado pela Bossa Nova de João Gilberto e depois retomado por Caetano e por Gil teria como causa a massificação e não uma crise de criação” (VENTURA, 2000: 49). Somava-se, então, ao AI-5 e à censura, a questão da cultura massificada, calcada no avanço da indústria cultural do período, como causa do vazio cultural. Havia, desse modo, a problemática da “importação de modismos internacionais” (VENTURA, 2000: 49), caso em que o autor aponta o teatro, a industrialização, além dos próprios contrastes do Estado que tentava “oficializar e amparar a cultura por meio dos institutos (INL, INC, Embrafilme, Comissões de Teatro etc.)” sem, contudo, “impedir o estreitamento cada vez mais rigoroso da censura” (VENTURA, 2000: 49). O autor destaca, também, que 50 % das músicas consumidas nesse período eram estrangeiras, no quadro da cultura que se estruturava como indústria. Nesse contexto, aponta a defesa de vários representantes de diversos segmentos culturais para uma legislação mais liberal de censura e maiores estímulos e isenções para a difusão das obras nacionais. Sobre as influências externas, tema controverso e polêmico na história cultural brasileira, Zuenir Ventura indaga: “numa sociedade de censura rigorosa, seria

culturalmente conveniente o fechamento do mercado cultural às influências externas? Por onde se faria o intercâmbio de ideias que revitalizava o processo criador de um país?” (VENTURA, 2000: 50). E demonstra certas alternativas: “no plano da expressão artística, o impasse gerou vários caminhos quase sempre bipolares: o industrialismo e o marginalismo; a vanguarda e o consumo; a expressão lógica e a expressão mais intuitiva, emocional” (VENTURA, 2000: 50).

Em outro artigo na mesma revista, intitulado *A Falta de Ar* (1973), Ventura já aponta algumas saídas para o impasse da cultura. Seriam três possíveis soluções para preencher o vazio cultural: “uma cultura de massa digestiva, comercial, de simples entretenimento”; “uma contracultura buscando nos subterrâneos do consumo, mas frequentemente sendo absorvida por este, formas novas de expressão e sobrevivência”; e por último, “uma cultura explicitamente crítica, tentando olhar para a realidade política e social imediata” (VENTURA, 2000: 60).

No primeiro caso, o autor cita partes da produção no cinema, teatro, música e literatura, como forma de “cultura digestiva, com objetivos essencialmente comerciais” (VENTURA, 2000: 62). No setor da música, destaca a produção de mais de 30 % pautada nas canções de telenovela, ocupando tiragens entre 50 a 150 mil (VENTURA, 2000: 61); no teatro, grupos como o Oficina, de São Paulo, e o Ipanema, no Rio de Janeiro, tendo que abandonar “a sólida posição cultural que sempre mantiveram em repertório e estilo de representação” (VENTURA, 2000: 62). No caso do teatro Ipanema, o autor destaca o “estilo que parece marcar o grupo, nos três últimos anos – o da viagem hippie”... (VENTURA, 2000: 63).

Na segunda proposta de solução para o impasse cultural o autor ressalta a *contracultura*, que traria um enfoque mais individualista, sem, contudo, estar vinculado a uma “realidade social imediata” (VENTURA, 2000: 63). Segundo Zuenir Ventura:

Com os canais tradicionais de distribuição e comercialização vedados, jovens poetas, romancistas, compositores, cineastas utilizam desde os meios mais artesanais de produção e comunicação – jornais de circulação restrita, edições limitadas de livros e textos – até a mais moderna tecnologia, como a câmera Super-8 ou guitarra elétrica, para produzir uma arte que às vezes é mais caricatura do que o que pretende ser. Contracultura, *underground*, “udigrudi” ou desbunde, essa tendência tem mais dificuldade em revelar alguns inegáveis talentos dos seus quadros do que em expor muitas das ostensivas contrafações aderentes (VENTURA, 2000: 63).

A *contracultura*, nas análises de Ventura, assumia uma postura crítica, abstrata e individualista, atraindo jovens (falsos adeptos para o autor, devido à aparência do movimento) e gerando antipatias dos mais velhos. Taxa seus artistas de malditos, cujo trabalho deixaria para a cultura brasileira mais a atitude do que a obra em si. Para o autor:

Na sua própria formulação, a contracultura não abandona o espírito crítico, mas aparece como um produto geral que engloba tudo, desde que estabelecido: a cultura, a história, a política, a desumanização, a poluição, as normas morais etc., e propõe novas atitudes diante da vida que podem até ser mesmo velhas formas recuperadas: uma certa volta rousseauiana à natureza, um misticismo oriental. Já que a sociedade é o reino da desumanização, é melhor cada um ficar na sua (VENTURA, 2000: 64).

O autor, além de apontar certas características importantes da *contracultura* – como o retorno ao meio natural – e de ser um movimento que tentou preencher o vazio cultural, não deixa de denunciar o seu caráter resignado em relação ao contexto da época, como se a atitude de inconformismo fosse tragada pelo que não poderia ser modificado na atualidade brasileira, além de parecer deixar “em segundo plano os problemas da História e as contradições da vida social” (VENTURA, 2000: 64).

Por último, Zuenir Ventura cita algumas correntes mais críticas na cultura do período, que trariam uma “discussão concreta dos problemas de aqui e agora” (VENTURA, 2000: 65). Na música popular, por exemplo, destaca o populismo de antes “substituído por uma seriedade de pesquisa expressiva e por um aprofundamento temático” (VENTURA, 2000: 65), encontrado em letras de artistas como Chico Buarque, Paulinho da Viola, Gilberto Gil, Caetano Veloso, obras para o autor, “de alto valor” (VENTURA, 2000: 65), não deixando, conforme aponta, de encontrarem, como obstáculos, a “censura ou a autocensura” (VENTURA, 2000:65).

Percebem-se nas duas reportagens sobre o *rock*, bem como nos dois artigos de Zuenir Ventura, algumas críticas sobre a cultura do período. Aparece, nos quatro textos, a ideia de vazio cultural, em que vários artistas e intelectuais sentiam um fosso na produção cultural e de informação dos anos 1970, a falta de criatividade, com poucas alternativas para o impasse na vida artística do país. Além do mais, principalmente nos artigos de Ventura, apontam-se o quadro social, político, econômico e cultural dos anos 1970.

O Brasil, na década de 70, passa por um processo de mudanças nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Em função do golpe militar instaurado em 1964, o país apresenta inúmeros contrastes: na política, um regime de exceção, com ausência de pluripartidarismo e forte repressão; no campo econômico, o chamado *milagre brasileiro* com crescimento industrial acelerado, grandes projetos no setor público, controle da moeda, ampliação do mercado de trabalho com geração de empregos e aumento do consumo. No plano social e artístico, destaque para a intensa repressão, controle das informações – censura aos meios de comunicação, jornais e manifestações artísticas – e cerceamento das liberdades sociais, políticas e de expressão, combinados com forte propaganda em favor do regime. É o período ufanista do “pra frente Brasil”, “ninguém segura esse país” e do “Brasil, ame-o ou deixe-o”. O Brasil alcança o tricampeonato na Copa do Mundo de futebol de 1970, no México, conquista apropriada pelo regime militar para enaltecer o ufanismo disseminado no período (COUTO, 1998: 109-130). Ocorre, também, o retrocesso das esquerdas – com prisões, mortes, torturas e exílios. Segundo Ronaldo Costa Couto, o mandato do presidente Emílio Garrastazu Médici, 1969-1974, é considerado o mais repressivo. É a chamada “linha dura” da política militar no Brasil, cujo objetivo é a manutenção do regime autoritário, conjugando crescimento econômico e controle social, onde diversos grupos sociais souberam apoiar e se beneficiaram com a política excludente do governo Médici. A população menos favorecida, segundo Couto, ficaria aquém da política modernizadora e conservadora do período (COUTO, 1998: 109-116). Verifica-se também, no país, a consolidação de um mercado de consumo de bens culturais e forte processo de urbanização. Conforme destaca Marcelo Ridenti, a sociedade brasileira desse período passa de: “predominantemente rural em 1950 para eminentemente urbana na década de 1970, com todos os problemas sociais e culturais de uma transformação tão acelerada” (RIDENTI, 2005: 63).

Desse modo, a julgar pelos levantamentos de Zuenir Ventura, a cultura brasileira estaria à deriva, com poucas propostas criativas e de crítica da realidade social do período. Mas estaria mesmo o Brasil vivendo um período de vazio cultural?

Dentro da temática abordada neste texto, a cultura musical, ou melhor, a MPB (Música Popular Brasileira) dos anos 70 consagra-se como uma espécie de instituição sociocultural (NAPOLITANO, 2005: 125-129). Marcos Napolitano, em sua análise da cultura brasileira, considerando especialmente a música, enfatiza a longa década de 1970. Compreendendo os anos entre 1968 e 1982, o autor aponta o cenário musical rico do período,

que se inicia com a instauração do Ato Institucional número 5 (AI-5) e termina com o processo que marcará a ‘abertura’ do regime ditatorial no Brasil. Conforme destaca Ronaldo Costa Couto, no governo do general Costa e Silva, instaura-se:

...em 13 de dezembro [1968], o AI-5, o mais abrangente e arbitrário instrumento do regime e seu símbolo maior [...] Com o AI-5, o presidente da República pode tudo: estipular unilateralmente medidas repressivas específicas; decretar o recesso do Congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais; intervir nos estados e municípios. Pode censurar a imprensa, suspender direitos e garantias dos magistrados, cancelar *habeas-corpus*, cassar mandatos e direitos políticos, limitar garantias individuais, dispensar e aposentar servidores públicos (COUTO, 1998: 96).

Dentro da política excludente e repressora, o regime militar procura legitimar seu governo como democrático, com o discurso de defesa dos interesses da família, da propriedade privada, seguindo a vontade do povo em geral, do qual se dizia porta-voz. Maria José de Rezende destaca que a partir de 1968:

Prevalcia o arbítrio e institucionalizava-se a repressão e a tortura, mas mesmo assim o grupo de poder (militares, representantes do grande capital e tecnoburocratas) continuava tentando ganhar adesão para o regime em vigor através da insistência de que as medidas postas em prática reiteravam e, portanto, não negavam o sentido que eles imputavam à democracia. Delineava-se o fechamento do regime e/ou a centralização do poder que tomou sua forma mais acabada no Governo Médici... (REZENDE, 2001: 89).

No quadro artístico, sobretudo musical, do pós-1968, Marcos Napolitano destaca as diversas vertentes da música nacional e estabelece um ritmo histórico para o período: de 1968 a 1972, experimentação e pesquisa; de 1972 a 1974, encontros e inserções clássicas na cena musical – como, por exemplo, os de artistas com tendências musicais conflitantes: Chico Buarque e Caetano Veloso, Elis Regina e Tom Jobim (NAPOLITANO, 2005: 125); e o pós 1975, com a ofensiva comercial *mainstream* – corrente principal na música – destacando os LP’s *Falso Brilhante*, de Elis Regina, *Meus caros amigos*, de Chico Buarque, entre outros, considerados como marcos da

cultura musical e do mercado fonográfico brasileiro (NAPOLITANO, 2005: 126). O autor ressalta, ainda, a trilha sonora contra a ditadura entre fins de 1970 e meados dos anos 80⁵.

Em meio à multiplicidade de sons e produções musicais na virada dos anos 60 e ao longo dos anos 1970 podem-se destacar: Roberto Carlos; o filão romântico da música brega; o samba e sua variante do ‘sambão-jóia’; as manifestações pop e rock a partir de 1972 (com Secos e Molhados, Raul Seixas, por exemplo); nomes consagrados da MPB como: Elis Regina, Chico Buarque, Tom Jobim, Gal Costa, Maria Bethânia, entre vários outros; a bossa nova; a música sertaneja; o canto afro-brasileiro de Clara Nunes; além do som de Milton Nascimento e o Clube da Esquina, entre outros estilos e gêneros⁶. Num quadro musical bem diversificado, apontado por Marcos Napolitano, percebe-se que a cultura não estava tão vazia quanto se fazia perceber nos artigos aqui destacados, apesar do endurecimento do regime pelo AI-5 e a pretensa legitimação democrática imposta pelo governo, cerceando as liberdades sociais e individuais da população brasileira.

Seguindo ainda algumas importantes considerações de Napolitano, pode-se perceber a questão do vazio cultural afirmado pelos intelectuais do início dos anos 1970. Matizando as dicotomias entre indústria cultural e criação no país, bem como cultura e repressão, Napolitano destaca que nos anos 1970 havia oposição ao regime militar, mas também canais de negociação entre Estado e sociedade, formas de resistência e, ao mesmo tempo, aproveitamento dos bens culturais pelo governo. O autor propõe desfazer qualquer tipo de interpretação do impasse da cultura brasileira calcado ora na resistência ao regime, ora na cooptação pela indústria cultural do período. Para Marcos Napolitano:

...a compreensão crítica das lutas culturais do período não deve ficar refém da dicotomia entre ‘resistência’ e ‘cooptação’, pois revela um processo mais complexo e contraditório, no qual uma parte significativa da cultura de oposição foi assimilada pelo mercado e apoiada pela política cultural do regime (NAPOLITANO, 2010: 147).

Havia, dessa forma, ações culturais, resistência, mas também colaboração entre os vários segmentos sociais, dentro do mercado de bens simbólicos em expansão e consolidação nos anos

⁵ Com destaque para artistas como Raul Seixas, Rita Lee, Paulinho da Viola, entre outros (NAPOLITANO, 2005: 126).

⁶ Referência importante desse panorama se encontra em Marcos Napolitano, na obra *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB 1959-1969* (2001: 339-340).

70, com aproximações entre liberais e setores da esquerda não armada, ampliação dos circuitos de trânsito, de uma cultura engajada de esquerda. Esses mesmos liberais, na maioria, conforme aponta Napolitano, donos dos meios de comunicação e de corporações culturais, começam a se distanciar do regime militar devido ao aumento da repressão e do endurecimento postos pelo AI-5. Ao mesmo tempo o regime assumia uma política cultural repressiva e proativa, com o objetivo de integração nacional. Havia a valorização da cultura pelos vários segmentos sociais, com motivos diferentes: “para a oposição, a esfera cultural era vista como espaço de rearticulação de forças sociais de oposição e reafirmação de valores democráticos” e “para o governo militar, a cultura era, a um só tempo, parte do campo de batalha da ‘guerra psicológica da subversão’ e parte da estratégia de ‘reversão das expectativas’ da classe média” (NAPOLITANO, 2010: 149). Contudo, convergiam para a ideia de nacionalismo, em que “o Estado, portanto, tentava neutralizar os efeitos eventualmente politizadores desse tripé artístico [teatro, cinema e música popular, tripé da cultura engajada de esquerda] menos pelo controle do conteúdo em si e mais pelo controle dos circuitos socioculturais pelos quais as obras deveriam circular pela sociedade” (NAPOLITANO, 2010: 155). Renato Ortiz, por sua vez, enfatiza que na ditadura brasileira, após o golpe de 1964, encontra-se o aspecto político – repressão, censura, prisões, exílios – e econômico – crescimento do “parque industrial de produção de cultura e o mercado interno de bens culturais” (ORTIZ, 2001: 114) – em estrita ligação. Para Ortiz:

...a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural; ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial [...]. O movimento cultural pós-64 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado se define pela repressão ideológica e política; por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais. Isto se deve ao fato de ser o próprio Estado autoritário o promotor do desenvolvimento capitalista na sua forma mais avançada (ORTIZ, 2001: 114-115).

Na relação entre modernização autoritária, indústria cultural e expressão dos meios culturais e de imprensa, Marcelo Ridenti também enfatiza as várias articulações entre os segmentos intelectuais, políticos e sociais dentro do avanço e consolidação da indústria dos meios de entretenimento, artístico e de comunicação. Segundo Ridenti:

A partir dos anos 70, concomitante à censura e à repressão política, ficou evidente o esforço modernizador que a ditadura já vinha realizando desde a década de 1960, nas áreas de comunicação e cultura, incentivando o desenvolvimento capitalista privado ou até atuando diretamente [...]. À sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis em bancas de jornal), de agências de publicidade etc. Tornou-se comum, por exemplo, o emprego de artistas (cineastas, poetas, músicos, atores, artistas gráficos e plásticos) e intelectuais (sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais) nas agências de publicidade, que cresceram em ritmo alucinante a partir dos anos 70, quando o governo também passou a ser um dos principais anunciantes na florescente indústria dos meios de comunicação de massa (RIDENTI, 2000: 332).

Como se pode observar, ‘cooptação’ e ‘resistência’ não eram processos excludentes nesse contexto e ‘conviviam’ “nos mesmos agentes e instituições sociais” (NAPOLITANO, 2010: 150). Marcos Napolitano cita, dessa forma, quatro atores sociais principais nos anos 1970: a) comunistas e simpatizantes da cultura nacional-popular; b) uma ‘cultura jovem’, incorporada na tradição pop, na *contracultura*, e em certas vanguardas, como no movimento hippie; c) a ‘nova esquerda’, com propostas alternativas ao engajamento do PCB, e que formariam alguns quadros do PT, constituída por uma intelectualidade mais radical; além de militantes obreiristas, sindicais e a esquerda católica; e por último, d) liberais mais ou menos progressistas desvinculando-se cada vez mais do regime militar.

Justamente, por parte dos intelectuais e artistas comunistas, conforme destaca Napolitano, é que surgiam as reações às correntes alternativas. Para estes a *contracultura* jovem era taxada de ‘escapista’, ‘hermética’ e ‘subjetivista’; e o conceito de cultura da nova esquerda, era para estes mesmos intelectuais, ‘esquerdista’, ‘sectária’ e ‘basista’. Daí, expressões como “vazio cultural” ou “desbunde”, críticas de setores comunistas e liberais progressistas à *contracultura*, que chega e é apropriada no Brasil. Conforme afirma Marcos Napolitano, essas expressões vinham carregadas de sentido ideológico, “voltadas para a crítica às posições de ‘recusa’ subjetiva e comportamental do ‘sistema’” (NAPOLITANO, 2010: 164).

Observa-se que tanto no cenário musical, como no contexto político e social – dentro da periodização enfatizada por Marcos Napolitano – além da proposta de se mudar o homem por

meio da luta, nos embates diretos da esquerda armada ou, metaforicamente, na música de protesto, tem-se, por outro caminho, as ideias e manifestações contraculturais.

A *contracultura*, sendo um movimento vivido em diversas partes do mundo, teve suas apropriações no Brasil. Antônio Risério destaca o movimento no país e afirma que a contracultura existiu não por causa da ditadura, mas apesar e para além dela (RISÉRIO, 2005: 26).

O fenômeno contracultural, ou melhor, seus sujeitos históricos, se opuseram ao modo burguês de vida, questionando a racionalidade da modernização capitalista representada pelo Estado. Deram ênfase à subjetividade, ao retorno à natureza, à vida em comunidade, abrindo até mesmo a possibilidade de diálogos extraterrenos! Encontrava-se em evidência o respeito às diferenças culturais, à liberdade sexual, numa crítica ao consumismo e ao intelectualismo vigente, além da ideia de abandono das cidades e o retorno ao campo, trocar o asfalto quente pela estrada de chão, rumo ao mato, ao meio natural. No caso especificamente brasileiro, Antônio Risério sublinha que:

...a contracultura preservou e nutriu o espírito contestador, obstruindo o rolo compressor da ditadura militar em sua marcha para uniformizar e asfixiar a juventude brasileira. Além disso, promoveu um encontro cara a cara nas grandes cidades do país, entre jovens economicamente privilegiados e jovens marginalizados, numa troca de vivências e de linguagens... (RISÉRIO, 2005: 28).

Segundo Dan Joy e Ken Goffman, a *contracultura* pode ser definida também como um movimento que prega a individualidade – acima de convenções sociais ou restrições governamentais –, pelo desafio a qualquer tipo de autoritarismo e pela defesa de que a única constante na sociedade é a mudança (seja individual e/ou social). Uma individualidade compartilhada (GOFFMAN & JOY, 2007: 51). Segue-se dos autores a ideia de que a *contracultura* não se manifestou apenas pelo movimento hippie, pelos jovens de cabelos compridos, roupas coloridas, pregando o amor livre e as drogas como forma de se expandir a cabeça.

Pode-se afirmar, no caso brasileiro, a aproximação de vários músicos ligados ao gênero rock com algumas ideias românticas e contraculturais, como a valorização do campo, a retirada para o meio rural, o movimento constante entre campo e cidade, a forma de canção calcada no gênero *rock* misturado com violões e violas. Esses artistas e suas canções podem ser entendidos

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

como vozes dissonantes ou destoantes nos anos 1970, por situarem-se entre o regime repressivo e as tentativas de resistência contra a ditadura. Fizeram parte do que se pode conceituar como *romantismo contracultural* no contexto brasileiro e internacional, articulando ideias românticas de paz e vida no campo com os enfoques contraculturais de experiências de vida em contato com a natureza, valores comunitários e críticas ao atomismo social dentro da sociedade capitalista. Trata-se, contudo, de experiências e representações urbanas: os músicos ligados ao rock desse período partem da cidade, do cotidiano dos grandes centros, para construírem diversas formas de representações sobre o urbano e o rural.

Dessa forma, vários grupos, indivíduos e artistas nos anos 1970 se aproximam de alguns valores contraculturais, numa crítica romântica à sociedade capitalista, e utilizam-se, inclusive, de elementos da própria modernidade – exemplificada pelo uso da guitarra elétrica por parte dos músicos – para criticar o contexto em que vivem.

Por meio da apropriação do gênero musical *rock* no país, vários grupos musicais cantam a cultura e a sociedade brasileira, nos anos 1970. Nesse período, na contramão do vazio cultural destacado no início do texto, pode-se afirmar uma farta proliferação de bandas de *rock*. Por meio de alguns diálogos e aproximações da Tropicália e de diversas apropriações do *rock*, os vários grupos que perpetuaram o gênero pelas terras brasileiras utilizaram-se de elementos tidos como modernos e tradicionais, combinando guitarras elétricas, símbolo da modernidade – e de alienação, para alguns críticos e artistas ligados à bossa nova nacionalista⁷ –, com violões, violas e ritmos regionais, considerados como parte da ‘tradição’ musical do país.

Além de *Os Mutantes*, *Secos & Molhados*, *Novos Baianos*, ou o som de *Raul Seixas*⁸ – para citar apenas alguns nomes mais expressivos dentro do mercado fonográfico brasileiro –, surgiram várias bandas no Brasil, que embora não apresentassem uma vendagem expressiva, trouxeram em sua estrutura rítmica, musical e/ou semântica, ideias e críticas sobre a sociedade brasileira. Destaca-se o *rock* das bandas: Vímana; A Bolha; o rock nordestino de Fagner, Belchior, Alceu Valença e Zé Ramalho; Som Imaginário; Joelho de Porco, Made in Brazil; Som Nosso de Cada

⁷ Emblemático, nesse sentido, foi a “passeata contra a guitarra elétrica em São Paulo, em 1967”. A disputa mercadológica e simbólica acirrava-se no contexto dos festivais de televisão e na busca de vários artistas pela verdadeira nacionalidade brasileira (GHEZZI, 2012: 46-47).

⁸ Nos arquivos do IBOPE do período, embora parciais, mas de grande importância, figuram ao longo dos anos 1970 discos e/ou canções que ocuparam, durante várias semanas, as paradas de sucesso e de vendagens, dentre eles: *Secos & Molhados*, *Raul Seixas* e *Novos Baianos*, destacados acima.

Dia; Karma; Satwa, Matuskela, O Terço, Casa das Máquinas, Tuti Fruti, a carreira solo de Rita Lee, a banda Recordando o Vale das Maças, Rauzito e seus Panteras, depois a carreira de Raul Seixas, o trio *Sá, Rodrix & Guarabyra*, entre outros. Grupos como o trio antes citado, cujos detalhes da trajetória artística são observados no artigo inicial, neste texto, cantaram o trânsito constante entre campo e cidade, os medos e incômodos vivenciados nos anos 1970 com relação à ditadura. Bandas, como *Casa das Máquinas*, trouxeram críticas e denúncias à devastação da natureza pelo avanço da modernidade capitalista do período. Outras, como *O Terço*, também cantaram o campo e a cidade, misturando guitarras, violas, teclados e sintetizadores. Desse modo, por meio da apropriação do gênero rock no Brasil, esses vários grupos e artistas fizeram parte da trilha sonora brasileira.

Fontes:

- Arquivos IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística Ltda. Seções: “Long-plays”, “Fitas”, “Compacto Simples”, “Compactos Duplos”. Pesquisa de vendas de discos, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp, Campinas-SP. Fontes digitalizadas, gentilmente cedidas pela professora Dra. Silvia M. Jardim Brügger. 1972-1975.
- Jornal de música e Som. HUNGRIA, Júlio. *Sá e Guarabyra: resistência à colonização*. RJ: Editora Vozes, 1976, pp. 2-3.
- Revista *Alto Falante*. *Nunca: Sá & Guarabyra escrevem sobre seu novo disco*. Publicação: Itaipu – Sociedade Brasileira de Edições, Publicidade e Serviços Artísticos Ltda. Ano II. n. 15, mai. 74, pp. 10-11.
- Revista *Bizz Especial Ídolos do Rock: a história do rock no Brasil. Anos 70: as ovelhas negras*. Editora Azul, 1º cad., s/d, pp. 12-14. 58
- Revista *Rock – a música do século XX*. Editora Rio Gráfica: Lazer, Cultura e Informação, v.1, 1981, 1982 e 1983.
- Revista *Super Interessante. História do Rock Brasileiro: Anos 70*. SP: Editora Abril S.A., v.2, nov.2004, pp. 20-23.
- Revista *Visão*. O vazio cultural. Jul. 1971. In: GASPARI, Elio, HOLLANDA Heloisa Buarque de & VENTURA, Zuenir. *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura*. RJ: Aeroplano Editora. 2000, pp. 40-51.

Revista *Visão*. A falta de ar. Ago. 1973. In: GASPARI, Elio, HOLLANDA Heloisa Buarque de & VENTURA, Zuenir. *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura*. RJ: Aeroplano Editora. 2000, pp. 52-85.

SÁ, Luiz Carlos. “Rock Rural: origens, estrada e destinos”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 87, p. 124-133, setembro/novembro 2010.

Referências Bibliográficas

BAHIANA, Ana Maria. *Nada será como antes: MPB nos anos 70*. RJ: Civilização Brasileira, 1980.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Cia das Letras, 1987, pp.13-35.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. RS: Editora Unisinos, 2008.

CALDAS, Waldenyr. *A cultura da juventude: de 1950 a 1970*. SP: Musa Editora, 2008.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CHACON, Paulo. *O que é Rock*. SP: Círculo do Livro S.A. Vol. 18. Coleção Primeiros Passos.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. RJ: Bertrand Brasil S.A. 1990.

COELHO, Cláudio Novas Pinto. “A contracultura: o outro lado da modernização autoritária”. In: RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itáú Cultural. 2005, pp. 39-44.

_____. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. Tese de Doutorado em Sociologia, sob a orientação da professora doutora Heloísa Rodrigues Fernandes. SP: 1990. 284 pp.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

- DIAS, Lucy. *Anos 70: enquanto corria a barca*. 2ª edição. SP: Senac, 2004.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003.
- GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *70/80 Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. RJ: Aeroplano Editora, 2000.
- GHEZZI, Daniela Ribas. “Xô, iê-iê-iê”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano7, n. 78, Rio de Janeiro, março 2012, pp. 46-47.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (trad.) Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital* RJ: Ediouro, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. “Revolução Cultural”. In: *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. SP: Companhia das Letras, 1995, pp.314-336.
- KEHL, Maria Rita. “As duas décadas dos anos70”. In: RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural. 2005, pp. 31-37.
- LE GOFF, Jacques. “Antigo/Moderno”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 370-392.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, Lincoln. “Os pais da contracultura”. In: *Revista Filosofia*. n. 22, SP: Escala Educacional, s/d., pp. 38-43.
- MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. “O campo da MPB e o mercado moderno de música no Brasil: do nacional-popular à segmentação contemporânea”. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n.16, p. 87-101, jan.-jun. 2008.
- MUGGIATI, Roberto. *Rock o grito e o mito: a música pop como forma de comunicação e contracultura*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Rock: os anos heróicos e os anos de ouro*. Brasiliense. Coleção Tudo é História, n. 96, 94 pp.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. SP: Contexto. 2001. (Repensando a História).

_____. *História e Música: historia cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. SP: Anna Blume/FAPESP, 2001.

_____. “Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Vol. II. RJ: Civilização Brasileira, 2010, pp. 145-174.

NOVAES, Adauto (org.). *Anos 70: ainda sob a tempestade*. RJ: Aeroplano. Editora Senac Rio. 2005, pp. 12-100.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 5. ed. SP: Editora Brasiliense, 2001.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. Coleção Primeiros Passos. 8. ed. SP: Editora Brasiliense, 1992.

RESENDE, Victor H. de. *O rock rural de Sá, Rodrix & Guarabyra: romantismo contracultural no Brasil dos anos 1970*. 143 f. (Dissertação em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, Programa de Pós-Graduação em História, São João Del Rei, 2013.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. SP: Editora UNESP, 2010. 192 p.

_____. “Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003, pp. 133-166.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. RJ: Record, 2000.

_____. “Intelectuais e romantismo revolucionário”. *São Paulo in Perspectiva*, 15 (2) 2001, pp. 13-19.

_____. “Uma década de sonhos e mudança”. In: *Revista Nossa História*. Ano 3, n. 26, Rio de Janeiro, dez.2005, pp. 62-65.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural. 2005.

SCHMIDT, Róbi J. *Nas trilhas do rock*. Espaço Plural, ano V, n. 11, 1º semestre/2004, pp.14-15.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003, pp. 243-282.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. SP: Cia das Letras, 1989.

ZAN, José Roberto. “Música popular brasileira, indústria cultural e identidade”. In: *Ecuos Revista Científica*. n.1, v.3. jun. 2001, pp. 105-122.

Arte(lharia): a obra plástica como meio de contestação na década de 1970

Mariana Albuquerque Gomes
 Graduada- UFRJ
 mariana.albuquerque.gomes@gmail.com

– *Por que foi que cegamos?*
 – *Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão.*
 – *Queres que te diga o que penso?*
 – *Diz.*
 – *Penso que não cegamos, penso que estamos cegos.*
Cegos que veem. Cegos que, vendo, não veem.”

(José Saramago, Ensaio sobre a cegueira)

RESUMO: Conforme o historiador e teórico da arte, Paulo Sérgio Duarte, no artigo “Anos 70 – A arte além da retina” (2005), durante o período da década de 1970, a relação entre arte e política dirige-se a dois focos diferentes: a crítica do regime ditatorial e da situação social e a crítica das instituições artísticas. Um dos principais artistas plásticos do período, Cildo Meireles, produziu obras, de caráter político, que contestavam o governo ditatorial e suas práticas, como a obra “Espelho Cego” (1970) e a obra de intervenção “Quem matou Herzog?” (1975). Nessa comunicação pretende-se pensar, através da análise da obra “Espelho Cego”, como as obras plásticas produzidas no período da ditadura civil-militar assumem uma função de contestação e crítica ao regime.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura brasileira, História, Artes plásticas.

Quando se opta por um estudo que privilegie a História Social Cultural, como neste caso, pensar as representações artísticas no seio de seu cenário de produção é compreender a história de uma sociedade em sua temporalidade. Conforme o historiador Marcelo Ridenti, ainda que o estudo não enfoque propriamente o valor intrínseco da obra plástica, em um sentido puramente estético, vale dizer que “a história pode ser contada também pela produção artística” (RIDENTI, 2000) em sua temporalidade.

Consoante ao historiador e teórico da arte Paulo Sérgio Duarte, durante o período da década de 1970, a relação entre arte e política dirigiu-se a dois focos: a crítica ao regime ditatorial e situação social e a crítica às instituições artísticas (DUARTE, 2005). Nesse sentido, esse capítulo objetiva, como seu título já deixa transparecer, perceber como a produção da obra plástica assume novas formas e conteúdos na década de 1970, quando a contestação, leia-se crítica, torna-se característica permeadora do fazer artístico. Não obstante, para compreender a produção

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

artística da década de 1970, é necessário perceber como esse movimento artístico de vanguarda vem se configurando ao longo da década de 1960.

A década de 1960 traz para as Artes, no Brasil, uma nova roupagem: a da vanguarda. Embalada pela utopia da revolução – e não da democracia ou cidadania como viria a ser nas décadas seguintes – havia a proposição de uma transformação em todos os âmbitos da vida. Desejavam-se revoluções na música, nas artes plásticas, nos costumes, no comportamento, nas relações pessoais, no estilo de vida e nas novas tentativas de derrubar o poder vigente e propor uma relação diferente entre a política e a sociedade. Assim, 1960 trouxe uma aproximação entre a transformação política e o campo experimental das artes plásticas.

Essas proposições transformadoras faziam parte de um processo crescente de efervescência que se respirava na atmosfera cultural e política dos anos 1960, impregnada, sobretudo, pelo tripé de ideias – liberdade, rebeldia e revolução. E a Artes não estava descolada dessa efervescência, cada vez mais próxima a uma ebulição. De acordo com Ridenti, a rebeldia contra a ordem e a revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo e interpenetravam-se em diferentes medidas nas manifestações artísticas e nos debates estéticos.

Consoante ao historiador da arte Paulo Reis, o “debate cultural da época construiu-se no trânsito entre a ação artística e a ação política” (REIS, 2006), onde as questões discutidas pelos artistas e críticos estavam intrinsecamente relacionadas às discussões conceituais e ideológicas. Era perceptível, então, dentro desse projeto de vanguarda, a justaposição das artes visuais experimentais ao comprometimento político-social. Essa aproximação fazia-se necessária, inclusive, porque uma das características permeadora desse novo conceito vanguardista da arte brasileira era a existência do binômio arte/vida. Como ressaltam os críticos da arte Franklin Espath Pedroso e Pedro Karp Vasquez, havia uma preocupação profunda em tentar transformar a própria vida em arte (PEDROSO; VASQUEZ, 1999).

Assim, o movimento vanguardista de 1960 constituiu seu programa de transformação sensível da sociedade, incluindo, em seu conceito e operacionalização, a crítica social e política. Fundamentado em uma visão de cultura nacional, o debate crítico desse campo problematizou conceitos de arte e política. O comprometimento político das obras de arte, assim como dos artistas que as produziam, era, cada vez mais, evidente. Dessa forma, a produção artística

brasileira dos anos 1960 mostrava-se cada vez mais comprometida com a resistência ao regime militar e com as experimentações formais no próprio campo da arte.

Vale ressaltar que, mesmo preocupada com uma aproximação das questões político-sociais, a vanguarda nacional não excluía o experimentalismo da linguagem artística. Ao contrário, ela era pensada nos termos de uma renovação da linguagem e de uma arte política e socialmente crítica, tendo como base o projeto de arte comprometida e experimental. Política e estética estavam intimamente relacionadas nesse cenário vanguardista efervescente, como transparece na “Declaração de princípios básicos da vanguarda”, de 1967, a qual privilegia a relação entre a realidade do artista e o ambiente em que vive, ressaltando a importância das condições específicas sociais e políticas – além de pensar as relações entre produção artística e mercado de arte e prever um posicionamento dessa produção contra a institucionalização, pois a prática, agora, estaria integrada à coletividade e o papel do artista assumia um novo locus.

Nesse cenário, três exposições formalizaram, consoante a Reis, a “possibilidade de uma arte experimental através do debate, com obras e textos, de um projeto de arte comprometida” (REIS, 2006, p. 24): “Opinião 65” (1965), “Nova Objetividade brasileira” (1967) e “Do corpo à terra” (1970). Para muitos historiadores, a década de 1970 teve início em 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5, um marco do endurecimento do regime militar, o “golpe dentro do golpe”. Ainda assim, no campo das Artes, o ano de 1968 teve vários começos remotos, mas concentrando o foco sobre a arte brasileira, como observam Pedroso e Vasquez, é possível datar seu começo, em agosto de 1965, com a coletiva “Opinião 65”, organizada por Jean Boghici e Ceres Franco, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

A mostra se configurou como um novo caminho, comprometido e inovador, para a nascente vanguarda brasileira, que “arrastava os artistas para a agitação criativa das ruas, conduzindo-os para junto do povo e para dentro da história” (PEDROSO; VASQUEZ, 1999). Esta exposição foi a primeira manifestação efetiva das artes plásticas que dialogava com o novo regime de governo, instaurado com o golpe de 1964. A historiadora e crítica da arte Aracy Amaral, ao discutir o significado da “Opinião 65”, retoma as palavras do crítico da arte Mário Pedrosa, que atribuiu a essa mostra a imagem de um “grande respiradouro dos cidadãos abafados pelo clima de terror e de opressão cultural do regime militar [...] e definido moral, política e

culturalmente pelas incursões de uma entidade anônima e irresponsável dita linha dura” (PEDROSA, 1975).

Dois anos depois, em abril de 1967, outra mostra também realizada no Museu de Artes Modernas do Rio de Janeiro, organizada pelos artistas Hélio Oiticica, Hans Haudenschild, Maurício Nogueira Lima, Pedro Escoteguy e Rubens Gerchman, foi marco no projeto de vanguarda artística brasileira dos anos 1960. Segundo Reis, a exposição “Nova Objetividade brasileira” sintetizou um programa de vanguarda da arte nacional e solidificou os termos desse projeto vanguardista “através da reformulação do conceito estrutural da obra de arte, de seu espaço social e da relação da arte com o público” (REIS, 2006).

Em seu “Esquema geral da Nova Objetividade” (1967), Oiticica ressalta como fundamental a superação do objeto como “quadro de cavalete”, percebendo este como apreensão conceitual da obra de arte. Ou seja, o objeto não é mais autônomo, ao contrário, está sempre em contexto cultural, social e político. O “Esquema” de Oiticica problematizava a contemplação da obra plástica unicamente através de seus parâmetros formais. Por isso, propunha pensar a obra de arte dentro de sua realidade histórica, onde há a tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos pelo artista, ou seja, há um movimento dialético entre produção artística e realidade histórica. Assim, o espectador colocado frente ao objeto, agora situado espaço-temporalmente, saía de sua passividade em relação aos acontecimentos.

É perceptível, então, o desejo em se romper com o isolacionismo (artista-obra-público) e a necessidade em se buscar outra forma de se comunicar com o público. A esse movimento, Amaral atribui o surgimento de uma produção que tem “a cidade como suporte” (AMARAL, 1987). Essa é uma das tônicas de 1968, “a vontade quase viceral de um contato mais estreito com o público” (PEDROSO; VASQUEZ, 1999), o que proporciona novos espaços e formas de intervenção nas artes plásticas. Tal postura é discutida pela “Declaração de princípios básicos da vanguarda”, divulgada pouco antes da inauguração da exposição “Nova Objetividade brasileira”.

A “Declaração”, formulada por Antônio Dias, Hélio Oiticica, Carlos Vergara, Rubens Gerchman, Lígia Clark, Lígia Pape, Sami Mattar, Glauco Rodrigues, Carlos Zílio, Ana Maria Maiolino, Maurício Nogueira Lima, Solange Escoteguy, Raimundo Colares, Mário Barata e Frederico Morais, defendia a integração da atividade criadora na coletividade. Por isso, adotava todos os meios de comunicação com o público: “do jornal ao debate, da rua ao parque, do salão à

fábrica, do panfleto ao cinema, do transitor à televisão” (PEDROSO; VASQUEZ, 1999). E ainda negava a importância do mercado de arte e denunciava tudo quanto fosse institucionalizado. Seguindo a “Declaração”, os artistas plásticos estabeleciam seus questionamentos políticos da realidade ao mesmo tempo em que procuravam romper com os limites da própria expressão artística.

Nesse cenário, então, a vanguarda assumia um posição revolucionária ao propor a extensão da sua manifestação a todos os campos da sensibilidade e da consciência do homem. Mas se os anos de 1960 trazem a efervescência revolucionária participativa, os anos posteriores vestiriam uma nova roupagem. Abafada pelos “anos de chumbo”, o endurecimento do regime autoritário promovido pelo Ato Institucional nº 5 de 1968, toda efervescência se transfiguraria em cinzas e cederia espaço a um silêncio que gritaria por liberdade até o fim de sua década.

Se para 1968 havia a possibilidade de vários começos remotos, para a década de 1970 houve apenas um: 13 de dezembro de 1968. A promulgação do Ato Institucional nº 5 pelo, então, presidente Costa e Silva, aprofundava o arbítrio da ditadura civil-militar. Consoante a Duarte, o AI-5 “era a resposta que se dava à organização e ao recrudescimento das lutas de oposições e às manifestações estudantis e populares contra o regime que ganharam as ruas” (DUARTE, 2005). Considerado como “o golpe dentro do golpe”, o Ato implementou a censura e a autocensura nas artes, provocando uma retração do artista plástico, frente à impossibilidade de qualquer crítica aberta do sistema, como observa Amaral (AMARAL, 1987). Segundo Reis, “dezembro de 1968 fez desmoronarem os projetos experimentais, individuais e coletivos, que vinham sendo protagonizados pelos artistas” (REIS, 2006).

A operação autoritária da censura se fazia cada vez mais presente com o AI-5 e com ela advinha à dificuldade em se realizar um projeto de vanguarda. Reis considera como o último momento desse projeto vanguardista, que tem início na década de 1960, os escritos do crítico Frederico Moraes e a exposição organizada por ele, em 1970. Moraes teorizou acerca da “antiarte”, a qual previa uma atuação no meio artístico e social, dentro de uma perspectiva de “guerrilha artística”. A “antiarte” propunha a experimentação radical da linguagem artística e o acirramento dos embates da guerrilha artística contra o poder. Nesse sentido, o antiartista “inseriria seu fazer poético num contexto artístico no qual tudo podia ‘transformar-se... em arma ou instrumento de guerra’” (REIS, 2006).

A intuição mais importante que o texto de Moraes trouxe para a configuração da arte brasileira, que permeará os anos de 1970, foi a da presença do corpo (REIS, 2006). O corpo, então, ganha uma significação política mais direta, ligado à resistência política, ao embate físico com a repressão, à tortura, dentre outros. A exposição “Do corpo à terra”, organizada por Moraes em Belo Horizonte, em abril de 1970, operava com a ideia de desmaterialização da obra plástica e teve como ação artística mais contundente a obra de Cildo Meireles, “Tiradentes: totem-monumento ao preso político”.

A ação aconteceu em 21 de abril de 1970, quando o artista plástico “instalou um quadrilátero de pano e dez galinhas vivas atadas a um poste/estaca de 2,5 metros encimado por um termômetro clínico” (REIS, 2006), queimando-as com gasolina. A proposta de Cildo possuiu uma dimensão pública mais ampla, cujo comprometimento político, social e ético foi levado à extremidade do possível/aceitável. Tendo o objeto em seu limite conceitual, onde para além dele parecia haver apenas uma ação política mais direta. Conforme Reis, a “tomada de posição política, social e ética fora dada pela mais deliberada violência e a participação do espectador veio na comunhão coletiva do horror” (REIS, 2006), dentro de uma perspectiva desagregadora. Entretanto, o “Manifesto ‘Do corpo à terra’” operou com uma concepção diferente do corpo, sendo este, agora, sensível da percepção dos sentidos.

Uma questão posta por Moraes, que retomava o pensamento de Mário Pedrosa da arte como um “exercício experimental da liberdade”, era o “exercício da liberdade criadora”, ou seja, a liberdade como ambiente potencializador da criação artística. Nesse sentido, consoante a Reis, o “espaço da arte, que era também o espaço da subjetividade (percepção, intuição, emoção), estaria fundindo ao espaço público da cidade e da política, na prática das situações artísticas” (REIS, 2006). Assim, a liberdade criadora das pessoas, que seria ativada a partir das proposições artísticas da vanguarda, percebendo o objeto como conceito ampliado, representaria o exercício público da liberdade civil. Sendo uma das apostas da arte era que a partir da interiorização do sujeito, esta se confundisse com uma noção mais ampla – pública e política – de liberdade. Ou seja, há a intenção de, a partir da subjetividade, e ao provocar uma inquietação desta, promover uma nova percepção do mundo externo, mais pública e política.

Nesse sentido, pensar a obra “Espelho Cego” (1970), de Cildo Meireles, é compreender como essa transformação do regime de percepção, através da crítica radical do olhar do senso

comum proposta pela arte contemporânea, se dá na obra plástica e como em “Espelho” ela se relaciona com o mundo externo. Para isso, é necessário que algumas considerações teóricas acerca da produção plástica da década de 1970, no que diz respeito ao conceito e a visibilidade, sejam feitas. Sobretudo quanto aos materiais, que se tornam substantivos, e a linguagem.

Conforme Duarte, os materiais participam como “componentes fundamentais da forma e portadores de sentido pelas suas próprias características intrínsecas [...] e passam a integrar o próprio campo semântico da obra” (DUARTE, 2005). Há, então, um deslocamento da função adjetiva e instrumentalizada dos materiais da arte. Estes assumem um novo papel, consoante a Duarte, substantivo e responsável por outra sintaxe dos trabalhos. No que diz respeito à linguagem, os títulos das obras passam a integrar-se a própria plasticidade da obra, uma vez que conduzem a uma leitura visual, são introdutores de percepção e produtores de significado.

Ademais, para pensar “Espelho Cego” é necessário compreender, segundo o crítico da arte, Felipe Scovino, que “a construção poética em Cildo não se dá apenas no chamado ‘trabalho plástico’, mas fundamentalmente nos seus discursos” (SCOVINO, 2009). Tendo o espaço como norte permeador em sua construção plástico-poética, Cildo esclarece, em entrevista (*Jornal Opinião* 24/10/1975), este espaço imaginado por ele exclui a existência de um observador isento, que domina o mundo apenas com seu olhar. O espaço para Meireles implica na participação, uma vez que sua atuação como artista é orientada pela ideia de que não existe um observador, mas um sujeito. Sendo que este está no meio de um processo de pensamento e, portanto, deve acompanhar tal processo, vivendo-o, manipulando-o e não apenas observando-o. Dentro dessa lógica em que o olho, ainda que importante, não deve ser o único privilegiado na construção do trabalho plástico, o artista vai produzir uma série de trabalhos cujo cerne é a negação da prioridade do olho. A construção de “Espelho” se dá dentro dessa concepção plástica.

“Espelho Cego” é constituído pelo enquadramento, em uma moldura, de massa de calafate, uma massa opaca de cor acinzentada. Ao observar a obra, o espectador se depara com um espelho que não reflete uma imagem. O que há para ser visto é apenas uma massa, que está entre a forma e o informe. Consoante ao intelectual Jaime Ginzburg, a obra não sugere que o espelho seja cego apenas por ser incapaz de retribuir a imagem como seria esperado pela retina. Mas também pela “própria visão do espectador que, pela vivência do choque, se vê ameaçada por uma contemplação que provoca tensão na estabilidade do olhar” (GINZBURG, 2004). A visão

do espectador se dá conta, então, de seu limite, de sua incapacidade de ver. Este é tomado por uma cegueira.

A obra de Meireles produz um estranhamento em seu interlocutor. Ao que se olhar mais atentamente, ou melhor, olhar para além da superfície plástica, poderá lê-la de inúmeras formas. Meireles proporciona um processo de desnaturalização do olhar frente à produção artística, desautomatizando o olhar condicionado. Assim, pensando o cenário de produção da obra – Brasil, 1970, ditadura civil-militar, censura, opressão – uma apropriação pode ser realizada, e aqui para além do intuito plástico do artista, posto que ao tomar contato com seu interlocutor, a obra assume outras significações que não mais as mesmas do seu autor.

“Espelho Cego” pode ser lida como uma crítica ao regime autoritário na dimensão das identidades destruídas, fragmentadas, de sujeitos que ao mirarem no espelho não mais se reconhecem. De acordo com Ginzburg, “podemos encontrar na cegueira uma forma particularmente importante de expressão da tragicidade moderna” (GINZBURG, 2004), sobretudo em tempos de catástrofes e desumanizações. Mas de que cegos estamos falando? Daqueles que não mais se reconhecem quando se deparam com o espelho? – sujeitos de experiências dolorosas, vivenciadas no período autoritário da ditadura civil-militar, que atingem uma dimensão intracorpórea da subjetividade, fragmentando-a ou anulando-a, maçando-a para sempre. – Ou daqueles que, sofrendores da mesma experiência, carregam a marca física em seu corpo sob o signo da cegueira fruto de ações intencionais, de lesões de sessões de tortura? Ou, ainda, daqueles que se deixaram cegar pelo medo? – “o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos” – aqueles “cegos que, vendo, não veem”. (SARAMAGO, 1995)

Referências bibliográficas:

AMARAL, Aracy Abreu. *Arte Para Qué? A Preocupação Social na Arte Brasileira: 1930-1970*. São Paulo: Nobel, 1987.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Mário Pedrosa: itinerário crítico*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

COHN, Sergio (org.). *Ensaio fundamentais: Artes plásticas*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

- COTRIM, Cecília e FERREIRA, Glória (org.). *Escritos de artistas: anos 60/70*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- DUARTE, Paulo Sergio. Anos 70 – A arte além da retina. In: VÁRIOS AUTORES. *Anos 70 Trajetórias*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2005, p. 133-145.
- FERREIRA, Glória (org.). *Crítica de arte no Brasil: temáticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Funarte, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde - 1960/70*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEDROSA, Mario. *Mundo, homem, arte em crise*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- PEDROSO, Franklin Espath; VASQUEZ, Pedro Karp. In: *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. — v. 11, n. 1-2 (jan./dez. 1998). — Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SCOVINO, Felipe (org.). *Cildo Meireles*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.
- REIS, Paulo. *Arte de vanguarda no Brasil: os anos 60*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RIDENTE, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

JANGO E JANGO: uma análise da representação de João Goulart no documentário de Sílvio Tendler

Georgia Oliveira
 Especialização - UFMG
 georgiasemiao@gmail.com

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise de aspectos da representação do personagem político João Goulart no documentário *Jango* (1984), de Sílvio Tendler. A partir de uma revisão da bibliografia atualmente disponível sobre o documentário, este artigo realiza comparações entre descobertas da historiografia recente acerca de João Goulart e a narrativa histórica - discursiva e imagética - operada por Sílvio Tendler sobre o ex-presidente. Esta pesquisa investiga também a trajetória de vida do diretor Sílvio Tendler e sua formação, para conhecer o processo e o contexto de produção do filme.

PALAVRAS-CHAVE: Documentário, História, Jango.

Introdução

O documentário *Jango* do cineasta Sílvio Tendler é um importante documento sobre a história recente do Brasil. Com a proposta de apresentar uma biografia política do ex-presidente João Belchior Marques Goulart, o filme também representa a visão do diretor sobre o conturbado período que antecedeu e sucedeu ao golpe civil militar de 1964, investiga suas razões e conduz o espectador até a morte de Goulart no exílio, em 1976.

Lançado em 1984, no auge da campanha das Diretas Já, *Jango* alcançou a bilheteria de cerca de um milhão de espectadores¹, número ultrapassado somente pelo documentário *O Mundo Mágico dos Trapalhões* (1981), realizado pelo mesmo diretor. Desde então, Sílvio Tendler tornou-se o cineasta recordista de público para filmes do gênero documentário no país². *Os Anos JK* (1980), seu primeiro filme no Brasil, também foi sucesso de público: 800 mil espectadores. Em 2007, *Jango* foi lançado em DVD, facilitando seu acesso e despertando renovado interesse. Em 2010, foi

¹ Depoimento de Sílvio Tendler. Extras. DVD *Jango* (2007). Recentemente o diretor disse em entrevista ao jornal Folha de São Paulo que a Ancine (Agência Nacional de Cinema) afirma que foram 500 mil espectadores. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/04/1255947-filme-de-silvio-tendler-relembra-golpe-que-derrubou-joao-goulart-ha-50-anos.shtml> Acesso em abril de 2013.

² *O Mundo Mágico dos Trapalhões* atingiu um público de um milhão e oitocentos mil espectadores. Disponível em <http://www.caliban.com.br/index.php?id=silvio> Acesso em outubro de 2012.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

lançado um DVD duplo contendo os filmes: *Os anos JK* (1980) e *Jango* (1984).

As “comemorações” dos 40 anos do golpe militar realizadas em 2004, assim como o aniversário de 30 anos da morte de João Goulart, em 2006, talvez tenham sido as efemérides que influenciaram um novo interesse dos meios acadêmicos pelo filme³. Nos últimos anos, a atenção recebida pelo documentário por pesquisadores das áreas de História e Comunicação Social foi traduzida, principalmente, na forma de artigos. Apenas uma dissertação de mestrado⁴ foi localizada durante a pesquisa para este trabalho.

Para os diversos autores que analisaram o filme, os olhares se convergem para o que *Jango* representou no momento em que foi lançado – uma dupla ruptura: em relação à memória anterior de João Goulart e em resposta ao regime militar num momento de campanha pela redemocratização do país⁵. Essa dupla ruptura seria o mérito principal do filme. Outra ideia recorrente, mas não presente em todos os textos, é a de que Tandler promoveu uma mitificação do personagem título⁶. Alguns autores não utilizam a palavra mitificação, mas a representação de Goulart no documentário é considerada “positiva, pura, sem defeitos” (BERNADET; RAMOS, 1988, p. 46).

O atual interesse pelo documentário também parece vir a reboque de uma nova corrente historiográfica que, nos últimos anos, passou a investigar a história pessoal e pública do ex-presidente João Goulart. Até alguns anos atrás, um tema pouco contemplado nas análises sobre o contexto do golpe era a figura do presidente deposto. Como afirma Marieta de Moraes Ferreira⁷,

³ Artigos sobre o filme *Jango* e dissertação de mestrado sobre a filmografia de Silvio Tandler, pesquisados para este trabalho, foram publicados entre 2001 e 2012. Exceção para Bernadet e Ramos (1988). O lançamento em DVD, em 2007, teve o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

⁴ BRASIL, Márcia Paterman. *História e Utopia – o documentário de Silvio Tandler*. Dissertação de Mestrado- Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2008. (Observação: a autora publicou sua dissertação de mestrado pela Editora Multifoco em 2010 com o sobrenome Brookey. A referência com o sobrenome Brasil está disponível no site da PUC-Rio e foi a fonte consultada para este trabalho).

⁵ Os autores que escreveram sobre o documentário são: Jean Claude Bernadet e Alcides Freire Ramos (1988); Alfredo Dias D’Almeida (2006); Márcia Paterman Brookey (2008); Charles Sidarta Machado Domingos (2011); Lucília de Almeida Neves Delgado (2011); Jorge Ferreira (2001); e Marcos Napolitano (2012).

⁶ A ideia de mitificação aparece em D’Almeida (2006) e, com o benefício da dúvida, em Jorge Ferreira (2001 e 2011).

⁷ Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P.8

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

“grande parte da produção privilegia o papel dos militares e da oposição civil a Jango”. Estudar a personalidade política de Goulart e as representações sobre sua figura tornou-se, na historiografia recente, um caminho importante para se compreender, com mais clareza, as razões e a trajetória do golpe. E embora tenha ocorrido significativo aumento da produção acadêmica⁸ nesse sentido, a figura de Jango como *persona* política continua difícil de entender. Para Rodrigo Patto Sá Motta⁹, a definição dessa personalidade “está longe de ser trabalho simples e isento de polêmica”. Os trabalhos importantes sobre Goulart surgidos nos últimos anos apresentam diferentes recortes, mas possuem um ponto convergente: a questão da memória.

Após o golpe de 1964, a memória de João Goulart e seu governo (1961-1964) foram destinados ao esquecimento, não só pelos vencedores da “revolução”, mas também por setores da esquerda. Jorge Ferreira¹⁰ afirma que o golpe militar foi um episódio que “encapsulou” a memória de Goulart, restringindo-a apenas ao evento do golpe. O teor dessa memória, quando resgatada por historiadores, apresenta-se como muito negativa em grande parte¹¹. Ao longo de todo o período da ditadura militar, até 2006, quando serão publicados importantes trabalhos sobre o presidente deposto e sobre sua trajetória política, expressões e adjetivos muito depreciativos marcaram e pode-se dizer que ainda marcam a memória de Jango¹².

Marieta de Moraes Ferreira¹³ sintetiza alguns termos e ideias recorrentes da memória construída de João Goulart por setores da direita e da esquerda. Entre algumas “vozes da esquerda”, por exemplo, aparecem características como incoerência, ambiguidade, “apreço caudilhesco” pelo poder, latifundiário burguês, responsável pelo golpe, líder fraco, incapaz de avaliar corretamente a conjuntura do país, e irresponsável. Nos depoimentos de representantes dos setores conservadores aparecem, entre outras, as seguintes características: “bondade, incapacidade, modéstia, ingenuidade,

⁸ Vale ressaltar o lançamento, em 2011, do livro *João Goulart: Uma biografia*, de Jorge Ferreira. Essa obra dedicada à história da vida política e pessoal de Jango foi uma das referências importantes para este trabalho.

⁹Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006a. p.180.

¹⁰ Ver: GOMES, Angela; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

¹¹ Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P.10

¹²Basta ir ao Youtube e acessar alguns comentários sobre vídeos referentes a João Goulart e/ou ao filme *Jango* para constatar que essa memória negativa ainda persiste.

¹³Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P.7-30.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

periculosidade, caudilhismo” (FERREIRA, 2006). Entre vários adjetivos e expressões para definir João Goulart, Jorge Ferreira cita “despreparado”, ‘ignorante’ e ‘mediocre’, como termos comuns presentes em vários autores¹⁴. Rodrigo Patto Sá Motta¹⁵ aponta características semelhantes atribuídas a Goulart, mas veiculadas ainda durante seu governo através da imprensa conservadora por meio das caricaturas. Temos então: “Corrupto, demagogo, autoritário, comunizante, indeciso, malicioso, ingênuo” (MOTTA, 2006a).

As raízes da formação de uma memória negativa de João Goulart são profundas. Elas antecedem o golpe. Ao que tudo indica, as origens da formação de um imaginário negativo sobre a figura de Goulart remontam ao tempo em que ele foi Ministro do Trabalho do governo constitucional de Vargas¹⁶. As ideias e os termos depreciativos, presentes antes e durante o período do seu governo, parecem ter se cristalizado após o golpe e se desdobrado em outros termos. Para parte das esquerdas, João Goulart foi o maior responsável pela tomada do poder pelos militares. Foi a incapacidade do presidente, na visão negativa da esquerda, que permitiu que os militares dessem o golpe. Talvez por isso o esquecimento. Jorge Ferreira afirma que “em apenas 14 anos a sociedade o esqueceu”. Em 1978, quando uma nova esquerda começou a surgir no ABC paulista, a memória de Goulart e das lutas trabalhistas antes de 1964 não fazia parte dos discursos dos líderes grevistas¹⁷.

Diante desse cenário, o lançamento de *Jango*, em 1984, apresenta-se na direção oposta do esquecimento e do negativismo. Ao tomar como eixo central a biografia política de Goulart, o documentário assume não só o que Tendler afirmou, em várias entrevistas, ser um “resgate da memória de Jango”, mas também dá ênfase à representação de uma imagem muito positiva do presidente deposto. Surge então uma questão: resgate ou tentativa de construir uma nova memória? O documentário “resgatou” a memória de Jango, principalmente para um público jovem que não sabia quem tinha sido o presidente deposto, mas, ao afirmar uma visão favorável

¹⁴ Ver: FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (p.9-11)

¹⁵ Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. (P.179-181).

¹⁶ Ver: GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos Trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (p. 31-55).

¹⁷ Ver: FERREIRA, Jorge. Como as sociedades esquecem: Jango. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Orgs). *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001. P. 176

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

de Goulart, Tandler rompe com o discurso do esquecimento e da negação e provoca o renascimento do tema, ainda que por um breve período¹⁸.

O filme foi lançado num momento histórico da luta pelo fim do regime militar e pelo desejo de reconquista da cidadania: o movimento das Diretas Já. Portanto, responde claramente ao contexto do tempo presente em que foi lançado, em 1984. A montagem, a narrativa, a retórica, a música, enfim, todos os elementos parecem ter sido trabalhados de forma a responder àquele presente específico da luta por eleições diretas para presidente quando centenas de milhares de pessoas compareciam aos comícios nas principais cidades do país clamando pela aprovação da emenda Dante de Oliveira¹⁹ e pelo fim da ditadura militar. O filme chegou a ser chamado de “o filme das diretas” pela imprensa²⁰.

Entretanto, é preciso levar em conta que, analisando o processo de liberação do documentário pela censura, o primeiro parecer²¹ negativo data de 13 de fevereiro de 1984. Portanto, quando os comícios-shows, marcas das Diretas Já começaram a ganhar uma dimensão maior, o filme já estava pronto. A análise vinculada ao contexto da campanha deve ser relativizada. O que influenciou Tandler durante a produção e a montagem de *Jango*, entre outros fatores, foi o contexto da distensão política e da crise da ditadura militar. O filme pertence, segundo Bernadet e Ramos, ao “Cinema da Abertura”, uma boa safra de filmes brasileiros lançados nos primeiros anos da década de 1980, com temática social e política²².

Com *Jango*, Sílvio Tandler mostrou sua versão sobre a origem e o caráter da ditadura militar brasileira. O cineasta, provavelmente, desejou provocar no público a consciência de sua realidade, mostrando-lhe a tragédia de um processo histórico responsável por levar a sociedade

¹⁸Segundo Jorge Ferreira (2011) após a transição da ditadura militar para o regime democrático, o nome de João Goulart cai novamente no esquecimento. (p. 13)

¹⁹ A Emenda Constitucional Dante de Oliveira (PEC nº 5/1983), apresentada em março de 1983 pelo então deputado Dante de Oliveira (PMDB) propunha eleições diretas para a presidência da República em 1985. A emenda foi votada no dia 25 de abril de 1984, mas não foi aprovada.

²⁰ Artigo sem autor definido. “Jango”, filme das diretas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de mar.1984. Ilustrada, Acontece, p.28 26/03/1984. Disponível em www.acervo.folha.com.br Acesso em outubro de 2012.

²¹ Disponível em: www.memoriacinebr.com.br Acesso em outubro de 2012.

²²BERNADET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1988. (p. 13-14). A meu ver, podem ser considerados representativos do “Cinema da Abertura” os seguintes filmes: *Bye Bye Brasil* (1979); *O homem que virou suco* (1980); *Gaijin – os caminhos da liberdade* (1980); *Pixote – a lei do mais fraco* (1980); *Eles não usam black-tie* (1981); *Pra frente Brasil* (1983); *Memórias do Cárcere* (1983); *Cabra Marcado para morrer* (1984).

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

brasileira à perda de sua cidadania. Se em seu filme anterior, *Os anos JK*, o diretor mostrava (ou rememorava) o Brasil sob o regime democrático, em *Jango* o cineasta mostrou ao público como foi perdida essa democracia.

O documentário assume, sem rodeios e sem disfarces, o elogio da figura de Goulart e, ao mesmo tempo, descreve o contexto do golpe militar como um período de recrudescimento da luta ideológica entre setores da esquerda e da direita, inserido na realidade da Guerra Fria. No poder um presidente bem intencionado com um claro programa de governo - as reformas de base - mas que acaba sendo deposto por um golpe militar e civil resultado da polarização radical das facções políticas da época.

A produção de *Jango* durou “mais de dois anos e meio de trabalho, de pesquisa, de convivência cotidiana com o filme”, segundo Tendler²³. O resultado é um filme composto basicamente por imagens de arquivos que cobrem um amplo período da história recente do Brasil, desde o último governo Vargas até o enterro de João Goulart, em 1976. Intercalando essas imagens documentais estão depoimentos de personalidades importantes que viveram os fatos da época e que nos contam a visão e a atuação que tiveram. O fio condutor do documentário é a narração em voz *over* (voz de Deus)²⁴ que apresenta o desenrolar dos acontecimentos.

Este artigo é um resumo do meu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em História e Culturas Políticas. Tendo como referenciais teóricos o pensamento fundador de Marc Ferro²⁵ sobre as relações entre cinema e história, e a teoria do documentário de Bill Nichols²⁶, esse trabalho propõe uma análise do filme *Jango* a partir da revisão da bibliografia atualmente disponível sobre o documentário. Procurei também investigar a trajetória de vida do diretor Sílvio Tendler e sua formação. Conhecer o processo e o contexto da produção do filme é imprescindível para tentar entender as escolhas do diretor. A trajetória do filme na imprensa foi

²³ Depoimento de Sílvio Tendler. Extras. DVD *Jango*. 2007.

²⁴ Referência à Teoria da Voz. Segundo Bill Nichols, existem vários tipos de vozes que os cineastas podem lançar mão em seus documentários. Em *Jango*, Tendler utiliza a voz de Deus, a voz *over* que paira acima das imagens e conduz o espectador. O agente da voz, o locutor, não aparece. Podemos escutá-lo, mas nunca vê-lo.

²⁵ FERRO, Marc. *Cinema e História*. 2. Ed. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

²⁶ NICHOLS, Bill. *Introdução ao Documentário*. 5. ed. Trad. Mônica Saddy Martins. Coleção Campo Imagético. Campinas: Papirus Editora, 2010.

analisada basicamente através do acervo do jornal Folha de São Paulo²⁷. Entre vários sites consultados, destaco outro importante acervo: Memória da Censura no Cinema Brasileiro 1964-1988²⁸. Esse site reúne “quatorze mil documentos entre processos de censura, material de imprensa e relatórios do DEOPS de 444 filmes brasileiros”. O site da produtora Caliban, do próprio diretor, foi também uma fonte importante.

Em 2014, *Jango* completará 30 anos. Recentemente, o filme foi lançado como marco da abertura dos debates sobre os 50 anos do golpe de 1964²⁹. *Jango* tem sido reconhecido, nos últimos anos, como um filme político e histórico dos mais importantes já produzidos no Brasil. Seu valor é inegável, e sua análise faz-se necessária para o entendimento de várias questões que o filme suscita. Qual imagem de Goulart é construída pelo documentário? Qual visão histórica do período é apresentada pelo diretor? Qual a importância do filme para a historiografia? É possível produzir conhecimento histórico através do cinema?

Vários trabalhos importantes foram produzidos e publicados, nos últimos anos, sobre João Goulart. Analisar o filme à luz dessa nova corrente historiográfica talvez possa elucidar em que nível ocorreu, ou não, a mitificação de Jango. E se ocorreu essa mitificação, tentar localizar onde e de que maneira ela se situa especificamente dentro do filme. Dessa forma pretendo contribuir para a ampliação das análises das representações de João Goulart, assim como para a compreensão dos processos de construção das várias memórias sobre Jango. Espero também que o presente trabalho se configure em contribuição para o universo de análise que abrange os temas: cinema e história, e o filme como documento histórico.

O diretor, a produção e a censura.

Ao refletir sobre a capacidade do cinema de apresentar “uma visão fílmica da história”, Marc Ferro indaga se o cinema teria o poder de modificar “nossa visão da História”, entendida não apenas como o conhecimento do passado, mas também como “a análise dos elos que unem o passado ao presente, a busca de continuidades, de rupturas” (FERRO, 2010, p. 181). Para ele,

²⁷ Disponível em www.acervo.folha.com.br

²⁸ Disponível em www.memoriacinebr.com.br

²⁹ O filme foi destaque do 18º festival É Tudo Verdade, um dos mais importantes festivais brasileiros de cinema, dedicado exclusivamente ao gênero documentário. *Folha de São Paulo*, Ilustrada. 03/04/2013. E1

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

existem cineastas que se contentam com a reconstituição de época, e há aqueles, mais exigentes, que “vão pessoalmente consultar os Arquivos, fazendo como historiadores” (p. 183). Alguns diretores corroboram as “correntes de pensamento dominantes”, mas outros “propõem, ao contrário, um olhar independente ou inovador sobre as sociedades” (p. 185).

Um ponto forte do documentário *Jango* é o seu sucesso na construção de uma narrativa histórica que resiste ao tempo e às novas visões da história sobre o golpe e sobre o próprio João Goulart. Um dado importante para essa discussão é o fato de termos diante de nós um cineasta graduado em História pela Universidade Paris VII, e mestre em Cinema e História pela Sorbonne³⁰. Sílvio Tendler foi aluno de Marc Ferro. Um documentarista com formação acadêmica em Cinema e História, e que se propôs a narrar a história recente do Brasil através de imagens. Pergunta-se: Tendler pode ser considerado um cineasta - historiador?

O diretor afirma que houve muita pesquisa para o filme³¹. Além de grandes acervos de imagens como a Cinemateca do MAM e a cinemateca do Museu Guido Viaro, de Curitiba, a pesquisa para o filme contou com imagens e fotografias de acervos particulares como o do jornalista Raul Ryff, de amigos e da família Goulart. Imagens recolhidas para o filme anterior, *Os Anos JK*, facilitaram o processo. Havia muito material já coletado. Em relação às fontes escritas, são citados “jornais, acervos fotográficos, livros (publicados e inéditos), entrevistas, etc.” (DIAS; TENDLER, 1984, p. 12). Não há referências bibliográficas suficientes.

Charles Sidarta Machado Domingos³² aponta o livro *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, de Moniz Bandeira, publicado em 1977, como a obra que, possivelmente, exerceu a maior influência para a construção da narrativa histórico-cinematográfica de Tendler. Na época da realização do documentário, a única obra que poderia oferecer uma visão mais favorável do ex-presidente era o livro de Bandeira. Vários estudos importantes sobre questões,

³⁰ “Possui graduação em História pela Universidade de Paris VII (1975), mestrado em Cinema e História pela *École des Hautes Études – Sorbonne* (1976) e especialização em Cinema Documental Aplicado às Ciências Sociais pelo *Musée Guimet – Sorbonne* (1973)”. Disponível em: www.caliban.com.br. Acesso: outubro 2012.

³¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/04/1255947-filme-de-silvio-tendler-relembra-golpe-que-derrubou-joao-goulart-ha-50-anos.shtml> Acesso: agosto de 2013.

³² Ver DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Presidente João Goulart no cinema, o cinema na história. *Cine Brasileiro*. n. 76, Mayo-Julio, 2011. Disponível em: www.razonypalabra.org.mx Acesso em outubro de 2012.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

contextos e processos históricos relacionados ao golpe foram publicados no final dos anos de 1970 e na primeira metade da década de 1980³³, mas foi a partir do livro de Bandeira que o período do governo Goulart passou a ser visto na historiografia como um período de lutas sociais.

Ao analisar as principais linhas de explicação para o golpe de 1964, Jorge Ferreira (2011) classifica o livro de Moniz Bandeira e o documentário *Jango* como representativos “da tese que alude à Grande Conspiração, da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros – empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e da Igreja tradicionalista – com a CIA e com o departamento de Estado norte-americano” (FERREIRA, 2011, p. 510). Essa é a tese central que norteia o filme. Nesse contexto, temos um personagem principal, alvo maior dessa conspiração: João Goulart.

Durante o período da ditadura militar, as duas obras – o livro e o filme – representaram dois momentos significativos de retorno da figura do ex-presidente João Goulart ao cenário público³⁴. Os dois momentos se inserem no contexto da crise do regime militar. O ano do lançamento do livro marca o reinício de mobilizações populares contra o governo militar. O filme *Jango*, por sua vez, se localiza na temporalidade dos dois últimos anos do regime militar, quando a ditadura comemorava 20 anos de existência e, ao mesmo tempo, caminhava para o fim.

Sem contar com o apoio da Embrafilme, *Jango* foi financiado através de quatro cotas de investimento. O montante total em dinheiro foi de cerca de 30 milhões de cruzeiros, o que significaria hoje, segundo o próprio Tendler, algo em torno de 200 mil reais³⁵. Esse valor teria sido dividido entre Hélio Paulo Ferraz³⁶, Denize Goulart, filha de Jango, e Antônio Balbino, que fora ministro nos governos Vargas e Goulart³⁷. A quarta cota de financiamento do filme foi

³³ Ver *Folha de São Paulo*- Caderno Folhetim p.6-7. 1º de abril de 1984 – “1964: roteiro bibliográfico”. Disponível em www.acervofolha.com.br Acesso: maio 2013.

³⁴ Ver Jorge Ferreira: 2001 e 2011.

³⁵ LUCENA, Eleonora. *Jango Sem Cortes. Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 de abr. 2013. Ilustrada.E1.

³⁶ Apesar de suas atividades como industrial, Hélio Paulo Ferraz já era um produtor de cinema quando Tendler o procurou. “Produziu os filmes ‘Xica da Silva’ e ‘Chuvas de Verão’ de Cacá Diegues, ‘Marília e Marina’ de Luiz Fernando Goulart, ‘Os 7 Gatinhos’ e ‘Rio Babilônia’ de Neville de Almeida, ‘Gabriela’ de Bruno Barreto [...]”. (DIAS; TENDLER. 1984. p. 101).

³⁷ LUCENA, Eleonora. *Jango Sem Cortes. Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 de abr. 2013. Ilustrada.E1.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

bancada por toda a equipe técnica e artística que aceitou trabalhar de graça, até o retorno da bilheteria, após o lançamento.

Quando ficou pronto, *Jango* teve sérios problemas com a censura. Em fevereiro de 1984, Tendler entrou com um pedido de liberação do filme pela censura, para a participação no Festival de Cinema de Gramado daquele ano. O Serviço de Censura do Rio de Janeiro, em parecer³⁸ do dia 09 de fevereiro de 1984, determinou a classificação etária de 18 anos e sugeriu cortes. Poucos dias depois, em um segundo parecer de 13 de fevereiro de 1984 a censura vetou completamente o filme:

[...] O diretor deixou claro, com a maneira com que armou o filme e com a narração sempre sarcástica em certos casos e exaltante em outros, o desejo de achincalhar os militares e a revolução. Não usou absolutamente de imparcialidade, negou que a revolução estivesse em 64 sendo realmente almejada e que tenha sido considerada uma vitória naquela época para a maioria dos brasileiros, debochou das passeatas realizadas no Rio e São Paulo, negando seu sucesso. [...]. Deixou-se levar pelo atual clima antirrevolucionário para fazer uma propaganda de suas ideias. Não houve distanciamento suficiente para uma análise serena dos tempos apresentados. [...] Considero a exibição do filme totalmente inadequada ao momento político presente, achando-o feito de encomenda para um acirramento dos ânimos, visando a tumultuar o já conturbado cenário político brasileiro. A figura título (*Jango*) é utilizada para propaganda de forças de novo atuantes no cenário nacional, procurando reacender as mesmas polêmicas que levaram a sociedade ao choque de 1964. (www.memoriacinebr.com.br)

Tendler e o produtor Hélio Paulo Ferraz solicitaram ao Serviço de Censura que reconsiderasse sua decisão, alegando “o direito inalienável da reflexão sobre a história de nosso país”³⁹, mas a solicitação não surtiu o efeito esperado. Então, Tendler colocou em ação uma inteligente estratégia para romper a barreira dos censores: a promoção de sessões privadas do documentário para um público muito bem selecionado de jornalistas, políticos, intelectuais e artistas. No dia 15 de fevereiro de 1984, o *Jornal do Brasil* estampava na primeira página do caderno B o impacto da primeira sessão para convidados que aconteceu no Hotel Meridién, no Rio de Janeiro. O jornal *Folha de São Paulo*, por sua vez, começou a divulgar notas e matérias

³⁸ Disponível em www.memoriacinebr.com.br

³⁹ Disponível em www.memoriacinebr.com.br

sobre a repercussão dessa e de outras sessões privadas, e sobre o posicionamento dos censores. Criado o acontecimento-filme, Tandler pressionou a Censura em duas frentes: através da imprensa e levando o processo de liberação do documentário para uma decisão final em Brasília. Em fins de fevereiro, o filme foi finalmente liberado, sem cortes, segundo a imprensa⁴⁰, por interferência direta do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

Jango e Jango

Jango é um documento muito rico sobre a história recente do Brasil. Ele oferece muitas possibilidades de recortes analíticos. Como já foi dito, em alguns autores pesquisados observei a recorrência da ideia de que Tandler promoveu uma mitificação de Jango. Ou seja, prevalece entre alguns autores a ideia de que se trata de um bom filme, mas Tandler construiu uma imagem mítica de Goulart. Essa ideia acabou por determinar meu recorte, pois me levou a investigar os aspectos da representação do personagem João Goulart no documentário. Procurei pontuar, em cada sequência do filme, como Tandler representou o personagem título tanto no texto como nas imagens. E, a partir disso, busquei então fazer comparações entre as descobertas da historiografia recente acerca de João Goulart e a narrativa histórica, discursiva e imagética, operada por Silvio Tandler sobre o ex-presidente. O objetivo da minha pesquisa foi o de tentar compreender como Tandler construiu o seu Jango.

Do ponto de vista da construção do personagem título pode-se tentar dividir o filme em quatro partes:

a) A primeira parte tenta estabelecer, desde os primeiros minutos, uma empatia pelo personagem. Ela engloba o prólogo, os créditos iniciais e se estende até a posse de Jango como presidente.

b) A segunda parte refere-se ao período do governo Goulart. O diretor mostra ao público um presidente com um programa de governo bem definido, mas que não consegue realizar as reformas devido à atuação dos conspiradores e da radicalização das forças políticas internas e também externas através da pressão dos EUA no contexto da Guerra Fria.

⁴⁰ *Jornal Folha de São Paulo*. Ilustrada (p.3). 23/02/1984

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

c) A terceira parte fala do golpe e de seus desdobramentos. Nesse momento, o diretor se descola do personagem título e insere o golpe militar de 1964 no contexto da América Latina. Tandler também denuncia o recrudescimento da repressão. Essa é a parte em que o cineasta confronta o regime militar, mostrando ao público a violência decorrente das medidas de supressão da liberdade de expressão e dos direitos políticos implantadas pelo novo regime.

d) Na quarta e última parte, o documentário denuncia a Operação Condor e se volta novamente para Jango, para seu sofrimento, para sua vontade de retornar ao Brasil, sua morte no exílio e seu sepultamento em São Borja.

Afinal, quem é o Jango construído por Sílvio Tandler? Partindo do documentário e de diversas entrevistas dadas pelo diretor pode-se tentar definir o João Goulart de Tandler como um político realista, “pé no chão”; um político “preparado”; “um verdadeiro estadista”; um líder de ações coerentes com seu programa de reformas; um defensor dos trabalhadores; “progressista”, “nacionalista”; um utopista, idealista, que pregava as reformas para a construção de um país mais justo; um político ousado, corajoso; um presidente fazendeiro, rico, mas de hábitos descontraídos e simples; um democrata. Um presidente comprometido, sobretudo, com a promoção da justiça social. Tandler admite, no filme, alguns defeitos de Jango como, por exemplo, a indecisão (em relação à implantação do Plano Trienal) e a ingenuidade (em relação aos militares), apontando-os em situações específicas, mas tenta justificar os erros do presidente.

Quem é o João Goulart que emerge da historiografia recente, principalmente da biografia escrita por Jorge Ferreira? Um negociador político habilidoso; um homem “boníssimo”, bem educado, de trato fácil, atencioso e paciente com todos que o procuravam. Um homem riquíssimo: um pecuarista bem sucedido, com tino especial para os negócios. Um político bem preparado, inovador, que buscava a conciliação acima de tudo; incapaz de perseguir um inimigo político. Honesto, pois não se conseguiu provar nada contra ele apesar das acusações de corrupção. Um político realmente comprometido com as reformas, coerente em suas ações. Jango não tinha o perfil de um radical de esquerda. Ele buscava o acordo. Mas como ser humano, falível, também

cometeu erros de avaliação em determinadas situações que comprometeram suas decisões.

Se compararmos a narrativa histórica do documentário às informações que a historiografia recente revela sobre a personalidade política de João Goulart, podemos talvez pensar que nada desabona a representação cinematográfica de Jango. Tandler não aprofunda as contradições do personagem título, mas não deixa de pincelar os principais conflitos da época e de mostrar um Jango coerente com sua proposta de governo, apesar da atuação das oposições.

A suposta mitificação de Goulart não parece estar no texto do documentário que, apesar de lançar mão de ironias e metáforas, não abandona o tom objetivo e factual. A resposta sobre a mitificação de Goulart parece estar relacionada às imagens. Por apresentar apenas imagens documentais de cunho oficial (exceto pelas fotografias familiares), Tandler, como ele mesmo declarou em várias entrevistas, constrói o perfil de um presidente “estadista”. A imagem de Jango é muito bem recortada pelo cineasta. Não há imagens desfavoráveis de Goulart no documentário. Não há cenas de entrevistas. Não há cenas de falas espontâneas colhidas no calor da hora pelos cinejornais da época. Todas as falas de Goulart são em solenidades oficiais. São cenas de discursos.

Rodrigo Patto Sá Motta (2006a) revela um traço da personalidade de Jango que serve como contraponto a esta análise:

Dizia-se que o presidente dificilmente encarava os interlocutores nos olhos, preferindo fixar a atenção em algum objeto ou olhar para o chão enquanto conversava, quase sempre sorrindo. [...] Essa personalidade tímida, que alguns explicavam como fruto da modéstia, combinava-se com malícia política e talento para negociação (MOTTA, 2006a, p. 44).

Ao que tudo indica, Tandler soube blindar o seu Jango desse tipo de representação que pudesse suscitar ambiguidade. Goulart, no documentário, é sempre retratado com um porte altivo. Sorridente e simpático em muitas cenas, as imagens representam um líder que transmite segurança e autoconfiança.

Não é fácil dimensionar o porquê da escolha do cineasta. Mas pode-se tentar construir algumas explicações. Talvez a intenção de Tandler tenha sido a de dar unidade ao tipo de

representação do ex-presidente João Goulart. Representar um presidente em atividades oficiais era mais acessível já que a maior parte do material coletado apresentava esse tipo de imagem. Isso dá coerência ao filme, fortalece a voz do cineasta que, a meu ver, procura revelar muito mais sobre os bastidores do golpe do que sobre o João Goulart humano.

Um aspecto que chama a atenção é o congelamento de imagens. Em algumas cenas de discursos, a imagem é paralisada enquanto a voz *over* ou o texto do discurso segue em frente, como no Comício da Central, por exemplo. Em alguns pronunciamentos, a voz *over* se sobrepõe à fala apenas imagética de Goulart. Esse recurso pode ter várias razões: variar o ritmo do filme; chamar a atenção do espectador para o que está sendo dito; fixar a imagem na memória do espectador; ou, até mesmo, tentar poupar o personagem principal de ângulos desfavoráveis para evitar o julgamento do público de 1984. É difícil julgar o posicionamento do cineasta sem conhecer as reais condições de trabalho durante a seleção das imagens e da montagem do filme. Mas, sem dúvida, a representação de Goulart, apesar da escassez de dados e de pesquisas na época da produção do documentário, favorece o personagem político em todos os sentidos.

Ao construir a biografia política de Goulart, Tendler procurou rebater as acusações das quais Jango foi vítima antes, durante e após o seu governo. O político que surge nas telas é, sobretudo, um líder bem preparado que possui um programa de governo bem definido, cujo maior objetivo é promover a justiça social e acabar com a fome e com a miséria no país. Mas a tese da conspiração que norteia o filme isenta Goulart de erros políticos que possam lhe ser creditados. Se os golpistas estão sempre à espreita, nada que o presidente decida, proponha ou faça, poderá ter um resultado satisfatório. As forças contrárias a Jango, no filme, são por demais poderosas.

Considerações finais

Uma conclusão à qual se pode chegar e que também está presente, de certa forma, nos autores pesquisados, é a de que o filme continua atual. Seu lançamento em DVD, em 2007, estava relacionado à efeméride dos 40 anos do golpe. Hoje, o documentário continua conectado ao tempo presente devido aos debates sobre os 50 anos da instalação da ditadura militar no Brasil. Nas últimas décadas, novas pesquisas jogaram outras luzes sobre o processo histórico que levou ao

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

movimento militar e civil de 1º de abril de 1964. Esses trabalhos provocaram novos entendimentos sobre o golpe e, de certa maneira, o questionamento da tese da Grande Conspiração. Seguindo essa linha de raciocínio, talvez seja possível afirmar que *Jango* continua atual exatamente naquilo em que é mais polêmico, ou seja, na construção de uma imagem positiva de João Goulart. Parte da historiografia recente sobre o presidente deposto também aponta nessa direção. Não é pretensão deste artigo tentar definir a personalidade política de Jango. O assunto é, e continua sendo, polêmico. Passados quase trinta anos desde o seu lançamento, a versão de Sílvio Tendler sobre o governo Goulart e os acontecimentos que levaram ao golpe de 1964 continua provocando debates. Os autores que se dedicaram à análise do filme também se dividem em relação à figura de Jango, assim como em relação à sua representação no documentário.

A representação positiva de Goulart em *Jango* não é somente fruto das convicções políticas do diretor. Sílvio Tendler é chamado de “o cineasta dos vencidos”. Seus filmes são sempre informados por uma cultura política de esquerda. A opção de enaltecer João Goulart não pode ser entendida como fruto de certa ingenuidade do diretor, da crença de que João Goulart era realmente um político perfeito. A narrativa histórico-cinematográfica construída por Tendler é amparada por uma pesquisa sólida. A biografia de Goulart é cuidadosamente construída. Se o diretor opta pelo elogio a Goulart, a imagem favorável de Jango está incluída dentro de um projeto maior do cineasta que, tudo indica, teria sido o de desafiar o regime militar naquele momento de crise e de luta pela redemocratização do país.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. *O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BERNADET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- BRASIL, Márcia Paterman. *História e Utopia – o documentário de Sílvio Tendler*. Dissertação de Mestrado- Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2008. BROOKEY, Márcia Paterman. *História e utopia: o cinema de Sílvio Tendler*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- D’ALMEIDA, Alfredo dias. De Jango, de Sílvio Tendler, a Salvador Allende, de Patrício
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

Guzmán: o documentário como ferramenta para a construção de memórias adormecidas. UNESCOM – CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Anais...* São Bernardo do Campo (SP), outubro de 2006 – Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em <http://encipecom.metodista.br> Acesso em outubro de 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O filme Jango: memória e história. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI – ANPUH. *Anais...* São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.anpuh.org> Acesso em outubro de 2012.

DIAS, Maurício; TENDLER, Sílvio. *Jango: como, quando e porque se depõe um presidente*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Presidente João Goulart no Cinema, o Cinema na História. *Cine Brasileiro*, n. 76, Mayo - Julio 2011. Disponível em: www.razonypalabra.org.mx Acesso em out. 2012.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. Como as sociedades esquecem: Jango. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Orgs). *A História vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *João Goulart: entre a memória e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LUCENA, Eleonora. Jango Sem Cortes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 de abr. 2013. Ilustrada, E1.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a Mobilização Anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *João Goulart: entre a memória e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006b.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papyrus, 2005. (Coleção Campo Imagético).

SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Orgs). *A História vai ao cinema*. Rio de Janeiro:

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

Record, 2001.

TENDLER, Silvio. Prefácio. In: SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (Orgs). *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Filmografia

JANGO. Direção de Sílvio Tendler. Roteiro de Silvio Tendler. Texto de Maurício Dias. Produção de Denize Goulart e Hélio Paulo Ferraz. Rio de Janeiro: Caliban Produções, 1984. VHS/PAL-M (117 min), son; p&b, color.

JANGO. Direção de Sílvio Tendler. Roteiro de Silvio Tendler. Texto de Maurício Dias. Produção de Denize Goulart e Hélio Paulo Ferraz. Rio de Janeiro: Caliban Produções, 1984 (117 min), son; p&b, color. Versão em DVD, 2007.

OS ANOS JK. Direção de Silvio Tendler. 110 min. Versão em DVD, 2007.

Sites: (Acessos em novembro de 2012).

www.memoriacinebr.com.br

www.acervo.folha.com.br

www.caliban.com.br

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/04/1255947-filme-de-silvio-tendler-relembra-golpe-que-derrubou-joao-goulart-ha-50-anos.shtml> Acesso em: agosto de 2013.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazolato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Ouvir para contar – A entrada da mulher no curso técnico de Química Industrial da Escola Técnica de Belo Horizonte na segunda metade da década de 1960.

Fábio Liberato de Faria Tavares
Mestrando – CEFET/MG

Coautora: Profa. Dra. Carla Simone Chamon – CEFET/MG
fabioliberatobh@yahoo.com.br

RESUMO: O trabalho é uma análise sobre a entrada da mulher no curso Técnico de Química Industrial da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, criado em 1964 para suprir a demanda por mão de obra especializada das indústrias de Belo Horizonte e região. Essa entrada teve um tímido início a partir de 1966 e a partir de 1969, as mulheres se tornaram a maioria das aprovadas, assim como no ano seguinte, mantendo-se essa maioria pelo menos até o final da década de 1970. Não resta dúvida de que o curso foi a porta de entrada para a mulher num ambiente até então predominantemente masculino, mas a pergunta que se faz é porquê essas mulheres ousaram ir contra o que seria o caminho natural para as que queriam uma formação técnica (no caso o magistério) e o porque de se escolher o curso de Química. Para que fosse possível encontrar respostas para essas indagações, foram feitas entrevistas com algumas ex-alunas do curso que o integraram no período estudado e pesquisas em jornais e revistas da época, além da documentação disponível no arquivo do CEFET-MG. Através de suas respostas, foi possível chegar a algumas conclusões a respeito desse gesto de ousadia de meninas, em sua grande maioria, menores de idade, e que decidiram ao menos tentar mudar um caminho pré-determinado pela sociedade, que seria a sala de aula, o lar ou a associação das duas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: História oral, Educação, Gênero.

Introdução

O trabalho teve origem no projeto de pesquisa “Projeto Ouvir para contar – construção de um acervo de memórias de alunas diplomadas pelo curso técnico de Química Industrial matutino da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, atual CEFET-MG – 1966-1970. Edital 098/11 – PIBIC/FAPEMIG 2012-2013”. Este projeto consistia em analisar as causas do aumento repentino no número de alunas do sexo feminino no referido curso entre os anos de 1969 e 1970 através do uso da história oral.

As entrevistas foram realizadas pela orientadora do projeto, a professora Dra. Laura Nogueira Oliveira do CEFET-MG, com participação minha nas anotações e também nas perguntas aos entrevistados, que são previamente elaboradas a partir de informações existentes sobre eles no Arquivo do Registro Escolar da referida instituição. Após a entrevista e a assinatura do termo de cessão de direitos pelo entrevistado, ela é transcrita previamente por terceiro. Assim que a entrevista é transcrita, ela é devolvida e a mim coube fazer as correções na transcrição e

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

posteriormente a própria professora realizou uma revisão de cada entrevista. Esse trabalho foi necessário para eliminar erros tais como nomes de pessoas, de órgãos, pontuação e outros da norma culta da língua portuguesa. Tanto a preparação da entrevista e a sua realização, quanto à conferência das transcrições são trabalhos bastante demorados. As entrevistas tem duração média de 1h30, não incluso aqui o trabalho para sua elaboração, que demanda, conforme já mencionado, a consulta aos documentos dos depoentes, nos arquivos institucionais. Já a revisão das transcrições pode chegar a durar em média 6h. Como a principal fonte para o trabalho são as entrevistas, como referenciais teóricos foram utilizadas obras de historiadores especialistas no trabalho com a história oral com destaque para Paul Richard Thompson e Verena Alberdi.

O trabalho com a história oral permite que sejam mais bem compreendidos os valores coletivos que levaram essas mulheres a buscarem uma formação na Escola Técnica numa área que não era tradicionalmente feminina. Além disso, permite a construção de uma história mais democrática e consciente, ao dar voz a quem normalmente não seria dada, já que foi a tendência praticada por muitos anos na história de se privilegiar os grandes feitos e personalidades, e mesmo com as mudanças ocorridas, certos grupos continuam excluídos. Além disso, contribui para tirar a mulher da condição subalterna que ocupa na sociedade brasileira, mesmo com os avanços realizados após a abertura democrática. Tem também a função social de elevar, em muitos casos a autoestima dos entrevistados na medida em que ele percebe que as lembranças e os conhecimentos que trazem tem relevância, auxiliando no entendimento das características de determinado período e local. Outro fator que foi levado em consideração na escolha de se utilizar a história oral foi o de os acontecimentos estudados serem relativamente recentes, e uma análise somente dos documentos do período não seriam suficiente para responder as questões em aberto, que seriam o motivo que levou à escolha de um curso técnico num ambiente predominantemente masculino e as consequências dessa escolha para as alunas.

A credibilidade da história oral é a mesma de um documento escrito, pois “a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas e visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com

certeza tem o seu significado”¹. Ela também permite a criação de uma multiplicidade original de pontos de vista, e o domínio da evidência até onde ela se mostrar necessária.

Quanto aos entrevistados, todos tem idade superior a sessenta anos. Isso não é um obstáculo, pois o declínio da memória se inicia a partir dos trinta anos e vai de forma bem lenta, até atingir uma doença mental. E esse processo se inicia geralmente com o esquecimento de acontecimentos mais recentes. Por isso entrevistar um jovem e um idoso de boa saúde tem praticamente o mesmo efeito.

Antes de cada entrevista foi construído um roteiro com base nas informações obtidas no Arquivo do Registro Escolar do CEFET-MG. As perguntas não foram diretamente em busca de uma resposta. Seguem o ritmo do entrevistado, sem tempo para terminar. Parte-se de uma coletânea de questões, mas buscam-se as pistas apresentadas pelo entrevistado no sentido de favorecer sua rememoração. Por isto seguem-se as orientações metodológicas de Verena Alberti: a entrevista é semiestruturada, ou seja, não se trata de um questionário que deva ser sequencialmente respondido. Interessa encaminhar uma narrativa, possibilitar a expressão do entrevistado e, por isto, o roteiro de entrevista construído e alterado durante sua realização. Importa ao entrevistador ter claro suas intenções: no caso em específico, tratava-se basicamente de recuperar as motivações que levaram as jovens, do final da década de 1960, a buscar o ensino técnico em uma Escola que era, à época, majoritariamente masculina. Simultaneamente, contudo, pretendia-se deixar registradas suas lembranças sobre as instalações físicas da Instituição, material escolar utilizado, disciplinas cursadas, apoio encontrado para a realização do estágio obrigatório para a titulação, avaliação do prepara para inserção no mercado de trabalho. Uma vez realizadas, as entrevistas são, na sequência, transcritas. Respeitando a opinião de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2007), sobre a transcrição, que é um processo no qual a entrevista ao ser transcrita é transformada num texto, ou mesmo num poema com faz Daphne Patai (2010) e que eles defendem fortemente para tornar mais atraente à leitura para quem for pesquisar e principalmente para o entrevistado, nós não adotamos esse modelo. Nas transcrições desse projeto são mantidas as pausas, divagações, e erros comuns da fala coloquial. Apesar da semelhança, já que está sendo feita uma narração, ela não é uma criação literária, e o próprio Bom

¹ THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: história oral*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. P. 18.

Meihy (2007) recomenda a transcrição principalmente para história oral de vida, e o objetivo é trabalhar com história oral temática.

Para que fosse possível o entendimento das memórias destas hoje senhoras, foi necessária a leitura de diversos artigos, dissertações e teses sobre política, economia e sociedade do período disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, Scielo, Revista Brasileira de História da Educação e Revista Brasileira de História Oral. Também foi feita pesquisa em jornais e revistas da década de 1960 na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual sobre a situação da mulher, da educação e da economia brasileira.

O curso Técnico de Química Industrial e as mulheres

O curso foi criado como fruto do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial (PIPMOI), programa criado no final de 1963, ainda no governo João Goulart que visava capacitar um grande número de trabalhadores, tanto os que estavam inseridos no mercado de trabalho quanto os que estavam desempregados com cursos de curta duração na área industrial. Com a chegada dos militares ao poder, através do rompimento da normalidade democrática, o programa sofreu alterações, sendo permitidos investimentos em áreas como comércio e agricultura e a duração dos cursos também foi ampliada. O programa só acabou em 1982 devido à crise econômica pela qual o país passava e que não justificava a formação de mão de obra tendo em vista a grande quantidade de funcionários do setor industrial que já se encontravam desempregados.

No ano de 1964 o curso técnico de Química Industrial começou a funcionar na Escola Técnica de Belo Horizonte. A turma era formada somente por homens, e estes eram em sua maioria já com idades que superavam os 35 anos. A alta média de idade da primeira turma se deveu ao fato de que, quando o curso foi criado, seu objetivo era atender a demanda das indústrias de Belo Horizonte e região que tinham em seus laboratórios de química um grande número de profissionais sem qualificação teórica. Com a criação do Conselho Federal de Química em 1956, e da seção estadual no ano seguinte, as empresas passaram a ficarem expostas a fiscalizações que poderiam gerar multas.

Em 1965, não houve o registro de entrada de mulheres no curso. A partir de 1966 entram as seis primeiras do curso, mas nos anos seguintes o número de mulheres cai, até que houve

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

significativos aumentos em 1969 e 1970, quando elas passaram a ocupar a maioria das vagas, conforme demonstra a tabela a seguir montada graças com base nas informações arquivadas no Registro Escolar:

| Ano | Vagas em disputa | Alunas aprovadas | % |
|------|------------------|------------------|----|
| 1966 | 35 | 6 | 14 |
| 1967 | 34 | 2 | 6 |
| 1968 | 35 | 2 | 5 |
| 1969 | 40 | 23 | 57 |
| 1970 | 40 | 24 | 60 |

Inicialmente foi especulado que esse aumento se deveu às efervescências do ano de 1968 que teriam elevado o grau de politização das jovens sobre o seu papel na sociedade. No entanto não foi o que se percebeu a partir do momento que se iniciaram as entrevistas. Ao todo foram feitas sete entrevistas com ex-alunas e na primeira já apareceu um dos motivos que levaram essas hoje senhoras a optarem pela entrada em um ambiente masculino. No início as entrevista, a Sra. Vânia Mara Gomes Penido ao ser perguntada sobre como ficou sabendo da existência do curso, morando numa cidade do interior (João Monlevade-MG) deu a seguinte declaração:

Uma amiga vizinha, amiga de infância, certo? Tinha um amigo que estudava Química aqui. E ele falava muito com ela, o nome dela era Nívea: ‘Nívea vai para lá, vai fazer Química, vai para lá, lá é bom você gosta de Química, vai para lá’. Ela pegou resolveu e falou para mim “Vânia eu vou para Belo Horizonte fazer Química”. Quando eu falei com a minha mãe, eu já tinha falado: ‘mãe, se eu tiver que fazer magistério ou científico, eu vou parar de estudar’, porque é o que tinha na minha, na minha coisa, ‘eu não quero ser professora, eu quero fazer um curso que eu possa me sustentar e para fazer o superior depois’. Aí, minha amiga veio me falar: “Vânia, eu vou para Belo Horizonte, vou tentar o vestibular para a Escola Técnica”. Aí falou do amigo dela, ele fala muito. Aí eu contei para minha mãe e sabe o que ela me disse? ‘Por que você não vai?’.

Nela fica evidenciada a recusa em ser professora, dado os salários, que naquela época já eram baixos. É comum apontar a década de 1970 como a fase de deterioração da atividade docente, mas esta já ocorria bem antes disso. Exemplos são as greves de professores ocorridas em Minas Gerais em 1959 e em São Paulo em 1963. No primeiro caso, houve sucesso nas reivindicações, no segundo caso nem tanto. Mesmo após a implantação do governo militar

ocorreu uma greve em Minas Gerais. Em 1967 as professoras primárias pararam exigindo o pagamento dos salários atrasados e a não redução destes com o arrocho promovido pelo governo. O movimento foi rapidamente dissipado pelo governo do Estado através da aceitação de pagamento de parte dos atrasados e de dura repressão policial as professoras.

Possivelmente esse quadro desanimava muitas jovens a ingressarem nessa atividade que era vista como naturalmente feminina. A questão da negação do magistério aparece na fala de outras entrevistadas como estes exemplos:

Além disso, havia naquele período o investimento governamental na indústria pesada através do Plano Siderúrgico Nacional para que ela se tornasse mais competitiva a nível internacional. Para isso era necessário investimentos na formação de mão de obra. Várias alunas disseram que entraram na escola através de conselhos de pais ou amigos da família, em todos os casos de mais idade e possivelmente informados sobre as mudanças que ocorriam no mundo do trabalho naquele momento.

Conclusão

Nas entrevistas as senhoras revelaram que mesmo enquanto ainda eram estagiárias, recebiam bons salários, o que evidencia a importância da renda na escolha do curso. Apesar de terem rompido com a lógica ao preferirem ingressar num outro tipo de curso técnico que não o magistério, essa escolha não implicou numa posição mais crítica com relação ao lugar que elas ocupavam na sociedade. Muitas delas, apesar dos bons salários abandonaram os seus empregos para se dedicarem ao lar ou a alguma atividade de meio expediente, que proporcionasse o tempo necessário para se dedicarem aos afazeres domésticos. A escola não foi capaz de lhes preparar para ocuparem um lugar que não o que já era ocupado por elas, ou seja, secundário com relação ao homem.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. *Contar ouvir: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Arquivo do Registro Escolar do CEFET-MG (pastas individuais dos alunos).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Ideologia e desenvolvimento. Brasil, 1930-1964*. In: PÁDUA, José Augusto. *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Petrópolis, 2009.

BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CARDOSO, Vera Lúcia. *A inserção da mulher no ensino técnico de nível médio: o caso a antiga Escola Técnica Federal de Minas Gerais – CEFET-MG*. São Paulo: 2011. 184 p. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

Conselho Federal de Química. Disponível em: <http://www.cfq.org.br/historico.htm> Acessado em 01/01/2013.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

GONÇALVES, Andréia Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Gênero e sexualidade: as múltiplas “verdades” da contemporaneidade*. Disponível em: www.grupalfa.com.br/arquivos/Congresso_trabalhosII/palestras/Guacira.pdf

Acessado em 06/01/2013.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d' Água/Fapesp, 2001.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PENNA, Gabriela Ordones. *Vamos Garotas! Alceu Penna: moda, corpo e emancipação feminina (1938-1957)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Resultados do Projeto de pesquisa Bic-Jr/FAPEMIG - *Estudo do perfil dos alunos do Curso de Química no período de 1967-1978 no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)*. Bolsistas - Talita Cristiana Alves e Juliana Lemos Piquerotti.

Resultados preliminares do Projeto de pesquisa de Bic-Jr/FAPEMIG - *Estudo do perfil dos alunos do Curso Técnico de Química no período de 1971-1978 no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais*. Bolsistas – Bolsistas: Talita Cristiana Alves e Juliana Lemos Piquerotti.

Resultados dos Projetos de pesquisa PIBIC/FAPEMIG - *Ouvir para contar – construção de um acervo de memórias de professores, funcionários e alunos-egressos do curso de Química/Cefet-MG, décadas de 1960-1970*. Bolsistas: Izadora Maria da Conceição e Fernando e Marina Helena Meira Carvalho.

RODRIGUES, Arakcy Martins. *Lugar e imagem da mulher na indústria*. In:

THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: história oral*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.

Jornais Consultados

Diário da Tarde
 Estado de Minas
 Folha de São Paulo
 Última Hora

Revistas Consultadas

O Cruzeiro
 Veja

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

A agenda política da Comissão de Anistia: sentidos e recepções das políticas de reparação nos depoimentos do Projeto Marcas da Memória

Glenda Gathe Alves
Mestranda - UFRJ
glenda.gathe@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação tem como objetivo principal analisar o processo de Justiça de Transição do Brasil, focalizando prioritariamente a questão da reparação, tendo como foco de análise as novas políticas reparatórias promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça desde 2007 e a recepção dos ex-perseguidos políticos às mesmas, com base nas entrevistas do acervo *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Reflete, portanto, sobre os dilemas que envolvem o processo de afirmação da Comissão como um órgão de promoção da Justiça de Transição no Brasil e constata na recepção dessas políticas um embate entre diferentes concepções de Justiça Transicional.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça de Transição; Comissão de Anistia; Políticas de Reparação.

Essa reflexão faz parte da minha pesquisa de mestrado que ainda está em desenvolvimento. Ela aborda o processo de Justiça de Transição do Brasil, focalizando prioritariamente a questão da reparação, considerando essa como a principal dimensão trabalhada nas políticas em relação ao passado adotadas pelo governo brasileiro. A questão central desse trabalho é, portanto, como as novas políticas de reparação promovidas a partir de 2007 pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça são percebidas pelos anistiados e qual é o seu papel e os dilemas que as envolvem no processo de legitimação da Comissão como um órgão de promoção da Justiça de Transição no Brasil.

A Justiça de Transição é um conjunto de medidas estatais de caráter jurídico e político que visa reestabelecer a confiança da sociedade através da implantação de mecanismos que assegurem a não repetição dos crimes cometidos. Ela se orienta por quatro dimensões fundamentais: busca pela verdade, aplicação da justiça, concessão de reparações e reformas institucionais e legais (CUYA, 2011).

Portanto, após a emergência e derrocada dos regimes autoritários que assolaram o mundo durante o século XX os Estados passam a enfrentar grandes questões como a reinserção dos perseguidos políticos na sociedade, como julgar e punir os crimes cometidos por agentes do Estado, a restituição da integridade das vítimas, a reparação pelos danos sofridos, incluindo aí o caso especialmente delicado dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

As demandas sociais de cada país configuraram diferentes modelos de Justiça de Transição (ARAUJO, 2011) e, no caso brasileiro, a anistia tem um papel crucial nesse processo porque foi no seio dos Movimentos pela Anistia dos anos 1970 que nasceram as primeiras demandas por redemocratização e justiça. Especialmente nos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), onde ela se tornou bandeira de combate à ditadura.

Contudo, a anistia passou a ser associada a diferentes significados que foram se moldando segundo os dilemas que a aplicação da Justiça Transicional foi enfrentando no país. Portanto os vários sentidos dados à anistia expressam diferentes etapas e demandas do processo de redemocratização brasileira (MEZAROBBA, 2003), o que permite concluir que uma mudança de direcionamento político da Comissão de Anistia a partir de 2007, pode expressar, também, o desenvolvimento de uma nova etapa, ou o estabelecimento de novas dinâmicas, no processo de aplicação da Justiça de Transição brasileiro.

A primeira mudança na concepção de anistia ocorreu já em 1979, quando a anistia pleiteada pelo povo chegou ao âmbito do Congresso Nacional e passou por uma série de alterações a fim de acolher exigências dos grupos dirigentes o que resultou na aprovação da Lei 6683 que concedia a anistia aos “crimes políticos e conexos”. Apesar de suas limitações e da distância em relação à proposta dos CBAs, o contexto nacional era de conciliação, portanto o retorno dos exilados e o avanço em relação à redemocratização foram compreendidos como vitórias demasiadamente significativas para serem postas em risco por uma rejeição severa à Lei (MEZAROBBA, 2003).

Dessa forma, a anistia foi compreendida pelo Congresso como uma estratégia de conciliação entre a sociedade civil e o Estado. Desde então, as principais reformas transicionais se direcionaram para a ampliação da Lei. A primeira Comissão de Anistia foi criada em 1980 que se dedicava essencialmente à organização do retorno à ativa dos servidores civis e militares demitidos por perseguição política durante a ditadura.

A reparação tem sido, portanto, a dimensão da Justiça de Transição que mais progrediu no Brasil, se tornando o eixo central do processo de redemocratização. Em 1995 o Estado reconhece sua responsabilidade pelos crimes cometidos e cria a Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos iniciando a prática de indenizar as vítimas da ditadura. Também pautada nessa lógica de ressarcimento financeiro, é criada a segunda Comissão

de Anistia, hoje integrada ao Ministério da Justiça, com o objetivo de reparar economicamente as vítimas de perseguição política pelas suas perdas em virtude da violência sofrida.

Apesar de essa Comissão existir desde 2002, esse trabalho se dedica essencialmente a análise da sua atuação política a partir de 2007 porque parte-se da afirmativa de que neste período iniciou-se uma gestão que promoveu uma nova agenda política que passou a trabalhar com um novo conceito de anistia, agora compreendida como um pedido de perdão do Estado às vítimas da ditadura. As novas medidas também propõem uma dimensão educativa ao órgão – com a intenção de difundir princípios democráticos e de respeito aos Direitos Humanos na sociedade – e amplia a concepção de reparação a um nível simbólico (ABRÃO; TORELLY, 2010).

Eu cheguei a esse tema a partir da minha experiência no *Projeto Marcas da Memória: uma história Oral da Anistia no Brasil*. Que consistiu numa parceria entre a Comissão de Anistia e as Universidades Federais do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul em 2011. O Projeto foi direcionado para a construção de um acervo de depoimentos de pessoas que sofreram perseguição política durante a ditadura militar, visando resgatar a trajetória desses personagens e, assim, não só aumentar a documentação referente ao período de exceção, mas também preservar a memória desses personagens¹.

Na equipe do Rio de Janeiro optamos por fazer a entrevista objetivando o desenho de uma trajetória de vida do entrevistado e, entre as perguntas finais, questionamos a respeito da experiência desses com os pedidos de reparação e a sua opinião a respeito da atuação da Comissão de Anistia. Em contato com essas entrevistas, percebi que grande parte dos entrevistados registrava uma mudança nas políticas da Comissão de Anistia desde 2007, acentuando a inserção de um forte teor simbólico nas medidas de reparação.

A partir daí comecei a fazer um levantamento a respeito da atuação da Comissão e identifiquei nos relatórios anuais da Comissão e nos livros produzidos por ela, a mudança de um direcionamento político do órgão iniciado com a entrada de Paulo Abrão como presidente da Comissão, em 2007. Além de uma reorganização estrutural na Comissão, houve a inserção de alguns elementos no processo de reparação das vítimas, como a introdução do pedido de desculpas oficial do Estado e a promoção das chamadas Caravanas de Anistia, que é o nome

¹ Para saber mais do projeto, conferir ARAUJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antonio e RODEGHERO, Carla (Orgs.) *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

dado aos eventos que realizam as avaliações dos pedidos de reparação em diversos estados e ambientes distintos.

Percebe-se no discurso dos entrevistados e dos integrantes da Comissão a indicação de que desde 2007 teria havido um investimento para que os trabalhos da Comissão fossem redirecionados, a fim de exceder a função de aplicar indenizações e inserir uma dimensão simbólica à reparação. Segundo Paulo Abrão:

O papel de uma comissão de reparação tem que ser aquele de servir aos objetivos da não repetição. E mera reparação econômica individual aos perseguidos políticos não é instrumento de fortaleza suficiente para garantir a não repetição.²

Segundo esse discurso, a nova agenda política lançada pela Comissão de Anistia em 2007 se pautaria num compromisso com os Direitos Humanos e na promoção da Justiça de Transição. As novas políticas implementadas são fundamentadas no argumento de que para se consolidar um Estado democrático e de Direito seria necessário promover uma “nova cultura política” através do resgate à memória de violação dos Direitos Humanos. Essa rememoração faria com que os crimes cometidos se tornassem do conhecimento da população e impulsionaria sentimentos de rejeição ao autoritarismo ao construir uma narrativa nacional que agregasse valores sociais e humanitários e, assim, introduzisse noções democráticas no cotidiano da sociedade (TORELLY, 2010).

Segundo essa tese, ao não se comprometer com o esclarecimento e punição dos crimes da ditadura, o Estado brasileiro teria naturalizado práticas de violência e, assim, teria rompido o pacto entre a sociedade e o Estado que, na posição de violador de direitos, não é visto mais como digno de confiança por parte da população, o mesmo ocorreria com as suas instituições. A Comissão, envolvida por essa concepção, lançou um novo discurso e novas estratégias políticas: promoveu a ressignificação do conceito de anistia para a ideia de rememoração e abriu espaço para as concepções de reparação material e moral, afirmando os discursos de responsabilização do Estado e reconhecimento do direito de resistir (ABRÃO; TORELLY, 2010).

Assim, surgiram novas políticas públicas compromissadas com a reparação moral das vítimas, como é o caso da criação de Espaços de Memória e a promoção das Caravanas da

²ABRÃO, Paulo apud ROSITO, João Baptista. **O Estado pede perdão: a reparação por perseguição política e os sentidos da anistia no Brasil. 2010.** 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. [Entrevista concedida a João Baptista Rosito]

Anistia. Essas medidas simbólicas foram bastante citadas nas entrevistas realizadas pelo projeto Marcas da Memória que evidenciam o estabelecimento de novas relações entre Estado e ex-perseguidos políticos.

A expansão dos julgamentos para além dos palácios de Brasília, as Caravanas de Anistia, tem duas características fundamentais, que são a sua itinerância e a mobilização de outros setores da sociedade que as envolve - já que para realizar muitas das sessões temáticas é necessário um diálogo com os grupos homenageados para, por exemplo, a cessão do espaço onde o evento vai ocorrer e a divulgação na localidade - como foi o caso da 15ª Caravana da Anistia que foi realizada num Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (ROSITO, 2010).

Essa proximidade com a população e com grupos sociais organizados, junto com a cobertura da mídia, fez com que os trabalhos da Comissão e a discussão sobre Justiça de Transição e o legado da ditadura para o país ganhem mais visibilidade o que, por sua vez, possibilita o estabelecimento de relações mais harmoniosas com os requerentes e com os grupos que se quer parceria já que divulga a imagem do Estado como um agente compromissado com ações de reparação e disposto ao diálogo. Os dados nos relatórios anuais da Comissão permitem identificar um crescimento acentuado do número de parcerias desde a criação das Caravanas, sendo que de 2008 a 2010 o quadro de 56 parcerias se ampliou para um total de 170 entidades parceiras³.

Num processo de inserção de dimensões simbólicas à reparação, além do julgamento, foram inseridos, com as Caravanas, outros ritos, alguns deles característicos de cerimônias públicas - como a execução do Hino Nacional e a Manifestação das autoridades e representantes das instituições parceiras que compõe a Mesa de Abertura - e outros de natureza diversa - como a exibição de um vídeo institucional da Comissão de Anistia; a construção da *Bandeira das Liberdades Democráticas*, o ato de doação de Documentos para o Memorial da Anistia Política e os Atos de Homenagem, como a exibição da Sessão de Memória.

Os estudos das Ciências Humanas têm revelado cada vez mais que a dimensão simbólica e a construção do imaginário social têm grande efeito sobre as dinâmicas sociais e as relações políticas (BACKSO, 1985). O antropólogo David Kertzer, ainda acrescenta - ao analisar

³ Ações Educativas da Comissão de Anistia. **Relatório de Gestão 2007-2010**. Brasília, 2010.

os rituais políticos dos quais o Partido Comunista Italiano recorreu em 1989 para reformular a sua identidade, após concluir que a identidade comunista era muito estigmatizada - que os rituais não são importantes apenas para a reafirmação do *status quo*, mas também para os movimentos de renovação política:

As análises anteriores do papel político do ritual focalizaram, principalmente, seu uso para reforçar o *status quo*. Nesta perspectiva, o ritual sustenta os donos e os sistemas de poder existentes, ao cercá-los com a aura da legitimidade. A importância política do ritual, porém, vai bem, além disto, uma vez que o uso bem sucedido dos rituais é crucial para os movimentos de mudança política. Quatro características do ritual são de especial relevância para o entendimento de seu valor político: o poder de representar grupos políticos; de fornecer legitimidade; de construir solidariedade; e de modelar as percepções da realidade política das pessoas (KERTZER, 2001).

Seguindo essa assertiva, pode-se dizer que a inserção dessa dimensão simbólica nos julgamentos dos requerimentos de anistia reforçou a imagem da Comissão como um órgão comprometido com a aplicação da Justiça de Transição no país, o que me estimulou a analisar nas entrevistas do Projeto Marcas da Memória os impactos que as novas políticas implementadas pela Comissão têm causado nos entrevistados e se, de fato, vem alcançando algum grau de legitimidade.

Essa análise tornou perceptível que as opiniões a respeito das políticas de reparação estão muito vinculadas ao processo de construção de identidades dos requerentes e que envolve mais do que o Estado reconhecendo esses personagens como vítimas, mas também a opção de representação que os ex-perseguidos políticos escolhem para si mesmos e para a sua trajetória de vida.

Por isso, optei por analisar não a maneira como o Estado compreende esses personagens, mas a maneira como estes compreendem as políticas do Estado, porque isso se articula à maneira como eles se identificam. Por exemplo, Vladimir Palmeira e Ferreira Gullar foram dois dos entrevistados que não recorreram ao pedido de reparação por não acharem ético serem indenizados pela sua militância. Seus argumentos se pautaram na afirmativa de que resistir à ditadura foi uma opção política deles e que não haveria sentido receber dinheiro do Estado por algo que eles tiveram a escolha por fazer parte ou não.

Apesar de ambos condenarem os crimes cometidos pela ditadura, percebe-se em suas entrevistas uma rejeição a serem reconhecidos como vítimas, como se essa identidade não

reconhecesse o seu papel como agente capaz de fazer escolhas e de se responsabilizar por elas. Vladimir Palmeira, de posição menos crítica às indenizações do que Gullar, acrescenta alguns aspectos ao discurso:

O que eu fiz não tem preço. Se eu recebesse uma grana agora, era como se eu tivesse sendo remunerado por uma coisa que eu fiz voluntário e conscientemente. Eu quando entrei naquilo, eu sabia que podia me queimar e me queimei muito pouco. Primeiro, os amigos que morreram, os companheiros que morreram, depois os que foram torturados. A minha punição, dez anos de exílio, é relativamente branda comparada com eles. Mas, acho que não vale a pena, não quero que aquele momento da minha vida seja traduzido em dinheiro.⁴

A historiadora Danyelle Nilin Gonçalves compreende que para aceitar participar de atos de reparação não basta que os indivíduos tenham *sido* prejudicados, mas, mais do que isso, que se *sintam* prejudicados e que identifiquem a perseguição política e a violência do Estado como elementos que tenham alterado drasticamente as suas vidas (GONÇALVES, 2009).

Portanto, admitindo que pedir reparação seria reconhecer um papel de vítima, a opção por requerê-la envolve um embate em torno do próprio significado das lutas políticas travadas durante o período ditatorial. A recusa ao recebimento de reparação se associa, portanto, em alguns casos, tanto à negação de um *status* que é compreendido como renúncia da sua intervenção como agente político, como ao fato de não se reconhecerem como vítimas ‘verdadeiras’, já que acreditam ter sofrido uma violência menos agressiva do que a de outros companheiros.

Um ponto comum em várias entrevistas é a associação que se faz entre reparação e indenização, ignorando-se em muitos casos a dimensão simbólica das concessões de anistia. Apesar dos esforços da Comissão em promover e divulgar medidas simbólicas de reparação é nítido que ainda persevera uma imagem da anistia associada primordialmente à compensação financeira, sendo que em muitos casos quando perguntávamos aos entrevistados sobre o que eles achavam da distribuição de reparações surgiam opiniões apenas a respeito da distribuição das indenizações, como se fossem sinônimos. Os grupos que se mostraram mais dispostos e seguros para falar da dimensão simbólica dessas políticas foram os que têm uma atuação mais presente nas políticas de promoção da Justiça de Transição no país, ou os que se sentiram particularmente impactados por elas.

⁴ PALMEIRA, Vladimir. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2011.

Contudo a resistência em relação a entrar com o pedido de reparação foi encontrada até mesmo nos depoimentos mais emotivos e elogiosos à cerimônia. Foram os casos de Dulce Pandolfi e de Ivan Seixas que, além de afirmarem que inicialmente entraram com o pedido de reparação em função de pressão dos amigos que argumentavam da importância de registrar na história a trajetória de vida deles e de produzir documentação a respeito dos crimes praticados pelo Estado, descrevem que quando foram para o julgamento apresentaram, num primeiro momento, uma postura de desconfiança e de ressentimento em relação ao Estado, como relata Ivan Seixas:

Olha, eu resisti muito. Resistiu muito, muito, muito! Porque minha visão era: “Não fiz pensando nisso, eu era contra aquele Estado e tal.” [...] Não conhecia o pessoal, não conhecia o ritual daquela coisa toda [da Caravana de Anistia], eu fui até meio agressivo, na hora de falar, eu falei: “Olha, eu não dou direito a vocês de me julgarem, não dou direito a ninguém de me julgar, nem aos militares eu dei esse direito”. Quando, perante o juiz que teria a obrigação de julgar meu caso, eu falei: “Você não vai me julgar porque não te dou esse direito”, falei isso pro juiz, porque “eu fiz o que tenho que fazer em nome do Brasil!”. [...] E aí contei a minha história. E qual foi a minha surpresa – porque eu ouvia falar da Comissão de Anistia, mas era uma coisa distante pra mim – eu vejo pessoas com uma puta de uma sensibilidade, Paulo Abrão é uma figura maravilhosa, o Egmar, que é o relator do meu processo, me pede desculpas dizendo que não dá pra fazer nada mais porque que a lei não permite.⁵

Essa resistência presente nos relatos desses entrevistados revela como, de fato, havia uma relação conflituosa entre essas figuras e o Estado e como nesses casos a ausência de reparação acentuava esse conflito.

Os julgamentos dos requerimentos de Ivan Seixas e de Dulce Pandolfi ocorreram na mesma cerimônia, no dia 25 de Junho de 2008, em Brasília, numa Caravana de Anistia temática, em homenagem ao Dia do Combate à Tortura. Ambos foram selecionados em virtude de sua experiência particular de tortura, no caso de Dulce Pandolfi por ter sido usada como cobaia para aulas de tortura e no caso de Ivan Seixas por ter sido intensamente torturado junto com seu pai que foi assassinado no processo.

Anistiados em uma das primeiras Caravanas realizadas, período no qual a Comissão de Anistia, apesar de já ter suas atividades comentadas pontualmente, ainda não tinha os seus trabalhos amplamente conhecidos. Portanto, como um órgão do Estado, as expectativas que se

⁵ SEIXAS, Ivan. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). São Paulo: 27 de janeiro de 2012.

tinha em torno dela foram envolvidas pela mesma desconfiança que os entrevistados tinham, na época, em relação ao governo. Contudo, no decorrer da cerimônia os entrevistados, surpresos com as medidas de reparação simbólica, vão descrevendo um momento de emoção, em que sentem os efeitos de uma reparação e no qual o Estado, representado pela Comissão de Anistia, passa a ter, também, a sua imagem restaurada. As palavras de Dulce Pandolfi deixam transparecer o momento de emoção:

Eu me lembro de uma cena que me deixou muito emocionada, quando chegou um garçom muito chique com uma bandeja de prata e um copo com uns lençinhos para eu enxugar minhas lágrimas e me ofereceu aquilo, e eu disse “mas não tem tempo”, como se fosse um “não posso falar mais, eu tenho que ir embora”, e ele disse “a gente te aguarda”, e era então que eu chorava. Aquele garçom de luvas naquele lugar muito chique, então, eu pensei: “Gente, mas o que é isso? O Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda!”. Aos trancos e barrancos, eu consegui retomar a leitura e eu parava, chorava, o pessoal aplaudia. [...] No final, o Paulo Abraão, de pé leu a sentença [...] foi quando ele disse que o Estado brasileiro me pedia perdão e foi quando eu desabei, me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita. Mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. Acho mesmo que todo mundo deveria entrar, foi um momento muito lindo da minha trajetória.

Percebe-se que as medidas simbólicas inseridas na cerimônia tiveram um efeito significativo na experiência de alguns dos anistiados e, se a imagem do Estado não sai restaurada desse processo, a imagem da Comissão de Anistia, por outro lado, se fortalece intensamente, ao ponto de uma relação que começou com desconfiança se transformar numa relação de colaboração, como foi o caso de Ivan Seixas que afirma que, a partir de então, dedicado na reconstrução da democracia plena, atua como colaborador do órgão na elaboração de palestras e na busca por documentos.

O efeito dessas medidas não impactou apenas as pessoas que foram contempladas por elas, no depoimento de Ana Burszty, anistiada em 2006, período em que ainda não havia as Caravanas de Anistia e o pedido de perdão do Estado, fica visível a insatisfação por não ter recebido uma reparação simbólica:

Com o tempo, especialmente depois do Paulo Abrão, ela [a anistia] foi adquirindo algumas outras características e eu acho que do ponto de vista dos lutadores, dos militantes, foi bem melhor. Por exemplo, ‘O Estado levanta solenemente e pede desculpas pela senhora e pela sua família pelo que aconteceu’. Em nome do Estado! É isso que eu quero dizer. Eu não fui torturada porque eu estava na esquina e não sei o quê. Eu fui torturada em nome do Estado, eu e mais milhares de pessoas e depois faz as caravanas que

foi muito interessante, [...] Não era assim antes [...] Não tinha um ato simbólico! Primeiro que [no julgamento do seu requerimento por reparação] ninguém pediu nada, ninguém pediu desculpa nenhuma, segundo que não tem a mesma potência, não tem a mesma potência simbólica de jeito nenhum. E [com as Caravanas] você fica conhecendo mais da situação.⁶

É visível na fala de Ana Bursztyn que o peso das medidas simbólicas é visto como significativo para o reconhecimento do caráter político da perseguição que sofreu e como a ausência de um pedido de desculpas impacta o reconhecimento de sua reparação - “sou Anistiada desde 2006, este Estado não me pediu perdão nem desculpas por nada, porque na época em que eu fui anistiada não tinha essa solenidade, isso só veio depois do Paulo Abrão”⁷ - e como essas novas políticas representam a possibilidade de estabelecimento de alianças entre ex-perseguidos políticos e alguns grupos do Estado:

[...] na minha concepção os governos que temos hoje são muito heterogêneos, são feitos de alianças e nessas alianças tem, por exemplo, um Paulo Abrão, tem várias cabeças e várias forças e eu acho que dentro dessas forças nós podemos nos aliar.⁸

Contudo, se em algumas entrevistas foi possível identificar que as medidas simbólicas da Comissão contribuíram para a legitimação política do órgão, em relação aos requerentes, em outras entrevistas essas mesmas medidas foram alvo de críticas. Heloísa Greco, do *Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania*, por exemplo, afirma que se trata de uma política de Estado que cria uma imagem positiva do governo, mas que não traria progressos expressivos na Justiça de Transição porque vacilaria em relação a medidas que levassem à abertura de arquivos e à punição:

A nossa relação com a institucionalidade, tanto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos quanto com o Ministério da Justiça, no caso o canal seria a Comissão Especial de Anistia, é problemática. Eu tenho muitas críticas pelo seguinte: a gente acha que essa questão constitui objeto de política de Estado, não é política de governo, é de Estado [...] acaba ficando o seguinte: eles aparecem bacaninhas no “filme”. Inclusive, incorporando um discurso que é nosso! [...] E ao mesmo tempo, na hora que a gente precisa de uma definição, que é como garantir o relatório que foi aprovado na 11ª Conferência dos Direitos

⁶ BURSZTYN, Ana. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro: 07 de Julho de 2011.

⁷ Ibidem

⁸ Ibidem

Humanos, o pessoal vacila, sai pra trás, entra um acordo, fecha com os generais e exclui a gente. Eu não confio!⁹

A fala de Heloísa Greco representa as críticas de alguns grupos, entre eles o *Grupo Tortura Nunca Mais*, à centralidade das políticas de reparação no processo de promoção da Justiça de Transição brasileira. Segundo essa análise o pouco progresso na dimensão da justiça e da verdade, devido à ausência de julgamentos contra torturadores e da morosidade na abertura dos arquivos da ditadura, fariam com que não ocorresse, de fato, a aplicação da Justiça Transicional no país. As iniciativas da Comissão de Anistia, nessa ótica, são vistas como medidas simbólicas que construiriam uma imagem de um Estado mobilizado em torno da justiça, mas que seria, na prática, um Estado que recuaria nas questões mais decisivas para a implantação da Justiça de Transição brasileira. Essas políticas construiriam uma máscara que encobriria as limitações impostas por uma estrutura institucional inalterada desde a implantação da ditadura e não extinguiria a influência militar nas decisões políticas. Segundo Greco:

Aqui no Brasil começou a se confundir anistia com reparação. Então é um vício de origem horróroso. A centralidade é toda em cima da questão da indenização pecuniária. E aí fica complicado porque despolitiza total, acaba virando uma demanda pessoal e privada, a sociedade acaba não se apropriando da coisa como deveria e fica nesse nível. [...] a questão que essa coisa não é só reparação, é muito mais que isso. É criar uma cultura de Justiça de Transição que aqui no Brasil não houve. Aqui não houve o que os juristas chamam, por exemplo, de “lustração das instituições”. O Judiciário continua do mesmo jeito. O aparato repressivo continua do mesmo jeito. [...] Essa coisa do “Memórias Reveladas”, muito legal. São iniciativas importantes, digamos assim, iniciativas que a gente não pode jogar fora tudo de uma vez, não pode sair detonando. Acho que não. Mas por outro lado, qual é a questão principal disso tudo? A questão principal é a abertura dos arquivos. [...] Chegou um momento que não dá para a gente aceitar aparência de abertura de arquivo, aparência das coisas. Nós temos que, ou a gente vai ao fundo da questão ou a gente não vai mais.¹⁰

Percebe-se nessas críticas a existência de embate entre compreensões distintas de Justiça de Transição: uma compartilhada pelos membros da Comissão de Anistia, que estaria centrada na reparação e na lógica da reconciliação, e outra com um teor mais combativo, exigindo a punição dos torturadores e a abertura imediata dos arquivos da repressão. Essa última não reconheceria a primeira como uma Justiça de Transição plena e invalidaria a ideia de reconciliação nacional como um objetivo adequado para a aplicação de justiça.

⁹ GRECO, Heloísa. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Belo Horizonte: 25 de Novembro de 2011.

¹⁰ *Ibidem*.

Nessa leitura, qualquer tentativa de acordo com grupos que contribuíram para a repressão é rejeitada, mesmo que seja pautada no argumento de que seriam as medidas cabíveis para evitar confrontar os grupos conservadores e, assim, alcançar um estado de paz nacional. Outro exemplo disso é a fala de Victória Grabóis, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, “Nós estamos cansados desse discurso do PT, eu não aguento mais esse ‘é o possível’, eu não quero o possível!”¹¹, referindo-se às estratégias que vem sendo criadas para se contornar os limites à dimensão da justiça e da verdade, como seria o próprio projeto *Marcas da Memória* que recorreria à História Oral como alternativa para o recolhimento de documentações sobre a repressão em virtude da, até então, inacessibilidade da documentação dos principais órgãos da repressão.

Essa disputa entre dois modelos distintos de Justiça de Transição não faz, contudo, que esses grupos se neguem a contribuir com as medidas de reparação promovidas pela Comissão, o Grupo Tortura Nunca Mais, por exemplo, é uma das instituições parceiras da Comissão de Anistia. As maiores divergências se acentuam em relação à centralidade da reparação no modelo de Justiça de Transição brasileiro, que é, contudo, associada por esses grupos à indenização.

Tendo constatando a importância dos ritos na construção de representações comuns da realidade histórica e na organização de valores sociais, pode-se perceber como a Comissão se tornou um vetor de promoção de uma determinada cultura política consonante com a concepção de Justiça de Transição atualmente predominante no Direito Internacional. Dessa forma, apesar de sofrer críticas, a Comissão, através de suas políticas de reparação, se tornou um órgão do Estado reconhecido e autorizado a falar pelos ex-perseguidos políticos que, apesar de em alguns casos compartilharem concepções distintas de justiça, se reconhecem na causa levantada pela Comissão.

Referências Bibliográficas:

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. A justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: ABRÃO, Paulo; SANTOS, Boaventura; MACDOWELL, Cecília; TORELLY, Marcelo (Org.). *Repressão e Memória Política no contexto Ibero-brasileiro: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p. 26-59.

¹¹ GRABÓIS, Victória. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro: 18 de Novembro de 2011.

ARAUJO, Maria Paula. Anistia, memória e reparação: processos de democratização e justiça de transição no mundo contemporâneo. In: Simpósio Nacional de História (ANPUH), XXVI, 2011, São Paulo, *Anais Eletrônicos*, São Paulo, 2011 (paginação irregular).

ARAUJO, Maria Paula; MONTENEGRO, Antonio e RODEGHERO, Carla (Orgs.) *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BACKSO, Bronislaw. **Imaginação Social**. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

CUYA, Esteban. Justiça de Transição. *Acervo. Revista do Arquivo nacional*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 37-78, jan/jun 2011.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GONÇALVES, Danyelle Nelin. *O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: 2003. 559 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

KERTZER, David. Rituais Políticos e a Transformação do Partido Comunista Italiano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 15-36, julho de 2001.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: USP, 2003. 206 p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSITO, João Baptista. *O Estado pede perdão: a reparação por perseguição política e os sentidos da anistia no Brasil*. Porto Alegre: 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. 140 p.

TORELLY, Marcelo. Justiça Transicional, Memória Social e Senso Comum Democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro. In: ABRÃO, Paulo; SANTOS, Boaventura; MACDOWELL, Cecília; TORELLY, Marcelo (Org.). *Repressão e Memória Política no contexto Ibero-brasileiro: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p. 104-121.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Radioamadorismo e imaginário político nacionalista no Projeto Rondon (1973-1978)

Gabriel Amato Bruno de Lima
Mestrando -- UFMG
amatolgabriel@gmail.com

RESUMO: O presente texto tem como objetivo analisar as relações entre o imaginário político nacionalista produzido e veiculado no programa de extensão universitária Projeto Rondon durante a ditadura militar e as práticas do radioamadorismo brasileiro na década de 1970. Elege-se como eixo de reflexão o Grêmio de Radioamadores do Projeto Rondon (GRAMRONDON), sociedade civil fundada em 1973 e extinta em 1978. O texto estrutura-se em torno de três eixos de análise: o rádio como vetor político-cultural na imaginação da nação brasileira; as afinidades das apropriações da figura do Marechal Rondon pelos radioamadores e pelo projeto de extensão universitária; e, finalmente, as representações de Brasil e dos brasileiros presentes nos discursos acerca da atuação dos radioamadores nas operações do Projeto Rondon.

PALAVRAS-CHAVE: radioamadorismo; nacionalismo; Projeto Rondon.

Não há muita novidade em se falar de rádio e nacionalismo na história do Brasil. Já nas décadas de 1930 e 40, a ditadura do Estado Novo se utilizou deste meio de comunicação. Seu objetivo, à época, era “integrar” a população do país ao universo da nacionalidade, nos termos dos defensores de uma perspectiva político-cultural para o rádio (CAPELATO: 2009, 88-90). Além disso, algo também já foi dito pela historiografia acerca de certos momentos em que o rádio desempenhou papel relevante na história política brasileira. Basta que nos lembremos das discussões em torno da “Rede da Legalidade”, campanha organizada pelo trabalhista Leonel Brizola entre agosto e setembro de 1961 com o objetivo de garantir a posse do presidente João Goulart. Muito pouco, todavia, podemos encontrar sobre aqueles brasileiros que passam seu tempo trancados em suas oficinas caseiras, “aficionados” por essa “magia moderna” da comunicação à distância: os radioamadores (SARLO: 1997, 278-9).

O radioamadorismo é uma atividade diletante, envolta em um imaginário da solidariedade e numa dimensão do prazer pelo saber técnico que diferencia o radioamador dos simples ouvintes do rádio. Muito comum entre as décadas de 1930 e 70, suas atividades mais conhecidas eram as transmissões de radiotelegrafia e radiotelefonia, que auxiliavam em casos de naufrágios, doenças, enchentes e outras situações de emergência. No Brasil, os radioamadores estiveram também envolvidos em movimentações políticas como na assistência aos golpistas de 1964 na

cidade de São Paulo (JORNAL DO BRASIL: 19/06/71, 12). Os radioamadores, desde os primeiros experimentos técnicos entre os anos de 1920 e 30, participavam (e participam, ainda hoje) de uma rede de sociabilidades, na qual são compartilhados *know-how*, trânsito em eventos e concursos de transmissão amadora, dificuldades comuns, códigos próprios à sua prática e um repertório de leituras de manuais, catálogos de venda e revistas especializadas (SARLO: 1997, 274-5).

Talvez a maior expressão dessa rede de sociabilidades entre os brasileiros seja a revista *Antenna Eletrônica Popular*, fundada em 1926 e publicada ainda hoje. Nas suas páginas, além de reportagens acerca de diferentes modelos de rádio e equipamentos como bobinas, válvulas ou gabinetes, havia, na década de 1970, espaço para anúncios publicitários especializados, colunas de discussões técnicas e mural dos clubes de radioamadores. Também durante os anos setenta, os radioamadores no Brasil necessitavam, para exercerem suas atividades, de uma certificação do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), órgão ligado ao recém-criado Ministério das Comunicações. Por meio da realização de uma prova de comprovação de saberes gerais, telegráficos e eletrônicos, o Dentel concedia aos interessados um certificado de radioamador e uma frequência para a prática do radioamadorismo, em consonância com os parâmetros dos tratados internacionais vigentes (JORNAL DO BRASIL: 08/04/74, Caderno B, 8).

A disseminação do transistor, na década de 1960, e a criação dos aparelhos de rádio portáteis foram responsáveis pelo aumento das possibilidades da prática radioamadora, assim como pelo maior alcance da transmissão comercial e governamental através do rádio (HAUSSEN: 2004, 53). Além disso, o projeto de “modernização conservadora” da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964 não deixava imune a área das telecomunicações. Em consonância com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento gestada nos bancos da Escola Superior de Guerra, o setor de telecomunicações no Brasil dos anos sessenta e setenta foi ampliado. Em 1967, com a reforma administrativa, o Ministério das Comunicações foi criado e este órgão passou a ser o responsável pela gestão – na maior parte dos casos, ideológica – da liberação das concessões para emissoras de rádio e TV no país (ABREU: 2002, 153-4). Igualmente, o contexto internacional de desenvolvimento de novas tecnologias durante a Guerra Fria e a entrada, no Brasil, de produtos ligados à área de telecomunicações – seja através da iniciativa estatal, seja por meio de empresas privadas – concorreu em favor do “surto” das comunicações durante a ditadura militar brasileira.

A área do radioamadorismo também foi objeto das políticas da ditadura para a área de comunicações. Em 1970, o Brasil, por meio do Ministério das Comunicações e da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (Labre), organizou a primeira Copa do Mundo de Radioamadorismo. Segundo a imprensa da época, mais de quinhentos mil radioamadores, dentre eles o próprio ministro das Comunicações Higinio Consetti, participaram das disputas entre os dias 16 e 17 de maio daquele ano (JORNAL DO BRASIL: 26/02/70, 10). O radioamadorismo também fazia parte da agenda da política externa brasileira desses anos, ainda que de forma secundária e até mesmo simbólica. Em 1974, um dos temas tratados pelo Chanceler do governo Geisel, Azeredo da Silveira, durante a reunião para a assinatura do convênio e dos protocolos da usina de Itaipu foi um acordo acerca das atividades de radioamadorismo entre o Brasil e o Paraguai (JORNAL DO BRASIL: 11/09/74, 10).

Sincrônica a essa conjuntura de expansão das telecomunicações de uma maneira geral e do radioamadorismo de maneira particular, havia também, no Brasil governado pelos militares, preocupações com a integração nacional e com o combate às atividades de oposição ao regime ditatorial entre os estudantes universitários. Uma das principais políticas da ditadura com relação a essas questões foi a criação e institucionalização, entre 1967 e 68 e sob a responsabilidade do Ministério do Interior, do programa de extensão universitária Projeto Rondon (Cf. ROSENBAUM: 1971 e SILVEIRA: 1987).

As políticas educacionais do regime, além disso, eram convergentes com a criação do Projeto Rondon na medida em que intentavam empreender uma modernização conservadora no ensino superior. Essas políticas eram modernizantes porque buscavam flexibilizar a estrutura das universidades e atender a demanda crescente das classes médias por mais vagas no ensino superior, mas eram também conservadoras porque perseguiram, vigiando e aposentando, os professores universitários, e objetivavam enquadrar os movimentos estudantis para minar seu potencial contestatório (CUNHA: 2007, 68-19 e 287-8). O Projeto Rondon, nesse sentido, possuía tanto uma faceta ligada à política social de diminuição das desigualdades regionais no Brasil como um aspecto educacional ligado à instrução para o trabalho e à “despolitização do ensino” (MATHIAS: 2004, 167-171).

Envolvendo milhares de brasileiros especialmente entre os meses de janeiro, fevereiro e julho, as operações do Projeto Rondon mobilizavam os estudantes do país para a atuação em atividades assistencialistas no interior do Brasil com o auxílio de militares e professores

universitários. Desde as primeiras operações, a participação dos radioamadores no auxílio às comunicações entre os organizadores dos programas de ação do Projeto Rondon ocorreu. Também em situações de emergência – como nos casos de enchentes ou de acidentes envolvendo rondonistas – os radioamadores, ainda de forma assistemática, atuavam em conjunto com os organizadores civis e militares do programa de extensão universitária.

Havia, nesse período, uma convergência de identidades entre os militares, os radioamadores e o Projeto Rondon. Assim como os rondonistas, a área das comunicações no Brasil encontrava, à época, seu patrono na figura do Marechal Cândido Rondon. Em meados da década de 1970, enquanto os participantes do Projeto Rondon faziam verdadeiros panegíricos àquele que chamavam de o “bandeirante do século XX” e de “pioneiro da integração nacional” (COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON: 1974, 11), os radioamadores diplomados durante a sua Copa do mundo de 76 recebiam suas certificações conferidas pelo Dentel em cerimônia de inauguração de um quadro em homenagem ao Marechal Rondon (ANTENNA ELETRÔNICA POPULAR: vol. 38, nº 4, 1975, 96-7). Ademais, segundo anúncio publicado no *Jornal do Brasil* em 1974 sobre o XIV Concurso Verde Amarelo, promovido anualmente pela Escola de Comunicações do Exército e voltado para os radioamadores brasileiros, “o radioamadorismo é classificado na categoria de atividade esportiva e enquadrado como setor de segurança nacional. Os radioamadores, de forma geral, são considerados quadro de reserva especial das Forças Armadas” (JORNAL DO BRASIL: 23/08/74, Caderno B, 4). Havia, por fim, um entendimento de que o radioamadorismo – assim como a ação dos rondonistas – promovia a solidariedade e a união nacional.

Essa miríade de identificações entre os radioamadores e a ditadura militar representada pelo Projeto Rondon conflui para a ideia de se fundar uma organização de radioamadores rondonistas, surgida em 1972 durante a realização da Exposição do Exército (REVISTA RONDON: ano IV, nº 5, 1975, 35-6). Foi, então, criado pela coordenação geral do programa de extensão, em 1973, o Grêmio de Radioamadores do Projeto Rondon (GRAMRONDON). De acordo com seu estatuto, publicado no *Diário Oficial da União*, o GRAMRONDON possuía como suas finalidades “manter o intercâmbio de informações entre as Coordenações do Projeto Rondon durante suas Operações” e também “congregar Radioamadores interessados no estudo, pesquisa e desenvolvimento da eletrônica aplicada às telecomunicações” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: seção I, parte I, 13/08/1973, 7971).

O GRAMRONDON tinha sede na capital do país, mas seus criadores ansiavam pelo aumento do número de radioamadores rondonistas. Esta ambição pela fundação de clubes se inseria no contexto dos anos de 1960 e 70, em que eram formadas várias agremiações de radioamadores no país. Essas organizações da sociedade civil tinham seu espaço reservado na revista *Antenna Eletrônica Popular*, na coluna “Grupos e associações”. Nesse sentido, alguns meses depois da criação do grêmio em Brasília, foi estabelecida, já no ano de 1974 e em São Paulo, a primeira seção regional do GRAMRONDON (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: 13/04/1974, 40). Sua sede localizava-se na cidade universitária da Universidade de São Paulo e ele era ligado à Coordenação Regional Centro-Sul do Projeto Rondon. Iniciado por um grupo de 85 radioamadores, a seção paulista do grêmio já contava com cerca de 350 associados ao completar um ano de fundação, em fevereiro de 1975 (REVISTA RONDON: ano IV, nº 5, 1975, 32).

A criação do GRAMRONDON era justificada, nos discursos de radioamadores e gestores do Projeto Rondon, pelas demandas que a dimensão do programa coordenado pelo Ministério do Interior havia tomado nos anos setenta. Dentre as atividades do grêmio, destacava-se o auxílio sistemático às comunicações dos *campi* avançados e durante a realização das operações nacionais e regionais do Projeto Rondon. Os radioamadores rondonistas participavam, além disso, no socorro aos casos de emergência, buscas e salvamentos envolvendo os estudantes e professores universitários ou a população assistida pelo programa de extensão. Outro tipo de atividade promovida pelo Grêmio foram os cursos permanentes de formação em radioamadorismo na cidade de São Paulo. Seu público alvo eram os estudantes universitários ligados ao Projeto Rondon e as aulas incluíam assuntos como legislação e radioeletricidade, além de palestras com radioamadores experientes. O objetivo do curso era preparar os rondonistas para o exame do Dentel.

Uma das operações do Projeto Rondon na qual a atuação dos radioamadores ocorreu por meio do GRAMRONDON foi a operação nacional realizada no Piauí, em janeiro de 1975. Ao reportar a atuação dos membros do GRAMRONDON na cidade de Floriano à revista *Antenna Eletrônica Popular*, o radioamador Romeu Toddaí, que atuava na frequência PY2DJE, informou que os membros do grêmio realizaram basicamente duas atividades: comunicação entre os rondonistas por meio de antenas instaladas nos coqueiros da cidade e divulgação do radioamadorismo, inclusive com a criação de um curso sobre o assunto com o apoio do Projeto

Rondon. Informado pelo imaginário político nacionalista compartilhado pela atividade radioamadora da década de 1970 e pelo programa de extensão universitária criado pela ditadura, Romeu Toddai concluiu seu relato dizendo que “como todas as coisas terminam, aqui estamos de volta [a São Paulo], mas bastante contentes de conhecer esse imenso Brasil, divulgar o GRAMRONDON e termos sido recebidos de braços abertos pelo nosso querido povo do Nordeste, hospitaleiro e alegre” (ANTENNA ELETRÔNICA POPULAR: vol. 38, nº 4, 1975, 111). Ao relatar as atividades do grêmio, o radioamador participava da construção de representações comuns à propaganda da ditadura militar acerca de um “Brasil-nação grande”, também presente no interior e dotado de uma população potencialmente favorável para a realização do destino pretensamente inexorável de grandeza do país (FICO: 1997, 48-9).

Para além da apropriação da figura do Marechal Rondon e das representações acerca do “Brasil-grande” e do interior do país, outros elementos concorriam para a prática de um imaginário político nacionalista no GRAMRONDON. Em novembro de 1974, foi montado pelo Projeto Rondon e por seu grêmio de radioamadores um *stand* no Parque Anhembi, em São Paulo, por ocasião do XIV Salão da Criança (ANTENNA ELETRÔNICA POPULAR: vol. 37, nº 3, 1974, 57). Durante os dez dias de duração do evento, duas estações de radioamador dotadas de conexão com “diversos pontos do país” e doze manipuladores de radiotelegrafia operando em código Morse foram disponibilizados ao público infantil. Além disso, rondonistas distribuíram para as crianças cerca de 50 mil adesivos com o *slogan* do Projeto Rondon e balas doadas pela Nestlé. As descrições do *stand* do Projeto Rondon publicadas pela *Revista Rondon* no ano seguinte faziam saber que

uma rústica cabana de sapé abrigava a estação PY2-PRO, onde quatro radioamadores revezaram-se durante os dez dias da exposição, falando sem parar. A estação operou em circuito interno, com a finalidade de proporcionar ao público infantil comunicações ‘simuladas’ com universitários dos ‘Campi’ Avançados de Irecê, na Bahia, e de Jequitinhonha, em Minas Gerais, e também com moradores de regiões das quais nem tinham ouvido falar, utilizando a linguagem específica do radioamadorismo (REVISTA RONDON: ano IV, nº 5, 1975, 53).

Operava-se, então, um processo de imaginação da nação brasileira com um caráter eminentemente instrutivo e pedagógico, já que voltada para as crianças participantes do salão. O raciocínio que informava a montagem do *stand* do Projeto Rondon intencionava provocar nos brasileiros que falassem com outros brasileiros de “regiões distantes” por meio das estações de

radioamadorismo “a imagem viva da comunhão entre eles”, ainda que não se conhecessem face a face (ANDERSON: 2008, 34). Do mesmo modo, havia uma série de representações presentes no *stand* que faziam parte do imaginário político nacionalista produzido e difundido no Projeto Rondon durante a ditadura militar. A “rústica cabana de sapé” já descrita combinava-se com árvores, folhas e fotografias do interior do Brasil e de seus habitantes feitas durante as atividades dos rondonistas. Todo esse conjunto de imagens pretendia atuar no campo da subjetividade compartilhada, reforçando e reinventando um imaginário da nacionalidade que ligava a brasilidade às exuberâncias naturais, ao Brasil-grande e à imagem de uma potência tropical.

O GRAMRONDON foi extinto em 1978. Esse processo de imaginação nacionalista do Brasil no âmbito do Projeto Rondon, entretanto, ainda teria vida longa e passaria por várias modificações. O programa de extensão foi extinto somente em 1989, durante o governo José Sarney. Em 2005, porém, o governo Lula, contraditoriamente a pedido da União Nacional dos Estudantes (UNE), recriou o Projeto Rondon nas universidades brasileiras.

Fontes

a) Periódicos

Diário Oficial da União. Brasília, 1973.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 1974.

Antena Eletrônica Popular. Rio de Janeiro: 1973-1978.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 1970-78.

Revista Rondon. São Paulo: 1973-1975.

Referências Bibliográficas

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Projeto Rondon e sua dimensão atual*. Brasília: Ministério do Interior, 1974.

ABREU, Alzira Alves de. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel. In: CASTRO, Celso e D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.) *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: BARBOSA FILHO, André *et al* (orgs.) *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. São Paulo: UNESP, 2004

ROSENBAUM, J. Jon. Project Rondon, a Brazilian Experiment in Economic and Political Development. *American Journal of Economics and Sociology*, Hoboken/New Jersey/EUA, n.º. 2, vol. 30, abril/1971, p. 187-201.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

SILVEIRA, Nadia Ruiz. *Universidade brasileira: a intenção da extensão*. São Paulo: Loyola, 1987.

História e historiografia: o Regime Militar e as concepções de História Política na produção acadêmica brasileira (1964-1985)

Luana Aparecida Almeida Paiva
Licenciada – UFV
luanaapaiva@gmail.com

RESUMO: Propomos uma análise sobre concepções de história política veiculadas pelos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP –, no período 1964-1985. É nosso intuito conhecer as possíveis influências que o regime militar exerceu sobre esta produção. Analisar a produção intelectual daquele período não é tarefa fácil, sobretudo considerando-se o cerceamento das liberdades da população. Pensando desta forma é de se supor que os primeiros trabalhos após o golpe tenderiam a não se dedicarem tanto à política, pois esta era vista como relação de poder entre “dominadores e dominados”, uma história feita de “cima para baixo” etc. Entretanto, uma análise preliminar das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período contrariam esta primeira impressão e apontam para certo interesse pelas questões políticas. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise mais específica e sistemática sobre o tema da política na produção intelectual recente das universidades brasileiras. A escolha pela produção realizada na Universidade Estadual de Campinas se deve por razões práticas – a instituição facilita o acesso a toda ou quase toda a produção realizada – e também pelo fato de se tratar de uma Universidade fundada exatamente no início do período da ditadura civil-militar. Nesse sentido, a presente comunicação apresenta, em primeiro lugar, uma reflexão sobre o tema da política e, em seguida, uma análise preliminar de algumas teses e dissertações. A análise será encaminhada no sentido de propor uma reflexão sobre conceitos, métodos e fontes privilegiadas nos estudos, de forma a empreender reflexão sobre o papel da política naquele contexto e naquela produção. Interessa-nos discutir, sobretudo, acerca dos movimentos de renovação da historiografia brasileira verificados nas últimas décadas do século XX e o lugar que ocupa nessa produção um tema considerado clássico.

PALAVRAS-CHAVE: História Política tradicional, História Política Renovada, Ditadura Militar.

Introdução

O contexto vivido influencia diretamente no que se produz e Michel de Certeau (1976, p. 22) já nos alertou quanto ao papel que o “lugar social” desempenha. Segundo o autor, “é impossível, portanto, analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio;” uma obra de História “é o produto de um lugar” mesmo que haja relutância em se aceitar como tal. Ou seja, há “instâncias influenciadoras em um trabalho científico”, fatores políticos, culturais, morais, religioso, econômico, dentre outros (*Ibidem*).

Queremos mostrar com isso, que as produções científicas são o tempo todo influenciadas e

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

influenciadoras, além de se constituírem também em um esforço narrativo, discursivo e que lida com interpretações. Sendo assim, buscaremos responder até que ponto o contexto histórico brasileiro de aproximadamente três décadas (1964-1985) influenciou uma dada produção historiográfica, visto que a ditadura militar ocorrida neste período deixou suas marcas e gerou uma certa visão sobre política que não era muito bem vista. Como perceberemos ao longo do trabalho, analisar um movimento de “renovação política” internamente no Brasil não se constitui em uma tarefa simples, até mesmo pelo fato de estarmos nos remetendo a um período de cerceamento das liberdades políticas e sociais da população.

Pensando por esta ótica é possível conjecturar que os primeiros trabalhos após o golpe militar tenderiam a não se dedicarem tanto à política. Isto porque política é vista como relação de poder, em termos de uma sociedade estratificada onde uns mandam e outros obedecem, assim, retirar as análises do campo político era o caminho mais fácil para obter aceitação e prestígio.

Entretanto, a análise preliminar de algumas produções da UNICAMP juntamente com os dados que Roberto Amaral Lapa nos apresenta divergem a esta primeira impressão que tendemos a ter, bem como os trabalhos de Angela de Castro Gomes e Maria Helena Rolim Capellato, como veremos adiante. Por isto, recorremos ao ensaio da historiadora aposentada pela UNICAMP Vavy Pacheco Borges. A autora apresenta o que pode ser considerado como político ao longo da historiografia brasileira, mesmo que na época de produção não fosse assim entendido até mesmo por questões óbvias do desprezo por temas políticos. No entanto muito do que se produzia, analisando sob a luz de hoje, era política sim (BORGES, 1996, p. 151-160).

Esta compreensão se torna importante para a nossa análise, pois utilizando como fonte as teses e dissertações produzidas dentro do recorte cronológico de 1964-1985 este será também o nosso empenho. Quer dizer, de mostrar como havia temas políticos ao longo destas análises, mas que assim não eram compreendidos, sendo possível identifica-los sob a luz do presente. Enfim, como coloca Maria Helena Rolim Capellato, a história política está imposta sobre nós e assim provavelmente permanecerá, o que nos falta é enxergar com profundidade as análises inseridas em uma longa duração e ver como temas políticos se apresentam a todo momento, inclusive quando não achamos que existam (CAPELLATO, 1996, p. 165).

História Política: Ascensão, Declínio e Renovação

Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e da dominação para a dos povos e das sociedades. Quanto aos historiadores que tivessem a fraqueza de ainda se interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam o papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino (RÉMOND, 1996. p. 18 e 19).

A epígrafe colocada nos sugere de antemão algum percurso da História Política. Este campo da História teve um apogeu no século XIX, “passando por um desprestígio concomitante à afirmação da Escola dos Annales, até a recuperação delineada a partir da década de 1980” como demonstra o livro de René Rémond com o “objetivo central fazer a defesa da história política, ressaltando a sua importância para a compreensão do todo social, mas apontando também os caminhos já percorridos, e a percorrer, para a sua renovação” (RÉMOND, 1996. p. 5).¹ Portanto, trabalharemos principalmente com duas perspectivas relacionadas à História Política: a perspectiva “tradicional” e a “renovada”.

A chamada “História Política Tradicional” é anterior ao surgimento dos cursos de História, voltada principalmente para fins políticos, utilizando principalmente de fontes oficiais, que eram majoritariamente escritas por “pessoas de poder”, o que condiciona o discurso e a visão que se construía sobre a História Política, pois, nas palavras de Rémond “No Antigo Regime, a história era naturalmente ordenada tendo em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia” (RÉMOND, 1996, p. 15).

Era também marcada pela narrativa cronológica e linear dos grandes fatos, dos grandes personagens e seus feitos se aparentando mais com literatura do que com História, uma vez que segundo as críticas, não apresentava tanto rigor científico. Uma história criticada por ser prioritariamente elitizada, feita “de cima para baixo” (*Ibidem*, p. 17). Uma história “factual, subjetivista, psicologizante, idealista”, individualista, anedótica, “elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia.” A História Política assim descrita, reunia “todos os defeitos do gênero de história...” (*Ibidem*, p. 18). Estas críticas, no entanto, foram revisadas ao longo do tempo e a História Política ganhou outra conotação como vem nos mostrar René Rémond.

Segundo o autor, essas críticas tem a ver com a mudança de eixo que ocorria na Europa nos âmbitos intelectual e político, ou seja, o advento da democracia política e social, do

¹ Apresentação por Marieta de Moraes Ferreira

socialismo, o movimento operário que ganhava força, enfim, questões que direcionam o olhar para as massas, como não ocorria antes (*Ibidem*, p. 19).

Temos a década de 1950 como o auge do modelo proposto pela *école des Annales*, “ou seja, uma situação de predomínio de uma história econômico-social, voltada para longa duração e para as grandes massas, apoiada em séries quantitativas...” neste cenário a História Política é vista “como a síntese de todos os males, caminho que todo bom historiador deveria evitar.” (*Ibidem*, p. 5-6). E seu declínio se dá neste contexto que coincide com o momento de surgimento das Universidades e dos primeiros cursos de História no Brasil.

As iniciativas “individuais” da “antiga História Política” eram tidas como irrealistas, pois o coletivo e plural importava mais, era a época das grandes estruturas, e estas sim representavam a realidade, uma vez que “a história política tradicional, isolando arbitrariamente os protagonistas das multidões, travestia a realidade e enganava o leitor.” (*Ibidem*, p.20). Assim, a nova história, proposta pelos *Annales* primava pela longa duração, pelos acontecimentos coletivos e pela profundidade das análises, quesitos que a História Política “tradicional” não possuía de forma completa nesta época, sendo seus fatos analisados considerados apenas como “acidentes de conjuntura” (*Ibidem*, p.16).

Os caminhos de renovação da história política são norteados principalmente por uma mudança de objeto: da figura do monarca como soberano para o Estado e a nação, “para a formação dos Estados Nacionais, as lutas por sua unidade ou emancipação, às revoluções políticas, ao advento da democracia, às lutas partidárias, aos confrontos entre as ideologias políticas.” (*Ibidem*, p. 15)

O movimento de renovação que se fala da História Política

rebate as antigas acusações de que a história política só se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas, de que seu objeto são os fatos efêmeros e superficiais, inscritos na curta duração, incapazes de fazer perceber os movimentos profundos das sociedades. Outra acusação contestada é a de que a história política não dispõe do apoio de uma massa documental passível de ser tratada estatisticamente, o que explicaria a presumida superioridade dos dados econômicos sobre suas características subjetivas e impressionistas (*Ibidem*, p. 13-37).

A nova história política, para o autor, “preenche todos os quesitos necessários para ser reabilitada.” Politização é evolução, não há como sustentar as afirmações de que História Política só “se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas, de que o seu objeto são os

fatos efêmeros e superficiais...” ao englobar todos os atores sociais, a História Política politiza as massas e perde esse caráter elitista, a nova História Política volta-se para o popular. “Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos... é na longa duração que irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política.” (*Ibidem*, p. 13-37).

E para concluir, Rémond retoma uma questão colocada no meio de seu texto que se refere a modismos historiográficos muitas vezes influenciados por eventos históricos. Neste sentido ele se indaga se seria o ressurgimento da História Política um “simples efeito mecânico da alternância das modas, a que não escapa a vida intelectual, ou fruto de um aprofundamento da reflexão sobre o objeto do conhecimento histórico?” (*Ibidem*, p.22). Para responder a esta indagação basta voltarmos para o exposto até aqui nesta parte do trabalho. Ora, se a “nova” história política volta-se para os eventos de longa duração, analisa o âmago das relações sociais, a memória coletiva, estreitou os laços com a história cultural, privilegia as massas, democratiza seu discurso, valoriza a interdisciplinaridade e ainda conta com uma massa documental – como discorre Rémond – por que haveria de ser apenas um “veranico de maio?” (*Ibidem*, p.36).

Análise preliminar de algumas produções da UNICAMP²

Tendo como base fatores como conceitos, métodos e fontes privilegiadas nos estudos, a escolha das produções, bem como sua análise, foi encaminhada no sentido de propor uma reflexão sobre o papel da política naquele contexto e naquela produção. Interessa-nos discutir, sobretudo, acerca dos movimentos de renovação da historiografia brasileira verificados nas últimas décadas do século XX e o lugar que ocupa nessa produção um tema considerado clássico. Abaixo uma tabela que consta as teses e dissertações produzidas entre 1960 e 1985 na UNICAMP que podem conter algo de política, mesmo que não se auto classifiquem como tal, selecionadas levando em consideração os aspectos citados acima:

²Todas as produções disponíveis em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

| ÁREA | QUANTIDADE |
|--------------------------------|------------|
| HISTÓRIA | 35 |
| SOCIOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS | 38 |
| CIÊNCIA POLÍTICA | 17 |
| ECONOMIA E CIÊNCIAS ECONÔMICAS | 17 |
| FILOSOFIA | 9 |
| CIÊNCIAS HUMANAS | 6 |
| TOTAL | 122 |

Destes trabalhos, selecionamos quatro para análise preliminar apresentada nesta comunicação, são eles:

1) *O encaminhamento político do fim da escravidão*

Antônio Torres Montenegro

Orientador: José Roberto do Amaral Lapa

Área: História

2) *O populismo em crise: (1953-1955)*

Armando Boito Junior

Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes

Área: Ciência Política

3) *Os trabalhadores e a “redemocratização” : (estudo sobre o estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato) 1942-1948*

Silvio Frank Alem

Orientador: Michael McDonald Hall

Área: História

4) *A estratégia da recusa: análise da greves de maio/78*

Amneris Angela Maroni

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani

Área: História (graduação em Ciências Sociais)

Ao preocupar-se com o problema da mão de obra com o fim da escravidão Antônio Torres Montenegro (dissertação de mestrado, 1983) apresenta que, para o momento em questão, o fim do trabalho escravo era uma ameaça para as relações de trabalho e ordem social, pois os ex-escravos passariam a integrar a sociedade livremente, “controlados” pelo Estado e não mais pelos produtores. As contradições de nível econômico refletirão a nível político, pois “o processo de organização nacional em defesa dos grupos dominantes fundados... determinou a formação do Estado, no Brasil no século XIX” (*Ibidem*, p.8) “Assim, o que irá caracterizar o Estado é a centralização do poder” como forma de garantir sua produção, comercialização, exportação e outras instâncias do “desenvolvimento do capital”. Porém, embora seja parte fundamental para a economia o escravo não é considerado cidadão e sim uma “simples coisa”. É aí que concentra a ambiguidade da formação da sociedade brasileira. Embora o escravo inexistia da perspectiva do Estado como um ser social e político é ele que molda a formação social e política do Brasil. Sem o qual as coisas seriam bem diferentes. Igualar todos constitucionalmente diminuiria certos direitos dos dominantes e por ameaça-los também neste âmbito, o fim da escravidão, além de um problema econômico e político concomitantemente é também um problema social. O resultado é um Estado rígido e inflexível, centralizado e autoritário ainda que se pretenda democrático.

Desta forma, ao informar que “o objetivo deste trabalho é o estudo da participação política dos grupos dominantes e das camadas médias no encaminhamento da reforma servil” (*Ibidem*, p.16), utilizando como metodologia conceitos de estrutura e superestrutura, como o próprio autor salienta (*Ibidem*, p. 17) e se valendo de fontes consideradas “oficiais” (Atas do Conselho de Estado, Constituição Imperial, dentre outras), notamos que o seu trabalho apresenta uma visão dentro do que consideramos “tradicional”. O autor não visa tanto os escravos em si como agentes, como participantes, etc. e sim concentra sua análise em torno das classes dominantes e um pouco sobre a camada média da população. O problema social da integração dos ex-escravos na sociedade como cidadãos aparece, mas não como mérito dos mesmos e sim como um projeto da classe média em adquirir espaço político e também como uma estratégia de republicanos para destruir a monarquia, grupos estes mais ligados à elite dominante. Considera o processo contraditório e ambíguo fugindo um pouco das visões tradicionais gerais da historiografia, mas quanto a algum avanço na “renovação política” (mesmo que tímida) nos parece incipiente.

Do mesmo modo como o anterior, o trabalho de Armando Boito Junior (dissertação de

mestrado, 1976) também apresenta uma concepção mais tradicional de História de Política. Analisa as condições para o golpe de 1954 e suas contradições, para compreender o momento de crise política vivido, o autor examina o rumo tomado pela luta de classes no momento posterior ao golpe analisado, buscando as consequências que tudo isso teve para a História Política do momento, mas centraliza suas análises na “classe dominante” passando a margem de aspectos sociais em muitos momentos.

Neste percurso para a renovação, embora lento, surgem trabalhos inovadores também. Começamos com a análise de Silvio Frank Alem (dissertação de mestrado, 1981). Com envergadura marxista, crítico do sistema capitalista e com trabalhos sobre o PCB, o autor abordará os trabalhadores urbanos na década de 1940, passando pela redemocratização de 1945, analisando principalmente os efeitos sofridos em São Paulo e Distrito Federal. O autor enxerga a participação política dos trabalhadores nos momentos anteriores a queda de Vargas e a contribuição dos mesmos para a criação de uma nova ordem constitucional. Examina a evolução dos protestos que vai de melhores salários às condições de trabalho. Demonstrando as relações destes trabalhadores com os partidos políticos, principalmente o PCB.

Na perspectiva do autor o capitalismo é tido como causador de uma luta de classes no Brasil, mas está inserido numa conjuntura internacional, o que nos mostra como o mundo é fluido e tem suas “fronteiras” mais porosas do que imaginamos. Ao apresentar os trabalhadores atuantes no processo de redemocratização pós Estado Novo, em oposição à historiografia anterior (mais elitista) que negava sua participação, o autor começa este caminho de renovação em sua análise e concepção de História Política.

Na mesma linha (de renovação da concepção política) inserimos a dissertação de Amnéris Ângela Maroni (dissertação de mestrado, 1981) que analisará o funcionamento das greves de 1978, no ABC paulista. Essas greves são consideradas pela autora como ambíguas e portadoras da capacidade de transformação social. Algumas lutas operárias são legitimadas e lembradas, enquanto outras ao contrário caem na obscuridade, as primeiras em grande parte porque possuem um projeto político em consonância com o predominante e por isto são essenciais para a sua legitimação, por outro lado, aquelas lutas empreendidas em sentido oposto, talvez por questionar este sistema predominante, são esquecidas ou omitidas. Por este motivo a autora busca analisar os movimentos de resistência em sua multiplicidade.

Nas análises mais “tradicionais” o foco está nas questões partidária e/ou sindicais que exprimem um discurso de opressão, esquecendo-se do cotidiano das fábricas e dos trabalhadores, de onde podem emergir muitas respostas. O esquecimento ou não legitimação de determinadas lutas é a expressão de uma negação dos grupos dominantes da luta de classes existente, buscando consolidar determinadas visões em oposição a outras. Assim, a autora busca pela “face oculta” da luta através dos elementos implícitos o que só pode ser realizado ao privilegiar nas análises discursos que não os das lideranças, mas aqueles que se busca esconder.

Segundo a autora, a experiência proporcionada aos trabalhadores pelo capitalismo foi a arma de contestação do mesmo. Quer dizer que as próprias práticas capitalistas produziram um saber para o desencadeamento da luta e para a resistência. A racionalidade adquirida com a experiência do capital levou os trabalhadores a questionamentos e posteriormente lutas. “Ao lutar com as mesmas armas que os controlam os trabalhadores imprimem a elas novo sentido” (*Ibidem*, p.8)

Deve ser salientado que a autora não fala de uma luta “anti-capitalista” ou do desenvolvimento de uma “mentalidade socialista” nos operários e sim que o motivo principal da resistência foi contra o exacerbado controle que lhes foi imputado. Ou seja, buscavam por maior autonomia quanto a rotina de trabalho, salário, condições melhores, etc. E não uma luta ferrenha contra o modo de produção capitalista, de fato.

O trabalho dela reflete largamente o conceito de luta de classes e o espaço delimitado pela autora é o da fábrica. Ou seja, a burguesia que explora a força produtiva e tenta esconder seu discurso de resistência para passar a ideia de harmonia com o capitalismo, que era o modo de produção em amplo desenvolvimento na época. Faz uma crítica também a historiografia anterior que buscou calar os operários como agentes ativos subordinando-os aos discursos dominantes. Identificamos como elementos para constatar sua postura mais “renovada” e menos “tradicional” dentre outros o uso de fontes orais, entrevistas, que demonstram como a autora inicia um processo de “fuga” do tradicionalismo, mais ainda quando estas entrevistas são com os trabalhadores que participaram dos movimentos, ou seja, a memória da classe “oprimida” pela historiografia tida como tradicional. Se colocarmos em uma escala o seu trabalho é “menos tradicional” do que o de Silvio Frank Alem justamente pelo uso destas fontes, já que ambos “fogem” da historiografia anterior que oprimia e omitia estes sujeitos.

Considerações sobre o Regime Militar

A tortura e a repressão eram formas de imposição ideológica que, ao omitirem a realidade dos fatos, mudava o pensamento e o olhar da sociedade sobre os acontecimentos. O medo imperava e a manipulação era uma forte arma para a manutenção do regime. Sobre esta dominação exercia-se diversas formas de repressão, tortura e até mesmo assassinatos, buscando sempre mostrar a imagem de um país que vive seu momento áureo e em ordem. Nos pautando pelo trabalho de Carlos Fico (2003) abordaremos sobre os mecanismos tidos como pilares para o Regime Militar: Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda.

A espionagem variava de escutas telefônicas, recortes de jornais e relatórios redigidos (parte feita pelo DSI) a outros tipos mais pesados como prisões, interrogatórios e torturas (feito pelo DOI). Tudo era indício de algo suspeito para o regime e quando não era, esses indícios muitas vezes foram fantasiados, para manipular quem era do interesse do regime. Em muitos casos "elegia-se *a priori* o suspeito e providenciava-se a culpa depois" (*Ibidem*, p. 180).

A polícia política atuava na prevenção e repressão de crimes políticos. Dessa forma, ela providenciava a incriminação de indivíduos obtida, sobretudo com base no interrogatório com o recurso à tortura. Era usada como "última instância repressiva" e "como instrumento de resposta mais forte, destinado a atuar depois de esgotados outros meios, para, ao punir o infrator, desencorajar novos desvios à ordem, instalando o medo na população." (*Ibidem*)

A propaganda ideológica também foi muito utilizada no período, constituindo em uma das principais armas para fazer a população apoiar a ditadura a acreditar que o regime vivido era o responsável pelo crescimento do país. Foram estampados diversos slogans nos meios de comunicação com o intuito de "fazer uma verdadeira lavagem cerebral nas pessoas", "omitindo todas as atrocidades que a ditadura militar cometia para se consolidar."

Para contribuir, este era o momento de maior desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, principalmente da TV, assim, em seguida começou a se investir em filmezinhos curtos de natureza educativa e ético-moral (*Ibidem*, p. 197).

Enfim, "não se pode falar propriamente no 'estabelecimento' da censura durante o regime militar, pois ela nunca deixou de existir no Brasil. Para a ditadura militar, tratava-se mais de uma adequação, não de uma criação" (*Ibidem*, p. 187-188).

Em outras palavras, a censura caiu sobre diversas instancias da sociedade, até mesmo sobre os meios de informação, cultura e diversão, assim, livros, TV, cinema, teatro, músicas e até

mesmo espetáculos de circo, enfim, tudo, era acompanhado lado a lado pelo governo. Objetivava-se que a população acreditasse que estava tudo harmonizando no país, por isto era necessário fiscalizar e censurar qualquer elemento que soasse como protesto. Como a “defesa da moral e dos bons costumes” (*Ibidem*, p. 191) era o falso objetivo dos censores, até mesmo a Música Popular Brasileira foi tida como subversiva, atacando contra leis e moral da sociedade brasileira, segundo o governo.

Como percebemos, "os sistemas que compunham o aparato repressivo da ditadura militar" não foram “inventados” pelo regime, que, em alguns casos, "amparou-se em experiências preexistentes, como os da espionagem e da censura". "Porém, é certo que os reinventou, criando estruturas que seriam copiadas até mesmo fora do Brasil, como se deu com o sistema de segurança." (*Ibidem*, p. 199). O fim deste aparato se deu somente a partir da década de 1980 quando o general Ernesto Geisel iniciou a chamada “distensão” ou “abertura” política.

Conclusão

Como aponta Francisco Iglésias (1988, p. 55-78), “o cuidado com a história é recente”, pois foi de fato institucionalizada apenas no século XX, mais precisamente a partir da década de 30 com a criação das universidades juntamente com os cursos superiores em História no Brasil. A partir daí pode disfrutar de “técnicas e métodos particulares, que lhe dão operacionalidade e rigor.”. Neste momento a História ganha uma conotação mais científica. Segundo Campos (1961), a criação das universidades, forneceu à historiografia brasileira algumas alcunhas positivas, como a criação da Revista de História, primeiro Periódico brasileiro dedicado à história, e contando com a colaboração de cientistas estrangeiros.

A década de 1960-1970 é o momento auge da escola marxista no Brasil, de onde sairão trabalhos como os dos autores Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, dentre outros. O marxismo passa neste momento por uma revisão de suas análises e este movimento também chega ao Brasil, principalmente a partir da década de 1980, realizando análises mais sociais, alterando as formas de representar as relações de dominação na sociedade brasileira e também, segundo a historiadora Angela de Castro Gomes (2004, p. 157-186), sofisticando “a dinâmica política existente no interior das relações entre dominantes e dominados”, ou seja este também é o momento em que a retomada da história política se faz sentir em nosso país, “a nova proposta, portanto, amplia o que se pode entender por ação

política em uma sociedade marcada por relações de poder extremamente desiguais, como a brasileira”.

Sobre o mesmo assunto, ou seja, o ressurgimento da história política a partir da década de 1970 (auge do Regime Militar), Maria Helena Rolim Capellato (1996, p. 161-165) também nos fornece a sua contribuição ao dizer que à medida que o eixo de análise é transformado, transforma-se também toda uma mentalidade historiográfica, ou seja, ao mudar o foco do tema revolução para democracia, estamos realizando também uma mudança de cunho historiográfico, que vai da escola marxista à Cultura Política.

Segundo Gomes, os estudos sobre a História do Brasil passaram por uma “transformação teórico e metodológica da historiografia em nível internacional” que pode ser atrelada à renovação que a História Política sofreu ao se articular com a História Cultural. Transformação “que floresceu e chegou ao Brasil, com mais intensidade, a partir da década de 1970” muitas vezes “em função das políticas do governo do general Geisel (1974-79)” (2005, p. 22). O que podemos observar através dos dados que José Roberto do Amaral Lapa nos apresenta, como faremos adiante.

Neste sentido, as novas abordagens voltam-se para a questão social, “recusando a predominância de um enfoque socioeconômico mais estrutural, e passando a privilegiar abordagens que ressaltavam variáveis políticas e culturais, para um melhor entendimento das relações sociais construídas entre dominantes e dominados.” (*Ibidem*, p. 23). Ou seja, o marxismo estruturalista vai aos poucos perdendo espaço que é cedido a abordagens diferentes.

A autora busca demonstrar que o poder não existe somente para quem domina. O dominado também exerce um tipo de poder, a diferença, no entanto, está no desequilíbrio e desigualdade de condições que existe entre estas duas instâncias de poder (*Ibidem*, p. 26).

O conceito de “Cultura Política” é importante para este contexto, uma vez que este termo é entendido com um “conjunto de orientações”, o que abrange crenças, valores, vivências, sentimentos, etc. Isto mostra que a sua atuação é sobre atores individuais e coletivos e não puramente política, se enveredando também para o campo cultural e social, nas palavras de Gomes:

Uma percepção da ação política como excedendo o campo do formal, do político-institucional. O conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em uma instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a ideia é a de que as relações de poder são

intrínsecas às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensa-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação, numa clara retomada da sociologia compreensiva weberiana (*Ibidem*, p. 30 e 31).

“Poder” nesta nova perspectiva vai além do poder estatal e “Política” ultrapassa o campo puramente político e institucional, expandindo os seus limites e tornando-se mais maleável. Cultura política se apresenta então como uma extensa rede que amplia visões do mundo, que se envolve com temporalidades longas, com abrangência (ou pretensão) cosmopolita. Seus eventos se dão a médio e longo prazos, por isto suas transformações e movimentações são lentas.

Devemos nos atentar, entretanto, ao fato de que o termo é plural, ou seja, não existe apenas uma cultura política, mas várias culturas políticas dentro de uma mesma sociedade. O que pode haver, como já mencionado, é dominância de uma determinada cultura política sobre as demais, o que não exclui a existência de mais de uma.

Neste sentido, Lapa (1985, p. 61) através de dados fornecidos pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro realizou um levantamento das “tendências que marcaram o conhecimento histórico brasileiro e o seu processo de produção” entre aproximadamente as décadas de 1960 a 1980. O gráfico apresentado demonstra a distribuição dos pesquisadores brasileiros entre 1970 e 1979 por área de especialização, cuja Fonte é o mesário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 11(22), fev., 1980³. A categoria História Política ocupa o patamar mais alto seguida por História Social e História Econômica:

³LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. FIGURA I. Distribuição dos pesquisadores por Área de Especialização. Pesquisadores brasileiros: 1970-1979. Fonte: mesário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 11(22), fev., 1980. p. 61.

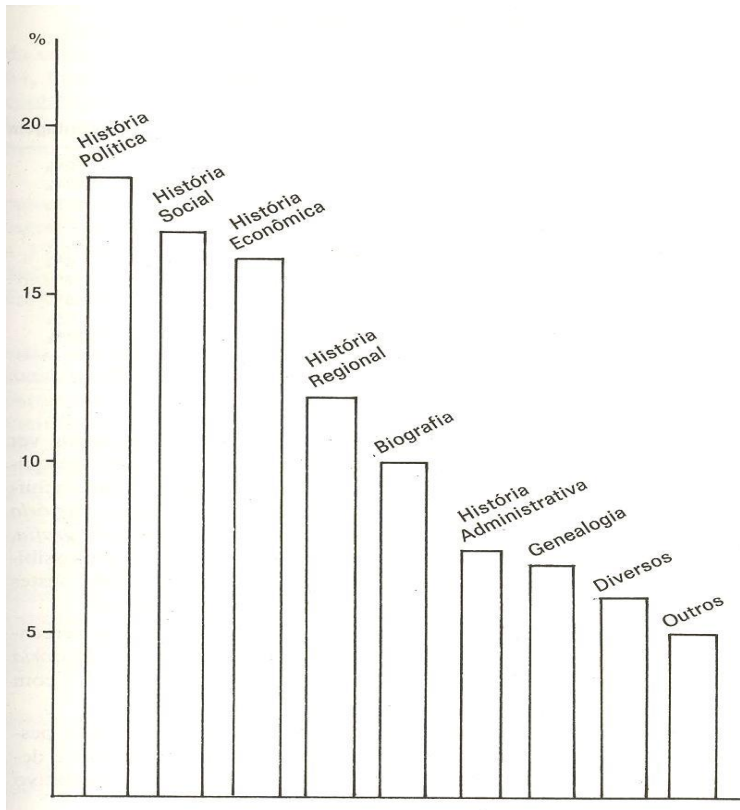


FIGURA I — Distribuição dos Pesquisadores por Área de Especialização.
 Pesquisadores brasileiros: 1970-1979.
 FONTE: Mensário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 11(22), fev., 1980.

A colocação de primeiro lugar para História Política, com aproximadamente 19% de pesquisadores do total analisado ocorre juntamente com o aumento da demanda do mercado editorial. Nesta época, segundo Lapa, a sociedade brasileira, especialmente o público leitor estariam interessados pelos títulos considerados “políticos”, que era à época “representados pelos depoimentos e memórias dos agentes, pelas biografias, (...), pelo confronto das classes sociais, etc.” (*Ibidem*, p. 63).

A este fato é plausível lembrarmos que o início de uma abertura política (aproximadamente em 1975) dentro do regime ditatorial que se vivia desde 1964 é um fator motivacional para a população procurar por assuntos relacionados à política. Embora o público que lê seja pequeno no Brasil à esta época,

Diríamos que o interesse pela política, ou melhor, pela produção intelectual sobre política, embora, ao que tudo indica, vá ainda durar algum tempo, é tipicamente conjuntural, ou seja, assim que se permitiu o que antes estava interdito – escrever ou fazer leituras críticas sobre 64 – , a resposta foi

pronta, numa empolgadura que envolve leitores, escritores e editores (*Ibidem*, p. 66)

Enfim, apesar das repressões que caíram sobre o povo brasileiro ao longo do período estudado, é válido ressaltar que à medida que os espaços foram sendo (re)conquistados a politização da sociedade também atingiu novos patamares, aumentando a demanda editorial e consequentemente os trabalhos de cunho político. Neste quadro, ganha força estudos mais relacionados ao materialismo histórico, assim, determinados preceitos marxistas inserem-se no pensamento histórico brasileiro a partir da década de 1970, como problemáticas mais voltadas à força de trabalho e à inserção do proletariado ao movimento social, por exemplo.

Tendo em vista isto, torna-se claro que há uma nova “corrente” surgindo na historiografia brasileira, ou seja, a intelectualidade brasileira está de transformando. Esta “corrente” vai primar pelo cotidiano, pelas práticas sociais de homens e mulheres comuns, “a moldura é colocada na família, emprego, serviços e padrões, vizinhos e amigos, em atos prosaicos que apresentam nada ter a ver com o movimento histórico, mas ao qual afetam e por ele são afetados.” (*Ibidem*, p.77).

Para concluir Lapa nos diz que se esta situação de abertura política permanecer e “não se abaterem sobre a comunidade intelectual e a Universidade novos endurecimentos repressivos”, certamente o debate sobre o materialismo histórico, a luta de classes, o Estado, as relações de produção e forças produtivas, o movimento operário, a revolução burguesa, modos de produção, ideologias, dentre diversos outros temas, continuarão sendo preferidos pela comunidade, uma vez que o “povo pequeno” se vê inserido neste processo (*Ibidem*, p. 77)

Percebemos, portanto, que analisar a produção intelectual daquele período não é tarefa fácil, sobretudo considerando-se o cerceamento das liberdades da população. Pensando por esta ótica é de se supor que os primeiros trabalhos após o golpe tenderiam a não se dedicarem tanto à política, pois esta era vista como relação de poder entre “dominadores e dominados”, uma história feita de “cima para baixo” etc., assim, retirar as análises do campo político era o caminho mais fácil para obter aceitação e prestígio. Entretanto, a análise e os dados que Lapa e a análise preliminar das dissertações divergem a esta primeira impressão que tendemos a ter. Muitas produções podem ser consideradas de cunho político ao longo da historiografia brasileira, mesmo que na época de produção não fosse assim entendido até mesmo por questões óbvias do desprezo por temas políticos e de cerceamento das liberdades, como no momento da ditadura. No entanto muito do que se produzia, analisando sob a luz de hoje, era política sim. Esta

compreensão se torna importante para a nossa análise, pois escolhemos como fonte produções que mesmo publicadas no momento final da ditadura, traz consigo a maturação das ideias e seu desenvolvimento ao longo do regime militar, o que também deve ser levado em consideração.

Referências bibliográficas

- ALEM, Silvio Frank. *Os trabalhadores e a "redemocratização": (estudo sobre o estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato) 1942-1948*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de Campinas – UNICAMP. Programa de Pós-Graduação, Campinas, 1981, 313 p.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento de. *A Luta Democrática contra o regime militar na década de 1970*. In.: AARÃO REIS, D. (org.). *O Golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc.
- BOITO Junior, Armando. *O populismo em crise: (1953-1955)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Campinas – UNICAMP. Programa de Pós-Graduação, Campinas, 1976, 150 p.
- BORGES, Vavy, Pacheco. “História Política: totalidade e imaginário”. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: n° 17, 1996. p. 151-160. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/archive> acessado em: Janeiro de 2013.
- CAMPOS, Pedro M. “Esboço da Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX”. In.: GLÉNISSON, J. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. p. 250-293.
- CAPELLATO, Maria Helena Rolim. “História Política”. In.: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: n° 17, 1996. p. 165. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/archive> acessado em: Janeiro de 2013.
- CERTEAU, Michel de. “A Operação Histórica”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas*. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In.: *Revista Brasileira de História*, 24/47, p. 29-60, 2004.
- FICO, Carlos. *Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o*
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.**

tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais do século XX. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GASPARI, E. Alice e o camaleão. In: GASPARI, E.; HOLLANDA, H. B. de; VENTURA, Z. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p.12-37.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S *Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, História Política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. “Questão Social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate.” In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n°. 34, Julho-Dezembro de 2004. p. 157-186.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARONI, Amnérís Ângela. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de Campinas – UNICAMP. Programa de Pós-Graduação, Campinas, 1981, 214 p.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *O encaminhamento político do fim da escravidão*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de Campinas – UNICAMP. Programa de Pós-Graduação, Campinas, 1983, 161 p.

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In.: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 145-174.

RÉMOND, Réne (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: golpe contra as reformas e a democracia”. In.; MOTTA, Rodrigo et all. *O Golpe e a Ditadura Militar*. Bauru: Edusc, 2004.

Trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora/MG: Uma análise do movimento operário na experiência democrática (1945-1964)

Luisa de Mello Correard Pereira
Mestranda -- UFJF
luhcorreard@hotmail.com

RESUMO: A proposta da presente pesquisa é estudar o movimento dos trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora-MG no período da experiência democrática (1945-1964). Pretende-se assim fazer uma análise do movimento operário dentro do contexto democrático, conversando com a historiografia sobre o período e analisando questões-chave desses estudos, como o corporativismo e o populismo. O estudo do caso de Juiz de Fora - uma cidade de grande importância industrial em Minas Gerais e no Brasil – pode ajudar a elucidar sobre o papel da classe operária, de seus representantes classistas, e a relação destas com o Estado e suas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: movimento operário; populismo; sindicalismo.

O período da experiência democrática – compreendido entre o fim do Estado Novo em 1945 e o golpe militar de 1964 – é um período peculiar na História brasileira. A política era contraditória, a economia estava em transformação, e a sociedade estava em um período de questionamentos e reivindicações. Nesse sentido, a proposta do artigo é de ajudar a elucidar sobre o real papel dos trabalhadores brasileiros em um contexto tão adverso e confuso.

O conceito *populismo* e seus efeitos na historiografia e na cultura política

A chamada experiência democrática se configura como uma das maiores incógnitas da historiografia brasileira dos séculos XX-XXI. A causa principal desse imbróglio está no conceito *populismo*, popularizado tanto na historiografia quanto na cultura política do país e que caracteriza o contexto dos anos 1930-1964. Os estudos sobre a trajetória desse controverso conceito remontam ao início da década de 50 (GOMES, 1996:3) e persistem até os dias de hoje. Nesse meio tempo, o termo foi incorporado, metamorfoseado, negado – ou seja, estigmatizado, de modo que se tornou então uma das maiores problemáticas do estudo da História do Brasil do século XX. Segundo Jorge Ferreira, o populismo como categoria explicativa surgiu para responder uma pergunta cuja historiografia não consegue responder ao certo: “por que os trabalhadores

manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar líderes trabalhistas e votar no PTB?” (FERREIRA, 2010:8).

Nas últimas três décadas, têm crescido vertiginosamente o número de bons trabalhos que discutem o conceito em si e também as características do período. As controvérsias e indefinições continuam, mas em uma coisa todos os autores parecem concordar: *populismo* é um dos conceitos com maior grau de elasticidade já existente na Historiografia. Isso porque é algo tão amplo e instável que transcendeu a barreira acadêmica e se tornou uma cultura política nacional (GOMES, 1996:2) - é uma expressão que está na ponta da língua dos brasileiros quando o assunto é a política nacional e suas principais figuras, principalmente em épocas eleitorais.

Na década de 80, há um crescimento do questionamento do conceito, e surge um processo de descaracterização do mesmo e de reconhecimento da ação das classes trabalhadoras. Angela de Castro Gomes lança um livro que foi divisor de águas nessa discussão: *A Invenção do Trabalhismo* (1988), onde ela inova ao propor o termo trabalhismo e apresentá-lo como corrente de esquerda.

Em sua tese, a autora faz um estudo sobre a constituição da classe trabalhadora no Brasil, explicitando o seu papel como sujeito na História, principalmente no período do Estado Novo. Nesse sentido, reconhece o papel ativo dos trabalhadores, com todas as suas ambiguidades - inclusive reconhecendo o diálogo destes com outros atores sociais e com os recursos de poder presentes em cada contexto (GOMES, 2008:27). Todos os atores (Estado, burguesia e operários) compunham um “acordo”, dentro do qual a demanda e as ideologias de todos eram reconhecidas e incorporadas.

Nesse contexto, Gomes propõe o pacto trabalhista para compreender a ambígua relação Estado-trabalhadores a partir do Estado Novo. O discurso trabalhista (que a autora reconhece ter sido iniciado pelo Estado) reconhecia, utilizava e re-significava as manifestações e os discursos operários de décadas de construção, oferecendo benefícios materiais em atendimento a antigas demandas. Esses benefícios seriam recebidos pelos operários e por eles interpretados, dentro de suas possibilidades e anseios (GOMES, 1996:15).

A partir de então, há um abandono do conceito pelos historiadores das décadas de 80 e 90, substituído principalmente pelo “trabalhismo”, que seria:

[...] ao mesmo tempo um pacto entre trabalhadores e Estado que ‘expressa a constituição de classe’, e portanto uma forma particular da sua consciência, mas também uma ‘tradição’ que articulava estruturas jurídicas, assistenciais, sindicais e partidárias com mobilização social [...] *Substituído o conceito em nome da valorização da agência histórica dos trabalhadores*, caberia perguntar que papel estaria a eles reservados no novo paradigma. [grifo meu] (FORTES, 2007:77)

É importante ressaltar como o trabalhismo traz a tona o importante papel dos trabalhadores nesse pacto, que já reivindicavam melhorias desde antes do golpe de 1930 e fechariam com o Estado esse acordo que configuraria quase quatro décadas da história da república brasileira – em contraposição à imagem de massa pacificada explicitada pelo termo populismo.

Nesse contexto, novos estudos sobre o tema apresentam alternativas ao conceito tradicional. Jorge Ferreira propõe a inexistência do populismo. O autor desconsidera o fenômeno como característica da relação Estado-Sociedade na república brasileira – para ele, o conceito é tão somente uma criação para explicar e caracterizar a política do período (FERREIRA, 2010:64).

Daniel Aarão Reis Filho desenvolve a questão da “tradição nacional-estatista” no Brasil, que encontrou sua afirmação no trabalhismo brasileiro, hegemônico na experiência democrática. Os nacionais-estatistas buscavam uma aliança com o Estado para “controlar a ganância dos patrões” (REIS FILHO, 2007:91) e cobravam do governo proteção e amparo (no caso, em forma de legislação). O governo Vargas trouxe a questão social para a política, e começou a criar uma série de leis para amparar os trabalhadores, mas também para controlá-los quando conveniente. Fechando esse raciocínio, o autor diz que os trabalhadores “assumem um lugar subordinado, o que não quer dizer que apareçam como vítimas passivas, ou *manipuladas* [grifo do autor]” (REIS FILHO, 2007:95). Mas os seguidores desta tradição eram considerados *pelegos* pelos adversários esquerdistas e desconsiderados como esquerda pela historiografia - pois era a tendência hegemônica na classe operária, o que reforçava o pacto trabalhista e afastava os operários das propostas ditas revolucionárias.

Assistiu-se a partir daí uma evolução nos estudos sobre o período. Iniciou-se uma busca em prol do resgate da autonomia operária através de estudos de processos de resistências à exploração e ao controle, contraposta as orientações de partidos e sindicatos. Assim, surgiram vários trabalhos que contribuíram para romper com o preceito de passividade dos trabalhadores

frente à política varguista, concomitantemente se questionava a noção do Estado como onipotente, capaz de impor seu corporativismo ao movimento operário.

Segundo Lucília de Almeida Neves, esse foi um período em que grande parte da população constituiu-se como ator do processo, ocasionando o aumento de manifestações participativas, que por sua vez denotaria uma forte autonomia em relação ao Estado (NEVES, 2001:174) - mesmo com as contradições do “autoritarismo paternalista” do populismo.

Segundo Alexandre Fortes, a legalização dos sindicatos e a expansão e instituição dos direitos trabalhistas através da CLT, seria um reconhecimento pelo Estado das organizações trabalhistas e de suas reivindicações. Mas também abria espaço para o controle estatal sobre as mesmas (FORTES, 1999:39). Apesar do fator “controle estatal” ainda estar presente, o discurso muda no sentido de dar voz e ação aos trabalhadores, que conquistaram esses direitos através de lutas que datam do início do século XX, e não meros expectadores das ações do Estado de garantir cidadania em troca de obediência.

Apesar do surgimento de vários estudos sobre a atividade do movimento operário no período, contrariando as prerrogativas tradicionais de passividade e obediência ao Estado, nada está definido. O conceito de populismo continua a configurar a cultura política do país e boa parte das produções acadêmicas, constituindo uma enorme incógnita que persiste na historiografia desde os anos 50 até os dias de hoje. Como disse Jorge Ferreira, “a história política brasileira entre 1945 e 1964 ainda está para ser construída” (FERREIRA, 2001:13).

A transformação econômica e social no Brasil na experiência democrática

A partir de 1930, após a “Revolução”, o Brasil passou por um novo processo de reafirmação de seu Estado-nação. Além de negar o passado liberal do período anterior, a nova formação nacional tinha por característica a atenção especial à questão social, ligando a nacionalidade diretamente ao ideal de cidadania. O apelo à questão social era a arma legitimadora de um governo que ascendeu por vias ilegítimas. Nesse sentido, o governo do pós-30 reconheceu o social como um problema político, que necessitava de uma intervenção do Estado imediata e direta. (GOMES, 2005, P. 221).

Assim, o governo lançou mão de uma Legislação Social voltada para os trabalhadores, principalmente as Leis Trabalhistas (CLT) e a Previdência Social. Nesse sentido, esses direitos

sociais, que foram na realidade uma conquista da antiga luta social, apareciam como uma concessão do governo para os trabalhadores – o que reforçava ainda mais a ideologia do Estado como real representante da população. Essas iniciativas governamentais englobavam várias políticas públicas, e caracterizavam um sistema político corporativo (GOMES, 2008:221-222).

Uma das políticas mais importantes foi a implementação do sindicalismo corporativo – organização sindical mediada pelo Estado através de uma legislação específica. Essa proposta seria voltada para uma “disciplinarização” da massa trabalhadora, com a criação da CLT e com a institucionalização dos sindicatos oficiais (COSTA, 1999:92).

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi criada em 1943 como o código de trabalho nacional, com a finalidade de regular as relações industriais e de trabalho brasileiros (FRENCH, 2001:13). Essa legislação criaria um ambiente no qual os interesses dos trabalhadores seriam garantidos e defendidos pelo governo por meios legais, mas que limitassem e controlassem as ações dos sindicatos, e assim os movimentos operários em si.

Mas, segundo John French, apesar dessa Legislação ser completa e cobrir no papel todas as instâncias das relações de trabalho, havia um abismo entre o que estava institucionalizado e o que estava realmente acontecendo.

Direitos garantidos categoricamente em lei eram rotineiramente desrespeitados na prática, daqueles que gerenciavam a expansão do setor industrial. Um grande número de trabalhadores eram empregados sob condições e com remunerações que tornaram ridículos os maravilhosos legalismos humanísticos da CLT sobre salários e condições seguras e adequadas de trabalho. (FRENCH, 2001:16)

Essa gritante diferença entre lei e prática era sentida pelos trabalhadores, que em maior ou menor grau reagiam, através de greves ou de ações trabalhistas.

Apesar dos problemas – a tentativa de controle e o desrespeito às leis – a legislação social trouxe vantagens para os trabalhadores. Estes ganharam em termos de aumento de sua legitimidade, possibilidade de exigência, cumprimento de seus direitos e incremento de uma “capacidade de barganha” diante dos patrões – mesmo que todas essas características estejam mediadas pela Justiça (BARBOSA, 2008:121). Além disso, a consolidação da CLT e outros benefícios ligados a ela, incluindo os tribunais do trabalho, é um reconhecimento a mobilização dos trabalhadores.

Essa interação é importante para se compreender o movimento dos trabalhadores do período. Era uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a legalização dos sindicatos representava o reconhecimento pelo Estado da força de organização e contestação dos trabalhadores, também se constituía em uma estratégia de controle dos mesmos. Mas muitas vezes os trabalhadores extraíam do modelo político clientelista recursos para suas lutas e para o fortalecimento das suas noções de justiça social (SILVA, 1999: 80). Havia, então, uma relação de reciprocidade

Mas essa relação não inibia a luta direta dos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho e em conquista de direitos. Com o aumento da repressão do Estado, houve uma maior reação popular. Os anos 50 inauguraram um processo de crescimento gradual das greves no Brasil. Entre 1950 e 1960, a maior concentração de greves está na região Centro-Sul: 67,3% em 1950 e 69,9% em 1960. Minas Gerais e Espírito Santo detêm 9,4% em 1950 e 8,7% em 1960 (SANDOVAL, 1994:34). Apesar de a maioria estar na cidade de São Paulo, os números que indicam a presença de movimentos em Minas Gerais são expressivos. Isso indica um crescimento da capacidade de mobilização dos trabalhadores e o desenvolvimento de novas formas de ação e organização no período.

Em 1953, houve uma paralisação em massa em São Paulo e cidades vizinhas, como Santo André e São Caetano, envolvendo mais de 300 mil trabalhadores de múltiplas categorias (têxteis, metalúrgicos, gráficos etc.), que reivindicavam reajuste salarial. A greve só foi encerrada quando houve um acordo entre patrões e empregados. Apesar de o índice ser menor do que o pretendido, o impacto da mobilização nos sindicatos e na cultura política foi positivo, no sentido de reacender o movimento operário e sua autonomia (COSTA, 1999:111). Essa luta assinalou a reconquista dos sindicatos pelos setores atuantes, em um contexto de crescente repressão do governo Dutra (1946-1950). Além disso, assinalou também a renovação do movimento operário, já que atraiu novos militantes.

Em 1957, ocorreu em São Paulo uma greve em massa, que mobilizou mais de 400 mil trabalhadores – por isso ficou conhecida como “a greve dos 400 mil”. O salário era a principal reclamação dos grevistas, mas as reivindicações se entendiam para vários fatores de condições de trabalho e sobrevivência. A greve contou com 80% dos trabalhadores dos setores envolvidos parando suas atividades. No segundo dia, a paralisação foi de quase 100% dos trabalhadores

(FONTES, 1999:155), e o movimento ganhou as ruas, conquistando outros setores da sociedade e ganhando características de rebelião popular (FONTES, 1999:159). Mesmo que os valores negociados no final tenham sido bem abaixo dos estipulados inicialmente, e dos valores reivindicados, a proporção que a greve tomou e o fato dos empregadores terem de ceder á negociações foram provas de que a greve constituiu uma vitória para os trabalhadores e para o movimento sindical.

Crescimento do setor metalúrgico e o movimento operário em Juiz de Fora-MG

Na primeira metade do século XX, Juiz de Fora assistiu a um grande crescimento industrial. O período compreendido entre 1930 e 1939 foi de intensa industrialização na cidade, aonde as fábricas multiplicaram-se, e conseqüentemente o número de trabalhadores empregados. A partir desse período, o parque industrial da cidade passou a ser composto principalmente pelos ramos têxtil e de alimentos e bebidas. Juntas, correspondiam a 33% dos estabelecimentos comerciais, 19% dos capitais e 65% da mão de obra empregada na indústria na cidade. Em 1950, esses números já subiam para, respectivamente, 37%, 60% e 68% (PACHECO, 1996:175). Constatava-se nas duas categorias o uso intensivo de mão-de-obra e a baixa mecanização - segundo vários industriais do período, a principal atração das indústrias à cidade, além de sua posição privilegiada, era a abundância de mão de obra barata (LOYOLA, 1980, P. 32).

Dessa forma, na década de 1950 o setor tradicional já se firmava como o parque industrial mais importante da cidade, com grande ênfase para o setor têxtil – que elevou Juiz de Fora a nível de pólo nacional da categoria (LOYOLA, 1980, 37). Essa passou a representar 48% dos capitais industriais da cidade, e empregavam cerca de 60% da mão-de-obra ativa (PACHECO, 1996:23). Mas, concomitantemente, assistiu-se a um movimento de redução da evolução da mão de obra ocupada, o que pode ser explicada por um crescente processo de mecanização das fábricas, dispersoras de mão-de-obra.

A partir de 1950 os setores modernos (sobretudo o metalúrgico) foram crescendo no país, enquanto dos setores tradicionais, até então hegemônicos, começaram um processo de lento declínio (NETO, 2006:39). O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi caracterizado como o ápice do modelo nacional-desenvolvimentista do Brasil. Seria um período de grande modernização e desenvolvimento social, como representado no famoso slogan *50 anos em 5*. O crescimento da força de trabalho no período desacelerou, devido ao processo de automação da

indústria brasileira, que favorecia o setor metalúrgico em detrimento dos tradicionais. Os planos político-econômicos do governo incitavam o crescimento das indústrias de base, de máquinas e de bens de consumo duráveis, principalmente o de veículos a motor.

Em Juiz de Fora, também foi um período de crescimento do setor moderno.

O setor tradicional, portanto, dominou em termos do emprego da maior proporção da força de trabalho industrial até a década de 1950. Por outro lado, em termo de produção de lucros, as indústrias do setor moderno demonstraram um maior desempenho. (BARBOSA, 2008: 31)

Nesse contexto, as indústrias metalúrgicas já surgiam como um importante novo investimento à industrialização estagnada da cidade, em um contexto de diversificação do parque industrial em todo o país. Denílson Barbosa, em sua tese de mestrado defendida em 2008, já enxergava esse crescimento do setor a partir da análise de processos trabalhistas, aonde os empregados das metalúrgicas aparecem em números e em dados significativos (BARBOSA, 2008: 31).

Em números mais exatos, em 1950 a indústria têxtil empregava 17,8% das fábricas da cidade, 48% dos capitais e 60,6% da mão de obra ativa. A metalúrgica, por sua vez, ocupava neste ano: 18,5% dos estabelecimentos, 5,4% dos capitais e apenas 3% da mão de obra empregada (PACHECO, 1996:24). E ainda

Enquanto o número de indústrias aumenta 598% entre 1920 e 1950, a mão de obra ocupada aumenta apenas 118% [nas indústrias têxteis]. Isto pode ter dois significados. Por um lado, uma maior mecanização das indústrias já instaladas, o que permitia que a mão de obra dispensada viesse a ser absorvida pelas novas indústrias que se instalavam. (PACHECO, 1996:16)

Cabe aqui lembrar que os setores modernos nesse período estavam em vias de desenvolvimento na cidade e no país, em um contexto de estímulo do governo ao crescimento das indústrias de base e de bens de consumo duráveis (NETO, 2006:41); em contrapartida, o setor tradicional estava no início de um processo de declínio. As indústrias do setor dinâmico, sobretudo a metalúrgica, absorvia a mão-de-obra dispensada no processo de mecanização das indústrias tradicionais; mas não havia absorção suficiente para a demanda de dispensados, uma vez que os setores modernos necessitavam de mão-de-obra qualificada. Todas essas características tinham impactos diretos na classe trabalhadora.

Com a redemocratização política em 1945, os sindicatos e os movimentos sociais tiveram efetivo retorno em suas lutas e movimentações. Mas isso não significa que ficaram neutros durante o período do Estado Novo. Apesar de toda a repressão, há notícias de paralisações, greves e outras movimentações de caráter reivindicatório - em Juiz de Fora, houve greves em 1940 e 1943 (PACHECO, 1996:175). Por conta da censura a imprensa na época, são esses os dados efetivamente levantados; são poucos, mas indicam que o movimento operário não se calou diante do sistema corporativo e da censura por parte do Estado.

A situação dos trabalhadores urbanos em Juiz de Fora na década de 30 não era muito diferente da dos trabalhadores do resto do país. Os salários eram muito baixos, a base dos pagamentos variava entre os setores e os empregadores; a jornada de trabalho variava de 10 a 14 horas diárias; os castigos corporais aos aprendizes era prática comum, assim como punições e suspensões (LOYOLA, 1980:46). A institucionalização da CLT trouxe à cidade e ao resto do país leis que deram um alento aos trabalhadores, principalmente no que concerne a jornada de trabalho e aos salários; mas não resolveu terminantemente o problema da exploração da mão de obra, e nem enganou completamente os operários com seu teor *paternalista*, como comprovam os números de greves e indicativos de greve, e outras manifestações de insatisfação popular.

Após o Estado Novo, findo em 1945, o movimento operário em Juiz de Fora ganhou novo fôlego com o regime democrático, embora ainda esbarrasse no sistema corporativista que o período herdou e deu continuidade. Assim como os operários no resto do país, os juizforanos sentiam a ambiguidade das relações de classe no Brasil: ao mesmo tempo em que houve uma tentativa de controle do Estado, houve um atendimento a antigas demandas e reivindicações - de modo que era reconhecido que as leis sociais lançadas pelo Estado foram conquistadas, e não concessões. Isso poderia ser encarado como uma manifestação de consciência de classe (LOYOLA, 1980:55), indo contra antigos estudos que apontam a ausência do mesmo como sucesso da política dita populista.

Além disso, a cidade de Juiz de Fora ainda sofria com as consequências de uma grave crise econômica no fim da década de 30, que levou várias empresas à falência, e consequentemente causou grande desemprego (LOYOLA, 1980:53). Isso aliado à abertura política (mesmo que limitada) explicaria a eclosão de um maior número de greves e de processos trabalhistas logo no início do novo regime.

Tão logo a democracia floresceu, a cidade assistiu a uma nova onda de greves, em composição com o contexto nacional. Entre março de 1945 e junho de 1946, Jairo Pacheco observou a presença de pelo menos quatro greves na cidade, envolvendo os têxteis, os ferroviários e os bancários. Em dezembro de 1946, houve greve iniciada pelos trabalhadores têxteis, mas que logo englobou outras categorias e só teve fim em janeiro de 1947. Em 1948, todas as fábricas de tecelagem em JF paralisaram por alguns dias, sofrendo inclusive repressão policial e prisões de “subversivos”. (PACHECO, 1996:176-180)

Em 1946, segundo o depoimento de um líder sindical (LOYOLA, 1980:63), houve uma greve “contra o sindicato” que durou dois dias e englobou trabalhadores de quase todas as empresas têxteis da cidade. Segundo o relato, essa reivindicação aconteceu porque o Ministério do Trabalho mandou um representante para evitar a eclosão do movimento, alegando que os pretensos grevistas “não tinham razão de reivindicar”. O presidente do sindicato não reagiu, de modo que o grito de greve foi anunciado pelos próprios líderes do movimento - a despeito do sindicato.

O governo de Dutra ainda enfrentou outras reviravoltas e desconfiança por parte dos trabalhadores da cidade. Em relato de outro trabalhador juiz-forano na obra de Loyola:

Naquela época, havia uma oposição aqui no sindicato contra a diretoria. Porque, com o governo de Dutra, foi criado o tal peleguismo, porque não houve eleição no período dele, eleição para o sindicato. [...] Então, qualquer um elemento que discordasse da diretoria era tachado de agitador e comunista. (LOYOLA, 1980:65)

Com o retorno de Vargas em 1950 e seus discursos de aproximação com a classe operária, os trabalhadores ganham novo fôlego para enfrentar as barreiras do sindicato corporativo e dar voz às suas reivindicações. Em todo o país, a década de 50 é caracterizado por uma grande efervescência política dos trabalhadores, e Juiz de Fora não ficou alheia à esse contexto.

Um grande exemplo do papel ativo dos trabalhadores juiz-foranos na mobilização nacional foi o aumento de 100% do salário mínimo em todo o país, decretado pelo governo federal em 1951. Um sindicalista da cidade estava na composição da representação mineira que, junto com representantes de outros estados, integrou a comissão de revisão de salário mínimo

proposto pelo Ministro do Trabalho João Goulart. Em 1954, foi decretado que o salário mínimo em Juiz de Fora subisse de Cr\$ 900 para Cr\$ 2.200 (LOYOLA, 1980:68) - um aumento de 110,5%, nível acima do estipulado nacionalmente, o que atesta a grande mobilização dos trabalhadores da cidade e a importância destes no movimento sindical.

O acordo do aumento do salário mínimo previa um prazo de 60 dias para que as empresas se adequassem ao novo valor. Mas os industriais não respeitaram, o que levou os trabalhadores têxteis a uma greve geral, junto com Belo Horizonte. Na capital, a greve durou apenas um dia, mas em Juiz de Fora durou cinco, com adesão de outras categorias, para pressionar o patronato a respeitar o aumento previsto em lei. Esses últimos não tiveram alternativa senão aceitar, e o aumento salarial foi aderido finalmente na cidade (LOYOLA, 1980:71).

Uma observação que deve ser feita aqui é que, de acordo com relato dos sindicalistas envolvidos nesse movimento, o aumento salarial não foi visto como uma mera concessão do governo Vargas e do ministro Goulart, e sim uma conquista dos própriostrabalhadores - que souberam aproveitar a conjuntura do governo favorável a seus interesses, e não a depender dele (LOYOLA, 1980:72).

Nesse sentido, a ideologia nacional-desenvolvimentista e sua característica de “aliança classista” influenciou o movimento operário em Juiz de Fora, que em algum momento buscava na aliança com o Estado o atendimento as suas reivindicações. Mas isso não eliminava conflitos e a reação patronal. De fato, a “conciliação” só era possível com a pressão popular, seja pela negociação direta com os industriais, seja com as greves. Nesse período, há exemplos dos dois casos. Houve greves em 1947 e em 1948, como já citados; e em 1960 houve o acordo em relação a um novo aumento de salário, que foi conquistado mediante acordo com o patronato e o governo (LOYOLA, 1980:84).

Esses casos, entre outros, comprovam o que a historiografia recente vem defendendo: que os trabalhadores de Juiz de Fora e de todo o Brasil não aceitaram passivamente a tentativa de controle do Estado. Pelo contrário, os mesmos reagiam, seja em forma de luta direta; seja em forma de apropriação e adaptação das políticas trabalhistas, reivindicando junto ao patronato os seus direitos defendidos pela lei, e até mesmo a criação de novos direitos.

Nesse sentido, não foi coincidência o que o estudo de Denilson Barbosa (2008) constatou: em 1949, houve um pico nas reclamações trabalhistas nesse ano devido a criação da lei de descanso semanal remunerado. Tão logo a lei foi homologada, a resposta na Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora foi imediata. Isto também ocorreu em 1943, quando os trabalhadores menores de idade na cidade reivindicaram diferença de salário em relação ao mínimo, alegando que não eram aprendizes. Na CLT, os menores de idade reconhecidos como aprendizes recebiam metade do salário mínimo; mas os que entraram com processo alegaram que, apesar de serem menores de idade, não eram oficialmente aprendizes, de modo que tinham direito ao salário integral. A ação foi considerada procedente pela junta local, e confirmada em instâncias regional e nacional, o que causou repercussão na imprensa local e até no resto do país. E, o mais importante: por ser um dissídio coletivo considerado procedente em um processo legal, foi decretado lei nacional (BARBOSA, 2008:85-88).

O processo acima citado repercutiu nacionalmente e regulamentou uma nova lei sobre o salário do menor. É um grande exemplo de como a Justiça do Trabalho foi apropriada pela luta operária para defesa e regulamentação de velhos e novos direitos. Concomitantemente, foi um período de grande mobilização popular, provando que a JT não inibe o movimento operário.

Apesar das limitações apresentadas pelo Estado corporativista, o movimento sindical em Juiz de Fora foi ativo a tal ponto que se destacou nacionalmente. Os operários juiz-foranos mostraram-se combativos, independentes de suas origens e capacidades – ao contrário do que fora defendido por décadas pelos estudos tradicionais.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Denilson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho*. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2008.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pp. 61-124.

FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando Teixeira. COSTA, Hélio. FONTES, Paulo. ET AL. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. In: *Locus*. Revista de História, Juiz de Fora, v.12. n.02. pp. 61-86, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: editora da Fundação

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Getúlio Vargas, 2008.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol.1, n.2, Pp. 31-58. 1996.

LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB*. Estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis: Vozes Ltda. em co-edição com CEBRAP, 1980.

NETO, Murilo Leal Pereira. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”*; Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pp. 167-203.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 321-377.

_____. Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão. In: *Locus*. Revista de História. Juiz de Fora: Editora da UFJF, v. 13, n 2. Pp. 87-108, 2007.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994.

PACHECO, Jairo. *Guerra na Fábrica: Cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – O caso de Juiz de Fora-MG*. Tese (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Charge, o desenho da crítica política

Marcelo Romero
Mestre – UFJF
mromerobr@gmail.com

RESUMO: Esse trabalho objetiva analisar o debate historiográfico acerca da definição de charge, além de discutir um referencial teórico-metodológico que auxilie a utilização desse tipo de registro histórico para a compreensão da prática política no Brasil contemporâneo. Aventa-se a hipótese de que a elevação da charge à condição de fonte histórica permite delinear, com maior clareza, os contornos da multiplicidade dos demais registros históricos mobilizados para a investigação contribuindo, assim, para uma reconstrução histórica mais abrangente da análise da prática política do período em questão. O cotejamento dos testemunhos imagéticos com os testemunhos historiográficos, por exemplo, permite identificar os pontos de inflexão, de convergência, de reiteração ou dissensão entre os argumentos utilizados pelo artista e aqueles verificados no interior do debate acadêmico sobre o assunto. Disso resulta a possibilidade de compreensão da charge como expressão da crônica jornalística acerca da prática política cotidiana no país.

PALAVRAS-CHAVE: Charge; Prática Política; Brasil Contemporâneo.

O conceito de charge

A historiografia conta hoje, essencialmente, com dois posicionamentos relativos à definição de charge. Por um lado, compreendem-na como sinônimo de caricatura, não vislumbrando a necessidade de estabelecer distinções significativas entre ambos os termos. Muitos autores adotam essa concepção e a publicação mais recente no interior dessa corrente é a do historiador Luciano Magno (2012, p. 15). O posicionamento mais emblemático, no entanto, é o do pesquisador venezuelano Carlos Abreu Sojo (2001a, 2001b, 2001c) que publicou um conjunto de artigos identificando uma série de especificidades na forma, conteúdo e objetivos das distintas produções imagéticas analisadas por ele sem, contudo, deixar de insistir na utilização do termo caricatura como a melhor forma de classificá-las.

Há, por outro lado, os que compreendem a charge como uma produção imagética dotada de características específicas o suficiente para ensejar a sua diferenciação frente à técnica caricatural. As possibilidades de particularização dessas produções se dividem entre caricatura,

charge e cartum. Ainda que se esforcem por distingui-las, alguns pesquisadores acabam inserindo-as em uma classificação mais abrangente denominada de humor gráfico⁴, no interior da qual se agrega também o gênero relativo às histórias em quadrinhos. O regulamento do *Quadragesimo Salão Internacional de Humor de Piracicaba* (2013) é um exemplo contemporâneo de definições que atentam para as distinções existentes entre charge, caricatura e cartum, embora classifique a todas sob a rubrica do humor gráfico.

Elementos formais e substantivos da charge

Além de fatores de natureza semântica, as divergências acerca da definição de charge giram em torno, ora da qualificação dos elementos que lhe se constitutivos, ora das funções que cumpre ou, ainda, dos objetivos que encerra. Em virtude de tais fatores se entrelaçarem, a explanação foi organizada de modo a indicar o elemento constitutivo e discorrer, simultaneamente, acerca dos seus aspectos formais e substantivos. A opção por analisá-los separadamente só ocorreu quando o procedimento sugeriu ou demandou maior capacidade explicativa. Ao final de cada aspecto analisado remeteu-se, sempre que possível, à maneira pela qual o elemento em tela se apresentou nas charges de Arnaldo Angeli Filho (1956) sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, de modo a pautar a sua definição por meio da produção do desenhista.

A charge é composta por um desenho⁵ apresentado em apenas um quadro, que pode ser dividido em duas ou mais partes⁶, atribuindo, assim, uma estrutura sequencial à narrativa, típica das “tirinhas” de jornal ou das histórias em quadrinhos. A utilização dessa estrutura permite o desenvolvimento de narrativas que demandam um número maior de enunciados para a construção do discurso do artista dentro do exíguo espaço característico da charge. Angeli é um desenhista conhecido pelas inúmeras personagens e histórias em quadrinhos que criou, e lança mão desse recurso com bastante frequência nos desenhos que produz para o jornal *Folha de S. Paulo*.

⁴ São poucos os autores que optam pela caracterização particularizada das produções imagéticas com as quais trabalham. Dentre os quais se destacam: Gawryszewski (2008); Motta (2006); Miani (2005); Riani (2002). Teixeira (2005) é o autor que define charge de maneira específica.

⁵ Silva (2008) lembra que a charge também pode resultar da intervenção do artista sobre uma fotografia, cuja inclusão de elementos verbais e/ou pictóricos visa à comicidade, como se pode observar na charge da Imagem 6, em anexo. Abreu Sojo (2001a) assinala os distintos usos de fotografias na caricatura.

⁶ Opinião divergente pode ser encontrada em Miani (2012, p. 39).

O postulado de que um dos seus elementos reside no intuito de provocar o riso, tornou recorrente a classificação da charge como uma categoria do humor gráfico⁷. Apesar das ressalvas feitas pela maioria dos autores, de que nem toda charge visa ao cômico, a sua qualificação como um desenho de humor, apesar de não ser equivocada, contribui pouco para a identificação das especificidades próprias da charge.

Além da cumplicidade que enseja entre o desenhista e o leitor e da facilitação na aceitação da mensagem pelo último, o objetivo de conduzir o leitor ao riso, como elemento da charge, permite transgredir a racionalidade sisuda das notícias do periódico em que é publicada (TEIXEIRA, 2005, p. 15), e torna, por vezes, a crítica aos governantes menos incisiva e, assim, mais tolerável, servindo até mesmo de “válvula de escape” (MOTTA, 2006, p. 24), embora nem toda forma de riso, a respeito de qualquer assunto e a qualquer momento, seja aceitável (DELIGNE, 2011, p. 31-32).

Em todas as charges analisadas para este trabalho existe a intenção do artista em apresentar a mensagem elaborada por meio de situações cômicas. Pode-se, então, reiterar a intenção de causar o riso como elemento constitutivo da charge do Angeli. Mais ainda, é possível inferir também que o elemento é inerente ao processo criativo deste autor e da maneira como ele concebe o comentário dos fatos políticos acerca dos quais se pronuncia. É necessário reconhecer, porém, que a incorporação da comicidade como elemento usual da charge do desenhista é uma estratégia, um chamariz, para que sua produção transite entre o maior número de pessoas, contribuindo, igualmente, para a venda do jornal (FAUSTO NETO; SANCHOTENE, 2008). Assim, deflagrar o riso é antes um veículo do que uma premissa da charge, propósito maior está no seu comentário crítico sobre os fatos que aborda.

Outro elemento da charge é a introdução da linguagem verbal ao lado da imagética. A primeira é apresentada sob a forma de títulos, legendas e diálogos. Usualmente os títulos e legendas são dispostos nas partes superiores e/ou inferiores do quadro. Já os diálogos podem estar inseridos nos balões tradicionalmente presentes nas histórias em quadrinhos. A disposição da linguagem verbal não é rígida, escapando às indicações aqui apontadas em função da perspectiva adotada pelo artista.

⁷ cf.: Arrigoni (2011), Gawryszewski (2008), Gombrich (2007; 2003; 1938), Aragão (2007), Motta (2006), Nery (2006), Teixeira (2007), Miani (2005), Riani (2002).

A relação entre linguagem verbal e imagética na charge é complexa, recebendo atenção e tratamentos diversificados por autores de diferentes áreas do conhecimento, embora a maioria se remeta à presença desses elementos na charge e na caricatura indistintamente. Nas charges do Angeli, normalmente, ambas exercem função complementar no diálogo que estabelecem entre si para a construção dos sentidos da narrativa, conforme indicado por Souza (2009, p. 14),

[...] complementaridade que se caracteriza pela equivalência entre os dois códigos. Neste caso, são potencializados os vários recursos de expressão semióticos de cada sistema de linguagem e ambos tornam-se necessários para se compreender o significado global da mensagem [...] imagem e texto se equivalem em grau de importância, cada código informa com seu potencial midiático específico, a imagem possui lacunas que são preenchidas pelo texto ou vice-versa. O olhar do observador dirige-se, na mesma medida, de um código para o outro.

Posição que se aproxima da ideia de complementaridade destacada por Souza (2009) é a de Motta (2006, p. 29) que fala em “justaposição de imagem e texto”. Dentro da mesma perspectiva se encontra Arbach (2007), autor que valoriza a subjetividade do artista ao inferir que “o material a ser utilizado pelo ilustrador não está diretamente nas palavras, mas no espaço entre elas. É nesse espaço vazio, indefinido, nesta área crepuscular entre uma palavra e outra que se localiza a ilustração”. Nem todos os analistas, porém, orientam-se pela mesma premissa. Genericamente, há os que apontam a assimetria existente na relação entre texto e imagem (ARRIGONI, 2011, p. 2072), os que a concebem em favor da imagem (SILVA, 2008); (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 24) e os que a percebem, em algumas situações, em favor do texto (ABREU SOJO, 2001b).

Ainda sobre a questão da linguagem nas charges é preciso considerar que – em função da necessidade em transmitir as suas mensagens da maneira concisa e objetiva – a utilização de figuras de linguagem, além de elemento recorrente neste tipo de produção imagética, é estratégia por excelência dos desenhistas. Uma ampla gama é mobilizada. Ironias, metáforas e metonímias são, para Motta (2006, p. 28), as principais entre elas.

Merece destaque a frequência com que Angeli emprega o motivo das faixas presidenciais para criticar o governo Fernando Henrique Cardoso. Metonímia utilizada por Angeli para a referência ao Poder Executivo, além de facilitar a caracterização da personagem presidencial, uma série de charges as emprega para versar sobre as inúmeras questões que perpassaram os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. As temáticas são diversas e abordam, metafórica e

ironicamente, desde as discussões relativas às manobras para “alinhar” a unidade da coligação partidária governista, por exemplo, até os esforços promovidos em torno da reeleição de Cardoso – tópico mais recorrente.

Sobre a periodicidade com que as figuras de linguagem são utilizadas nas sátiras políticas Gombrich infere que a metáfora apresentou maior longevidade. Segundo o historiador, a derrocada de um governante representada por meio da queda de um cavaleiro da sua montaria pode ser observada em registros que perpassam seiscentos anos (2003, p. 200).

Barcos e carros, além dos cavalos, também compõem os motivos artísticos a denotar metaforicamente o Estado. Por sua vez, animais peçonhentos – como aranhas, cobras e insetos – reforçam a virulência da apreciação desfavorável remetida aos opositores. Alude-se a partidas de xadrez e futebol como símbolos das artimanhas dos atores políticos na sua luta pelo poder (MOTTA, p. 28). As metáforas construídas por Angeli agregam a maioria desses motivos artísticos, como o tradicional navio de guerra para aludir ao governo. O desenhista imprime, no entanto, o seu toque pessoal às metáforas referentes ao Estado que, no seu traço, já foi caracterizado como um ônibus, um robô, um aquário e, até mesmo, um camburão. Animais abjetos são mobilizados para sugerir, ora a relação de Cardoso com os seus opositores, ora a crítica de Angeli ao presidente. Da mesma maneira, portanto, além das tradicionais cobras, corvos e urubus, são arregimentados tubarões, gafanhotos, crocodilos, sapos, lobos, etc.

Uma particularidade – na utilização que Angeli faz do tropo para sugerir a sensação de repulsa – está na representação da oposição a Fernando Henrique Cardoso por meio da remissão à presença de mofo e bolor nas paredes do Palácio do Planalto ou à irrupção de acnes e brotoejas no seu rosto, além do desconforto causado por unhas encravadas, calos e joanetes nos pés do presidente. O protagonista privilegiado neste tipo de representação é, usualmente, o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, embora outros atores políticos sejam mencionados, inclusive da base aliada do governo.

Gombrich sustenta que a translação é o tropo mais favorável para que a caricatura política alcance os seus efeitos no comentário que faz das “notícias da atualidade diária”. Assim, habilmente manejada, a metáfora exclama a sofisticação da crítica aquilatada pelo artista e oferece “[...] uma explicação imaginária dos acontecimentos do mundo. [...] Daí que nada seja mais

característico da sátira política que seu conservadorismo, a tendência em recorrer ao mesmo velho fundo de motivos e estereótipos” (2003, p. 199-200).

É especialmente por meio dos estereótipos que os desenhistas estabelecem o vínculo necessário para a abordagem da realidade, fazendo de ambos – estereótipos e interpretação da realidade – elementos constitutivos do discurso existente na charge. Apesar de (justamente) associados a práticas e discursos preconceituosos e assumirem uma conotação essencialmente pejorativa, “os estereótipos são parâmetros simplificados que transformam detalhes (calcados na observação da realidade ou tornados reais por insistências repetitivas) no todo [...]” (GOODWIN, 2001, p. 535) e, dessa maneira, podem se transformar em “instrumento do conhecimento” ao permitir explicitar, sinteticamente, o “não dito” (ZINK, 2011, p. 47-48).

Ao incidirem principalmente sobre a figura de Cardoso, os estereótipos construídos por Angeli fazem transparecer a compreensão, tanto das características que o desenhista julga como próprias do seu caráter, quanto o discernimento que o chargista deseja expressar acerca da prática política do governante. Assim, observa-se na produção do artista o escalonamento de uma série de tipos sociais que vão dos mais corriqueiros e tradicionais estereótipos (náufrago, cientista, profeta, goleiro, sapateiro, cozinheiro, monarca, dona de casa, surfista, etc.), até modelos inusitados e com maior grau de sofisticação (colonizador português, o cantor de axé Carlinhos Brown, o cantor de rock Elvis Presley, o imperador romano Júlio César, personagem de *reality show*, etc.).

A abordagem da realidade por meio do comentário crítico do cotidiano da política é, por sua vez, outro elemento constitutivo da charge.⁸ Situa-se neste aspecto uma das contribuições que a análise do discurso contido na charge oferece para a reconstrução do processo histórico, pois, de acordo com Teixeira, “a charge resume situações que a sociedade vive com problemas, e os recria com os recursos gráficos que lhe são próprios” (2005, p. 73). Nisto reside também a possibilidade do seu autor em se colocar como ator político que participa do debate público sobre as questões políticas de sua época.

Desse modo, as charges exprimem visões de mundo revestidas de historicidade, pois manifestam a representação que sujeitos históricos construíram acerca da época em que viveram.

⁸ cf.: Gawryszewski (2008), Miani (2012; 2005), Motta (2006), Teixeira (2005).

Ao traduzirem o que entendiam ser pertinente, os desenhistas muniram seu trabalho de narrativas históricas que trazem a “marca do individual e do coletivo” (LEMOS, 2006, p. 05) e levam o historiador a remeter-se ao passado, a fim de apreendê-lo, o que atribui à charge a condição de fonte histórica.

O comentário das notícias diárias promovido pela charge se realiza, em grande medida, por meio do recurso à intertextualidade, uma das marcas distintivas deste tipo de produção imagética. Ao dialogar com as reportagens, com a opinião dos cronistas e os editoriais publicados no jornal, o desenhista estabelece uma relação polifônica com os demais textos que contribui para uma apreensão mais abrangente de todas as questões discutidas pelo chargista. Isso não implica na necessidade em valer-se de tais textos para a compreensão da mensagem do artista, mas, em explorar todo o potencial que a reflexão decorrente da associação entre os diversos comentários publicados no jornal pode produzir (ROMUALDO, 2002).

A presença da intertextualidade na produção de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso é tão significativa que culminou na publicação de um livro, em coautoria com Carlos Heitor Cony, no qual as crônicas do último estabelecem estreito diálogo com as críticas elaboradas pelo artista, evidenciando a recorrência com que a charge se reporta aos textos que lhe são adjacentes no período (ANGELI; CONY, 2000).

Outra especificidade da charge encontra-se na temporalidade que lhe é subjacente. Veículo do comentário das notícias diárias, seu discurso erige-se em torno do acontecimento recente, quase imediato. Se, por um lado, tal característica subtrai ao autor a vantagem da análise distanciada, favorece-o com a perspectiva da proximidade com os fatos. Por outro lado, o trabalho de recuperação do passado pelo historiador, ao mesmo tempo em que se beneficia de tal proximidade do desenhista com o objeto do seu comentário, esbarra nas dificuldades inerentes a uma interpretação tão pontual quanto a do chargista. Desse modo, “[...] assim como a notícia, a charge indica transitoriedade e é importante observar também, que ela mantém sua força e ação num espaço breve de tempo em que os acontecimentos a que se refere permanecem na memória individual e social imediata [...]” (GRUDZINSKI, 2012, p. 07).

As peculiaridades da charge

Uma definição de charge orientada para a identificação das especificidades que lhe são intrínsecas deve considerar, portanto, os aspectos historicamente responsáveis pela sua

configuração hodierna, as suas relações com o suporte material que a veicula, os objetivos a que se propõe e as funções que cumpre. Deve, sobretudo, analisar os mecanismos de construção dos significados provenientes do seu discurso e examinar as suas estratégias de elaboração.

Ligada à tradição panfletária que se remete ao século XVII, a charge tem na crítica política o seu principal elemento definidor. As peças gráficas em que tais críticas eram veiculadas evidenciam, não somente o seu pertencimento ao gênero jornalístico, mas também, a natureza pública de tal produção imagética.

A assimilação do retrato caricaturado pela charge dotou-a, a partir do século XVIII, de profícuos instrumentos para a difusão da crítica política que lhe é peculiar. A caracterização elaborada por meio do exagero dos traços físicos daquele que se retrata e voltada para a explicitação dos aspectos negativos do seu caráter passou a se constituir em elemento intrínseco à produção chargística desde então.

Some-se a tais especificidades a função de comentar as notícias cotidianas – o que introduz a charge no plano da temporalidade do acontecimento recente – por meio de uma linguagem peculiar que se utiliza, de maneira complementar, das linguagens verbal e imagética, constituídas no âmbito de uma prática intertextual. Tem-se, dessa forma, um conjunto de singularidades que viabilizam uma definição de charge erigida por meio dos elementos que lhe são intrínsecos e a distingue das demais formas de humor gráfico.

É nessa perspectiva que o discurso político do desenhista se apresenta como expressão da crônica política jornalística, cuja expressão se vê constituída nos comentários que elabora acerca das notícias cotidianas sobre a prática política que lhe é contemporânea.

Referências Bibliográficas

ABREU SOJO, Carlos. Periodismo iconográfico (X). Clasificaciones sobre la caricatura (y2). **Revista latina de comunicación social**, n. 45, año 4, dez./2001a. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina45diciembre/4506abreu.htm>>. Captado em: 13 abr. 2013.

_____. Periodismo iconográfico (VII). Hacia una definición de caricatura. **Revista latina de comunicación social**, n.40, año 4, abr./2001b. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina40abr/102cabreuVII.htm>>. Captado em: 19 abr. 2013.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____. Periodismo iconográfico (VI). La caricatura, historia y definiciones. **Revista latina de comunicación social**, n. 38, año 4, fev./2001c. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina38feb/124abreu6.htm>>. Captado em: 19 abr. 2013.

ARAGÃO, Octávio. Charges e política – o riso moldando um país. *História, imagens e narrativas*. n. 5, ano 3, set./2007.

ARRIGONI, Mariana de Mello. Debatendo os conceitos de Caricatura, Charge e Cartum. III **Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, Londrina, p. 2060-2075, maio 2011.

DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo? In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 29-46.

FAUSTO NETO, Antônio; SANCHOTENE, Carlos R. Samuel. O ingresso da charge na mídia: da litografia ao ciberespaço. **História, imagens e narrativas**. n. 7, ano 3, p. 1-21, set./out. 2008.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Revista Domínios da Imagem**, Londrina, n. 2, p. 7-26, maio 2008.

GOMBRICH, Ernest Hans. **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

_____. **Los usos de las imágenes**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

_____; KRIS, Ernest. The principles of Caricature. **British Journal of Medical Psychology**, v. 17, p. 319-342, 1938. Disponível em: <<http://gombricharchive.files.wordpress.com/2011/05/showdoc85.pdf>>. Captado em: 23/07/2013.

GOODWIN, Ricky. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 535-555.

GRUDZINSKI, Silvia Cristina. Critérios jornalísticos de noticiabilidade presentes na rotina produtiva da charge. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1753>. Captado em: 21 jan. 2012. p. 1-11.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. 1.

MAGNO, Luciano. **História da caricatura brasileira**. Os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil. [R.J.]: Gala Edições de Arte, 2012. vol. 1.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA**, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

MIANI, Rozinaldo Antônio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.37-48, 2012.

_____. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. Assis: UNESP/SP. Tese de Doutorado em História, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

REGULAMENTO do 40º Salão Internacional de Humor de Piracicaba. Disponível em: <<http://salaodehumor.piracicaba.sp.gov.br/humor/wp-content/uploads/2013/04/regulamento-2013.pdf>>. Captado em: 24 ago. 2013.

SOUZA, Luciana C. P. de. Com a palavra, a imagem. **História, imagem e narrativas**. n. 9, p. 1-16, out./2009. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao9outubro2009/02-comapalavra.pdf>>. Captado em: 11 jan. 2013.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão: as charges**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 47-68.

Articulações indígenas na primeira década do século XXI: associações indígenas no Vale do Javari.

Ana de Melo
 Mestranda – UERJ
 anascalercio@ig.com.br

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de desenvolver um estudo sobre o movimento indígena no Vale do Javari AM através das associações indígenas, na primeira década do século XXI. As articulações étnicas e políticas pelo direito a saúde e educação diferenciadas desses grupos na busca por uma cidadania plena aos moldes constitucionais. Trata-se da análise das representações do indígena presente nos discursos dessas associações como parte de ações que integram o movimento indígena brasileiro na atualidade. Identificar como tais representações foram construídas, que políticas elas incitam e como as comunidades indígenas reelaboram sua identidade diante dessas redes de relações complexas parece-nos de extrema relevância histórica e antropológica, uma vez que nos permitem conhecer as diferentes formas de representação do indígena brasileiro construída na atualidade e que demonstram as permanências e rupturas da relação desses povos com o Estado brasileiro e com a sociedade civil. O fortalecimento do movimento indígena a partir dos anos 1970 e os novos rumos deste no início do século XXI são objeto da nossa pesquisa, utilizando o estudo de caso das redes de relações das associações interétnicas do Vale do Javari.

PALAVRAS-CHAVE: indigenismo; associativismo; Vale do Javari.

O Movimento indígena ou os movimentos indígenas:

A história do encontro dos povos indígenas com os europeus é marcada por conflitos e negociações. As violências sofridas por esses povos não é novidade, tanto física, biológica e culturalmente, mas podemos afirmar que a resistência sempre esteve presente nessa convivência. Dentro de uma lógica própria, esses povos recriaram suas culturas, fizeram alianças que possibilitaram sua sobrevivência até o século XXI contrariando todas as teorias e práticas assimilacionistas de desaparecimento. Dizimados durante a colonização, dados recentes demonstram que nas últimas décadas do século XX houve um crescimento populacional significativo dos povos indígenas¹.

Na década de 1970 surgiu um movimento por parte de jovens lideranças indígenas apoiadas por ONGs (organizações não governamentais) principalmente o CIMI (conselho

¹ Segundo o censo de 2010 do IBGE a população indígena contava de 740 mil indígenas em detrimento aos 350 mil anteriores. Dados do censo de 2010 do IBGE continuam confirmando esse crescimento: 896 mil índios de 305 etnias. Incluindo processos de etnogênese, índios urbanos e a demarcação de terras como principais motivos para esse crescimento.

indigenista missionário ligada a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil e com grande visibilidade e atuação política, atuando no processo de redemocratização do país) que viabilizaram as chamadas Assembleias indígenas que tinham o objetivo de não esperar que as soluções para a problemática indígena viesse do Estado mas através de uma luta, de um movimento mobilizador para a resolução das questões vivenciadas por esses povos em várias instâncias, como as locais, regionais, nacionais e internacionais. Esse movimento se fortaleceu nos anos de 1980 e 1990 com o advento de leis como a Constituição de 1988 onde o indígena é considerado cidadão pleno sem perder os direitos inerentes à sua condição étnica diferenciada e a Convenção 169 da *organização internacional do trabalho (OIT)* de 27 de junho de 1989 assinada pelo Brasil e colocada em vigor em 19 de abril de 2004 no Decreto nº 5.051, onde a questão participativa é legitimada para a formulação de um Estado plural e democrático. Configuram-se novos espaços de interação (conferências, fóruns, debates) onde o movimento indígena se fortalece principalmente pelas demarcações de territórios indígenas. O objetivo inicial era a criação de uma organização única que representasse as demandas indígenas (temos a criação da UNI-união das nações indígenas-que foi reprimida pelo governo militar por ser considerada de caráter separatista). Mas ao invés de uma unificação o que ocorreu foi a fragmentação desse movimento em associações regionais como a COLAB (conselho indígena da Amazônia Brasileira) que reúne outras associações locais, e associações locais, de gênero, de interesses por atividade, como de professores indígenas, agentes de saúde entre outros. E o que aparentemente seria uma fragilidade acabou por fortalecer essa vertente dos movimentos indígenas. Nesse contexto que as organizações indígenas são formadas, conforme os parâmetros jurídicos das demais associações civis e com o objetivo de representar diretamente os interesses de um ou mais povos indígenas ou captar recursos materiais e simbólicos nas redes de apoio dando visibilidade para um discurso indigenista (um indigenismo alternativo versus um indigenismo oficial)². Com o Brasil sendo sede da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (Eco 92), com a questão de preservação ambiental houve um aumento da demarcação das terras indígenas e uma mudança de foco da política indigenista estatal de assimilacionista para preservacionista (o que não diminuiu na prática os conflitos principalmente locais vivenciados por esses povos, guardadas as especificidades de cada caso) contando com o apoio da opinião pública internacional.

² Ver PERES, Sidnei (2010:60-76)

O movimento indígena ou podemos dizer movimentos indígenas pelas múltiplas formas nas quais se apresentam (segundo Sidnei Peres, o termo usado no singular pelos diversos atores envolvidos ofusca o caráter plural e complexo deste fenômeno social), não encontrou uma unidade nacional devido às especificidades de cada região. De acordo como se constituiu a situação histórica de cada povo é que se estruturam as relações e as demandas em várias escalas.

As trajetórias individuais na política, a nível local (o único a chegar a nível federal foi Mario Juruna como deputado federal), o reconhecimento pela mídia de alguns líderes indígenas como representante dos povos indígenas, manifestações como as ocupações de prédios da FUNAI, os fechamentos de estradas, os sequestros feitos por alguns grupos indígenas e mais recentemente as organizações indígenas como frente de negociações com o Estado, dialogam e confrontam a política oficial do Estado brasileiro. Importante falar que o Estatuto do índio data de 1973 (Lei 6001 de 19/12/1973) um novo estatuto ainda está em votação no Congresso Nacional.

Os movimentos indígenas objetivam uma mobilização da sociedade civil e do Estado para as demandas específicas como demarcação de terras indígenas, fiscalização para a manutenção desses territórios, escolas bilíngues, saúde diferenciada e principalmente a autonomia de gerir seus territórios. Em 2006 na Conferência Nacional dos povos indígenas obtiveram um documento com as propostas para uma política indígena onde através da auto representação e numa unidade “imaginada” onde as diferenças étnicas se fundem numa reafirmação frente ao “não índio” pretende-se uma autonomia e o fim real da tutela até então legitimada por lei. A questão de representação é algo complexo pois as lideranças constituídas nesse momento possuem diversas características e por vezes são jovens líderes que nem sempre possuem real representação no interior do seu povo, ou o apoio das chamadas lideranças tradicionais. Na abertura do documento em questão o discurso oficial da Funai (representante do Estado) é a de representação e participação real dos povos indígenas de acordo com a Constituição (Conferência Nacional dos Povos Indígenas contou com a participação de 900 delegados, representando 173 etnias indígenas.), segundo ainda o discurso oficial a tutela deverá ser mantida como sinônimo de proteção especial mas com autonomia dos povos indígenas e com ações locais nas instâncias estaduais e municipais, essas ações e a própria conferência perpassa pela ideia de construção de

uma “sociedade livre, justa e solidária”³ mas será que na prática representam efetivamente a diversidade vivenciada pelos povos indígenas?

As associações indígenas:

As associações indígenas tiveram um aumento nas últimas décadas: passando de 4 em 1984 para 474 em 2004 segundo dados do *Instituto Socioambiental (ISA)* principalmente na Amazônia Legal (estados da região norte mais os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão) onde estão 262 dessas organizações refletindo a prioridade internacional de financiamentos nesta região. Todo estudo desenvolvido, as ONGs que desejem atuar nessas áreas devem ter o aval de uma associação e trabalhar em parceria frente essas comunidades através de projetos. Por exemplo, no Vale do Javari as associações buscam convênios com ONGs nacionais, internacionais e religiosas que atuem com projetos que ajudem nas questões principalmente na área de saúde que constitui uma grande questão no Vale do Javari. Ao assumir um tipo de organização tipicamente não indígena, os líderes precisam ter conhecimento dos códigos que nela se inserem, e percebe-se uma preocupação de delimitar sua representatividade, de ter estatuto, ter endereço fixo, ser registrado em cartório e sua área de atuação. Assim temos associações de todo tipo como a *UMLAB* (união das mulheres indígenas da Amazônia Brasileira), *APMCIESM* Associação de Pais e Mestres das Comunidades Indígenas da Escola São Miguel AM, *AAISARN* Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro, *COOPERÍNDIO* Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro *FIUPAM* Federação Indígena pela Unificação e Paz Mundial entre outros. Atualmente coexistem 79 associações indígenas na Amazônia, 3 no Vale do Javari com sede na cidade de Atalaia do Norte.⁴

As associações indígenas no Vale do Javari:

O Vale do Javari tem uma população de 4.900 indígenas das etnias: Mayoruna, Matis, Marubo, Kanamari, Kulina e um subgrupo de Kurubo, considerado recém-contatado. Existem 54 aldeias. Além desses povos, o Vale do Javari concentra o maior número de povos indígenas sem contato, considerados “isolados” na mesma terra indígena (estima-se 22 povos)⁵.

³ Retirado do discurso de abertura do então presidente da FUNAI, Mércio P. Gomes, encontrado no documento das deliberações no documento final da Conferência indígena de 2006

⁴ Segundo dados do ISA (instituto socioambiental)

⁵ Fonte: Dossiê da saúde do Vale do Javari-Univaja 2012.

A Terra indígena (TI) do Vale do Javari tem 8,5 milhões de hectares, sendo a segunda maior T.I da Amazônia.

As associações nesta área buscam apoio internacional e da sociedade civil para a solução da sua problemática na área de saúde e manutenção da terra, entre esses argumentos estão a preservação da biodiversidade, dos povos isolados, e do genocídio por doenças que poderiam ser evitados principalmente com a vacinação. Denúncias foram feitas ao Ministério Público e a ONU, mas ainda pouco se vê de ações concretas na região. As epidemias são um grande problema de saúde pública para esses povos que sofrem com a hepatite B e Delta e com a malária. A mortalidade infantil também vem crescendo, e as longas distâncias fluviais necessitam de grande investimento para que esses povos sejam vacinados.

Atualmente coexistem três associações atuando na região: *AIMA* Associação Indígena Matis, *AMAS* Associação Marubo de São Sebastião, *UNIVAJA* União dos Povos Indígenas do Vale do Javari. Essa última substituindo o *CIVAJA* (conselho indígena do Vale do Javari regulamentado em 1991 o Conselho indígena do Vale do Javari (*CIVAJA*) atuou na demarcação participativa no Vale do Javari homologada em 2001, também participando do *DSEI* (distrito sanitário especial indígena) com sua coordenação com maioria da etnia Marubo o *CIVAJA* é um exemplo de que mesmo atuando como técnicos legitimados pela associação e pela FUNAI, essa atuação é política e fica nítido em seus discursos os interesses, valores e concepções indígenas. (Oliveira 1998). a própria demarcação da T.I unindo diversas etnias, teve sua explicação num sonho de um pajé marubo que previa esse dia.

O pluralismo cultural definido por Barth (1982) onde a situação de convivência com outras culturas faz com que haja uma apropriação dos códigos e utilização de modos diversos e novas significações, o contexto histórico dessas relações é de suma importância para a compreensão dessas relações onde perpassam as categorias de cidadania e de direitos.

Nas cartas de repúdio sobre a saúde indígena, nos relatos de assembleias, a participação e representatividade da *Univaja* é reconhecida, pois representa o maior número de indígenas da região inclusive, segundo a associação os índios isolados, logo o Estado brasileiro representado pela *FUNAI* legitima seu discurso, uma vez que pela convenção 169 da *OIT* toda ação em terras indígenas deve ter a participação decisória dos povos ou tribos que nela habitam, sendo assim essa representatividade atende tanto a Convenção 169 quanto a Constituição, um dos meus objetos

de estudo é até que ponto essa representatividade significa autonomia indígena ou seria uma forma sutil de tutela. A descentralização da ação estatal representa autonomia desses povos gerir seus territórios e vidas ou seria abandoná-los a própria sorte sem recursos para suas demandas?

Os conflitos locais historicamente construídos e que pelos últimos acontecimentos relatados na mídia parece que estão longe de serem solucionados nos fazem pensar na imagem que temos do nosso país como um país sem conflitos, me remetem duas frases que nesse contexto me parece significativo que é “Brasil um país de todos” proferida nas propagandas do governo e o lema do *Univaja* ”União pela autonomia dos indígenas do Vale do Javari”. Num país que se auto retrata como democrático e plural as duas frases se encaixam perfeitamente, mas numa democracia em construção até que ponto as leis tem sido aplicadas e fortalecidas pela prática? Será o início de uma nova política indígena ou apenas retórica? Há o perigo ainda do Estado ao dismantelar a estrutura tutelar e clientelista sem criar mecanismos permanentes que possam realizar funções antes atribuídas á agencia indigenista, como saúde, educação ,manutenção do território e operando como fiscalizadores e ainda ao passar a política assistencial para os próprios interessados haja uma diminuição das verbas públicas(ver Peres,2002).

As representações dos indígenas presentes nos discursos da agencia indigenista em âmbito nacional demonstram uma visão como povos originários e tradicionais, tendo o isolamento como autentico e primitivo contra a visão de aculturação e mistura vista como impura e ilegítima. Ao nos debruçarmos sobre as especificidades construídas historicamente, culturalmente, locais e globais podemos chegar á compreensão de processos complexos, saindo de uma noção de relações simples, de um imaginário de homogeneidade dos povos indígenas para construções de contextos e estratégias políticas diversificadas. O essencialismo e um discurso ligado à manutenção do meio ambiente como a missão desses povos frente ao avanço desenvolvimentista é de suma importância para atender as reivindicações desses povos.

Através da prática, das redes de relacionamento formadas regionalmente é que se constroem os rumos do movimento indígena. A cooptação das associações por ONGs, a gerencia de recursos do Estado em diversas instâncias (municipal, estadual e federal), aprender usar a “máquina” burocrática para ter acesso a cidadania tão presente na Constituição, fazem desse modelo uma forma de apropriação da cultura não indígena por esses povos. Os convênios firmados entre diversos grupos e associações indígenas além de tornarem esses últimos

dependentes desses recursos, fazem com que haja um afastamento dos objetivos de obtenção de autonomia pretendido no cerne dos movimentos indígenas. A atuação dessas associações, que além da representatividade também atuam, em alguns casos, administrando recursos de projetos específicos, demonstram uma nova relação com o Estado e com a sociedade civil principalmente através das ONGs, se estamos caminhando para uma real participação desses povos e para o fortalecimento de um Estado nacional multicultural e democrático ou não.

O estudo de casos locais, analisando essas relações em esferas diversas, é de extrema relevância para o debate histórico. De acordo com as ações tomadas por esses povos nas relações que mantem com a sociedade circundante e com o Estado, poderemos alcançar o entendimento se estamos caminhando para uma política realmente indígena que será demonstrada através da administração de seus territórios e dos recursos naturais encontrados nesse território, na participação nas ações decisórias dos assuntos referentes á esses povos como reza a Constituição cidadã⁶. Entre continuidades e rupturas procurarmos entender o processo entre a prática e as leis normatizadoras no âmbito nacional e internacional (como a Convenção 169 da *OIT*) que regulam ou deveriam regular tal prática. E nesse árduo percurso de implantação da legislação, lembrando que tal lei foi escrita em resposta a reivindicações prévias, num debate intenso sobre os direitos das populações indígenas, que saem questionamentos sobre o sujeito político de caráter coletivo que se constrói nessas articulações dos movimentos indígenas e o diálogo que mantém com o Estado.

Quanto já caminhamos para o sonho de uma democracia que contempla as minorias políticas? Quanto na prática podemos ver os avanços delineados no texto constitucional? Quanto ao estudar esses movimentos indígenas em toda sua complexidade no tempo presente podemos contribuir para o debate historiográfico? Acredito que com estudos de casos exemplares, como do UNIVAJA no Vale do Javari poderemos desvendar um pouco mais dessas redes que compõem essas relações há séculos e que já provaram que continuarão fincados nas raízes criadas e recriadas pelos povos indígenas que têm histórias para serem investigadas e contadas.

Referências Bibliográficas

⁶ Como ficou conhecida a Constituição em vigor, promulgada em 1988.

Conferência Nacional dos Povos Indígenas. Relatórios sintetizados e documentos finais das Conferências regionais. Brasília: FUNAI, 2006

Estatuto do índio (lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973)

Constituição federal de 1988

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “**Comunidades Indígenas e Estados Nacional: Histórias, Memórias e Identidades em construção (Rio de Janeiro e México- Séculos XVIII e XIX).**” In: Marta Abreu; Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (ORG). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “**Metamorfoses Indígenas: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro.**” Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

-----.”**Os índios na história do Brasil.**” Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2010

BURKE, Peter. **A escrita da História.** São Paulo: UNESP, 1992.

CASTRO, Teresinha de. **José Bonifácio e a unidade nacional.** Rio de Janeiro: Record, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). “**Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.**” Rio de Janeiro: Campus, 1997. .

CHARTIER, Roger. “**A História Cultural: entre práticas e representações.**” Lisboa: DIFEL, 1982.

CHARTIER, Roger. “**O Mundo como Representação.**” Estudos Avançados, 11, São Paulo, 1991.

CHARTIER, Roger. “**A “nova” História Cultural Existe?.**” In: cultura: revista de história e teoria das idéias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Vol. XIV/2002. IIª SÉRIE.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “**Historia dos Índios no Brasil.**” São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “**Etnicidade: da Cultura Residual, mas Irredutível.**” In: CARVALHO, Maria Rosário G. de (ORG). “**Identidade étnica: mobilização política e cidadania.**” Salvador: UFBA, 1989.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

FERREIRA, A. C. . **Desigualdade e Diversidade no Brasil dos 500 anos: etnografia da conferência e marcha indígena..** In: Roberto Kant de Lima. (Org.). **Antropologia e Direitos Humanos V. ,** 2008

GINZBURG, Carlo. **“Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História.”** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **“Questão Social e Historiografia no Brasil do pós-1980: Notas para um debate.”** Revista Estudos Históricos, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, nº34 2004.

GOMES, Mércio Pereira. **“O índio e o Brasil. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência”** Ed. Vozes. Petrópolis. 1988

GRUPPIONI, Luís Donisete Benzi. (org.) **“As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada”** in: **“Índios no Brasil”**(catálogo).Brasília,MEC,1992

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **“Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.”** Ed, Vozes1995 Petrópolis

_____. **”O governo dos índios sob a gestão do Serviço Nacional de Proteção aos Índios”.** In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **“História dos Índios no Brasil.”**1ed. São Paulo, Cia da Letras. 1992

MONTEIRO, John M. **“Armas e armadilhas - História e resistência dos índios.”** In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra Margem do Ocidente,** São Paulo: Companhia das Letras, 1999

OLIVEIRA, João Pacheco de. **“A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena.”**2 ed.Rio de janeiro,Contra capa,1999

_____. **Sem a tutela,uma nova moldura de nação** in **“A Constituição de 1988 na vida brasileira.”** Ruben G.Oliven, Gildo M. Brandão, M. Ridenti (orgs). São Paulo, ANPOCS, 2008

_____. **Ação indigenista e utopia milenarista.As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticunas.**in ALBERT,B.(org).**Pacificando o branco:Cosmologias do contato no Norte-amazônico.**São Paulo,Unesp,2002

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA,** 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

PERES, Sidnei. "O associativismo pluriétnico e etnicidade religiosa: tradições e modernidades em dois contextos etnográficos regionais" in **Tradições e modernidades**. REIS, Daniel Aarão (org) RJ Editora FGV. 2010

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "**História e História cultural**." Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "**Em busca de outra História: imaginando o imaginário**." Revista Brasileira de História, n°29, 1995.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNART, Jocelyne. "**Teorias da etnicidade**." São Paulo: UNESP, 1995, Parte II, p. 185-227.

THOMPSON, Edward Palmer, "**Folclore, Antropologia e História Social**". In *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer, "**Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**." São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. "**Micro-história: Os protagonistas Anônimos da História**." Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WEBER, Max. "**Relações comunitárias étnicas**". In: *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

As “Diretas Já” e a cultura política de conciliação: uma análise a partir das capas dos jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de Minas* (1983-1984)

Rochelle Gutierrez Bazaga
Graduanda – UFTM
rochelle_gutierrez@hotmail.com

RESUMO: As “Diretas Já” foram um importante momento da história política brasileira, de participação, mobilização popular, e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas e da votação da Emenda Dante de Oliveira. O movimento se iniciou em 1983 e ganhou dimensão nacional no início de 1984, fazendo com que a população voltasse às ruas. O presente trabalho tem por objetivo entender se a cultura política de conciliação esteve presente na campanha pelas “Diretas Já”, e ainda analisar as representações políticas, presentes nesse momento da história brasileira, como as disputas políticas e o que mobilizava milhares de pessoas aos comícios. Essa análise se dará através das capas das edições de janeiro de 1983 a maio de 1984 dos jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de Minas*.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa; diretas; política

Introdução

As “Diretas Já” foi um grande movimento popular que mobilizou e uniu grupos sociais, políticos e culturais em torno da organização de comícios, passeatas, entre outras mobilizações que tinham como intuito a votação da emenda Dante de Oliveira, e conseqüentemente a alteração da Constituição Federal de 1969, porém esta votação não obteve êxito no congresso nacional. Embora este seja um dos maiores movimentos populares dos últimos tempos, importante ressaltar a ausência de literatura no campo historiográfico sobre o tema, tendo as ciências sociais, o jornalismo se debruçado e constituído a literatura existente sobre o assunto. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é entender se a cultura política de conciliação esteve presente na campanha pelas “Diretas Já”, e ainda analisar as representações políticas, presentes nesse momento da história brasileira, como as disputas políticas e o que mobilizava milhares de pessoas aos comícios. Essa análise se dará através das capas das edições de janeiro de 1983 a maio de 1984 dos jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de Minas*.

Sobre as “Diretas Já”

O movimento pelas “Diretas Já” foi um momento histórico de grande relevância para a política do Brasil contemporâneo, de abertura política, de participação e mobilização popular, e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas e da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Vários fatores influenciaram para o início do movimento. Decorrentes de uma série de contradições registradas por um regime imposto há duas décadas. Entre eles estão questões econômicas, políticas, culturais, entre outros, que se manifestavam em todas as esferas da vida em sociedade. Podemos citar como exemplo, a drástica redução da capacidade estatal de promover o desenvolvimento capitalista e de intermediar os interesses sociais, ou mesmo, a fragmentação da base de sustentação político-partidária do governo federal no Congresso Nacional, entre outros fatores, fizeram com que o discurso do regime militar de desenvolvimento não mais contasse com o apoio da população, levando diversos setores da sociedade às ruas.

Foram realizados diversos comícios pelo Brasil, tendo o comício da Praça da Sé reunido 1.500.000 pessoas e se tornado a maior manifestação pública então já realizada no Brasil. A participação de políticos e de artistas reforçavam naquele momento o sentimento de mudança, mesmo com o governo de João Baptista Figueiredo tentando ignorar a notória dimensão do movimento.

Embora a campanha não se tenha restringido a uma sequência de atos públicos e embora destes últimos não seja possível inferir toda a complexidade da conjuntura, as manifestações foram, por um lado, a maior fonte de recursos do movimento, e por outro, os marcos que balizaram o timing da ação, periodizando o conflito. (RODRIGUES, 2003:59)

Diante da grande mobilização e pressão dos políticos e da sociedade por uma transição que garantisse o direito pelas eleições diretas, o presidente Figueiredo, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, submeteu Brasília a uma série de medidas de emergência. A capital nacional permaneceu em estado de sítio, com o Exército controlando as vias públicas e a Aeronáutica, o espaço aéreo. A sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) foi fechada. A cidade de Goiânia e seus arredores também foram alvo das medidas de emergência.

A emenda Dante de Oliveira¹, que tinha por objetivo a alteração na Constituição Federal de 1969, foi votada pelo Congresso Nacional em 25 de abril de 1984. Não obteve êxito por falta

¹ A emenda constitucional se chamou Dante de Oliveira pois foi proposta pelo então Deputado Federal do PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira.

de 22 votos para a sua aprovação, tendo sido 298 votos a favor, 65 votos contra e 3 abstenções. No dia da votação, 112 parlamentares não compareceram ao plenário, muitos deles aliados do regime militar.

Importante ressaltar também que é nesse momento que acontecem a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), com o seu primeiro congresso em 1984, e a fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), reforçando o momento de efervescência política da época.

Embora tenham se passado vinte e oito anos da votação da emenda Dante de Oliveira, as “Diretas Já” não se constituíram como um movimento que permaneceu na memória dos brasileiros, o que reforça a importância de literatura histórica sobre o tema.

Em 2009, o Instituto de pesquisa Datafolha, realizou uma pesquisa com 3.486 brasileiros, em 180 municípios. O resultado foi alarmante: 35% não sabiam o que eram as “Diretas Já” e 39% não souberam responder o que foi o movimento².

Portanto, é importante compreender o porquê do movimento pelas “Diretas Já” não estar presente na memória dos brasileiros, a fim de explicar a riqueza dos elementos que constituíram e uniram a sociedade em torno de uma bandeira que conseguia unificar e aglutinar milhares de pessoas em torno de um ideal, qual seja votar para Presidente da República, direito este que por muitos anos foi abafado pela ditadura militar.

As Representações políticas das “Diretas Já”

Etimologicamente, representação provém da forma latina *repraesentare*- “fazer presente” ou “apresentar de novo”. No que tange as representações sociais pode-se dizer que os fenômenos humanos podem ser conhecidos e explicados a partir de uma perspectiva coletiva, mas sem ignorar o indivíduo. Trata-se de uma forma de conhecimento que tenta construir uma realidade comum a um conjunto social. Porém as representações são um campo mais abrangente, incluindo inclusive ciência, razão, ideologia, iconografia, simbologias, mitologias, imagens e discursos, etc.

² Se considerado a faixa etária de 35 a 44 anos, 70% afirmaram já terem ouvido falar, e de 45 a 59 anos, 65% disseram que ouviram falar sobre o movimento das “Diretas Já”, porém se considerarmos as faixas etárias mais novas é possível ver que cai degradativamente a porcentagem dos que já ouviram falar. (Pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa Datafolha em 2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2501200911.htm>)

Logo, certas imagens políticas (representações) tem o poder de mobilizar sentimentos, emoções, paixões, podendo gerar manifestações políticas, como no caso das “Diretas Já”. Nesse sentido, o resultado histórico do movimento vai além dos seus resultados imediatos.

Várias foram as representações políticas presentes naquele momento da política brasileira, porém aqui nos restringiremos a três, sendo elas, povo, nação e protesto político.

O “povo” reapareceu durante os grandes comícios que conclamavam pelas “Diretas Já”, a apatia, e a tradição em desqualificar a participação popular diante dos grandes acontecimentos da nação, começava a ser questionada, os veículos de comunicação tratavam essa retomada as ruas, como se um gigante tivesse acordado, e retomasse uma dimensão real, expressiva e corpórea.

Outro ponto, que merece destaque é a idéia de que as pessoas que estão presentes nos comícios são pessoas comuns, famílias inteiras, pessoas de classe média.

Ao que nos parece a representação “Povo”, complementada com as representações do tipo “pessoas comuns”, “famílias inteiras”, “pessoas de classe média”, adquire um caráter inofensivo, a medida em que se neutraliza simbolicamente a possibilidade de ação de “agitadores” e “barberneiros” presentes na multidão, o que deslegitimaria o movimento perante a opinião pública e poderia provocar uma reação do regime militar. Por outro lado essas representações sugerem uma presença espontânea de cidadãos “sem ideologia”, interessados unicamente em valer seus direitos. (EUGÊNIO,1995:209)

Logo, a ideia de povo ganha um novo sentido principalmente para a imprensa, porém não podemos restringir a leitura a este paradigma, pois entendemos que as “Diretas Já”, foram um movimento político organizado, que envolveu diversos partidos e grupos da sociedade brasileira, pois esse mesmo povo também servia para legitimar representações conservadoras, que tentavam restringir o movimento a meras negociações conciliatórias.

Dessa forma, devemos observar a representação de povo, em qualquer que seja a sua leitura ou uso, sua presença no espaço público deve ser vista como uma manifestação positiva em si, base de sustentação do paradigma democrático.

Outra representação é a nação, que foi relaborado diversas vezes ao longo do movimento, e que foi vista pelos mais conservadores como a responsável por uma ordem política inquestionável, e pelos protestos populares como algo a ser questionado, pois era vista como autoritária, excludente e elitista.

Antes de tudo, lembramos que os comícios das “Diretas-Já” percorreram dezenas das mais importantes cidades do país, adquirindo um caráter nacional, importante para legitimar o movimento. Todos os comícios seguiam um ritual que incluía o uso de símbolos oficiais do Brasil, como a bandeira e o Hino Nacional. O canto coletivo do hino, ao final dos comícios, sugeria um sentido além do conteúdo da sua letra, além da inculcação escolar, além do seu caráter oficial. O Hino, vibrando no coro dos descontentes com o regime parecia demarcar que o lugar da nação passava a ser a sociedade civil, na medida em que o Estado era ocupado por um regime cada vez mais impopular e deslegitimado. O mesmo sentido parecia ser sugerido pelas bandeiras nacionais: deslocavam o sentido do protesto popular, sempre rotulado como obra de “desordeiros” sem patriotismo pela tradição conservadora. Esse deslocamento ocorria na medida em que inviabilizava o uso desses símbolos no discurso da repressão. O bizarro argumento do regime militar de que a presença de “bandeiras vermelhas” (símbolos do “comunismo internacional”) nos comícios era um sinal de “desrespeito” as bandeiras nacionais, indica a luta pela legitimidade no uso das representações naquele contexto. (EUGÊNIO, 1995: 211)

A mesma “nação” que exaltava os símbolos nacionais, tinha também outras representações não oficiais, como por exemplo a canção “Vai passar” de Chico Buarque, que acabou se tornando o hino das manifestações de rua.

Por fim, a representação de protesto político, que foi uma das formas simbólicas das diretas mais importantes e mobilizadoras. Todos os espaços eram possíveis para se pedir as eleições diretas, e também era o espaço usado para as manifestações culturais.

A imprensa captava esse caráter festivo do movimento, muitas vezes relacionando o palco das “Diretas Já” com uma partida de futebol, principalmente para caracterizar a quantidade de pessoas.

Portanto, através da análise de três representações, entendemos que sob a ótica cultural essa série de manifestações que se apropriam e relaboram representações simbólicas se traduzem em uma dada historicidade. Nessa recuperação da política como evento, percebemos que afastamos a visão dos grandes personagens da história e a concepção de política como reflexo superestrutural da “realidade” econômica, compreendendo que a política é o lugar onde se articula o social.

Sendo assim, as “Diretas Já”, demonstraram a capacidade das ações e representações políticas em afirmar, negar e refazer identidades. Mesmo com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, o movimento pelas eleições diretas reatualizou a face política da sociedade brasileira,

além das mobilizações terem se tornado referência histórica para as posteriores mobilizações da sociedade civil.

Da coleta e análise dos jornais Folha de São Paulo e o Estado de Minas

Para que consigamos ter acesso aos jornais, foi percorrido um longo trajeto, que nos leva a refletir sobre a dificuldade de acesso a alguns periódicos brasileiros, ainda que a internet seja uma grande aliada dos historiadores nos dias atuais.

O jornal *Folha de S.Paulo*, foi analisado a partir da página na internet (<http://acervo.folha.com.br/>), onde estão disponíveis as edições desde 1921. Já o jornal o *Estado de Minas* foi analisado após coleta de imagens fotográficas das edições dos anos de 1983 e 1984, obtidas na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, que se encontra na Biblioteca Bernardo Guimarães em Belo Horizonte – MG.

A opção pela análise das capas de jornais nos permite ter um extrato do que está condensado no interior do jornal. As primeiras páginas também refletem os múltiplos interesses dos jornais, inclusive, pelo poder de persuasão das manchetes.

A diversidade de temas na capa, anúncios, propagandas, entre outros, nos proporciona constatar que a imprensa é um registro privilegiado da História e da sociedade contemporânea, pois abarca diversos outros temas que, embora não se constituam a pauta principal da sociedade naquele momento, circulam paralelamente aos interesses, como por exemplo o futebol, além de estarem afinados com a indústria cultural.

Primeiramente, foi feito um levantamento quantitativo nas edições da *Folha de S.Paulo* e o *Estado de Minas* dos anos de 1983 e 1984, buscando quantas vezes a temática “Diretas Já” apareceu nas capas durante o período. Tal balanço nos permitiu concluir uma maior incidência nas edições de janeiro a julho de 1984, embora anteriormente já se possa ver indícios da construção do movimento político que tomaria as ruas do Brasil no ano posterior.

Logo após, realizamos uma análise do conteúdo dessas manchetes e que, em conjunto com a bibliografia estudada, se mostrou preponderantes para confirmar hipóteses e também para nos mostrar novos pontos de investigação e reflexão.

Posteriormente foi feito um segundo levantamento quantitativo, baseado na incidência das palavras “diretas”, “indiretas”, “conciliação” e “consenso”, que nos permitiu ter o seguinte extrato: no jornal *Folha de São Paulo*, a palavra *diretas* apareceu em cento e quarenta e uma

capas, a palavra indiretas em nove, a palavra conciliação em uma, e a palavra consenso em uma também. Já no jornal Estado de Minas a palavra diretas apareceu em cento e vinte e quatro capas, a palavra indiretas em dezessete, e as palavras consenso em seis e conciliação em nove.

Embora, a maior incidência apresentada seja da palavra “diretas”, é possível perceber que ela é usada muitas vezes de forma negativa, de forma a não apoiar o movimento, mas ir contra a ela, técnica essa muito utilizada pelo jornalismo.

Sobre o conceito de cultura política e sua apropriação pela historiografia

O uso do conceito de cultura política pela historiografia é recente, a partir dos anos 1980, mas a aplicação efetiva por historiadores é da década de 1990. Houve um grande crítica no início para sua utilização por conta da motivação que lhe criou, isto é, a partir dos termos e conceitos aferidos na democracia em vigor nos EUA, em procurar determinar o “grau” ou “estágio” democrático de outras nações. É possível que por esse motivo, em voga nas ciências humanas e sociais dos EUA, o uso na noção de “cultura política” tenha sido motivo de certo rechaço, porém hoje isso é fato superado. O conceito envolve um campo conceitual multidisciplinar, muito fértil, com múltiplas possibilidades e apropriações, para tanto é necessário traçar a construção do termo.

A tipologia de cultura política surgiu no século XX, porém os intelectuais formuladores se embebedaram de autores que escreveram em períodos anteriores, como por exemplo, Alexis de Tocqueville, no clássico *A Democracia na América*, em que desenvolveu a ideia de que as organizações políticas norte-americanas não eram formadas apenas pelas instituições, mas tinham relações com os hábitos e costumes também. O que nos faz compreender que os sistemas políticos dependeriam também de fatores culturais.

O conceito de cultura política começou a ser estudado pela academia, através das ciências sociais americanas, nos anos de 1950 e 1960, e tinham como inspiração inicial entender como certas sociedades eram democráticas e outras não,

questionando a fragilidade das explicações tradicionais, alguns cientistas sociais começaram a formular a hipótese de que democracias estáveis demandavam cidadãos com valores e atitudes políticas internalizadas, ou seja, a presença de uma cultura política. (MOTTA, 2009:16)

Para Almond e Verba, os “fundadores” oficiais do conceito na sociologia norte-americana, a cultura política está intimamente ligada ao processo de socialização, presente em espaços sociais distintos como a família, a escola, o trabalho, etc. compondo assim o comportamento político. Para tal afirmação, eles se inspiraram em trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a psicologia, pois essas áreas já tinham se debruçado no estudo das dimensões subjetivas da política.

Na formulação original de Almond e Verba, as avaliações subjetivas dos sistemas políticos podem ser divididas segundo três tipos de orientação. A orientação cognitiva diz respeito ao conjunto dos conhecimentos e crenças relativas ao funcionamento do sistema político e ao papel dos indivíduos e dos grupos sociais no interior do sistema no qual estão inseridos. A orientação afetiva determina os sentimentos que o indivíduo nutre com relação ao sistema político e social. Finalmente, a orientação avaliativa – julgamentos e opiniões sobre os objetos políticos – envolve a combinação de informações, sentimentos e conhecimento sobre o funcionamento do sistema político, consubstanciado em valores que orientam as ações individuais. (KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999:230)

Para Almond e Verba, nas sociedades, cada indivíduo, na medida em que se relaciona com as mais diferentes instituições, como por exemplo, a família, os partidos políticos, entre outros, também estaria relacionando-se com as distintas formas de socialização que podem ser congruentes ou não entre si.

Sendo assim, Gabriel Almond e Sidney Verba, entendem a cultura política como um “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 1998:306). Almond e Verba criaram uma classificação para enquadrar diferentes formas de cultura política, resultando em três tipos, sendo eles: cultura política paroquial, cultura política de sujeição e cultura política de participação. Essa classificação tinha por objetivo apontar a complexidade do fenômeno, a presença de sociedades em que vigoravam simultaneamente mais de um tipo de cultura política.

O primeiro tipo de Cultura política — também designado por *parochial political culture* — ocorre principalmente em sociedades simples e não discriminadas, onde os papéis e as instituições de cunho especificamente político não existem ou coincidem com os papéis e estruturas de caráter econômico e religioso. O segundo tipo, chamado de Cultura política de "sujeição", existe quando os conhecimentos, os sentimentos e avaliações dos membros da sociedade estão voltados essencialmente para o sistema político em seu conjunto, mas atentos principalmente aos aspectos de *output*, ou de saída, do sistema, isto é, na prática,

ao aparelho administrativo incumbido da execução das decisões. Aqui as tendências são de tipo acentuadamente passivo e esta cultura corresponderia principalmente aos regimes políticos autoritários. Finalmente, no terceiro tipo de Cultura política — chamada de cultura "de participação" — existem tendências específicas que não visam apenas ambos os aspectos do sistema, mas supõem também a posição ativa de cada um. Dentro desta mesma colocação, são depois usados os conceitos de adesão (*allegiance*), apatia e alienação para caracterizar a relação de congruência ou incongruência entre cultura e estrutura políticas. (SANI,1998:307)

O modelo criado por Almond e Verba, “que tinha como objetivo estabelecer as inter-relações entre cultura e estrutura política “(KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999: 231) sofreu diversas críticas dentro da própria ciência política.

Importante ressaltar, que os historiadores demonstraram por muito tempo pouco interesse no uso do conceito, fato este que pode ser entendido por conta do pouco interesse pela historiografia em se estudar os fenômenos políticos naquele momento.

O conceito passou a ser estudado pelos historiadores nos anos de 1980 e 1990, a partir do chamado retorno da política, cabe aqui um parênteses para elucidar que esse movimento se dá principalmente na historiografia francesa, e que esses historiadores estão fora ao movimento dos Annales , que foi pouco receptivo a história política.

Um marco é a coletânea, *Por uma História Política* (REMOND, 1996), que situa a retomada da história política, permitindo que o conceito de cultura política fosse apropriado pelos historiadores, o que fortaleceu também os diálogos com a história cultural. O livro tinha o objetivo de apresentar novos estudos na área, e embora não tenha um capítulo dedicado a cultura política, aparece em referências do livro.

Especificamente sobre cultura política, são significativos os trabalhos de Berstein e Sirinelli (1988), que formularam uma nova forma do conceito, criticando o modelo original norte-americano no que diz respeito a superioridade da cultura política democrática, para eles considerada etapa superior e referência que deveria ser seguida por povos que tinham formas atrasadas de organização política e a forma como era entendida a perspectiva nacional, considerando-a inadequada.

Ao contrário, os historiadores franceses preferem enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, a partir de um olhar que privilegia a “pluralidade das culturas políticas”. Assim, ao invés de procurar por uma cultura política específica de cada povo, ou tentar enquadrar as diversas experiências nacionais na tipologia de Almond e Verba (cultura paroquial, cultura de sujeição ou cultura participativa), os trabalhos inspirados em Berstein

e Sirinelli buscam identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional. (MOTTA, 2009:20)

É nesse sentido que Berstein analisa o conceito de cultura política enquanto resultado de uma junção da história política com a história cultural. Para ele, a cultura política inserida na renovação da história política francesa, permitindo uma melhor compreensão dos comportamentos políticos em relação ao marxismo, idealismo e às teorias psicológicas, uma vez que o conceito não é fechado, mas um fenômeno variado que pode se adaptar à complexidade dos comportamentos humanos.

Aqui cabe parênteses para esclarecer que são por esses motivos que o conceito é considerado adaptável e facilmente moldado, o que gera muitas críticas, devendo os historiadores esclarecerem de modo claro e evidente o debate do que é cultura política. Há também, um debate atual de que as culturas políticas estão desmanchando, porém para os historiadores a questão continua instigante, pois analisa o processo dessas culturas políticas.

Sendo assim, para Berstein,

O objetivo historiográfico do estudo das culturas políticas, vale lembrar, é fornecer uma resposta para o problema fundamental das motivações do político. Indagando sobre os fenômenos de participação ou engajamento político num contexto contemporâneo, os politicólogos propõem esquemas de interpretação válidos para a época contemporânea baseando-se em sondagens de opinião. Não dispondo desse meio de investigação para períodos mais remotos, os historiadores não tem alternativa senão buscar nas suas fontes habituais indícios que lhes permitam apreender as culturas políticas da época anterior às sondagens. Tal pesquisa permite fornecer uma resposta para o paradoxo do ato político, que é, ao mesmo tempo, o fato de um indivíduo que age e o de um grupo inteiro que compartilha a mesma visão de mundo, age no mesmo sentido e, portanto, constitui um elemento coletivo e eficaz na vida da cidade. (BERSTEIN, 2009:41)

São esses elementos que nos fazem perceber que ao mesmo tempo que estrutura comportamentos políticos individuais, por diversos fatores, entendendo que muitas vezes as motivações políticas são movidas por paixões, valores, tradições, etc, e que não conseguem ser explicados racionalmente na maioria das vezes, o que reflete também no interesse imediato dos agentes, a cultura política é um fenômeno coletivo.

As culturas políticas tem sua origem a partir de crises, de marcos (ex: Revolução Francesa, Revolução Russa), porém algumas culturas políticas foram elaboradas por questões do tempo, por grupos. As culturas políticas em geral trazem legados do passado, representações anteriores.

Uma cultura política para merecer esse conceito tem que envolver uma série de representações, que em um determinado momento vai ter influência seja institucional, política, cultural ou social.

Entendemos aqui representações no sentido de “uma atividade ou “faculdade” da consciência cognitiva em: re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos” (FALCON,2000:46). Logo as representações em sentido amplo, “configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.)” (MOTTA,2009:21)

Diante do exposto, entendemos como cultura política:

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009:21)

Logo, podemos ainda perceber, como afirmam Karina Kuschinir e Leandro Piquet Carneiro (1999), que o conceito de cultura política é multidisciplinar, uma vez que envolve campos de estudo como a sociologia, antropologia e psicologia na compreensão dos fenômenos políticos.

No que tange a historiografia brasileira, ressalta-se que os estudos são recentes, o que reforça a necessidade de análises como esta. Embora o número de interessados tenha aumentado nos últimos anos na academia, o conceito tem ganhado outros espaços como mídia, políticos profissionais e organizações sociais, por exemplo. “Muitas vezes a categoria tem servido apenas de rótulo novo para conteúdo antigo, como estratégia para alcançar melhor inserção no mercado acadêmico ou na mídia.” (MOTTA, 2009:14)

Nesse sentido, é necessário adotar alguns cuidados metodológicos para o uso do conceito de cultura política, principalmente no que se refere a manifestação de culturas políticas como a cultura política de conciliação.

Sobre a cultura política de conciliação

Existem elementos essenciais para se trabalhar com a cultura política, como a questão da duração, o fenômeno político tem que ser estruturado, ter tradição, legado, sendo inadequado usar cultura política para situações efêmeras, passageiras, pois se perde a força do conceito, que

está ligado a questão de como determinados comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de determinadas sociedades.

Outra questão é que as culturas políticas, não são realidades estanques, elas podem ser readaptadas às mudanças sociais ao longo do tempo, que geralmente são resignificadas com novos problemas.

Merece atenção também, a relação da história cultural do político, principalmente as representações políticas com a cultura política, embora possuam forte convergência devido a motivação em comum de compreender os impactos gerados pelo encontro entre cultura e política, é necessário cuidado para que não os conceitos não se confundam. A cultura política não se resume a história cultural do político, é importante não confundir isso, a história cultural do político é mais amplo.

Ainda, que existam vetores sociais responsáveis pela reprodução e afirmação das culturas políticas, como por exemplo os veículos de imprensa, fonte do nosso trabalho. Logo, “os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim.”(MOTTA, 2009:24)

É nesse bojo, que a cultura de conciliação aparece no desenrolar do movimento das “Diretas Já”. Faz-se necessário esclarecer que a conciliação é um traço marcante da cultura brasileira de forma geral, não apenas no que se refere as relações políticas.

Assim, podemos refletir até que ponto as culturas políticas influenciam nas relações de poder? Levando em consideração nosso objeto de estudo podemos considerar que a representação das diretas é a ideologia que mobiliza os discursos, e os jornais tem um papel preponderante para a construção do sentimento nacional e as mobilizações.

Com isso fica evidente durante esse processo as permanência e mudanças lentas, que nos leva a concluir que as “Diretas Já” em si, não geraram uma cultura política própria, mas foram fundamentais para confirmar a existência da cultura política de conciliação que perpassa por vários fatos e acontecimentos da história brasileira. No que diz respeito a temporalidade das “Diretas Já”, embora seja curta a sua duração, ela serve para confirmar a cultura política de conciliação.

Isso faz com que nos remetêssemos ao termo criado por Gramsci e apropriado por Luiz Werneck Vianna, de que esse movimento também foi um movimento de revolução passiva, em que a conciliação é um traço marcante dos momentos de mudança da história brasileira, pois

“romper, no plano da política, com o contexto intelectual da revolução passiva, se fazia assim, associar a uma ideia igualmente de ruptura com o próprio legado histórico formador da sociedade brasileira.” (VIANNA, 2004: 52)

Ainda, segundo Werneck Vianna,

A transição política do autoritarismo à democracia reabre, em condições novas, a agenda da revolução passiva: em primeiro lugar, porque as elites políticas do territorialismo foram afastadas do controle do Estado, tendo sido sucedidas por uma coalizão de forças cada vez mais orientadas por valores de mercado e pelo projeto de “normalização” da ordem burguesa [...] (VIANNA, 2004:53)

Logo, essa cultura de conciliação é usada como justificativa para o não confronto que a revolução poderia trazer, como por exemplo mortes, guerras, interferência na economia, entre outros aspectos. Sendo que sem o conflito as mudanças se dão com certa estabilidade.

“Uma digressão: a conciliação à brasileira traz mais vantagens ou desvantagens? Considerando o saldo positivo, é mais fácil passar de um regime à outro, com menos violência e ódio, menores traumas a administrar; portanto há terreno mais fácil para abrir caminho à mudança. Porém, olhando pelo outro prisma, alguns problemas tendem a não ser resolvidos, e sim postergados para um futuro indefinido”(MOTTA, 2009:31)

Esse discurso de que a conciliação é o melhor caminho para resolver os problemas futuramente está bastante presente nas capas analisadas no trabalho, sendo que a justificativa para o não conflito é evidente.

A conciliação aparece em tempos de crise, de forma tanto racional quanto cultural, e que traz muitas vantagens políticas, mas que tem raízes culturais, que até legitimam essa conciliação.

Outra questão, que se entrelaça é porque a participação popular na política institucional tem sido pontuada por momentos de mobilização explosiva, como os grandes comícios realizados pelo movimento das “Diretas Já” e como elas conseguem ser acomodadas e conciliadas.

É possível também perceber a dimensão que as “Diretas Já” tiveram para a concepção de democracia que temos hoje, podendo ser considerado um marco nas discussões democráticas no Brasil. Pesa a seu favor o fato de ser o primeiro momento, após o golpe militar de 1964, em que o povo retomou as ruas, imbuído de um sentimento nacional de mudanças e reflexo de um processo de transição que já se encontrava em andamento.

Por fim, podemos concluir que o movimento das “Diretas Já” reatualizam a cultura política de conciliação brasileira, embora essa esteja presente durante todo o processo de ditadura militar no Brasil. A análise dos jornais permitiu perceber que as “Diretas” são a herança democrática que carregamos até os dias atuais, em que a conciliação ainda continua a ser o discurso preponderante e bandeira erguida.

Conclusão

Diante do exposto, podemos concluir que o jornal é importante fonte da história política, pois permite uma visão cotidiana dos conflitos, acordos e embates políticos. Ela também é uma fonte que permite uma análise metodológica ampla, não existindo modelos próprios para a sua análise.

Ainda que as “diretas-já” e os meios de comunicação foram catalisadores de um extrato da realidade brasileira e dos anseios da sociedade naquele momento, não desconsiderando os inúmeros interesses que estavam por trás do movimento, da votação da Emenda Dante de Oliveira e do processo de abertura política que acontecia naquele momento.

A derrota da Emenda Dante de Oliveira, representou uma derrota para milhões de pessoas que foram às ruas. No entanto, o significado da campanha não pode ser reduzido ao resultado da votação da emenda. O que nos leva a concluir que o movimento das diretas contribuiu para os debates e pressões no processo de transição política brasileira e consequentemente do processo político.

Especificamente sobre o processo sucessório, é importante frisar que a campanha tornou a emenda Dante de Oliveira o tema principal da agenda política, ampliou os espaços de debate de temas que faziam parte da disputa política, como, por exemplo, a questão da ruptura, da conciliação, negociação, consenso e revolução, que passaram a fazer parte da pauta de discussões, e que mesmo após a derrota da emenda, continuaram a ser ponto de partida para os debates políticos daquele instante.

Nesse sentido, embora as diretas não conseguissem liquidar o regime militar instaurado, ela impôs fortes obstáculos a sua continuidade, ampliando a crise política desencadeada em 1983, e serviu de dimensão a discussão da concepção de democracia que temos hoje.

Ponto importante, é que a cultura política de conciliação, esteve presente também nesse momento da história brasileira, embora seja por muitas vezes confusa e incompreendida. Aqui,

compreendemos que o movimento pelas “Diretas Já”, reatualiza a forma como a cultura política de conciliação se manifesta.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa pode contribuir para compreender os fenômenos políticos que sucederam o movimento pelas “Diretas Já”, considerado um marco nas mobilizações políticas brasileiras.

Referências bibliográficas

BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia.** In AZEVEDO, Cecília *et alii*. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa, uma mercadoria política.** Revista História & Perspectiva, Uberlândia, v.4, 131-139, jan/jun/1991.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Diretas-Já: vozes da cidade.** (in) REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. **As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964 ...).** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007.

EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano. **“Representações políticas no movimento Diretas-Já”.** Revista Brasileira de História: Representações, São Paulo: ANPUH/contexto, vol. 15, n.º 29, pp. 207-219, 1995.

FALCON, Francisco. **História e representação.** In CARDOSO, Ciro F. & MALERBA, J. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.* Campinas: Papius, 2000. p .41-79

Folha de São Paulo. **Um país aberto: reflexões sobre a Folha de São Paulo e o jornalismo contemporâneo.** São Paulo. Publifolha, 2003.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro.** Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013,** Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. **As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, p.227-250.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. **Diretas-já: 15 meses que abalaram a ditadura.** Rio de Janeiro:Record,2004.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** (in): PINSKY, Carla Bassanezi.(org). **Fontes Históricas.** 2.ed.- São Paulo.Editora Contexto, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.** In MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos.* Belo Horizonte: Argymentvm, 2009. p.13-37.

REMOND, René. **Por uma história política.**2.Ed- Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas,2003.

RODRIGUES,Alberto Tosi. **Diretas já – O grito preso na garganta.**1º Ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,2003.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola (orgs). **Dicionário de Política. Volume 1.** Tradução: VARRIALE, Carmen C; MÔNACO, Caetano; CACAIS, Luís Guerreiro Pinto; DINI, Renzo. Brasília: UNB, 11ª edição, 1998.

SILVA,Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. **Imprensa e política no Brasil:considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica.** Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Revan. 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **Travessia: da abertura a constituinte 86.** Rio de Janeiro. Editora Taurus. 1986.

WEFFORT, Francisco. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense.1984.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013,** Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Usos políticos do humor gráfico nas páginas do jornal *Pasquim* sob censura (1969-1975)

Mélanie Toulhoat

Doutoranda – Universidade de Paris 3 (IHEAL-CREDA)/USP
 melanie.toulhoat@wanadoo.fr

RESUMO: O propósito deste artigo é perceber e entender as possibilidades específicas de contorno e superação das proibições e limites à liberdade de expressão permitida pelo uso político do humor gráfico, no contexto autoritário do Brasil pós AI-5. Analisamos manifestações gráficas e matérias publicadas no jornal satírico *Pasquim*, a partir do nascimento da publicação em junho de 1969 até o fim da censura prévia, em 1975. Foram estudadas diferentes formas de representação tais como caricaturas, charges, quadrinhos ou colagens de fotografias, afim de analisar os mecanismos destacados para usar o humor político como arma de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Pasquim; humor; censura.

Introdução

Este artigo foi escrito no âmbito de uma pesquisa de doutorado baseada no estudo das formas de linguagem alternativas ao discurso e às práticas oficiais impostos pelos sucessivos governos a partir do Golpe de março de 1964 no Brasil. O foco da pesquisa é o entendimento dos mecanismos específicos ao uso político do humor, num contexto de privação ou limitação das liberdades de expressão e criação, que permitem abrir novas possibilidades de contorno e superação das proibições. Questionando-se sobre as condições necessárias para o rir e o humor se tornarem instrumentos de resistência e protesto, o jornalista e editorialista francês Pierre Rimbert, redator-chefe do *Monde Diplomatique*, revelava no artigo *Eloge du rire sardonique. De l'exutoire à la résistance* certas chaves de leitura que nos parecem válidas tanto para nossa pesquisa como particularmente para este artigo:

Sob quais condições o rir oferece aos oprimidos um instrumento de resistência? Se ele tiver uma base popular, se sua risada liberar uma visão global do mundo, se por fim ele entretiver com a ordem social uma relação de inversão. (RIMBERT, 2010: p.28)

Neste caso, nos enfocaremos em diversos tipos de humor gráfico, como caricaturas, charges, quadrinhos e colagens, publicados nas páginas do jornal carioca *Pasquim*, desde o primeiro exemplar publicado em junho de 1969 e até meados dos anos 70. Este recorte temporal nos permite avaliar os usos políticos do humor durante a chamada época « combativa » da publicação, que se encerra para muitos ex-jornalistas do *Pasquim* em março de 1975, com o fim da

censura prévia e o nascimento de linhas partidárias dentro da redação. Nosso ofício não consiste em concordar ou não com esta interpretação. Este marco nos serve para definir um primeiro período, que começa alguns meses após a publicação do AI-5 e se prolonga com distintas fases e distintos tipos de censura aplicados: censores presentes fisicamente na redação, obrigação de mandar as matérias em Brasília para censura prévia...

A escolha do jornal *Pasquim* não deve esconder a diversidade das publicações alternativas, que se multiplicaram desde antes do Golpe civil-militar de 1964:

Dentro do campo da imprensa alternativa, mesmo tendo como ponto comum, genericamente, a denúncia do arbítrio, os jornais apresentam diferenças importantes, que irão determinar a sua trajetória e, muitas vezes, o seu período de vida. Há aqueles que são alternativos à grande imprensa basicamente por questões *formais*, como a linguagem e a abordagem de temas como arte, cultura e comportamento. Há outros que se diferenciam da grande imprensa quanto ao *conteúdo*. E mesmo estes apresentam diferenças entre si [...]. (BUENO, 1986: p.49)

Nosso objetivo não é de fazer o elogio desta publicação, mas sim de entender por que meios concretos e com que estratégias de comunicação visual tornou se rapidamente alvo da censura e símbolo de resistência, num contexto de apoio majoritário da grande imprensa brasileira ao regime militar:

Além da competição acirrada e o desafio da modernização, na segunda metade dos anos 1960 a grande imprensa teve de lidar com outro grande dilema, o Estado autoritário. Decerto, toda a grande mídia (salvo *Última Hora*) apoiou a intervenção militar, contribuindo para configurar o notável apoio civil conferido ao Golpe de 1964. (MOTTA, 2013: p.63)

A censura, aplicada ao *Pasquim* e denunciada pelos caricaturistas e chargistas

O ponto de partida desta reflexão é uma análise dos métodos de censura aplicados ao jornal *Pasquim*, a partir do primeiro exemplar publicado o dia 26 de junho de 1969. Da mesma maneira que as proibições e os cortes impostos à imprensa foram mudando e variando paralelamente às evoluções políticas e conjunturais, as medidas destinadas especificamente ao grupo de redatores e desenhistas da redação subiram mudanças. Tentando definir e teorizar a ação sensorial desenvolvida durante o regime militar brasileiro, Beatriz Kushnir questiona a noção de violência no “[...] ato de coibir unilateralmente a expressão livre de ideias e ações políticas, sonegar informações comprometedoras, calar tudo e todos que não comungassem as posições das forças vencedoras” (KUSHNIR, 2004, p.11). A historiadora destaca a duplicidade

da censura, que pode ser ao mesmo tempo escondida e secreta, assim como assumida e explícita. O sociólogo Gláucio Ary Dillon Soares, num trabalho de classificação dos atos de censura, insistia sobre a natureza mesma da censura: “A censura foi, principalmente, um instrumento de proteção autoritária do próprio Estado. Ela procurou esconder o autoritarismo de forma autoritária, assim como as resistências a ele.” (SOARES, 1989: pp.21-43). O jornal *Pasquim* surgiu no Brasil do Ato Institucional 5 e passou rapidamente a sofrer perseguições, cortes e pressões em nome desta “proteção autoritária”. Millôr Fernandes, humorista, caricaturista e jornalista, fez parte da redação da publicação até abril de 1975. Ele saiu da redação após a proibição pela censura federal do número 300, no qual tinha escrito um editorial sobre o fim da censura previa e conceito de responsabilidade. Em 1977, ele comentava os anos de trabalho dentro da publicação, marcados pela censura:

Foram 300 semanas de um jornalismo aventureiro, com alguns momentos de extrema euforia e a maior parte de depressão e angústia diante da perseguição violenta e constante. Pois, dois seis anos quase completos que eu trabalhei no *Pasquim*, mais de cinco foram sob a bengala branca da censura mais cega que já existiu neste país – e eu sei bem do que falo. (FERNANDES, 1977: p.9).

A primeira manifestação importante e concreta da censura ocorreu um pouco mais de um ano após o nascimento do jornal, com a publicação de uma reprodução da pintura de Pedro América, “Independência ou morte”³, realizada em 1888. O caricaturista e jornalista Jaguar, um dos criadores do *Pasquim*, usou uma montagem feita com uma reprodução do quadro que consagrou “a participação de Pedro Américo na montagem de um imaginário particularmente importante na construção simbólica do regime político, sobretudo em momentos de redefinição da identidade nacional” (SCHLICHTA, 2009: p.2). Jaguar transformou a imagem inicial e fez dizer a Dom Pedro I “Eu quero mocotó”, referindo-se a uma canção de Erlon Chaves e Jorge Ben Jor apresentada em 1970.

³ O quadro, igualmente conhecido sob o nome “O Grito de Ipiranga”, encontra-se atualmente no Museu Paulista (SP).



Imagem 01: JAGUAR, “Eu quero mocotó”. In: *Pasquim*, ano II, nº72, nov.1970.

Jaguar usava frequentemente a técnica do corte colagem de fotografias, conferindo um novo peso simbólico a uma imagem já existente. Às vezes só era preciso mudar um detalhe, para investir ou mudar o sentido e o impacto da imagem no público. O efeito cômico reside no distanciamento entre a imagem inicial e a imagem assim produzida. Conseqüentemente à publicação desta imagem, a quase totalidade dos membros da redação foram presos, à exceção de Millôr Fernandes e Henfil, que tiveram que esconder-se para continuar a publicar o jornal de maneira clandestina durante dois meses, contando com o apoio moral e técnico de intelectuais e artistas solidários. Após esse evento, o jornal contou com a presença física de censores dentro da redação, ao lado dos jornalistas, para vigiar e cortar as matérias antes mesmo da edição. A partir de 1974, a sede da censura mudou para Brasília, onde o jornal tinha que mandar as matérias pela censura prévia, o que ocasionava vários problemas técnicos e financeiros pela redação.

Além do próprio caráter político das charges e das caricaturas, a grande maioria dos cortes e atos de censura justificava-se pela defesa da moral, da ética e dos bons costumes. As motivações dos censores podem ser avaliadas na documentação presente nos arquivos do DOPS e de outros órgãos de segurança e de inteligência. Paulo Monteiro, um oficial dependendo da Secretaria de Segurança Pública, se apresenta em todas as cartas redigidas por ele, como “Chefe

da Turma Estudantil”⁴. Assinou vários pedidos de censura assim como as justificações destes, denunciando “atos atentatórios à moral publica, baseando-se na publicação de charges com escritos obscenos, ferindo desse modo as determinações do serviço de censura.” (MONTEIRO, 1974: p.2).

Alvos da censura, os desenhistas da redação do *Pasquim* rapidamente passaram a criticá-la, de forma humorística, poética, irônica ou cínica. Jaguar propõe esta visão da censura, interessante na medida em que destaca a própria figura dos censores, as ferramentas utilizadas assim como os alvos representados sob a forma de canetas com asas.

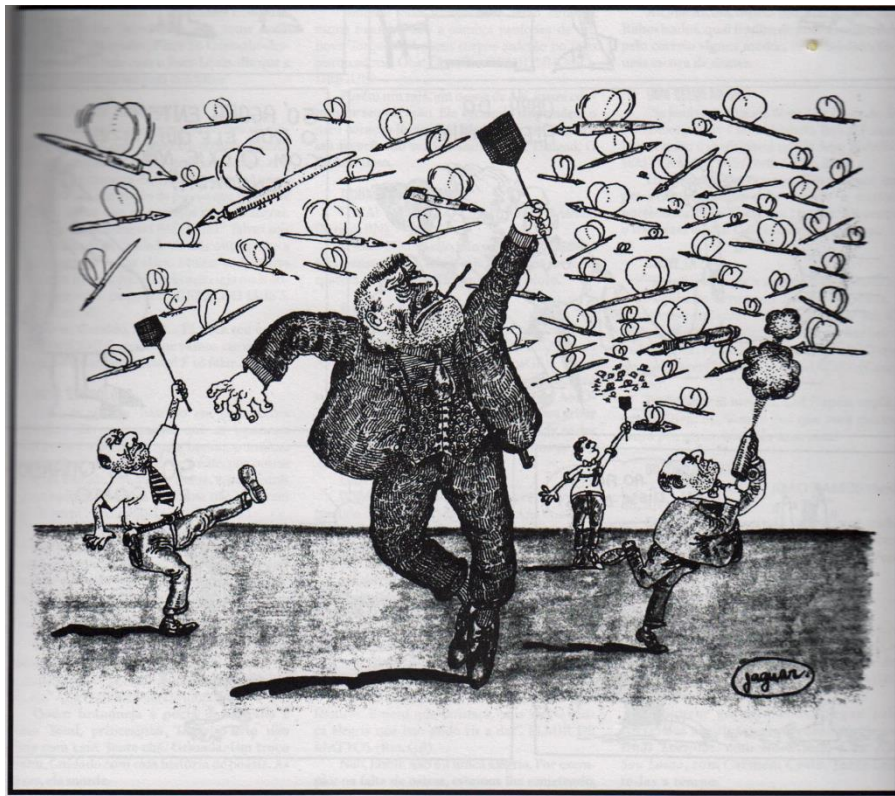


Imagem 02: JAGUAR, “A censura”. In: O Pasquim. Antologia. Volume II. 1972-1973. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006, p.29.

Outra charge, do Millôr Fernandes, representava diretamente a ação dos censores, os protagonistas de muitos desenhos e muitas críticas, pois a presença deles impactava de forma direta e concreta no trabalho cotidiano dos jornalistas. Aqui, sob o lápis irônico do Millôr, os

⁴ A assinatura inteira é a seguinte: “Detetive – Matr. 121.748. Chefe da Turma Estudantil”. A maioria das denúncias são dirigidas ao Chefe da Seção de Buscas Especiais do DOPS.

responsáveis da verificação dos conteúdos se empurram para poder ver as matérias, como se fosse um espetáculo. Aqui, a inversão opera-se na atitude dos censores, que manifestam um forte interesse pelas produções que com bom senso teriam que criticar, denunciar e cortar.



Imagem 03: FERNANDES, « A censura lendo o material do Pasquim ». In: O Pasquim. Antologia. Volume I. 1969-1971. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006, p.106.

Além da própria figura do censor, os caricaturista e chargistas atacaram também os motivos da censura e as justificações assumidas pelas autoridades. No caso do *Pasquim*, eles sofreram vários pedidos de cortes devidos às acusações de pornografia: os “atos atentários à moral publica” denunciados pelo oficial Paulo Monteiro (MONTEIRO, 1974: p.2).

Na charge seguinte, a Fortuna questiona os fundamentos dos cortes justificados pela defesa dos bons costumes e da moral, tornando-os ridículos e excessivos. A imagem, dividida em

duas partes, representa as matérias jornalísticas (ou, de forma extensa, toda a produção intelectual e artística desta época) sem censura, figuradas sob a aparência das letras do alfabeto. Na segunda parte, algumas tiras pretas cobrem certas partes sensuais ou impudicas de letras que podem referir-se às curvas do corpo humano: as letras B, O, Q e V.

ABCDEF G H
 I J L M N O P Q
 R S T U V X Z



A B C D E F G H
 I J L M N O P Q
 R S T U V X Z



Imagem 04: FORTUNA. In: O Pasquim. Antologia. Volume I. 1969-1971. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006, p.119.

Estas críticas gráficas dirigidas à ação sensorial tornam-se vigentes e eficazes principalmente pela “relação de inversão” (RIMBERT, 2010: p.28) que tentam estabelecer, tornando o ofício e a figura do censor ridículo, absurdo e inútil. Elas abrem o caminho para conduzir certas reflexões sobre a variedade das estratégias desenvolvidas para poder expressar-se, apesar das proibições e pressões sofridas.

“Você sabe... o humor permite dizer as coisas, sem dizê-las realmente”

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Interrogado sobre os mecanismos de humor escrito e gráfico desenvolvidos no *Pasquim*, Ricky Goodwin insistia sobre o caráter ambíguo e os duplos sentidos permitidos especificamente pelas representações humorísticas⁵. Ele afirmava que a grande arma do humor era (e ainda é) seu forte poder comunicacional, sua capacidade de transmitir ideias e pontos de vista somente dando algumas chaves de leitura e podendo, conseqüentemente, escapar da censura e da repressão. (GOODWIN, 2011: p.32)

Vários ex-integrantes da redação, em depoimentos ou entrevistas, afirmam que as autoridades não levaram a sério a importância da publicação, num primeiro momento. O próprio nome do jornal parece uma reação frente à certa forma de deprecição: a palavra « pasquim » tinha nos anos 1960 uma conotação negativa e servia para nomear uma publicação sem análise nem qualidade no tratamento da informação. Ao assumir plenamente tal apelação pejorativa, depreciativa, os jornalistas procuravam certa proteção, escondendo assim o conteúdo publicado atrás desta qualificação. Juan Sasturain, jornalista argentino que trabalhou na revista satírica *Humor*, nascida em junho de 1978 no auge da ditadura militar dirigida por Jorge Rafael Videla, propõe um análise do nome da publicação-análise que nos aparece válido também pelo jornal *Pasquim*:

Es sintomático el nombre de la publicación. Es casi una salvedad, una marca que avisa, abre el paraguas sobre su contenido, se cura en salud: esto es humor (no otra cosa). Un gesto defensivo ante la posible represión y una declaración paradójica de posesión legal. (SASTURAIN, 1998: p.366).

O humor gráfico, desenvolvido pelos desenhistas para tornar-se um instrumento das lutas ideológicas e políticas conduzidas pelo jornal, se articula em várias formas e manifestações que, além de apresentar semelhanças no discurso veiculado, possuem especificidades:

As imagens iconográficas encontradas nas capas e páginas internas do jornal O Pasquim inserem-se na categoria de diversos gêneros do discurso que, na perspectiva da pesquisa, constituem formas de produção simbólicas culturais, por serem criadas a partir de habilidades artísticas e refratam, na concepção bakhtiniana, experiências geradas pela práxis de grupos sociais e se organizam, no sentido composicional, por diversos traços em comum. Em geral, a atividade discursiva, por exemplo, recorre a recursos tais como o humor, a ironia e a sátira e tem como objetivo construir instrumentos discursivos de confrontação com a cultura hegemônica. (PETRINI, 2012: p.44).

⁵ Entrevista realizada em 17 de abril de 2011 em Paquetá (RJ).

Uma das formas de expressão gráfica e humorística que se destaca nas páginas do *Pasquim* é a caricatura, “*una tecnica de degradación en la cual se libera una agresión*” (MATALLANA, 1999: p.22) que procura a dessacralização do seu alvo. Esse alvo, de fato, perde autoridade moral e crédito. Mobilizando um núcleo de referências comuns que servem de chaves de leitura, e exagerando certas características físicas ou comportamentais, o autor se torna um perigo pelas pessoas que caricatura, das quais ele sublinha o caráter comum, ridículo, vergonhoso... e conseqüentemente, risível. No *Pasquim*, foram publicadas poucas caricaturas de militares e dirigentes, formalmente proibidas. Os jornalistas utilizavam com muita frequência o charge, um tipo de expressão gráfica muito semelhante à forma mencionada anteriormente.

O principal papel da charge é apresentar, de forma crítica, um personagem, fato ou acontecimento político atual que esteja em evidência. Por essas características, conclui-se que a charge é um recurso jornalístico com caráter crítico e temporal. Evidentemente, o grau de informatividade presente na charge tem relação com a vida cotidiana contemporânea, ou seja, está inserida num determinado contexto de atualidades. (PETRINI, 2012: p. 58).

Ao representar eventos ou situações contemporâneos, os chargistas do *Pasquim* permitiram às imagens publicadas de adquirir um poder significativo num contexto autoritário de limitação das formas de representação oficialmente permitidas e socialmente aceitas. Sem necessariamente representar pessoas em particular, cuja identificação espontânea teria feito do desenho um ataque direto, a charge permitia ao seu autor de brincar com os limites à liberdade de expressão. “Os Híppies”, do Jaguar, é um exemplo da operação de dessacralização eminentemente política permitida pela charge. Aqui, os alvos dos desenhos são múltiplos : dentro de uma delegacia, um grupo de jovens é detido pelas forças policiais. As aparências físicas e as características são exageradas. O texto se insere na imagem, ajudando a fornecer chaves de leitura. Um personagem, de cabelos cumpridos, vestido largo e pés descalços, como todas as pessoas presas pelos militares na imagem, se destacam: ele intervém diretamente e pergunta ao comissário, o dedo levantado como para demonstrar sua indignação e certo prestígio: “O senhor sabe com Quem está falando?”. Esta charge resalta principalmente a pressuposta ignorância cega de militares que confundem a pessoa de Deus, identificável à sua auréola minúscula, com a massa de militantes, estudantes ou « híppies » frequentemente presos. A própria figura religiosa perde seu caráter sagrado e se torna grotesca.

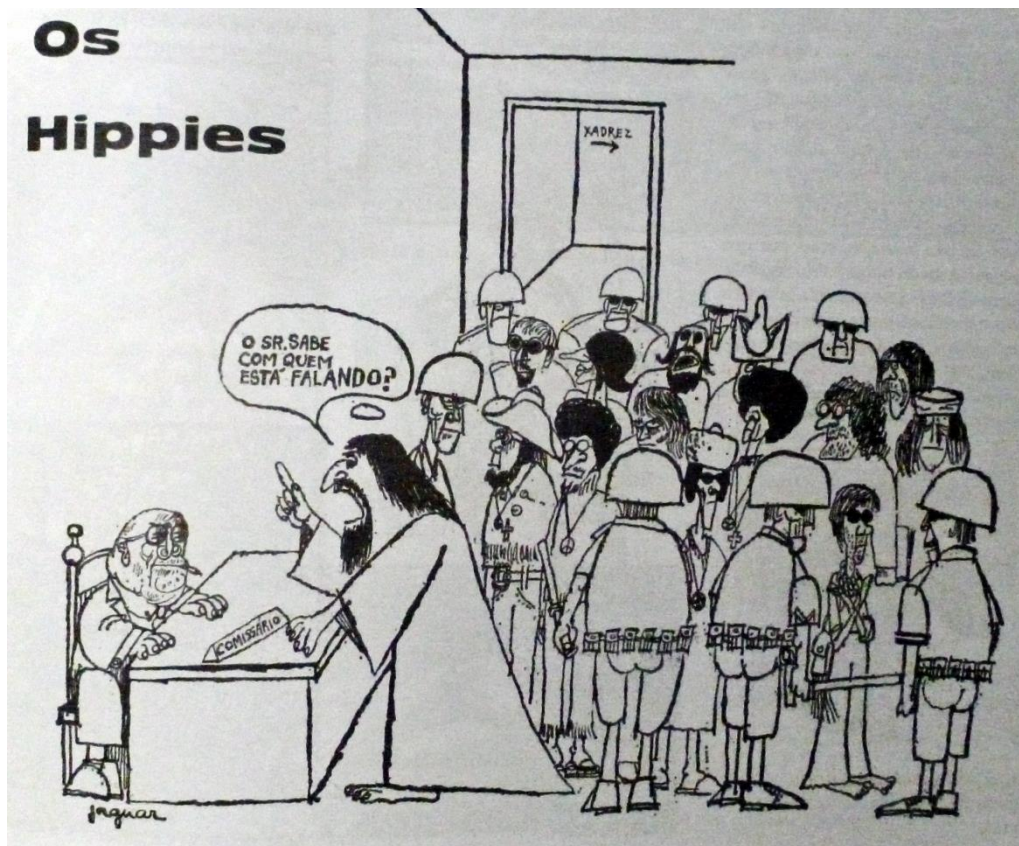


Imagem 5

JAGUAR, « Os Hippies ». In: O Pasquim. Antologia. Volume I. 1969-1971. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006, p.127.

Certos personagens, criados pelos desenhistas do *Pasquim*, tornaram-se recorrente. O ratinho Sig, inventado pelo Jaguar, era presente em casa exemplar do jornal para comentar as matérias e critica-las. A série “O Sobrevivente”, do Henfil, misturava charges e quadrinhos para representar vários anônimos, sempre justificando a morte de outros para garantir a própria sobrevivência. A crítica, desta vez, é muito ampla e direcionada ao individualismo e ao cinismo da sociedade brasileira. Utilizando várias referências mitológicas, como a águia comendo a barriga aberta de Prometeu, o casal de tartarugas abandonando uma companheira nas portas da Arca de Noé ou a cobra que joga fora Adão e Eva do jardim de Éden; Henfil representa sempre a figura do agressor que tenta convencer a vítima da legitimação da própria morte. Nesta ultima imagem, a situação se complexifica e os agressores se multiplicam, numa metáfora da sociedade onde a lei do mais forte vale em diferentes escalas, quando vários interesses pessoais entram em conflito.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

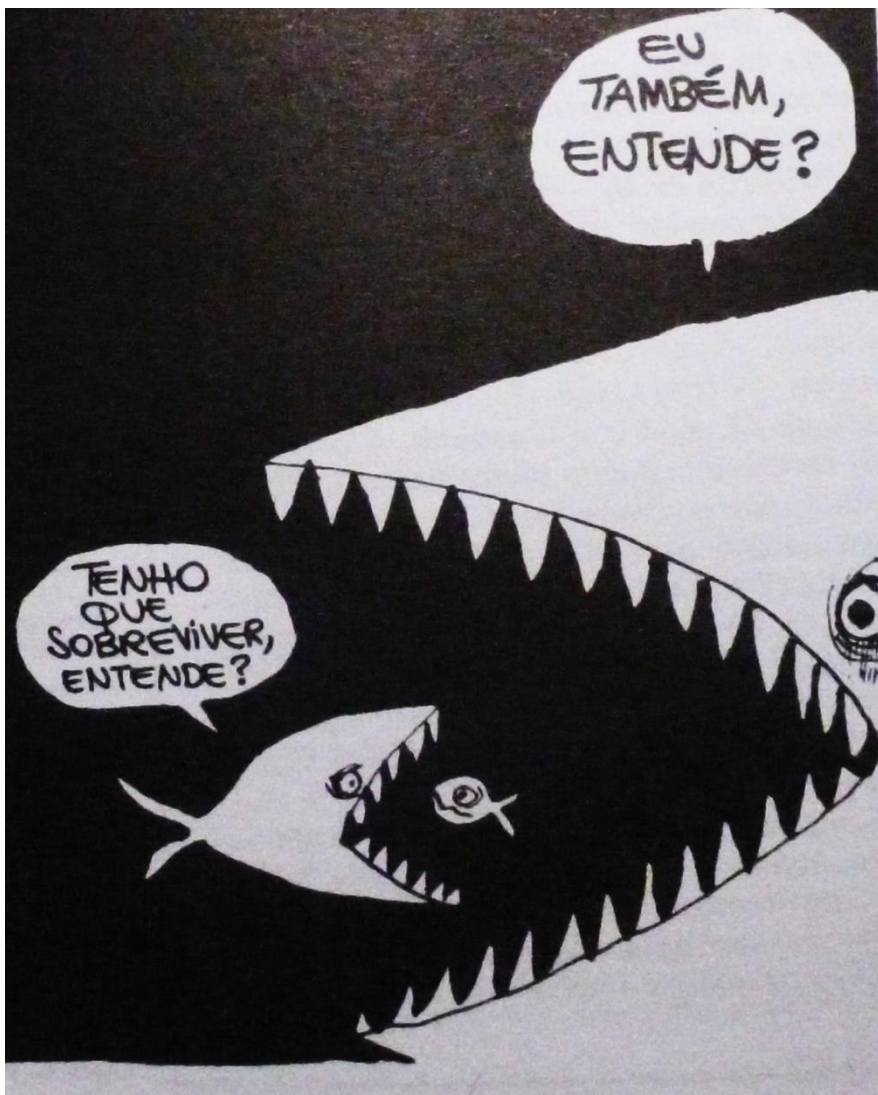


Imagem 6

HENFIL, “Tenho que sobreviver, entende?”. In: O Pasquim. Antologia. Volume II. 1972-1973. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006, p.62.

Considerações finais

O *Pasquim* nasceu em junho de 1969, um pouco menos de um ano depois da publicação do AI-5, tornando-se rapidamente um alvo privilegiado da censura. O Jaguar, um dos fundadores da publicação, reconhecia em 2009 de forma irônica e implícita as dificuldades encontradas na época: “A fundação do *Pasquim* logo depois do AI-5 foi uma coisa inteligentíssima, né? Um grupo de pessoas consideradas de certo QI, esperou o AI-5 pra abrir um jornal pra falar mal do Governo! Foi uma ideia brilhante!” (JAGUAR, 2009: p.30). Para escapar das diferentes

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

manifestações da censura ou para contornar os cortes e as proibições consequentes, a redação do *Pasquim* teve que elaborar mecanismos e estratégias comunicacionais, escritas e iconográficas, que tentamos decifrar. A publicação se destacou no campo do humor gráfico, publicando algumas caricaturas e muitos charges, quadrinhos, fotografias, montagens e colagens que fizeram parte das armas do jornal para resistir aos cortes à liberdade de expressão. As diversas formas destacadas de humor gráfico utilizavam duplos sentidos, metáforas ou metonímias, permitindo a mobilização de referências comuns com o público, incitando a desenvolver sua capacidade de interpretação e decodificação. Nesse sentido, os leitores contribuíram fortemente às lutas lidadas pelos integrantes da redação- jornalistas, escritores e desenhistas- que tentaram utilizar as especificidades e características do humor político para continuar a expressar-se, além do contexto autoritário de privação de liberdades.

Fontes

FERNANDES, Millôr. *Millôr no Pasquim*. São Paulo: Circulo do Livro, 1977.

GOODWIN, Ricky. Entrevista realizada em 17 de abril de 2011, em Paquetá (RJ).

JAGUAR, Depoimento pelo jornal da ABI (março de 2009). Captado em: <http://www.readoz.com/publication/read?i=1015896#page30>. Acesso em: 1 set. 2013.

MONTEIRO, Paulo. *Cartas e informes*. Rio de Janeiro, 1974. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Arquivo do DOPS).

PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1975. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Fundação Rui Barbosa (RJ).

Ato Institucional nº5, decretado em 13 de dezembro de 1968

Referências Bibliográficas

BUENO, Márcio. *A Imprensa Alternativa – Ontem e Hoje*. In: MELO, Maria Amélia (coord.). *Vinte Anos de Resistência. Alternativas da Cultura no Regime Militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 47-60.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

MATALLANA, Andrea. Humor y política. Un estudio comparativo de tres publicaciones de humor político. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 22.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Topoi, v.14, n.26, p.62-85, jan./jul.2013.

PETRINI, Paulo. Gêneros discursivos iconográficos de humor no jornal *O Pasquim*: uma janela para a liberdade de expressão. 246 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Mestrado em Comunicação, Londrina, 2012, 247 p.

RIMBERT, Pierre. Eloge du rire sardonique. De l'exutoire à la résistance. Le Monde Diplomatique, n°677, agosto 2010, p.28.

SASTURAIN, Juan. Humor era no tener que pedir perdón. In: BERSTEIN, Eduardo.; ZUBIETA, Martín. Decíamos ayer. La prensa argentina bajo el Proceso. Buenos Aires: Colihue, 1998, p.366.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. Independência ou Morte (1888), de Pedro Américo: a pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a Nação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25º, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.10, p.21-43, jun.1989.

ST 05: História, Saúde e Divulgação Científica

Bráulio Silva Chaves

Doutorando em História/UFMG

Maria Terezinha Bretas Vilarino

Doutoranda em História/UFMG

Ana Carolina Resende Fonseca

Mestranda em História/UFMG

Eliza Teixeira de Toledo

Mestranda em História/UFMG

História e historiografia da medicina em minas colonial: apontamentos e possibilidades

Lucas Samuel Quadros
Mestrando – UFMG
Agência financiadora: CAPES
lucassquadros@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina em Minas Gerais entre as Reformas da Universidade de Coimbra em 1772 e a extinção da Fisicatura-Mor no Brasil em 1828. O período privilegiado se configura como essencial para a compreensão das empreitadas de legitimação da medicina aos moldes científicos do Iluminismo no vasto Império Lusitano. Para tanto, toma as experiências individuais dos sujeitos envolvidos com as práticas e legislações medicinais na Capitania e Província de Minas Gerais como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal do luso-brasileiro nos fins do século XVIII e início do XIX. O trabalho visa entender, concomitantemente, quais foram as influências do Pombalismo nas práticas de medicina no Império Português, trazendo à luz da discussão não apenas os impactos profissionais, como também as questões que dizem respeito ao benefício da saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é trazer à apreciação as principais percepções historiográficas acerca das práticas de governo da medicina nas Minas, bem como os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional. Conjuga-se assim, o esforço do Estado lusitano em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração nos domínios ultramarinos e explorando como realmente as práticas, leituras e legislações medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais das Minas no período a se tratar. Desta forma, intenta-se nesse trabalho em discutir e entender os reflexos destas mudanças no contexto medicinal de Minas, principalmente levando em consideração os estabelecimentos e extinções de instituições de regulação das práticas de cura – tratar-se-á da Junta do Protomedicato e da Fisicatura-Mor –, das leituras e dos ofícios de medicina no período sobredito.

PALAVRAS-CHAVE: História da Medicina, Administração, Minas colonial.

Os estudos sobre a História da Medicina estão em plena consolidação no campo historiográfico brasileiro. Por se tratar de um seguimento de estudo de fronteira interdisciplinar entre as ciências sociais e as ciências da saúde, as discussões acerca da Medicina na história têm sido progressivamente adensadas, tendo os enfoques privilegiados, sobretudo na História Cultural. E os programas de pós-graduação ou linhas subtemáticas interessadas na História da Medicina – como no caso do Programa de pós Graduação da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz e da linha *Ciência e Cultura na História* da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – tornam o seguimento de estudo cada vez mais discutido nos meios acadêmicos (FIGUEIREDO, 2005).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Em consonância a tal crescimento, o presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina em Minas Gerais entre as Reformas da Universidade de Coimbra em 1772 e a extinção da Fisicatura-Mor no Brasil em 1828. O período privilegiado se configura como essencial para a compreensão das empreitadas de legitimação da medicina aos moldes científicos do Iluminismo no vasto Império Lusitano. Para tanto, toma as experiências individuais dos sujeitos envolvidos com as práticas e legislações medicinais na Capitania e Província de Minas Gerais como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal do luso-brasileiro nos fins do século XVIII e início do XIX.

O trabalho visa entender, concomitantemente, quais foram as influências do Pombalismo nas práticas de medicina no Império Português, trazendo à luz da discussão não apenas os impactos profissionais, como também as questões que dizem respeito ao benefício da saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é trazer à apreciação as principais percepções historiográficas acerca das práticas de governo da medicina nas Minas, bem como os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional.

Conjuga-se assim, o esforço do Estado lusitano em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração nos domínios ultramarinos e explorando como realmente as práticas, leituras e legislações medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais das Minas no período a se tratar.

Desta forma, para melhor entender-se como essa historiografia têm se organizado, sobretudo nos últimos anos, vale destacar três aspectos principais que têm norteado maior parte das discussões, e que de alguma maneira, são fundamentais a compreensão deste trabalho. São eles: 1) a questão das leituras medicinais no período colonial, 2) os diferentes saberes medicinais que se conformavam na América Portuguesa e 3) a ação da administração lusitana no que diz respeito às práticas de cura e seus diferentes agentes.

No primeiro deles, pode-se dizer que as leituras e o conhecimento medicinal que circulavam na América Portuguesa têm tomado grande atenção dos autores, tanto no que diz respeito à análise dos livros – a própria literatura medicinal como tema/problema –, quanto nas inúmeras possibilidades de se embasar outras discussões de temáticas relacionadas à medicina.

Nesse tocante, realça-se o trabalho de Jean Luiz Neves Abreu(2011). O autor tratou de uma ampla gama de livros e manuais impressos do século XVIII que versavam sobre variados temas da medicina. Desta forma, Abreu explana sobre como se deu o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII, tendo como marco referencial as Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. O autor traz um denso diálogo entre como se davam as práticas medicinais anteriormente à Reforma e como passaram a se dar a partir do ano referido. Feito um cuidadoso exame não apenas dos conteúdos dos livros, mas também das trajetórias individuais dos autores e das correntes científicas as quais se filiavam, Jean Abreu consegue trazer à apreciação aspectos tanto da história intelectual envolta na questão dos livros, quanto da inserção cultural de todo um ideal que se tentava transmitir através daquela literatura.

Ainda sobre as obras medicinais, Abreu propõe que o projeto pedagógico empregado no ensino de medicina pós 1772 ampliou o leque de atuação dos médicos, ocasionando profundas modificações no ofício, sobretudo na busca pela legitimidade dos saberes. Nesse sentido, as leituras medicinais do período são parte fundamental para a compreensão dessas mudanças. O conhecimento disseminado pela maior circulação de livros entre os oficiais de cura e a população leiga figurou como a principal estratégia de combate ao charlatanismo. O amparo teórico tomava importante função reordenadora das hierarquias estabelecidas entre o saber científico (livresco) e o saber tradicional (apoiado no costume e na oralidade).

Carlota Boto(2011), da mesma maneira, trouxe importantes contribuições aos estudos de História da medicina colonial em sua tentativa de decifrar os reflexos que as Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772 no universo intelectual na América Portuguesa. A autora considera que, não havendo uma universidade na América Portuguesa, o referencial pedagógico, no que toca a formação profissional e o arcabouço teórico, era Universidade de Coimbra. Em consonância, os médicos encarregados de divulgarem o projeto português de modernização do Estado, de salubridade dos povos e de reorientação das práticas de cura, seriam majoritariamente formados na dita Universidade.

De fato, o universo livresco no século XVIII destaca-se como um ponto fundamental para a compreensão de um período que para a medicina, foi marcado por disputas e embates de legitimidades de saberes. Nas Minas, tal fato toma uma dimensão maior ainda quando considerada a acentuação demográfica que a economia aurífera proporcionou. Conformou-se na

região notável diversidade étnica, e conseqüentemente, saberes e concepções acerca de práticas medicinais ali se manifestavam(FURTADO, 2005). Deste ponto, inicia-se a análise das proposições da historiografia acerca das legitimidades dos saberes; o segundo tópico previamente elencado.

Pode-se dizer que é neste ponto que as análises vêm avançando mais acentuadamente. Destacando-se os estudos propensos ao recorte geográfico das Minas dos setecentos e oitocentos, percebe-se um grande leque de temáticas que vão fundo a desvelar as delimitações e o cotidiano dos diferentes oficiais de cura viviam nas Minas no período sobredito.

Nesse mesmo intuito de desvelar a legitimidade e diversidade de saberes medicinais na América Portuguesa, realça-se o estudo de Vera Regina Marques(1999) acerca dos boticários setecentistas. A autora preocupa-se em discutir as apropriações de saberes entre os diferentes agentes de cura no Brasil setecentista, principalmente no que diz respeito à utilização de saberes populares – muitas das vezes, não oficializados – por parte dos doutos egressos de Coimbra. Marques trata de medicinas num patamar geral, mas enfoca de maneira mais detida nas práticas calcadas no conhecimento das plantas medicinais da flora brasileira no período.

Ainda nesta linha de raciocínio, o trabalho de Flávio Coelho Edler(2006) é percurso obrigatório para os que se propõe a discutir sobre as plantas medicinais do XVIII. Edler, que faz um brevíário ilustrado das práticas farmacêuticas na história do Brasil, da colônia ao século XX, mostra um denso trabalho de análise nas farmacopeias que circulavam pelo América Portuguesa nos idos dos setecentos. O autor procura trazer à luz o quão eram conflituosas as tentativas da administração portuguesa em reafirmar saberes medicinais europeus no contexto cultural e natural da América.

O que se destaca nesse momento da revisão, é que, o *corpus* documental utilizado nas pesquisas está cada vez mais avolumado. Assim, um dos desafios que mais tem sido posto aos historiadores dos saberes medicinais, sobretudo nos últimos anos, é a questão da experiência individual e dos estudos de casos que necessitam, às vezes, de tratos exaustivos de grandes fundos documentais.

Carla Berenice Starling de Almeida(2010), por exemplo, muito desvelou acerca dos saberes medicinais que se conformaram nas Minas do século XVIII a partir de uma notável

incursão às coleções de documentos cartorários, eclesiásticos e camarários do sobredito século. Seu objetivo é discutir a questão da mestiçagem cultural no âmbito do tratamento das doenças. Tem-se como carro-chefe deste trabalho, a apresentação de receituários medicinais setecentistas onde as hibridações culturais entre europeus, africanos e indígenas, no que diz respeito às práticas de cura, são apresentadas com inegável nitidez.

Trabalho que também merece destaque pela capacidade de conjugação entre os saberes populares (práticas e oralidade) e os eruditos (livresco e oficializado) é o de André Nogueira(2012). As argumentações do autor acerca de feitiçarias no universo da doença e da cura partem de uma massiva investigação nas devassas eclesiásticas de Mariana dos meados do século XVIII. Nessa documentação, o autor nos apresenta diversos estudos de caso onde, na impossibilidade/incapacidade se realizarem diagnósticos e terapias precisas, as doenças eram qualificadas como provenientes de feitiços e magias.

Nogueira, contudo, não pretere em suas recentes publicações a importância da literatura medicinal especializada do período para se entender o universo social e cultural da doença no século XVIII. O autor identifica rastros de compreensão das concepções de doenças no período através, mormente, dos escritos de Jean-Barthélemy Dazille. Nesse momento, o autor mostra a sua clara preocupação com as concepções coloniais de doenças, resguardando-se de perspectivas anacrônicas. Segundo ele, a condição patológica das diversas enfermidades não é o objetivo primordial ao historiador, mas sim as práticas e concepções circunscritas socialmente e culturalmente – e também religiosamente, dentro da especificidade de seu trabalho – quando do enfrentamento da doença.

A preocupação de Nogueira quanto ao conceito setecentista de doença torna-se um convite para se pensar a própria concepção de medicina no período. Segundo Nogueira, existe uma matriz de pensamento que concebe a medicina não como uma ciência da compreensão de fenômenos regulares, ou seja, do funcionamento normal do organismo. O próprio ato de se realizar diagnósticos e terapias dá à medicina uma denotação de ciência da compreensão e ação sobre as disfunções do corpo humano.

Tal afirmativa se torna problemática sob a ótica do século das Luzes em dois aspectos. No primeiro, perde-se de vista a historicidade da saúde. O vício de tentar se conceber a (in)salubridade do passado com a concepção atual do que é salutar, para a qual Nogueira bem

chamou atenção, novamente se manifesta. Mesmo numa sociedade marcada pela precariedade de higiene e assistência medicinal, a conservação da boa saúde deveria ser uma proposta de sujeitos de todos os estratos sociais, uma vez que o corpo saudável era tido como “o melhor dos bens temporais.” (BLUTEAU, 1712: 514)

E no segundo aspecto, em consequência de tal esquecimento da importância conservação da saúde à medicina, incute-se ao erro da supervalorização da doença, e logo, perde-se da discussão, o compromisso de cada sujeito com a conservação do próprio vigor físico. Atenta-se também, que não é estritamente a doença o objeto da medicina, e sim o corpo humano e seu funcionamento. Indício disso é que já no início do século, compreendia-se a medicina também com sentidos profiláticos, e não apenas combativos.

Pondera-se, contudo, que a doença é percurso fundamental para a compreensão das práticas médicas. Sem os registros que os achaques e suas curas deixaram nas documentações cartorárias, eclesiásticas, camarárias e civis, o estudo de boa parte das temáticas, inclusive apresentadas aqui, seriam inexequíveis. Porém, “a arte e ciência de excogitar e apontar remédios para conservar no corpo humano a saúde que tem, e, para restituir a que lhe perdeu”(BLUTEAU, 1712: 387) também era entendida pelo evitar da doença. Desta forma, caminha-se para o terceiro tópico – e o mais importante dentro deste estudo – para a compreensão do patamar em que a historiografia da medicina nas Minas e América Portuguesa se encontram: a questão das políticas de administração portuguesa no que diz respeito às práticas de cura e a saúde dos povos na América.

Destarte, é preciso explanar que ainda nos finais do século XVII e início do XVIII, houve um aumento da produção de livros voltados para o contexto colonial. A nítida preocupação que se começa a ter com a saúde dos povos – e, sobretudo, com a dos escravos – demonstra que a administração metropolitana associava o corpo sadio à força de trabalho, e consequentemente, a lucratividade econômica do Estado. Nesse intuito, tratados de Medicina e Cirurgia foram escritos com base em procedimentos de cura e observações realizadas na América, sobretudo na primeira metade do século XVIII. Mais do que conhecimentos obtidos acerca das doenças e procedimentos de cura, esses tratados davam parecer a Coroa da situação da saúde dos povos da colônia americana e de como se davam as práticas medicinais nos domínios ultramarinos (RIBEIRO, 1997).

Desta forma, o Governo tentava, dentro do possível, regular a saúde dos povos através de legislações e fiscalizações, ao passo que ansiava em conhecer mais acerca das principais doenças que ali se manifestavam. Leis reguladoras foram baixadas e medidas de coerção foram impostas na tentativa do Estado em combater o charlatanismo e as práticas de medicina supersticiosas(RIBEIRO, 1997).

Maria Ruth Gauer(1996) argumenta que esse quadro só obteria uma reversão considerável no início do Período Pombalino e da Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. Entende-se dessa maneira, que as reformas dos *Estatutos da Universidade de Coimbra do ano de 1772 – Curso das Ciências Naturais e Filosóficas* – foram a primeira e primordial ação para superação do descompasso que marcava a Medicina no Reino de Portugal e o atraso científico lusitano em relação as demais nações europeias. E toda essa reorientação seria preponderante para que se realizasse o cumprimento efetivo das legislações de saúde e medicina que, desde o início do século XVIII, o Estado português tentava estabelecer e fiscalizar.

Jean Abreu(2011) corrobora com a proposição ao dizer que neste momento, de fato, começou-se a colocar em prática um projeto pedagógico que formaria os homens capazes de levar a Portugal e seus domínios ultramarinos os ideais de uma medicina moderna calcada no cientificismo do Iluminismo Europeu. Pode se dizer que as Reformas como um todo, se voltariam para formação teórica dos alunos com intuito de melhor ampará-los nas observações práticas. Os alunos ali formados teriam as habilidades científicas necessárias às demandas do progresso e da expansão das Luzes no Império Português.

Em concordância às mudanças nos ofícios medicinais, Tânia Salgado Pimenta(1997) apontou que as leis e instituições de manutenção da saúde pública necessitavam de se renovar, ou pelo menos reforçar o seu caráter censor. Assim, em 1782, Dona Maria I, rainha de Portugal, estabeleceu a Junta do Protomedicato. Esse órgão deveria reger a Medicina dos domínios ultramarinos portugueses, organizando-se em instâncias regionais. No Reino, a Fisicatura-Mor continuaria regendo as práticas medicinais e a comercialização de medicamentos até a vinda da Família Real para o Brasil em 1808.

Com a vinda da Corte para a América, transferiram-se também várias instituições de Portugal para a nova sede no Rio de Janeiro. Extinguiu-se assim, a Junta do Protomedicato e estabeleceu-se em território brasileiro a Fisicatura-Mor. Contudo, os oficiais da antiga Junta

continuaram a exercer as mesmas funções, só que a partir daí, como delegados da Fisicatura-Mor (PIMENTA, 1997).

Pimenta(1997) ainda realça que desde os primeiros anos do seu estabelecimento, a Fisicatura-Mor teve problemas em se legitimar tanto entre os oficiais de cura quanto perante a população. Eram frequentes e públicas as denúncias acerca dos abusos da instituição, inclusive em terras mineiras. E tais querelas entre cirurgiões, médicos e boticários em confrontação com a Fisicatura se acentuaram mais quando da Independência do Brasil em 1822, fazendo com que se associassem os ditos abusos da Fisicatura com interesses lusitanos de uma instituição criada pela Coroa Portuguesa.

Dessa maneira, uma das principais forças motrizes para este estudo é a tentativa de explicar mais claramente acerca da rica relação entre a lei, quem administra e a quem ela governa. Por se tratarem de estudos que estão baseados principalmente em fontes que são provenientes da malha administrativa lusitana na América, os estudos da Medicina pouco desvelam sobre a ação individual dos sujeitos em conflito ou em acordo com a lei. Para além da questão se legislar e/ou ser legislado, haviam questões ligadas aos costumes, práticas, classes e tradição que extrapolavam a relação dialética de autoridade(THOMPSON, 1998).

Ademais, o século XVIII se caracteriza por essa ideia de poder construído bilateralmente entre os soberanos e os vassalos. Há de se considerar, que no problema da saúde dos povos figuraram algumas das maiores estratégias – retóricas ou não – de estabelecimento de iniciativas de conservação de laços entre metrópole e colônia no governo português. Contudo, essas relações não se davam apenas pela ordenação e aceitação. A própria ideia de construção de formas de autoridade denota que o conflito se fez tão presente quanto à norma nesse ponto (FOUCAULT, 1979).

Em concordância com o que foi apresentado até aqui acerca da administração da Medicina nas Minas, este estudo pretende discutir o tema amparado na ideia de que, se o Estado Português estabeleceu um modelo ideal de governo da saúde dos povos a ser seguido nos domínios ultramarinos, só se pode ter a noção da recepção desse modelo – do sucesso ou insucesso da ação normatizadora – ao examinar-se cuidadosamente as maneiras de como se tentava difundir as leis e possíveis conflitos e resistências encontrados nas Minas.

Sem deixar de considerar as legislações e a coesão do projeto português de avanço científico amplamente abordado pela bibliografia aqui apresentada, intenta-se neste trabalho desvelar em escalas de análise reduzidas, a complexidade que o debate adquire ao se discutir a recepção de um modelo a ser aplicado, e conseqüentemente, da ação dos sujeitos envolvidos (GINZBURG, 1989). As trajetórias profissionais desses indivíduos, que, no caso da medicina, deveriam estar direcionadas ao benefício da saúde dos povos, estavam determinadas também às demandas políticas das diferentes conjunturas.

Desta forma, a título de conclusão, o objetivo aqui foi traçar um breve panorama de como a historiografia da medicina na América Portuguesa tem se organizado nos últimos anos – levando em consideração as principais preocupações dos autores debruçados nas questões que vão desde as artes de curar às artes de governar a medicina. Da mesma forma, pretendeu-se colocar a apreciação as potencialidades dos estudos das trajetórias sociais e profissionais dos indivíduos que estiveram a frente da administração das práticas de cura nas Minas nos fins do século XVIII e início do XIX.

Leva-se em conta, principalmente, a necessidade de se entender os mecanismos de poder impostos pelo Estado Português nos domínios ultramarinos em escalas de análise que partem do macro para o micro e do centro à periferia. E da mesma maneira, tendo em vista que os estudos de História da Medicina e da Ciência têm paulatinamente recorrido às biografias e trajetórias, tem-se como intuito, compreender como o poder periférico se organizava nas Minas no que diz respeito à medicina, tomando-se como fio condutor as experiências individuais e coletivas dos indivíduos que governaram as práticas de cura na dita capitania.

Referências Bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes e da Companhia de Jesus, 1712.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). *II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

BOTO, Carlota. O curso de Medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no Iluminismo português. In: FONSECA, Thaís Nívea de Lima(org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e pharmácias: uma história ilustrada da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Reflexões sobre os caminhos da história da medicina no Brasil. In: CONDÉ Mauro Lúcio Leitão e Figueiredo, Betânia Gonçalves. (Orgs.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.41, p.88-105, 2005.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e A Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

NOGUEIRA, André Luís Lima. Doenças de feitiço: as Minas setecentistas e o imaginário das doenças. *Varia História*, Belo Horizonte, v.28, n.47, 2012; pp.259-78.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Médicos e Medicina no século XIX

Iamara da Silva Viana

Doutoranda – UERJ

Agência financiadora: FAPERJ

ia.sviana@gmail.com

RESUMO: Pretendemos apresentar algumas reflexões iniciais sobre a medicina acadêmica e os médicos na primeira metade do século XIX, em momento de formação e transformação deste ofício. Tendo por base a análise do discurso médico acadêmico, analisamos metodologias e práticas medicinais. Discurso que apontava para objetivo e público específicos. A historiografia mencionou-a de diferentes formas e aqui pretendemos observar a partir da análise de três autores o tema em questão. Destacamos, entretanto, que nosso interesse particular de pesquisa são as proposições do médico francês Jean-Baptiste Alban Imbert sobre os escravizados entre os anos 1830 e 1850, momento em que o fim do Tráfico Transatlântico estava fortemente em pauta. Muitos pensadores refletiram sobre o ofício médico e a medicina acadêmica no século XIX. Ofício este que concorria com as práticas populares de cura, quais fossem as de curandeiros, feiticeiros, sangradores, parteiras, boticários, muitos dos quais negros, seus descendentes e brancos pobres. Há, porém que se observar as peculiaridades presentes em diferentes momentos do mencionado período, datando com atenção o tempo a ser estudado. Nesse sentido, se faz necessário ressaltar que os médicos acadêmicos dispunham de instrumentos diferenciados de poder e procuravam legitimar sua prática a partir da própria formação.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina, Discurso Médico, Escravizados.

O Médico

Ao refletir sobre as profissões imperiais, Edmundo Campos Coelho demonstra divergências entre os médicos relativas à medicina imperial, especificamente à cirurgia observadas em sessão solene da Academia Imperial de Medicina ocorrida em 6 de maio do ano de 1848. Para alguns, seu estado era muito satisfatório: o “ramo da arte de curar mais adiantado” do período. Para outros, uma simples imitação ou somente invenção. Os que se opunham a esse *prisma* defendiam que “a boa e perfeita imitação é também um progresso aonde Ella antes não existia”, bem como “antes de ir além do conhecido é necessário chegar primeiro aonde outros já chegaram” (COELHO, 1991: 106). Para Campos Coelho questões como estas eram comuns entre a elite médica, por ser “insegura quanto ao seu

status, ciente da fragilidade de sua base cognitiva, mas também com ambiciosos projetos profissionais”, isso porque o ofício não possuía pompa e os médicos poder.

Maria Helena Souza Patto ao refletir sobre as ideias europeias relativas à medicina praticada no Império do Brasil no século XIX sublinha que a “distância social desmedida que separava as realidades europeia-ocidental e a sul-americana fazia com que as ideias geradas no primeiro mundo ficassem como que descoladas da realidade brasileira”, mas que poderia aqui ter alguma função. Segundo a autora, “embora problemática, a presença das correntes filosófico-políticas, literárias e científicas de vanguarda da burguesia europeia em nosso meio foi instituidora, e motivou uma produção intelectual cujos resultados formaram as bases de nossa cultura erudita” (PATTO, 1996: 182). Foram a base, mas, “no apogeu do Império, as noções médicas ainda eram (...) predominantemente pré-experimentais” (PATTO, 1996: 189), ou seja, eles ainda estavam aprendendo, a um passo – quiçá muitos mais - atrás dos europeus.

Diferentemente desta argumentação, Flávio Edler aponta que os médicos brasileiros da primeira metade do século XIX foram originais “diante de crenças científicas consagradas pela medicina europeia” (EDLER, 2002a). Destacamos a que se refere à mistura das raças:

a produção de novas doenças inexistentes na patologia europeia, a AIM asseverava que ‘as doenças que cada uma das raças trouxe ao país não teria degenerado pela transmissão às outras raças’ (...) ‘o piã, importado da África, a sífilis dos indígenas e a varíola da Europa’ seriam idênticas ao que eram três séculos antes. Apenas à ‘natureza das localidades’ e ao ‘regime das populações’ poderia ser imputado ‘o segredo patológico do país (SIGAUD, in: EDLER, 2002: 113).

Outro feito importante fora a “apresentação de um receituário higiênico adaptado às novas condições climáticas, voltado a um ajuste saudável” criado a partir de um “esforço de revisão dos tratados europeus de Patologia e Higiene, e criação de uma cultura médica local” (EDLER, 2002: 112). Demonstra assim o autor, que diferentemente do que supunham Campos e Patto, os médicos brasileiros mesmo partindo de uma base europeia utilizavam tais conhecimentos para atender as reais necessidades médicas encontradas no Brasil. Os Anais do Semanário de Medicina do Rio de Janeiro e alguns manuais médicos demonstram preocupação em atendê-las por meio do estudo de casos. Os médicos

tentavam reunir dados diferenciados relativos a uma moléstia, como os climatológicos e nosológicos (EDLER, 2002: 102) no primeiro caso e, definir e ensinar sobre anatomia, sintomas, tratamentos e medicação possíveis, no segundo.

Questão também interessante é a influência francesa na medicina desenvolvida a partir da criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Patto assim como Campos destaca sua influência entre os médicos brasileiros do Oitocentos. Para este, a França era o modelo a ser seguido, pois tudo o que existia ou era produzido no Império do Brasil sofria um sentimento de rejeição (CAMPOS, 1999: 106). Desta forma, para o autor, tentava-se seguir um padrão externo, diferente do que existia em terras brasileiras.

Se os médicos não dispunham de prestígio e não eram capazes de atender as demandas existentes, como então poderíamos pensar os brasileiros formados em Faculdades europeias, dentre as quais se destacava Montpellier na França como uma das mais requisitadas? A formação que de lá traziam não poderia perder-se durante a viagem, nem mesmo ser posta em dúvida quanto a sua legitimidade. Na verdade, a importância de Montpellier se remete ao século anterior como afirma Emilia Viotti,

alguns espíritos mais esclarecidos, desde os fins do século XVIII, inspiravam-se diretamente nas obras francesas. Por outro lado, já nesse tempo algumas famílias brasileiras costumavam mandar seus filhos estudar em Faculdades francesas, de preferência em Montpellier (COSTA, 2000: 142-143).

Esta universidade foi no século XVIII o destino de alguns brasileiros que desejavam uma formação acadêmica em medicina, somando quinze o número de jovens oriundos das diferentes províncias. Os procedentes do Rio de Janeiro foram: Jacinto da Silva Quintão (1778), José da Maia Barbalho (1787), José Câmara R. Gusmão (1790), Vicente Gomes Silva (1791), Manuel Souza Ferraz (1791), José Vidigal Medeiros (1791), José Joaquim Carvalho (1792)¹ representando quase cinquenta por cento do total daqueles estudantes. Poucos eram os que se formavam em Medicina no período. Embora afirme Campos que o ofício não tinha pompa, seus custos eram altos e somente possível para os filhos das classes abastadas. Entretanto, alguns trabalhos historiográficos já demonstram

¹ SALGADO, João; GUSMÃO, Sebastião; KHAN, Jean; MAITROT, Daniel. *Brasileiros Estudantes de Medicina em Montpellier no século XVIII*. Artigo publicado pela Sociedade Brasileira de História da Medicina. Captado em: <http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=91>. Acesso em: 02 ago. 2011.

que dependendo da posição ocupada pelo médico na sociedade, seus honorários poderiam alcançar preços exuberantes, que variavam de acordo com a doença e os horários de atendimento ².

Os médicos formados em outros países ou estrangeiros deveriam ter seus diplomas autenticados, reconhecidos por lei brasileira. Foi o que ocorreu com Jean-Baptiste Alban Imber, francês, formado em Montpellier e radicado no Brasil desde 1831. Seu diploma foi reconhecido e confirmado pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, em virtude da lei de 03 de outubro de 1832 que dava “nova organização às actuais Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia”, informando em seu Artigo 14 ser da competência das Faculdades,

verificar os títulos dos Médicos, Cirurgiões, Boticarios, e Parteiras, obtidos em escolas Estrangeiras, e os conhecimentos dos mesmos indivíduos, por meio de exames, a fim de que elles possam exercer legalmente suas profissões em qualquer parte do Império, pagando por estas verificações os Médicos, Cirurgiões, e Boticarios a quantia de cem mil réis³.

No mesmo ano desta Lei, os estatutos da Universidade de Coimbra foram substituídos pelas “normas da Universidade de Paris e os médicos da terra passaram a se pautar pela medicina francesa”, mas para Maria Helena Patto tal transformação não “mudou muito o quadro de mediocridade generalizada (...)” (PATTO, 1996: 188). A autora defende serem os compêndios adotados franceses ou cópia das fontes francesas, inexistindo pesquisa realizada por brasileiros.

Diferente do que apresenta Campos e Patto, acreditamos que embora houvesse um interesse particular dos médicos brasileiros na medicina praticada na França, eles se ocupavam com os problemas existentes por aqui, como já mencionados acima. Segundo Flávio Edler, ao mencionar a medicina acadêmica imperial, “a quase totalidade dos historiadores que se interessaram por um ou outro aspecto da cultura médica oficial, ao

² Sobre a questão dos preços cobrados pelos médicos consultar Gabriela dos Reis Sampaio, *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.; Regina Xavier, *Práticas Médicas na Campinas Oitocentista* In: *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Sidney Chalhoub et al. (org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

³ Coleção das Leis do Império do Brasil. Imprensa Nacional. Captado em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 02 ago. 2011.

longo daquele período, vem asseverando categoricamente a inexistência de qualquer prática científica que fundamentasse a atuação dos médicos clínicos ou higienistas” (EDLER, 2002: 97). Se contrapondo a essa visão, o autor apresenta uma nova interpretação, pontuando a importância do trabalho dos médicos formados pelas escolas de Salvador e do Rio de Janeiro.

Médicos, Medicina e Política Imperial

A relação estreita entre a medicina no século XIX e o Estado imperial fora estabelecida a partir de 1808 com a chegada da família Real quando D. João em caráter emergencial criou algumas instituições para adequar as cidades às novas exigências, dentre elas a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro, transformadas em Academias Médicas-Cirúrgicas e posteriormente Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (EDLER, 2002: 108). Suprir a falta de médicos e fazer com que esses “profissionais zelassem pela saúde da elite portuguesa e dos estrangeiros em missão comercial” eram objetivos de tais instituições (LOPES, 2008: 48-50). Desta forma, o ano de 1808 foi um marco para a história do Brasil, alterando a sociedade em diferentes aspectos, culturais, econômicos, não sendo diferente no tocante a medicina.

Se contrapondo à versão historiográfica que defendia a ideia de que “o saber médico nacional não tinha fundamentação científica, nem era controlado e validado pelos critérios vigentes de cientificidade” esta que “levou uma boa parte dos intérpretes da medicina oitocentista a apostarem numa explicação heterônoma de seu processo de institucionalização”, Flávio Edler destaca evidências

de que os médicos formados pelas escolas médicas do Rio de Janeiro e de Salvador despenderam grandes esforços no necessário trabalho de inovação científica nos campos do diagnóstico e da terapêutica, na identificação dos agentes deletérios ambientais que se acreditavam estarem implicados na produção das doenças próprias ao nosso clima, e na adequação das medidas profiláticas propugnadas pela Higiene às condições nacionais (EDLER, 2002: 98-99).

Compartilhamos desta ideia tendo em vista as publicações do Semanário de Saúde pública pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, que são hoje testemunhas do empenho daqueles médicos em conhecer o corpo e suas doenças para melhor cuidá-lo.

A medicina nos primeiros anos do século XIX estava associada ao Estado. A partir de 1826 o imperador D. Pedro I já havia concedido o monopólio dos diplomas em cirurgia, mas somente em 1829 fora criada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ) podendo ser considerada um embrião da futura Academia Imperial de Medicina (1835-1889). Os médicos brasileiros que compunham a Sociedade, após sua formação avisaram ao governo, pois desejavam obter dele “a aprovação, e protecção necessaria” (SMRJ, 1831: 5). O liame fora publicado no Semanário em seu número 16, aos 16 de abril de 1831 na página 86: “a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, formada em 30 de junho de 1826, e aprovada pelo Imperial Decreto de 15 de janeiro d’este ano (...)” (SMRJ, 1830: 86). A importância do vínculo estabelecido entre o Estado e a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro pode ser pensada pelos valores culturais fortemente enraizados naquela sociedade, uma vez que a atuação de curandeiros e feiticeiros era comum e disseminada entre as diferentes classes sociais e até mesmo preferidas em relação às acadêmicas⁴. Desta forma, deveriam ser combatidas, posto que consideradas *charlatanismo*.

Acreditamos que o esforço e empreendimento dos médicos que compunham a Sociedade de Medicina no início do século XIX no Rio de Janeiro objetivavam ampliar o conhecimento científico da medicina acadêmica relativa aos problemas de saúde, de conhecimento do corpo doente e de tratamentos específicos para cada moléstia que levava à óbito precoce diferentes indivíduos, dentre os quais os escravizados. Fato observado na manifestação de um dos médicos da Sociedade preocupado com os diferentes problemas que permeavam a Corte:

Huma serie de instituições sobre as quaes não devemos cessar de pensar e escrever. Além d’isto não temos a vigiar sobre a Saúde publica, a Hygiene, a venda dos remedios secretos, a policia das cidades, o máo tratamento dos escravos, a má administração das officinas pharmaceuticas? (SMRJ, 1831a).

Muitos foram os artigos publicados por esta instituição que tratavam de dessemelhantes moléstias, descritas minuciosamente: sintomas, tratamento utilizado

⁴ Diferentes trabalhos acadêmicos tratam do assunto com propriedade, dentre os quais citamos: Gabriela Sampaio. *Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Ed. da Unicamp, Cecult, IFCH, 2001. Regina Xavier. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*. In: Chalhoub, Sidney et al. (org). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

especificando o medicamento e necropsias em caso de óbito. Metodologia igualmente utilizada por Jean-Baptista Alban Imbert em seu Manual ao descrever práticas e modos de fazer, de curar, indicando a maneira correta de proceder em casos de fraturas, sangramentos, febres, dentre outras enfermidades. Francês, o médico citado compartilha de mecanismos igualmente utilizados pelos médicos brasileiros, o que em certa medida reitera a tese de que não havia divergências agudas entre a medicina praticada no Brasil por médicos brasileiros e a praticada na Europa.

Imbert divulga por meio de seu olhar particular as práticas de cura, não apenas científicas, mas culturais, principalmente ao citar métodos e plantas cotidianamente utilizados por leigos e escravizados. O estudo de muitas enfermidades se remetia à comunidade médica europeia por meio de solicitação de teses médicas sobre doenças específicas. Essas também publicadas tendo por objetivo alcançar o maior número de médicos possível como forma de socializar os conhecimentos alcançados.

Edler observa este fato ao refletir sobre as atividades científicas desempenhadas pelas elites médicas imperiais. Segundo o autor, as instituições médicas “estiveram implicadas na produção, revisão e validação dos conhecimentos científicos sobre a vasta constelação de problemas relacionados com a saúde pública e privada dos habitantes do império”. O autor se contrapõe às interpretações que defendiam o pensamento médico e higienista como forjados para atender aos interesses das elites dominantes, urdindo “a consciência médica de fora”, identificando-se com a visão de que as “dinâmicas sócio-profissionais voltadas para produzir, validar e controlar o saber médico seguiam as mesmas regras de cientificidade abraçadas pela medicina higienista e anatomoclínica europeia vigente” (EDLER, 2002: 100). Destacando que instituições como a Academia Imperial de Medicina não tinham um caráter apenas ornamental como defenderem outros historiadores, mas que atuaram na legitimação e validação daqueles conhecimentos.

Considerações Finais

Sublinhamos a partir da leitura e reflexão do trabalho dos autores aqui citados que a medicina no século XIX deve ser observada com atenção, tendo em vista as múltiplas peculiaridades existentes que poderiam variar de década para década. Desta forma, acreditamos que o médico brasileiro da primeira metade do século XIX não fazia uma pré-

ciência, nem estava aquém dos que viviam na Europa. Tampouco somente os imitavam. Ao refletir sobre o assunto devemos considerar a racionalidade do período em questão, divergente da de outras bem como da nossa.

A racionalidade que aqueles médicos utilizavam correspondia às necessidades de um período e espaço específicos, no cerne de uma sociedade com questões políticas, sociais, morais e econômicas próprias. O estudo minucioso do corpo físico e moral eram fundamentais para aqueles médicos na análise da doença, bem como para os tratamentos possíveis. Desta forma, contribuíram como já mencionado, para uma *cultura médica local*. Bem como para a preservação do patrimônio relativo à mão de obra escravizada, como visto no discurso de Imbert, médico e também proprietário de fazenda e escravizados.

Fontes

Anais do Semanário de Saúde Publica pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), 1831.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Imprensa Nacional. Captado em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 02 ago. 2011.

IMBERT, J.B.A. *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros*. Typographia Nacional, 1839.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro (1847)*. In WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. (barão de Pati do Alferes). *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Eduardo Silva (org.) Rio de Janeiro - Brasília, 1985.

Referências Bibliográficas

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. 1999.

COSTA, Emilia Viotti da. *Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX*. Revista de História. N. 142-143. São Paulo, dezembro 2000. Artigo Captado em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092000000100008. Acesso em: 20 out. 2011.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

EDLER, Flávio Coelho. *A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais*. In: Ciência, Civilização e Império nos Trópicos. Alda Heizer e Antonio Augusto Passos Videira (orgs.). Acess, 2002.

LOPES, Fábio Henrique. *Suicídio e Saber Médico: estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. *Teorema e Cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social*. Novos Estudos. CEBRAP. No. 44, março 1996.

SALGADO, João; GUSMÃO, Sebastião; KHAN, Jean; MAITROT, Daniel. *Brasileiros Estudantes de Medicina em Montpellier no século XVIII*. Artigo publicado pela Sociedade Brasileira de História da Medicina. Captado em: <http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=91>. Acesso em: 02 ago. 2011.

SAMPAIO, Gabriela. *Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Ed. da Unicamp, Cecult, IFCH, 2001.

XAVIER, Regina. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*. In: Chalhoub, Sidney et al. (org). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Uma História dos Hospitais e da Assistência Hospitalar na província de Minas Gerais (Século XIX)

Ana Caroline Freitas Magalhães

Graduanda – UFMG

Agência financiadora: FAPEMIG
anamagalhaesfreitas@yahoo.com.br

Nathália Tomagnini Carvalho

Graduanda – UFMG

Agência financiadora: FAPEMIG
nathalia.tomagnini@globocom

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de descrever os resultados de uma pesquisa sobre a história de instituições que prestaram auxílio hospitalar em Minas Gerais durante o século XIX, como as Santas Casas de Misericórdia. Para tal, procuramos identificar e analisar o funcionamento destes estabelecimentos de forma ampla e por meio de casos específicos, levando-se em conta um contexto, no qual o hospital ainda não era o local da cura por excelência e a medicina não era um saber consolidado, convivendo com outras práticas de assistência à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Casa de Misericórdia, Alienados, Enfermarias Militares.

Considerações iniciais

Neste artigo apresentaremos os resultados parciais de uma pesquisa que está em desenvolvimento desde o início de 2012, focalizando as instituições hospitalares e seu papel na assistência à saúde no século XIX. O projeto “Uma História dos Hospitais e da Assistência Hospitalar na província de Minas Gerais (Século XIX)” está inserido em um conjunto de projetos de pesquisa sobre a história da saúde em Minas Gerais, realizados e coordenados pelas professoras Anny Jackeline Torres da Silveira (FAFICH – UFMG) e Rita de Cássia Marques (Enfermagem – UFMG).

Ao longo de mais de um ano de trabalho foram realizadas pesquisas em uma série de fontes documentais e bibliográficas. Entre as fontes documentais consultadas podemos citar Relatórios de Presidência da Província, disponíveis na internet, correspondências oficiais da Presidência da Província e da Câmara, bem como das Santas Casas, encontradas no Arquivo Público Mineiro (parte delas reproduzidas ou resumidas no levantamento documental realizado através de outros projetos). Ainda no APM, encontram-se Estatutos

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazolato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

e Regimentos internos das Santas Casas de Bonfim, Ouro Preto, Sabará e São João Del Rei. No site deste mesmo arquivo, estão disponibilizadas as Leis Mineiras. Já na página virtual da Câmara dos Deputados, encontram-se as Leis e Regimentos de Hospitais Militares (Coleção das Leis do Império do Brasil).

Essa pesquisa e análise documentais viabilizaram o entendimento sobre como ocorria a assistência aos enfermos e desvalidos nas instituições de saúde existentes na época. Sabendo da importância do historiador “desconfiar de suas fontes” e não analisar o documento como uma “verdade”, procuramos contrapor documentos oficiais que descrevem a forma como na teoria deveria funcionar uma instituição de assistência à saúde e outros documentos que revelam que essa teoria nem sempre se efetivava na prática. Buscamos analisar esses documentos na sua fala, mas também na intencionalidade daqueles que os produziram: isto é, muitas das informações prestadas sobre esses estabelecimentos podiam visar determinados interesses, não refletindo necessariamente a experiência das instituições focalizadas.

Dadas às limitações deste artigo e o grande volume de informações que possuímos, sendo algumas ainda não sistematicamente organizadas, apresentaremos um recorte desse universo pesquisado. Nossa proposta é analisar o funcionamento da assistência hospitalar destacando especialmente as instituições mineiras. Para isto, tentaremos articular o estudo de casos específicos, como o da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, com um movimento global da assistência.

Instituições hospitalares, epidemias e assistência à saúde no século XIX

Segundo Roy Porter (PORTER, 2004) os primeiros hospitais surgiram na Idade Média Europeia e estavam associados ao cristianismo, que difundia a prática da caridade e da compaixão com o desvalido. Funcionavam mais como asilos do que propriamente como locais de cura. Ao longo dos séculos, as epidemias levaram ao surgimento de hospitais de isolamento, que visavam evitar a propagação das doenças. Já no século XIV, havia no Velho Mundo, lazaretos especializados para casos de peste bubônica. As primeiras casas de parto foram fundadas nos oitocentos em Londres. Os hospícios, por sua vez, surgiram no século XVIII. A relação médico-hospital também foi historicamente construída.

Inicialmente, a assistência prestada nesses verdadeiros “morredouros” era realizada pelas ordens religiosas e somente mais tarde, com a introdução de alunos de medicina nos hospitais, é que os médicos vão gradativamente assumindo o papel de principais detentores das “artes de curar” (FIGUEIREDO, 2002).

Essas mudanças que ocorreram na Europa também chegaram ao Novo Mundo, ainda que não com a mesma velocidade. No Brasil do século XIX, a assistência à saúde não era sinônimo de assistência médica. O médico convivia com as práticas de boticários, cirurgiões, curandeiros, parteiras, sangradores, entre outros, mesmo que houvesse variações entre o estatus social desses profissionais. É importante ressaltar que, nesta época, o próprio pensamento científico, que iria impulsionar novas formas de pensar e agir, ainda estava lançando suas bases no Brasil.

Nas instituições de assistência verificamos, no correr do século, um processo em que, os saberes científicos e populares de cura, que inicialmente coabitavam em um mesmo ambiente, não necessariamente de forma harmônica, tendem a se separar cada vez mais. Gradativamente, o conhecimento científico vai se sobrepondo às outras práticas.

O século XIX foi testemunha do início do processo de transformação dos hospitais, que passaram de simples lugares de acolhimento de pobres para lugares de cura, tornando-se, no século XX, cada vez mais assépticos e elitizados (MARQUES; SILVEIRA e FIGUEIREDO, 2011).

Em Minas Gerais, os principais estabelecimentos de assistência à saúde existentes nos oitocentos eram as Santas Casas de Misericórdia e as Casas de Caridade, das quais foram identificadas em nossa pesquisa 41 instituições. Também existiam hospitais criados em regiões mineradoras, hospitais militares, lazaretos, hospitais provisórios, estabelecimentos balneários e um hospício em Diamantina. Os hospitais e enfermarias provisórias, em geral eram criados em função de epidemias, já que as instituições existentes em geral não eram suficientes para fornecer atendimento a todos os enfermos. De acordo com Betânia Gonçalves Figueiredo (FIGUEIREDO, 2002), as doenças mais comuns no século XIX eram a varíola, sífilis, tuberculose, febre amarela, bócio e elefantíase.

De maneira geral, a partir dos documentos consultados, podemos perceber que o quadro de assistência à saúde na província de Minas Gerais era precário e insuficiente. Sendo os Hospitais Militares exclusivos para os militares; os lazaretos e hospitais de

isolamento, para doenças de caráter epidêmico-infeccioso; e os hospícios, para doenças mentais; restava à grande maioria dos habitantes da província, as Santas Casas e as Casas de Caridade, que concentravam o atendimento aos enfermos desvalidos. Por fim, é válido destacar que as boticas e o ambiente doméstico também eram locais de cura nesta época. Um bom exemplo são as casas de parto, que só chegam ao Brasil no século XX, apesar de já existirem na Europa.

As Santas Casas de Misericórdia e Casas de Caridade de Minas Gerais no século XIX

As Santas Casas de Misericórdia brasileiras tiveram como principal modelo as Misericórdias Portuguesas. Nas terras metropolitanas a primeira Misericórdia criada foi a de Lisboa, que segundo Russell-Wood surge no contexto da “trilogia da praga, fome e guerra” (RUSSEL-WOOD, 1981). Ainda segundo esse autor, antes de 1498 já havia no país uma tradição de irmandades de caridade.

A Misericórdia de Lisboa, além da proteção real, tinha privilégios financeiros e jurídicos. Entre os financeiros, Russell-Wood cita a concessão gratuita de rações de carne diárias aos presos e aos doentes assistidos pela irmandade. Já os jurídicos consistiam no estatus de tabelião assumido pelo escrivão da Irmandade durante seu mandato e no privilégio garantido ao advogado da irmandade de ser o primeiro a falar em todas as sessões do tribunal.

O Compromisso de Lisboa de 1516 apresentava as obras de caridade que deveriam ser praticadas por todos os irmãos. Elas eram divididas em “espirituais” e “corporais”. Entre as primeiras constavam: “ensinar os ignorantes, dar bom conselho, punir os transgressores com compreensão, consolar os infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo, orar a Deus pelos vivos e pelos mortos”. As obras “corporais”, por sua vez, consistiam em “resgatar cativos e visitar prisioneiros, tratar os doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres e sepultar os mortos”.

As primeiras Santas Casas brasileiras seguiram esse modelo instituído no Compromisso da Misericórdia de Lisboa. Chama atenção o fato de que a assistência à

saúde era apenas uma das atribuições da Irmandade, além disso, o auxílio prestado era tanto corporal quanto espiritual. Segundo Maria Cláudia Orlando Magnani:

Eram atribuições das Misericórdias, sumariamente: conceder casa e tratamento aos enfermos desvalidos; acolhimento e educação aos órfãos; oração e sepultura aos que morriam na indigência; amparo às viúvas pobres; guarida e ajuda aos peregrinos necessitados; sustento nas cadeias, defesa nos tribunais e súplicas aos pés do trono aos presos miseráveis; conforto religioso no oratório e no trânsito para o patíbulo. Para muitas Misericórdias, o encargo de administrar e cuidar dos hospitais coincidiu com seu alvará de fundação (MAGNANI, 2009).

No entanto, nem todos os estabelecimentos desse tipo seguiam as definições do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, e por tanto, não usufruíam do patrocínio do Rei e nem de qualquer privilégio. Essas instituições em geral, eram chamadas de Casas de Caridade e não Santas Casas de Misericórdia. No entanto, uma análise das fontes documentais da época nos leva a perceber que em diversos episódios uma mesma instituição é chamada de Santa Casa e Casa de Caridade em momentos muito próximos. Uma leitura dos relatórios dos presidentes de província, por exemplo, demonstra que eles muitas vezes, por desconhecimento ou por considerar o fato pouco relevante, não faziam essa distinção nominal.

Entre as 41 Casas de Caridade e Santas Casas de Misericórdia identificadas no decorrer da pesquisa, uma de nossas grandes dificuldades foi definir as datas de fundação desses estabelecimentos. Isto porque, percebermos ser muito comum que Santas Casas fossem abertas e posteriormente fechadas, em função das dificuldades financeiras que muitas delas enfrentavam para conseguir pagar pelas despesas e atender aos desvalidos. Além disso, a circulação de informação sobre esses estabelecimentos também era precária.

É frequente encontrar reclamações dos presidentes de província sobre a falta de dados a respeito das instituições de saúde, não tendo eles próprios uma definição exata quanto ao número de estabelecimentos existentes, ao atendimento que prestavam e condições em que funcionavam. Da mesma forma, encontramos leis e documentos oficiais que garantiam a fundação de hospitais, mas isso não necessariamente se efetivava na prática. Há casos de instituições que possuíam um projeto de construção do hospital de caridade, que receberam certa verba do governo e/ ou doações, mas que não se

concretizaram. Desta forma, a data de fundação de um estabelecimento nem sempre coincidia com a sua entrada em funcionamento na prática.

Por meio da análise de documentos, e tendo-se em vista as ressalvas apresentadas chegamos a um resultado parcial e ainda incerto (Gráfico 1), mas que nos ajuda a compreender melhor a distribuição das Santas Casas e Casas Caridade em Minas durante o século XIX. O gráfico abaixo mostra o número de instituições criadas neste período divididas por décadas. É importante lembrar que é possível que algumas delas possam ter fechado as portas no decorrer desse intervalo de tempo.

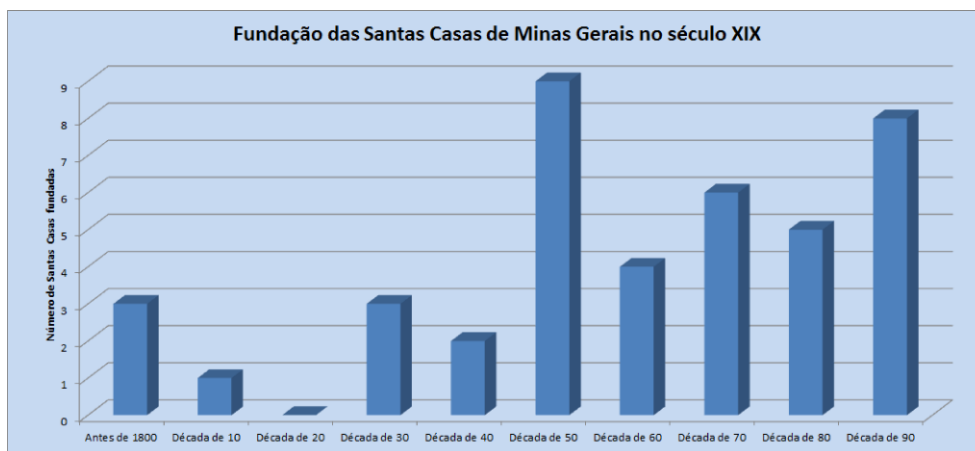


Gráfico 1

É perceptível no gráfico um aumento do número de estabelecimentos de assistência durante a década de 1850. Um dos motivos que podem explicar esse aumento é a lei mineira de 1839, sancionada pelo presidente da província Bernardo Jacinto da Veiga, que permite a “ereção de um Hospital de Charidade em todas as Cidades, e Villas, que ainda estiverem privadas d’este beneficio”. Para isso, o presidente garante “todos os privilegios, direitos, e prerrogativas, que pelas Leis existentes competem aos Estabelecimentos de identica natureza”. No entanto, pode haver ainda outras explicações, que pretendemos investigar.

Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto

A fim de possibilitar um melhor entendimento sobre o funcionamento das Santas Casas fizemos a opção de realizar um pequeno estudo de caso sobre a Misericórdia de

Ouro Preto. A escolha deu-se em função da impossibilidade de se trabalhar com um universo tão grande de instituições, como foi anteriormente apresentado, e devido ao maior volume documental existente em relação à Santa Casa de Ouro Preto.

A Irmandade da Misericórdia, em Vila Rica, foi criada no ano de 1730, no entanto, seu hospital foi fundado apenas cinco anos mais tarde, em 1735. Seu surgimento foi resultado de um testamento deixado pelo Capitão-Mor Henrique Lopes de Araújo, que doou imóveis e lavras para que uma Casa de Misericórdia pudesse ser erguida na cidade, a fim atender os desvalidos e enfermos. Inicialmente, foi regido por uma adaptação dos Estatutos do Hospital São José de Lisboa. De 1735 até 2000, o Hospital funcionou em quatro edifícios diferentes, além de passar por algumas reformas.

As principais formas de renda eram as esmolas, conseguidas por “pedidores”, doações, auxílio dos cofres públicos, aluguéis de propriedades, pagamentos mensais feitos pelos irmãos da Misericórdia, apólices da dívida pública, loterias concedidas pelo presidente da província e o pagamento recebido pelo tratamento de Praças do Corpo Policial.

A documentação mostra que o pagamento dos militares era uma das principais fontes de renda. No ano de 1835, por exemplo, foram tratados mais praças, 134, do que desvalidos, 86.

Em 1861, a Santa Casa possuía um Estatuto próprio. Nele encontramos alguns aspectos interessantes sobre o atendimento aos indigentes. O Hospital, que surge a princípio para atender aqueles que não podiam pagar por um médico particular, na década de 60, não atendia apenas a esse público. Além dos militares, já citados, a Santa Casa atendia também pessoas que podiam pagar pelo atendimento, sendo essa mais uma fonte de renda necessária para a manutenção do estabelecimento. Isto porque, o Estatuto de 1861 fala da necessidade de posse de um “atestado de pobreza” para que o doente pudesse ser assistido gratuitamente. Dentre aqueles que podiam pagar, dependendo da quantia despendida, poderiam ser tratados como pensionistas de 1ª, 2ª e 3ª classe. Tendo direito na 1ª classe, a um quarto para um e tratamento especial, na 2ª classe, a quarto para dois e tratamento igual ao da primeira, e na 3ª classe, a enfermaria geral. Já os Irmãos da Santa Casa tinham o privilégio de serem atendidos gratuitamente e na primeira classe.

Não podemos afirmar que a existência destas classes refletem um processo gradativo de ocupação do espaço hospitalar por aqueles que antes preferiam a cura no

ambiente doméstico, porque não tivemos acesso ao número de pagantes, quanto pagavam e a que classes sociais pertenciam. Além do mais, temporalmente, apenas sabemos que na década de 1860 esta prática pode ter ocorrido, mas não podemos demarcar um período e a frequência com que os pensionistas de primeira classe eram tratados nesse hospital. No entanto, apesar das ressalvas, o simples fato de existir a possibilidade que alguns doentes fossem cobrados pelo tratamento recebido, demonstra que as Santas Casas e Casas de Caridade podiam não prestar auxílio exclusivamente aos indigentes como se supunha.

Entre os gastos da Santa Casa podemos citar as despesas com o tratamento dos enfermos, dietas, e pagamento de salários dos funcionários, que geralmente eram: o capelão; que cuidava do auxílio espiritual; o médico; o farmacêutico, que cuidava da botica; o enfermeiro-mor e seu ajudante; o escriturário; a enfermeira, responsável pela enfermaria feminina; a cozinheira; e os serventes. Podia haver também a presença de facultativos clínicos, admitidos em enfermarias especiais, que eram encarregados pelo Governo Geral ou Provincial ou qualquer particular, para cuidar de certa classe de pensionistas, desde que se sujeitassem aos Regulamentos da Santa Casa.

Em suma, a Santa Casa de Ouro Preto foi uma das principais instituições de assistência da Província no século XIX, seu percurso é marcado pelas dificuldades financeiras por que passaram muitas das Santas Casas mineiras e reflete um movimento de transformação do espaço hospitalar. Além disso, teve papel fundamental na assistência em épocas de epidemia, inclusive na criação de enfermarias provisórias destinadas ao combate da doença.

Assistência a alienados e militares nas Santas Casas

Como já foi dito, as Santas Casas serviam como lugar de acolhimento para diversos indivíduos da sociedade, como indigentes, órfãos, alienados, e não apenas como hospital propriamente dito, além de prestar assistência hospitalar a outros setores da sociedade como militares e presos, atividades essas que contribuía para a receita da instituição. Há informações sobre o auxílio aos expostos pelas Santas Casas, exemplo mais significativo dessa forma de assistencialismo vemos na Santa Casa de São João Del Rei, onde há informações sobre do auxílio dispensado a órfãos e à promoção de sua educação pela

instituição. Já a assistência aos presos enfermos se dava no fornecimento de medicamentos e dietas para os presos recolhidos na enfermaria da cadeia, mediante diária paga pela província, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto¹. Essa apresentação irá se deter a duas atividades executadas pelas Santas Casas, o recolhimento de alienados e o auxílio aos militares doentes, como exemplo significativo será abordado o caso da Santa Casa de Ouro Preto.

Assistência aos alienados

Quanto à assistência aos alienados, é recorrente nas correspondências oficiais consultadas, encontrarmos pedidos de internação de alienados nas Santas Casas, mais freqüente ainda, são as respostas negativas a essas internações e a menção do Hospício Pedro II, localizado na corte, Rio de Janeiro, para onde geralmente os alienados eram encaminhados. Exemplo disso é o Relatório da Presidência da Província do ano de 1887, onde é relatado como é ruim o tratamento despendido aos alienados na cadeia de Ouro Preto, o narrador dá a seguinte alternativa: “Não permittindo as nossas circunstancias financeiras a creação desde já de um hospício em condições convenientes, poderíamos, à imitação do que praticão outras províncias, conceder subvenção ao hospício de D. Pedro II para certo numero de alienados indigentes.”² Parecia ser prática comum enviar alienados para a corte, porém há um movimento quanto à necessidade de criação, na província mineira, de estabelecimentos adequados ao recolhimento de tais enfermos, já que os espaços já existentes nas Santas Casas da província mineira e no Hospício Pedro II não conseguem atender à demanda da província. Relato comum nos Relatórios da Presidência da Província é a constatação de que há a necessidade “de um edificio com accomodações appropriadas para o tratamento das pessoas que soffrerem de alienação mental”³.

¹ Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Relatório sobre a Província de Minas Gerais, pelo Presidente Machado Portela, em 20 de abril de 1872, p. 18.

² Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Falla que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de 1887. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1887, p. 40-41.

³ Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Relatório que o Senhor Senador Manoel Teixeira[?] de Souza apresentou ao Senhor Doutor José Maria Correia de Sá Benevides, p. 25.

No relatório de 1882⁴, há a informação de que a única Santa Casa possuidora de um cômodo para o recebimento de alienados é a de São João Del Rei, porém, Claudia Magnani diz que “o primeiro hospício de alienados de Minas Gerais foi o Hospício da Diamantina, cuja pedra fundamental foi fixada em 1888” (MAGNANI, 2009). A Santa Casa de Ouro Preto também possuía cômodo para a recolha dos alienados, como se verifica em vários relatos nos Relatórios da Presidência da Província.

Enfermaria Militar

No Rio de Janeiro, antes de ser criado o Hospital Real Militar e Ultramar, os militares enfermos eram tratados em casas particulares ou na Santa Casa da corte, mediante pagamento de uma taxa anual do governo. Situação semelhante era encontrada na província mineira. Um bom exemplo disso é a enfermaria militar na Santa Casa de Ouro Preto. No Relatório da Presidência da Província do ano de 1873⁵, há o relato de como acontecia o tratamento das praças doentes do Corpo Policial da capital, o qual nos fornece uma imagem de como seria o tratamento dos militares enfermos, num contexto geral. As praças enfermas eram examinadas pelo médico responsável pelo Corpo Policial, e depois, eram recolhidas à Santa Casa, sendo seu tratamento subvencionado pelos cofres provinciais e perdendo o direito aos seus pagamentos enquanto de sua estadia no hospital. O pagamento das diárias referentes ao tratamento dos militares era feito nas outras localidades mineiras segundo o modelo da Santa Casa de Ouro Preto⁶.

Nas Correspondências Oficiais do Governo da Província de Minas Gerais, foram encontrados vários requerimentos provenientes do provedor da Santa Casa, a respeito do pagamento da quota destinada ao tratamento de militares. A partir dessas correspondências é possível visualizar um conflito entre a administração da Santa Casa e dos Militares. Dois

⁴ Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Relatório apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Conego Joaquim José de Sant’Anna, ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Theophilo Ottoni, ao passar-lhe a administração da Província em 31 de março de 1882, p. 17. – neste mesmo relatório, pede auxílios para que seja construído semelhante cômodo na Santa Casa de Ouro Preto.

⁵ Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Relatório apresentado pelo Senhor Senador Joaquim Floriano de Godoy, no dia 15 de janeiro de 1873, ao passar a administração da Província de Minas Gerais ao 2º Vice Presidente Senhor Doutor Francisco Leite da Costa Belem, p. A 4-4 e A 4-5.

⁶ Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Relatório apresentado pelo Senhor Senador Joaquim Floriano de Godoy, no dia 15 de janeiro de 1873, ao passar a administração da Província de Minas Gerais ao 2º Vice Presidente Senhor Doutor Francisco Leite da Costa Belem, p. A 4-4, A 4-5.

episódios, que retratam esses conflitos, podem ser tomados como exemplo. Em correspondências enviadas pelo provedor da Santa Casa de Ouro Preto à presidência da província, há a reclamação do comportamento impróprio da guarda que cuidava da enfermaria militar⁷. O segundo relato⁸ é do “Oficial do Dia” que era encarregado de fiscalizar o tratamento dispensado aos militares no hospital, onde diz que não eram boas as condições em que se encontravam os militares na enfermaria da Santa Casa. É possível acompanhar o desenvolvimento da contenda através dos recorrentes requerimentos, reclamações e explicações provenientes de ambas as partes. Dentre estes existem várias outras contendas, provenientes de ambos os lados, a respeito das dietas fornecidas aos militares, da quota paga à Santa Casa pelo tratamento dos militares, do atraso ou não pagamento desta, entre outras.

Em Relatório da Presidência da Província no ano de 1885, há a afirmação de que “Seria muito conveniente a criação de uma enfermaria no quartel do corpo, onde fossem tratadas as praças.”⁹, em outro relatório, do ano de 1891, o qual fala do movimento da enfermaria militar da Santa Casa de Ouro Preto, há a informação de que o “commandante geral julga conveniente a criação de uma enfermaria em predio próprio com as precisas acomodações.”¹⁰, talvez um dos motivos dos conflitos entre Santa Casa e a Direção dos Militares, seja o pleiteamento destes à assistência de seus soldados.

Considerações Finais

Para finalizar, ressaltamos que a abordagem aqui escolhida revela apenas uma possibilidade de estudo sobre o tema. Trata-se de um assunto amplo e ainda pouco trabalhado entre os historiadores.

⁷ Arquivo Público Mineiro. Fundo Presidência da Província; Notação PP 1/38 CX 01, Documentos 26; 28.

⁸ Arquivo Público Mineiro. Fundo Presidência da Província, Notação PP1/38 CX 01, Documentos 39.2; 39.3; 39.4; 39.6.

⁹ Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Relatório apresentado pelo Senhor Doutor Olegário Herculano d’Aquino e Castro, ao Senhor Desembargador José Antonio Alves de Brito, ao passar-lhe a administração da província, em 13 de Abril de 1885, p. AB-6.

¹⁰ Provincial Presidential Reports (1830-1930): Minas Gerais. Relatório apresentado pelo Doutor Antonio Augusto de Lima, Ex-Governador do Estado de Minas Gerais, ao Presidente do Estado, Senhor Doutor José Cesario de Faria Alvim, em 15 de Junho de 1891, p. 34.

Fontes documentais

Coleção das Leis do Império do Brasil.

Correspondências oficiais do Governo da Província de Minas Gerais.

Leis Mineiras.

Regimentos das Santas Casas de Bonfim, Ouro Preto, Sabará e São João Del Rei.

Regimentos de Hospitais Militares.

Relatórios de Presidência da Província.

Arquivos consultados

Arquivo Público Mineiro – APM.

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.

EDLER, Flávio Coelho. *A Medicina Brasileira no século XIX: Um Balanço Historiográfico*. Asclepio, v. 50, n. 2, p. 169-186, 1998.

FERNANDES, Liliane. *As Santas Casas de Misericórdia na República Brasileira (1922-1945)*. Tese (Mestrado em Políticas de bem-estar em perspectiva: evolução, conceitos e actores) – Universidade de Évora, Évora, 2009, 145p.

FERREIRA, Luciana Viana. *A criação de enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)*. Dissertação (Dissertação como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Belo Horizonte, 2011, 185p.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. 251 p.

KHOURY, Yara Aun (coord). *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial e Edic – PUC SP, 2004. Vol. 1. p. 255-256.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. *Hospício da Diamantina: a loucura na cidade moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. 102 p.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. *A difusão da Medicina acadêmica e das práticas científicas no espaço luso-brasileiro: Da Corte à Província, a trajetória de Francisco de Mello Franco de*

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Lisboa a São Paulo. (1783-1839). In: SEMINACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13º, 2012, São Paulo, 16p.

MARQUES, Rita de Cássia. A Caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) – séculos XVIII-XX. *Dynamis*, vol. 31, nº 1 Granada, Barcelona, 2011.

MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *História da saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: FIOCRUZ, Manole, 2011. 162p.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo e DALGALARRONDO. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. Rio de Janeiro, História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.12, n. 3, p. 983-1010, 2005.

PIMENTA, Tânia. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). Rio de Janeiro, História, Ciência, Saúde – Manguinhos, v. 5, n. 2, Jul./Out. 1998.

PORTER, Roy. O Hospital. In: PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro: Record, 2004. 236p.

REGO, Sérgio de Almeida. *A Medicalização do Hospital no Brasil: Notas de Estudo*. Cadernos ABEM, v. 4, Out. 2008, 15p.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. 383p.

SÁ, Isabel dos Guimarães de. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português 1500 – 1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. 320p.

SILVA, Geovana. Assistência e Poder: os provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. *Revista Em Debate*, n. 8, 2009, 11p.

VENANCIO, Renato Pinto. Famílias abandonadas: assistência a crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999. 190p.

Progresso, civilização e higiene no sertão: as questões sanitárias na imprensa de Diamantina e Serro. (séculos XIX-XX)¹

Carolina Paulino Alcântara

Mestranda – UFMG

carolinapalcantara@hotmail.com

RESUMO: No presente artigo analisaremos os discursos sobre as questões sanitárias na imprensa de Diamantina e Serro, abordando como a imprensa local partilhou das concepções de cidade moderna, no século XIX, visando alcançar a civilização. Partilhando das concepções do período, para os jornais, um dos caminhos para alcançar o progresso e o desenvolvimento da região era resolvendo os problemas de higiene pública. Para isso, constatamos que na passagem do século XIX para o XX, as duas cidades passaram por algumas melhorias urbanas e as questões sanitárias tomaram as páginas dos jornais.

PALAVRAS-CHAVE: Higiene, imprensa, Norte de Minas.

Introdução

O texto a seguir é resultado de análises ainda incipientes feitas para o projeto de pesquisa do Mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tem como objeto de estudo os discursos sobre as questões sanitárias na imprensa de Diamantina e Serro. Diante disso, neste texto analisaremos como os jornais das cidades supracitadas partilharam das concepções de um ideal de cidade civilizada (final do século XIX e início do XX), que se respaldava nas concepções de higiene do período (que viam no ambiente a origem das doenças), para garantir melhoras sanitárias, procurando modernizar seus espaços urbanos e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento do sertão Norte de Minas Gerais.

Para isso, entendemos que, naquele momento, as elites brasileiras quiseram evidenciar o progresso do país, projetando alcançar a civilização, por meio de

¹ Como as análises ainda estão incipientes, nós não delimitamos datas-limite para o marco cronológico. Futuramente, com análises mais seguras, certamente faremos isso. Sendo assim, neste texto trabalharemos, basicamente, com a passagem do século XIX para o XX, tendo como referência para esse momento: as medidas higienistas no Brasil, que visavam solucionar os problemas de higiene pública tendo em vista o progresso e a civilização; os modelos de cidade moderna, que tinham a higiene como preceito; a proclamação da República, que fez aguçar ainda mais essas discussões sobre progresso nacional – no caso, as soluções de higiene estiveram presentes. Já para o marco final, levamos em consideração a primeira década do século XX, que foi marcada por algumas reformas urbanas, como a do Rio de Janeiro, em 1903.

melhoramentos urbanos provenientes de exemplos europeus, que, em suas reformas, elegeram algumas ideias centrais - o embelezamento, o sanitarismo e a civilidade, incluindo regras de comportamento, etc. Essas ideias serviram de parâmetro para várias outras reformas que ocorreram no mundo e, não menos diferente, no Brasil. Além disso, tais ideias foram baseadas em concepções do que passou a significar o urbano no século XIX. Como bem abordou James William Goodwin Jr. (2007), o urbano, passou a ser visto como símbolo visível do que as nações ocidentais capitalistas denominaram por civilizadas, significando a síntese de tudo de moderno que a sociedade capitalista inaugurou. Daí, a cidade passou a ser símbolo “mais visível – e por isso mais imitável – do que significava progresso” (GOODWIN JR., 2007, p.32).

Precisamos destacar que, nesse contexto, a Revolução Industrial, principalmente, determinou mudanças que trouxeram novos ideais de organização social. Nas perspectivas das cidades, por exemplo, trouxe mudanças de concepções em relação à estética, aos costumes, aos conceitos de conforto, valorizando, dentre outras coisas, a higiene e a saúde. Em relação às duas últimas questões, a Revolução Industrial contribuiu para o surgimento da moderna Saúde Pública, uma vez que a complexa sociedade industrial e urbana introduziu problemas relativos a habitações e saúde do trabalhador, já que as condições de moradia não acompanharam o rápido crescimento da população (ROSEN, 1994).. Desse modo, onde quer que o novo sistema industrial tenha enraizado e desenvolvido, as exigências de uma reforma sanitárias eclodiam. Foram assim, na Inglaterra, Estados Unidos, França, Bélgica, Prússia, etc. (Ibdem, 1994).

No Brasil, em meados do século XIX, a criação de uma Junta Central de Higiene, órgão do governo Imperial, significou, por exemplo, uma das primeiras medidas em relação à salubridade pública. Dali adiante, já nos primeiros anos do período republicano, as questões sanitárias nas cidades, movidas pelo ideal de construir um espaço que pudesse ser considerado civilizado, ganharam destaque. Afinal, como bem lembrou Anny Jacqueline Torres, “higiene, civilização e progresso formavam uma tríade recorrente nos discursos sobre o espaço e a vida urbana” (2008, p. 84). Nesse sentido, podemos perceber que, assim como na Europa, no Brasil as questões relativas à salubridade ganharam destaque nos discursos sobre o espaço das cidades. No entanto, no caso brasileiro, não é a intensificação do desenvolvimento capitalista industrial que vai determinar esses discursos, mas o

crescimento urbano e os problemas advindos com eles; por trás dos interesses sanitários e mercantis, que livrariam as cidades das condições insalubres e facilitando a comercialização, as intervenções urbanas no Brasil “revelavam um projeto de nação, um desejo de exorcizar o passado colonial e escravista, de construir uma nova paisagem, que fosse mais adequada à república e à inserção do país no concerto internacional das nações” (TORRES, 2008, p.94).

Seguindo essa tendência, em Diamantina e Serro, as preocupações relativas às questões sanitárias marcaram todo o século XIX, promovendo discussões em torno, por exemplo, da criação do cemitério municipal, das sujeiras das ruas, da presença de animais em vias públicas, dos problemas de iluminação e da distribuição de água, etc. Várias parcelas da sociedade participaram das discussões sobre o espaço urbano, mas, com certeza, a imprensa foi importante, pois constantemente chamou a atenção das autoridades e dos cidadãos para esses problemas. Para os jornais, em comparação com os grandes centros urbanos do país e do mundo, a região estava atrasada. Nesse sentido, a fim de promover o progresso das suas cidades, a imprensa denunciou os problemas de saneamento, exigindo infraestrutura sanitária, assim como melhorias nas ruas e iluminação, e dirigiu-se a população tentando modificar valores, comportamentos, etc. Entendemos, diante disso, que a imprensa absorveu e partilhou de um pensamento que via a cidade como um símbolo visível de civilização e, dentre isso, o estado sanitário como indicador, pois considerava importante para o desenvolvimento da região a melhoria da higiene dos seus centros urbanos.

Escolhemos por Diamantina e Serro por entendermos que são cidades importantes do Norte de Minas no período. Propusemos analisar os discursos dos jornais porque verificamos que a imprensa das duas cidades, garantindo a especificidade de cada uma, partilhou das concepções de cidade moderna, que tinha a higiene um dos focos principais, para chamar a atenção dos problemas locais e promover a modernização e civilização do sertão – acreditamos em um caráter regional nos jornais e na ideia de que as duas cidades tentavam representar, de alguma maneira, o Norte de Minas.

A fim de dar continuidade em nossa análise, discutiremos como a imprensa local partilhou dos “estilos de pensamentos” relativos à higiene, progresso e civilização que marcaram o pensamento do período. Para essa análise, utilizaremos os conceitos “estilos de

pensamento” e “coletivos de pensamento” de Ludwik Fleck com o objetivo de identificar a imprensa como um coletivo que absorveu e compartilhou das concepções do período. Posteriormente, faremos breve apresentação do contexto histórico das duas cidades, destacando o processo de modernização no final do século XIX, para abordar como a imprensa atuou nas duas cidades. Por último, faremos as considerações finais, destacando possíveis rumos para a pesquisa.

Progresso, civilização e higiene como estilos de pensamento: a imprensa como um coletivo de pensamento

Para a análise dos discursos dos jornais do Norte de Minas sobre higiene utilizaremos os conceitos *estilo de pensamento* e *coletivos de pensamento* de Ludwik Fleck². Esses dois conceitos, como melhor abordou Mauro Condé, caracterizam o conhecimento de uma época. “Diferentes grupos, em diferentes períodos históricos – o que Fleck denominou *coletivos de pensamento* – constroem seus estilos de pensamento ou conhecimento a partir de suas atividades sociais e suas interações com a natureza” (CONDÉ, 2012, p.7 grifo do autor).

No caso, no final do século XIX e início do XX, diferentes teorias caracterizaram o pensamento médico e serviram de sustentação para as medidas sanitárias adotadas por vários países. Uma delas, e a principal, foi a que deu base para as reformas urbanas do período: a teoria miasmática. Segundo Gilberto Hochman (2006), “Para o que se convencionou chamar de teoria miasmática, as doenças seriam transmissíveis através de miasmas, *humores* que surgiam de matéria orgânica em decomposição, vegetal ou animal, resultante de condições ambientais específicas, e não através de micróbios” (p.54). Nesse sentido, o ambiente era visto como originador dos miasmas que causavam doenças. Mais para o final do século XIX, a teoria dos germes, que via no próprio micro-organismo a

² Os conceitos estilo e coletivo de pensamento são encontrados no livro *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, no qual o autor analisou a origem e a construção de um fato científico. Para isso, descreveu o surgimento e consolidação da sífilis nos meios médicos e científicos. De acordo com Fleck, as mudanças no conhecimento dependem das transformações nos estilos de pensamento, que, por sua vez, são resultados das questões históricas e sociais. O condicionamento do pensamento depende, da mesma forma, de um coletivo, que historicamente e socialmente se consolida. Sendo assim, o coletivo determina a forma como as coisas devem ser percebidas, formando assim *um estilo de pensamento*. Esse grupo que condiciona o pensamento é denominado por Fleck como *coletivos de pensamento*.

causa das doenças, surgia com o desenvolvimento da bacteriologia. No entanto, como o processo de afirmação da bacteriologia não se fez de forma imediata e simples, a teoria miasmática manteve-se e persistiu como elemento explicativo para as doenças e como base da atuação da saúde pública, que buscou sanear o meio ambiente (SILVEIRA, 2008, p. 87).

Na Europa, a teoria miasmática surge junto com o desenvolvimento industrial e de uma complexa organização social urbana. Dessa forma, as primeiras reformas urbanas sanitárias deram origem aos “primeiros serviços públicos urbanos, como esgotamento sanitário, coleta de lixo, controle de alimentos e do leite etc.” (HOCHMAN, 2006, p.55) e estão associadas ao crescimento expressivo da população nas cidades e às teorias que associavam doença com o ambiente.

Nesse sentido, George Rosen (1994) aborda que a Revolução Industrial foi determinante para o surgimento da moderna Saúde Pública, uma vez que a complexa sociedade industrial e urbana introduziu problemas relativos a habitações e saúde do trabalhador, já que as condições de moradia não acompanharam o rápido crescimento da população. No entanto, apesar de atribuir à Inglaterra a origem do serviço público de saúde, Rosen destaca que onde quer que o novo sistema industrial tenha enraizado e desenvolvido, as exigências de uma reforma sanitárias eclodiam. Foi assim nos Estados Unidos, França, Bélgica, Prússia, etc.

No Brasil, as medidas sanitárias ocorridas nos centros urbanos se basearam nos discursos higienistas, que visavam sanear o ambiente a fim de evitar o surgimento de doenças, e, além disso, na ideia de que “um dos requisitos para que uma nação atin[gisse] a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países cultos” seria a solução dos problemas de higiene pública” (CHALHOUB, 1996, p.35). Chalhoub, nessa frase, estava comentando o discurso do vereador e higienista Pereira Rego que, ao justificar a preocupação com o aumento dos cortiços no Rio de Janeiro, dava compreensão do pensamento que marcaria as ações sobre as cidades no final do século XIX. O discurso dizia:

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização // Tão verdadeiro é o princípio, que enunciamos, que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado de higiene pública debaixo de todas as relações, como um

elemento de grandeza e prosperidade desses países...(apud CHALHOUB, 1996, p.34)

Naquele momento, o progresso caracterizava as concepções e preocupações de várias parcelas da sociedade que defendiam conduzir o país à civilização por meio das melhoras das condições de higiene. Em relação a isso, Sydney Chalhoub, em *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial* (1996), aborda que esses pressupostos da higiene para um “caminho da civilização” podem ser entendidos como uma configuração da Higiene como uma ideologia. Segundo o autor, os princípios da higiene se configurariam na submissão da política à técnica, isto é, a ciência, supostamente neutra, deveria estar acima dos interesses políticos para a gestão dos problemas das cidades e das diferenças sociais nela existentes (CHALHOUB, 1996, p. 35). Essa concepção iria dar suporte ideológico para ação de médicos e engenheiros em momento posterior, após a proclamação da república, e marcaria as ações de governantes. Chalhoub conclui dizendo que por trás desses pressupostos, o que se declara é o “desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos” e “o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história” (1996, p35). Ou seja, resolver os problemas relativos à higiene pública era, de fato, necessário, mas o discurso por trás disso, que dava sustentação, era o do progresso: um discurso político.

Dessa forma, percebemos que, entre o final do século XIX e início do XX, o problema urbano tornou-se, para as elites, um entrave para o desenvolvimento do Brasil. A beleza, a funcionalidade e a salubridade foram considerados ingredientes necessários para garantir o progresso econômico e a civilização (TORRES, 2008, p. 93). Além disso, nesse discurso podemos identificar sua sustentação no aparato técnico-científico, que eram tratadas como um “instrumento capaz de oferecer soluções seguras e legítimas para a reestruturação não apenas da dimensão física da cidade – o saneamento e a produção – mas ainda de sua dimensão social” (TORRES, 2008, p.95).

Nesse último trecho Anny Jacqueline Torres estava estabelecendo pontos comuns entre as reformas ocorridas nas cidades europeias e brasileiras. Para isso, citou a associação entre civilização e salubridade e o apoio na ciência. Ainda na sua análise, destacou a criação da nova capital mineira, no final do século XIX, com um exemplo de uma modernização física do espaço urbano aos moldes das cidades europeias. Diante disso, percebemos o alcance desse pensamento de modernização urbana vislumbrando evidenciar o progresso e

a civilização. O alcance desse discurso pode ser também percebido no Norte de Minas, especificamente nas cidades de Serro e Diamantina, que não promoveram uma reforma urbana nos moldes das que ocorreram em outros centros urbanos do país (Rio de Janeiro, por exemplo), mas solicitaram alguns melhoramentos.

A higiene, progresso e civilização, enquanto estilos de pensamento perpassaram por vários coletivos. A imprensa, nesse sentido, foi uma das parcelas da sociedade local que teve participação de referência ao divulgar, por trás de disputas políticas ³, um ideal de cidade baseado na concepção de higiene. Situando a discussão, no jornal O Serro, 3ª edição do jornal (19/10/1890), uma coluna chamada Água, Luz e Cadeia discutiu sobre os problemas com a iluminação pública, associando a falta dela a insalubridade. Mais adiante, o autor afirma que esse assunto é de grande interesse para a cidade, pois ele acreditava que a população não suportará de bom grado ser colocada no “recavam das cidades civilizadas”. Por isso, defende, por meio dos melhoramentos urbanos, igualar o Serro aos centros desenvolvidos.

Não de forma diferente, em Diamantina a solução dos problemas de esgoto e água era identificada como sinal de avanço e progresso (GOODWIN JR, 2007, p. 174). A imprensa cobrava esses melhoramentos, indicando que já passara da hora de resolvê-los. No ano de 1910, o jornal diamantinense Ideia Nova abordou que a Câmara Municipal iria resolver, em breve, o problema de canalização de água potável e construir uma rede de esgoto, afirmando que são medidas “há muito reclamadas pela opinião pública e que transformaria a nossa cidade, talvez na primeira de Minas, relativamente a condições higienicas” (A Ideia Noca, 04/12/1910 apud GOODWIN JR, 2007, p. 174).

Nesse sentido, percebemos que a solução dos problemas de estrutura urbana era, naquele período, fator determinante para desenvolver a cidade a fim de alcançar o caminho da civilização. Eram *coletivos de pensamentos*, com seus vários discursos, partilhando de um mesmo *estilo de pensamento*. No caso da imprensa, muita vezes, ela se apoiou em saberes médicos para justificar seu posicionamento político. Isto é, as discussões em torno das melhorias urbanas constantemente recaíam em disputas políticas locais. Para atacar um grupo da oposição, por exemplo, os jornais publicavam reclamações de cidadãos,

³ Muita das vezes as discussões sobre as questões sanitárias estiveram atreladas as disputas políticas. Os jornais denunciavam um problema a fim de atingir um grupo da oposição.

denunciavam outros problemas, etc. No entanto, não podemos deixar de afirmar que, para além das discussões políticas, a imprensa, enquanto um coletivo, partilhou de um estilo de pensamento que visava o progresso. Além disso, um progresso que estava associado a ideias de cidade da época, que tinha na melhoria do ambiente – embelezamento e saúde – sua maior preocupação.

A imprensa em Diamantina e Serro: as questões sanitárias

Diamantina e Serro estão localizadas na região do Vale do Jequitinhonha e tiveram suas origens no período minerador, no século XVIII, no qual a descoberta de pedras preciosas na região serviu de atrativo populacional e, conseqüentemente, para criação de uma rede urbana local. Inicialmente denominadas, respectivamente, por Arraial do Tejuco e Villa do Príncipe, Diamantina e Serro compunham o antigo Distrito Diamantino, que foi criado pela Coroa portuguesa para garantir um controle mais efetivo sobre a mineração. No século XVIII, Diamantina, Serro e Minas Novas formavam os lugares urbanos mais importantes do Vale do Jequitinhonha (MATOS; VELOSO, p.80). No século XIX, a rede urbana da região ganhou outras cidades, mas Serro e Diamantina continuaram como centros importantes (ibdem, p. 84).

Em relação à economia local, a extração dos diamantes teve altos e baixos na região, de modo que duas crises marcaram o século XIX. Uma foi entre os anos de 1808-1832 e a outra entre os anos de 1870-1897 (cof. MARTINS, 2008, p. 612). Nesse segundo momento, Diamantina reagiu a crise por meio de sua redefinição econômica, promovendo um surto industrial (MAGNANI, 2004, p. 34; SOUZA, 1991, p.165); já o Serro seguiu o caminho de promover a agricultura de exportação e da abertura de vias para o leste (SOUZA, 1991, p.165). Como destaca José Moreira de Souza: “se Diamantina cuida de animar a região pelo expediente industrial, o Serro, no mesmo momento manifesta-se preocupado com a ampliação das atividades agrícolas, colonização e vias de comunicação” (1991, p. 169).

Como visto, as soluções foram diferentes para as duas cidades. Em comum, as elites locais esboçaram um programa de afirmação de um mercado regional e de transformação de seus espaços urbanos. Ao referir-se a diamantina, por exemplo, Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani (2004), aborda que a transformação e transição

econômica local possibilitaram a reordenação do espaço urbano da cidade de Diamantina.

Nas próprias palavras da autora,

Houve um redimensionamento da cidade como um todo, onde se destacaram alguns investimentos como a construção da primeira usina hidrelétrica no Brasil pela Diamond Mining Company of Boa Vista; a instalação da repartição dos correios; a instalação de um batalhão de polícia; a fundação de três fábricas de tecidos, além de uma dinâmica e expressiva imprensa local (MAGNANI, 2004, p. 35).

Essas transformações visavam, por sua vez, a modernização da região a fim de acompanhar o País, que procura firmar-se no cenário econômico mundial. Como Goodwin Jr. destaca:

O período de fim-de-século assistiu à intensificação do discurso em torno da modernização da região, de sua transformação para inserção no novo mundo capitalista-industrial no qual o Brasil procurava firmar-se. Diamantina viu acontecerem várias obras de intervenção e melhorias no espaço urbano, como a construção de escolas, hospitais, hospício (GOODWIN JR., 2007, p.53).

No Serro, além do desenvolvimento agrícola promovido e das melhorias urbanas que se procuraram implementar, o ressurgimento da imprensa, em 1890, foi extremamente significativo. A imprensa local discutiu e denunciou problemas urbanos e exigiu melhorias, contribuindo para as transformações locais.

Por mais que as respostas frente à crise econômica tenham surgido antes - a partir da década de 1870 -, o advento da República (1889) foi importante para acentuar as discussões em torno da econômica e sociedade local. As elites diamantinenses e serranas, a partir desse momento, passaram a desenvolver respostas específicas para integrar o Norte de Minas no contexto do estado e no contexto nacional. Se antes a região era conhecida por Serro, devido Villa do Príncipe ter sido cabeça de comarca, nos finais do século XIX, as elites locais vão se auto representar como Norte (SOUZA, 1991, p. 72). Nesse sentido, as duas cidades se firmaram enquanto centros urbanos importantes do Norte de Minas e desenvolveram, cada uma da sua maneira, tentativas de promover modernização regional visando a integração da região ao contexto nacional.

Sobre esse aspecto, a imprensa se posicionou como representante principal do progresso e civilização. Como destaca na primeira edição do Tentamen (21/08/1890) e segunda edição do O Serro (12/10/1890), dois jornais da cidade do Serro: a imprensa,

segundo eles, seria um dos sinalizadores de civilização e sua tarefa era ser o mensageiro do povo, promovedor do progresso e da consciência social. Além disso, era comum que os jornais destacassem sempre seu compromisso com a verdade e o com o bem público, como afirma o jornal *Diamantina* do dia 29/11/1913, que ao mudar de nome (antes *Correio do Norte*, agora *Diamantina*), não deixaria de “defender os altos interesses do Norte, de que será sempre a sentinella alerta e fiel, no posto que lhe cabe no jornalismo mineiro” (*Diamantina* apud GOODWIN JR., 2007, p. 82). Seguindo essa tendência, os jornais diamantinenses e do Serro participaram do processo de implementação de medidas que alterariam o espaço urbano, seja procurando instruir a população ou cobrando das autoridades melhoramentos urbanos. Como dito, essas cobranças visavam o desenvolvimento urbano e a necessidade de firmar o Norte de Minas no centro das civilizações – essa última preocupação torna-se evidente quando, como esclareceu o último jornal, a imprensa garante sempre disposta a defender os interesses locais.

Nas questões relativas à saúde, a imprensa chamou constantemente a atenção dos cidadãos para os miasmas, odores, lixo e água parada que faziam parte do cenário das duas cidades. Verificamos isso quando os jornais abordavam sobre as condições das ruas e praças e publicavam cartas dos leitores com reclamações. Em *Diamantina*, por exemplo, nos primeiros anos da década de 1900, a melhora das condições sanitárias da praça do mercado foi alvo constante de reivindicações. Em 1906, o jornal *Ideia Nova*, publicou a seguinte carta:

Queixas e reclamações//Mercado

Escrevem-nos: // "Causa estranheza e desolação, mesmo ao observador menos exigente, o lamentavel estado da praça Barao de Guaicuhy, uma das mais habitadas e centraes desta cidade// Alli se acham o mercado de generos alimentícios e a mais repugnante estrumeira, paraizo das moscas, devido á permanencia dos animais naquelle ponto durante longas horas do dia. // A camara poderia attender ao assumpto, prohibindo essa permanencia, inconveniente sob todos os pontos de vista. [...] As dejecções dos animaes, em continuo estado de fermentação, formam, com a agua das chuvas, poços de lama putrida, d’onde se desprendem exhalações nauseabundas, pondo em perigo a saude e a vida de todos que tem triste necessidade de frequentar tal esterqueira [...]" (*A Idéia Nova*, 06/05/1906 apud GOODWIN JR., 2007, p. 195-196).

No Serro, também preocupado com as condições de higiene da cidade, o jornal O Serro de 1890 afirmou que o abastecimento de água será algo que o jornal ajudará na cobrança. Diante disso, aborda a importância que a água traz para a saúde, além de afirmar que sem água não há asseio. Para justificar seu posicionamento, abordou que “nas cidades adiantadas, a abundância d’água é considerado como a principal base de saneamento” (O Serro, 12/10/1890).

Nos textos dos dois jornais percebemos preocupações que perpassam pelas questões da salubridade, embelezamento visando o progresso. No caso do mercado de Diamantina, o cidadão estava preocupado com as condições insalubres do espaço, mas também com o aspecto de “extranheza e desolação” que marca o estado da praça, que, segundo o jornal, é uma das mais habitadas e centrais da cidade. Além disso, afirma que tais condições colocam em risco a saúde de quem passa ali. No caso do jornal do Serro, a imprensa justifica seu posicionamento em exigir o abastecimento de água pelo viés da ciência (os benefícios para saúde), assim como legitima sua opinião se baseando em outras cidades que são mais “adiantadas” – nota-se a apreensão com o desenvolvimento da cidade.

Além das denúncias e cobranças, era comum também os jornais trazerem notícias de doenças de outros locais, assim como ensinar a consumir e armazenar um alimentos, etc. Nesse sentido, o jornal O Tambor de 13/07/1890 trouxe como notícia casos do cólera na Espanha; o Mensageiro de 15/10/1891, um jornal católico do Serro, abordou sobre caso de varíola em Rio do Peixe (cidade próxima); e, em 1893, o jornal O Serro, em primeiro de outubro de 1893, destacou na nota sobre fabricação de vinho a importância da limpeza das vasilhas e rolhas.

Percebemos, assim, que a partir do final do século XIX, desenvolvimento econômico e melhorias urbanas marcaram o cenário de Diamantina e Serro, no Norte de Minas. Em resposta a crise no setor da mineração, as elites procuraram criar estratégias para desenvolver a região. Uma dessas estratégias, para além da questão econômica, foram as soluções nos problemas de higiene nas cidades. A imprensa, se colocando como representante do progresso, procurou cobrar das autoridades tais melhoramentos se apoiando na associação comum do período entre civilização e salubridade.

Considerações finais

Como muitas leituras apontam, nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, as cidades de Diamantina e Serro passaram por modificações nos seus espaços urbanos e os jornais participaram ativamente cobrando das autoridades tais melhoramentos. Acreditamos que a imprensa partilhou de concepções de cidade moderna do período e, mais que isso, das concepções de que era preciso alcançar o progresso e civilização. O meio para isso, não diferente do pensamento de outros locais, era por meio das soluções de higiene.

Utilizando dos conceitos de Fleck, percebemos que a imprensa pode ser considerada um coletivo que incorporou e divulgou para o Norte de Minas uma imagem de civilização/modernidade, que circulava pelo estado e pelo país na passagem dos séculos XIX-XX e que era informada, em certa medida, pelas noções de saúde e higiene. As concepções científicas, que viam no ambiente a origem das doenças – como citamos, a teoria miasmática – justificaram, talvez indiretamente, o posicionamento da imprensa. Mas com certeza, mais do que isso, as concepções de civilização e progresso foram norteadoras.

Como mencionamos, o presente artigo é resultado de análises feitas para o projeto de mestrado, que se encontra ainda em estágio inicial. Com certeza, algumas questões serão modificadas, o que é comum em toda pesquisa. Vislumbramos a leitura de outras fontes – jornais e documentos da câmara municipal das duas cidades – a fim de estabelecer melhor as relações entre as concepções do período e as melhoras urbanas de Diamantina e Serro e o discurso divulgado pela imprensa.

Fontes

a) APM-MG

Diamantina:

Sete de Setembro, Diamantina 1887 a 1889

O tambor, Diamantina. 1890

Serro:

O Mensageiro, Serro. 1891 a 1893

O Serro, Serro. 1890 a 1894

Tentamen, Serro. 1890

Referências Bibliográficas

CAPONI, Sandra. MIASMAS, MICROBIOS Y CONVENTILLOS. *Asclepio* -Vol. LIV-1-2002.

CHALHOUB, Sydney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do saneamento*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A Influenza Espanhola e a cidade planejada*. Belo Horizonte: Argvmentvm: Fapemig: CAPES, 2008.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2ªed. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade Estadual Paulista: Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. *O Hospício da Diamantina – 1889-1906*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6125/2/46.pdf>. Acesso em: 06/06/2013.

MARTINS, Marcos Lobato. A Presença da Fábrica no Grande Empório do Norte: Surto Industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Anais, V.2. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/MARTINS.PDF>. Acesso em: 24/06/2013.

MARTINS, Marcos Lobato. A Crise dos Negócios do Diamante e as Respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha, Décadas de 1870-1890. *Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, JULHO-SETEMBRO2008*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v38n3/v38n3a07.pdf>. Acesso em: 30/06/2013.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

GOODWIN JR., James William. *As Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição*. Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914). 2007. 352f. Tese (Doutorado). Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ELIAS, Nobert. Da Sociogênese dos conceitos de “Civilização e Cultura”. In: _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v.1. p.21-65.

SOUZA, Jose Moreira de; *Cidade: momentos e processos* : Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX. Dissertação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo Marco Zero, 1993.

VELLOSO, André; MATOS, Ralfo. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. *GEONOMOS*, 6 (2). p. 73-87. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/6_2_73_87_Velloso.pdf>>. Acesso em: 30/06/2013.

Sexualidade feminina em “A Vida Sexual”, de Egas Moniz (1901 – 1933): um discurso sobre o corpo e suas patologias

Eliza Teixeira de Toledo
 Mestranda – UFMG
 elizattoledo@gmail.com

RESUMO: Este trabalho expõe breve e incipiente análise do projeto de mestrado *Sexualidade Feminina em “A Vida Sexual” (1901-1933) de Egas Moniz: um discurso sobre o corpo e suas patologias*. Nele pretendemos problematizar noções de sexualidade feminina sadia e doente a partir da obra “A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia”, do neurologista português Egas Moniz. O livro soma dezenove edições publicadas entre 1901 e 1933, quando novas tiragens foram proibidas pela ditadura de Salazar em Portugal. Na obra debatida o autor trata da constituição sexual fisiológica de homens e mulheres e de seus desvios orgânicos e psicológicos. Considerando “anormais todos os exageros sexuais da mulher” e vendo-a como indivíduo predisposto a perturbações que desencadeariam as *doenças dos nervos*, a figura feminina ganha lugar de destaque na obra desse clínico. Premiado em 1949 com o prêmio Nobel pelo desenvolvimento da leucotomia (psicocirurgia concebida em 1935 que visava mudanças de comportamento dos pacientes), Moniz nos apresenta um discurso moral sobre o corpo feminino, que responde a demandas sociais a partir de concepções científicas biológicas e neuropsíquicas.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade, Gênero, Medicina.

Introdução ao tema

A ciência médica e o respaldo de suas práticas e discursos como conhecemos hoje, são fruto de complexo processo histórico. Ocupando-se, sobretudo, do diagnóstico de doenças, a medicina passa no século XIX, a partir do desenvolvimento da microbiologia e da assepsia cirúrgica, a atuar diretamente no corpo dos indivíduos, no tratamento de doenças e determinando procedimentos de higienização do corpo humano e de espaços, tais como as casas e os hospitais (MARQUES, 2005).

É também nesse momento que a figura do médico começa a ganhar força no corpo social, a partir de sua atuação como disciplinador, educador, porta-voz da moral, instaurando preceitos e metodologias e legitimando sua própria atuação. Nesse contexto, o corpo feminino possui lugar de destaque no discurso médico, e passa a ser visto como objeto de estudo e normatização. Thomas Laqueur escreve que:

O corpo da mulher tornou-se campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher. O corpo reprodutivo

da mulher na sua concretude corpórea cientificamente acessível, na própria natureza de seus ossos, nervos e principalmente órgãos reprodutivos, passou a ter um novo significado de grande importância. Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero (LAQUEUR, 2001, p. 190).

O discurso científico legitima uma visão de “funcionalidade” da mulher – de seu corpo e papéis na sociedade – a partir de sua anatomia. O sistema reprodutor é proclamado como diretor do comportamento feminino e a partir dessa visão a sexualidade das mulheres deveria ser orientada para o exercício da maternidade. Diversos trabalhos divulgam essas concepções, e o que é produzido na Europa e nos Estados Unidos repercute no Brasil, onde inúmeras teses médicas tratam do corpo feminino e de suas “anomalias”. É recorrente nesses trabalhos a ideia “de que as desordens nos órgãos genitais poderiam gerar perturbações em toda a economia corporal feminina, causando inclusive problemas mentais” (RODHEN, 2001, p. 99). A partir dessa noção, a mulher é vista como objeto de intervenção legitimada pela medicina; é um ser que precisa ser monitorado e sempre orientado para o cumprimento de suas funções de mãe e esposa.

Vários trabalhos médicos, tratando da questão da diferença entre os sexos, foram produzidos de meados do século XIX até as primeiras décadas do XX, e vários deles influenciaram obras de estudiosos não ligados diretamente à ciência médica (LAQUEUR, 2001). Entre as vozes que tem como objeto de estudo o sexo e suas manifestações, os corpos – feminino e masculino – e suas diferenças, está a do médico português Egas Moniz.

Antonio Caetano D’Abreu Freire Egas-Moniz (1874 – 1955), político, ensaísta, cientista e professor de neurologia, recebeu em 1949 o prêmio Nobel de Medicina/Fisiologia, o primeiro de língua portuguesa, pela idealização da leucotomia. Técnica concebida em 1935 – e transformada em lobotomia por Walter Freeman que começa a utilizá-la em 1936 – a leucotomia secciona, na substância branca do cérebro, feixes de associação com centros afetivos diencefálicos. Difere da lobotomia, apesar de os dois termos serem muitas vezes utilizados como sinônimos, sendo essa última uma incisão cirúrgica praticada num lobo dos hemisférios cerebrais. Tanto a primeira quanto a segunda eram práticas neurocirúrgicas, cuja finalidade terapêutica era a modificação de comportamento ou eliminação de sintomas psicopatológicos (MASIERO, 2003).

Egas, como tantos outros médicos, é criatura e criador da cultura médica normalizadora que começa a ganhar força no século XIX, e que dita códigos de conduta individual e social.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

Escreveu em 1901 sua dissertação intitulada “A Vida Sexual – Fisiologia” e um ano mais tarde, para o concurso de lente da Faculdade de Medicina de Coimbra, “A Vida Sexual – Patologia”. As duas obras foram logo em seguida compiladas sob o título “A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia”. Ao ter acesso a essa obra (encontrada no Centro de Memória de Medicina da UFMG, e que faz parte de outros grandes acervos médicos no Brasil¹) me deparei com um exemplar repleto de informações e conceitos sobre o sexo e suas patologias, e onde a figura feminina se destaca num simples folhear de páginas. O presente trabalho é uma análise incipiente do projeto de mestrado de mesmo título, que propõe uma análise histórica da obra “A Vida Sexual” tendo como norte o discurso médico-científico de seu autor sobre a sexualidade feminina e suas patologias.

O autor e a obra

Pesquisando sobre o autor conheci brevemente a extensão de sua obra e de seu nome, que batiza várias instituições portuguesas. Sobre o trabalho “A Vida Sexual”, descobri que “Os dois volumes: I – Fisiologia, II – Patologia, a princípio separados e logo depois reunidos, foram reeditados, com mais ou menos alterações, em 1904, 1905, 1906, 1913, 1918, 1922, 1923, 1928, 1930, 1932, 1933”², somando 19 edições em 29 anos.

Esses números indicam uma grande procura pelo tratado médico, “que se tornou uma obra polêmica e muito procurada”³. O texto do Instituto Camões explica esse caráter polêmico informando que durante o governo Salazar a aquisição da obra só podia ser feita com receita médica⁴. Os regimes de censura do Estado Novo proibiram sua venda ao público, colocando-o fora do mercado (CORREIA, 2006b). Partimos então da premissa de que “A Vida Sexual” chamou para si muita atenção e que rendeu várias edições, sendo considerado “um sucesso editorial” (LEONOR, 2005, p. 20). Essa obra, cujo título em latim foi refutado pelo autor por

¹ Entre eles o acervo da Academia Nacional de Medicina e o da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

² *Egas Moniz – Primeiro Centenário (1874 – 1974)*. Museu Nacional da Ciência e Técnica Coimbra.

³ *Egas Moniz (1874-1944)*. Em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p12.html> (Site Ciência em Portugal – Instituto Camões). Seção “Personagens”.

⁴ Acreditamos que proibição de novas edições da obra “A Vida Sexual” pela ditadura de Salazar seria motivada por seu conteúdo polêmico e do perigo de sua apropriação da obra feita por diferentes públicos, e não pelo posicionamento político de seu autor. A atuação de Egas Moniz em outras esferas não é barrada pelo governo, como quando, por exemplo, preside em 1949 o I Congresso Internacional de Psicocirurgia em Lisboa, tendo como secretário Walter Freeman. Ao fim das apresentações de trabalhos do Congresso a delegação brasileira propõe o nome de Egas para o Prêmio Nobel (MARGARIDO, 2005, p. 88-89).

dificultar o acesso ao grande público, foi sucessivamente reeditada, e algumas pesquisas apontam que foi também editada no Brasil (SÁ, 2005). Na “Advertência” da décima nona edição o editor afirma que 23 mil exemplares haviam sido esgotados até a nona publicação e que “poucos livros portugueses têm alcançado a expansão que este obteve em Portugal e no Brasil.” (MONIZ, 1931, p. 7).

Apesar de sua busca por um texto didático que pudesse ser também divulgado entre leitores não médicos, Egas Moniz ressalta sempre o caráter científico de seu conteúdo, fonte de pesquisas e prática. Elucida que os assuntos por ele tratados “cujo conhecimento não é inconveniente para os leigos, devem interessar a todos os médicos e especialmente aqueles que privam mais de perto com os assuntos de neurologia e psiquiatria” (MONIZ, 1906, p. VII).

O mapeamento de estudos sobre o autor nos mostra que a relação com esses dois domínios – neurologia e psiquiatria – é privilegiada, e que a laureada leucotomia ganha destaque nesses trabalhos. Seu reconhecimento no meio científico é, no entanto, anterior à premiação com o Nobel em 1949, sendo quatro vezes indicado ao mesmo prêmio pelo desenvolvimento da arteriografia cerebral⁵ (1928, 1933, 1937 e 1944). Além disso, sua notoriedade ultrapassa os meios científicos. Moniz envolveu-se diretamente na política em Portugal, como na fundação do Partido Centrista em 1917⁶. Desempenhou ainda as funções de Diretor do Hospital Escolar de Lisboa, Embaixador em Madrid, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente da Delegação Portuguesa à Conferência de Versalhes (CORREIA, 2005).

As noções defendidas por esse autor ganham maior ressonância se o pensarmos inserido em uma comunidade científica e não científica com a qual dialoga. Associamos à organização das ideias de Moniz – e à visibilidade e legitimação que irão adquirir dentro e fora de meios acadêmicos – a noção de *coletivo de pensamento*. Ludwik Fleck define esse coletivo como “a comunidade de pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos”. Teríamos ainda em cada uma dessas pessoas um “portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da

⁵ Também conhecida como angiografia cerebral, essa técnica criada pelo neurologista português em 1927 permitia a visualização de vasos sanguíneos cerebrais a partir da injeção de uma substância visível com Raio X em uma artéria que irriga o cérebro.

⁶ O Partido Centrista é fundado “no seio da corrente conservadora e moderada que critica fortemente a gestão do Partido Nacional Republicano”. No programa do partido dá-se atenção à relação burguesia proletariado, que deveriam se aliar em prol da paz social, e ao papel da educação nessa harmonização (CORREIA, 2005, p. 27-28).

cultura, ou seja, de um estilo específico de pensamento” (FLECK, 2010, p. 82). Nesse sentido, Moniz participaria – utilizando outro conceito de Fleck – de um *tráfego intercoletivo de pensamentos*, comunicando-se com diferentes grupos, porta-vozes de ciências e de outras esferas sociais, e com eles contribuindo.

Ao pensarmos a inserção de Egas Moniz em um coletivo de pensamento com o qual compartilha ideias, destacamos sua associação com o meio médico do Brasil, país que visitou em 1928 para ensino da angiografia cerebral⁷. Sabe-se ainda que sua premiada criação, a leucotomia, chega ao Brasil, onde começa a ser aplicada em 1936 no então maior manicômio da América Latina, o hospital do Juquery em São Paulo. Segundo André Luis Masiero, a partir desse momento vários médicos brasileiros serão treinados para a realização da leucotomia e da lobotomia. Na lista de indicação de 1949, Egas Moniz foi indicado por 9 cientistas pela concepção da leucotomia, sendo 3 deles brasileiros: Ernesto de Sousa Santos (São Paulo), Jayme Regallo Pereira (São Paulo), R. Locchi (São Paulo)⁸.

As duas técnicas foram intensamente empregadas nos pacientes dos hospitais brasileiros entre 1942 e 1956, vigorando no Brasil nove anos após a suspensão das psicocirurgias pelo Código de Nuremberg em 1947⁹. É notável ainda que para seu primeiro experimento, o médico precursor da leucotomia no Brasil, o neurologista Aloysio Mattos Pimenta, a tenha aplicado em quatro mulheres (MASIERO, 2003). Segundo André Luis Masiero em seu estudo sobre a aplicação da leucotomia e lobotomia nos manicômios brasileiros é “Impossível saber quantas cirurgias foram realizadas [...], mas apenas no Juquery, até 1949, foram cerca de setecentas, quase todas em mulheres”¹⁰ (MASIERO, 2003, p. 8). Percebe-se, dessa forma, que práticas e discursos de Egas divulgadas e discutidas na Europa chegaram ao Brasil, onde ganharam grande respaldo.

Entendo então que esse projeto poderá jogar luz em concepções que Moniz defendia, e que alguns anos mais tarde estarão, direta ou indiretamente, ligadas ao desenvolvimento da

⁷ Foi recebido em cerimônia solene pela Academia Brasileira de Letras em 22 de agosto. Nesse ano, orientava Antônio Brandão Filho, professor de Clínica Cirúrgica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em sua primeira angiografia cerebral (GUSMÃO, 2002).

⁸ Seus nomes constam nos arquivos Nobel, vol. 1948-1949, gr. IV, p. 43-65 (CORREIA, 2006a, p. 1204).

⁹ O Código de Nuremberg previa a contenção de abusos de experimentação médica em humanos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial.

¹⁰ Esses dados são fruto de pesquisa do autor em relatórios produzidos por médicos que aplicaram a terapia no Hospital Psiquiátrico de Juquery em São Paulo, de 1936 a 1956.

técnica da leucotomia e da locotomia dela derivada¹¹. Partimos da premissa de que a obra e a aplicação da leucotomia estão inseridas em um contexto de compreensão da mulher como figura de sexualidade potencialmente desviante, e que esse desvio passava por sua estrutura biológica, determinando seu caráter e suas funções sociais. O trabalho não há, no entanto, a intenção de constatar que a leucotomia é fruto de estudos presentes na obra “A Vida Sexual”, e é ainda necessário ressaltar que apesar de apontamentos sobre o uso da técnica em mulheres, seu desenvolvimento não foi, *a priori*, concebido exclusivamente para o público feminino¹².

Ressaltamos, porém, a busca por uma terapia para esses desvios durante a concepção da obra. Dezenove anos antes da primeira aplicação da leucotomia, ao tratar das parestesias sexuais (sensações *anormais* provocadas por distúrbios do sistema nervoso), Egas escreve em “A Vida Sexual” que a terapêutica própria não correspondia naquele momento às aspirações médicas, e completa: “Mas já representa uma esperança, e os resultados obtidos em alguns casos são justo incentivo a prosseguirmos nessas investigações terapêuticas em que a sugestão entra como principal fator” (MONIZ, 1916, p. 321).

A partir das críticas dirigidas à obra de Egas e a ressonância de suas opiniões e práticas médicas, compreendemos que seu discurso possuía força dentro e fora das fronteiras portuguesas. Esse cientista era ouvido por seus pares, por advogados, letrados, políticos. O que foi dito por ele sobre a fisiologia do corpo da mulher e suas patologias?

Em suas biografias a abordagem dada ao texto de “A Vida Sexual” (quando feita) é pouco profunda, sendo ela por vezes pouco mais que citada. Entra como sustentação para esse trabalho a categoria gênero, suporte de estudos que têm se firmado como campo fértil de pesquisa, consolidando-se como uma área que amplia a visão sobre as mais diversas discussões históricas. Essa categoria, ao questionar papéis e funções tidos naturalmente como masculinos e femininos,

¹¹ As duas técnicas são métodos polêmicos e discutidos desde o começo de sua aplicação. A premiação de Egas Moniz pelo desenvolvimento da leucotomia foi contestada a partir de 2003 por organização contra a leucotomia/lobotomia nos Estados Unidos. A partir de lista online, dirigida por Christine Johnson, era solicitada a retirada do Nobel de Egas Moniz. A avó de Christine passou 20 anos internada em hospital psiquiátrico após ser submetida à lobotomia. Disponível no site www.psychosurgery.com.

¹² Além do uso da técnica no manicômio do Juquery. Em 1954, um ano antes de seu falecimento, Egas escreve “A leucotomia está em causa”, onde discute textos publicados na França (pela revista Cahiers Laennec) que abordavam a técnica por ele criada. Defendendo a leucotomia, Moniz insiste no bem-estar levado a alienados graças ao procedimento, e cita exemplos de pacientes que voltaram a desenvolver atividades cotidianas após sua aplicação. Entre exemplos dos “curados”, um homem, três mulheres. Uma delas volta a ocupar-se da casa e dos filhos; a segunda faz estudos para assistente social; a terceira se casa e torna-se mãe (MONIZ, 1954, p.16).

promove a contestação de noções concebidas como fixas e imutáveis – inclusive a de sexo “naturalizado”, propondo sua compreensão como construção que passa pelo cultural e social. Nortecendo esse estudo, utilizo a definição sintetizada por Elizabeth Meloni Vieira: “Entende-se por gênero a construção social dos sujeitos como femininos ou masculinos, sendo, portanto, históricas” (VIEIRA, 2002, p. 19).

Contribuindo para a compreensão das ideias monizianas, utilizamos o trabalho sobre gênero e sexo de Thomas Laqueur (LAQUEUR, 2001), no qual o seu autor defende que a partir de meados do século XVIII deixam de servir de base explicativa da relação feminino/masculino argumentos transcendentais e costumes anteriormente aceitos, entrando em foco o corpo, especificamente o sexo biológico, para a construção de uma nova base explicativa. Nesse sentido, Ana Paula Vosne Martins explica que a partir da teoria do calor vital¹³ legada por Aristóteles e Galeno o corpo sexuado feminino era concebido como a versão imperfeita do homem. A produção científica nos séculos XVIII e XIX passa, no entanto, a procurar no corpo feminino evidências de uma diferença sexual que sustentaria “empiricamente” distinções inerentes ao seu sexo e assim “sua inferioridade biológica e sua subordinação política” (MARTINS, 2004, p. 31). Laqueur define essa virada epistemológica como a transição de um “modelo do sexo único” – o masculino, e sua versão imperfeita feminina – para o “modelo dos dois sexos”, no qual seriam incomensuráveis (LAQUEUR, 2001). A busca por essa diferenciação seria sustentada por uma necessidade de resposta às pressões sociopolíticas levantadas por questões de gênero e pelo colonialismo naquele momento. Assim, os conceitos de raça e gênero se tornam categorias cada vez mais demandadas por uma comunidade científica que procurava objetar essas pressões.

É então o corpo feminino que será considerado, segundo Michel Foucault, como “integralmente saturado de sexualidade”, portador de uma patologia intrínseca e cujos papéis social, familiar e educacional girariam em torno da maternidade. A imagem negativa da mãe, útil e sadia, seria a mulher nervosa, no processo que o autor define como “histerização do corpo da mulher” (FOUCAULT, 1985). O distúrbio do indivíduo é tido como passível de uma ação embasada pela lógica do bem social, visto que as perturbações sexuais são encaradas como perigos à sociedade, e a medicina passa a atuar por intermédio das “doenças dos nervos” como reguladora das sexualidades. Egas Moniz, por sua vez, afirma que

¹³ Nessa teoria os órgãos sexuais femininos seriam os órgãos sexuais masculinos invertidos, por faltar à mulher calor suficiente para exterioriza-los como o homem. (MARTINS, 2004, p. 27).

são anormais todos os exageros sexuais da mulher que, por vezes, os patenteia da maneira mais exibicionista e até atentatória da dignidade da situação social que ocupa, indo de encontro aos bons costumes e as conveniências sociais, deve admitir-se que esses exageros andam ligados a sua constituição neuropática. (MONIZ, 1916, p. 332)

A sexualidade da mulher: norma e desvios

Noções normatizadoras da sexualidade de homens e mulheres são construídas ao longo da obra, com elementos presentes nos dois tomos. Focando nossa análise na sexualidade feminina encontramos no tomo sobre a fisiologia, no capítulo sobre os órgãos sexuais, a alegação de Egas de que

Muitas mulheres virgens, que se dedicam à pernicioso prática da masturbação provocam um tal relaxamento do hímen [...] que o pênis pode ser introduzido sem provocar dor nem sangue. Como se o hímen fosse posto à entrada dos órgãos sexuais da mulher não só para lhe guardar a virgindade, mas também para a punir quando, menos avisada, caia nesse deletério vício a que me referirei largamente na segunda parte desse trabalho! (MONIZ, 1916, p. 54)

O autor faz aí referência à reação dos esposos que, não presenciando os sinais da perda da virgindade de suas conjugues, as lançariam ao abandono. Ressalta ainda outras características que deveriam ser visadas pelos homens na procura de suas companheiras. Citando Buffon, grande naturalista do século XVIII, Egas afirma que a virgindade não seria *apenas* uma formação anatômica, mas ‘un être moral, une vertu qui ne consiste que dans la pureté du coeur’ [*um ser moral, uma virtude que não consiste que na pureza do coração*] (MONIZ, 1916, p. 55).

No tomo de patologia, ao tratar das enfermidades que acometiam as sociedades modernas, cita a prostituição como “um problema médico-social que deve ser estudado como sendo um dos mais importantes fatores da divulgação das doenças venéreas e que mais escandalosamente condena o regime social vigente” (MONIZ, 1906, p. 12).

No capítulo “Heterossexualidade mórbida”, categoriza as prostitutas que sob o ponto de vista “psicobiológico” possuiriam caracteres comuns que lhes dariam uma fisionomia moral distinta da de outras mulheres e ressalta nelas uma “notável mobilidade de caráter” (MONIZ, 1906, p. 55). As divide em dois grandes grupos: as prostitutas de baixa intelectualidade e as de constituição neuropática. No segundo grupo estão as prostitutas histéricas e as impudicas.

Entre as históricas informa que raramente percebe-se a noção de moral e que geralmente começaram precocemente a vida sexual. Em caso citado nota “extraordinária excitação sexual” da paciente analisada por outro médico. Egas qualifica a prostituta impudica como uma louca moral e faz referências a Lombroso e Ferrero, para quem a frigidez sexual seria uma adaptação darwiniana, tornando o ato genésico insignificante moral e fisicamente, tido apenas como algo lucrativo (MONIZ, 1916, p. 369).

Ao abordar outro distúrbio, a “sexualidade exagerada dos velhos”, Egas afirma que “Mulheres que, tendo sido muito assisadas e sexualmente enormes, adquirem, em avançada idade, excitações sexuais exageradas” que geralmente entram no campo das perversões. O desejo sexual em mulheres não mais férteis é percebido como um excesso, e uma das perversões dele advinda seria a ninfomania, que segundo o médico se manifestava em algumas mulheres na menopausa (MONIZ, 1906, p. 16).

É também na “falta” que o neurologista encontra outra patologia que acomete as mulheres, a “anestesia sexual”. Cita o caso de uma histórica, que a partir de confissão a ele concedida alegava “praticar o coito com seu marido por dever, mas sendo-lhe inteiramente indiferentes semelhantes relações”. Egas conclui que “Estes casos são vulgares e, como diz Krafft-Ebing, muitos homens há que se lastimem dessa frieza da parte das mulheres a que estão ligados” (MONIZ, 1906, p. 15). No caso citado, que explicita uma situação “vulgar” segundo o médico, a falta de desejo sexual feminino é encarado como um problema para os homens.

Notamos que a prática sexual feminina, quando não voltada para a reprodução e fora da regulação da vida sexual do casal, é compreendida como fora da norma, de caráter patológico. Egas compreende que a realização da sexualidade sadia se daria a partir de uma união heterossexual, ajustada pelo casamento. Essa instituição regularia, sobretudo, a sexualidade feminina, se refletirmos sobre as concepções sexuais distintas atribuídas por ele a homens e mulheres. Ao abordar “O Casamento e a Higiene Sexual”, ressaltamos que Moniz afirma ser “contra o casamento virgem da parte do homem, achando-o mesmo inexecutável” (MONIZ, 1931, p. 325). Tratando do instinto sexual, Moniz o distingue em relação a homens e mulheres, uma vez que o primeiro “procura quase sempre se satisfazer com uma outra mulher a necessidade imperiosa do instinto” (satisfação do desejo sexual), enquanto esse fato é mais raro na mulher, por ser ela menos sensual (MONIZ, 1931, p. 139).

Em sua análise sobre as neuroses sexuais, Egas Moniz reforça uma ideia contida desde o princípio da obra: a de que o homem é mais sensual que a mulher, e desse *fato* advêm perigosas consequências. Acreditamos que, a partir de aspectos ressaltados no corpo e no comportamento sexual da mulher, Moniz serve-se de representações “doentes” como estratégia de retificação de um modelo de “ideal” sexualidade feminina, que deveria ser de maior passividade e docilidade. Importa-nos aqui o lugar de onde esse médico fala, amparado por sua formação científica, endossando comportamentos almejados por homens e mulheres a partir de um discurso legitimado pelo pressuposto de neutralidade. Esse discurso, no entanto não se isola do social e cultural, ao contrário: dialoga com essas esferas e com elas corrobora.

Em seu estudo “O Normal e o Patológico”, ao trabalhar com percepções de doença a partir dos conceitos normal e anormal, Georges Canguilhem entende que “o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma” (CHANGUILHEM, 1978, p. 148). O doente não seria, então, anormal por essa ausência, mas por sua incapacidade de ser normativo (CHANGUILHEM, 1978, p. 148). Apontamos como noção de caráter normativo para Egas Moniz sua definição de que “a mulher é essencialmente mãe” – em contraposição ao homem, que seria “essencialmente sexual” (MONIZ, 1916, p. 4). Assim, a incapacidade normativa de algumas mulheres em desenvolver essa “essência” se daria na antemão da sexualidade normal, o que o autor destaca, por exemplo, no caso das prostitutas (que mantêm relações sexuais sem finalidade reprodutiva).

Considerações finais

Procuramos problematizar brevemente nesse ensaio o que será trabalhado no projeto de mestrado, orientado por uma questão base: Como o tratamento dado à sexualidade feminina nessa obra – sendo ela concebida como objeto de intervenção médica – prescreve, para além de tratamentos médicos, condutas sexuais e sociais? Pois ultrapassando o domínio do discurso, o nascimento da medicina moderna se dá ao lado da organização institucional que amplia sua aplicação (FAURE, 2008). Nesse contexto, consultórios e salas de cirurgia são espaços que passarão a caminhar ao lado do movimento científico, legando destaque à medicina que intervinha diretamente no corpo, analisando-o e explorando-o. Em outro sentido o saber médico é também apropriado por outros meios intelectuais, traduzindo de diferentes formas a questão da diferença sexual para o público leigo (MARTINS, 2004). Compreendemos ainda que as relações

com o corpo transcorrem diferentes esferas e se modificam, como em relação ao casamento, à estética, ao trabalho e à própria constituição social que se configura com a consolidação de uma ideologia burguesa na Europa a partir do século XIX (GAY, 1998).

Nesse contexto, espaços públicos começam a ser ocupados por movimentos que abarcam as mulheres – viagens, ações sociais – em uma configuração europeia de caráter “transcontinental na circulação das ideias” (FRAISSE & PERROT, 1998, p. 499). O feminismo ganha contornos nesse século e há então nesse momento uma busca de retenção do avanço das mulheres sobre a vida pública, em um momento em que elas procuram ter acesso ao voto e participação à política¹⁴. Essas transformações adentram o século XX, intensificadas, passíveis de ricas abordagens de estudo. Muitas reflexões sobre a sexualidade e o anseio de conhecimento do próprio corpo começam a serem instigadas pelas investigações de Freud.

Absorvendo trabalhos freudianos e utilizando-os em seus estudos, Egas é segundo Alírio Queiroz a primeira personalidade portuguesa de “expressivo vulto” que dissemina em Portugal as ideias do “Mestre de Viena” (QUEIROZ, 2009). É através da obra “A Vida Sexual” que Moniz expõe a teoria freudiana ao público português, e um dos focos da pesquisa do projeto é a análise do impacto da assimilação dessa teoria na obra (ausente da primeira edição, de 1901-1902, a entrada de noções da psicanálise de Freud no texto é notada na edição de 1916).

Egas Moniz foi claro ao tratar da relação entre *desvios* sexuais e neuropsicológicos, explicando ao iniciar o tomo sobre patologia que

por vezes entraremos nos francos domínios da psiquiatria, porque tendo os órgãos genitais uma importante relação funcional com todo o sistema nervoso, é frequente o aparecimento das neuroses e psicoses gerais derivadas de doenças sexuais (MONIZ, 1916, p. 320).

Destaca a contribuição da obra de Freud como estudo filosófico e médico do instinto sexual e de suas perturbações, e que contribuiu com psicólogos e neuropatologistas para uma

¹⁴ Com relação ao contexto português, entre as duas edições há um episódio que nos permite pensar a situação – não estática – da mulher no país naquele momento. Em 1911 a médica, mãe e viúva Carolina Beatriz Ângelo reivindica seu direito ao voto, que naquele momento era concedido aos “cidadãos portugueses maiores de 21, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família”. Utilizando a abertura permitida pela palavra “cidadãos” – que poderia abranger homens e mulheres – e sendo chefe de família, Carolina consegue a permissão do tribunal para votar. O perigo representado por sua participação fez com que no ano seguinte o texto que determinava aqueles que poderiam votar em Portugal especificasse que apenas cidadãos do sexo masculino poderiam fazê-lo (FERREIRA, 1998, p. 1).

nova concepção “pansexualista” (MONIZ, 1916). Também concepções de Krafft-Ebing¹⁵ sobre o comportamento sexual embasarão várias de suas análises, como em relação ao sadismo e ao masoquismo.

Retomamos aqui o já citado Laqueur, que alega que os cientistas a partir do século XIX fazem mais do que oferecer dados neutros aos ideólogos, eles “Emprestam seu prestígio ao empreendimento, descobrindo ou comprovando os aspectos da diferença sexual que haviam sido ignorados”. (LAQUEUR, 2001, p. 192). Essas “descobertas” são compreendidas, então, como respostas à ordem social, traçando aquilo que seria útil ao seu bom funcionamento, às funções que cabem aos seus indivíduos, agora a partir de uma base biológica.

Essa produção médica não pode ser entendida fora de sua relação com o âmbito social, como Ana Paula Vosne Martins também ressalta ao advertir que “a produção do conhecimento médico-científico sobre o corpo feminino no século XIX é inseparável da produção do imaginário sobre a mulher em outros domínios da cultura” (MARTINS, 2004, p. 122). Dessa forma, o que se produz no meio científico, que chama para si o estatuto de lugar do discurso da verdade, não está isolado do que acontece fora da academia, e assim “deve-se entender a medicina vinculando o seu aspecto de saber científico ao de prática social que se constrói” (VIEIRA, 2002, p.20).

Apesar de estudo incipiente desenvolvido até o momento com as edições de 1906, 1916 e 1931, nos norteamos pela premissa de em “A Vida Sexual” a sexualidade feminina sadia – e portanto, normal – é para Moniz regulada pela maternidade (ou por seu anseio). Percebemos o discurso moniziano nessa obra pertencente a esse estilo de pensamento que se institui em resposta a novos movimentos emancipatórios das mulheres nesse contexto histórico. Corroborado pelo discurso científico, esse estilo de pensamento procura reforçar a ideia de uma economia corporal feminina regulada por seus órgãos sexuais, que assim biologicamente determinariam sua contribuição à sociedade: a tarefa materna. Saliento ainda um ponto fundamental dessa análise: a de que a prática médica se opera na sociedade a partir de discursos que formam e conformam a cultura de onde e para a qual falam e de intervenções diretas nos

¹⁵ Psiquiatra alemão (1840-1902) que publica em 1886 a obra *Psychopathia Sexualis*, onde sistematiza a partir de concepções médicas perversões como a sodomia, o masoquismo e o fetichismo. Segundo Mário Eduardo Costa Pereira a obra “tornou-se uma espécie de paradigma da apropriação do erotismo humano pelo discurso médico e positivista a partir do século XIX”. Torna-se diretor da clínica psiquiátrica do Hospital Geral da Universidade de Viena em 1892. (PEREIRA, 2009, p. 381)

corpos de indivíduos, legitimadas por esses discursos. Ludwik Fleck defende que a produção do conhecimento científico depende do contexto cultural em que está inserida, não podendo a ciência ser considerada sem sua história (LÖWY, 2012). Foucault, por sua vez, frisa que não há nenhuma prova de que “desse ‘jogo da verdade e do sexo’ que o século XIX nos legou”, dessa busca de normatização por parte da ciência com sua pretensão de fala neutra, estejamos hoje liberados (FOUCAULT, 1985, p. 56).

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, João Lobo. *Egas Moniz – Uma Biografia*. Lisboa: Gradiva, 2011.
- CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- CASCAIS, António F. De Egas Moniz à engenharia genética: Um questionamento bioético. In: *Sociologia – Problemas e Práticas* n.º 9/Março. Lisboa: CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1991.
- CORREIA, Manuel. Egas Moniz: o político na sombra do cientista. In: *Vértice* n.º 123/Julho-Agosto. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.
- _____. Egas Moniz e a leucotomia pré-frontal: ao largo da polémica In: *Análise Social*, vol. XLI (181). Lisboa: ICS, 2006a.
- _____. *Egas Moniz e o Prémio Nobel: Enigmas, paradoxos e segredos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006b.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORI, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FAURE, Olivier. O Olhar dos Médicos. In: CORBAIN, Alain (org). *História do Corpo – 2. Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FRAISSE, Genevière; PERROT, Michelle. Introdução (Modernidades). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

GAY, Peter. *A Experiência Burguesa: Da Rainha Vitória a Freud - Guerras do Prazer* (vol. 5). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUSMÃO, Sebastião Silva. História da neurocirurgia no Rio de Janeiro. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, São Paulo, v. 60, n. 2A, jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004282X2002000200030&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12 de set. 2012

LAQUEUR, Thomaz. *Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LÖWY, Ilana. Fleck em seu tempo, Fleck em nosso tempo: Gênese e desenvolvimento de um pensamento. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org). *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MARGARIDO, Manuel. *Egas Moniz – Grandes Protagonistas da História de Portugal*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2005.

MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de mulheres no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino – a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, ago. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702003000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2012.

MAURISSEN, Sophie; PEREIRA, Mário Eduardo Costa. O conflito sexual infantil abordado de um ponto de vista psicanalítico por Egas Moniz, o pai da psicocirurgia. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 15, n. 3, Sept. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142012000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 30 mar. 2013.

MONIZ, Egas. *A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1916 (8ª edição).

_____. *A Vida Sexual – Patologia*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, 1906 (2ª edição).

_____. *A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1931 (19ª edição).

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

_____. *Ao Lado da Medicina*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1940.

_____. A Leucotomia está em causa. In: CARVALHO, Joaquim de (org). *Revista Filosófica*, n. 2, maio. Coimbra: Atlântida, 1954.

PINA, Madalena Esperança; CORREIA, Manuel. Egas Moniz (1874-1955): cultura e ciência. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2012.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. Egas Moniz (1874-1955): Traços Biográficos. In: *Estudos do Século XX* n.5, Ciência Saúde e Poder. Coimbra: Ariadne, 2005.

QUEIROZ, Alírio. *A Recepção de Freud em Portugal (1900-1956)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

ROHDEN, Fabíola. *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SÁ, Eduardo; ANDREA, Mafalda; SILVA, Raquel Vieira da; SEIXAS, Rita. A Vida Sexual segundo Egas Moniz: Padrões e papéis sexuais na sociedade portuguesa no início do século XX. In: *Estudos do Século XX* n.5, Ciência Saúde e Poder. Coimbra: Ariadne, 2005.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A Medicalização do Corpo Feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. O corpo trabalhado: Ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBAIN, Alain (org). *História do Corpo – 2. Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Egas Moniz – Primeiro Centenário (1874 – 1974). Museu Nacional da Ciência e Técnica Coimbra. Coimbra: Coimbra, 1974.

Um panorama sanitário da cidade de Governador Valadares: algumas impressões¹

Ricardo Conrado Lopes
Mestrando – UFMG
ricardoc.lope@yahoo.com.br

RESUMO: A proposta desse artigo será mostrar algumas impressões e interpretações acerca do processo de crescimento da cidade de Governador Valadares levando em consideração aspectos relacionados ao saneamento básico, saúde pública e, principalmente a relação saúde – doença. Para tais interpretações utilizaremos reportagens veiculadas em um jornal semanal intitulado Diário do Rio Doce, a partir da década de 1960, artigos, dissertações e teses de pesquisadores que abordam temas variados a respeito da cidade de Governador Valadares e entrevistas, por meio da história oral, com antigos moradores da referida cidade que exerceram e ainda exercem a prática cultural da benzeção e curandeirismo.

PALAVRAS-CHAVE: Governador Valadares, Saúde – Doença, Benzeção.

Introdução

Em muitas sociedades as questões relacionadas à saúde, doença, cura, modernização de cidades são temas que atraem a imediata atenção da população. Problemas com o sistema público de saúde ou os planos de saúde e novas descobertas em medicina ocupam espaços em programas de televisão, rádios e jornais. A proposta desse artigo será mostrar algumas impressões e interpretações acerca do processo de crescimento da cidade de Governador Valadares levando em consideração aspectos relacionados ao saneamento básico, saúde pública e, principalmente a relação saúde – doença. Para tais interpretações utilizaremos reportagens veiculadas em um jornal intitulado Diário do Rio Doce, a partir de 1960, artigos, dissertações e teses de pesquisadores que abordam temas variados a respeito da cidade de Governador Valadares e entrevistas, por meio da história oral, com antigos moradores da referida cidade que exerceram e ainda exercem a prática cultural da benzeção e curandeirismo.

Nas primeiras décadas do século XX, o então distrito da cidade de Peçanha, conhecido como Figueira do Rio Doce, emancipando-se em 1938 e vindo a ser a cidade de Governador Valadares, passou a ser o principal entreposto comercial da região do Vale do Rio Doce. A cidade não estava livre de problemas típicos das zonas pioneiras, particularmente, de abastecimento

¹ Parte desse título foi extraída da dissertação de mestrado de Maria Terezinha Bretas Vilarino, intitulada *Entre lagoas e florestas: Atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 – 19601)*.

d'água, saneamento, eletricidade e várias doenças (ESPÍNDOLA, 1999, p. 27). Esse quadro resultava em muitas doenças, sendo as principais a febre amarela, malária, leishmaniose, esquistossomose e mais tarde a hanseníase.

Até a década de 1930, embora a Região Sudeste fosse a porção do território brasileiro mais largamente ocupada, havia espaços que se mantinham isolados e cobertos pela floresta tropical (VILARINO, 2008, p. 11). Esse era o caso da maior parte do vale do Rio Doce, onde a presença da malária e outras endemias constituía entrave para a efetiva ocupação demográfica e econômica (BRITO; OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 1997, p. 59-60).

Nas duas décadas seguintes ocorreria o ápice da ocupação econômica e demográfica da Região do Vale do Rio Doce. Só para termos uma dimensão dessa ocupação, os vários municípios da região tiveram um crescimento populacional entre 100 e 600%, beneficiados pela crescente exploração dos recursos naturais, principalmente os minérios, os solos e as florestas. A nova dinâmica econômica fez com que a paisagem rural e urbana se modificasse rapidamente (VILARINO, 2008, p. 11). Vale à pena ressaltar que a cidade de Governador Valadares passou a ocupar a posição pólo, favorecida pelo crescimento da economia e pela expansão demográfica regional, porém as condições sanitárias não acompanharam esse processo.

Na década de 1940, o solo valadarense testemunha o predomínio da extração de madeira e início do processo de explosão populacional, que atingiria o apogeu nos anos 60. Entre 1943 e 1944, a rodovia Rio - Bahia atravessa as terras do município, confirmando sua condição de pólo regional, ao intensificar a concentração das atividades comerciais e de prestação de serviços (SOARES, 2002, p. 50).

A continuidade da expansão demográfica e econômica da região depois do término da Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1950, em certa medida, foi favorecida pela decisão governamental de criar e manter os programas de saneamento. Segundo pesquisadores a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), na criação dos serviços de água e esgoto, na erradicação das endemias e na modificação das práticas de saúde, alterando costumes, valores culturais e organização do espaço tiveram influência decisiva na configuração territorial da região de Governador Valadares (VILARINO, 2008, p. 12).

O SESP, criado em 1942, foi uma agência de saúde pública criada através de um acordo bilateral entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América em 1942, a partir dos chamados “Acordos de Washington” (CAMPOS, 2006, p. 35). O objetivo central dessa agência era implementar políticas sanitárias em áreas econômica e militarmente estratégicas e atenderia, de um lado, interesses americanos imediatos, relacionados às necessidades de guerra, e de aproximação econômica com o Brasil, e de outro, respondia aos interesses do governo Vargas de expandir no território brasileiro a presença e autoridade do Estado (CAMPOS, 2006, p. 173-185).

O SESP atuou na assistência médica, na educação sanitária, no saneamento e no controle de doenças transmissíveis, bem como cuidou de formar profissionais da saúde, implantando e desenvolvendo, em vários estados, escolas técnicas e de graduação em enfermagem. No vale do Rio Doce os municípios existentes ao longo da Estrada de Ferro Vitória – Minas foram assistidos pela implantação de serviço de água e esgoto, ações de saneamento, como a construção de latrinas, identificação dos vetores e combate à malária e a outras endemias, cursos para parteiras e cuidados infantis, treinamento para atendentes de centros de saúde e para guardas sanitários, treinamento para visitadoras que faziam trabalho de educação sanitária, entre outras atividades (VILARINO, 2008, p. 13).

Uma das questões de suma importância, segundo os pesquisadores, levando em consideração os documentos por eles analisados, seria a insistência necessária de uma grande campanha de educação sanitária que sensibilizasse os habitantes quanto aos benefícios que proporcionariam os serviços de abastecimento de água, rede de escoamento de dejetos e construção de latrinas, tanto nas áreas interioranas quanto nas cidades onde as intervenções se realizavam. Um depoimento de um funcionário do SESP e antigo morador de Governador Valadares deixa bem claro que a maioria da população não sabia como usar alguns recursos: “muitas pessoas, principalmente nas roças, continuavam usando o mato, e faziam das fossas lugar de guardar entulhos e tralhas, para vaqueiros guardarem arreios ou como ninho de galinhas”². O odor também tornou-se um grande incômodo como relata outro morador da região: “o mau cheiro incomodava”³.

Moradores ressaltam a importância da instalação do SESP na cidade, entretanto cabe-nos fazermos algumas ponderações: a rede de distribuição de água e de escoamento de esgotos

² Entrevista com Sr. Atanael Batista Santana, 81 anos; 14 de dezembro de 2007 cedida à professora Maria Terezinha Bretas Vilarino.

³ Entrevista com Sr. Sady da Silva, miqueiro, 77 anos; 31 de maio de 2008 cedida à professora Maria Terezinha Bretas Vilarino.

atendia à área central da cidade, atendendo, apenas, moradores que tinham condição financeira de fazer as ligações necessárias diretamente para suas moradias e/ ou prédios comerciais (VILARINO, 2008, p. 131).

Várias reportagens veiculadas no Jornal Diário do Rio Doce nos revelam sobre as dificuldades que os moradores de Governador Valadares passavam. Uma reportagem do dia 10 de março de 1960 intitulada “Bairro São Geraldo não oferece condições urbanas de vida” exemplifica essa questão;

Nossa reportagem tomou conhecimento em fontes fidedignas, de que os moradores do Bairro São Geraldo (Lixo) pretende enviar um abaixo-assinado ao Sr. Prefeito Municipal, protestando contra inúmeras irregularidades verificadas no mencionado bairro. Estas fontes informam que a péssima condição em que se encontra o Bairro, cujo aspecto é de ruas esburacadas, sem pavimentação e totalmente enlameçadas depois das últimas chuvas, falta de luz e água em muitas vias, falta de policiamento diurno e, principalmente noturno, o que dão margem a inúmeras confusões entre os moradores; falta de redes de esgoto e muitos outros problemas graves, impeliram os habitantes do Bairro São Geraldo a tomar tal decisão (...) (Diário do Rio Doce, 1960, p. 1).

Não só problemas acerca de infra-estrutura preocupavam moradores e representantes da população em cargos públicos. Uma série de reportagens relata a respeito da grande incidência de tuberculose na cidade e que seria instalado um dispensário de Tuberculose para a localidade com a intenção de sanar o problema (Diário do Rio Doce, 1960, p. 1).

Cabe-nos aqui algumas perguntas significativas: como a população, principalmente os que não tinham acesso aos médicos que exerciam os trabalhos na cidade, cuidavam da saúde? Existiam remédios que suprissem as necessidades dos habitantes? Quando ficavam doentes a quem recorriam? Muitos moradores da referida cidade faziam e ainda fazem uso de receitas caseiras como chás, “garrafadas”, orações, benzeções por meio das benzedadeiras e curandeiros. Essas cientistas populares, cada uma a sua maneira pratica a benzeção e o curandeirismo, possibilitando outra forma de produzir respostas: aquelas que destinam à saúde, oferecidas pela medicina científica, onde o sagrado e o profano se encontram, onde a medicina popular marginalizada é aceita, onde pessoas excluídas de uma sociedade desigual encontram refúgio e a assistência negada pelas instituições oficiais, através da benzedura (CAVALCANTE; CHAGAS, 2009, p. 2).

A benzeção como prática cultural atravessou os séculos, chegando até os dias atuais, com permanências e rupturas, bastante presentes no cotidiano, sobretudo de pessoas das classes populares, mas não restrita a elas, porque a cultura não é fechada, estanque, limitada a um determinado estrato social (CAVALCANTE; CHAGAS, 2009, p. 2). A cultura é dinâmica, modifica-se a todo tempo, pois dela participam homens e mulheres do povo, tanto quanto homens e mulheres da elite, ocorrendo o que Ginzburg denominou de circularidade cultural, “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” entre as classes dominantes e as subalternas da Europa pré-industrial (GINZBURG, 2006, p. 13).

Muitos estudiosos mencionam que o ato de benzer, ou de curar, é a ritualização das coisas da fé, onde muitas vezes se misturam o sagrado e o profano. Herança dos portugueses que chegaram ao Brasil sofreram influências dos índios e, posteriormente, dos africanos. O conhecimento das plantas medicinais da colônia, dominado pela cabocla e pela mulata, unido ao das plantas medicinais trazidas pelos portugueses, foi sendo repassado de geração em geração, originando o costume de curar doenças por meio de recursos naturais, junto a isso a grande necessidade e falta de médicos em várias localidades durante séculos. Daí a procura pelas benzedadeiras, rezadeiras, curandeiros para fazer chás, simpatias, rezas e benzeções – uma solução eficaz para solucionar os problemas de saúde para as classes mais desfavorecidas (NERY, 2006, p. 2).

Cada benzedeira ou curandeiro tem a sua própria forma de benzer ou curar, porque a cada um foi dado um dom para curar. Um dom se traduz na fé, aprendida com seus antepassados e de onde aprenderam a ver o mundo que os cerca. E o que elas curam? Segundo pesquisadores é comum ouvir-se a frase “tem doença que é pra médico, mas tem doença que médico não resolve”. É aqui que entra o ofício da benzedeira. Conforme a benzedeira Dona Ana, residente em Governador Valadares, as doenças têm causas naturais e sobrenaturais, sendo que as primeiras os médicos podem resolver, contudo em relação à segunda não cabe ao médico restituir a ordem no corpo enfermo ⁴.

⁴ Entrevista com Dona Ana Paula, 80 anos; 31 de maio de 2010 cedida a Ricardo Conrado Lopes.

A partir de entrevistas temáticas ⁵ conseguimos identificar várias doenças, modos de benzeção, orações citadas por algumas benzedoras que exerceram e ainda exercem esse ofício em Governador Valadares, dentre elas são: “oração para o bebê nascer mais rápido; izipela (izipa, izipele ou erisipela), espinhela caída, cobreiro, problemas nos rins, alguns tipos de câncer, remédios para curar umbigo de recém-nascido, ventre caído ou vento virado ⁶. Conseguimos detectar também, algumas receitas excrementícias que, considerada como elemento essencial para o corpo e para a terra, esses excrementos assumiam significados importantíssimos.

O excreto era considerado então como elemento regenerador e propulsor da vida. Tentando desvendar esses complexos significados, Mário de Andrade também atribuiu seu emprego à analogia existente entre o homem e a terra. Se o excreto dá vida à terra cansada, pode também proporcionar a saúde ao homem doente; portanto, ele é vitalizador. A crença na medicina excretícia pode ter outra explicação: a cura punitiva. Limão, sal, fogo, urina e fezes eram sempre indicados nos casos de cicatrizações complicadas e de outros males difíceis de aplacar. Esse fato aponta que as curas tinham, algumas vezes, um sentido punitivo e só através da dor e do sofrimento era possível alcançar a saúde. Essa ideia, trabalhada por Mário de Andrade, esclarece como, no nível popular, ocorrem as associações entre determinados medicamentos e a gravidade da moléstia. Quanto mais difícil de sanar o mal, mais amargo e doloroso deve ser o remédio administrado (RIBEIRO, 1997, p. 72).

Ainda sobre esse assunto, a excretoterapia lança mão de excretos para promover a cura de determinadas doenças: urina para curar machucaduras internas, leite de peito para doenças da vista ou lombriga assustada, misturado com alho macerado, o primeiro cuspo da manhã para curar feridas bravas, bem como fezes quentes de vaca, jasmim-do-campo (fezes de cães) para curar sarampo, esperma, muco nasal, cera de ouvido, etc (ARAÚJO, 1979, p. 119). Na magia positiva dois excretos são largamente usados: catameniais e fezes humanas. Estas “práticas imundas” ainda tão comuns em nosso país, a história nos conta que eram observadas e praticadas pelos egípcios. O uso do excreto para curar não é simples influência do nosso índio, os europeus já o empregavam. Tão vasto é o assunto e seu uso no Brasil que há um livro de folclore sobre tal medicina do povo ⁷.

⁵ Conforme Verena Alberti em *Manual de História Oral*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora GV, 2005, p. 37. As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido.

⁶ Entrevista com Dona Ana Paula, 80 anos; 31 de maio de 2010 cedida a Ricardo Conrado Lopes e entrevista com Dona Elvira; 4 de dezembro de 2008 cedida a professora Maria Terezinha Bretas Vilarino.

⁷ ANDRADE, Mário de. *Namoros com a medicina*. Porto Alegre. Ed. Globo, 1939.

Assim, o que me parece mais fundamentalmente provável no uso popular da medicina dos excretos, é esta noção sacrificial. A ingestão ou aplicação do remédio repulsivo exige do doente um sacrifício cruciante, uma dor física e moral. E ele poderá até se curar por isso. Porque o poder da sugestão é incontrolável (ANDRADE, 1939, p. 124).

Orações, simpatias, benzeções e chás

Preces ou orações são importantes veículos que se valem das palavras para expressarem sentimentos e ideias religiosas. Sua universalidade é patente porque as encontramos em todas as modalidades religiosas, seja em religiões universais, seja em religiões nacionais, tanto em culturas que se valem da oralidade, quanto naquelas que se valem da escrita, em praticamente todos os momentos da história (ALBUQUERQUE, 2004, p.13).

Algumas diferenças entre a benzeção ou benzedura e simpatia devem ser mencionadas para obtermos melhor esclarecimentos. “A benzedura só é feita por oficiais especializados, assim teremos o curador-de-cobras (especialista), o curador (a) e o benzedor (a)” (ARAÚJO, 1979, p. 48). A simpatia é uma forma de secularização da benzedura. A simpatia pode-se dizer, é uma forma laica, a sua execução não depende de um oficial especializado, qualquer pessoa poderá executá-la. Nisto está a sua diferença da benzedura. Em geral, pensa-se que a simpatia cura, protege e previne. É um ritual acompanhado de mímica e palavrório especial.

À medida que fomos colhendo as informações através das entrevistas, conseguimos uma quantidade considerável de orações, receitas, simpatias para obter a cura de vários males. Seguem abaixo algumas delas:

Orações, receitas, simpatias mencionadas pela benzedora Dona Ana Paula Batista, 80 anos, residente na cidade de Governador Valadares⁸.

- Para o bebê nascer mais rápido: “Minha Santa Margarida eu num tô prenha nem parida, tira essa carne morta que ta na minha barriga;
- A izipele a gente benze assim: a gente pega um óleo numa vasilha de vidro, a gente pega e coloca dentro e vai passando e falando as palavras: Izipa foi em Roma, de Roma tornou a vim, permite Jesus Cristo que ela vai e não torna vim. A gente fala e na última palavra a

⁸ Todas essas informações foram extraídas da entrevista com Dona Ana Paula, 80 anos; 31 de maio de 2010 cedida a Ricardo Conrado Lopes.

gente fala assim: Izipa foi em Roma, de Roma tornou a vim, permite Jesus Cristo que ela vai e nunca mais ela torna a vim. E a benzedeira afirma: “eu tenho fé”.

- O cobreiro a gente corta com três talinhos de mamona. A gente pega os talos de mamona e fala as palavras: eu corto cabeça, corto o meio e corto o rabo. Vai falando... Com o segundo talo de mamona a mesma coisa: Que corta? Eu corto cobreiro, eu corto a cabeça, corto o rabo e corto o meio. Vai trocando para ele (cobreiro) não ter para onde ir. Depois torna a falar: Que corta? Eu corto cobreiro, eu corto o meio, a cabeça e o rabo para ele não mais lastrar.
- Chá de folha de laranja para acabar com alguma friagem...
- Espinhela caída: Eu rezava assim: São João Batista benzeu a missa, São Pedro benzeu o altar, Nosso Senhor Jesus Cristo benzes essa espinhela para que esse mal possa retirar. Outra hora rezava aquela oração que fala assim: Meu anjo com a história do Senhor, na sua cama deitou, quando o juiz levantou, com sua bota calçou, sua liga abotoou. Senhor aonde é que vai? Eu vou buscar as três Marias. Pega esse cordão amarra nesse mal e põe na mão da Virgem Maria para que ela jogue dentro da água corrente que é uma água fria que leva esse mal para as ondas do mar onde se possa navegar e nem galinha cantar, nem o sol, nem a lua clarear. Aí fazia essas orações e com fé sarava mesmo.
- Minha filha chamada Maria André faz garrafadas e tem algumas coisas que ela conta para mim. Ela fez uma vez uma garrafada para essa doença ruim, cancerosa. Ela joga lagartixa na panela e ela a torra, depois que ela vira pó, que ela soca, ela põe no vidro e acrescenta mel e algumas ervas verdes, mas a pessoa que irá tomar não pode saber como é feito o remédio. E a Maria André está recebendo muitas cartas de longe como forma de agradecimento. Algumas cartas dando os parabéns. Ela fala vamos cantar parabéns para Jesus...

Em uma entrevista com um senhor de nome José Gonçalves dos Reis, mais conhecido como Zé Reis, nos cedeu informações importantes a respeito de algumas receitas ⁹. Segundo ele esse conhecimento, primeiramente, foi passado através da própria mãe que preparava remédios caseiros com várias ervas e mais tarde tomou gosto pela coisa e passou a estudar, ler, pesquisar

⁹ Todas essas informações foram extraídas da entrevista com Senhor José Gonçalves do Reis, 24 de maio de 2010, cedida a Ricardo Conrado Lopes.

com as pessoas, “porque a medicina está aí na rua, se tiver um problema e sair falando dele você vai achar alguém que te ensine a livrar do mal que está passando”¹⁰. Eis algumas receitas:

- Hepatite: O mal da hepatite você pode combater com banhos, com banho de picão, picão branco, picão preto, com banho de São Caetano e pode tomar o chá, deve tomar o chá, banhar e tomar o chá do picão.
- Eu tinha uma prima que mora lá em São Geraldo da Piedade, ainda está viva lá. Ela chegou a minha casa com a menininha enrolada que o médico tinha mandado ir embora mais depressa para levar a menina para morrer em casa por causa da dificuldade de sepultamento aqui. Eu saí de casa e fui num lugar ali até muito poluído, na beira do Figueirinha (córrego que corta grande parte da cidade) e consegui 3 minhocas ruins da vida. Elas estavam pequenininhas e amassei aquelas minhocas num paninho, botei num paninho e fiz uma trouxinha e pus água para ferver e coloquei aquilo ali e joguei água em cima e fiz um soro. O paninho não deixava sair nada. Falei para a mãe ir dando um pouquinho desse soro na boca da menina e se ela engolir ela não morreria. Ela pôs 1 colherzinha dessas de misturar café na boca da menina, ela engoliu e não morreu. Deus e esse soro não deixarão que ela morra. Dito e feito.
- Receita com bucha paulista: Primeiro as mulheres usavam e ainda usam para livrar da criança, abortiva. Eu sou favorável à vida em quaisquer circunstâncias, então eu nem tenho lá em casa. Mas, quando uma pessoa me encomenda um remédio para sinusite, eu vou lá, compro a buchinha, ponho luva para poder cortar, corto ela em 4 pedaços e vou usar 1 parte para fazer o medicamento e se eu não tiver mais encomenda as outras partes eu enterro, pois ela também é um adubo muito bom, mas é perigosa. E eu aconselho só inalar. Não aconselho ninguém beber.
- Mentrasto: O mentrasto também é muito perigoso. As mulheres tomam para vim a regra né, para vim a menstruação.

Procuramos reescrever o que nos foi informado da maneira que nos foi passado para dar maior credibilidade aos informantes. Outras orações e receitas não nos foram reveladas pelas benzedeiras e urandeiros porque acreditam se tal fizerem, a não ser em dias especiais do ano, ou melhor, do calendário religioso, perderiam a força para curar.

¹⁰ Entrevista com o Senhor José Gonçalves do Reis, 24 de maio de 2010, cedida a Ricardo Conrado Lopes.

Entre as camadas populares, principalmente, ainda hoje se difundem rituais curativos cujo arsenal de crenças e uso de substâncias guardam reminiscências de velhos hábitos e costumes (RIBEIRO, 1997, p. 141), mesmo tendo em vista o processo de modernização de algumas cidades, como é o caso de Governador Valadares. Amuletos, benzeduras, orações, defumadores e utilização farmacológica de produtos comuns ao universo das práticas associadas aos rituais de feitiçaria ou não, continuam sendo em nossos dias, familiares a algumas comunidades brasileiras.

Considerações finais

Se de um lado o processo modernizante teve aspectos positivos, de outro, conformou-se com uma modernização incompleta. As transformações ocorridas com relação à urbanização, crescimento populacional, saneamento básico, saúde pública, a relação saúde-doença-cura deixaram resíduos de projetos nunca concretizados, mas que indicam caminhos para compreender um período histórico de uma região (SANTOS; ABREU, 2009, p. 12).

As orações e benzeções populares brasileiras situam-se, em nossos dias, no cerne da religiosidade e das visões de mundo presentes na sociedade brasileira. Não mais guardam o seu caráter oral e passaram, já há um tempo, para o escrito como acima enumeradas. Como orais, foram colhidas por folcloristas e estudiosos de comunidades, por exemplo, (ALBUQUERQUE, 2004, p. 120).

Mesmo nos centros urbanos, como é o caso de Governador Valadares, as práticas da benzeção e curandeirismo, sobretudo na periferia, continuam sendo acionadas, ainda que reinventadas, mas sempre resistindo a uma sociedade que pretende homogeneizar a cultura, esquecendo toda a diversidade constituída historicamente ao longo do tempo, e as benzedoras e curandeiros, sempre prontas a intermediar as pessoas que as procuram com o sagrado, restaurando a saúde debilitada e produzindo respostas alternativas às que o saber oficial produz, agindo assim politicamente e revelando que as práticas populares, longe de serem sem valor, funcionam tanto quanto as práticas médicas modernas e religiosas oficiais.

Referências

Jornal Diário do Rio Doce (D. R. D)

D. R. D. 10/03/1960.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazalato (Org.). II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

D. R. D. 20/05/1960.

D. R. D. 02/06/1960.

Entrevistados

- Ana Paula Batista
- Atanael Batista Santana
- Elvira
- José Gonçalves do Reis
- Sady da Silva

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. *Orações e Rezas populares*. Porto Alegre: Rigel, 2004.

ANDRADE, Mário de. *Namoros com a medicina*. Porto Alegre. Ed. Globo, 1939.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina Rústica*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

BRITO, F. R. A., OLIVEIRA, A. M. H. C., JUNQUEIRA, C. A. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In: Paula, J. A. (coord.) *Biodiversidade, População e Economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR; ECMVC; PADCT/CIAMB, 1997.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAVALCANTE, Joel Martins; CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As mulheres benzedoras: entre o sagrado, a saúde e a política*. Disponível em: <http://itaporanga.net/genero/gt1/3.pdf> 2009. Acesso em: 20 Jan. 2013.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Associação Comercial de Governador Valadares – Sessenta anos de história*. Governador Valadares, ACGV, 1999.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013**, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
4 a 7 de junho de 2013

GINSZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NERY, Vanda Cunha Albieri. *Rezas, Crenças, Simpatias e Benzeções: costumes e tradições do ritual de cura pela fé*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0939-1.pdf> 2006. Acesso em: 19 Jan. 2013.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos: A arte Médica no Brasil do Século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Wallace Ferreira dos; ABREU, Jean Luiz Neves. *Modernização e utopias: projetos de transformação urbana no município de Governador Valadares (1960-1980)*. Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_10_PDFs/agora_Wallace%20e%20Jean-OK.pdf 2009. Acesso em: 20 Jan. 2013.

SOARES, Weber. *Da Metáfora à Substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2002. (Tese de Doutorado).

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942-1960)*. Belo Horizonte, UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado).

Uma análise bibliográfica sobre a dengue na perspectiva educativa e comunicativa

Bárbara Elisa Santos Carvalho
Mestranda – UFMG
barbarabio@ufmg.br
Mara Regina Batista
Graduanda – UFMG
marabaptista@gmail.com

RESUMO: Este estudo realizou um levantamento bibliográfico sobre a dengue na perspectiva educativa e comunicativa com o objetivo de analisar as produções relacionadas ao tema nos últimos 10 anos. O presente trabalho realizou o recorte temporal entre os anos de 2002 e 2012 porque acreditamos que, os estudos sobre a doença, principalmente nos aspectos tratados aqui, foram iniciados e divulgados sistematicamente a partir dos anos 2000. Considerando que, apesar da importância dos aspectos sócio-educativos dessa enfermidade, a produção científica é baixa, realizamos uma busca criteriosa na base de dados *SciELO*. A busca resultou em dezessete artigos que foram agrupados em eixos temáticos. Apesar da baixa produção, uma alta variedade de temas é abordada. A análise detectou uma tendência das pesquisas em discutir as problemáticas da doença à luz da comunicação visto que o maior problema no combate à doença está na lacuna existente entre a informação e a mudança de atitude. Além disso, os trabalhos apontam a necessidade da construção de estratégias de controle mais efetivas, a importância de intervenções didáticas escolares e concluem que a inovação das práticas educativas e comunicativas relacionada à saúde em geral, é ainda um grande desafio.

PALAVRAS-CHAVE: Dengue, comunicação, revisão bibliográfica.

Introdução

Este estudo se propôs a realizar um levantamento bibliográfico sobre a dengue na perspectiva educativa e comunicativa com o objetivo de identificar e analisar as produções relacionadas a essa temática nos últimos dez anos em função da importância e evidência dessa enfermidade atualmente no tocante a aspectos sócios educativos. Partindo do pressuposto de que o número de estudos da doença sob essa perspectiva é baixo se comparados aos estudos clínicos da enfermidade e visando contribuir para o direcionamento dos estudos neste tema, realizamos uma busca criteriosa na base de dados *SciELO*, analisamos o conteúdo das pesquisas encontradas e identificamos as tendências e encaminhamentos da produção da área.

A dengue tem se destacado como uma das mais importantes doenças reemergentes no mundo. BRAGA e VALLE (2007) afirmam que a partir da década de 1980, iniciou-se no Brasil, um processo de intensa circulação viral, com epidemias explosivas que atingiram todas as regiões do país. Nos últimos anos, cerca de 70% dos Municípios brasileiros estão infestados pelo mosquito, onde circulam três diferentes sorotipos do vírus. De acordo com o ministério da saúde (BRASIL, 2005), a dengue é hoje a principal arbovirose que acomete o ser humano e ocorre principalmente em países tropicais onde as condições ambientais favorecem o desenvolvimento do mosquito *Aedes aegypti*, seu principal vetor. As medidas de controle atuais visam a eliminação do mosquito em suas diferentes fases, porém, em geral, tem sido baixa a efetividade dessas intervenções não sendo elas capazes de conter a disseminação do vírus e as epidemias que sucedem (DIAS, 2006).

Pesquisas recentes que tem se dedicado a analisar a dengue sob a perspectiva comunicativa e educativa apontam falhas nos mecanismos de produção de campanhas que refletem na manutenção das epidemias. A análise inicial das campanhas televisivas de 2010 e 2011 mostrou que apesar de serem claras e objetivas, privilegiam dicas de prevenção deixando as informações sobre os sintomas e tratamento em segundo plano (LEMOS e BECHLER, 2012). Diante deste contexto surgiu a necessidade de se fazer um estudo com objetivo de levantar os artigos disponíveis para a pesquisa na base de dados SCIELO sobre os aspectos comunicativos e educativos em dengue, visando contribuir para essa discussão.

O presente estudo é de caráter descritivo baseado no levantamento bibliográfico de artigos publicados e disponíveis para a pesquisa na base de dados SCIELO. A referida base de dados é o produto da cooperação entre a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), instituições nacionais e internacionais relacionadas com a comunicação científica e editoras científicas e conta ainda com o apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). A *Scielo* é uma biblioteca eletrônica composta por periódicos indexados com data de publicação a partir de 1994. Esta base de dados foi escolhida por disponibilizar informações técnico-científicas adequadas, seguras e atualizadas dos países da América Latina e Caribe.

Bechler (2012), analisando o combate à dengue e ao *Aedes aegypti* sob a perspectiva histórica, afirma que na década de 1970 se iniciaram reflexões acerca dos aspectos sociais da

medicina por estudiosos como Michel Foucault e George Rosen, por exemplo. Porém, somente a partir da década de 1980 a temática ganhou abrangência por estudos como os de Le Goff.

De acordo com Bechler (2012):

[...] “ as ciências humanas – sobretudo a História – passaram a enxergar nas enfermidades um fundamental instrumento metodológico para compreensão de uma determinada cultura em uma determinada época. Os discursos sobre as doenças, as maneiras de se relacionar com as epidemias, os culpados escolhidos pela proliferação da enfermidade, etc., passaram a ser elementos de análise sobre uma sociedade específica, e abriram novas possibilidades para a atividade histórica [...]”. (Bechler, 2012)

Em sua análise, o mesmo autor afirma que a primeira epidemia de dengue no Brasil ocorreu no início da década de 1980 em Roraima e no final da década de 1990, assumiu proporções alarmantes com registros de mais de 500.000 casos. O presente trabalho realizou o recorte temporal entre os anos de 2002 e 2012 porque acreditamos que, os estudos sobre a doença, principalmente nos aspectos tratados aqui, foram iniciados e divulgados sistematicamente a partir dos anos 2000. Não invalidamos a existência de trabalhos anteriores a esse período, entretanto, um recorte temporal fez - se necessário e julgou-se pertinente uma década anterior ao presente ano de modo a compreender um período de maior produção do assunto proporcionado por questões políticas e econômicas.

Metodologia

Para a recuperação da informação na base de dados, foram usadas quatro estratégias de busca conforme indicado por Lopes (2002, p. 64). Na primeira utilizamos descritores isolados, o que nos possibilitou o resgate de um grande número de artigos inespecíficos; na segunda utilizamos descritores em conjunto sem associação, e tivemos como resultado todos os artigos que apresentavam os dois descritores ou qualquer deles isoladamente; a terceira forma foi a busca com descritores em conjunto associados, resultando em artigos que apresentavam simultaneamente estes descritores; e por ultimo utilizamos frases entre aspas que nos permitiu restringir em muito nossa pesquisa. Para atender nossa demanda de pesquisa, a forma de recuperação de informação selecionada, depois de utilizarmos as quatro estratégias de busca propostas foi a concatenação de descritores associados.

No levantamento proposto foram utilizados os seguintes descritores escolhidos a partir do vocabulário controlado disponibilizado pela própria base de dados: *Dengue, educação, saúde, teatro, exposições educativas, saúde escolar, saúde da criança, programa saúde da Família, atitudes e práticas em saúde, meios de comunicação, participação comunitária, comunicação em saúde, comunicação social e informação*. Os artigos analisados nesta revisão de literatura seguiram os seguintes critérios: artigo na íntegra disponível na base de dados consultada; idioma de publicação português, inglês e espanhol; período de publicação compreendido entre os anos de 2002 a 2012.

Foram selecionados e categorizados dezessete artigos, que atenderam os critérios propostos pelo estudo. Após a leitura criteriosa, observando a temática e o foco de trabalho de cada um, foram criados seis eixos temáticos que nos possibilitou a divisão dos trabalhos de acordo com as abordagens e orientou a análise dos mesmos.

Resultados

Dos dezessete trabalhos encontrados, um foi descartado por não se tratar de estudo específico sobre a dengue. Desta maneira a presente análise se restringiu a dezesseis trabalhos. Apesar do número baixo de estudos, foi observada uma grande variedade de temas abordados o que proporcionou a criação de eixos temáticos a partir dos assuntos abordados nas pesquisas. Na tabela 1 apresentamos os eixos temáticos por nós criados e o número de trabalhos correspondentes a cada um. Os eixos temáticos que obtiveram maior expressividade no número de trabalhos foram aqueles relacionados a aspectos comunicativos da doença seguido por um linearidade das temáticas relacionadas ao conhecimento, percepção e atitude da população frente ao problema, da educação escolar como estratégia de controle e de ações de educação em saúde para prevenção.

| • Eixo temático | • Número de artigos |
|--|---------------------|
| • 1. Aspectos comunicativos. | • 5 |
| • 2. Conhecimento, percepção e atitude da população. | • 3 |
| • 3. Educação escolar como estratégia de controle da doença. | • 3 |
| • 4. Ações de educação em saúde para prevenção. | • 3 |
| • 5. Profissionais do programa saúde da família. | • 1 |

II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – II EPHIS
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
 Universidade Federal de Minas Gerais
 4 a 7 de junho de 2013

| | |
|-------------------------|------|
| • 6. Outras temáticas . | • 1 |
| Total | • 16 |

Tabela 1: Número de trabalhos por eixos temáticos

Os cinco trabalhos englobados no eixo temático 1 abordaram aspectos comunicativos da doença sob diferentes perspectivas. Um dos estudos (RANGEL 2008) se mostrou um pouco mais amplo, extrapolando o viés comunicativo propriamente dito, pois apresenta uma discussão geral, sem dados empíricos, sobre os problemas relativos às práticas de educação, comunicação e mobilização no controle da doença. Os autores identificaram que as práticas de educação e comunicação realizadas para o controle da dengue são baseadas no modelo tradicional *emissor-canal-receptor* e não se diferenciam das outras campanhas no campo da saúde pública no Brasil. A referida pesquisa aponta que a inovação nessas práticas de educação e comunicação na saúde em geral, e em particular na dengue, é grande desafio, uma vez que indica a necessidade de mudanças na cultura.

Outros dois trabalhos do referido eixo temático apresentam grandes semelhanças, pois se caracterizaram pela análise de materiais de divulgação da doença em locais e períodos diferenciados. Um deles analisou o conteúdo informativo sobre a doença veiculada por um grande e tradicional jornal da cidade de Belo Horizonte (FRANÇA et al, 2004) e o outro analisou o material veiculado por uma campanha do município do Rio de Janeiro (LENZI et al, 2004). No artigo que trabalhou com as informações divulgadas na cidade de Belo Horizonte, a análise se restringiu a um período de quatro anos após os primeiros registros de dengue na cidade, que aconteceu no ano de 1996. Os autores, em concordância com os demais estudos encontrados neste eixo, afirmaram que as ações oficiais de combate à doença nos últimos anos, se caracterizam pela descontinuidade operacional dos programas de combate ao vetor. Refletindo assim na sua reduzida capacidade de ação por parte da sociedade e a não adoção dessas atitudes por meio das instituições públicas de saúde. O estudo também mostrou que os meios de comunicação priorizam principalmente os períodos de epidemia devido à estreita relação entre o número de casos e o número de notícias publicadas.

O trabalho que investigou as campanhas da cidade do Rio de Janeiro analisou folhetos maciçamente distribuídos para a população no primeiro trimestre de 2002, ano no qual houve um

altíssimo número de casos na cidade. Novamente, em concordância com os outros trabalhos aqui analisados, os autores apontaram que os componentes de informação, comunicação e educação precisam ser melhor utilizados, assim como a necessidade da horizontalização dessa ação, mudando o caráter campanhista que ainda predomina no campo da saúde. Também foi citada a existência do “silêncio sazonal” caracterizado pela não disponibilização de informação nos períodos não epidêmicos o que propicia um relaxamento quanto aos cuidados relativos aos reservatórios de importância epidemiológica. Dentre os outros pontos apresentados pelos autores como importantes a serem repensados nas campanhas estão: Uma maior abrangência dos tópicos a serem abordados, a necessidade da apresentação da sintomatologia clássica e hemorragia da doença, o uso de linguagem simples e esclarecedora e a presença de informações sobre automedicação.

O outro estudo do referido eixo (LENZI et al, 2000), enquanto parte integrante de um programa de controle e prevenção da dengue em área urbana favelizada na cidade do Rio de Janeiro, observou por meio da aplicação de questionários à população, problemas nas informações veiculadas pelas campanhas de saúde pública de controle da doença e na forma de interpretação dessas pela população. A pesquisa sinaliza algumas necessidades nesse sentido tais como: a elaboração de mensagens que informem além de práticas ideais, possíveis soluções, a divulgação permanente dessas informações pela mídia e o estreitamento entre profissionais da saúde e a população. De acordo com os autores ações como essas possibilitariam a construção de alternativas sustentáveis para o controle da doença.

O último trabalho do eixo temático 1, discute a percepção de risco e as estratégias de comunicação sobre a dengue nas Américas (SAN MARTIN e PRADO 2004). Para os autores, em consenso com os outros trabalhos aqui selecionados, a comunicação deve ser destinada a modificar o comportamento dos indivíduos e da comunidade, capacitando-os a realizar as medidas de prevenção e controle. A fim de conseguir a promoção dessas mudanças de comportamento e a incorporação da comunidade no controle da doença, a comunicação em massa e programas sobre a dengue devem ter como objetivo a conversão da informação em prática e encorajar a comunidade a assumir as medidas de prevenção e controle.

O eixo temático 2, que englobou os estudos relacionados ao conhecimento, percepção e atitude da população frente a doença, é composto por três estudos. Um desses trabalhos realizou

uma investigação sobre o conhecimento e as atitudes da população do município de São Luis do Maranhão no ano de 2004 (NETO et al, 2006). Por meio da aplicação de questionários em domicílios devidamente amostrados, foram contemplados, além do conhecimento dos moradores sobre a doença, aspectos socioeconômicos, sanitário-ambiental e medidas de prevenção. O estudo identificou a presença de criadouros potenciais em toda a área pesquisada, e apresentando grande estreitamento com os resultados dos estudos do eixo temático com viés comunicativo (eixo 1), detectou-se a existência de uma lacuna entre o conhecimento sobre a doença e a prática de atitudes voltadas para evitar a proliferação do mosquito do dengue.

Os outros dois estudos com essa temática não são pesquisas nacionais. Um deles feito por pesquisadores cubanos (TOLEDO-ROMANI et al, 2006) analisou a percepção comunitária na prevenção da dengue sob uma perspectiva dos atores sociais, e o outro feito por pesquisadores argentinos (SCHWEIGMANN et al, 2009), se propôs a analisar o conhecimento e a percepção do risco de se contrair dengue na Argentina. O estudo cubano teve como campo de coleta de dados três áreas diferentes da cidade de Santiago de Cuba no ano 2000 e os resultados apontam a existência de barreiras na aceitação das atividades do programa de controle, sendo que a participação é interpretada pela população com uma colaboração que transfere a responsabilidade do controle do *Aedes aegypti* para o setor público de saúde.

No trabalho desenvolvido na Argentina, o campo de pesquisa se restringiu às cidades de Buenos Aires e Vicente López e foram feitas investigações entomológicas, ambientais e sociais por meio de ovitampas, observações e questionários respectivamente. Dentre os inúmeros e importantes resultados encontrados no estudo, devido a sua grande complexidade podemos citar a indicação de escolas e ambientes de promoção de saúde como principais locais para fomentar atividades de prevenção comunitária da doença.

No eixo temático 3, Educação escolar como estratégia de controle da doença, três trabalhos (MADEIRA et al, 2002; BRASSOLATTI e ANDRADE, 2002; VIVAS e GUEVARA DE SEQUEDA 2003) propuseram e avaliaram a realização de atividades didáticas de diferentes naturezas em sala de aula. Todos eles tiveram como objetivo promover uma melhor compreensão de aspectos relacionados à dengue pelos alunos e possibilitar assim mudanças de comportamento dos mesmos, na escola e na residência levando à comunidade extra-escolar os conhecimentos adquiridos na escola. As variações entre os três estudos se referem ao tipo de

atividade didática proposta, ao método de avaliação desta e à localidade de realização das pesquisas. Apesar dessas diferenças os resultados apontam para uma mesma direção. Nos três estudos, os alunos participantes das atividades propostas, apresentaram uma maior assimilação de conhecimentos sobre o ciclo da doença e naqueles em que os domicílios foram acompanhados, houve uma queda do número de criadouros do vetor nas residências dos estudantes que passaram pelos processos propostos.

As intervenções didáticas produzidas nas escolas para avaliar a relação destas com o controle da dengue utilizaram questionários pré e pós-atividades que variaram entre jogos, treinamento de professores e disponibilização de materiais extracurriculares. Em todos os estudos os questionários de avaliação do conhecimento dos alunos anteriormente à ação, mostraram que há um alto nível de conhecimento sobre a doença principalmente em relação à transmissão e ao controle provenientes de veículos de informação como a TV e o rádio. Entretanto, essa mensagem se mostra insuficiente ou mal desenvolvida uma vez que não gera mudança de comportamento nos receptores. A análise dos questionários ao final das atividades mostrou que os alunos participantes apresentaram um maior nível de conhecimento sobre a doença em relação ao questionário inicial, principalmente no que se refere ao ciclo do desenvolvimento da dengue. Algumas dessas pesquisas acompanharam as residências dos alunos após as atividades em sala de aula. Foi observado que, nas casas dos estudantes que haviam passado pelas intervenções didáticas, o número de criadouros do mosquito foi menor do que nos domicílios dos alunos do grupo controle. Os trabalhos sinalizam desta forma, a importância do professor enquanto sujeito enfatizador e esclarecedor das informações provenientes de outras fontes de informação, de modo que essa possa então surtir efeitos no comportamento dos alunos.

No eixo temático 4, os três artigos encontrados trabalharam com ações de educação em saúde para prevenção da dengue de maneira bastante diferenciada. Um deles analisou ações educativas já existentes (SALES, 2008), o outro propôs um novo tipo de atividade discutindo seus caminhos e possibilidades (OLIVEIRA et al, 2012), e um terceiro relatou a experiência de implantação de um projeto relacionado à temática (FERREIRA et AL, 2012). De forma geral os estudos sinalizaram a divergência das práticas educativas em saúde, a ineficiência destas em impactar a doença, a descontextualização das mensagens educativas, estratégias autoritárias e

coercitivas, ausência de políticas públicas, entre outros. O estudo que abordou uma experiência prática bem sucedida de integração do ensino, serviço e comunidade, sinalizou a importância de programas de educação em saúde que fortaleçam a interação entre esses três setores na construção de serviços de saúde mais qualificados capazes de relacionar a promoção, a prevenção e a assistência à saúde possibilitando ações mais próximas das reais necessidades do sistema público de saúde no Brasil.

Um único estudo que integrou o eixo 5, teve como temática os profissionais do programa saúde da família. A pesquisa se propôs a analisar como ocorria a comunicação sazonal entre os grupos sócio-educativos dessas equipes na cidade de Belo Horizonte no ano de 2009, por meio de uma pesquisa qualitativa com coordenadores desses grupos (SILVA et al, 2011). Os autores identificaram enquanto prática comunicativa predominante o repasse de informações pelos coordenadores com características prescritivas e recomendaram como conclusão da pesquisa que as práticas comunicativas sejam pautadas no diálogo o que permitiria uma problematização reflexiva.

Um dos trabalhos encontrados na busca não se encaixou em nenhum dos eixos temáticos (ALERM GONZALEZ, 2007) por nós identificados, por tratar-se especificamente do processo formativo de profissionais da saúde. A pesquisa apresentou e discutiu uma possibilidade de se trabalhar de forma diferenciada, por meio do que eles denominaram exemplos educativos, doenças como a dengue na disciplina imunologia de cursos superiores de medicina.

Conclusão

A maioria das pesquisas discutiu a dengue sob o ponto de vista da comunicação e observamos uma forte tendência nos trabalhos analisados, independente do eixo temático ser outro que não a comunicação, em interpretar e refletir seus resultados também à luz dessa temática. Foi mostrado nos diferentes estudos, de uma forma geral e quase consensual, que há uma necessidade de construção de estratégias mais efetivas para evitar a proliferação do vetor da enfermidade e que a inovação das práticas educativas e comunicativas não só relacionada à dengue, mas à saúde em geral, é ainda um grande desafio. As pesquisas mostram em suas diferentes temáticas e formas de avaliação, que o problema não está na falta de informação. Existem falhas na qualidade da informação oferecida uma vez que seus componentes precisam ser melhor utilizados mas, a lacuna que possibilita a manutenção da doença está na

descontinuidade entre a informação e a efetivação. Ou seja, o conhecimento sobre as características da enfermidade e as práticas a serem adotadas para evitá-la são disponibilizadas, entretanto, não são convertidas em mudança de comportamento.

No que compete à escola, as pesquisas também apontam para um mesmo sentido no qual as intervenções didáticas, sejam elas de diferentes naturezas, aumentam o nível de conhecimento dos alunos, mas atuam principalmente na retirada de dúvidas geradas a partir das informações recebidas por veículos de comunicação como a televisão por exemplo. Além disso, essas atividades em sala de aula refletem na redução de focos do mosquito vetor nos domicílios desses estudantes o que indica que a lacuna deixada pelos veículos de comunicação em massa pode possivelmente ser preenchida pelas intervenções didáticas escolares.

O presente trabalho apresenta um levantamento inicial na literatura especializada sobre a dengue em sua perspectiva comunicacional e educacional. Chamou-nos a atenção o fato de que, mesmo sendo uma enfermidade de grande impacto social e política em nossos dias, a produção acadêmica sobre a dengue, especialmente em seus caracteres educativo e comunicativo, é relativamente insignificante. Corroboramos com assertivas de autores como Charles Rosemberg (1992), por exemplo, que acreditam que as doenças possuem importantes relações com a sociedade que a produz, e precisam ser combatidas não apenas em seus aspectos clínicos, mas também nos culturais, sociais e políticos. Em concordância, Barreto e Teixeira (2008) apontam que o aumento de ocorrência da dengue tem se constituído um crescente objeto de preocupação para a sociedade e, em especial, para as autoridades de saúde, em razão das dificuldades enfrentadas para o controle das epidemias produzidas por esse vírus e pela necessidade de ampliação da capacidade dos serviços de saúde para atendimento aos indivíduos acometidos com as formas graves. Uma doença como a Dengue, assim, somente poderá ser combatida quando todas as esferas da sociedade tiverem acesso à informação e, mais do que isso, conseguirem se transformar em agentes participativos na prevenção da doença.

É válido ressaltar ainda que os resultados e conclusões aqui apresentados devem ser analisados tão somente enquanto uma contribuição parcial nos estudos sobre o tema dengue em seus aspectos sociais, uma vez que foram discutidos aqui apenas uma parcela de estudos disponíveis numa única base de dados acadêmica. Contudo, acreditamos que os dados aqui

apresentados já são suficientes para chamar a atenção para a necessidade de desenvolvimento de investigações multidisciplinares sobre a doença no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALERM GONZALEZ, Alina; DACOURT FLORES, Angel y FUNDORA HERNANDEZ, Hermes. USO DE EJEMPLOS EDUCATIVOS EN LA ENSEÑANZA DE LA INMUNOLOGÍA EN EL POLICLÍNICO UNIVERSITARIO. *Rev. habancienméd* [online]. 2007, vol.6, n.1, pp. 0-0. ISSN 1729-519X.

BARRETO, L.M; TEIXEIRA, M. G. Dengue no Brasil: Situação epidemiológica e contribuições para uma agenda de pesquisa. In *Estudos Avançados* 22 (64), 2008.

BECHLER, R. G. O combate à dengue e ao *Aedes aegypti* sob perspectiva histórica. XVIII Encontro Regional ANPUH-MG – Dimensões no poder da história. Universidade Federal de Ouro Preto. 2012

BRAGA, I. A, VALLE, D. *Aedes aegypti*: histórico de controle no Brasil. In *Epidemiologia e serviços de saúde*. 16 (2), 2007.

BRASSOLATTI, Rejane Cristina and ANDRADE, Carlos Fernando S.. Avaliação de uma intervenção educativa na prevenção da dengue. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2002, vol.7, n.2, pp. 243-251. ISSN 1413-8123.

DIAS, J. P. *Avaliação da efetividade do Programa de Erradicação do Aedes aegypti*. Brasil, 1996-2002. Salvador, 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

FERREIRA, Vinicius Santos et al. **PET-Saúde: uma experiência prática de integração ensino-serviço-comunidade**. *Rev. bras. educ. med.* [online]. 2012, vol.36, n.1, suppl.2, pp. 147-151. ISSN 0100-5502.

FRANÇA, Elisabeth; ABREU, Daisy and SIQUEIRA, Márcia. **Epidemias de dengue e divulgação de informações pela imprensa**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2004, vol.20, n.5, pp. 1334-1341. ISSN 0102-311X.

GONCALVES NETO, Vicente Silva; MONTEIRO, Silvio Gomes; GONCALVES, Azizedite Guedes and REBELO, José Manuel Macário. **Conhecimentos e atitudes da população sobre dengue no Município de São Luís, Maranhão, Brasil, 2004**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2006, vol.22, n.10, pp. 2191-2200. ISSN 0102-311X.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte**. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

LEMOS, Z. ; BECHLER, R. G. Dengue na TV. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

LENZI, Márcia de Freitas; CAMILLO-COURA, Léa; GRAULT, Carlos Eduardo and VAL, Margarida Barros do. **Estudo do dengue em área urbana favelizada do Rio de Janeiro: considerações iniciais.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2000, vol.16, n.3, pp. 851-856. ISSN 0102-311X.

LOPES, Ilza Leite. **Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura.** *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 60-71, maio/ago. 2002.

MACIEL, Ethel Leonor Noia et al. **Projeto Aprendendo Saúde na Escola: a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2010, vol.15, n.2, pp. 389-396. ISSN 1413-8123.

MADEIRA, Newton G.; MACHARELLI, Carlos Alberto; PEDRAS, José Figueiredo and DELFINO, Maria C.N.. **Education in primary school as a strategy to control dengue.** *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* [online]. 2002, vol.35, n.3, pp. 221-226. ISSN 0037-8682.

OLIVEIRA, Denise Figueira de et al. **Construção de espaços de escuta, diagnóstico e análise coletiva de problemas de saúde pública com a linguagem teatral: o caso das oficinas de jogos teatrais sobre a dengue.** *Interface (Botucatu)* [online]. 2012, vol.16, n.43, pp. 929-942. Epub Dec 21, 2012. ISSN 1414-3283.

RANGEL-S, Maria Ligia. **Dengue: educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle - propostas inovadoras.** *Interface (Botucatu)* [online]. 2008, vol.12, n.25, pp. 433-441. ISSN 1414-3283.

SALES, Fátima Maria de Sousa. **Ações de educação em saúde para prevenção e controle da dengue: um estudo em Icarai, Caucaia, Ceará.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2008, vol.13, n.1, pp. 175-184. ISSN 1413-8123.

SAN MARTIN, José Luis and PRADO, Mónica. **Percepción del riesgo y estrategias de comunicación social sobre el dengue en las Américas.** *Rev Panam Salud Publica* [online]. 2004, vol.15, n.2, pp. 135-139. ISSN 1020-4989.

LENZI, Márcia de Freitas and COURA, Lea Camillo. **Prevenção da dengue: a informação em foco.** *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* [online]. 2004, vol.37, n.4, pp. 343-350. ISSN 0037-8682.

ROSENBERG, Charles. *Explaining epidemics and other studies in the History of Medicine.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CORRÊA, B. C.; GALVAO, G. S.; LANARI, R. A. O.; LÉO, Fabiana; RODRIGUES, C. M.; SILVA, Paloma Porto; SOUZA, Débora Cazelato (Org.). **II ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 2013, Belo Horizonte. Anais...** Belo Horizonte: FAFICH, 2013.

SCHWEIGMANN, Nicolas et al. **Información, conocimiento y percepción sobre el riesgo de contraer el dengue en Argentina: dos experiencias de intervención para generar estrategias locales de control.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2009, vol.25, suppl.1, pp. S137-S148. ISSN 0102-311X.

SILVA, Líliam Barbosa; SOARES, Sônia Maria; FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira and AQUINO, Ana Luiza de. **Comunicação sazonal sobre a dengue em grupos socioeducativos na atenção primária à saúde.** *Rev. Saúde Pública* [online]. 2011, vol.45, n.6, pp. 1160-1167. Epub Oct 14, 2011. ISSN 0034-8910.

TOLEDO-ROMANI, María Eugenia et al. **Participación comunitaria en la prevención del dengue: un abordaje desde la perspectiva de los diferentes actores sociales.** *Salud pública Méx* [online]. 2006, vol.48, n.1, pp. 39-44. ISSN 0036-3634.

VIVAS, Edison and GUEVARA DE SEQUEDA, Milady. **Unjuego como estrategia educativa para el control de *Aedes aegypti* en escolares venezolanos.** *Rev Panam Salud Publica* [online]. 2003, vol.14, n.6, pp. 394-401. ISSN 1020-4989.